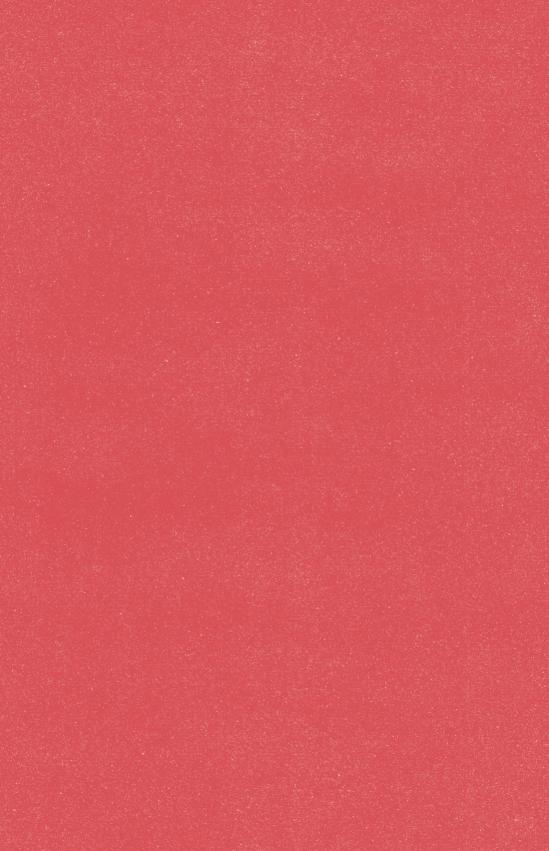


O selo editorial MOM reúne abordagens críticas e perspectivas de transformação sócio-espacial, mobilizando os campos da arquitetura, do urbanismo, das artes e das ciências humanas e sociais. Ele é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa MOM e integra a Editora da Escola de Arquitetura da UFMG. Esperamos que os livros produzidos sob este selo ofereçam materiais a estudos, práticas, imaginacões e experimentos de sociedades e espacos para além da catástrofe atual. Temos mantido a grafia sócio-espacial, com hífen, sempre que se trata de dar relevo à dialética de espaço e sociedade. Em todos os demais casos, ajustamos (citações de) textos em português anteriores ao novo Acordo Ortográfico ou divergentes da grafia brasileira, preservando apenas os títulos com a grafia original. Para referir citações, as notas informam autores, títulos e datas. Isso evita aquelas pedras no caminho da leitura que o sistema autor-data impõe, e facilita a identificação de obras citadas, sem sobrecarregar os rodapés. Referências completas estão reunidas na seção de bibliografia. Nas citações de obras publicadas originalmente em outros idiomas, recorremos a edições em português sempre que possível. Eventuais alterações no texto de uma tradução publicada são assinaladas por asterisco após a referência na nota, então complementada pela referência da respectiva edição no idioma original. Traduções de trechos de obras não disponíveis em português são de autoria de quem os cita, exceto quando indicado de outra maneira. No corpo do texto, reservamos as aspas duplas às citações e usamos aspas simples quando se trata de relativizar termos ou expressões.



Moradia e outras margens

volume 1



Silke Kapp e Ana Baltazar (eds.)

Moradia e outras margens

volume 1

E, enquanto existir o modo de produção capitalista, será loucura querer resolver isoladamente a questão da moradia...

Friedrich Engels, 1872

VOLUME 1

•	sentação ou por que este livro 13
Agra	idecimentos 19
Darli-	
Baliz	
2004	Pontos de partida 23 Silke Kapp Ana Paula Baltazar Rita Velloso
2008	Arquitetura como exercício crítico 39 Silke Kapp Ana Paula Baltazar Denise Morado
2010	Contra a determinação, além da mediação 65 Ana Paula Baltazar Silke Kapp
2013	Marco teórico da rede FINEP MORAR TS 79 Silke Kapp Adauto Lúcio Cardoso
2016	Assessoria técnica com interfaces 127 Ana Paula Baltazar Silke Kapp
2018	Grupos sócio-espaciais 151 Silke Kapp
Cont	traprojeto
2005	Por uma arquitetura virtual 173 Ana Paula Baltazar
2005	Moradia e contradições do projeto moderno 1 Silke Kapp
2006	Produção seriada e individualização 191 Silke Kapp Natália Arreguy Oliveira
2007	Síndrome do estojo 215 Silke Kapp
2009	Arquiteto sempre tem conceito 229 Silke Kapp Priscilla Nogueira Ana Paula Baltazar
2012	Além da representação 249 Ana Paula Baltazar

2006 Por uma arquitetura não planejada 265 Ana Paula Baltazar | Silke Kapp

2012	Arquitetos nas favelas 281 Silke Kapp Ana Paula Baltazar Rebekah Campos Pedro Arthur Magalhães Lígia Milagres Patrícia Nardini Bárbara Olyntho Leonardo Polizzi			
2014	Interfaces como estratégia metodológica 293 Ana Paula Baltazar Silke Kapp Augustin de Tugny			
2014	Materamoris como alternativa pós-histórica 313 Ana Paula Baltazar			
2015	Price e Flusser: produção habitacional no século XXI 325 Ana Paula Baltazar Lorena Melgaço			
Políti	cas de habitação			
2011	Famílias sem casa e casas sem família 347 Ana Paula Maciel Peixoto Ana Paula Baltazar			
2011	Casa alheia, vida alheia 371 Silke Kapp			
2012	Direito ao espaço cotidiano 387 Silke Kapp			
2012	Uma tipologia de espaços cotidianos 411 Silke Kapp			
2012	O paradoxo da participação 437 Silke Kapp Ana Paula Baltazar			
2017	Política de remoções em Belo Horizonte 459 Ana Paula Baltazar Márcia Costa Cíntia de Freitas Melo Eric Crevels Lucas Furiati			
Disc	ussões pedagógicas			
2014	Assessoria técnica e suas questões 483 Silke Kapp			
2017	Extensão do conhecimento das águas na cidade 499 Roberto E. dos Santos Silke Kapp Margarete Araújo Silva Tiago Castelo Branco Lourenço			
2019	Imagens para a imaginação da cidade 511 Isabela Barreto Roberto E. dos Santos Rodrigo Marcandier			
2019	Arte-educação no cotidiano sócio-espacial 523 Hélio Passos Rezende Ana Paula Baltazar			
2020	Não existe arquitetura decolonial 535 Ana Paula Baltazar			

VOLUME 2

Cotic	lianos
2005	Uma cidade não é um parque temático 15 Silke Kapp Ana Paula Baltazar
2012	Alienação via mobilidade 19 Silke Kapp
2013	Espaços para diferenças 31 Ana Paula Baltazar Silke Kapp Augustin de Tugny Juarez Pereira Furtado
2014	Habitar a grande cidade 45 Silke Kapp Augustin de Tugny Ana Paula Baltazar
2016	Levantamento sócio-espacial num vilarejo 73 Silke Kapp
2020	Entrevistas na pesquisa sócio-espacial 95 Silke Kapp
Fave	las e heteronomia
2008	A outra produção arquitetônica 129 Silke Kapp
2010	Quem tombará a favela? 139 Silke Kapp
2012	Quem mora nas favelas? 149 Silke Kapp Margarete de Araújo Silva
2013	Aos destituídos, as cabeceiras 165 Margarete de Araújo Silva
2016	As palafitas do rio Anil 191 Joana Barbosa Vieira da Silva Silke Kapp
2018	Pioneiras nas vilas da Serra 205 Silke Kapp Camila Matos Luna Lyra Rodrigo Marcandier
Cons	trução da periferia
2014	Loteadores associativos 227 Silke Kapp Rebekah Campos Pedro Arthur Magalhães Tiago Castelo Branco Lourenço
2017	Origens das ocupações urbanas em Belo Horizonte 245 Tiago Castelo Branco Lourenço
2017	Movimentos sociais nas ocupações urbanas 261 Tiago Castelo Branco Lourenço

2019	Interculturalidade sócio-espacial do povo Gavião Kyikatêjê 277 Hélio Passos Rezende Ana Paula Baltazar			
2019	Mulheres em outras moradias 293 Luna Lyra Silke Kapp Fernanda Barbabela Giovanna Camisassa Lívia Batista Luara Assis Maria Cecília Rocha Maria Elena Vasconcelos Maria Laura Vilhena Milena Torino			
Histó	órias de canteiro			
2007	Racionalização abandonada 309 Roberto E. dos Santos			
2010	A missão técnica de Vauthier 325 Roberto E. dos Santos			
2012	Vernacular metropolitano 339 Silke Kapp Ana Paula Baltazar			
2017	Para uma genealogia da representação gráfica das estruturas 351 Roberto E. dos Santos Silke Kapp Athos Silva			
2017	O sonho da intuição estrutural ou a nostalgia do canteiro no desenho 363 Silke Kapp Roberto E. dos Santos Athos Silva			
2020	Canteiros da arte: entre Adorno e Ferro 383 Silke Kapp			
Outr	as histórias			
2005	O esquecimento de Neufert 399 Roberto E. dos Santos			
2008	Na cozinha dos modernos 413 Silke Kapp Sulamita Fonseca Lino			
2013	O concreto e o diploma 433 Roberto E. dos Santos			
2015	Memórias do Belo Horizonte: cadernetas de campo da CCNC 447 Roberto E. dos Santos Thiago Alfenas Fialho			
2016	O sistema CARPE de produção de escolas públicas 459 Geraldo Ângelo A. Silva Roberto E. dos Santos			
2019	Desigualdade n' <i>O cortiço</i> de Aluísio Azevedo 471 Ana Paula Baltazar			
Bibliografia 493				

Autoras e autores 517

Apresentação ou por que este livro

Quando fundamos o MOM, em 2004, nossa intenção era uma abordagem crítica da produção do espaço à nossa volta, o espaço cotidiano, não extraordinário. Embora a questão da moradia fosse central nesse contexto, não queríamos restringir as pesquisas a um tema ou uma especialidade acadêmica nem definir metas e métodos previamente. Economia e política, história e prática da produção informal, vida cotidiana, comunicação, trabalho nos canteiros, técnicas de construção, impacto ambiental, sociologia urbana, propriedade da terra, movimentos sociais, desenho, projeto — tudo parecia relevante demais para ser deixado de lado. A escolha do nome MOM reflete essa incerteza. Surgiu ao observarmos um menino construindo linguagem: no início, dizia mom para indicar qualquer coisa que o interessasse; depois restringiu esse som a comestíveis; mais tarde, a comidas prediletas e, finalmente, a biscoitos. As pesquisas do grupo deveriam ser abertas como esse processo, com a possibilidade de diferentes focos ao longo do tempo. O nome foi um pequeno protesto contra a autoconfiança dos arquitetos, a prática da predeterminação e a nocão de arquitetura como provedora de soluções. Acabamos inventando um sentido para ele, como se fosse um acrônimo: morar de outras maneiras, mover outras montanhas ou, para este livro, moradia e outras margens.

Desde 2004, o MOM vem fazendo pesquisas com grupos e espaços muito diversos, mas que têm em comum o fato de não se enquadrarem nos padrões formais, instituídos com e para a produção capitalista (do espaço e de tudo o mais): indígenas, ciganos, pessoas com sofrimento mental grave, idosos, crianças e mulheres, em favelas, palafitas, ocupações, aldeias, quilombos, assentamentos e outras periferias urbanas e rurais. Nosso principal objetivo tem sido compreender contradições sócio-espaciais e investigar práticas de assessoria técnica que possam apoiar e ampliar a autonomia coletiva de grupos sócio-espaciais (organizados ou não) dissidentes ou marginalizados. Isso abrange teoria e história críticas, assim como pesquisas empíricas e experimentais, com ênfase na criação de interfaces e num movimento por uma pedagogia sócio-espacial para a autoemancipação.

Reunimos aqui, em dois volumes, ensaios e artigos produzidos por pesquisadoras e pesquisadores do MOM entre 2004 e 2020. A edição nos deu a oportunidade de rever as atividades e discussões do grupo, alinhavar temas, analisar idas e vindas teóricas e experimentais. Mas ela nos obrigou também à difícil tarefa de selecionar o material. Se republicássemos todos os artigos e ensaios escritos pelas pessoas que participaram do MOM ao longo desses anos, preencheríamos outros dois volumes — com folga. Acabamos fazendo uma seleção dos textos que consideramos mais relevantes e mais precisos para evidenciar as abordagens com que o grupo trabalhou até agora. Nessa seleção, algumas redundâncias foram inevitáveis, assim como certa variação entre textos mais elaborados e amadurecidos, e outros, mais breves e superficiais.

As versões originais da maior parte deles já estavam disponíveis no website do MOM. No entanto, os muitos padrões gráficos e bibliográficos dos veículos em que foram publicados, e a falta de uma contextualização que os relacionasse entre si dificultavam leituras concatenadas. Assim, em todos os textos fizemos edições segundo um padrão único de notas e ortografia, corrigimos pequenos erros e ajustamos detalhes. Em alguns casos, reestruturamos e revisamos amplamente a redação. Também traduzimos — e às vezes aprimoramos — textos que estavam em inglês. As breves notas editoriais que precedem cada texto indicam alterações substanciais, bem como o contexto de pesquisa a que o trabalho pertence e a situação para a qual foi escrito originalmente.

Além disso, atualizamos e complementamos a bibliografia. Substituímos citações e referências de obras estrangeiras cujas traduções para o português não haviam sido utilizadas anteriormente, fosse porque não estavam disponíveis (como a edição da obra de Marx pela Boitempo) ou porque não tínhamos acesso a elas (como a edição portuguesa de *Tools for conviviality*, de Ivan Illich). Por essa razão, algumas vezes, obras aqui referidas são de publicação mais recente do que a data da publicação original do texto que as refere.

Agrupamos os textos por temas, pensados não como caixas, subáreas ou linhas de pesquisa, e sim como ímãs, atratores ou palavras-chave. Quase todos os textos caberiam em mais de um tema, mas prevaleceram o 'atrator' mais potente e a relação dos textos entre si. Dentro de cada agrupamento temático, os capítulos seguem a ordem cronológica de suas publicações originais.

O primeiro volume começa pelo tema **balizas**, abrangendo discussões que foram e ainda são marcantes para todas as investigações do MOM. Em conjunto, sintetizam noções e referências centrais para nós, e mostram como elas mudaram ou persistiram, como foram acrescidas, refinadas ou deixadas em segundo plano. Aqui também aparece pela primeira vez uma definição de arquitetura que se repete em vários textos, quase como um mantra: *espaço transformado por trabalho humano* ou, numa formulação posterior e mais precisa, *transformação do espaço pelo trabalho humano*.

O tema **contraprojeto** reúne questionamentos das práticas consagradas no campo arquitetônico e das interdições que essas práticas impõem aos chamados 'usuários'. São apontadas premissas teóricas e origens históricas do procedimento convencional de diagnosticar necessidades e criar soluções na forma de projetos fechados. E são indicadas possíveis alternativas.

A palavra que dá nome ao terceiro tema, **interfaces**, perpassa muitos outros textos. Criar interfaces — e não projetos fechados — significa propor abertura para a continuidade do processo no cotidiano dos grupos sócio-espaciais. Os textos que decidimos reunir sob esse tema são aqueles que tratam mais especificamente do sentido do conceito, das referências teóricas que o sustentam e de algumas propostas de interfaces em situações de pesquisa e assessoria técnica.

Quase todos os artigos do tema **políticas de habitação** foram escritos entre 2010 e 2012, num período de altos investimentos públicos em programas urbanos e habitacionais. O MOM experimentou dois lados dessas ações: o institucional, participando dos estudos para o *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte*; e o lado dos afetados pelos programas públicos, assessorando grupos na Vila das Antenas, nas ocupações urbanas e em outros lugares. As contradições estruturais ficaram mais do que evidentes.

O tema que encerra o primeiro volume, **discussões pedagógicas**, pode ser lido como desdobramento dessa evidência. Os papéis que o Estado, os capitais, os técnicos e os próprios movimentos sociais exercem na produção do espaço não são definidos por vontades dos sujeitos que os assumem, mas determinados estruturalmente. Por isso, avanços num sentido emancipatório dependem de subversão ou ultrapassagem desses papéis, o que, por sua vez, leva a discussões pedagógicas abrangendo tanto os grupos sócio-espaciais quanto o próprio campo arquitetônico e seus mecanismos de reprodução.

O tema **cotidianos**, que abre o segundo volume, se concentra em textos decorrentes de discussões acerca de experimentos e trabalhos de campo. Ele inclui dois ensaios escritos a partir de uma rede interdisciplinar de pesquisa que avaliou as condições de inserção sócio-espacial de pessoas egressas de hospitais psiquiátricos. Com colegas da Antropologia, da Psicanálise e da Saúde Coletiva aprendemos olhares e interações mais cuidadosos com os grupos envolvidos nas pesquisas, distinções mais finas, que depois alimentaram outras práticas de entrevistas e levantamentos sócio-espaciais.

Sob o tema **favelas e heteronomia**, é abordada uma das formas de autoprodução de espaços cotidianos, reunindo discussões sobre sua história, seus protagonistas e suas relações com a produção formal, ora complementares, ora de oposição ou contradição. Uma perspectiva que temos compartilhado no MOM — para além das nossas muitas e frutíferas discordâncias — é a de reconhecer as qualidades que as práticas de produção do espaço nas favelas ensaiam e que seu adensamento e as intervenções externas tendem, cada vez mais, a suprimir; por exemplo, os poucos mas significativos indícios de autonomia nos processos de construção, as maneiras de lidar com o sítio natural e suas águas, e as formas de negociação entre espaços particulares, coletivos e públicos.

O tema **construção da periferia** se compõe de textos sobre formas de autoprodução do espaço diversas das favelas. Isso abrange associações populares que, nas últimas décadas do século XX, compraram e lotearam terrenos em ações coletivamente organizadas, assim como as ocupações urbanas da região de Belo Horizonte desde 2006. Também incluímos aqui um ensaio sobre a resistência do povo indígena Gavião Kyikatêjê, que se apropria da cultura *kupê* e se reinventa na interculturalidade, bem como um ensaio sobre mulheres em situações instáveis ou provisórias de moradia, que ali conseguem criar cotidianos coletivos para além da família tradicional e de outras instituições que as políticas sociais costumam tomar por pressuposto. O que essas situações têm em comum é a agência de seus protagonistas. A nós parece claro que lhes atribuir estereótipos como 'vítima' e 'outro', em vez de os reconhecer como indivíduos e coletividades políticos, é um expediente de dominação.

Com o tema **histórias de canteiro**, entramos no campo dos estudos de produção, que têm se tornado cada vez mais relevantes nas pesquisas do MOM. Por um lado, os ensaios contribuem para uma historiografia da arquitetura pela perspectiva da produção, abordando contextos e impactos de técnicas, produtos e profissionais europeus no Brasil do século XIX, a história das técnicas construtivas usadas e inventadas na produção informal urbana do século XX, e a história do desenho como ferramenta de apoio ou decisão na definição de estruturas, em contraposição ao conhecimento dominado pelos trabalhadores do canteiro. Por outro lado, o tema inclui um texto de viés mais filosófico, que confronta as concepções da arte arquitetônica de Theodor W. Adorno e de Sérgio Ferro, ambas focadas na produção (e não na recepção).

O último tema do livro reúne **outras histórias**, também do âmbito da produção, mas menos diretamente relacionadas aos canteiros de obras. São textos que resgatam mitos de legitimação (como o da Bauhaus), discrepâncias entre discursos e práticas no modernismo (reveladas nas suas cozinhas), e a difusão do concreto armado articulada à regulamentação das profissões dos arquitetos e engenheiros no Brasil. O tema inclui, ainda, uma abordagem de caráter metodológico, acerca do processo de pesquisa das cadernetas de campo do levantamento técnico que fundamentou o traçado urbano de Belo Horizonte,

bem como um estudo do sistema CARPE de produção de escolas públicas em Minas Gerais, que vigorou por três décadas e depois foi quase esquecido. O ensaio que fecha o volume mobiliza narrativas literárias para evidenciar a origem e a reprodução da desigualdade sócio-espacial no Brasil a partir de meados do século XIX, com a Lei de Terras.

Elucidar contradições sócio-espaciais e investigar formas de assessoria para grupos sócio-espaciais sempre foram objetivos centrais no MOM, como já dito. Mas as ênfases se deslocaram pouco a pouco. No início, estávamos menos atentas aos processos de produção propriamente ditos do que à crítica do campo arquitetônico e àquilo que suas práticas convencionais implicam para as pessoas que o campo denomina 'usuárias'. A aproximação de grupos autoprodutores foi uma maneira de abranger as duas pontas: recepção e produção do espaço. Eles nos levaram aos estudos de produção, isto é, a uma perspectiva macro e micrológica da arquitetura e da cidade a partir da crítica da economia política.

Assim, as pesquisas teóricas e experimentais do MOM caminharam paulatinamente da crítica do campo arquitetônico para a crítica da sociedade em que esse campo se constitui e sem a qual ele nem seguer existiria, isto é, a sociedade "onde reina o modo de produção capitalista" (nas palavras de Marx). Não que não tivéssemos em mente as contradições do capitalismo que interditam, estruturalmente, a 'solução' da questão habitacional (indicam-no os "Pontos de partida", de 2004). No entanto, procurávamos trabalhar nas brechas, tentando apoiar processos de produção da moradia ainda não abocanhados pela lógica do capital. Quando a injeção de recursos em programas habitacionais e de urbanização de favelas começou a tratorar essas brechas e suas frágeis auto-organizações, fazendo deles um novo nicho de mercado, nos demos conta de que, mais do que o acesso à moradia e a outros equipamentos e serviços importa a transformação da sociedade. A moradia era — e continua sendo — encarada por muitos como finalidade última da luta política, e não como uma condição desejável para que a luta política por transformação social possa avançar.

Começamos a trabalhar cada vez mais com a assessoria técnica tendo em mente o engajamento nessa transformação. Contudo, a assessoria que nos interessa não é possível sem o que, no MOM, chamamos de consciência sócio-espacial. Ela encampa tanto a velha consciência social de classe quanto uma consciência da articulação recíproca do espaço como constituinte do social e vice-versa. Se a consciência de classe é fundamental para o questionamento do modo de produção capitalista, a consciência sócio-espacial potencializa, no contexto da experiência concreta das pessoas, a superação das mistificações

desse modo de produção. Uma mobilização dos grupos que leve à consciência sócio-espacial nos parece uma alternativa de longo prazo para a contínua autoaprendizagem e a autoemancipação. Esse é o movimento que, provisoriamente, denominamos pedagogia sócio-espacial.

Os textos reunidos nestes dois volumes revelam esse percurso da moradia a outras margens.

Silke Kapp e Ana Baltazar

Agradecimentos

As pesquisas e ações do grupo MOM não teriam sido possíveis sem a colaboração de inúmeras pessoas e organizações, que, generosamente, compartilharam conosco informações e experiências, discutiram hipóteses e experimentos, e financiaram projetos de pesquisa e extensão. Somos profundamente gratas a todas elas, e esperamos, com esta publicação, retribuir em alguma medida. Nosso muito obrigado...

Às agências e organizações financiadoras — o Instituto Libertas de Educação e Cultura, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), a Agência Nacional de Águas (ANA-CAPES), as Pró-Reitorias de Pesquisa, Extensão, Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e, especialmente, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que, no âmbito da REDE MORAR TS, possibilitou esta publicação:

Aos grupos sócio-espaciais que compartilharam suas experiências conosco e experimentaram nossas propostas, nas vilas, favelas e palafitas, nos loteamentos populares, nos conjuntos habitacionais, nas comunidades quilombolas, nas aldeias indígenas, nos povoados rurais, nos assentamentos ciganos e do MST, e nas ocupações urbanas;

A todas e todos que nos concederam entrevistas e nos deram acesso a arquivos institucionais e pessoais;

Às organizações parceiras — Arquitetas sem Fronteiras, Arquitetura na Periferia, ATHUAR-UEMA, Centro de Integração Martinho, Centro Pedagógico da UFMG, Cidade e Alteridade, Escola Municipal Benedito Xavier, Escola Municipal Professor Edson Pisani, Escritório de Integração da PUC-MINAS, Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI) da UFMG, História em Construção, LAGEAR, Museu Histórico Abílio Barreto, NPGAU-UFMG, Pólos de Cidadania, Prefeitura de Belo Horizonte, Terra Comum e Vilém Flusser Archiv Berlin;

Aos militantes e ativistas dos movimentos sociais — Associação Comunitária de Glaura, Associação dos Moradores de Aluguel da Grande BH (AMABEL), Associação dos Sem Casa do Bairro Betânia e Regiões de Belo Horizonte (ASCA), Brigadas Populares, Central Metropolitana dos Sem Casa (CEMCASA), Comissão Pastoral da Terra, Fórum de Moradia do Barreiro, Movimento de Lutas em Bair-

ros, Vilas e Favelas (MLB), e Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM);

Aos amigos, colegas, professores, pesquisadores e estudantes, que, mesmo não sendo (co)autores nesta edição, inspiraram e informaram as reflexões agui reunidas — Akemi Ino, Alice Rennó, Alícia Nunes, Aline Franceschini, Amanda Olalquiaga, Ana Assis, Ana Luiza Braga, Ana Maria Gomes, Ana Emídio, Ana Pitzer, André Prado, Anna Beatriz de Castro, Bárbara Vieira, Cacá Brandão, Camila Duran, Carina Guedes, Carolina Anselmo, Carolina Cardoso, Carolina Ribeiro, Cecília Corgosinho, Clarissa Bastos, Clécio do Vale, Cristiane Borda, Cristiano Bickel, Daniela Abritta, Daniele Marangoni, Danilo Botelho, Débora Moura, Edmar Ferreira Júnior, Eduardo Mortimer, Eduardo Mascarenhas, Eneida Ricardo, Felipe Gontijo, Fernanda Dubal, Fernanda Giacomini, Flávia Ballerini (in memoriam), Flávio de Castro, Flávio Lima, Floriscena Estevam, Fran Mendes, Frank Eckardt, Frederico Bernis, Frederico Burnett, Geraldo Ferreira, Giselle Mascarenhas, Guilherme Arruda, Guilherme Bcheche, Gustavo Cyrillo, Helena Lana, Heloísa Costa, Henrique Gazzola, Humberto Roman, Iara Pezzuti, Isabela Izidoro, Isabela Perugini, Janaína Nogueira, Janaina Rezende, Janete Flor de Maio. Jeremy Till, João Marcos de Almeida Lopes, Jonathan Charley, José Baravelli, José Cabral, Juliana Alves, Juliana Ramos, Juliano Nemer, Júnia Ferrari, Jupira Mendonça, Laís Grossi, Larissa Moreira, Larissa Reis, Leo Name, Lívia Morais, Lucas Alves, Lucas Nogueira, Luciana Bragança, Luciana Lago, Luiz Gustavo Ferraz, Luiz Quintão, Manuela Torres, Mara Coelho, Maria Cecília Alves, Maria Clara Gurgel, Maria Lúcia Malard, Mariana Borel, Marina Borges, Marina Nogueira, Marina Sanders, Marllon Morais, Marluce Wall, Mary Guimarães, Mateus Andreatta, Mateus Lira, Maurício Leonard, Mônica Bedê, Nilo Nascimento, Núria Manresa, Olga Farnezu, Paula Peret, Pedro Schultz, Porfírio Valladares, Rafael Borges, Rafael Lemieszek, Ramilson Noronha, Raguel Braga, Raquel Byrro, Renata Marquez, Renata Oliveira, Renato César de Souza, Roberto Monte-Mór, Rodrigo Duarte, Rogério Palhares, Sérgio Ferro, Tamirís Nascimento, Tatjana Schneider, Thaís Rubioli, Thais Nassif, Tiago Cícero Alves, Wellington Cançado, Vitor Lotufo, Viviane Zerlotini e Yaçana Lima.

Por fim, um agradecimento especial a Louise Ganz, pelos desenhos das capas externas e das capas temáticas, e aos estudantes e colegas que ajudaram a reunir os textos deste livro — Alexandre Bomfim, José Camilo Rezende, Fernando Soares, Luna Lyra, Marina Carrara, Milena Torino, Taís Clark, Thais Moreno e Tiago Garandy.





[2004] Pontos de partida

Silke Kapp | Ana Paula Baltazar | Rita Velloso

Escrevemos este texto como síntese das intenções de pesquisa do então recém-criado Grupo MOM. Retomamos tópicos da discussão habitacional da década de 1970 — como participação, autonomia e o papel da moradia na economia política —, dos quais nos apropriamos com entusiasmo e que, mais tarde, aprofundamos e revimos em diversos aspectos. Nesta versão houve uma atualização terminológica, substituindo, quando pertinente, *produção autônoma* por *autoprodução*, pois a diferença entre os dois conceitos não era nítida para nós no início das pesquisas.¹

O presente artigo se destina a explicitar as premissas teóricas do Grupo de Pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras), que foram discutidas ao longo do último ano, não apenas com os membros do grupo, como também com profissionais e estudiosos de arquitetura e de áreas afins. Agradecemos a todos eles, pois suas ponderações e críticas foram fundamentais para que se cristalizassem os argumentos expostos em seguida. Ainda assim, são apenas argumentos. Serão refinados ou refutados à medida que avançarem os projetos de pesquisa aos quais deram origem.

Antes de passar a eles, cabe esclarecer que a expressão 'maneiras de morar' se refere aqui tanto ao uso quanto às formas de produção da moradia, incluindo seus aspectos sociais, econômicos, políticos e técnicos. A nosso ver, tratar produção e uso em separado seria o mesmo que colocar a pesquisa de antemão e acriticamente a serviço daquelas formas específicas de produção para as quais essa separação é imprescindível.

Mediações históricas e sociais

Partimos da ideia de que tudo o que diz respeito à produção, ao uso e aos significados da moradia é fruto de processos histórico-sociais. Nada do que a ela se relaciona agora pode, sem mais, ser dito arcaico,

¹ Primeira publicação: Morar de Outras Maneiras: pontos de partida para uma investigação da produção habitacional. *Topos*, v. 4, 2006, pp. 34–42.

natural, arquetípico, essencial — enfim, a-histórico. Os homens da caverna dormiam, mas não como nós; estima-se que dormiam pelo menos quatorze horas por dia e de modo intermitente. Os nômades se abrigam, mas o fazem sem construções permanentes em locais fixos. Os índios Maxacali têm certo senso de privacidade, mas o relacionam à mata, e não à casa, que para eles é lugar público. Há inúmeros exemplos de diferentes épocas, regiões e culturas para contradizer cada um dos pretensos sentidos universais da moradia.

Poder-se-ia objetar que dormir, comer ou buscar abrigo seriam, afinal, atos comuns a toda a humanidade, passíveis de alterações históricas apenas quanto às suas formas de manifestação, mas não em sua essência. Porém, cabe contrapor que não é possível separar tais supostas essências (sejam de ordem biológica ou de alguma ordem imaterial) daquilo em que se transformaram ao longo da história da sociedade. O filósofo crítico Theodor W. Adorno faz uma constatação incisiva nesse sentido: "A fome, entendida como categoria da natureza, pode ser saciada com gafanhotos e bolo de pernilongos. Para saciar a fome concreta dos civilizados é preciso que tenham algo para comer de que não sintam nojo, e no nojo e em seu contrário reflete-se toda a história".2 Até a fome e o noio, de todos os sentimentos talvez os menos suscetíveis ao controle do intelecto, são histórica e socialmente mediados. O que as pessoas reais sentem não é fome em geral, mas uma fome tão específica que certos alimentos lhe servem e outros não (e, por vezes, essa distinção é mais determinante do que o medo da morte).

Analogamente, pessoas reais não sentem necessidade ancestral de abrigo nem desejo genérico de moradia. Elas têm necessidades e desejos concretos, moldados pela sua situação social e histórica, tanto naquilo que uma pessoa quer quanto naquilo que ela rechaça. Não existe "um modo intemporal de construir" que "tem milhares de anos de antiguidade e é hoje o mesmo de sempre". Não é verdade que "a casa sempre foi o indispensável e primeiro instrumento que [o homem] se forjou" ou que "todos os homens têm as mesmas necessidades". Tampouco a moradia se rege por uma "dimensão existencial [que] não é determinada pelas condições socioeconômicas" e cujos "significados transcendem

² ADORNO, Thesen über Bedürfnis, [1946] 1997, p. 392.

³ ALEXANDER, El modo intemporal de construir, 1981, p. 21.

⁴ LE CORBUSIER, Por uma arquitetura, [1923] 1981, p. 5.

⁵ Ibidem, p. 89.

a situação histórica".6 O fato de os procedimentos mais triviais de sobrevivência social nas cidades brasileiras da atualidade exigirem o comprovante de residência talvez diga mais sobre a importância e as funções da moradia nesta sociedade do que o diz o conceito de ser-no-mundo. Morar não é uma operação abstrata; morar é sempre morar desta ou daquela maneira e numa sociedade, mesmo que se more deliberadamente afastado dela. Morar também não é uma operação primitiva, primordial; nada mais inglês e setecentista do que o modo como Robinson Crusoe organiza o espaço de sua ilha e seus afazeres cotidianos. Morar é, em suma, uma prática que se dá na história e no espaço sociais. E, da mesma maneira que as moradias e suas características se produziram historicamente, elas podem se modificar ou desaparecer.

História de escombros

No entanto, a história da sociedade que produziu nossas maneiras de morar não segue a lógica da corrida de bastão e tampouco a da seleção natural. Ver-se-á que, justamente por isso, as transformações críticas da produção do espaço habitacional existente são possíveis e necessárias.

Ambas as noções de história, a da corrida de bastão e a da seleção natural, embora tenham sido amplamente criticadas pela historiografia da arte, continuam predominando quando se trata de descrever o desenvolvimento técnico-científico moderno. Segundo o modelo da corrida de bastão, teríamos um esforço conjunto de sujeitos (ou 'gerações') que faz avançar, continuamente e sem conflitos, um objeto (ou 'a civilização'). Já o modelo da seleção natural inclui as noções de conflito, contradição e concorrência, mas supõe que produtos inadequados para a totalidade social seriam automaticamente eliminados por ela, de modo que sobreviveriam apenas aqueles que melhor se adaptam a cada contexto histórico-espacial. Esses dois modelos, em última análise, subjazem a todo pensamento conformista. Na sua forma mais ingênua, conformista é o pensamento crente no progresso e para o qual 'nunca estivemos tão bem'; quando menos ingênuo em relação às contradições sociais, conformista é o pensamento que credita à realidade presente o mérito da vitória sobre as possibilidades passadas, convencido de que as coisas são como são porque, no fim das contas, não poderiam ter sido melhores.

⁶ NORBERG-SCHULZ, Genius loci: towards a phenomenology of architecture, 1980, p. 6.

Ora, a história da sociedade é um processo repleto de incoerências e atrofias, que não foram eliminadas ao longo do tempo. Enquanto conjunção das ações concretas dos indivíduos, ela não decorre de forma automática, nem lógica, nem coordenada. Os produtos (materiais e imateriais) de uma sociedade se perpetuam na mesma medida do poder dos grupos neles interessados (com frequência muito mais específicos do que as classes sociais). Produtos que interessam a grupos de pouco ou nenhum poder deixam de existir, independentemente de suas qualidades intrínsecas ou das virtudes que poderiam ter para a totalidade social. No máximo, favorece-os a inércia da tradição.

Por isso, a história da sociedade não é uma corrente que se move em direção a um estado cada vez mais aperfeiçoado. Ela é feita por vezes de modo catastrófico. Nas teses "Sobre o conceito da história", Walter Benjamin escreve:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de se deter para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele dá as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.⁷

A história, entendida como história de escombros em vez de história de avanços, acumula pelo menos tantos problemas quanto conhecimentos, tantos potenciais não realizados quanto realizações, tantas possibilidades perdidas quanto possibilidades experimentadas. Se ela gerou algumas formas de moradia satisfatórias aos seus habitantes em determinados momentos e lugares, como se costuma creditar às moradias pré-modernas do passado ou do presente, ela também gerou muitas outras formas que causam sofrimento e mal-estar e nem por isso foram, como se diz, 'superadas'. E, inversamente, boas experiências foram de fato suprimidas por motivos sociais, econômicos e políticos

⁷ BENJAMIN, Sobre o conceito da história, [1940] 1994, p. 227.



alheios ao problema da moradia como tal, mas afinados com o problema da reprodução das relações sociais de produção. As maneiras de morar que sobreviveram e se estabeleceram na nossa sociedade não constituem o que ela poderia oferecer de melhor para a totalidade de seus membros; as moradias não são dessa ou daquela maneira por se tratar do que há de mais confortável, belo, imaginativo, prático, significativo ou fácil para seus habitantes, mas principalmente porque cabem a certo modo de produção e reprodução da sociedade, com seu regime de propriedade, suas relações de trabalho, seu ideário e seus mecanismos de aquiescência e controle.

O processo análogo à seleção 'natural', que costuma ser atribuído à sociedade como um todo, na realidade vale para os mecanismos do capital. Não obstante seus percalços, ruídos e eventuais erros de avaliação, o capital de fato seleciona, dentre as opções conhecidas e disponíveis, aquela de maior lucratividade. No contexto urbano, por exemplo, os espaços que oferecem maior sobrelucro de localização certamente serão ocupados primeiro, assim como um processo de construção civil menos produtivo será abandonado em favor de um mais produtivo. Essa seleção, no entanto, é limitada pelo próprio objetivo da valorização do capital e pela exigência de manutenção das relações de produção. Um processo de construção pode ser, por exemplo, mais econômico quanto ao consumo de matéria-prima, mas, ao acarretar retreinamento da mão de obra, novas formas de distribuição do produto ou novo maquinário, só será adotado se o custo dessas inovações adicionais não superar o sobrelucro auferido com a economia de matéria-prima. Isso significa que é perfeitamente possível que alternativas favoráveis de um ponto de vista social mais amplo (por exemplo, menor consumo de recursos naturais), mas desfavoráveis ao capital, no contexto dos processos adotados na produção capitalista daquele momento histórico, sejam rechaçadas e acabem desaparecendo ou sobrevivendo apenas marginalmente.

Também é perfeitamente possível que, num momento histórico posterior, essas alternativas deixem de ser desfavoráveis ao capital, mas ainda assim não sejam recuperadas e adotadas. Mesmo se tomarmos a valorização como objetivo do processo de seleção operado pelo capital, cabe atentar para o fato acima mencionado: trata-se de uma seleção dentre as opções disponíveis, e não dentre as opções possíveis. Especialmente no setor da construção e, mais ainda, na produção de moradias, são raros os investimentos em pesquisa de inovação que ultrapassam aspectos parciais. Em geral, as investigações visam à simples 'otimização' de

processos já consolidados e à correção de problemas deles resultantes; facilmente elas assumem o papel de, por assim dizer, otimizar o péssimo. Esse paradoxo é característico de toda a racionalidade instrumental subjacente ao processo histórico de modernização da produção e o torna profundamente contraditório, não apenas em relação à sociedade em geral, como também em relação à própria lógica do capital.

Reprodução das relações sociais

Não há dúvida de que as nossas maneiras de morar são parte da formação econômico-social capitalista, seja positivamente (em acordo com ela) ou negativamente (como obstáculo, resistência ou exclusão). No entanto, sua inserção nesse modo de produção abrange mais do que fenômenos como mercado imobiliário, déficit habitacional e indústria da construção. Antes de tudo, a produção do espaço habitacional se insere na produção do espaço em geral, e, como mostrou Henri Lefebvre, essa produção é essencial à "sobrevivência do capitalismo".8

Lefebvre parte do raciocínio de que a persistência das relações sociais capitalistas não é autoevidente. Não é óbvio que um modo de produção ao qual as crises são inerentes mantenha suas forças produtivas permanentemente subjugadas a relações de produção contraditórias. Marx já havia elucidado os mecanismos de crise do capital, demonstrando que recessão e desemprego constituem "o modo pelo qual o sistema funciona, não o modo pelo qual ele falha",9 mas tinha convicção de que exatamente isso levaria a sociedade burguesa ao colapso. As forças produtivas (trabalho e conhecimento) avançariam a ponto de não mais poderem ser mantidas sob relações em que os frutos do trabalho são distribuídos de forma absurdamente desigual. No entanto, o colapso não ocorreu, embora as crises tenham se tornado cada vez mais turbulentas e os expedientes de dominação cada vez mais coercitivos, e embora a própria divisão de classes tenha se modificado em muitos aspectos. A relativa atenuação das contradições internas, suficiente para evitar uma crise global, e o crescimento econômico (sem o qual não há capitalismo) persistiram por todo o século XX. Diante disso, Lefebvre põe em primeiro plano uma pergunta que Marx nunca desenvolveu em profundidade: como as relações capitalistas de produção se mantêm e

⁸ LEFEBVRE, A re-produção das relações de produção, 1973.

⁹ HEILBRONER, A história do pensamento econômico, [1953] 1996, p. 156.

se renovam? Ou, em suma, como se reproduzem? Trata-se de entender como as relações entre terra, trabalho e capital são sustentadas no interior mesmo de uma situação em constante movimento.

Muito esquematicamente, o argumento de Lefebvre para responder a essa pergunta é que o capitalismo sobrevive porque é capaz de reorganizar, numa ordem espacial, os elementos da prática social que lhe são anteriores ou exteriores, e porque é capaz de espacializar as novas relações sociais, isto é, produzir um espaço.

A reprodução (das relações de produção, não apenas dos meios de produção) não está localizada simplesmente na sociedade como um todo mas no espaço como um todo. O espaço, ocupado pelo neocapitalismo, seccionado, reproduzido homogeneamente e ainda assim fragmentado, torna-se a sede do poder. As forças produtivas permitem àqueles que delas dispõem controlar o espaço e até produzi-lo. Essa capacidade de produção se estende por todo o espaço da terra e para além dela. O espaço natural é destruído e transformado em produto social por um conjunto de técnicas, particularmente a física e a ciência da informação. Mas esse crescimento das forças produtivas continua a gerar contradições específicas que ele reproduz e agrava. Por um lado, ele destrói a natureza e transforma o espaço material, mas, por outro lado, a propriedade privada (posse privada da terra e portanto do espaço natural) mantém o poder produtivo atado à ordem de eras passadas de produção agrária e 'natureza' rural.¹º

É importante acentuar, mais uma vez, que a produção do espaço que o capitalismo engendra, apesar de sua hegemonia, não tem a coerência de um sistema. Ela gera também múltiplas contradições (centro/ periferia, formal/ informal, urbano/ não urbano) e depende a todo momento de novas estratégias, intervenções, planejamentos e mecanismos de coerção.

Cabe então ver a produção da moradia nesse contexto mais amplo de reprodução das relações sociais. Como dito anteriormente, isso abrange questões como déficit habitacional, especulação imobiliária e indústria da construção, mas vai muito além delas. Poderíamos começar por apontar o fato de que a moradia fixa se tornou item obrigatório da existência urbana, mesmo quando sua aquisição e manutenção implicam endividamento insustentável das pessoas e mesmo quando

¹⁰ LEFEBVRE, A re-produção das relações de produção, 1973, pp. 95–96;* The survival of capitalism, p. 84.

ela é disfuncional ao seu cotidiano. A habitação fixa é uma forma de controle da população no espaço (basta lembrar as dificuldades que a população itinerante causa aos recenseadores), legitimada pelos discursos em torno da necessidade ancestral da 'casa', que ao mesmo tempo obstruem críticas. Ora, se a relação afetiva e simbólica com uma moradia fixa fosse uma necessidade imutável do ser humano em geral, ela deveria valer como argumento contra a mobilidade urbana (mudança de um endereço fixo para outro endereço fixo), tanto quanto contra a itinerância (moradia móvel ou ausência de moradia). Outro aspecto a apontar diz respeito à organização mesma do espaço doméstico: quando produzido formalmente para as faixas de renda médias e baixas, esse espaço se predetermina a partir de uma composição familiar padrão, de um elenco de ações que os seus membros supostamente devem realizar e de um repertório de mercadorias que devem consumir.

Na realidade, são inúmeros os vínculos entre reprodução das relações sociais e produção de moradia. A maior parte deles ainda carece de análises realmente contundentes. Assim, embora uma investigação acerca da produção habitacional não seja o mesmo que uma investigação sobre a produção do espaço em geral, ela não pode se esquivar da tentativa de compreender de forma abrangente o papel da moradia na sociedade contemporânea. Para isso, terá de ultrapassar delimitações disciplinares, até mesmo aquela que tradicionalmente mantém a Arquitetura apartada da Economia.

Contradições da produção capitalista de moradias

O fato de a nossa formação social ser capitalista em sua totalidade não significa que toda produção nela engendrada também o seja. Aliás, as incoerências mesmas dessa formação impedem isso. Capitalista é a produção que tem por finalidade a valorização de um capital, seja no ramo da fabricação de tijolos, armas, viagens turísticas ou jornais. Fundamentalmente, só há uma maneira de realizar essa valorização: troca-se um capital-dinheiro pelas mercadorias meios de produção e força de trabalho; com o trabalho, transformam-se os meios de produção em novas mercadorias; trocam-se as novas mercadorias por capital-dinheiro. A diferença entre o capital introduzido no processo e o capital retirado dele é o mais-valor, o lucro. Qualquer outra valorização de capital, na forma de juros, renda, tributos ou lucro comercial, é, em última análise, subtraída desse processo básico.

Já a produção que não tem por objetivo a valorização de capital não pode ser denominada capitalista. No âmbito da moradia, isso se aplica a todo tipo de autoprodução, formal ou informal, realizada por autoconstrução ou por autogestão com contratação da mão de obra ou por qualquer variação dessas modalidades. Além disso, a produção realizada pelo Estado é, em princípio, não capitalista. Importa que o agente que investe na produção o faz para obter um valor de uso e não para obter um suporte de mais-valor.

Poderíamos chamar a produção não capitalista de 'não comercial' e a capitalista de 'comercial' ou 'de mercado', como se faz costumeiramente. Apenas essa nomenclatura tem o inconveniente de identificar forma de produção e forma de circulação. Enquanto a mercadoria produzida no processo de valorização de capital precisa ser comercializada para atingir seus objetivos, isto é, dar fim ao ciclo produtivo, realizar o lucro e iniciar um novo ciclo, o bem produzido por outros processos atinge seus objetivos com a obtenção do valor de uso sem que a comercialização seja necessária. Mas isso não impede que o objeto produzido seja comercializado como mercadoria em algum momento de sua vida útil. Mercado imobiliário e produção capitalista de imóveis não são a mesma coisa. Ainda que os imóveis produzidos para a valorização de capital sempre entrem no mercado imobiliário, inversamente, nem todos os imóveis que compõem esse mercado foram produzidos para a valorização de capital. Há, por exemplo, um mercado imobiliário nas favelas, mas não há produção capitalista de imóveis.

Antes do século XIX e do surgimento das metrópoles industriais, a produção de moradias não era capitalista. Tratava-se, na verdade, de uma parte da economia doméstica: a moradia era construída pelos próprios moradores ou encomendada diretamente a artesãos e mestres de ofício. Mas, mesmo na metrópole industrial, a produção capitalista de moradias se institui apenas lentamente e para um público restrito. Até hoje, a autoprodução continua responsável pela maior parte do provimento de moradias nas áreas urbanas da América Latina, sobretudo nas faixas mais pobres da população. Apenas esse fato já merece atenção, se confrontado com o desenvolvimento industrial e financeiro em outros setores da economia. A sua explicação a partir de noções como desigualdade social, distribuição de renda e baixos salários não é errada, mas também não atinge o cerne da questão: o fato de a produção capitalista de moradias para a totalidade da população ser inviabilizada pelas suas próprias contradições internas. Maior indício dessa

inviabilidade é que apenas os países em que houve programas públicos amplos e de longa duração resolveram seus problemas habitacionais pela via formal. Os outros o fizeram invariavelmente de modo informal, com maior ou menor precariedade. Ambas, a produção formal sustentada pelo Estado e a produção informal, são em si mesmas não capitalistas, embora indispensáveis ao capital.

As contradições inerentes a uma produção capitalista da mercadoria moradia para a totalidade da população envolvem, de um lado, a chamada solvabilidade da demanda e, de outro, a formação de preço da terra urbana. Quanto à primeira questão, ela costuma ser entendida simplesmente como consequência do alto preço dos imóveis e dos baixos salários; quem ganha pouco não tem dinheiro para comprar uma casa. Mas cabe observar que se trata de um problema estrutural, e não de um problema apenas circunstancial. A própria lógica que define o valor da força de trabalho gera a discrepância entre o preço da moradia e a capacidade de pagamento da população cujos rendimentos advêm somente da venda dessa força de trabalho. Mesmo que os salários fossem 'justos' (pelo critério: valor da mercadoria 'força de trabalho' = valor de sua reprodução = custo de vida do trabalhador), a moradia, na modalidade que nos é familiar, continuaria inacessível. Isso porque o valor do trabalho por um tempo determinado corresponde ao valor de sua reprodução durante esse mesmo tempo — um mês, por exemplo. O salário mensal 'justo' inclui o custo mensal da moradia, mas não contém excedente de poupança. Em outras palavras, o trabalhador assalariado, não sendo pago antecipadamente por sua reprodução em algum momento futuro, não pode antecipar o pagamento de seu consumo futuro. Sob esse aspecto, a forma coerente de acesso à moradia seria o pagamento concomitante ao uso, como o aluguel ou de modo que o fim do pagamento coincidisse com o fim da vida útil daquele bem. No entanto, isso imobiliza o capital produtor de moradias, reduzindo sua lucratividade. Se esse capital passar a atuar como capital financeiro, acrescendo juros ao preço da moradia, ultrapassa o custo de reprodução embutido no salário. O problema só pode ser contornado por ações compensatórias do Estado, na forma de financiamentos para a habitação, poupança forçada ou aquisição de habitações para aluguel; o que, de um modo ou de outro, é uma solução externa à produção pelo capital. Nesse mesmo contexto interessa também notar que o problema da solvabilidade persistiria ainda que o valor da moradia diminuísse drasticamente (em razão de uma nova tecnologia de construção, por

exemplo). O salário continuaria incluindo o valor dessa moradia diluído ao longo de sua vida útil. O valor médio de reprodução da força
de trabalho poderia cair, é verdade, mas o trabalho continuaria não
sendo pago antecipadamente para a sua reprodução futura. Contra os
defensores da industrialização per se, isso quer dizer que o problema da
habitação não se resolve pela disponibilização de tecnologias de baixo
custo ao capital de construção.

Quanto ao problema da formação de preço da terra, Ribeiro defende a seguinte tese:

[...] a terra é um bem não produzido que, portanto, não tem valor, mas adquire um preço. Ora, um bem não produzido não pode ter seu preço regulado pela lei da oferta, pois não há lei regulando a sua oferta. É a procura que suscita o preço da terra e não o encontro do mercado de 'produtores' e compradores de solo. É necessário esclarecer que não é a demanda final formada pelos consumidores orientados pelas suas preferências e levando em consideração as utilidades das várias porções de solo que fixa o preço da terra. Trata-se da demanda capitalista por solo. Em outras palavras, é necessário colocar como premissa de análise que os preços fundiários são formados a partir da hierarquia de preços gerada pelas várias demandas dos agentes capitalistas que valorizam seus capitais através da utilização e da transformação do uso do solo urbano.¹¹

Se essa tese for correta, a produção capitalista de moradias disputa o uso do solo com outros capitais. Aquele para o qual certa porção de solo implica maiores vantagens financeiras, pelas características do terreno em si ou pela obtenção de sobrelucros de localização, paga por ela o preço mais alto. Porém, para qualquer outra produção de mercadorias que não a construção de imóveis, o solo é condição de produção, e não meio de produção. Uma vez adquirido, ele suporta muitos ciclos produtivos e gera sobrelucros de localização por um período longo. Já na produção de moradias, o solo é matéria-prima, consumida inteiramente a cada ciclo produtivo. Assim, num único ciclo, o preço da terra para as moradias deve superar o sobrelucro obtido por outras atividades econômicas em *n* ciclos. Não é difícil imaginar que, para o ramo da moradia popular, essa é uma condição praticamente impossível de satisfazer em qualquer região urbana provida de infraestrutura e com

¹¹ RIBEIRO, Dos cortiços aos condomínios fechados, 1997, p. 40.

uma localização favorável às atividades cotidianas de seus moradores. Mais uma vez, a solução está nas formas não capitalistas mencionadas anteriormente: ou há uma reserva de solo por parte do Estado, ou uma ocupação informal.

Em síntese isso significa que nossa formação econômico-social se sustenta por uma forma de produção de moradias que lhe é exterior. Quando informal, essa produção costuma ser excluída também das instituições técnicas, acadêmicas e jurídicas que protegem e promovem outras atividades econômicas. Por essa razão, os projetos de pesquisa do grupo MOM se destinam à produção não capitalista de moradias, e especialmente à autoprodução com ganhos de autonomia. Isso não impede a utilização de quaisquer resultados em outras formas de produção, mas define claramente algumas prioridades.

Autoprodução de moradias

John F. C. Turner, depois de visitar "muitas favelas, conjuntos residenciais e outras formas de moradia urbana no Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Recife e Belém", acompanhado por colegas arquitetos brasileiros, fez a seguinte observação: "Mostraram-me problemas — favelas, mocambos, alagados etc. — que considero soluções. E mostraram-me soluções — conjuntos de habitações de baixo custo — que eu chamo problemas". ¹² Isso foi em 1968, mas nos parece que a maior parte de seus argumentos não perdeu a validade.

Turner defende a constatação acima com o raciocínio de que os valores de uso da moradia variam de acordo com as situações sociais dos moradores. Enquanto nos conjuntos habitacionais e empreendimentos afins dá-se mais atenção às características do abrigo propriamente dito, tais como o conforto ambiental, ergonomia ou aparência, esses aspectos só têm valor de uso para os moradores quando outras condições estão asseguradas, e mesmo então não costumam obedecer aos padrões imaginados pelos projetistas. Para aquele setor mais pobre da sociedade urbana, isto é, o setor cuja renda além de baixa é muito irregular, a localização da moradia importa mais do que qualquer outro aspecto. Apenas a proximidade imediata das oportunidades eventuais de trabalho, sem dispêndio de tempo e dinheiro na locomoção, viabiliza a sobrevivência dessas pessoas e por vezes possibilita que elas alcancem

alguma melhoria em sua condição de vida. Para o morador de viaduto, que se sustenta fazendo carretos, uma pequena alteração na localização urbana significa o colapso do meio de vida. Mesmo que ele receba gratuitamente um lote em outra localização, não escolherá se mudar. Para a população de renda baixa, mas relativamente fixa (mesmo que nunca se saiba por quanto tempo), a localização continua importante, contudo, ao lado dela, se buscam também alguma segurança de posse e os valores de uso de equipamentos públicos ou comunitários. A propriedade de um lote ou a garantia de não ser expulso dele assegura certa estabilidade em situações difíceis, como perda do emprego ou doença, e possibilita melhorias paulatinas, sem endividamento e com alguma liberdade de ação, como ampliações de espaço da moradia ou acréscimo de um cômodo para aluguel ou comércio. Mesmo que esse morador tenha a opção de obter um financiamento a juros reduzidos para se mudar para uma moradia 'acabada', 'arrumada' e num local muito próximo, preferirá ficar com a que tem e melhorá-la ao longo do tempo. As qualidades físicas da unidade de moradia, convencionalmente priorizadas por arquitetos, apenas começam a ter relevância quando o nível de renda aumenta substancialmente. Mas, ainda assim, a tendência é que o morador prefira decidir ele mesmo sobre essas qualidades (escolhendo ornamentos ou equipamentos, por exemplo) do que receber um imóvel padronizado e igual a dezenas de outros. Por isso, diz Turner, o problema habitacional não consiste num déficit de unidades de moradia de determinado padrão, mas num "déficit de localizações adequadas, de acomodações de baixo aluguel, de terrenos, de equipamento comunitário e de serviços públicos". 13

Levar a sério essas considerações tem por consequência mudar inteiramente o enfoque convencional sobre a moradia popular. Não se trata somente de perceber que a 'planta' do apartamento de classe média não se adapta às necessidades de qualquer grupo social ou que reduzir as dimensões dos cômodos não faz de uma moradia de classe média uma moradia popular. Trata-se de perceber que, para a população socialmente mais vulnerável, a moradia não constitui primordialmente um abrigo, nem primordialmente uma unidade de consumo, mas é parte ativa da economia doméstica, unidade de produção, possibilidade de renda, apólice de seguro, poupança, garantia de inserção social e de acesso a trabalho, escola, saúde, comércio. Ou seja, ela supre boa parte

daquilo que o modo de produção hegemônico na nossa sociedade é incapaz de oferecer a todos os seus membros. Nesse sentido, a moradia popular autoproduzida está muito mais próxima da moradia tradicional, anterior à divisão espacial de trabalho e habitação, do que da moradia operária idealizada para a cidade industrial a partir do século XIX.

A prática de autoprodução de moradias se dá em etapas lentas e certamente menos econômicas nas técnicas e nos materiais consumidos do que poderia ser a construção em massa. Por outro lado, ela se faz sem os custos da institucionalização e do lucro dos diversos agentes não públicos envolvidos; "a casa feita por conta própria — mesmo quando o chefe de família procede como empreiteiro e não contribui com nenhuma parcela de sua própria mão de obra — custa a metade do preco daquela construída pelo empreiteiro comercial contratado pelo organismo oficial". 14 De resto, o custo da moradia autoproduzida não se deixa equacionar em comparação simples com o custo de uma produção comercial. Cada uma de suas etapas obedece a determinações e oportunidades específicas e concretas, não genéricas e abstratas. Essas determinações envolvem de reuso de materiais e aquisição em promoções, até troca de favores e relações familiares e de solidariedade, passando pelas habilidades individuais das pessoas. Por isso, são inócuas as tentativas de demonstrar a 'deseconomia' dessa produção em favor de processos formais; comparar *n* horas de servente de pedreiro a dois fins de semana de ajuda do vizinho é, por assim dizer, misturar alhos com bugalhos. Daí o fato "simples porém raramente notado, de que o processo de construção de uma casa, em si mesmo já é um veículo de mudança social". 15 Há chances concretas de melhoria das comunidades quando seus membros têm oportunidade de investir no espaço segundo suas próprias necessidades, possibilidades e preferências ao longo do tempo. O mais bem-intencionado projeto de habitação popular que ofereça soluções fechadas ou tente controlar o processo, predefinindo ampliações e alternativas, representa um entrave a essas chances de melhoria. Tais chances podem ser vistas num contexto mais amplo, como parte da possibilidade mesma de consolidação de uma economia popular, isto é, de um setor econômico regido pela reprodução da vida, e não pela valorização de capital.16

¹⁴ Ibidem, p. 18.

¹⁵ Ibidem, p. 19.

¹⁶ Ver, por exemplo, os trabalhos de José Luis Corragio.

Não obstante essas vantagens potenciais, a autoprodução enfrenta muitas dificuldades. Além da dificuldade básica de escassez de recursos, elas dizem respeito ao enquadramento institucional e jurídico, ao conhecimento técnico e ao reconhecimento da experiência adquirida, à obtenção de informações e à organização entre os diversos agentes. Considerando essas dificuldades, interessam-nos pesquisas que auxiliem um desenvolvimento das formas existentes de autoprodução de moradias, para que seus usuários possam, individualmente ou em grupos:

- Obter e trocar informações livre e facilmente em todas as etapas de produção e uso;
- Estabelecer diretrizes e regras conjuntas para uso e ocupação de terrenos urbanos a partir de prospecções compreensíveis a todos;
- Projetar seus próprios espaços de moradia, se e quando a existência de um projeto for útil;
- Obter modelos, desenhos construtivos, listas de materiais, orçamentos e outros documentos úteis aos processos de decisão ou construção, ou junto a quaisquer instituições;
- Aprovar projetos junto a órgãos públicos e obter financiamentos por procedimentos simples e acessíveis;
- Adquirir componentes construtivos a bons preços e reutilizar, reciclar, vender ou comprar componentes usados;
- Adquirir habilidades para a construção de moradias segundo técnicas convencionais ou alternativas;
- Executar moradias por meio de autoconstrução e sem necessidade de maquinário de grande porte ou dispendioso;
- Fazer projetos ou obras de alteração da moradia sempre que necessário.

Pesquisas voltadas a uma produção de moradias com essas características exigem uma multiplicidade de investigações combinada a uma multiplicidade de ações e experimentos, que abrangem desde o aspecto técnico-construtivo até o jurídico, passando por questões espaciais, urbanas e ambientais, por formas de gestão e capacitação, por tecnologias da informação, pela discussão de modelos econômicos, administrativos e políticos. Trata-se, portanto, de uma empreitada interdisciplinar e de longo prazo, que não se realiza no âmbito de um grupo de pesquisa, mas que pode ser iniciada e estruturada nesse âmbito.

[2008] Arquitetura como exercício crítico

Silke Kapp | Ana Paula Baltazar | Denise Morado

A origem deste ensaio foi uma palestra na Universidade de Sheffield, no simpósio *Alternate Currents*, em novembro de 2007. O evento fechava um projeto de pesquisa coordenado por Jeremy Till e Tatjana Schneider sobre práticas não normativas de arquitetura, que depois deu origem ao projeto *Spatial Agency*. Por um lado, a palestra exigiu algumas explicações redundantes para pessoas familiarizadas com o contexto brasileiro, por outro, nos obrigou a sistematizar novamente as premissas do MOM formuladas em 2004, incorporando pesquisas e experimentações daqueles três anos, como, por exemplo, a interface de espacialidade.¹

Abordar a arquitetura como um evento implica vê-la como processo aberto. Essa abertura não consiste meramente em abrir objetos acabados em relação ao seu uso, mas numa abertura de todo o processo de projeto, construção e uso. Em última análise, significa a autonomia de construtores e usuários, e o fim de uma produção fragmentada do espaço. A questão é: o que então restaria aos arquitetos fazer? Na nossa opinião, algumas tarefas relevantes, como o exercício da crítica, a mediação e a produção de interfaces. Essas práticas possíveis (e outras que talvez ainda nem tenhamos considerado) são tentativas de superar a produção do espaço como "reprodução das relações de produção". Nós tomamos referências da produção informal de espaços de moradia nas favelas brasileiras, bem como da arte de Lygia Clark para sugerir pequenos cursores rumo a alternativas às práticas arquitetônicas formais, heterônomas, normativas e pautadas na lógica da solução de problemas.

Para discutir práticas alternativas na arquitetura e para explicar o que nosso grupo de pesquisa vem tentando fazer, começaremos pela própria definição de *arquitetura*. Mas não se assustem, não será um tratado sobre toda a gama de definições intrincadas que os teóricos

¹ Primeira publicação: Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices. *Field: a free journal for architecture*, v. 2, n. 1, 2008, pp. 7–29.

² LEFEBVRE, A re-produção das relações de produção, 1973.

da arquitetura forneceram ao longo da história. Vejamos apenas três significados básicos do termo.

Num primeiro sentido, arquitetura se refere a um corpus de conhecimentos e práticas especializados que constitui uma arte, profissão, disciplina ou, como Pierre Bourdieu sintetizaria, um "campo". O objeto dessa disciplina ou campo é, supostamente, o espaço feito pelos seres humanos, assim como o objeto da medicina é a saúde ou o objeto da culinária é a comida. Mas o campo da arquitetura de fato ignora a maior parte de tal espaço. Por isso, num segundo sentido, arquitetura significa a pequena porção do espaço humano historicamente abordada por aquele conhecimento especializado.

O arquiteto e sociólogo australiano Garry Stevens,⁴ que analisou o campo da arquitetura a partir da teoria de Bourdieu, entende que a principal diretriz da disciplina, desde o seu estabelecimento na Renascença, sempre foi o desenho de edificações para a representação do poder, e não o desenho de espaços aprazíveis para todos. Portanto, a arquitetura no segundo sentido consiste em edificações, lugares ou paisagens extraordinários, que contrastam com um pano de fundo de espaços não legitimados pela disciplina. Embora sejam o tema preferido de publicações especializadas, preleções acadêmicas sobre história da arquitetura ou discussões entre profissionais, tais objetos excepcionais são pouco relevantes para a vida cotidiana. Além disso, os produtos dos arquitetos de fato são desenhos, não construções, já que desde a Renascença a especialização do campo se concentrou em concepções abstratas em vez de construções concretas.

Poderíamos acrescentar que a tão diagnosticada crise da arquitetura é efetivamente uma crise do campo. O campo como tal tem estado em risco desde o século XX, porque o poder encontrou maneiras bem mais poderosas de representar a si mesmo do que o são as construções. Para mencionar apenas um sintoma dessa situação: todo arquiteto sabe que vencer um concurso ou ter desenhos amplamente publicados é tão importante quanto construir alguma coisa de fato. Se é verdade que o campo arquitetônico está, em última análise, centrado na representação do poder, então a crise é apenas uma consequência do fato de que, para um político ou um governo, o anúncio de um novo projeto

³ BOURDIEU, A distinção: crítica social do julgamento, [1979] 2007.

⁴ STEVENS, O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica, [1998] 2003.

acompanhado de belos desenhos rende tantos votos quanto o empreendimento da construção em si. Hitler deve ter sido o primeiro político a usar sistematicamente essa estratégia de obtenção do efeito de construções reais por meio de representações espetaculares (exibindo filmagens de maquetes no cinema).⁵

O terceiro significado do termo arquitetura — no qual insistiremos aqui — é a transformação do espaço pelo trabalho humano. Ele designa um processo, não um produto; ele não depende de escala ou função, nem da presença de um desenho ou plano prévio; e ele inclui, enfaticamente, espaços cotidianos tais como moradias ou equipamentos públicos despretensiosos, que são o foco das nossas pesquisas até agora. Essa é uma definição bastante ampla, e sabemos que ela não satisfaz a alguns dos nossos colegas, mas teremos que avançar um pouco mais para mostrar por que insistimos nela ainda assim.

Conforme a lógica interna do campo arquitetônico, a distinção entre a arquitetura no segundo sentido (também chamada de 'arquitetura de verdade') e a arquitetura nesse último sentido (também dita 'mera construção') costuma se basear numa espécie de qualidade artística, mítica, formal ou metafórica. Ela tem pouca relação com a construção e o uso 'reais', e parece extremamente difícil de explicar — tão difícil que é empregada como um código secreto. Quem o entende tem chance de alcançar uma posição poderosa dentro do campo; quem não o entende ocupará uma posição subordinada, trabalhando para outros arquitetos ou desenhando produtos de massa para a indústria da construção, que não são considerados 'arquitetura de verdade'. Assim, se quisermos discutir práticas alternativas, o primeiro passo é romper essa lógica excludente e tomar toda transformação do espaço pelo trabalho humano como um objeto de investigação e reflexão. Isso significa abrir mão dos ideais de autoria e integridade do trabalho arquitetônico, bem como do pressuposto de que usuários e construtores sejam sujeitos passivos, dispostos a conformar suas ações à imaginação do arquiteto. Significa, também, não evitar temas relacionados à sociologia ou à economia política, tais como o mercado imobiliário, as políticas públicas ou a produção espontânea e informal. Uma teoria da arquitetura nesse sentido amplo ainda não foi escrita, e por uma razão bastante óbvia, pois o campo como um todo tende a preferir discursos exclusivos e

⁵ Cf. documentário de Peter Cohen, Undergångens Arkitektur, Suécia, 1989; no Brasil, intitulado Arquitetura da destruição.

excludentes àqueles que poderiam esgarçar suas fronteiras. Em termos mais concretos, isso significa que arquitetos preferem a certeza dos seus papéis tradicionais à reflexão que mina a exclusividade de seus talentos. Se qualquer transformação do espaço pelo trabalho humano fosse considerada arquitetura, voltamos a pergunta inicial: o que restaria aos arquitetos fazer?

Entendemos que restam algumas tarefas relevantes, ligadas ao provimento de meios para a autonomia das pessoas envolvidas na produção do espaço. Nas seções seguintes, tentaremos esclarecer os processos que investigamos (pode haver muitos outros): primeiro, o constante e incisivo exercício de crítica, teórico e prático; segundo, a mediação, se e quando for desejada; e terceiro, a produção de interfaces ou instrumentos que capacitem os atores para realizarem suas próprias ações críticas no espaço. Antes de passarmos à explicação dessas possibilidades, importa acentuar que não estamos reivindicando a substituição de toda a prática arquitetônica convencional por tais alternativas. Além de incrivelmente presunçoso, isso seria apenas uma nova restrição. O que pretendemos é experimentar alguns caminhos diferentes, sem transformá-los em novas normas.

Crítica

Comecemos pela crítica. São comuns, ao menos no nosso contexto arquitetônico, as queixas sobre pessoas que apenas criticam, sem oferecer nenhuma solução melhor. Chama-se a isso de crítica 'destrutiva', em oposição a uma crítica supostamente 'construtiva'. Ou seja, se você não sabe como melhorar as coisas, cale-se e não perturbe os outros com questionamentos. Talvez essa seja uma das assertivas mais ideológicas e conservadoras já propagadas. Por que não deveríamos expressar discordância ou mal-estar, mesmo sem conhecer o problema com precisão e sem ter uma solução? Nas ciências naturais ninguém afirmaria que uma doença não deve ser descrita e debatida até que a cura esteja disponível. Mas justamente essa lógica costuma ser aplicada a questões sociais e práticas, inibindo o protesto, desqualificando a oposição e aniquilando a discussão. E a atitude é inconsistente, pois, se uma crítica focada na dominação e na heteronomia (que, em última análise, são os focos de toda crítica social séria) fornecesse instantaneamente uma nova 'solução', reproduziria o caráter normativo do próprio objeto

da crítica. O preconceito contra a crítica serve apenas para manter as coisas como estão.

Os filósofos e sociólogos Max Horkheimer e Theodor W. Adorno formulam esse ponto com mais elegância. Eles cunharam a expressão teoria crítica para a tentativa de discernir por que, apesar dos meios disponíveis, o sofrimento humano não parou de crescer na sociedade moderna. Adorno diz:

Talvez não saibamos o que é o ser humano e qual seria a forma justa das coisas humanas, mas o que o ser humano não deve ser e que forma das coisas humanas é falsa, disso nós sabemos; e somente nesse saber determinado e concreto, continua aberto para nós o outro, o positivo.6

Ou, nas palavras de Horkheimer: "Eu me vejo como um teórico crítico. Isso significa que sei dizer o que está errado, mas não sei definir o que é certo". A tarefa de um intelectual crítico é discernir, compreender, mostrar "todas as circunstâncias em que o homem é um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível". Para Karl Marx era um imperativo categórico derrubar essas circunstâncias. Mas a moderna sociedade industrial humilha, escraviza, abandona e despreza as pessoas de maneiras muito menos evidentes e muito mais diversificadas do que a opressão da classe trabalhadora do século XIX. Tornar essas maneiras inteligíveis é a tarefa da teoria crítica, ao passo que os indivíduos devem decidir por si mesmos o que fazer.

Por que então falamos de um exercício teórico e prático da crítica? Como o termo *prático* se aplica a uma tal crítica? Um exercício crítico é, ao mesmo tempo, uma forma de teoria e uma forma de práxis. Ele tende a ser mais teórico enquanto concerne à sociedade como totalidade e se torna mais prático quando aborda situações específicas. Mas ele nunca pretende ser um manual, um manifesto ou uma estratégia de solução de problemas. Ele não fornece regras universais ou declarações genéricas sobre que tipo de espaço seria bom para os seres humanos. Ele sempre permanece crítico, não prescritivo.

Num nível mais teórico, dois autores nos parecem especialmente importantes para a compreensão crítica da arquitetura. O primeiro é

⁶ ADORNO, Individuum und Organisation, [1953] 2006, p. 456.

⁷ HORKHEIMER, Zur Kritik der gegenwärtigen Gesellschaft, 1968, p. 21.

⁸ MARX, Crítica da filosofia do direito de Hegel, [1843–1844] 2010, p. 152.

Henri Lefebvre, o sociólogo francês que elaborou em detalhes a ideia de que o espaço é o principal elemento estrutural das relações sociais. Num livro intitulado A sobrevivência do capitalismo: reprodução das relações de produção, escrito imediatamente antes de A produção do espaço, Lefebvre faz algumas assertivas cruciais sobre espaço e sociedade. Ele argumenta que a persistência das relações de produção capitalistas não é autoevidente. Não é natural nem óbvio que o modo de produção ao qual a crise é inerente consiga manter as forças produtivas constantemente subordinadas a relações de produção contraditórias. Marx já esclarecera o mecanismo de crise do capitalismo, mostrando que recessão, desemprego e pobreza são partes do sistema, não suas falhas. Isso o fez acreditar que o capitalismo entraria em colapso. Mas ele estava errado: ao longo do tempo, as crises se agravaram e os mecanismos de dominação se fortaleceram. Por isso, Lefebvre pergunta como o capitalismo foi capaz de se manter e de se renovar geração após geração. Sua reposta é que o capitalismo sobrevive graças à sua capacidade de produzir espaço de acordo com sua própria lógica e de acomodar nela qualquer nicho de resistência. O capitalismo não é um modo de produção ao lado de outros, porque, apesar de suas inconsistências e contradições, já não há nenhum lugar 'ao lado'.

Entende-se facilmente o que Lefebvre quer dizer quando se observam os espaços marginalizados por essa lógica, tais como as paisagens exóticas, as cidades históricas, as ocupações urbanas ou as favelas brasileiras. Esses espaços são figuras concretas da dialética: não existiriam como exóticos, históricos ou ilegais se não houvesse uma ordem dominante 'normal'. Mas, ao mesmo tempo, sobretudo no caso de ocupações e favelas, a ordem (econômica) que torna os espaços marginais é a mesma que lhes dá origem e que depende da força de trabalho que eles proveem. Tão logo esses espaços alcançam algum peso político ou econômico, são neutralizados por um conjunto qualquer de 'planos', que pode consistir em intervenções físicas diretas e 'requalificações', ou em medidas mais abstratas, como uma conexão ao sistema de transporte aéreo internacional, um tombamento pelo patrimônio histórico ou alguma regulação da propriedade urbana. Tudo isso talvez aparente um esforço de inclusão, mas também impõe a ordem dominante a tais espaços.

⁹ LEFEBVRE, A re-produção das relações de produção, 1973; La production de l'espace, 1974.

Essa ordem dominante significa, antes de tudo, heteronomia ou o fato de indivíduos e grupos primários não serem mais capazes de negociar e decidir por si mesmos. Ainda quando se trata de políticas públicas que preveem participação popular, o processo de produção do espaço como um todo acaba se tornando burocrático, distante da compreensão da maioria das pessoas e dominado pelas chamadas 'decisões técnicas'. Por isso, um dos principais objetivos da crítica é mostrar como essa lógica genérica e abstrata de produção do espaço determina a vida das pessoas e as força a um papel passivo.

O próprio conceito de usuário, tão comum nos discursos arquitetônicos, só faz sentido no contexto de uma produção capitalista do espaço tal como Lefebvre a evidencia. Usuários são pessoas que, por definição, não produzem espaço, mas o recebem em formas determinadas por outras instâncias, mais ou menos preocupadas com o seu bem-estar. Arquitetos modernistas geralmente supunham conhecer as necessidades universais dos usuários melhor do que eles próprios. Depois essa posição deu lugar a uma abordagem mais empírica, na qual características específicas de comunidades e grupos concretos foram levadas em consideração. Mas, enquanto trabalharmos com a ideia de usuários, continuaremos operando no interior da mesma lógica. O próprio fato de não existir nenhuma expressão melhor para designar as pessoas que vivem nos espaços produzidos com a ajuda de arquitetos é um sintoma das nossas práticas impositivas. Se usarmos o termo ainda assim, pelo menos deveríamos fazê-lo com a consciência de suas implicações.

Alguns arquitetos estão trabalhando numa crítica do papel passivo do usuário e abordando a arquitetura mais como evento do que como objeto, mas eles raramente chegam ao ponto em que as relações de produção são questionadas. Bernard Tschumi, por exemplo, argumenta que não importa a aparência de um edifício, mas aquilo que ele "faz". Porém, quem define o que o edifício deveria 'fazer' ainda é o arquiteto, não o usuário ou a prática do uso.

O processo de projeto que se propõe para uma tal arquitetura do evento muitas vezes é baseado na prescrição do movimento. Um exemplo seria o pavilhão dos EUA na Bienal de Veneza de 2000. Hani Rashid, Greg Lynn e seus estudantes gravaram o movimento de uma pessoa dentro do pavilhão vazio e então criaram uma espécie de estrutura

aramada para representá-lo. A estrutura foi instalada no interior do pavilhão e acabou se tornando um obstáculo maior para o movimento de outras pessoas do que seria o próprio pavilhão vazio.¹¹

Alberto Pérez-Gómez e Louise Pelletier, por sua vez, se concentram na experiência do usuário num espaço dado. Pelletier até aborda o papel da arquitetura efêmera, na tentativa de priorizar a experiência em vez da concepção do edifício acabado. Mas, como o processo social de produção quase não é discutido, tal usuário continua sendo um apreciador ou, no melhor dos casos, um intérprete de uma poética dada.

Finalmente, Sarah Wigglesworth e Jeremy Till veem a arquitetura como evento de um modo mais próximo ao nosso, buscando um desenho para a ação. ¹³ Sua prática também difere da maioria das outras por acolher mudanças, inevitavelmente implicadas num princípio de projeto e construção baseado em eventos. Mas mesmo nesse caso persiste a premissa de que concepção, construção e uso seriam operações separadas.

Indo um pouco mais longe, nosso entendimento de uma arquitetura como evento significa que todo o processo de produção do espaço precisa ser revisto, do projeto à construção e ao uso. Em vez de basearmos o projeto numa prescrição de eventos, numa antecipação, numa experiência prévia ou em cuidadosas observações, perguntamos como prover instrumentos ou interfaces que permitem às pessoas comunicar os seus desejos: concebendo, construindo e usando os espaços simultaneamente. Tais instrumentos seriam como alfabetos e palavras, talvez com algum traço de regras gramaticais, mas certamente não seriam textos. A arquitetura seria parte da ação, não o seu pano de fundo, tampouco o seu bem definido contorno.

Um segundo autor muito importante para a discussão crítica da arquitetura é o arquiteto e artista brasileiro Sérgio Ferro. Nos anos 1960, recém-graduado, ele participou de diversos projetos de edifícios para a nova capital Brasília. O contraste entre as condições desumanas daqueles canteiros e os discursos políticos e arquitetônicos de democracia e liberdade — ideais que supostamente teriam sido a origem de toda a empreitada de Brasília — o levou a formular uma crítica radical de todo desenho arquitetônico. Na sua visão, o desenho nada mais é

¹¹ ASYMPTOTE, 2000 Venice Biennale U.S. Pavilion, 2008, disponível em: www.asymptote.net.

¹² Preleções de Alberto Pérez-Gómez e Louise Pelletier na EAUFMG, 5/8/2007 a 7/8/2007.

¹³ WIGGLESWORTH, Place setting, 1999, pp. 116–119; TILL, Too many ideas, 2001, pp. 20–24.

do que uma maneira de enquadrar a arquitetura na chamada 'formamercadoria'. Em outras palavras, a existência de um desenho prévio é a principal condição para a produção sistemática da arquitetura como mercadoria.¹⁴

Tal como qualquer processo em que mercadorias se produzem para a obtenção de lucro máximo, a moderna indústria da construção depende da extração de mais-valor; o que significa que o trabalho empregado deve produzir mais valor do que recebe em remuneração. Essa condição é muito difícil de alcançar quando os construtores trabalham em grupos pouco hierarquizados, com habilidades manuais e intelectuais amplas e compartilhadas, tomando decisões e executando--as como partes de um mesmo processo, e definindo o resultado apenas pouco a pouco. Em outras palavras, a ordem prevalecente em quase todos os canteiros medievais, na maioria dos canteiros comuns (não monumentais) até o século XIX e nos canteiros informais ou espontâneos atuais é inadequada à indústria capitalista da construção. Diz-se que seria 'atrasada', contrária a uma ordem 'moderna'. Ferro argumenta que Brunelleschi foi o primeiro a engendrar uma tal ordem 'moderna', garantindo a extração de mais-valor. Sua atuação no canteiro do Duomo de Florença o ilustra:

Brunelleschi não hesita, por exemplo, em encenar doença, fazendo o detestado Ghiberti perder a direção da obra por desconhecer as manhas de seu desenho. [...] diante de uma greve por aumento de salários (já extremamente diversificados), importa operários não florentinos, conseguindo quebrá-la. E só aceita novamente os primeiros por salários inferiores aos que ocasionaram a greve (em outros termos, é feroz no zelo pela mais-valia absoluta). Ou ainda: preocupado com a perda de tempo e energia, instala no alto da cúpula uma cantina ('fordizada', na acepção de Gramsci), evitando que os operários desçam para comer, beber, se reunir e conversar (reconhecemos a meta: a mais-valia relativa). 15

O desenho, concebido fora do canteiro e codificado numa linguagem que os construtores talvez entendam, mas que não são capazes de operar, possibilita 'modernizar' o setor. Construtores podem ser alienados das decisões e dos resultados, hierarquizados de acordo com habilidades

¹⁴ FERRO, Arquitetura e trabalho livre, 2006.

¹⁵ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, pp. 193–194.

específicas e empregados por baixos salários. A desqualificação do trabalho aí é muito similar àquela das clássicas fábricas, com a diferença de que a dominação precisa ser permanentemente reproduzida pela violência, já que, na maioria dos canteiros, o maquinário não é complexo o suficiente para assegurar a divisão do trabalho. À diferença dos trabalhadores numa fábrica, os da construção costumam ter consciência do fato de que a ordem hierárquica que os subordina não é uma exigência técnica, mas uma exigência administrativa, e de que, sem essa ordem, seriam capazes de realizar um trabalho igual ou até melhor.

Complementando essa breve explicação das principais ideias de Ferro, cabe notar que a produção de mais-valor depende de ramos econômicos tecnologicamente menos desenvolvidos ou, em termos mais específicos, de setores trabalho-intensivos, tais como a construção civil. Todo período de crescimento econômico desde a Renascença esteve de alguma forma associado a intensas atividades de construção, não como sua consequência, mas como uma de suas causas. E, tanto quanto sabemos, tais atividades de construção sempre geraram empregos nas piores condições e com os salários mais baixos. Isso vale para o milagre brasileiro dos anos 1960 e 1970, e ainda vale para a China ou a Índia dos dias de hoje. Mesmo em países ricos como França, Inglaterra ou Alemanha, a construção é trabalho duro, feito sobretudo por imigrantes e outros grupos sociais desprivilegiados. Diante dessa evidência, parece um tanto bizarro tomar as formas de Oscar Niemeyer como expressão de liberdade. Elas são metáforas de uma carência, porque a lendária liberdade no gesto do desenho significa apenas amarras para outras pessoas. Obviamente, não culpamos os arquitetos por todo o modo de produção da nossa sociedade, mas, se quisermos discutir práticas alternativas, precisamos questionar também a função econômico-política do desenho.

Ao longo das duas últimas décadas, muito tem sido dito sobre autonomia e arquitetura, na maioria dos casos discutindo o status da arquitetura como uma arte ou ciência autônoma. Mas autonomia, assim como heteronomia, envolve o nomos, isto é, a norma. Normas são definidas por pessoas mediante ações; não se assemelham a leis naturais ou dispositivos mecânicos. Por isso, nada pode ser autônomo senão pessoas. A expressão autonomia da arquitetura significa apenas que arquitetos, editores, teóricos e outros atores desse campo cultural — que, como já dito, abrange somente uma pequena parte da arquitetura como evento — seguem um conjunto de normas historicamente

definidas por eles próprios. E tais normas têm dupla função. Aplicadas à vida dos usuários e ao trabalho dos construtores, aparecem como heteronomia e fazem parte de um contexto mais amplo de dominação. Por outro lado, o pressuposto da autonomia protege a nós (arquitetos) da consciência nua e crua desse contexto. Em nome da autonomia, o campo pode se recusar a ver a produção de massa como 'arquitetura de verdade', mesmo que de fato os arquitetos desenhem sobretudo espaços 'ordinários'. A dominação parece mais aceitável quando é vista apenas como uma exceção, como meio para um fim, que seria a arte nobre. A respeito da obra de Niemeyer em Brasília, a maioria dos especialistas diria que o sacrifício (dos trabalhadores) valeu a pena.

Se estivermos realmente interessados numa sociedade livre, deveríamos mudar nossa perspectiva e priorizar a autonomia das pessoas afetadas pela prática arquitetônica, em vez da autonomia dos arquitetos. A única norma para a arquitetura seria uma norma negativa: quanto mais um objeto ou processo restringir a autonomia de indivíduos ou grupos primários, ou impuser dependências em relação a sistemas de grande escala, instituições ou intervenções, pior ele será. O ideal, nessa perspectiva, seria uma emancipação de usuários e trabalhadores que revertesse sua separação em funções econômicas de meros consumidores ou mera força de trabalho.

Mediação

Uma produção cotidiana do espaço que, ao menos em alguns aspectos, remete à ideia de emancipação ocorre hoje nas favelas brasileiras. Não cabe romantizar o espaço das favelas, porque ele deriva mais de necessidades do que de escolhas. A autonomia relativa dos moradores na produção desse espaço é consequência direta de sua posição marginal no sistema econômico, que os exclui do consumo das mercadorias arquitetônicas formalmente produzidas. Quaisquer vantagens que possa haver ali nascem desses antagonismos na ordem social dominante. Justamente tal situação antagônica nos leva à segunda das tarefas mencionadas acima: a prática arquitetônica como mediação a serviço da autonomia das pessoas. Mediação significa que arquitetos agem por solicitação do usuário e para remover obstáculos à construção de conhecimentos e à realização de ações.

Moradores de favelas decidem por si mesmos o que fazer, trabalham sob relações de produção não convencionais e não separam concepção,

Casa de Francisco, Aglomerado da Serra, com Marx, numa montagem apresentada na conferência Alternate Currents (acervo MOM, 2007).



construção e uso. Os autoprodutores de baixa renda com que conversamos não têm planos para racionalizar e baratear suas construções, não fazem nenhuma contabilidade de seus gastos e não hesitam em experimentar. Mas a construção nas favelas também implica trabalho duro, pois utiliza técnicas e materiais que provêm de processos heterônomos. Na verdade, os moradores de favelas estão excluídos do mercado imobiliário formal, mas ao mesmo tempo são responsáveis por uma parte significativa do consumo de materiais de construção industrialmente produzidos, tais como cimento e seus derivados. Esses materiais e suas técnicas não favorecem um processo autônomo. Eles dificultam, por exemplo, o engajamento de mulheres e crianças, o reuso de componentes construtivos ou a experimentação aberta. Há uma contradição básica entre relações de produção semiautônomas e meios de produção heterônomos. A mediação pode ser útil para superar esse hiato, desde que se tenha o cuidado de distinguir entre situações em que a mediação de um arquiteto é desejada e situações em que ela apenas restringiria a autonomia.

Francisco, um autoconstrutor do Aglomerado da Serra, a maior favela de Belo Horizonte, é um exemplo ilustrativo de alguém que consegue superar o referido hiato com sua própria inventividade (já descrevemos o caso detalhadamente em outro artigo16). Francisco está construindo sua casa à medida que a concebe e a usa. Não há divisão entre trabalho intelectual e trabalho material, e, por isso, ele chega a formas e espaços que não poderiam ser projetados. Como a maioria das pessoas nas favelas, ele não conhece outras técnicas e materiais senão os convencionais, mas ele alcança um resultado altamente singular porque é inventivo o suficiente para usar esses recursos convencionais de maneiras novas. Talvez, se tivesse mais conhecimento, Francisco poderia mobilizar recursos técnicos mais apropriados para seu evento arquitetônico específico e até aumentar sua autonomia. Mas também poderia ocorrer que o conhecimento formal de técnicas e materiais desenvolvidos para a produção heterônoma o levasse a reproduzir a lógica formal dessa produção. No seu trabalho atual, nem esse conhecimento o constrange, nem o desconhecimento o impede de agir. A mesma coisa não vale para o mecânico Roberto, outro autoconstrutor do Aglomerado da Serra, que de fato está quase paralisado pela própria falta de conhecimento. Roberto não se interessa particularmente pelo

Construção de uma sala de aula externa no Centro de Integração Martinho, Aglomerado da Serra (MOM, 2006).















trabalho de construção; ele o faz porque não tem escolha. Ele procura conselhos de amigos e vizinhos, e certamente gostaria de apoio técnico. Nesse caso, a mediação significaria um incremento de autonomia, pois o capacitaria para elaborar suas próprias ideias espaciais.

Outro contexto em que a mediação pode ser bem-vinda diz respeito a equipamentos e infraestrutura públicos. Nas favelas as pessoas dão conta sobretudo das necessidades imediatas de cada unidade de moradia, de modo que uma canalização de esgoto costuma ser interrompida poucos metros além da casa, e construir em lugares sem acesso veicular é coisa comum. As comunidades crescem rápido demais para possibilitar a negociação e o desenvolvimento espontâneos da infraestrutura. A resposta institucional mais usual a essa situação é qualquer coisa entre o extermínio radical dos assentamentos e sua urbanização por meio de um plano abstrato. Em todo caso se procede de cima para baixo, de modo heterônomo, formal e normativo, sem indício da mediação que defendemos. Em vez de aprenderem com o rico processo de produção do espaço nas favelas, os profissionais envolvidos apenas impõem suas próprias práticas, reproduzindo a ideia de espaços acabados para usuários genéricos.

A urbanização da favela Brás de Pina, no Rio de Janeiro, contrasta com isso e deixa entrever a forma de mediação que temos em mente. O empreendimento foi atípico, pois se realizou contra as políticas militares que dominavam a cena nos anos 1960. Havia, no Rio de Janeiro, dois órgãos quase opostos para lidar com o 'problema' das favelas: a CHISAM, criada pelos militares para removê-las; e a CODESCO, que o jornalista Silvio Ferraz conseguiu criar com a intenção de urbanizá-las. A CODESCO só foi possível porque o governador eleito, Negrão de Lima, a tolerou com a condição de que trabalhasse em silêncio, sem qualquer propaganda e sem confrontar a CHISAM. Nesse contexto a burocracia usual não perturbou a urbanização de Brás de Pina, e foi possível prover mediação em vez de impor um plano urbanístico. Ferraz contratou um grupo de arquitetos escolhido pela comunidade local, e Brás de Pina se tornou um processo que envolveu 998 famílias ou quase cinco mil pessoas.

O esquema era simples: favelados projetavam suas casas (como sonhavam), alunos de arquitetura (estagiários da CODESCO) corrigiam os erros de projeto e orçamentavam o custo da obra, estudantes de economia verificavam o poder de endividamento e o confrontavam com o custo da pres-

tação. Verificado isso, liberávamos um cheque de materiais, que poderia ser usado em qualquer casa de material de construção do Rio, desde que fossem cadastradas na CODESCO, com alvará etc. (como o tíquete refeição dos tempos de hoje), sujeitas, portanto, à nossa fiscalização para que não metessem a mão no bolso do favelado. Alunos de arquitetura e economia, mais uma vez, fiscalizavam a construção e as entregas do material. Não exigíamos que as casas fossem integralmente de alvenaria. Podiam ter a sala de alvenaria e os quartos de madeira, ou vice-versa. Quando a poupança desse para mais material, a casa iria se transformando aos poucos. Ou seja, nada de preconceito estético. A única exigência: estar ligada à rede de esgotos e água [...]. Até o traçado viário foi selecionado pelo voto. Preparamos cinco, explicamos as vantagens e as desvantagens e o povo elegeu o que está hoje lá. Resultado: as casas construídas pelos moradores eram maiores em quase vinte metros quadrados do que as da CEHAB. [...] A taxa de inadimplência jamais ultrapassou 2% — sendo os atrasos sempre justificados pessoalmente — ora morte, ora doença, ora qualquer desculpa plausível e verificável.17

Negrão de Lima nunca sancionou nenhum evento para inaugurar a urbanização de Brás de Pina, que era claramente percebida como uma conquista dos moradores, não do governo. De acordo com Silvio Ferraz, a urbanização de Brás de Pina também foi muito mais barata e mais efetiva em vários aspectos sociais que todas as outras intervenções institucionais da época.

Experimentamos um processo de mediação similar, no sentido da remoção de obstáculos à ação, no já citado Aglomerado da Serra. O projeto era para uma pequena instituição que oferecia a crianças e adolescentes educação complementar de dança, música, vídeo etc. Precisavam de mais espaço de aula. Um empreiteiro havia sugerido uma construção de concreto armado e alvenaria, que são os materiais mais comuns. Como não tinham dinheiro para construir, nos pediram ajuda. Descobrimos que a instituição já dispunha de alguns robustos tubos de aço e que poderia conseguir perfis metálicos gratuitamente. Esses materiais são raramente usados nas favelas e, apesar de estarem disponíveis naquele caso, não havia nenhuma intenção de usá-los. Então, ajudamos a projetar e calcular uma estrutura com os componentes

metálicos. O objeto inteiro custou quase seis vezes menos do que a edificação convencional proposta pelo empreiteiro.

Entendemos que, se arquitetos tiverem um papel nesse tipo de processo, a mediação é muito mais importante do que o projeto e o controle dos espaços acabados. Como Brás de Pina ilustra, arquitetos são coadjuvantes, junto com economistas, sociólogos e outros profissionais. A mediação a favorecer não é intermediação: o arquiteto no centro tentando reconciliar dois polos (sejam duas pessoas, sejam uma pessoa e um problema predefinido). Mediação significa remover empecilhos sociais, liberando a troca de ideias e de informação técnica. Ela visa fortalecer a experiência, as opiniões e os julgamentos das pessoas ou, enfim, fortalecer sua autonomia.

Interfaces

18

De qualquer forma, a mediação acima discutida ainda engendra certa dependência, já que pressupõe a presença do arquiteto no evento. Um passo adiante para aumentar a autonomia é a produção de interfaces que possibilitem a todos os envolvidos a realização de suas próprias ações críticas no espaço. Tais interfaces podem ser concretas ou abstratas, já existentes ou inventadas, informacionais ou operacionais, físicas ou digitais, ou qualquer combinação híbrida dessas possibilidades. Mas elas devem poder ser usadas sem a presença de quem as projetou.

Para uma exploração inicial de tais interfaces, são úteis dois exemplos criados por Lygia Clark: Luvas sensoriais (1968) e Máscara com espelhos (1967). Luvas sensoriais é um conjunto de luvas comuns e bolas de diferentes tipos, tamanhos, texturas e pesos, a serem experimentadas pelo espectador, que segura as bolas com as luvas. Máscara com espelhos é uma máscara com pequenos espelhos móveis fixados diante dos olhos, que justapõem e quebram os reflexos da própria pessoa e do ambiente à sua volta. Nos dois casos, Clark provê interfaces para a interação em vez de obras de arte acabadas:

Clark rejeitou a definição do artista como um criador endeusado, distante de um espectador que, confrontado com uma obra que representa as necessidades poéticas que ele mesmo é incapaz de expressar, permanece inteiramente passivo. Pelo contrário, Clark entregou a autoridade da obra

ao espectador, de modo que ele deixa de se comportar como tal, redescobre sua própria poética e se torna sujeito de sua própria experiência.¹⁹

O foco de Lygia Clark não está no controle, na autoria ou em produtos físicos. Em vez de utilizar materiais caros para obter um produto durável a ser consumido pelos espectadores, ela usa materiais do dia a dia para criar objetos muito simples, possibilitando que as pessoas experimentem suas próprias sensações para além da percepção habitual. No caso das Luvas sensoriais, isso significa uma redescoberta do tato, enquanto a Máscara com espelhos abre um jogo com a percepção espacial. Mesmo sem se mover, o participante é levado a explorar novos territórios, a se engajar em novas relações com as coisas ou a redescobrir o mundo sensorial. Por isso, as obras de arte não consistem nos objetos oferecidos aos espectadores, mas no resultado da interação do espectador com tais objetos. A existência real da obra depende da presença e da interação das pessoas, enquanto o único 'produto' do evento é o incremento da própria percepção. Clark trabalha como uma criadora de interfaces, "uma pessoa que induz e canaliza experiências" sem as prescrever. 20 Nesse sentido suas interfaces se contrapõem à mera reprodução das relações de produção.

A produção de espaço é certamente mais complexa do que os eventos propostos por Luvas sensoriais e Máscara com espelhos. Ainda assim, podemos tomá-los como indicadores de uma prática arquitetônica alternativa. O design, de modo geral, incluindo o arquitetônico, almeja realizar potenciais ou solucionar problemas dados, mais do que levantar questões para o usuário. Os objetos de Lygia Clark, pelo contrário, indicam que indeterminismo e incerteza são cruciais para o design futuro. Eles são pensados como peças da experiência ou como instrumentos para incrementar a experiência, gerando questões que cada pessoa responde de modo diferente. Considerando isso, podemos nos aprofundar um pouco mais nas ideias de três autores que, a nosso ver, ajudam a esclarecer o que poderia ser a criação de interfaces: John Chris Jones, Vilém Flusser e Ivan Illich.

Na versão de 1992 de *Design methods*, Jones assegura que não há exemplos melhores de design do que os elementos modulares, tais como palavras, tijolos ou cartas de baralho. A criação desses elementos "talvez

¹⁹ Apresentação do trabalho de Lygia Clark pela Fundació Antoni Tàpies, 1997.

²⁰ BORJA-VILLEL, Introducción, 1997, p. 15 [catálogo da exposição Lygia Clark].

seja a maneira de projetar independentemente de qualquer conhecimento exato de objetivos, propósitos, funções (aquelas coisas que, no design que conhecemos, são fixadas desde o início)".²¹ Em *Designing designing*, Jones ainda acentua que há dois tipos de propósito: "o propósito de obter um resultado, algo que existe depois que o processo cessa e não existe antes disso" e "o propósito de continuar, de manter o processo em andamento".²²

No intuito de passar do design orientado ao produto para um design orientado ao processo, Jones propõe uma separação entre a lógica do uso e a lógica do objeto, concentrando seus esforços nessa última. Pode parecer estranho deixar de lado o uso e se voltar ao objeto, tendo em vista os debates recentes sobre um design que enfoca os eventos e almeja a participação das pessoas. Mas Jones indica que, em vez de projetar objetos de uso acabados com funções predeterminadas, deveríamos tentar examinar os próprios objetos e sua lógica intrínseca no contexto de processos abertos. Isso significa desenhar elementos modulares ou interfaces para as pessoas desenharem seus próprios mundos continuamente. O propósito de tais 'módulos' é 'prosseguir', abrir caminho para usos inovadores em que nenhuma possibilidade específica de uso está prescrita.

Essa linha de raciocínio é elaborada por Flusser. Em "Design: obstáculo para a remoção de obstáculos?", ele introduz os conceitos de "responsabilidade" e "diálogo" no contexto do design.²³ Ele argumenta que os objetos de uso são sempre desenhados com o propósito de eliminar algum obstáculo, de tornar possível algo antes impossível. Paradoxalmente, para remover obstáculos, desenhamos objetos que são, eles mesmos, obstáculos. Por isso, e considerando que um objeto de uso também é uma mediação entre o designer e outras pessoas, desenhar significa não apenas ampliar a comunicação e a ação, mas também restringir possibilidades. A questão então é como fazer objetos que gerem o mínimo de obstrução para as pessoas que virão depois; ou, em última análise, como desenhar objetos que não sejam objetivos. Responsabilidade no design significa essa abertura em relação aos

²¹ JONES, Design methods: second edition with new prefaces and additional texts, 1992, p. xxxv.

²² JONES, Designing designing, 1991, p. 162.

²³ FLUSSER, Design: obstáculo para a remoção de obstáculos?, [1988] 1999.

outros.²⁴ Quanto mais os objetos desenhados obstruem outras pessoas, menos dialógicos serão e menos responsável será o design. Por outro lado, o design responsável leva a produtos menos objetivos (obstrutivos) e mais intersubjetivos ou inter-relacionais.

As questões discutidas por Jones e Flusser a partir do design são abordadas por Ivan Illich num contexto social mais amplo. Ele considera que instrumentos e técnicas nunca são neutros, mas coerentes com certo modo de produção e com a formação social correspondente. Como André Gorz observou, a tecnologia atual "impõe uma certa divisão técnica do trabalho, a qual, por sua vez, exige um certo tipo de subordinação, hierarquia e despotismo". Eis porque uma produção emancipada dependeria não somente de uma mudança na propriedade dos meios de produção, como reivindicada pelo marxismo clássico, mas também de uma mudança na própria constituição desses meios. Illich elaborou essa ideia, opondo as "ferramentas industriais de manipulação" ao que ele chama de "ferramentas de convivencialidade". Enquanto aquelas atendem ao interesse das "indústrias" (hoje diríamos corporações), essas visam à justiça social e ao trabalho livre.

Ferramentas convivenciais são aquelas que dão a cada pessoa que as usa a oportunidade mais ampla para enriquecer o mundo à sua volta de acordo com sua visão. Ferramentas industriais negam esse poder, e permitem a seus designers determinar o sentido e as expectativas de outras pessoas. A maioria das ferramentas que hoje nos rodeiam não poderiam ser utilizadas de maneira convivencial.²⁶

O propósito de ferramentas convivenciais é iniciar eventos e estimular diálogo, intersubjetividade, inter-relações e processos políticos de construção social. Por isso, seus princípios básicos de design se aplicam também àquilo que chamamos de interfaces:

Na edição brasileira, essa passagem foi traduzida como "A responsabilidade é a decisão de responder por outros homens" (ibidem, p. 196, grifo nosso). No original, lê-se "Verantwortung ist der Entschluss, anderen Menschen gegenüber Antwort zu stehen" (FLUSSER, Design: Hindernis zum Abräumen von Hindernissen?, [1988] 1989, p. 4), cuja tradução seria: "Responsabilidade é a decisão de responder a outros seres humanos", no sentido de dar satisfação a outros, abrir-se a seus questionamentos — o contrário do que a versão brasileira sugere.

²⁵ GORZ, Prefácio, Crítica da divisão do trabalho, [1973] 1996, p. 12.

²⁶ ILLICH, A convivencialidade, [1973] 1976, p. 38;* Tools for conviviality, [1973] 1975, p. 34.

A ferramenta é convivencial na medida em que cada um puder utilizá-la sem dificuldade, tão amiúde ou tão raramente quanto o deseje, para os fins que o próprio determine. O uso que cada qual fizer dela não invade a liberdade do outro para fazer o mesmo. Ninguém precisa de um diploma para usar à vontade; pode-se fazê-lo ou não. Entre o homem e o mundo, ela é um condutor de sentido, um tradutor de intencionalidade.²⁷

Sendo um pensador crítico, Illich não define *como* se desenham ferramentas de convivencialidade, mas ele indica algumas características das ferramentas de manipulação que se trata de reverter. Uma delas é a chamada "sobreprogramação", que significa o excesso de determinação das coisas, incluindo os objetos de uso. Ela faz com que as pessoas apenas 'adquiram' coisas e precisem ser ensinadas a operá-las, ao passo que há poucas chances de que apreendam a partir de suas próprias ações. Illich discute intervenções em assentamentos informais no México e no Peru nesses mesmos termos: edificações produzidas profissionalmente em meio a espaços informais não apenas criam dependência, mas também desvalorizam a autoprodução, já que muitos veem a sobreprogramação como 'progresso'.

Uma sociedade na qual a maioria das pessoas dependem, em relação aos bens e serviços que recebem, das qualidades, da imaginação, do amor e da habilidade de outras é considerada 'subdesenvolvida'. Em contrapartida, uma sociedade na qual a vida não é mais que uma série de pedidos pelo catálogo ao grande supermercado universal é considerada avançada.²⁸

Para Illich, deveríamos, em vez disso, "simplificar as ferramentas [...] para que cada indivíduo seja capaz de modelar o seu meio ambiente como queira".²⁹

Embora a nossa perspectiva seja similar à de Illich em muitos aspectos e embora ele use o termo *ferramenta*, num sentido muito amplo (incluindo "as instituições produtoras de serviços, como são a escola, a instituição médica, a pesquisa, os meios de comunicação ou os centros de planificação" temos razões para preferir o termo *interface*.

²⁷ ILLICH, A convivencialidade, [1973] 1976, pp. 39-40.

²⁸ Ibidem, p. 43.

²⁹ ILLICH, A convivencialidade, [1973] 1976, p. 54;* Tools for conviviality, [1973] 1975, p. 48.

³⁰ Ibidem, p. 38;* p. 34.

Interface de espacialidade em uso no Instituto Libertas, na EA-UFMG, no projeto Lotes vagos, na Formação Intercultural de Educadores Indígenas da FAE-UFMG e no Aglomerado da Serra (MOM, 2005–2007).



Enquanto Illich é crítico dos propósitos da ciência ocidental moderna, ele parece relativamente confiante nos seus princípios e métodos. Sua escolha do termo ferramenta ecoa essa confiança, sugerindo um questionamento que visa sobretudo às aplicações das descobertas científicas e à escala de tais aplicações. Illich chega a propor que se reconheçam escalas e limites 'naturais' para garantir que uma sociedade futura não seja dominada pela indústria. Mas a ciência e a tecnologia não são neutras. Horkheimer, Adorno e outros teóricos críticos, entendendo que a dialética do esclarecimento vai muito além do lugar comum de que 'as máquinas escravizam os seres humanos', são críticos também da própria lógica da ciência e da filosofia.³¹ Preferimos o termo *interface* porque ainda está menos comprometido com essa lógica, especialmente com o princípio da causalidade. Uma interface é algo que separa e conecta ao mesmo tempo; algo que nem sequer determina a natureza da mediação que possibilita (de separação ou de conexão).

Nosso grupo de pesquisa elaborou uma interface, uma espécie de ferramenta de convivencialidade. A interface de espacialidade, como é chamada, é um conjunto de tubos de PVC de dimensões coordenadas, conectores de madeira laminada, cordas e pinos para a estabilização da estrutura, e peças de tecido de diferentes tipos e tamanhos. Ela pode ser usada para criar espaços efêmeros ou para discutir e 'sentir' espaços antes de construí-los de fato. Como ela é muito fácil de montar, as pessoas podem experimentar rapidamente diferentes arranjos espaciais. O design da interface de espacialidade foi elaborado com "o propósito de continuar, de manter o processo em andamento", como diria Jones. Precisávamos de algo para estimular o engajamento corporal, imaginativo e coletivo das pessoas num processo simultâneo de construção e uso. Por isso, o desenho é aberto e concebido segundo a lógica do objeto, não segundo a lógica desse ou daquele uso prescrito. Suas partes e peças são cuidadosamente determinadas, mas os espaços que criam e seus usos não são. A interface já foi usada em diversos contextos, algumas vezes com a nossa presença como mediadores e com um propósito bem definido, outras vezes sem a nossa presença e apenas com o intuito de manter um processo em andamento. Aprendemos muito com cada situação de uso, e isso tem realimentado nosso exercício prático de crítica.

31

Um exemplo de uso aberto dessa interface foi o evento *Lote de ideias*, para o qual ela foi inicialmente desenhada.³² Tratava-se de ocupar publicamente, por um dia, um lote vago de propriedade privada. A fim de atrair o público, convidamos vários grupos de artistas, não para fazerem apresentações dos próprios trabalhos, mas apenas para se engajarem na apropriação do lote vago junto com as outras pessoas presentes, usando ou não a interface de espacialidade. Um caso interessante se deu quando uma dupla de dançarinos decidiu usá-la, já montada por outras pessoas, para improvisar uma performance. Eles dançaram na (ou com a) interface tal como estava dada, sem (des)montar nenhuma parte ou mudar qualquer coisa, e até ficaram preocupados quando desconectaram algumas peças involuntariamente. A interface foi usada como qualquer espaço acabado: um pano de fundo do evento que estavam criando. O espaço estabelecido foi mais importante do que seu potencial de transformação.

Depois de assistirmos aos dançarinos, ficamos um pouco desapontadas com as limitações da interface de espacialidade quanto ao propósito de manter um processo em andamento. Embora o tempo necessário à montagem não fosse um problema para outras pessoas, era impossível dançar e simultaneamente reconstruir o espaço usando a interface disponível. Ela havia se tornado um objeto pronto, ao menos temporariamente. Os dançarinos, porém, pareciam felizes com a interface; mesmo não a tendo usado como instrumento aberto, disseram que a acharam "inspiradora". Alguns meses mais tarde, soubemos que um de nossos colegas do evento Lote de ideias havia sido incumbido pelos dançarinos da criação do cenário para seu próximo espetáculo, que acabou se tornando o maior e mais premiado sucesso da dupla até então. O cenário proposto era todo móvel e montado durante a dança, de maneira que a performance dependia do engajamento dos dançarinos com os objetos e a luz. Eles simultaneamente dançavam e construíam o espaço da dança. O cenário era a interface perfeita para a lógica da dança.

Não estamos sugerindo que tenhamos tido qualquer mérito na criação desse cenário. Mas gostaríamos de considerar a hipótese de que o exercício prático da crítica engendrado pela interface de espacialidade

³² Lote de ideias foi concebido por um grupo de artistas e arquitetos, incluindo o Grupo MOM como parte do projeto Lotes vagos: ação coletiva de ocupação urbana experimental, concebido por Louise Ganz e Breno da Silva, em 2005; cf. KAPP & BALTAZAR, Uma cidade não é um parque temático, [2005] nesta edição, v. 2, pp. 15–18.

tenha influenciado tanto os dançarinos quanto o designer. O aparente fracasso da interface de espacialidade como crítica prática, quando usada pelos dançarinos, foi superado pela bem-sucedida difusão do 'vírus da crítica'. A questão a ressaltar nessa história é o caráter limitado de qualquer interface em contraposição ao caráter ilimitado da crítica (teórica e prática). Interfaces são bem-vindas somente quando são críticas e provocam mais autonomia.

Última questão

O principal objetivo do grupo de pesquisa MOM é elaborar uma crítica incisiva das práticas convencionais de arquitetura. Para isso, recorremos à teoria, à pesquisa de campo e a experimentos com a mediação e o desenho de interfaces. Tais experimentos são informados pela crítica e, por sua vez, informam a própria crítica. É nosso propósito investigar e testar meios abertos para possibilitar práticas alternativas e autônomas de produção de espaços comuns, cotidianos. A maioria das iniciativas arquiteturais que lidam com espaços comuns tem se concentrado na solução de problemas e tem fracassado sistematicamente. Os problemas que abordam se resumem, em última análise, a um problema coletivo de exclusão, que pede por uma crítica abrangente em vez de limitadas tentativas de solução. É inquestionável que o espaço (a arquitetura, portanto) seja essencial às práticas sociais. Por isso, a arquitetura precisa ser discutida em termos sociais, econômicos e políticos, e não como solução imediata para problemas circunscritos e sempre definidos pelo mesmo contexto social que lhes dá origem.

Um exemplo ilustrativo de como funciona a solução de problemas são as intervenções da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) nas comunidades indígenas brasileiras. Tradicionalmente, essas comunidades produziam seus espaços numa lógica circular, não apenas construindo espaços circulares, mas também circulando pelo território, isto é, mudando-se a cada vez que os recursos de determinada área se tornavam escassos. A construção era feita paralelamente com outras atividades cotidianas de trabalho e lazer, pouco a pouco, sem nenhuma ansiedade para terminar. Hoje, os grupos perderam a maior parte de suas terras e não podem mais viver dessa maneira. Entre outras consequências, isso gerou um problema de saneamento, para o qual a FUNASA criou uma suposta solução: um banheiro pré-fabricado a ser instalado ao lado de cada casa. Ela não apenas não resolveu nada, como gerou

vários problemas novos. Os banheiros se tornaram criadouros de insetos, cheiram mal e acabarão contaminando o solo e a água, pois seus usuários não têm meios de realizar a manutenção necessária.

Ainda que o exemplo seja quase caricatural, é fato que todas as estratégias de solução de problemas seguem uma lógica muito semelhante. O primeiro passo, como o nome indica, é estipular o problema de maneira clara e precisa. Apenas isso já basta para isolar da vida real e da complexidade de suas contingências qualquer passo subsequente. Ademais, a estratégia negligencia as pessoas reais, porque pessoas reais não se comportam segundo uma lógica simples de causa e efeito; elas têm imaginação, juízo e livre arbítrio que vão muito além disso.

Em oposição às práticas de solução de problemas estão as possibilidades indicadas por Jones, Flusser e Illich. Seus métodos visam a processos em vez de produtos, a desenhos de interfaces em vez de desenhos de soluções acabadas. Contudo, essas possibilidades também significariam mudanças na produção da arquitetura como mercadoria. Sabemos que, hoje, nenhum empresário ou administrador público consideraria essa ideia 'sustentável', pois se entende por sustentabilidade sobretudo a garantia de lucro ininterrupto. Mas talvez devêssemos considerar também que um em cada seis seres humanos mora numa favela ou ocupação semelhante e que esse número está aumentando. Por isso, práticas alternativas centradas no valor de uso mais do que no valor de troca não são tão utópicas quanto parecem à primeira vista. Práticas informais podem se beneficiar de novos instrumentos (legais, informacionais e físicos) para prover maior autonomia para os produtores e tornar mais fáceis seus experimentos. E, embora o nosso foco de pesquisa não sejam as práticas formais, essas também poderiam se tornar mais orientadas a processos, com ênfase menor na mercadoria edificada e ênfase maior na construção mais flexível e menos impositiva, que acomodasse interferências cotidianas tanto de trabalhadores quanto de usuários. Acreditamos que a crítica, a mediação e a produção de interfaces são maneiras de alcançar isso. Ainda que possa haver muitas outras, essas são as nossas alternativas de pesquisa contra as práticas normativas, heterônomas e de solução de problemas.

[2010] Contra a determinação, além da mediação

Ana Paula Baltazar | Silke Kapp

De certa maneira, este ensaio complementa "Arquitetura como exercício crítico", aprofundando a discussão sobre a mediação — noção então em voga para definir a atuação de arquitetos e urbanistas socialmente engajados. A versão preliminar foi feita para a conferência internacional da Architectural Humanities Research Association, *Spatial Agency*, em 2008, mas a elaboração mais precisa se deu para o livro decorrente do evento. Na versão em português, publicada aqui pela primeira vez, traduzimos *agency* por agência, mantendo o sentido próximo da argumentação de Bruno Latour, embora na edição brasileira de seu livro seminal, *Reagregando o social*, o termo *agency* tenha sido traduzido por *ação*. Entendemos que agência não é simplesmente uma ação individual ou coletiva, mas algo que emerge na inter-relação entre diversos atuantes humanos e não humanos.¹

A ideia de agência política

Pretendemos aqui discutir o significado e o lugar da agência em três esquemas de produção de arquitetura: o renascentista-moderno, que rejeitamos explicitamente; o participativo-mediado, que aceitamos com críticas; e o esquema de interfaces para a produção autônoma, que propomos como tema central de discussão. Em vez de depender do arquiteto como agente por excelência ou como mediador bem-intencionado, a agência, no último esquema, acontece na inter-relação das pessoas usando interfaces para desencadear transformações sociais. Dado que "[o] espaço (social) é um produto (social)",² a agência nos interessa por sua relação com a sociedade, ou seja, em sua perspectiva política. Começamos, portanto, por examinar alguns usos comuns do termo agência e suas conotações políticas.

- 1 Primeira publicação: Against determination, beyond mediation. In: Florian Kossak; Doina Petrescu; Tatjana Schneider; Renata Tyszcuk; Stephen Walker (eds.). *Agency: working with uncertain architecture*. Abingdon: Routledge, 2010, pp. 131–140.
- 2 LEFEBVRE, La production de l'espace, 1974, p. 35.

No direito comercial, agência significa alguém agindo em nome de outros. Analogamente, a chamada teoria da agência trata de conflitos entre interesses de acionistas e desempenhos de executivos. Agência, nesse sentido, refere-se a um agente que age de acordo com as instruções, motivações, desejos ou interesses de outrem. Os agentes devem encarnar os fins prescritos pelos seus mandantes sem questionamento (ainda que os meios para atingir os fins possam ser discutidos). Não estamos interessadas nessa noção de agência, que implica agentes totalmente determinados por 'outros' e, portanto, politicamente anulados. Como diz nosso título, o argumento aqui é contra a determinação (heterônoma).

Também bastante comum, especialmente no atual debate arquitetônico e no contexto da inteligência artificial (IA), é o uso do termo agência como (inter)mediação. A premissa é que o agente atua como tradutor cuja tarefa é reunir duas ou mais partes relacionadas simetricamente entre si. Em arquitetura, significa que o arquiteto faz a mediação entre usuários, clientes, governos, requisitos técnicos e afins. Em IA, significa que o chamado agente faz a mediação entre humanos e máquinas. Mas, em ambos os casos, a simetria pressuposta é de fato muito improvável, uma vez que é raro um tradutor igualmente familiarizado com todas as linguagens envolvidas.

Assim, essa noção de agência muitas vezes disfarça uma condição na qual uma parte tem mais poder do que outra. Além disso, como na primeira noção, o agente ainda é subestimado como uma entidade (humana ou não humana) que não interferiria na definição dos fins a serem alcançados. Tal entidade pode ser funcional para os interesses de outros, mas não se supõe que tenha voz política própria. Essa ainda não é a noção de agência em que estamos interessadas. Nosso foco está além da mediação.

Num contexto mais filosófico, o termo agência representa a capacidade objetiva de iniciar uma cadeia causal. Posso, por exemplo, decidir levantar meu braço e objetivamente fazê-lo. Agência nesse sentido significa uma prática oposta ao determinismo (embora o resultado obviamente obedeça às leis naturais) e estreitamente ligada ao conceito de vontade (livre), algo que um mero ente material não tem. A principal característica do agente é a capacidade de decidir o que fazer e de colocar em prática sua decisão. Ainda que esse seja um conceito nada político, ele introduz a importante ideia de autodeterminação ou autonomia, ausente dos dois usos comuns da agência esboçados acima.

Como se pode compreender agência no sentido político, a partir dessa última definição e em contraste com as outras duas? Vamos nos concentrar na agência como a capacidade de objetivamente iniciar transformações sociais. Agência nesse sentido não designa nem submissão nem mediação, e é mais do que o oposto ao determinismo natural. Agência significa uma prática oposta ao determinismo social, que implica capacidades subjetivas e condições objetivas. Ela levará a um resultado aceitável apenas se não estiver restrita a uma única pessoa (como na ditadura), um governo (como no totalitarismo) ou um pequeno grupo (como na oligarquia). Num arranjo social ideal, a agência emergiria num processo de transformação social criado coletivamente. Para deixar claro nosso argumento, chamamos essa noção de agência política.

A própria existência de agência política na produção arquitetônica atual não está dada de antemão. Ela pressupõe indivíduos ou grupos não inteiramente subordinados à autopreservação numa sociedade cujo crescimento econômico foi naturalizado como um fim em si mesmo e em que a participação nesse crescimento figura como parâmetro decisivo de sucesso. De fato, há muitos 'agentes' sem nenhuma agência, ou seja, pessoas que realizam ações para (re)produzir determinada ordem espacial, sem decidir nada. Faltam-lhes as capacidades subjetivas e as condições objetivas para a agência política.

O filme de terror Cube, de 1997, escrito e dirigido por Vincenzo Natali, traz uma metáfora ficcional eloquente dos mecanismos anônimos e alienados pelos quais a sociedade atual engendra espaços. O filme retrata um grupo de estranhos confinados num labirinto cheio de armadilhas fatais. Essas pessoas (assim como o espectador) não sabem como e por que foram parar ali, nem onde termina o espaço labiríntico, a quem ele pertence, quem o construiu ou com que propósito. Depois de um longo tempo explorando inutilmente uma sucessão aleatória de perigosas salas cúbicas, começam a especular sobre sua situação. Isso leva um personagem sombrio chamado David Worth, um arquiteto, a perceber que de fato havia trabalhado no projeto da casca externa do labirinto. Contudo, ele é tão ignorante sobre o todo quanto qualquer outra pessoa. Ele não sabe quem encomendou o trabalho ou como as múltiplas partes da construção se relacionam entre si (foram projetadas por outros profissionais, que ele também não conhece). Como ele próprio diz, apenas fez seu trabalho e foi bem pago por isso. Worth não acredita que haja qualquer nexo ou consistência. Opondo-se indiretamente à fantasia de George Orwell sobre a vigilância absoluta e diretamente

à personagem feminina Dra. Helen Holloway, que acredita que algum governo seja responsável, Worth diz: "O cubo é um disparate acéfalo, que opera na ilusão da existência de um plano diretor. Você consegue entender isso, Holloway? O Grande Irmão *não* está te observando".

Nosso interesse nesse episódio é a ideia de que as pessoas não produzem coisas, linguagem, relações sociais ou espaços de acordo com um plano diretor ou uma organização centralizada, mesmo que submetidas a fortes estruturas de poder. O estado crítico de nossa sociedade não se deve a algumas falhas particulares ou más intenções, como acredita a Dra. Holloway. Sua teoria da conspiração é baseada na crença pueril de que ainda há sentido, propósito e autoria por trás de tudo. Mas a sociedade é antes, como diz Worth, um "disparate acéfalo". *Cube* é a metáfora extrema de uma produção de espaço sem nenhuma agência política.

Três esquemas arquitetônicos

Para nos opormos a tais práticas, propomos analisar a agência política em três esquemas diferentes de práticas profissionais arquitetônicas: o esquema renascentista-moderno; o esquema participativo-mediado; e o esquema que busca autonomia.

O primeiro, que se consolida no Renascimento e persiste na arquitetura moderna, é emblematicamente atribuído a Brunelleschi, muitas vezes tido como o pivô da mudança das práticas e da hierarquia no canteiro de obras, e a Alberti, que de fato formulou uma teoria para essas transformações.³ O papel do arquiteto nesse esquema consiste em articular, no desenho do espaço, o poder estabelecido econômica e politicamente. Ainda que inclua funções práticas ou simbólicas para a população em geral, contribui sistematicamente para suprimir a agência política das pessoas.

Pode-se argumentar que essa é uma afirmação demasiado drástica e que os arquitetos em seu papel clássico dependem das elites, mas também tentam conciliar vários grupos sociais. No entanto, Garry Stevens já observou que os arquitetos estão submetidos a relações de poder das quais dificilmente têm consciência. Se tivessem, a arquitetura como profissão provavelmente não cumpriria sua tarefa de produzir "aquelas partes do meio ambiente construído que as classes dominantes usam para

³ Cf. FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, pp. 193–195.

justificar seu domínio da ordem social".⁴ Embora muitos arquitetos sejam confiantes o suficiente para impor ao mundo seu imaginário (imagético) ingênuo de 'melhoria social', é raro que operem livremente em direção a transformações sociais. Pelo contrário, perpetuam as relações sociais de produção dominantes, tanto no canteiro de obras quanto na vida das pessoas. Segundo Lebbeus Woods, "o projeto é um meio para controlar o comportamento humano e para manter esse controle no futuro".⁵

A fase heroica desse esquema pode ser exemplificada pela proposta esquerdista de Karel Teige para a moradia mínima nos anos 1930, cuja intenção era contrapor o que ele chamava de novas versões de palácios barrocos, projetados por Gropius, Le Corbusier e Mies van der Rohe para a nova aristocracia financeira. Hilde Heynen explica como Teige tentou conceber a moradia mínima de forma radicalmente diferente.

Já que era fato que as famílias proletárias não tinham mesmo uma vida familiar — porque a realidade das condições de produção as obrigava a dedicar muito tempo ao transporte e às horas de trabalho, de modo que o único tempo que passavam em casa era para dormir —, ele sugeriu que essa situação fosse aproveitada como uma oportunidade para desenvolver uma nova forma de vida coletiva.⁶

Por mais que sua intenção seja diferente da de outros arquitetos, a proposta de Teige desconsidera completamente que as famílias possam mudar suas condições. Ele assume que os trabalhadores jamais usariam a casa para qualquer outra coisa que não dormir. Assim, parece plausível a proposta de um projeto que cristaliza essa condição, desde que também ofereça algo coletivo que o arquiteto considera importante. Conscientemente ou não, sua proposta coincide com o crescente consumo em massa dos equipamentos de lazer. Como os arquitetos que ele critica, Teige se coloca numa posição política, decidindo como deve ser a vida das pessoas no futuro, e o espaço proposto para tal apenas reproduz a ordem estabelecida, sem possibilitar qualquer tipo de agência política das pessoas diretamente interessadas em sua produção.

⁴ STEVENS, O círculo privilegiado, [1998] 2003, p. 104.

⁵ Woods, The question of space, 1996, p. 279.

⁶ HEYNEN, The jargon of authenticity: modernism and its (non)political position, 2005, p. 10.

Retomemos o exemplo de Worth, no filme Cube, para discutir a parte não heroica do esquema renascentista-moderno da prática arquitetônica. Em contraste com Teige, que de certa forma iniciou um processo de transformação social mesmo sem que sua agência política fosse encampada pelo público, Worth substitui tal agência por uma prática de mera solução de problemas. Seu trabalho consiste simplesmente em resolver um problema predefinido recorrendo a alguns meios técnicos e a certo talento, sem questionar fins, consequências ou nexos. Ele não tem consciência de seu papel na sociedade nem está interessado nas consequências de suas ações para outras pessoas, até que ele mesmo passa a ser um 'usuário' do cubo. Nesse sentido, tomamos Worth como caricatura de muitos profissionais bastante eficientes, cujas práticas se encaixam no mesmo esquema: o arquiteto determina um projeto, negocia com os clientes, em alguns casos justifica o projeto perante uma comunidade intelectual, e o representa num código que garante a dominação dos trabalhadores no canteiro de obras. A população em geral nada mais tem a fazer do que aceitar e admirar.

O segundo esquema é aqui chamado de participativo-mediado. Significa que, por um lado, os supostos usuários participam das decisões de projeto do arquiteto e, por outro, o arquiteto faz a mediação entre pessoas, espaço e conhecimentos técnicos, estéticos ou teóricos especializados. Do ponto de vista histórico, esse esquema está relacionado ao fracasso do anterior em lidar com a produção de habitação de massa — fracasso que se tornou evidente em meados do século XX. Sua natureza pode variar de mera manipulação até consulta, parceria ou mesmo controle cidadão, como tem sido amplamente discutido.⁷ Mantendo nossa linha de raciocínio, examinamos esse esquema na perspectiva da agência política, e não na perspectiva mais usual de agência como o próprio processo de mediação.

Tomando a prática renascentista-moderna por contraponto, a prática participativa-mediada parece um verdadeiro avanço. Em vez de apenas impostas, as decisões são mais ou menos informadas e discutidas pelos futuros usuários. A experiência dos arquitetos não serve apenas aos clientes, mas também à população envolvida. Entretanto, o esquema participativo-mediado é um exemplo perfeito do que podemos chamar de 'dialética do mal menor': um mal menor é melhor do que o mal maior, mas ainda assim pode contradizer o bem. O 'bem',

⁷ Cf. BLUNDELL JONES et al., Architecture and participation, 2005.

nesse caso, não é o corolário de uma doutrina moral intrincada; significa simplesmente aumentar a agência política, aumentando a autonomia de outros. O esquema participativo-mediado é melhor do que a mera determinação heterônoma, porém perpetua instituições baseadas na heteronomia, como a instituição do planejamento centralizado. A agência pode ser compartilhada por mais pessoas do que no esquema anterior, mas somente se as instituições e os arquitetos responsáveis permitirem que o seja.

Como Bill Cooke indica, o Banco Mundial introduziu a participação em seus projetos de desenvolvimento para superar a resistência das pessoas, não para mudar substancialmente os projetos em si.8 Em muitos casos, a participação é utilizada apenas como mais uma estratégia de imposição. Mas, mesmo quando arquitetos ou designers urbanos têm intenção de promover discussões reais, ainda ocupam uma posição de poder: determinam a estrutura da discussão, fornecem informações especializadas, julgam quais seriam as soluções aceitáveis, tomam as decisões finais de projeto e, finalmente, as traduzem em códigos técnicos. O que resulta do processo participativo não é dado pela estrutura do processo, mas depende, em grande parte, da personalidade de cada profissional. Por outro lado, há muitas situações em que parece impossível ir além do esquema participativo-mediado para uma melhor abordagem. O que defendemos não é a recusa total da participação e da mediação correspondente, mas a consciência de sua característica dialética, o que significa não transformar o mal menor num ideal.

Um mau exemplo do esquema participativo-mediado é a urbanização da maior favela de Belo Horizonte, o Aglomerado da Serra. A Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), órgão municipal encarregado do empreendimento, considera seus métodos democráticos, embora eles induzam os habitantes a aceitar soluções-padrão impostas por arquitetos e urbanistas. A dinâmica local de pequena escala e a negociação contínua do espaço são sufocadas por um projeto abrangente de edifícios nada flexíveis e áreas externas controladas. Em nome da melhoria da infraestrutura e da inclusão da favela na cidade formal, a URBEL adota o esquema participativo-mediado para colocar a favela sob a tutela do Estado.

Encontramos um cenário mais promissor de participação no método elaborado por Rodolfo Livingston, que já atendeu mais de três mil

⁸ COOKE, Rules of thumb for participatory change agents, 2004.

famílias em seu próprio escritório de arquitetura na Argentina e, nos anos 1990, integrou o programa cubano Arquitectos de la comunidad, que já atendeu outras cinquenta mil.9 O método começa ouvindo as pessoas, depois preparando 'variantes' para serem discutidas e transformadas em projeto e, finalmente, entregando um manual de instruções flexíveis para a construção. O ponto principal desse método é abandonar as ideias de autoria e controle em favor do engajamento dos moradores em todo o processo. No grupo MOM, Priscilla Nogueira adaptou o método de Livingston ao nosso contexto local.¹⁰ A experiência durante sua pesquisa de mestrado envolveu cerca de trinta famílias e nos levou a concluir que, quanto mais as variantes se aproximam da proposta de interface, quanto mais aberta a forma como são apresentadas e a discussão que suscitam, mais as pessoas realmente se engajam no processo de projeto. Mesmo nas propostas de mediação, começamos a mudar o foco para interfaces em vez de solução de problemas para espaços acabados. Isso também implica que as pessoas podem continuar o processo quando estamos ausentes, apenas fazendo uso das variantes e do manual de instruções flexíveis. Em outras palavras, nosso objetivo é tornar a agência política no esquema participativo-mediado independente da boa vontade dos profissionais envolvidos.

O terceiro esquema, que descrevemos como interfaces para a produção autônoma, se baseia na difusão da possibilidade de agência política. Nesse esquema, a mediação não é mais papel dos arquitetos, mas de conjuntos de interfaces. Obviamente, elas não se destinam a fazer o mesmo trabalho que os seres humanos ou a simulá-los (voltamos a esse ponto adiante). Seu objetivo é, de fato, ampliar o potencial criativo sem prefigurar soluções. Assim, as interfaces são por um lado análogas aos arquitetos, porque ampliam o acesso à informação e à imaginação, mas por outro lado são a antítese dos arquitetos, porque jamais julgam as decisões de outras pessoas nem apresentam ideias predefinidas sobre como um espaço deve ser. Nesse sentido, a possibilidade de agência política aumenta devido aos ganhos de autonomia dos usuários e construtores que utilizam interfaces.

A ideia de um instrumento (seja físico, digital, híbrido ou mesmo abstrato) como algo que não foi criado para dominar as ações humanas

⁹ Cf. LIVINGSTON, Arquitectos de la comunidad: el método, [2002] 2004.

¹⁰ NOGUEIRA, Práticas de arquitetura para demandas populares, 2011.

pode ser bastante intrigante.¹¹ Desde a revolução industrial, acostumamo-nos a instrumentos mais propensos a controlar o que fazemos do que a nos permitir livre escolha. A máquina industrial é o exemplo extremo de tais aparatos: seu poder sobre as ações do trabalhador é muito maior do que o poder do trabalhador sobre o movimento da máquina. Mas também há instrumentos que operam de outra forma, e não apenas os pré-industriais. O telefone é um exemplo interessante desse tipo, como já apontado por Ivan Illich, que o chama de "ferramenta de convivencialidade".¹² Ele abre um campo totalmente novo de conexão e comunicação, sem definir nenhuma direção, sequência, propósito ou conteúdo. O mesmo vale para a internet, enquanto as tentativas de a controlar não forem bem-sucedidas.¹³

Pode-se argumentar que leigas e leigos nunca chegariam a soluções espaciais complexas ou sensíveis, pois tendem a reproduzir sempre o mesmo, ainda que com boas ferramentas. Contudo, qualquer ocupação espontânea, como as antigas cidades europeias ou as favelas brasileiras, mostra uma imensa variedade de espaços particulares, mesmo que à distância o conglomerado geral pareça bastante homogêneo. Por outro lado, muitos arquitetos não chegam a atingir complexidade ou sensibilidade espacial, tendo projetado muitos espaços monótonos nos últimos cem anos. Portanto, não se pode presumir que arquitetos são sempre criativos, enquanto outras pessoas seriam entediantemente normais. Há apenas uma 'diferença entre as diferenças', entre os tipos de diferenciação a que se aspira no projeto arquitetônico e na produção espontânea. Arquitetos que projetam espaços extraordinários buscam algo a ser vendido diretamente (com retorno de capital econômico) ou

- Discutimos isso mais detalhadamente, partindo de Illich (A convivencialidade, [1973] 1976), Jones (Designing designing, 1991; Design methods, 1992) e Flusser (Design: obstáculo para remoção de obstáculos?, [1999] 2007), em: KAPP et al., Arquitetura como exercício crítico, [2008] nesta edição, v. 1, pp. 39–64.
- 12 ILLICH, A convivencialidade, [1973] 1975.
- A Microsoft é provavelmente a instituição mais poderosa tentando controlar a internet [em 2009]. Segundo Barlow, "sempre que alguém se envolve com informações, a realidade que se extrai dessas informações é moldada pelas ferramentas que as veiculam. A apresentação de informações da Microsoft é tão monocultural que edita muitas outras realidades. Portanto, há um novo tipo de monopólio que afeta como as pessoas pensam, embora de forma invisível. É uma forma muito perigosa de monopólio, especialmente agora que estão falando do modelo de 'computação confiável', onde será muito difícil que alguém salve e depois encaminhe documentos nos sistemas sem se identificar" (John Perry Barlow em entrevista a Brian Doherty, intitulada "John Perry Barlow 2.0: the Thomas Jefferson of cyberspace reinvents his body and his politics", na revista *Reason*, agosto-setembro de 2004).

indiretamente (ampliando o capital cultural). Supõe-se que a diferenciação seja notável ou pelo menos evidente. Leigas e leigos que produzem espaços cotidianos, ao contrário, promovem diferenças muito mais sutis, geralmente relacionadas a valores de uso.

Agência no projeto de interfaces

Se assumirmos que o projeto de interfaces pode se transformar numa nova tarefa para arquitetos que pretendem aumentar a autonomia das pessoas, devemos também nos perguntar se e como as interfaces podem realmente operar como mediadoras, e não como novos instrumentos de manipulação, ou seja, como elas podem ser entendidas para além de um novo monopólio da agência. Nos anos 1980 e 1990, diferentes campos da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) já tinham por ponto pacífico que os agentes (e, portanto, a agência) seriam a grande questão para futuras elaborações de interfaces.¹⁴

O debate inicial considerava principalmente como as interfaces se tornariam "mais inteligentes para possibilitar a orientação dos usuários no aproveitamento dos recursos de informática". ¹⁵ Isto é, discutia-se se as máquinas se tornam inteligentes por meio de um conjunto de regras e símbolos (a chamada IA simbólica) ou por meio de simples módulos específicos de tarefas capazes de interagir com o ambiente e aprender com ele (a chamada IA comportamental). Em ambos os casos, o 'agente' parecia ser o ponto principal: uma espécie de ajudante antropomorfizado, "um 'robô afável' vivendo e atuando dentro do mundo do computador". ¹⁶

Essa tentativa de reproduzir características humanas por meio de inteligência maquínica, tentando criar simetria onde de fato não há, foi sistematicamente questionada por Hubert Dreyfus e Lucy Suchman.¹⁷ Dreyfus já criticava a inabilidade dos computadores para imitarem a mente humana em 1972, em *What computers can't do.* Por outro lado,

Os autores-chave incluem: Alan Kay, um cientista computacional que desenvolveu e cunhou a programação orientada ao objeto e que também participou do design da interface gráfica usando a metáfora da janela; Brenda Laurel, uma pioneira na interação humano-computador e na narrativa interativa; e Manuel De Landa, um filósofo deleuziano familiar aos arquitetos interessados em novas mídias.

¹⁵ DE LANDA, Meshworks, hierarchies and interfaces, 1998, p. 281.

¹⁶ LAUREL, Interface agents: metaphors with character, 1999, p. 359.

¹⁷ DREYFUS, What computers still can't do, 1993; SUCHMAN, Human/machine reconsidered, 1999.

Suchman parece ter sido a primeira a reconsiderar os limites entre humanos e máquinas (que têm sido tomados por garantidos, assumindo-se equilíbrio simétrico entre a agência humana e a da máquina). Ela expressa duas preocupações principais em relação às suposições de simetria que borram esses limites.

A primeira é que "os discursos contemporâneos sobre agência das máquinas simplesmente deslocam a agência das pessoas para as máquinas, supostamente suas descendentes". ¹⁸ Isso serve apenas para obscurecer a autoria humana e reproduzir "práticas reguladoras destinadas a produzir certos tipos de humanos (empregadores, trabalhadores, consumidores) e excluir outros". ¹⁹ Chega-se assim à necessidade de reconsiderar as fronteiras entre humanos e máquinas, e assumir a autoria humana, não necessariamente impositiva ou manipuladora. Ou seja, pode-se vislumbrar uma agência política em vez de mera mediação.

Sua segunda preocupação diz respeito à diferença ontológica entre humanos e máquinas. Suchman observou pessoas usando um protótipo de uma interface computadorizada inteligente e interativa, desenhada para aconselhar usuários sobre como operar uma máquina fotocopiadora complexa. O agente especializado da máquina só era capaz de perceber uma gama muito limitada de ações dos usuários. Segundo Suchman, o agente falhou porque a interação humana funciona pelo diálogo, tem caráter intersubjetivo. Mesmo que a máquina reproduzisse o comportamento humano, ela o faria de forma objetiva, sem a subjetividade da "presença perante uma situação que se desdobra na interação não disponível para a máquina". ²⁰ Em outras palavras, as máquinas são boas para armazenar dados, e as pessoas são boas para estabelecer o diálogo. Não faz sentido tentar imitar as habilidades humanas na máquina para torná-la responsável pela agência. Para Suchman, seguindo Bruno Latour e Karen Barad, 21 a agência acontece nas 'intra-ações' de todos e de tudo o que está envolvido, e não é um atributo localizado na máquina. Entretanto, também não é um atributo localizado nas pessoas. A agência não é uma prática separada de todo o processo interativo. Ela sempre emerge como processo híbrido.

¹⁸ SUCHMAN, Human/machine reconsidered, 1999, s.p.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem.

²¹ LATOUR, A esperança de Pandora, [1999] 2001; BARAD, Getting real: technoscientific practices and the materialization of reality, 1998.

Isso resume um problema central do debate sobre TIC, a respeito do lugar da agência. A suposição usual é a de que a responsabilidade pela agência estaria antes da ação. Agência, nesse caso, seria sinônimo de controle e dominação. De Landa argumenta que, nesse debate sobre agentes inteligentes, está em jogo a "migração de controle do corpo humano, primeiro para o hardware da máquina, depois para o software, depois para os dados, e finalmente para o mundo fora da máquina".²² Em todos os casos, a responsabilidade pelo controle (agência) seria prescrita antes dos eventos.

Em sentido contrário, Latour afirma que, em vez de substituir um comandante por outro, o leitor deveria reconhecer que "no âmbito das técnicas ninguém se acha no comando — não porque a tecnologia é que se ache no comando, mas porque, verdadeiramente, nada nem ninguém comanda, nem sequer um campo anônimo de forças".23 A fim de demonstrar, contra Heidegger, "a impossibilidade de discorrer sobre qualquer espécie de domínio em nossas relações com não humanos, inclusive seu suposto domínio sobre nós", Latour caricatura duas posições extremas, contrapondo o slogan "armas matam pessoas" (usado por quem quer controlar, restringir ou proibir a venda de armas) ao slogan "armas não matam pessoas; pessoas matam pessoas" (a resposta da National Rifle Association, NRA).²⁴ Ele argumenta que o "primeiro é materialista: a arma age em virtude de componentes materiais irredutíveis às qualidades sociais do atirador". 25 Nessa visão, o bom cidadão torna-se perigoso devido à presença da arma. A arma está no controle, ela domina as pessoas. "A NRA, por seu turno, oferece (o que é muito divertido, dadas as suas convicções políticas) uma versão sociológica que costuma ser associada à esquerda: a arma não faz nada sozinha ou em consequência de seus componentes materiais". 26 Nesse caso, a arma é neutra e dominada pelo cidadão. Latour conclui que "não são nem as pessoas nem as armas que matam. A responsabilidade pela ação deve ser dividida entre os vários atuantes". 27 Ele demonstra que, seja qual

²² DE LANDA, Meshworks, hierarchies and interfaces, 1998, p. 276.

²³ LATOUR, A esperança de Pandora, [1999] 2001, p. 340.

²⁴ Ibidem, p. 203.

²⁵ Ibidem, p. 203.

²⁶ Ibidem, pp. 203-204.

²⁷ Ibidem, p. 208. Enfatizamos a referência à Teoria Ator-Rede (ANT) e ao trabalho de formiga (ant) presentes tanto no termo inglês actants como no termo português atuantes.

for o contexto, a responsabilidade pela ação sempre diz respeito ao inter-relacionamento de tudo o que está envolvido. Nada tem, sozinho, o poder da maestria premeditada, ainda que não se deva ignorar as características de cada atuante, que podem se tornar determinismos estruturais fortes.²⁸ Para Vilém Flusser, tal determinismo estrutural tem sido quase inevitável desde o Renascimento, quando se instituiu a necessidade de dominar tudo.²⁹

Na arquitetura, reconhecer a agência como processo híbrido que emerge no evento significa reconhecer que, à revelia da intenção dos projetistas de dominar seus planos e prever os usos dos espaços projetados, o uso desses espaços sempre acontecerá pela inter-relação de todos os atuantes envolvidos, incluindo o próprio espaço. Evidentemente, quanto mais determinado, fechado, acabado e restritivo for o espaço, mais difícil será utilizá-lo de modo diferente do prescrito, dificultando transformações sociais. Daí a necessidade de enfatizar a agência política, na qual o poder dos diretamente envolvidos (usuários e trabalhadores) supera o de arquitetos e patrões.

Nossa esperança é a de que arquitetas e arquitetos comecem a elaborar interfaces suficientemente abertas para não obstruir as pessoas que as utilizam e que ampliem as possibilidades de combinações imprevistas. Para isso, precisam ter consciência da reprodução dos processos de produção capitalistas e das respectivas implicações, precisam reconhecer seu papel de iniciar transformações sociais sem a necessidade de prescrever e controlar os resultados de seus projetos. Em outras palavras, precisam reconhecer que a agência acontece como inter-relação de todos os atuantes envolvidos, e não como responsabilidade exclusiva de pessoas (arquitetos ou usuários), interfaces ou espaços acabados, bem como que os limites entre esses atuantes precisam ser claros para que não levem à manipulação. Ter isso em mente pode levar ao projeto de interfaces mais generosas e abertas para engajar as pessoas na produção cotidiana e anárquica do espaço, fazendo com que a agência política possa de fato se manifestar.

²⁸ Aqui nos referimos ao determinismo estrutural como condição para sistemas autopoiéticos, tais como os de cibernética de segunda ordem (cf. MATURANA & POERKSEN, From being to doing: the origins of the biology of cognition, [2002] 2004). Também nos referimos à dialética de estrutura e agência na sociologia.

²⁹ FLUSSER, Design: obstáculo para remoção de obstáculos?, [1999] 2007, p. 196.

[2013] Marco teórico da rede FINEP MORAR TS

Silke Kapp | Adauto Lúcio Cardoso

Em 2010, o MOM passou a integrar uma rede de pesquisa proposta e financiada pela FINEP, com o tema *Desenvolvimento de Tecnologias Sociais* para construção, recuperação, manutenção e uso sustentável da moradia, especialmente de interesse social, bem como para a solução de problemas em áreas de risco ambiental, depois denominada simplesmente REDE MORAR TS. Dela participaram outras sete equipes de universidades e centros de pesquisa de todo o Brasil: FIOCRUZ, UFAL, UFCG, UFPEL, UFRGS, UFRJ e USP. O texto que segue reflete os princípios discutidos e elaborados no âmbito dessa rede, confrontando as noções de tecnologia social em pauta em diversas áreas desde o início do século XXI, e recuperando abordagens da área de Arquitetura e Urbanismo capazes de fundamentar um conceito crítico de tecnologia social, ainda que não tenham usado essa expressão.¹

Tecnologia social: uma delimitação do campo

A expressão tecnologia social começa a ser difundida no meio acadêmico e institucional brasileiro a partir de 2003, quando também se iniciam as articulações para a constituição da Rede de Tecnologia Social (RTS), envolvendo entidades de peso como FINEP, Fundação Banco do Brasil, Petrobras, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência, SEBRAE, Ministério da Ciência e Tecnologia, e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A RTS é fundada oficialmente em abril de 2005, mas ainda antes disso publica, como uma espécie de pedra inaugural, a coletânea Tecnologia Social: uma estratégia de desenvolvimento (2004).

Uma leitura atenta das contribuições desse livro evidencia que o termo tecnologia social é guarda-chuva e ponto de disputa de pelo menos três compreensões ou vertentes bastante distintas e até contraditórias

¹ Primeira publicação: Marco teórico da Rede FINEP de Moradia e Tecnologia Social. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, v. 17, 2013, pp. 94–120.

entre si em alguns aspectos. Tais diferenças e contradições tendem a desaparecer das consciências à medida que o termo passa a ser grafado com iniciais maiúsculas, como um nome próprio, e depois é substituído pela sigla TS. As diferenças também não são evidentes na definição genérica adotada pela RTS, segundo a qual são tecnologias sociais quaisquer "produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social". No entanto, entendemos que, para os propósitos de uma Rede FINEP de Moradia e Tecnologia Social (REDE MORAR TS), vale a pena tentar evidenciar essas três interpretações acerca da natureza e dos propósitos das experiências entendidas como tecnologias sociais até o momento.

A primeira vertente é a mais conservadora, compreendendo o adjetivo social da tecnologia social no mesmo sentido em que se costuma compreender o adjetivo social da habitação de interesse social. Social significa, simplesmente, destinado aos pobres. Nesse entendimento, qualquer produto, serviço ou processo concebido para atender às supostas necessidades das populações carentes é denominado tecnologia social, não importando quem definiu tais necessidades e como a tecnologia em questão será implantada. Essa tecnologia deve ter alguma participação popular, mas suas decisões fundamentais não são tomadas pela população à qual ela se destina. Dito em termos esquemáticos, o lema dessa vertente é o apaziguamento social e seu objetivo é prevenir o levante (mesmo que isso, obviamente, não seja explicitado dessa maneira). Trata-se de criar condições materiais minimamente aceitáveis para que, do ponto de vista das relações sociais, tudo possa permanecer como está.

Fazem parte dessa vertente mais conservadora a maioria das iniciativas de responsabilidade social das empresas, muitas das chamadas tecnologias apropriadas das décadas de 1970 e 1980, a maior parte dos arranjos produtivos locais destinados a incluir a população mais pobre nos circuitos da produção por meio de habilidades artesanais, as iniciativas em prol de uma sustentabilidade que visa manter as condições de produção e produtividade para o investimento lucrativo de capital e outras abordagens semelhantes. Em muitos casos trata-se de reservar nichos de mercado para técnicas trabalho-intensivas, visando aumentar

² REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, Documento constitutivo da Rede de Tecnologia Social, 2005, p. 1.

a empregabilidade, mas deixando intactos os setores destinados à acumulação (monopolista) do capital na produção de ponta. Prevalece na vertente conservadora o pressuposto de que o caminho para uma sociedade melhor é a modernização entendida como pujança econômica de base capitalista, eventualmente complementada, mas nunca substituída pela produção cooperativista. Esse entendimento deixa de refletir o fato de que o chamado atraso de grande parte da população brasileira e mundial foi não apenas consequência, mas também condição de possibilidade da própria modernização, embora, diga-se de passagem, isso não seja segredo para quem já tenha se ocupado do processo de crescimento formal e informal das cidades brasileiras ao longo do último século. Como em todo "filantropo-capitalismo", persiste o ideal de um mundo próspero e sem pobreza, que seria alcançado pelos mesmos caminhos que geraram as desigualdades atuais.

A segunda vertente é a que poderíamos chamar de engajada. Seu lema não é o apaziguamento social, mas a inclusão, sobretudo a da população nos processos produtivos. Por isso, os destinatários das tecnologias sociais são caracterizados antes como excluídos do que como pobres. Não que se negue a pobreza, mas ela é concebida como resultado da exclusão de um processo de desenvolvimento que, além do aspecto econômico, abrange aspectos políticos, cognitivos e comportamentais. Assim, a vertente engajada reúne atores e iniciativas que questionam o paternalismo e a heteronomia da vertente conservadora e defendem que os beneficiários de uma tecnologia social devem ter voz na sua concepção. Em vez de produtos e processos para os pobres, tecnologias sociais são aqui entendidas como processos de desenvolvimento tecnológico nos quais os usuários estão incluídos desde o início. O ideal é que as instituições de pesquisas que tradicionalmente atendem a demandas de empresas ou do Estado passem a atender a demandas da população, a qual, por sua vez, seria estimulada e auxiliada a expressar tais demandas junto às comunidades de pesquisa. 4 Coerentemente com essa abordagem, a vertente engajada concebe a aplicação de tecnologias sociais de uma maneira bem mais complexa e completa do que a simples disponibilização de alternativas tecnológicas.

³ EDWARDS, Os mitos e realidades do filantropo-capitalismo, 2008.

⁴ DAGNINO, Apresentação, Tecnologia Social: ferramentas para construir outra sociedade, 2010, p. 9.

O que essa segunda vertente não questiona são as estruturas do desenvolvimento tecnológico atual e o alcance da inclusão ou participação popular nessas estruturas. O fato de que uma parcela mais ampla da população tenha a oportunidade de fazer valer seus interesses no processo de desenvolvimento de uma tecnologia e de sua aplicação à produção não significa necessariamente que esse processo tome uma direção nova. Dagnino, por exemplo, argumenta que as tecnologias convencionais impedem a inclusão social pelo fato de serem "mais poupadora[s] de mão de obra do que seria conveniente", terem "escalas ótimas de produção sempre crescentes", não considerarem custos ambientais, serem "intensivas em insumos sintéticos", usarem controles coercitivos, anularem a criatividade dos produtores diretos e serem voltadas para o mercado de alta renda.⁵

Inversamente, as tecnologias sociais deveriam ser, ainda segundo Dagnino, intensivas em mão de obra, adaptadas à produção em pequena escala, de baixo impacto ambiental, não dependentes de complexas cadeias produtivas, não hierarquizantes, favoráveis à autogestão e orientadas para o mercado interno de massa. Tudo isso é muito pertinente se considerarmos que as tecnologias sociais serão inseridas nas mesmas estruturas de produção que existem hoje. As características apontadas por Dagnino parecem definir o território em que as populações historicamente excluídas das benesses do capitalismo poderiam alcançar, além de algum bem-estar material (como seria o foco da vertente mais conservadora), também algum nível de autodeterminação sobre produção, distribuição, comercialização e consumo.

No entanto, essa inversão relativamente direta das características das tecnologias convencionais tem seus limites. Por que, por exemplo, uma tecnologia social deveria ser menos poupadora de mão de obra do que uma tecnologia convencional? A insustentabilidade social das tecnologias convencionais não provém, primariamente, da redução da mão de obra, mas do aumento da taxa de exploração ou do aumento da diferença entre o valor criado pelo trabalho e o valor pago por esse trabalho. A medida do lucro não é o trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias, mas a relação entre produtividade e remuneração. Então, o que deveria ser combatido não é a redução do trabalho em si, mas o aumento da taxa de exploração. Se dobrar a produtividade significasse dobrar o tempo livre dos produtores (com

⁵ DAGNINO, A tecnologia social e seus desafios, 2004, p. 189.

a mesma contrapartida), teríamos a promissora perspectiva, elaborada sobretudo por Herbert Marcuse, de um desenvolvimento tecnológico que nos libertasse a todos do trabalho árduo.⁶ Ou seja, a produção trabalho-intensiva não é, por princípio, mais emancipadora do que a produção poupadora de mão de obra e, inversamente, o sonho da eliminação do trabalho pesado, entediante ou compulsório certamente não é cativo das tecnologias convencionais.

De modo análogo, também as demais características atribuídas por Dagnino à tecnologia social são ambíguas, não pertencendo necessária e exclusivamente a uma sociedade mais igualitária ou emancipada. A pequena escala de produção pode e deve fazer parte de uma tal sociedade, mas ela também tem lugar no chamado capitalismo flexível, com os inúmeros pequenos empreendimentos que fornecem serviços ou produtos às grandes corporações ou que cobrem funções nas quais essas últimas não têm interesse. O potencial criativo do produtor direto pode e deve ser parte de uma sociedade de produtores livres, mas ela também tem sido sistematicamente utilizada na produção toyotista, que promove a relativa autonomia de equipes de trabalho em competição entre si.⁷ A independência de insumos sintéticos pode ser libertadora em relação aos oligopólios existentes, mas dificilmente haverá um cooperativismo sólido sem que as cooperativas estabeleçam entre si muitas e complexas relações de troca. O mercado popular pode e deve ser prioritário numa sociedade mais justa, mas todo consumo da chamada nova classe média,8 dos celulares aos eletrodomésticos, desmente a assertiva de que esse mercado seja secundário para a produção capitalista.

Em suma, a vertente engajada apresenta proposições pertinentes em muitos casos, mas elas esbarram no limite de toda negação determinada: a inversão das características de uma situação ruim não leva necessariamente a uma situação melhor. Seu procedimento tende mais à solução de problemas, do que à problematização de soluções.

- 6 MARCUSE, Eros e civilização, [1955] 1968; Um ensaio sobre a libertação, [1969] 1977.
- 7 BERNARDO, Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana, 2004.
- 8 Os defensores da concepção de que o aumento do poder de compra da população brasileira historicamente mais pobre constituiria uma "nova classe média" estão representados, por exemplo, em: NERI, A nova classe média: o lado brilhante dos pobres, 2010. Uma contraposição veemente a esse entendimento pode ser encontrada em: SOUZA, Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?, 2010. Uma discussão da relação entre tais classificações e a inserção no território particularmente das favelas se encontra em: KAPP & SILVA, Quem mora nas favelas?, [2012] nesta edição, v. 2, pp. 149–164.

Isso não significa que a vertente engajada seja inútil, pois, em muitos casos particulares, a solução de problemas é, de fato, um alento para a população afetada. No entanto, como já dito, a abordagem engajada nos parece não ir longe o suficiente para uma reorientação do desenvolvimento tecnológico, particularmente no que diz respeito à moradia.

A terceira vertente em torno da tecnologia social, que pode ser denominada crítica, inclui questionamentos mais fundamentais do desenvolvimento tecnológico, a começar pela matriz da solução de problemas convencionalmente adotada pelas pesquisas nesse setor. A solução de problemas pressupõe a delimitação precisa daquilo que é considerado 'o problema' e daquilo que é deixado de fora. A constelação social, cultural, econômico-política que dá origem e sentido ao suposto problema não costuma ser posta em questão, ou pelo menos não de um modo suficientemente relevante para alterar o andamento da pesquisa.

Suponhamos, por exemplo, que o problema dos resíduos de uma indústria qualquer fosse solucionado mediante o seu reaproveitamento na construção civil, sem que a lógica de geração desse resíduo tenha sido problematizada (projetos dessa natureza costumam ter mais facilidade para obter recursos e ganhar prêmios de inovação). Talvez essa solução, num contexto particular, de fato beneficiasse as pessoas envolvidas, livrando-as de impactos ambientais perniciosos e facilitando seu acesso a novas habitações. Poder-se-ia argumentar que algo de útil estaria sendo feito, que a qualidade de vida daquela população teria melhorado e que, portanto, não caberiam críticas.

Mas o efeito costumeiro de soluções dessa espécie é a consolidação e legitimação das condições de origem dos problemas que resolvem. Se a tecnologia do exemplo acima fosse plenamente bem-sucedida, ela poderia desembocar na situação absurda em que uma redução dos resíduos na dita indústria fosse evitada para não prejudicar a construção civil. Algo semelhante vale para inúmeras pesquisas na área habitacional. A otimização da construção padronizada e seriada de unidades habitacionais tende a consolidar a produção de empreendimentos socialmente inviáveis; técnicas de urbanização de favelas tendem a consolidar modelos de urbanização de efeitos desastrosos também na cidade formal; avaliações pós-ocupação tendem a consolidar a prática de projetos concebidos heteronomamente; e assim por diante. Por isso, uma compreensão crítica das tecnologias sociais exige um exercício constante de reflexão e questionamento de todas essas implicações.

O horizonte ou a ideia reguladora, nessa vertente crítica, é a autonomia das pessoas, não apenas individual, mas sobretudo coletiva ou, em outras palavras, sua emancipação de relações sociais de dominação e a construção de relações sociais de cooperação. Isso, evidentemente, não acontecerá no âmbito de um único projeto FINEP. No entanto, é possível alcançarmos pequenos ganhos de autonomia coletiva. Se, ao mesmo tempo, mantivermos em mente que esses pequenos ganhos não são o objetivo último e que apenas deveriam iniciar processos de transformação muito mais amplos, talvez já tenhamos conseguido algum avanço. Isso significa um posicionamento da REDE MORAR TS que inclui abordagens na vertente engajada e na matriz da solução de problemas, mas, ao mesmo tempo, mantém a consciência crítica dos limites dessas abordagens e mantém a imaginação aberta para pensar além delas.

Considerando essa discussão, a definição das tecnologias sociais como quaisquer "produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social", tal como é adotada pela RTS, nos parece frágil. A expressão "na interação com a comunidade" pode significar quase tudo o que afeta um conjunto de pessoas, pois mesmo programas muito conservadores, predeterminados na sua concepção e implementação, pressupõem alguma interação. Soma-se a isso a conotação assistencialista do termo comunidade. Valladares, enfocando as favelas urbanas, tem chamado a atenção para o fato de que o termo reforça falsos pressupostos de homogeneidade, união e solidariedade, ocultando conflitos de interesse e processos de atomização na estrutura social.9 Finalmente, a definição adotada pela RTS reúne, num só fôlego, "efetivas soluções" e "transformação social". Como já foi discutido acima, solucionam-se problemas bem delimitados que pertencem a um contexto social, e somente a esse contexto. Transformação social, pelo contrário, seria um processo aberto, que gera contextos sociais novos.

⁹ VALLADARES, Favela.com, 2004, pp. 129–130. Não questionamos que associações de moradores (ou comunitárias) utilizem o termo para defender seus interesses junto a programas nacionais e internacionais que, ao fim e ao cabo, são assistencialistas. Mas uma ideia de tecnologias sociais com um horizonte emancipatório não deveria fazer o mesmo.

Tecnologia social e moradia: aproximações nos anos 1960

Cuidadosas revisões de literatura sobre o tema das tecnologias sociais, sua gênese conceitual e seu desenvolvimento nas últimas décadas já foram realizadas. Dem lugar de retomá-las aqui, delineando novamente o percurso que leva das tecnologias apropriadas até as proposições recentes acerca das tecnologias sociais, parece-nos mais pertinente lembrar alguns dos debates desenvolvidos nos campos da arquitetura, do urbanismo, do planejamento e da engenharia no Brasil a partir da década de 1960, que estão muito próximos dessa temática, embora não tenham utilizado a mesma terminologia.

As iniciativas que surgem nesse período devem ser vistas num contexto internacional de relativo engajamento político dos profissionais. Uma de suas expressões mais evidentes é o VII Congresso da União Internacional dos Arquitetos (UIA) em Cuba, em 1963, com o tema "Arquitetura em países subdesenvolvidos". Embora a UIA declarasse que a sede do encontro havia sido definida antes da Revolução Cubana (1959), ela é significativa para indicar o clima das discussões em meio à Guerra Fria: "No Congresso, só se falava de política. [...] Todas as palestras tinham um caráter político". 11 Palavras de ordem eram participação popular, reforma agrária, controle dos meios de produção etc. 12 Ainda assim, prevaleceram modelos tecnológicos que poderíamos denominar convencionais (em contraposições às tecnologias sociais), especialmente a pré-fabricação pesada, protagonizada pela União Soviética. O Brasil levou ao congresso sua primeira experiência institucionalizada de mutirão habitacional com tecnologia alternativa: o então muito festejado conjunto de Cajueiro Seco, em Pernambuco, no qual se combinaram pré-fabricação leve e técnicas vernaculares de taipa e palha.13

O engajamento dos arquitetos brasileiros em propostas para a habitação popular e a melhoria das condições de vida nas cidades também se evidenciou institucionalmente no Seminário de Habitação e Reforma

¹⁰ DE PAULO et al., Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento, 2004; DAGNINO, Tecnologia Social: ferramentas para construir outra sociedade, 2010; BOCAYUVA & VARANDA, Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas, 2009.

¹¹ Rodolpho Ortenblad Filho em entrevista a Sabrina Pereira e Abílio Guerra, Portal Vitruvius, outubro de 2011.

¹² LIERNUR, Arquitectura en la Argentina del siglo XX: la construcción de la modernidad, 2001.

¹³ SOUZA, Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana, 2008.

Urbana (SHRU), organizado pelo IAB no mesmo ano de 1963, poucos meses antes do Congresso da UIA. O SHRU fez parte das iniciativas do governo João Goulart pelas chamadas reformas de base e chegou a formular propostas para a criação de uma política urbana e habitacional, das quais resultou o projeto de lei 87, de 1963. Como detalham Bonduki e Koury, parte dessas propostas do SHRU foi apropriada mais tarde pelo mesmo governo militar cujo golpe interditou sua discussão no Congresso Nacional, ao passo que outra parte, de caráter menos conservador, só veio a ser retomada com a Constituinte de 1988 e o longo processo de tramitação do Estatuto da Cidade.14 A tônica das propostas é de um "enfrentamento dos problemas habitacional e urbano equacionados principalmente através do binômio industrialização e planejamento",15 enquanto a própria população é vista como mão de obra ou como consumidora do produto habitacional, mas não como agente político de peso. Conforme convém a uma entidade de classe como é o IAB, o privilégio dos detentores do conhecimento técnico na determinação dos rumos da casa e da cidade não estavam em questão.

Outro aspecto que chama a atenção nessas discussões do início da década de 1960 é o peso atribuído à denominada 'especulação imobiliária'. Muitos propositores da reforma urbana a veem como instrumento para combater essa 'especulação' e restringir a propriedade da terra, possibilitando uma atuação mais eficiente dos planejadores urbanos. No entanto, como argumenta Ribeiro, a relação entre capital e terra urbana não se baseia em operações especulativas, mas na disputa entre capitais produtivos por vantagens locacionais que resultam em sobrelucros. 16 Essa diferença não é mera tecnicalidade, pois a especulação imobiliária em sentido estrito (a retenção da terra à espera do aumento de seu preço) fere as regras do chamado livre mercado, ao passo que a disputa por maior produtividade, incluindo aquela decorrente do melhor acesso ao valor de uso complexo que a cidade oferece, é parte essencial do modo de produção capitalista. Garantida a possibilidade de essa disputa acontecer, por exemplo mediante o arrendamento, a extinção da propriedade privada da terra não afetaria os capitais produtivos.

¹⁴ BONDUKI & KOURY, Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, 2010.

¹⁵ Ibidem, s.p.

¹⁶ RIBEIRO, Dos cortiços aos condomínios fechados, 1997.

Esses apontamentos indicam que o relativo engajamento social dos profissionais na questão habitacional ao longo da década de 1960 se caracteriza, também, por ingenuidades e conservadorismos. Trata-se em muitos casos da aplicação de procedimentos convencionais de planejamento e projeto a objetos até então pouco contemplados pelo campo, mas não de uma transformação fundamental desse campo em razão de seus novos objetos. Nesse sentido, valem para as iniciativas da década de 1960 muitas das contradições dos movimentos modernos europeus da década de 1920. Poderíamos enquadrar essas iniciativas genericamente no rol das tecnologias sociais apenas se adotássemos o entendimento desse termo segundo a vertente conservadora, isto é, o entendimento das tecnologias sociais como qualquer ação destinada aos pobres.

Há, contudo, exceções importantes nesse cenário. No Brasil, uma delas é a abordagem teórica das relações de produção na construção civil elaborada por Sérgio Ferro e detalhada em seguida. Outras são as incursões de arquitetos e urbanistas em pesquisas empíricas acerca da produção 'informal' da moradia e da cidade, inspiradas pela atuação do arquiteto inglês John F. C. Turner e pelos programas internacionais a que essa atuação deu origem, mas desenvolvida e refletida aqui de uma maneira própria. O conjunto dessas abordagens inaugura, nos campos de arquitetura, construção, urbanismo e planejamento, uma perspectiva fundamentalmente crítica da nossa formação social e do papel dos profissionais nesse contexto.

Relações de produção nos canteiros na perspectiva da TS

As proposições teóricas de Ferro acerca das relações de produção na construção estão sintetizadas em *O canteiro e o desenho*, publicado pela primeira vez em 1976. Como relata o próprio autor, sua motivação inicial foi a experiência da construção de Brasília e a percepção da espantosa discrepância entre o discurso de liberdade dos projetistas da nova capital e as condições de dominação que regiam — e ainda regem — os canteiros de obras.¹⁸ A partir de um estudo de textos de Marx, Ferro compreende que a produção de construções não difere fundamentalmente

¹⁷ Cf. KAPP, Moradia e contradições do projeto moderno, [2005] nesta edição, v. 1, pp. 179–190.

¹⁸ FERRO et al., Conversa com Sérgio Ferro, 2002.

da produção de mercadorias em geral ou, em outras palavras, que ela constitui ciclos de reprodução ampliada de capital da mesma maneira que qualquer outra indústria. Sua peculiaridade está no fato de ela se organizar segundo a matriz da manufatura.

Para Marx, a produção manufatureira representa, histórica e logicamente, um estágio intermediário entre produção artesanal e industrial: ela ainda depende inteiramente das habilidades manuais dos trabalhadores, mas já reúne esses trabalhadores sob o mesmo tipo de controle centralizado que possibilitará a produção industrial, baseada no maquinário, e não mais no ofício manual. No primeiro volume d'O capital, Marx discute em detalhes as implicações que esse controle tem para os trabalhadores. As operações dos processos de produção manufatureiros fragmentam o trabalho integral de produção de um bem que um artesão independente realizaria, dividindo-o entre várias tarefas separadas, realizadas por vários trabalhadores, de modo que as ações de cada um deles se restringem a uma pequena parte do ofício de origem. Isso aumenta a produtividade do trabalho no seu conjunto, mas também leva à desqualificação, desvalorização e hierarquização paulatina do trabalho, criando, portanto, uma dependência cada vez maior do capital, que passa a organizar e controlar o processo de produção. Ao contrário do artesão independente, o trabalhador da manufatura não pode vender o produto de seu trabalho, porque sua ação limitada não constitui, em si mesma, nenhum produto. Da mesma forma, não se identifica com o produto do seu trabalho, visto que é responsável apenas por uma pequena parcela da sua execução, instituindo um processo de alienação, em que o capital — e não o trabalhador — passa a ser visto como produtor. Por outro lado, a manufatura não dispõe (ainda) da objetivação dos mecanismos de controle na forma de um maquinário, isto é, uma estrutura material que predetermina espaços e tempos de trabalho. Por isso, diz Marx, o capital manufatureiro "trava uma luta constante com a insubordinação" dos trabalhadores. 19 O controle precisa ser exercido na manufatura com expedientes de violência física e simbólica muito mais imediatos do que na indústria.

Cabe acrescentar a essas constatações de Ferro que, para além do 'desenho de arquitetura', também o 'desenho de engenharia', isto é, o cálculo estrutural formalizado e normalizado, constitui essa mediação. Santos mostra que a história da desqualificação do trabalho

nos canteiros brasileiros está diretamente relacionada à difusão da tecnologia do concreto armado fundido in loco, e que essa difusão é promovida em favor de novas relações de poder nos canteiros.²⁰ O concreto armado possibilita aos técnicos (arquitetos e engenheiros) tomar o controle dos mestres de obras, desmantelando competências, habilidades e conhecimentos construtivos mais tradicionais e substituindo suas estruturas de reprodução, baseadas na relação mestre-aprendiz, pela formação acadêmica do engenheiro calculista e do engenheiro administrador. Mais do que 'absorver' uma massa de mão de obra não qualificada, como reza o argumento tão comumente empregado em defesa do concreto armado, tal tecnologia gera a sua própria desqualificação.

Também é importante notar que essa função do projeto convencional — de arquitetura e de engenharia — se realiza independentemente dos conteúdos de cada projeto específico. Ele pode advir de uma concepção espacial generosa ou estritamente funcionalista, ter formas belas ou toscas, ser estruturalmente ousado ou conservador, se basear em convicções políticas de esquerda ou de direita, ser flexível ou rígido — em qualquer caso, a simples existência da concepção apriorística do produto final e sua codificação na linguagem técnica bastam para que se estabeleça a heteronomia no trabalho de construção; "a finalidade do desenho no canteiro, e que é hegemônica, é recolher a grande massa de trabalho disperso (particípio passado: que sofreu ação de dispersão) na manufatura da construção em um único objeto-mercadoria, sem que preocupe muito a natureza desse objeto".²¹

Portanto, intenções emancipatórias que se expressam apenas nas características do produto arquitetônico final, sem considerar seu processo de produção, são contraditórias em si mesmas. Se eventualmente conseguem estabelecer usos mais abertos e democráticos do espaço resultante, por outro lado fomentam processos produtivos que estão na origem daquelas mesmas desigualdades que pretendem combater.

Tudo isso, evidentemente, vale também para a construção dos espaços urbanos e domésticos da moradia popular. O fato de a produção formal desses espaços implicar um grau de repetição, padronização e racionalização maior do que o de obras extraordinárias (monumentais, representativas, excepcionais em suas funções etc.) até acentua a

²⁰ SANTOS, A armação do concreto no Brasil, 2008.

²¹ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p. 110.

desqualificação do trabalho que caracteriza a construção civil de modo geral. Marta Farah explorou esse aspecto num período posterior àquele que Ferro tem por referência, analisando o *Processo de trabalho na construção habitacional* e suas mudanças entre o início da década de 1980 e meados da década de 1990.²² A autora parte do entendimento de que o suposto atraso tecnológico do setor formal da construção habitacional no Brasil — o fato de ele não ter incorporado a pré-fabricação industrial predominante em países mais ricos desde o segundo pós-guerra — não foi fruto de uma defasagem evolutiva, mas cumpriu uma função sistêmica decisiva para o processo de acumulação de capital no país e para a consequente modernização de outros setores da economia.

Para Farah, a desqualificação do trabalho na construção civil ainda se agrava na década de 1980, marcada pela recessão e pela redução dos lucros extraordinários que o setor havia auferido nas duas décadas anteriores graças às operações especulativas sobre a terra urbana e aos generosos financiamentos públicos. Para responder às condições de produção menos favoráveis, as construtoras maiores passam a adotar, então, uma estratégia de subcontratação, que, sem comprometer a suposta idoneidade dessas empresas, possibilita a precarização extrema das condições de trabalho ("compressão salarial, ausência de vínculo empregatício e minimização de gastos com segurança e com benefícios para o trabalhador"23). Ao mesmo tempo, introduzem-se formas de gestão que aumentam o controle dos processos de trabalho no canteiro. Tem-se, portanto, uma combinação da flexibilização toyotista, exercida pelas empresas maiores, com o controle taylorista, praticado pelos subempreiteiros. O modelo de organização do trabalho é o mesmo que já vinha sendo adotado em outros ramos, como a indústria automobilística, e que ainda tem a virtude de permitir às empresas que se expandam ou retraiam segundo os ciclos de crescimento e crise, sem necessidade de imobilização de capital em custos fixos. Os prejuízos, em todo caso, são assumidos pelos trabalhadores nas posições subordinadas; e sua real dimensão, a nosso ver, é ainda mais evidente na década de 2000 do que no próprio período analisado por Farah.

Em suma, fica evidente nessas abordagens o duplo caráter da relação entre pobreza urbana e produção habitacional nos moldes formais: a mesma atividade de construção que, ao menos em tese, amplia

²² FARAH, Processo de trabalho na construção habitacional, 1996.

²³ Ibidem, p. 237.

a oferta de unidades habitacionais de interesse social, contraria esse interesse ao gerar subemprego, trabalho precário e mão de obra desqualificada. Um debate atual sobre moradia e tecnologias sociais não pode se furtar à análise dessa dinâmica, considerando que tecnologias projetuais, construtivas e organizacionais têm consequências para as relações sociais de produção nos canteiros e, portanto, para as relações sociais em geral.

Como diretriz para tecnologias sociais destinadas à melhoria e à produção de moradias, essas análises significam que o processo de construção é pelo menos tão importante quanto as características dos produtos resultantes. Tecnologias de construção serão verdadeiramente sociais se, além de cumprirem requisitos técnicos em sentido mais estrito, favorecerem relações de produção com maior autonomia dos trabalhadores, independentemente do fato de esses trabalhadores serem ou não os próprios moradores. Programas habitacionais que possibilitem e estimulem processos construtivos cujas rédeas estejam nas mãos de quem realiza o trabalho material, como nas cooperativas de construção e em arranjos semelhantes, terão efeitos sociais duplos: por um lado, o atendimento de necessidades habitacionais pelos produtos da construção (moradias melhoradas ou moradias novas), e, por outro, o desenvolvimento social de trabalhadores com melhor qualificação, renda mais alta e experiência de organização coletiva. Evidentemente, existem gradações entre uma construção inteiramente capitalista ou inteiramente cooperativada, sobretudo no contexto da autoprodução praticada em grande parte do território. O problema é que essas formas tendem, hoje, a se extinguir em favor do primeiro desses extremos (a construção inteiramente capitalista), com controles cada vez mais rígidos do trabalho material e trabalhadores cada vez mais distantes das decisões. Tecnologias sociais para a construção deveriam enfocar o extremo oposto.

As funções da informalidade

Uma contradição estruturalmente semelhante àquela que caracteriza o setor da construção se aplica também à chamada informalidade urbana. Em ambos os casos, uma condição que supostamente se quer superar é sistematicamente reproduzida pelas instituições econômico-políticas que se quer preservar, porque constitui um elemento essencial a essas instituições.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que o termo informalidade não é consensual para designar os temas aqui tratados, aparecendo na literatura como sinônimo de irregularidade.²⁴ A ideia de informalidade parece ter surgido nos estudos econômicos para caracterizar processos à margem do sistema legal de direito. Alguns autores contestam o uso da noção de informalidade mesmo na perspectiva econômica, argumentando que ela não apresentaria consistência para a análise, uma vez que a ilegalidade pode estar presente em diversos tipos de relações econômicas, principalmente no âmbito do mercado de trabalho, sem que venha a caracterizar, pelo menos para todas as atividades definidas como informais, um setor à margem ou apartado de outro — no caso, formal ou legal. Kon ressalta que "não é mais possível tratar a economia informal apenas como um eufemismo para a pobreza", porque a pobreza é fruto da (má) distribuição das riquezas, ao passo que as ocupações classificadas como informais "são formas específicas de relacionamento de produção", podendo abranger desde "flanelinhas" e biscateiros até profissionais altamente qualificados.²⁵

As descrições tradicionais do setor informal no campo econômico, segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho, tendem a identificar as seguintes características:

[...] facilidade de entrada, propriedade individual ou familiar do empreendimento, operação em pequena escala, utilização de materiais nacionais, processos produtivos intensivos em trabalho por meio de tecnologia adaptada, atuação em mercados não regulamentados e altamente competitivos e qualificações dos trabalhadores adquiridas fora do sistema escolar formal. Além disso, é salientada ainda a condição de ilegalidade, ou seja, o fato de a atividade não ser oficialmente registrada perante o governo.²⁶

No entanto, todas essas características, excluindo-se a ilegalidade, poderiam também ser encontradas em atividades econômicas formais, o que

- O termo irregularidade tem sido usado mais amplamente na literatura, mesmo referindo-se a situações que poderiam ser caracterizadas como de ilegalidade. A escolha dos termos reflete, no caso, uma estratégia discursiva defensiva, visando legitimar determinadas ações, evitando conotações negativas. A mesma situação ocorre, por exemplo, no caso da denominação das favelas como ocupações de terras (e não como invasões).
- 25 Kon, Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro, 2004, p. 1.
- 26 Apud Kon, Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro, 2004, p. 1.

traz de volta o problema original. Parece, nesse sentido, que a característica essencial da informalidade é a ilegalidade ou, de forma mais genérica, o fato de a atividade não ser oficialmente registrada perante o Estado. Por outro lado, existem diversos níveis de ilegalidade — com diferentes efeitos sobre a economia — dentro de uma conceituação tão ampla quanto "não estar oficialmente registrada".

As teses sobre a origem e as causas da informalidade na economia se concentram, para o período desenvolvimentista (1950-1980), na incapacidade de a economia absorver a mão de obra procedente do campo e que só encontra trabalho nas áreas urbanas em atividades de baixa remuneração e baixa qualificação. Segundo essa análise, a informalidade seria um sinal do atraso da economia e um obstáculo — a ser removido — para a sua modernização. No entanto, com as transformações recentes da economia, surgem outras articulações entre a economia formal com alta capitalização e novos setores informais, que envolvem o trabalho em domicílio, as pequenas empresas sem registro etc.

Dessa maneira, é possível relacionar a condição de informalidade às observações de uma série de análises mais recentes, que consideram o setor informal não apenas como um conjunto de atividades de sobrevivência desempenhadas por pessoas destituídas de qualificação e que se situam às margens da sociedade. É observado para países menos desenvolvidos e também para economias industriais mais avançadas um intenso dinamismo econômico nestas atividades não reguladas, porém geradoras de renda, muitas vezes com empreendedores com níveis de renda superiores a atividades formais. Fica patente uma ligação sistemática entre os setores formais e informais, e pode ser inferido que a economia informal não é uma condição individual, mas sim um processo de geração de renda caracterizado pela condição central de não ser regulada pelas instituições da sociedade, em um ambiente legal e social em que semelhantes atividades são reguladas.²⁷

Nesse sentido, é necessário observar com cuidado o conjunto de atividades subsumido na denominação *informal*, para identificar seu conteúdo e suas relações com a economia formal.

O debate econômico sobre a informalidade transferiu-se para o urbano, passando a abranger um conjunto de atividades, algumas já antigas e outras que tiveram crescimento importante nos últimos anos, como ocorreu com o transporte urbano de passageiros. Mas a utilização do termo informalidade para o caso urbano se difundiu particularmente pelas teses de Hernando de Soto, centradas na irregularidade da propriedade da terra. Para Soto, uma modernização do sistema de registro de propriedade, com reconhecimento e regularização das situações de posse existentes, transformaria um 'capital morto' em propriedade formal e, consequentemente, em ativos que permitiriam aos pobres alavancar recursos no mercado financeiro, promovendo-se automaticamente um ciclo de crescimento econômico e de aumento da produtividade.

As propostas de Soto sofreram duras críticas, pela visão reducionista da informalidade e, ainda, pelo fracasso do programa de regularização promovido no Peru pelo Banco Mundial, sob inspiração de suas ideias. Soto parece ignorar que, da mesma maneira que a informalidade econômica, a informalidade urbana é funcional para o conjunto da produção capitalista no e do espaço urbano. A explicação dessa informalidade apenas a partir da má distribuição de recursos e dos baixos salários não atinge o cerne da questão: a impossibilidade lógica de uma produção estritamente capitalista da mercadoria moradia para a totalidade da população.

Essa impossibilidade decorre, em primeiro lugar, do chamado problema da solvabilidade da demanda ou, dito de outro modo, do fato óbvio de que quem ganha pouco não tem dinheiro para comprar uma casa. Menos óbvio é que se trata de uma desproporção não apenas circunstancial, mas estrutural. A lógica que define o valor da força de trabalho numa economia capitalista gera a discrepância entre o preço da moradia e a capacidade de pagamento da população cujos recursos advêm somente da venda dessa força de trabalho. Mesmo que os salários fossem 'justos' pelos critérios dessa economia (valor da mercadoria trabalho = valor de sua reprodução = custo de vida do trabalhador), a moradia continuaria inacessível, porque o valor do trabalho durante um tempo determinado corresponde ao valor de sua reprodução durante esse mesmo tempo. Um salário mensal 'justo' inclui o custo mensal da moradia, mas não contém excedente de poupança. A força de trabalho

²⁸ MAMANI, Crescimento do transporte informal e circuitos da economia urbana e regional, 2007.

²⁹ SOTO, O mistério do capital, 2001.

assalariada, não sendo paga antecipadamente por sua reprodução em algum momento futuro, não pode antecipar o pagamento de seu consumo futuro. A única forma coerente de acesso à moradia nessas condições seria o pagamento concomitante ao uso, como o aluguel ou um financiamento cujo prazo coincidisse com sua vida útil. No entanto, a disponibilização da mercadoria moradia para uma amortização tão lenta imobilizaria o capital investido, reduzindo sua lucratividade em comparação a outros setores da economia. Se esse capital passasse a atuar como capital financeiro, acrescendo juros ao preço da moradia, ultrapassaria, novamente, o custo de reprodução embutido no salário.³⁰

Em segundo lugar, a impossibilidade de uma produção estritamente capitalista da moradia para a totalidade da população decorre da dinâmica de formação do preco da terra. Como já comentado no contexto da discussão dos anos 1960 acerca da chamada especulação imobiliária, essa formação de preços se dá "a partir da hierarquia de preços gerada pelas várias demandas dos agentes capitalistas que valorizam seus capitais através da utilização e da transformação do uso do solo urbano".31 Portanto, a produção capitalista de moradias disputa o uso do solo com outros capitais. Aquele para o qual certa porção implica maiores vantagens, pelas características do terreno ou pela obtenção de sobrelucros de localização, paga por ela o preço mais alto. Porém, para qualquer outra produção de mercadorias que não a construção de imóveis, o solo é condição de produção, e não meio de produção. Uma vez adquirido, ele suporta muitos ciclos produtivos. Já na produção de moradias, o solo é matéria-prima, consumida inteiramente a cada ciclo produtivo. Assim, num único ciclo, o preço da terra para as moradias deveria superar o sobrelucro obtido por outras atividades econômicas em n ciclos. Não é difícil imaginar que, para a moradia popular, essa é uma condição impossível de satisfazer em qualquer região urbana provida de infraestrutura e com uma localização favorável às atividades cotidianas de seus moradores.

³⁰ Interessa notar que esse problema estrutural da solvabilidade persistiria mesmo se o valor da moradia diminuísse drasticamente (em razão de uma nova tecnologia de construção, por exemplo). O salário continuaria incluindo o valor dessa moradia diluído ao longo de sua vida útil. O valor médio de reprodução da força de trabalho poderia cair, é verdade, mas o trabalho continuaria não sendo pago antecipadamente para a sua reprodução futura. Contra os defensores da industrialização per se, isso quer dizer que o problema da habitação não se resolve pela disponibilização de tecnologias de baixo custo ao capital de construção.

³¹ RIBEIRO, Dos cortiços aos condomínios fechados, 1997, p. 40.

Esses dois condicionantes fazem com que a produção capitalista da mercadoria moradia para a totalidade da população só ocorra quando acompanhada de pelo menos duas medidas compensatórias que, na realidade, fogem à lógica do capital identificada com Estado mínimo e mercado livre: a aquisição (ou a produção) do produto moradia pelo Estado (que o distribui por meio de financiamento ou aluguel subsidiados) e a reserva de terras urbanas para esse produto. Apenas os países em que houve programas públicos amplos e de longa duração, contemplando ambas as dimensões, atenderam suas demandas habitacionais pela via formal. Em todos os outros países, a moradia popular foi produzida mediante outras formas, particularmente por aquela que Jaramillo denomina autoconstrução, caracterizada pelo fato de o usuário final do bem moradia ser o organizador da produção, financiador e produtor direto.³² O 'financiamento', nesse caso, se faz por um processo de produção que se alonga no tempo, com a moradia sendo habitada antes de estar acabada, e com momentos em que pequenas poupanças geradas pelo sobretrabalho ou por outras estratégias viabilizam alguns avanços mais rápidos do processo.33 A viabilização do acesso à terra se dá por procedimentos informais, com a invasão de terras ou sua aquisição em loteamentos clandestinos na periferia. Nesses casos, a formação econômico-social capitalista, que precisa da concentração da força de trabalho e do consumo de massa no espaço urbano, se sustenta apenas pela produção informal desse espaço. Paradoxalmente, a informalidade urbana cumpre ali funções imprescindíveis.

Para avançar na identificação dos vários processos e situações de irregularidade urbana, é preciso, em primeiro lugar, diferenciar entre aquelas relacionadas à terra (insumo básico para o processo de construção) e aquelas relacionadas à edificação propriamente dita. Cada uma delas se desdobra em múltiplas outras, mas a irregularidade da terra é básica, condicionando já a edificação como irregular.

A longa lista de irregularidades possíveis reflete também a complexidade das estruturas jurídicas e burocráticas brasileiras, que fazem da total regularidade um privilégio e um espaço de manipulação. Também cabe considerar que, em muitos casos, encontram-se combinações de

³² JARAMILLO, Producción de vivienda y capitalismo dependiente, 1980.

³³ Uma das estratégias identificadas em análises elaboradas na década de 1970 mostra que os trabalhadores conseguiam ser demitidos de seus trabalhos, resgatando os valores devidos de FGTS, que eram então aplicados na construção da moradia; cf. CHINELLI, Os loteamentos de periferia, 1980.

diversas condições irregulares, o que implica problemas e consequências de ordem também diferenciada para a cidade, para as atividades econômicas e para as condições de vida da população. Ou seja, há irregularidades cuja implicação é meramente formal ou de registro, sem inadequações da construção em relação a normas urbanísticas ou de segurança. Contudo, há outras que de fato têm implicações relevantes para o espaço urbano, como a ocupação de espaços públicos ou a geração de incômodos sobre os vizinhos, por exemplo; ou para as condições de habitabilidade das habitações, como a precariedade construtiva, a ausência de iluminação e ventilação adequadas dos compartimentos etc.

Para as tecnologias sociais destinadas à melhoria e à produção de moradias, a evidência dessa relação paradoxalmente complementar entre atividades e espaços formais e atividades e espaços informais leva a uma segunda diretriz. Ela diz respeito à ultrapassagem da polarização entre os dois campos, que foi marcante na trajetória brasileira de pesquisas e experiências na área da habitação, sobretudo depois do golpe de 1964. O novo cenário político obrigou os profissionais a assumirem posições para além de um vago engajamento, definindo, de modo muito mais incisivo do que até então, duas frentes. De um lado, há os defensores da modernização da indústria da construção mediante tecnologias de pré-fabricação, padronização e racionalização, com o pressuposto de que a habitação deveria ser disponibilizada ao público na forma de produto de mercado ou de um serviço do Estado. Do outro lado, há os defensores de um incremento das práticas populares mediante tecnologias alternativas ou apropriadas, almejando uma relativa independência em relação ao mercado e ao Estado, que eventualmente poderia desembocar em transformações mais profundas de toda a sociedade.

Um indício dessa polarização é o fato de que, com exceção da ilegalidade, todas aquelas características que a Organização Internacional do Trabalho atribui ao chamado setor informal (facilidade de entrada, propriedade familiar, pequena escala, materiais nacionais, processos trabalho-intensivos etc.) também definem o conceito de tecnologia apropriada das décadas de 1970 e 1980. É como se esse conceito tivesse sido gerado a partir das fórmulas dos economistas, apenas com sinal invertido, isto é, o que esses consideravam vício, os partidários da tecnologia apropriada viam como virtude. Outro indício da polarização é o uso do termo *autoconstrução*, que se perpetua até hoje nas políticas públicas, embora já se tenha constatado inúmeras vezes que também as moradias produzidas em terrenos irregulares, como vilas e favelas,

contam quase sempre com profissionais e até empresas para a realização de serviços especializados ou de toda a empreitada. Tudo isso acaba consolidando um senso comum para o qual as alternativas se restringem à produção de conjuntos habitacionais por empresas privadas e à produção marginal do esforçado autoconstrutor. Para contrapor esse imaginário e matizar as diferentes relações (existentes e possíveis) entre moradores e produção de moradias, utilizamos no presente texto e no âmbito da Rede as definições apresentadas abaixo, que poderão servir também como norteadoras de outras pesquisas de tecnologia social para a moradia.³⁴

Autoprodução indica que os moradores gerem os recursos e tomam as decisões sobre os espaços, com pouco ou nenhum acesso a informações, suporte técnico, financiamento e intervenção do poder público. Essa é a forma de produção que caracteriza, em diferentes graus de irregularidade, o espaço de vilas e favelas, e grande parte das periferias. Ela pode se realizar com ou sem autoconstrução.

Autoconstrução indica, apenas e estritamente, a participação direta dos moradores no trabalho material do canteiro, independentemente de estar combinada à autoprodução ou a outras formas de gestão.

Produção autônoma indica a situação em que moradores tomam as decisões, gerem os recursos (como na autoprodução) e têm acesso a informações, suporte técnico, financiamento e mecanismo de regularização. Se auto-nomos significa norma própria, a diferença entre autoprodução e produção autônoma está no nomos ou na possibilidade de os grupos estruturarem suas ações em regras que estabelecem por si mesmos e que articulam com regras mais abrangentes (como a legislação urbanística, ambiental etc.).

Produção heterônoma é o oposto da produção autônoma, no sentido de que existe nomos, mas quem o define é sempre 'outro' (heteros), seja o poder público, as empresas, os agentes financiadores etc. Eles, e não os moradores, tomam as decisões e gerem os recursos, tal como acontece na indústria imobiliária habitacional de massa e na maior parte dos programas públicos.

Autogestão é, por princípio, uma forma de produção autônoma. O termo vem sendo utilizado no Brasil para designar uma modalidade

³⁴ Definições semelhantes foram adotadas pelo grupo da UFMG em outros contextos, mas a versão aqui apresentada contém modificações importantes, oriundas das discussões na REDE MORAR TS e das premissas adotadas para a tecnologia social.

instituída de gestão de empreendimentos habitacionais oposta à gestão pública, isto é, uma modalidade na qual os recursos financeiros são destinados diretamente a associações ou cooperativas habitacionais, que então realizam projeto e construção com a ajuda de assessorias técnicas e fiscalização do poder público. A real autonomia dos futuros moradores e das associações nesse processo varia enormemente, dependendo das exigências burocráticas, da formação das lideranças, da prefeitura, do agente financiador etc. Em alguns casos, a autogestão representa o grau mais alto de autonomia que já alcançamos na produção habitacional brasileira. Em outros, as interferências são tantas que empreendimentos ditos autogestionários acabam se assemelhando aos expedientes da produção heterônoma. Tais desvirtuamentos do vocábulo, no entanto, não mudam o fato de que a autonomia coletiva é o cerne da ideia de autogestão.

O reconhecimento da autoprodução

Entre 1961 e 1968, antes mesmo da sistematização teórico-crítica de *O* canteiro e o desenho, Sérgio Ferro e os colegas Rodrigo Lefèvre e Flávio Império tentaram realizar experimentos que articulassem novas formas de produção de moradias com relações de trabalho mais livres. Essas tentativas, no entanto, se limitaram ao emprego de alternativas construtivas e organizacionais na construção de casas para amigos de classe média. Elas não chegaram a nenhuma produção de fato destinada à moradia popular nem afetaram as políticas habitacionais. Seus frutos aparecerão muito mais tarde, no contexto dos mutirões autogeridos que se iniciam na década de 1980 e que, além de uma reestruturação dos canteiros, incorporam também elementos de pesquisas acerca da autoprodução habitacional. Por isso, cabe rastrear brevemente a história desse outro debate para depois abordar os mutirões e a autogestão propriamente ditos.

Tal debate foi fortemente influenciado pelas ideias do já citado John F. C. Turner que, juntamente com o antropólogo William Mangin, formulou uma crítica incisiva dos empreendimentos habitacionais públicos produzidos na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, contrapondo-os às práticas populares de autoprodução. Sua contribuição foi

³⁵ ARANTES, Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões, 2002.

relevante por evidenciar o papel da moradia no processo de integração social dos migrantes rurais à vida urbana 'moderna' e, de forma mais geral, o papel da moradia para além do mero abrigo, isto é, como suporte a atividades de reprodução social específicas dos setores populares.

Turner critica os programas públicos pelo fato de ignorarem as funções fundamentais da habitação no processo social — localização, segurança da posse e conforto — e sua importância diferenciada, dependendo da etapa do ciclo de integração do migrante à vida urbana.36 Ele preconiza que, para o migrante recém-chegado em busca de oportunidades de trabalho e de redes sociais de solidariedade, a localização seria a característica decisiva da moradia, pouco importando os aspectos de segurança de posse e conforto. É o que explicaria a proliferação dos corralones (aglomerados de chocas em lotes vagos centrais) no Peru ou das favelas nas áreas centrais das cidades brasileiras. Já para o migrante com opções de trabalho mais regulares (ou para os trabalhadores pobres, em geral), a segurança de posse assumiria papel mais importante, como apoio para o enfrentamento de períodos de desemprego, quando possibilita a locação de parte da moradia ou o desenvolvimento de atividades econômicas domésticas. A solução habitacional correspondente a essa situação seria, no caso peruano, a barriada (invasão em terrenos periféricos) ou, no caso brasileiro, o loteamento popular em que os moradores investem paulatinamente na infraestrutura urbana e na edificação propriamente dita. Por fim, para migrantes e trabalhadores que, integrando-se ao mercado de trabalho formal, conseguem maior estabilidade e alguma ascensão social, a prioridade passaria a ser o conforto em detrimento da localização e da segurança de posse (essa população poderia, por exemplo, pagar aluguel). Sua opção de moradia é o subúrbio tradicional.

Está implícito na visão de Turner o pressuposto de uma progressiva adaptação dos migrantes rurais à vida urbana, o que apontaria, num horizonte de tempo mais ou menos longo, para uma sociedade totalmente integrada. Favelas, barriadas e subúrbios, ao se desenvolverem paulatinamente, constituiriam "poderoso agente de integração econômica — graças ao fato de que aí muitos têm liberdade para investir seus próprios recursos à sua maneira individual".³⁷ O modelo supõe

³⁶ TURNER, Habitação de baixa renda no Brasil, 1968; Barreiras e canais para o desenvolvimento habitacional nos países em vias de desenvolvimento, 1968; Housing by people: towards autonomy in building environments, 1976.

³⁷ TURNER, Habitação de baixa renda no Brasil, 1968, p. 19.

que, tendo "liberdade para construir", as famílias fariam as escolhas mais adequadas às suas necessidades em cada momento. Além disso, fica evidente a tese de que os programas de apoio à população na autoconstrução de seu habitat, largamente adotados por organismos internacionais daí em diante, proporcionariam a integração social como uma consequência automática da integração físico-espacial.³⁸

Diversos autores apresentaram visões menos otimistas dessa perspectiva de integração. Em primeiro lugar, a formulação de Turner deixa inteiramente de lado as desigualdades estruturais que marcam o desenvolvimento latino-americano e que são fruto da própria lógica desse desenvolvimento, não de um suposto atraso. Leeds e Leeds, por exemplo, veem nos três estágios de Turner situações que tanto podem ser vividas como ascensão social, quanto como descenso, já que não há nenhuma progressão necessária entre elas e tampouco qualquer garantia contra o retrocesso. 39 Gilbert e Gugler questionam que as camadas de menor renda têm um leque de escolhas reais tão reduzido que a propalada 'liberdade para construir' acaba por se tornar bastante relativa. 40 Outras críticas apontam que a autoprodução popular da moradia, particularmente quando envolve autoconstrução, leva a um rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho e, consequentemente, à redução dos salários, sendo mais funcional aos processos de acumulação do capital do que à ascensão social e econômica dos autoconstrutores.41 Além disso, o sobretrabalho da autoconstrução pode ser extenuante e causar uma série de problemas para o trabalhador e a vida familiar. Ainda outros autores reforçam os custos adicionais gerados por soluções tecnicamente limitadas ou mesmo equivocadas, seja de projeto, seja de execução da construção, com reflexos sobre a qualidade do produto e sobre a qualidade de vida dos moradores.

Em que pese a pertinência dessas críticas, o trabalho de Turner e Mangin deixou um legado importante, por incorporar à agenda da

³⁸ Uma reavaliação das ideias de Turner e de sua influência sobre a política habitacional nos países periféricos foi apresentada por: HARRIS, A double irony: the originality and influence of John F. C. Turner, 2003. Para os desdobramentos no Peru, ver também: CALDERÓN, Formalización de la propriedad, cultura registral y crédito en Peru, 2003; The formalisation of property in Peru, 2004.

³⁹ LEEDS & LEEDS, A sociologia do Brasil urbano, 1978.

⁴⁰ GILBERT & GUGLER, Cities, poverty and development: urbanization in the Third World. 1982.

⁴¹ OLIVEIRA, A economia brasileira: crítica à razão dualista, 1972; O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil, 2006.

política habitacional um conjunto de necessidades até então pouco ou nada consideradas. O reconhecimento da importância da localização da moradia para o acesso às oportunidades de trabalho e às redes sociais espontâneas de ajuda mútua justificou novas políticas e programas de urbanização de assentamentos precários, em oposição às políticas de remoção. Entre outras coisas, esse reconhecimento possibilitou experiências iniciais de urbanização, como aquela realizada em Brás de Pina, abordada em seguida.

Outra contribuição valiosa de Turner, mas com muito menos consequências para as políticas habitacionais e urbanas brasileiras, diz respeito à ideia da moradia como processo (housing as a verb) e ao reconhecimento do fato de que as casas populares permanecem 'inacabadas' por estarem em permanente processo de adaptação a necessidades cambiantes, ciclos de vida e capacidade de poupança das famílias. Nesse sentido, cabe repensar fundamentalmente a separação entre as etapas de projeto, construção, uso, manutenção e reforma. Essas categorias se aplicam às moradias populares ainda menos do que às de classe média (como será mais detalhadamente discutido adiante).

Mutirão, cooperação e autogestão

Uma das primeiras experiências no Brasil que incorporou de forma significativa a ideia da autonomia dos moradores na definição do espaço doméstico e público da moradia foi a urbanização da favela de Brás de Pina, na cidade do Rio de Janeiro. A favela havia sido ameaçada por um processo de remoção sob a égide do BNH, ⁴² mas, com o apoio de um padre local e de um grupo de estudantes de arquitetura, a comunidade se organizou e resistiu à remoção. Esse grupo, que incluía o arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos, elaborou um projeto de urbanização da área, com ampla participação coletiva. O governo subsequente, por compromissos de campanha, criou a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), em 1968, dando início a um processo de urbanização em três favelas (Mata Machado, Brás de Pina e Morro União) que, pelo escopo da proposta e pela metodologia empregada, tornou-se referência no debate nacional.

42 Cabe recordar que a cidade do Rio de Janeiro já havia passado por um processo bastante impactante de remoção de favelas durante a gestão de Carlos Lacerda; cf. VALLADARES, Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro, 1978. A proposta da CODESCO tinha como objetivo central "integrar a comunidade subnormal no bairro adjacente". Isso deveria ser realizado em três frentes, correspondendo a três etapas do processo: implantação de infraestrutura urbana, sob responsabilidade do Estado e sem incidência de qualquer custo para a população; melhoria habitacional, sob responsabilidade da população com apoio do poder público, visando "propiciar as condições mínimas de higiene e segurança dos padrões de moradia"; desenvolvimento socioeconômico, visando "criar pré-requisitos tais que permitam à população de menor faixa etária desenvolver-se em ambiente de normalidade urbana em todos os seus aspectos, da higiene à segurança social". Para alcançar esse objetivo foi considerada central a "definição da propriedade do terreno".

Os desdobramentos desse processo, bem como suas fragilidades sociais e políticas, foram analisados mais tarde por Carlos Nelson com um viés antropológico e sociológico que também identificou a distância entre a autonomia pretendida e aquela alcançada de fato. 46 Mas, de qualquer forma, a experiência de Brás de Pina e das outras favelas urbanizadas pela CODESCO firmou-se como uma referência 'alternativa' no exato momento em que o regime militar endurecia a repressão à resistência da população favelada às remoções, que alcançaram seu apogeu entre 1968 e 1974.

Se a experiência de Brás de Pina ficou marcada como um símbolo de resistência num período dominado pelo autoritarismo e pela política de remoções, a partir dos anos 1980, com a redemocratização, houve desenvolvimentos importantes promovidos pelas experiências de mutirões autogeridos. Elas contrastam com ambos os tipos de políticas habitacionais financiadas pelo BNH naquele período: a produção de grandes conjuntos habitacionais e obras de saneamento, destinada a incrementar as oportunidades de investimento lucrativo de capital mantendo e aperfeiçoando os processos de extração de mais-valor nos canteiros; e a autoconstrução institucionalizada mediante programas ditos alternativos (como o programa João-de-Barro) que deveriam dar conta da habitação dos mais pobres, seguindo diretrizes do Banco

⁴³ BLANK, Experiência de urbanização de favela carioca, Brás de Pina, 1977, p. 11.

⁴⁴ Ibidem, p. 12.

⁴⁵ Ibidem, p. 13.

⁴⁶ SANTOS, Movimentos urbanos no Rio de Janeiro, 1981.

Mundial e de outros organismos internacionais então bastante afinadas com o ideário de Turner e o ideário das tecnologias apropriadas.⁴⁷

A realização de mutirões para viabilizar a autoconstrução da moradia faz parte das formas tradicionais de organização da população pobre, particularmente em momentos críticos como 'virar' ou 'bater' laje (embora, como constatado acima, essas práticas de ajuda mútua sem remuneração venham se tornando cada vez menos comuns). Já o mutirão como política também tem uma história importante, sendo associado a algumas iniciativas públicas ou de agentes como a Igreja, normalmente a partir das propostas de conscientização, desenvolvimento de comunidade, organização popular etc. Nesse sentido, o incentivo ao mutirão era visto como forma de incutir valores de solidariedade e consciência, com a finalidade de promover a 'integração' dessa população à sociedade moderna. Ou seja, o diagnóstico de fundo era o de exclusão e marginalidade dessa população, e sua incapacidade, por limitações próprias, para se integrar à sociedade moderna, baseada nos princípios da racionalidade individual. Além disso, o mutirão era visto como possibilidade de redução de custos de mão de obra. Nessa linha, os projetos alternativos baseados no mutirão e apoiados pelo Banco Mundial foram duramente criticados, como já apontado acima.

As experiências que vieram a marcar o processo de organização do movimento de moradia no Brasil foram bastante influenciadas pelo caso de São Paulo. Moreira assim descreve as primeiras experiências em São Paulo:

Em São Paulo, entre 1982 e 1985, nos governos de Franco Montoro (estado) e Mário Covas (município), em decorrência de um casamento de interesses ocorreram as iniciativas pioneiras de caráter experimental de produção habitacional por meio de mutirão, e onde se esboçava a possibilidade do controle das famílias nas decisões de projeto e do processo de trabalho na obra, realizada a partir de recursos públicos (da COHAB ou da CDH) e com apoio técnico feito por profissionais externos. Entre elas estavam a experiência da Vila Nova Cachoeirinha (1982), do Recanto da Alegria (1983) e da Vila Comunitária de São Bernardo (1985).⁴⁸

⁴⁷ Cf. ARANTES, Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões, 2002.

⁴⁸ MOREIRA, O lugar da autogestão no governo Lula, 2009, p. 46.

Essas experiências também atribuíram ao mutirão um papel central, mas partindo de um ideário influenciado pelas cooperativas habitacionais do Uruguai, que encontra ressonâncias na história do movimento popular e socialista. Moreira identifica o papel dos técnicos que assessoravam essas populações:

O engenheiro Guilherme Coelho, que havia visitado a experiência uruguaia de cooperativas habitacionais de ajuda mútua no início de 80, traz a proposta para São Paulo e passa a difundi-la através da exibição de vídeos nas comunidades e ainda pelo trabalho desenvolvido junto à comunidade de Vila Nova Cachoeirinha. Posteriormente, o grupo do Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes se envolve no assessoramento das associações comunitárias da zona sul de São Paulo apoiando tecnicamente a viabilização da urbanização do Recanto da Alegria e, posteriormente, o empreendimento Vila Arco-Íris no Grajaú. E ainda, em São Bernardo do Campo, o arquiteto uruguaio Leonardo Pessina, que tinha acompanhado algumas experiências uruguaias, passa a trabalhar no Brasil com as famílias da Vila Comunitária com base nos mesmos princípios da autogestão, ajuda mútua e solidariedade, com os quais tinha trabalhado no Uruguai junto ao CCU — Centro Cooperativo Uruguaio, órgão que assessorava as cooperativas habitacionais.⁴⁹

No contexto uruguaio, o mutirão era compreendido como elemento essencial à auto-organização e autonomização da população. O cooperativismo uruguaio se firma nos anos 1960, conquistando mudanças na legislação que criava os mecanismos de financiamento habitacional, garantindo não apenas recursos específicos para as cooperativas como também a instituição do princípio da propriedade coletiva, que permite que as moradias produzidas em regime de cooperativa sejam mantidas como bens não mercantilizáveis.⁵⁰

A influência do cooperativismo uruguaio na organização do movimento de moradia em São Paulo é amplamente reconhecida, sendo significativa a participação de representantes da FUCVAM — Federacción Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua — no *Primeiro Encontro de Movimentos de Moradia*, em 1990, cujo tema central era "Por um cooperativismo de ajuda mútua e autogestão". Cabe notar que essa

⁴⁹ Ibidem, p. 46.

⁵⁰ BARAVELLI, O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo, 2005.

proposta, que vai amadurecendo em São Paulo, se distingue fortemente do modelo desenvolvido na mesma época em Goiânia, sob a tutela do então governador Iris Rezende, que se gabava de construir mil casa em um dia. Sem entrar em detalhes sobre essa experiência, extensamente descrita por Barros, 51 só cabe ressaltar que esse 'mutirão' envolvia uma grande mobilização logística de diversas empresas, que produziram elementos pré-fabricados, e que parte dos 'mutirantes' era formada por funcionários da prefeitura e de empresas prestadoras de serviço, obrigados a doar seu dia de trabalho para o 'mutirão'.

À diferença disso, o movimento de moradia foi se direcionando prioritariamente para a autogestão, reduzindo a importância do mutirão como forma de auto-organização, passando a utilizar até mesmo a subcontratação de empresas para a realização de etapas específicas das obras. Em São Paulo, durante a gestão de Luiza Erundina, o movimento ganhou ímpeto, instituindo-se um mecanismo de financiamento — o FUNAPS comunitário — baseado em recursos oriundos da concessão de potencial construtivo nas chamadas operações interligadas. Com a mudança de governo, o movimento de moradia manteve forte mobilização, buscando continuar as obras dos empreendimentos já iniciados, mas passando por um período de dificuldades que só mudará com a eleição de Marta Suplicy para o governo da cidade de São Paulo e com a instituição do Programa Crédito Solidário, pelo governo Lula.

Mesmo enfrentando dificuldades políticas, as propostas autogestionárias e cooperativistas disseminaram-se e ganharam dimensão nacional, com experiências em Goiás, Belo Horizonte, Porto Alegre e outras cidades brasileiras, como mostra o balanço recentemente apresentado por Lago.⁵³

As experiências de mutirão autogestionário no Brasil, embora sejam muito diferenciadas, apontam num sentido de autonomização da população para um maior controle sobre os processos de projeto e sobre a utilização do espaço. Todavia, como as experiências têm se pautado muito fortemente pela contratação de empreiteiras para a execução da obra, permanece intocado o problema da exploração do trabalho no processo produtivo *tout court*, ou seja no canteiro. Nesse sentido colocam-se como tema central a possibilidade da constituição

⁵¹ BARROS, Política habitacional em Goiás: do mutirão ao cheque-moradia, 2011.

⁵² BONDUKI, Construindo territórios da utopia, 1992.

⁵³ LAGO, Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições, 2012.

de cooperativas de produção no âmbito da construção, assim como o aprofundamento de algumas experiências já existentes para que a gestão dos empreendimentos após o final das obras seja mantida em bases de cooperação.

A produção da moradia como parte do cotidiano doméstico

Como indicado anteriormente, a concepção de John F. C. Turner acerca da moradia como um processo, em vez de um produto acabado, teve muito menos ressonância nas pesquisas e políticas habitacionais brasileiras do que outros aspectos de sua abordagem. No entanto, como tentamos mostrar em seguida, uma reflexão crítica que leve essa concepção às últimas consequências aponta para transformações decisivas em toda a produção habitacional, muito além da questionável polarização entre formalidade e informalidade, habitação de interesse social e habitação de mercado.

Estabeleceu-se como um pressuposto tácito tratar os problemas da moradia no mesmo registro da produção arquitetônica e urbana de modo geral, isto é, de acordo com uma sequência linear de diagnóstico, projeto, construção e uso, eventualmente seguida de manutenção e reformas. Essa sequência ou metodologia é adotada pelos agentes da produção formal (arquitetos, urbanistas, planejadores, administradores públicos, empresários etc.) e está sedimentada nas instituições correlatas como se fosse uma cadeia causal inevitável: primeiro se faz um diagnóstico ou programa de necessidades, depois se planeja e se projeta, então se realiza a construção, e, por fim, o produto pode ser usado. Ou, dito inversamente: não se pode planejar bem sem um diagnóstico completo, não se pode construir bem sem um projeto completo, não se pode usar bem sem uma construção executada até o fim. Desvios desse encadeamento — a atualização de um diagnóstico durante a fase de projeto, a reformulação do projeto durante a obra, o uso que se inicia sem que a construção esteja concluída — costumam ser percebidos como acidentes de percurso, não como indícios de qualquer deficiência estrutural dos métodos convencionais. Até mesmo os processos participativos levados a cabo com seriedade e para além da mera legitimação, são, via de regra, subsumidos na mesma ordem de ações. Na melhor das hipóteses, os participantes ou futuros usuários fornecem dados para o aprimoramento do diagnóstico, opinam na concepção das soluções ou trabalham na gestão ou na execução da obra. Mas inexiste a possibilidade de que alterem essa sequência de etapas ou, enfim, os

métodos convencionais. E isso vale até mesmo para os empreendimentos autogestionários capazes de transformar criticamente as práticas convencionais em muitos outros aspectos.

O método de diagnóstico, projeto, obra e uso se reflete também nas etapas prescritas nos programas habitacionais ou de melhoria urbana, que não admitem nenhuma distribuição de recursos cujo destino não esteja previamente determinado. E mesmo as pesquisas relacionadas à produção ou melhoria da moradia e de seu ambiente urbano dificilmente chegam a questionar tal encadeamento. Muito mais comum é a busca de sua otimização. Como fazer diagnósticos mais precisos, como conceber soluções mais eficientes, como construir com recursos e prazos menores, como habituar os usuários aos usos previstos — eis as perguntas que, de uma forma ou de outra, predominam no campo da pesquisa habitacional.

Contudo, qualquer experiência real, por mais controlada e formalizada que seja, contradiz o pressuposto dessa causalidade linear. Não há projeto arquitetônico ou plano urbanístico que de fato parta do conhecimento completo de todas as variáveis em jogo e de sua evolução no tempo, assim como não há planejamento que preveja completamente o processo de um canteiro de obras nem uso que não continue interferindo no espaço ou espaço que não gere novas demandas. Os elementos da realidade se relacionam entre si de maneiras infinitamente mais complexas do que a sequência de diagnóstico, plano, obra e uso admite. Os empreendimentos que mais se aproximam dela e melhor controlam a separação de suas etapas são justamente aqueles que produzem os espaços mais abstratos (no sentido de Lefebvre), tais como os grandes conjuntos homogêneos, as intervenções urbanas monofuncionais, os equipamentos públicos hostis ao próprio público.

Que a sequência acima nada tem de natural, nem faz parte de alguma essência do habitar humano também é evidenciado nos processos de produção social do espaço ditos vernaculares, espontâneos ou informais, isto é, processos historicamente anteriores à modernização ou geograficamente à sua margem. Assentamentos como aqueles registrados por Bernard Rudofsky no célebre ensaio fotográfico *Architecture without architects* demonstram a concomitância de usos, novas demandas, ideias para transformações e sua realização. Embora tenham inspirado novas linguagens formais nas décadas de 1960 e 1970, eles não

são, em si mesmos, frutos de nenhuma concepção planejada e formalizada. Seus processos de produção não preveem a interrupção do uso para a construção de novas porções ou a reforma das existentes; suas transformações não partem de um diagnóstico especializado feito em determinado momento congelado no tempo; seus planos são flexíveis a adaptações ao longo da obra. Eles provêm, enfim, de práticas cotidianas nas quais a produção da moradia está tão integrada quanto a produção da comida ou da vestimenta.

Aqui, a ponte com o debate sobre a autoprodução informal da moradia é esclarecedora. O que as pesquisas de cunho sociológico e antropológico acerca dessa autoprodução mostram é que a utilização da moradia passa, em primeiro lugar, pela necessidade de adaptações ao longo do processo produtivo cuja extensão se ajusta aos vários momentos dos ciclos de vida familiares, implicando adaptações e readequações que precisam ser contempladas como necessidades básicas dessas famílias — ainda mais se considerarmos que elas dificilmente podem se mudar para espaços mais adequados às suas necessidades, como o fazem as famílias de classe média. Em segundo lugar, grande parte dessas moradias não apresenta uma distinção marcada entre espaços de produção e de reprodução, já que a habitação é usada também como espaço econômico — seja para atividades produtivas, comerciais ou de prestação de serviços, seja ainda para outras formas de geração de renda, como o aluguel de cômodos ou vagas de garagem. Nesse sentido, sempre que os espaços da moradia popular são pensados e projetados a partir de uma negação da adaptabilidade a mudanças, parte significativa das condições de reprodução de seus moradores será prejudicada.

As favelas e periferias das cidades brasileiras, ao contrário dos assentamentos vernaculares, fazem parte de um processo de modernização que impossibilita o aprendizado e a adequação paulatina de uma coletividade relativamente estável a um ambiente específico. Portanto, não cabe romantização a seu respeito, como se guardassem uma autenticidade mais próxima da natureza do que a produção formal da cidade. Mas, ao mesmo tempo, é fato que favelas e periferias autoproduzidas se assemelham àqueles processos vernaculares por não adotarem o método convencional de produção do espaço da cidade e da moradia, e, assim, poderem se adaptar melhor a necessidades que tendem a ser ignoradas em espaços projetados formalmente. Em vez de fomentar uma romantização da informalidade, essa semelhança pode e deve instigar a um exame crítico dos próprios métodos formais.

Na realidade, essa maneira de habitar e pensar o espaço não deve ser inteiramente estranha mesmo àqueles que já se habituaram a viver em lugares produzidos com todos os preceitos formais: mudanças nos usos fazem surgir ideias espaciais que, na medida do possível, são postas em prática, mesmo que se trate apenas da redisposição dos móveis. Se houvesse qualquer elemento natural ou essencial no habitar, ele estaria mais próximo do famigerado 'puxadinho' do que do projeto arquitetônico e urbanístico convencional.

Cabe, então, perguntar de onde vem a naturalização da sequência acima mencionada e o descarte — ao menos em circunstâncias não marginais — de uma produção do espaço cotidiano no âmbito da própria vida cotidiana. Por que a moradia popular, que até o século XIX foi produzida exclusivamente como um empreendimento doméstico e nunca havia sido objeto de preocupação de arquitetos, engenheiros e planejadores, transforma-se em tema de projeto e grande empreendimento? Poder-se-ia argumentar que a produção planejada e formalizada da moradia decorreria do fato de o contexto das cidades industriais e do trabalho assalariado impedir que o trabalho doméstico de reprodução dê conta também da moradia. No entanto, as cidades europeias do século XIX, bem como as favelas e periferias das cidades brasileiras atuais, demonstram que essa dedução não é inteiramente coerente. O contexto da cidade industrial dificulta a autoprodução da moradia e, eventualmente, leva a situações precárias e caóticas, mas ele não leva necessariamente à produção planejada e formalizada. Essa apenas surge quando a moradia e a cidade se transformam em mercadorias produzidas para a valorização de capitais. É a forma-mercadoria que impõe à produção do espaço o tipo de sequência que nós, como técnicos, incorporamos como se fosse parte da natureza humana em geral.

A produção capitalista consiste, fundamentalmente, no emprego de determinado capital-dinheiro para a aquisição da mercadoria força de trabalho e da mercadoria meios de produção, sua fusão num processo de trabalho que gera uma nova mercadoria, e na troca dessa nova mercadoria por um capital-dinheiro quantitativamente maior do que o inicial, de modo a obter um acréscimo de valor, isto é, um lucro. Nesse processo, é fundamental que as etapas de projeto, produção e consumo estejam separadas entre si. As mercadorias precisam ser concebidas, planejadas e produzidas, antes de serem distribuídas e usadas ou consumidas. Isso vale tanto para os chamados produtos (mercadorias materiais), quanto para os chamados serviços, com a

única diferença de que, nesse último caso, produção e consumo ocorrem simultaneamente.

Se adotarmos como diretriz que as tecnologias sociais para a moradia priorizem formas cooperadas de organização do trabalho de construção, isso possibilita também que tal lógica da mercadoria não seja tomada como condição sine qua non para qualquer produção. Nesse caso, ela pode incluir rupturas dos métodos convencionais de projeto, construção e uso, sem recair na velha polaridade entre processos formais racionalizados e processos informais precários. Pode-se desenvolver, por exemplo, um tipo de serviço ou atendimento que permita às cooperativas de construção executarem alterações em espaços domésticos a partir da interação com os moradores, providos de habilidades e informações técnicas — mas não necessariamente de desenhos executivos detalhados — e, sobretudo, apoiados por programas de (micro) crédito ou de subsídios adequados a tal modalidade.

Ao mesmo tempo, a própria produção pela indústria da construção pode ser transformada fundamentalmente se levarmos a sério a concepção de que as moradias são processos contínuos. Em vez de unidades 'prontas', a indústria passaria a fornecer os elementos necessários a esses processos, sejam eles infraestrutura urbana, estruturas portantes, elementos intercambiáveis, componentes construtivos ou quaisquer outras possibilidades decorrentes das mais variadas formas de moradias radicalmente flexíveis. O arquiteto holandês Nicolaas John Habraken, por exemplo, desenvolveu a fundo uma concepção desse gênero no mesmo período em que também Turner atuou, porém no contexto holandês de cidades caracterizadas pela construção massiva de novos conjuntos habitacionais no pós-guerra.55 Nesse contexto, sua equação resultou na distinção entre os chamados suportes, que seriam as partes da construção que afetam a coletividade (como os espaços comuns, a estrutura portante e partes da infraestrutura), e os chamados recheios, que seriam as partes de decisão e responsabilidade individual de cada família. Ou seja, dadas as condições de produção naquelas circunstâncias específicas, Habraken formulou uma possibilidade de transformação da sequência convencional de projeto, construção e uso. Nela, até mesmo a forma-mercadoria persiste sem maiores abalos, mas o produto que se encontra no mercado já não é a moradia pronta e sim as interfaces necessárias ao processo ou à "habitação como verbo", como diria Turner.

55

Tecnologia social e sustentabilidade

A questão ambiental emerge na década de 1960, tendo como tema privilegiado a questão populacional, principalmente no que se refere ao esgotamento dos recursos naturais ou à degradação das áreas comuns. Essa postura enfatizava a crítica veemente ao desenvolvimento econômico ilimitado e colocava como opção radical o crescimento zero, baseado numa crença neomalthusiana na escassez irreversível dos recursos.

O primeiro grande congresso internacional para a discussão dos problemas ambientais ocorreu em Estocolmo, em 1972. Esse encontro gerou o primeiro plano de ação global sobre o meio ambiente e teve como um dos seus principais desdobramentos institucionais a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). As repercussões desse evento não se deram apenas no âmbito das Nações Unidas, mas também no desenvolvimento de políticas ambientais pelos Estados nacionais. Muitos desses procedimentos se deram sob a pressão dos organismos internacionais de ajuda multilateral, como o Banco Mundial, que passaram a condicionar o repasse de recursos à adoção de políticas de controle dos impactos ambientais de projetos de desenvolvimento.⁵⁶

O principal debate em Estocolmo se deu em torno da oposição entre ambiente e desenvolvimento, polarizando países pobres e ricos. Os primeiros temiam uma limitação às possibilidades de empreender o desenvolvimento, a partir de problemas com os quais não se identificavam. Na esteira da Conferência de 1972, a cena política foi dominada pela contradição entre as necessidades de proteção ambiental e o crescimento econômico até os anos 1980, quando emergiu a proposta de desenvolvimento sustentável, com a publicação de *Nosso futuro comum.* Esse texto foi o resultado de três anos de trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e apresentou, como sua principal contribuição ao debate, a formulação de um novo conceito de desenvolvimento, que possibilitaria a compatibilização entre crescimento econômico e preservação ambiental.

O conceito de desenvolvimento sustentável procurou atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Longe de querer que cessasse o crescimento econômico, reconheceu que os problemas ligados à pobreza e ao

subdesenvolvimento só poderiam ser resolvidos se houvesse uma nova era de crescimento na qual os países em desenvolvimento desempenhariam um papel importante e colheriam grandes benefícios.⁵⁷

Com a legitimidade que essa proposta angariou, o discurso do crescimento zero deixou de ser predominante, com as posições se diferenciando entre graus mais ou menos rigorosos de sustentabilidade. Mas, naquela década, o eixo do debate já havia se deslocado da equação população-recursos para as catástrofes globais iminentes que estariam ameaçando o futuro da humanidade: o efeito estufa, os danos na camada de ozônio, as perdas na biodiversidade; e para catástrofes mais localizadas que ameaçariam parcelas significativas da população, principalmente no chamado Terceiro Mundo: a desertificação, a erosão, a redução na oferta de água etc.

Por outro lado, também foi enfatizada no documento a articulação entre pobreza e problemas ambientais. Segundo essa análise, a existência de populações pobres em países pobres geraria uma necessidade de desenvolvimento econômico, o qual se daria pela exploração dos recursos naturais de forma não sustentável. Esse fenômeno levaria a uma contradição entre as necessidades globais, relativas à prevenção das ameaças também globais, e a premência dos países pobres em promover o desenvolvimento. Com base nessa compreensão, identificou-se como única saída a cooperação internacional entre Norte e Sul, para a promoção do desenvolvimento sustentável e o enfrentamento do problema da pobreza no Sul, como forma de obter o apoio dos países pobres para o equacionamento dos problemas ambientais globais.

Nos anos 1970, a relação entre ambiente e cidade era vista basicamente pelos seus aspectos setoriais: a poluição atmosférica gerada pelo desenvolvimento do sistema de transportes baseado no automóvel, a poluição industrial, a degradação de áreas naturais pela expansão da área urbanizada, as densidades excessivas geradas pela especulação imobiliária etc. A questão urbana aparecia nos debates internacionais como questão do desenvolvimento, como um desequilíbrio gerado pela insuficiência — e pela necessidade de aceleração — do crescimento econômico, no caso dos países pobres, ou como necessidade de uma regulação desse crescimento, corrigindo os desvios do mercado, no caso dos países ricos. Esse diagnóstico estabeleceu a necessidade de desenvolver políticas compensatórias, aumentando a eficiência do

sistema econômico e corrigindo desequilíbrios sociais. Foi a época, no Brasil e na América Latina, das políticas urbanas de caráter nacional. No campo internacional, o principal marco foi a *Conferência Mundial sobre os Assentamentos Humanos*, realizada em Montreal, em 1976.

Em 1987, o Relatório Brundtland alterou esse diagnóstico. O problema ambiental urbano passava a ser visto, em primeiro lugar, como uma questão central dos países pobres, já que os países ricos teriam as condições necessárias — em termos de recursos financeiros e técnicos — para resolver seus problemas. Já no caso dos países pobres, a situação seria diferente, pois a urbanização crescente estaria associada à pobreza, gerando situações de extrema penúria e de condições ambientais locais graves para os pobres urbanos. Esses países, premidos pela necessidade de promoção do desenvolvimento e, ainda, pelas consequências da crise econômica, principalmente no que tocava à questão da dívida externa, estariam impossibilitados de arcar com os altos custos da provisão das condições adequadas para o habitat popular que se desenvolvia principalmente nas periferias metropolitanas. Essa situação agravaria a crise ambiental:

Mas a própria pobreza polui o meio ambiente, criando outro tipo de desgaste ambiental. Para sobreviver, os pobres e famintos muitas vezes destroem seu próprio meio ambiente: derrubam florestas, permitem o pastoreio excessivo, exaurem as terras marginais e acorrem em número cada vez maior para as cidades já congestionadas. O efeito cumulativo dessas mudanças chega a ponto de fazer da própria pobreza um dos maiores flagelos do mundo.⁵⁸

O texto não aprofunda as causas desses processos, ignorando as relações entre a pobreza, o êxodo rural e os processos de modernização excludente, em que a concentração de renda e a concentração fundiária são as bases do empobrecimento da população e da forma como se dá o crescimento das cidades. Assim, essa análise, além de culpar os pobres pelos problemas ambientais, deixa intocadas as principais causas das migrações, do crescimento urbano e dos problemas ambientais decorrentes.

Pobreza e deterioração ambiental são percebidas no Relatório Brundtland como que formando um círculo vicioso, no qual cada termo é causa e efeito do outro, e não como característica e resultado histórico de um modo de produção altamente concentrador, econômica e espacialmente.⁵⁹

A partir da disseminação desse debate, o tema da sustentabilidade ganhou ampla legitimidade, passando a ser incorporado em discursos de diversos matizes políticos, perdendo cada vez mais sua capacidade de expressar diretamente algum sentido, dependendo sempre dos qualificativos e dos contextos em que estaria inserido. Curiosamente, o termo proposto passou logo de adjetivo (sustentável) a substantivo (sustentabilidade), estabelecendo-se um campo de conflito de ideias sobre a definição do que é, ou deve ser, essa sustentabilidade. Segundo Jollivet:

[...] mais que um conceito bem definido, o desenvolvimento sustentável pode ser mais bem caracterizado como um campo discursivo controverso que permite a articulação de diferenças políticas entre o Norte e o Sul, e oferece a possibilidade de estabelecer relações entre os debates sobre equidade social e equilíbrio ecológico.⁶⁰

Acselrad, analisando esse debate, identifica algumas "matrizes discursivas" que polarizam as posições:

- Eficiência os desequilíbrios ecológicos seriam corrigíveis a
 partir de uma intervenção que corrigisse as "falhas de mercado";
 posição que engloba desde os "cornucopianos", otimistas tecnológicos, até os partidários do livre comércio;
- Escala é necessário estabelecer "limites ao crescimento"; posição que engloba neomalthusianos, economistas ecológicos e pessimistas tecnológicos;
- Equidade —enfatiza as necessidades e identifica os pobres como as principais vítimas da degradação ambiental;
- Autossuficiência a sustentabilidade seria dada pela construção de condições de autossuficiência econômica de comunidades de produtores, ameaçados pelo mercado;
- Ética uma revisão dos princípios que orientam as condutas humanas, a partir de uma discussão sobre os fins socialmente desejáveis e propondo uma "contenção racional dos desejos".⁶¹

⁵⁹ HERCULANO, Como passar do insuportável ao sofrível, 1992, p. 13.

⁶⁰ JOLLIVET, Éléments pour une réflexion interdisciplinaire sur le concept de développement durable, 1998, p. 50.

⁶¹ ACSELRAD, Sustentabilidade e território nas Ciências Sociais, 1997.

A passagem do 'desenvolvimento sustentável' à 'sustentabilidade' envolve, ainda, uma ampliação do escopo do conceito para além do campo estritamente ambiental, incluindo as dimensões sociais, culturais etc. Essas definições têm como limite sua abrangência exagerada, pois, ao buscarem incluir no campo do debate ambientalista elementos de outras ordens disciplinares e oriundos de práticas sociopolíticas diferenciadas, fazem com que os conceitos percam especificidade e, consequentemente, eficácia. Além disso, acabam por instituir um discurso totalizador sobre a sociedade (e sobre a natureza, a economia, a política etc.), com riscos evidentes para o campo da ação política.

No âmbito desses ganhos de amplitude do conceito, vários setores passaram a olhar para suas práticas tradicionais como sendo 'sustentáveis' ou 'ambientais'. Tal é o caso, por exemplo, do saneamento, que de 'básico', como definido nos anos 1970, passa a 'ambiental', nos anos 1990, com poucas modificações específicas nas suas teorias e nas suas técnicas. O próprio planejamento do uso do solo ganha mais legitimidade ao incluir entre seus instrumentos as áreas ou parâmetros de proteção ambiental ou ao justificar os parâmetros e o zoneamento tradicional com base em princípios genéricos de sustentabilidade. No entanto, Anker, relendo a experiência modernista, identifica relações fortes entre a ciência da ecologia e os princípios da arquitetura modernista desde os tempos da Bauhaus, o que mostra a ambiguidade desse conceito. 62

No campo da construção, a partir da década de 1990, começou a se estabelecer um conjunto de diretrizes de redirecionamento das atividades do setor para formas ditas mais sustentáveis. Pela sua abrangência e pelo grau de 'atraso' tecnológico relativo, estando, ainda, submetido a uma organização do trabalho manufatureira, como mostrado acima, o setor produz uma quantidade importante de resíduos e, mais grave, consome uma quantidade importante de recursos:

A construção e o uso dos edifícios são um dos maiores consumidores dos recursos naturais no ambiente, consumindo 16,6% do fornecimento mundial de água pura, 25% de sua colheita de madeira e 40% de seus combustíveis fósseis e materiais manufaturados. Esta indústria responde também pelo processo de contaminação atmosférica, sendo responsável por uma grande parcela das emissões de CO2, principal gás responsável

pelo efeito estufa. No Brasil, a indústria cimenteira contribui atualmente com 6% a 8% do CO₃ emitido.

Em função do modo de vida e das crescentes exigências de conforto da população (gerado principalmente por meio de sistemas e equipamentos supridos com energia proveniente de fontes não renováveis), o consumo energético tem aumentado no mundo todo, sendo os países mais desenvolvidos os que apresentam maior consumo. Dentro do panorama nacional, as edificações consomem, para uso e manutenção, 44% do consumo total de energia elétrica do país, distribuído entre os setores residencial (22%), comercial (14%) e público (8%). Salienta-se que nesta estimativa ainda não é levada em consideração a parcela de energia embutida nos materiais que compõem as edificações.⁶³

As análises mais recentes apontam a necessidade de uma avaliação de sustentabilidade mais abrangente, que englobe todo o ciclo produtivo bem como os ciclos de uso e vida das edificações produzidas. Teve início, a partir dos anos 1990, um conjunto de iniciativas que buscaram alterar aspectos específicos da produção (controle de resíduos, substituição de materiais perigosos como o amianto) e do uso das edificações (eficiência energética, reuso da água etc.). Essas inovações, obviamente limitadas, passaram a ser codificadas em certificações de qualidade ambiental que, embora em geral não sejam obrigatórias, orientam parte das atividades do setor. No caso brasileiro, essas iniciativas são ainda bastante embrionárias e pouco efetivas, até porque, como já indicado em seção anterior, parte importante da atividade de construção se realiza às margens da formalidade e, portanto, é imune às certificações.

De qualquer forma, essas iniciativas parecem cumprir mais com objetivos de marketing do que efetivamente responder a uma reorganização do setor, que continuou se orientando por práticas predatórias de recursos, assim como por formas bastante 'primitivas' de exploração do trabalho.

Dentro desse quadro, como trabalhar com a perspectiva da sustentabilidade no âmbito da REDE MORAR TS? Para refletir sobre isso, cabe lembrar que, no debate sobre a sustentabilidade, além das propostas acima apresentadas, destaca-se a "sustentabilidade democrática".⁶⁴ Nessa concepção, os recursos naturais são entendidos como

⁶³ LAMBERTS et al., Sustentabilidade nas edificações, 2007.

⁶⁴ ACSELRAD & LEROY, Novas premissas da sustentabilidade democrática, 1999, pp. 28–29.

bens públicos; logo, a sua utilização deve ser objeto da decisão na esfera pública, resgatando-se o papel e o lugar da política no debate e na implementação da sustentabilidade, e recusando-se a proposta da economia ecológica, que busca resolver os problemas ambientais mediante soluções de mercado. Por outro lado, reconhecem-se diversos modos de apropriação dos recursos naturais associados a modelos de desenvolvimento e a formas socioculturais diversificadas (sociodiversidade), sendo o conflito ambiental definido como a disputa travada pelos diversos agentes sociais (portadores de modelos e práticas socioambientais diferenciadas) em torno da apropriação dos recursos naturais. A sustentabilidade é, então, vista como resultado de um processo de disputa entre os modelos de desenvolvimento, refletindo "o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais".67

Essa formulação tem como virtude trazer de volta o debate para o campo restrito dos problemas do meio ambiente, sem perder de vista a dimensão mais ampla implicada no debate sobre o desenvolvimento. Ao buscar elaborar um conceito que escape às armadilhas da normatividade, recusa a definição prévia do que seria a "sustentabilidade desejável", no âmbito do discurso acadêmico, e remete ao conflito ou à negociação democrática — portanto, ao âmbito da política — as definições (nesse caso necessariamente provisórias) do que seria sustentável em cada local. A sustentabilidade emerge, dessa maneira, como processo e não como um estado previamente definível por meios técnicos e, ao mesmo tempo, como um conjunto de condições cuja definição sempre remete às especificidades (políticas e ambientais) locais.

Eleger o debate político como instância de definição do sustentável traz, no entanto, novas questões, entre elas a da distribuição desigual das condições de acesso a recursos (naturais, financeiros ou de poder)

⁶⁵ DALY & COBB JR, For the common good: redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future, 1989.

Por "modelo de desenvolvimento" entende-se "modelos de apropriação do mundo material" que "articulam simultaneamente formas técnicas, definidas por sua espacialidade e temporalidade (e também pelo modo como a sociedade e a cultura contribuem para orientá-la), formas sociais, que exprimem os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais, e formas culturais, que encerram valores e racionalidades que orientam as práticas sociotécnicas" (ACSELRAD & LEROY, Novas premissas da sustentabilidade democrática, 1999, p. 28).

⁶⁷ Ibidem, p. 13.

no interior das sociedades nacionais, ou entre países, na esfera global. Nesse sentido, ganha relevo uma abordagem mais recente no debate, que diz respeito ao tema da justiça ambiental. Segundo Harvey, sua principal característica seria a crítica radical aos modos de distribuição de poder na sociedade, que levam a que determinados grupos raciais, étnicos, sociais ou culturais sejam discriminados negativamente, ao superpor às desigualdades a que estão originariamente submetidos outras desigualdades no acesso aos recursos naturais ou à exposição aos problemas ambientais.⁶⁸ Nesse sentido, o enfrentamento dos problemas de injustiça ambiental se dá ou pelo desenvolvimento de políticas públicas em que seja garantida a não discriminação, ou, principalmente, pelo empoderamento dos grupos em situação de desigualdade.

Pensar a dimensão da sustentabilidade na utilização das tecnologias sociais implica necessariamente não partir com definições preestabelecidas, definidas técnica e heteronomamente, mas buscar soluções que respondam às demandas e às capacidades técnicas e às formas de utilização dos recursos naturais das populações concretas.

As tecnologias e seus contextos

Abordagens como a de Habraken e concepções elaboradas a partir dela, tais como o open building, o adaptable house e o flexible housing, são inspiradoras, mas não é cabível simplesmente importá-las, como se fez tantas vezes com outros procedimentos e tecnologias, a começar pela própria ideia do grande conjunto habitacional. ⁶⁹ Cabe aqui a assertiva, contundentemente discutida por Bijker e Feenberg, de que não há, em rigor, tecnologias que não sejam sociais, isto é, que não se desenvolvam em contextos sociais concretos, sendo determinadas por eles e, se adquirirem alguma relevância, transformando-os necessariamente. ⁷⁰ Não existe nenhum mundo tecnológico autossuficiente, apartado da sociedade e regido por uma lógica racional, de caráter universal, a-histórico e apolítico. Pelo contrário, sua relação com o contexto social em que surgem e se desenvolvem se assemelha — para usar uma metáfora

⁶⁸ HARVEY, Justice, nature and the geography of difference, 1996.

⁶⁹ Cf. KENDALL & TEICHER, Residential open building, 2000; FRIEDMAN, The adaptable house, 2002; TILL & SCHNEIDER, Flexible housing, 2007.

⁷⁰ Cf. BIJKER et al., The social construction of technological systems, 1987. Cf. FEENBERG, Questioning technology, 1999; Transforming technology, 2002; Between reason and experience, 2010.

de Feenberg — à relação de um ser vivo com o respectivo ecossistema: elas pertencem a "um nicho específico numa sociedade específica".⁷¹ Por isso, não é possível transportar tecnologias de um contexto a outro sem mais, especialmente quando se trata de transferências entre regiões de diferentes condições culturais, sociais, econômicas e políticas.

No caso de tecnologias relacionadas à moradia, essa relação entre uma nova tecnologia e o contexto social no qual ela deverá funcionar é especialmente delicada, porque costuma envolver práticas cotidianas e hábitos incorporados. Para ilustrar esse ponto, tomamos um exemplo com o qual tivemos contato direto: as unidades sanitárias pré-fabricadas instaladas pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em aldeias indígenas. A experiência de um grupo Xacriabá do norte de Minas Gerais, que deve ser representativa de muitas outras, demonstrou uma série de inconsistências dessa transferência tecnológica. Os banheiros utilizam materiais e técnicas construtivas que figuram nas aldeias como corpos estranhos, quase inalteráveis pelos moradores; a configuração espacial que geram ao serem instalados junto às casas fere a privacidade dos indígenas, porque é impossível usá-los com a mesma discrição com que se vai 'ao mato'; internamente, os banheiros são quentes, abafados, desconfortáveis e malcheirosos, atraindo insetos que passaram a infestar as casas; como não há conhecimentos e equipamentos necessários à manutenção das fossas, também contaminaram o lençol freático em alguns casos. Em suma, trata-se de uma solução que foi inicialmente aceita — a aldeia é muito pobre e aceita de bom grado qualquer suposta melhoria —, mas cujo uso se tornou cada vez mais problemático. Ao mesmo tempo, a instalação desses banheiros desarticulou qualquer possibilidade de negociação da comunidade para enfrentar e resolver seus problemas sanitários de maneira adequada. Os técnicos da FUNASA poderiam ter contribuído para isso com seus conhecimentos especializados, mas numa direção que incrementasse a autonomia do grupo indígena em vez de a reduzir. Talvez surgisse disso uma solução nova, nunca imaginada pelos técnicos.

O exemplo acima pode parecer extremo, mas há inúmeros outros em que políticas públicas para a melhoria das condições habitacionais resultam de equívocos da mesma espécie, com efeitos igualmente perniciosos. Uma pesquisa sobre a implementação de infraestrutura de saneamento com a tecnologia de redes condominiais, também entendida

como alternativa, mostrou que a lógica técnica de organização das redes, segundo relevo e bacias hidrográficas, ignorava a lógica social de organização da comunidade.⁷² Assim, criaram-se 'condomínios' compostos por grupos de uma mesma favela que tinham até relações de antagonismo, como, por exemplo, os setores de 'baianos' e 'mineiros' ou os setores controlados por grupos criminosos diferentes. Os problemas se agravaram ainda mais pelo fato de a tecnologia prever a participação dos moradores na operação do sistema (o que a faz, a uma primeira leitura, uma tecnologia social!).

Por vezes, os equívocos resultam do simples fato de os agentes dessas políticas — incluindo os pesquisadores — simplesmente tomarem por universais suas próprias condições particulares de vida e imporem-nas a contextos alheios; eis o caso dos banheiros da FUNASA. O desenvolvimento e a utilização das nossas tecnologias mais convencionais exigem uma série de disposições que tendemos a incorporar a ponto de nos parecerem naturais. Outras vezes, os equívocos surgem da adesão a ideias que parecem bem-sucedidas em outros contextos e que têm certo apelo público (ou publicitário), sem que os agentes nem sequer se deem ao trabalho de examinar suas condições de origem e a veracidade das informações veiculadas a seu respeito; eis, nos parece, o caso, por exemplo, da instalação de teleféricos nas favelas cariocas.

A consciência crítica dessa relação entre o contexto social específico e a tecnologia instiga a muitas perguntas. Levá-la a sério significa que qualquer ideia aparentemente benéfica precisa ser examinada crítica e continuamente em relação à totalidade do contexto no qual se pretende inseri-la ou disponibilizá-la. Nenhuma equipe de pesquisadores ou técnicos é capaz de antecipar todos os condicionantes desse processo. Não se trata apenas de incoerências óbvias, como o envio de tratores a regiões em que não se vende gasolina ou a instalação de banheiros em aldeias indígenas que não têm equipamentos para a sua manutenção e nem hábitos que lhes correspondam. Trata-se de incoerências menos evidentes, como, por exemplo, a introdução de técnicas construtivas baseadas na montagem em meio a uma cultura construtiva cotidiana fundada na bricolagem. Por isso, mais do que de uma participação das pessoas afetadas, seu caráter emancipador — mesmo que se restrinja por ora a pequenos ganhos de autonomia — depende da colaboração

intensa e igualitária *com* e *entre* essas pessoas, de modo a gerar resultados diferentes dos imaginados pelos pesquisadores ou técnicos.

Diretrizes de tecnologias sociais na REDE MORAR TS

Como síntese dos temas e questões abordados neste texto, que refletem diretamente as discussões ao longo dos trabalhos da REDE MORAR TS, propomos em seguida algumas características ou diretrizes gerais para o desenvolvimento de tecnologias sociais de melhoria e produção de moradias.

- (1) A autonomia coletiva na produção social do espaço é a diretriz que norteia todas as demais. Autonomia significa a possibilidade concreta, política, econômica, social e cultural, de determinar o processo da habitação e seus produtos. O potencial de aumento da autonomia é um critério de qualidade de uma tecnologia social, ao passo que a redução da autonomia, mesmo quando significa um momentâneo aumento do nível de consumo ou conforto, é um critério de desqualificação de uma tecnologia como social.
- (2) A catalização de processos coletivos é uma condição de possibilidade para a abordagem que tem por horizonte a autonomia coletiva. A perspectiva de que cada família ou morador deveria resolver seus problemas por conta própria é limitada, pois interdita a constituição de novas forças politicamente relevantes, até mesmo para definir os objetos de programas públicos. Na prática de pesquisa, isso significa a ênfase em processos de mobilização e organização populares. Muito se discutiu a participação da chamada sociedade civil organizada nas diversas instâncias públicas ou a assessoria técnica a grupos organizados. No entanto, a maioria daqueles que vivem em situação de precariedade é 'desorganizada', atomizada e sujeita a poderes locais ilícitos e relações clientelistas. Iniciar processos para transformar esses grupos em coletividades auto-organizadas é, portanto, um objetivo primário das tecnologias sociais para a moradia.
- (3) A valorização do confronto em lugar de sua supressão é outra característica que consideramos decisiva para gerar e implementar tecnologias sociais rumo à autonomia e distingui-las do mero participacionismo. Se o termo *confronto* parece pouco amistoso, a escolha não se fez por acaso. A rejeição do confronto é, em essência, uma rejeição da prática política e sua substituição por relações de (pseudo)familiaridade. Assim surgem os eufemismos que tomam contradições sociais

por meras 'diferenças de ponto de vista' ou cooptação por democracia. O confronto claro, aberto e bem informado não é algo a evitar a qualquer custo, mas, pelo contrário, algo a fomentar e exercitar. Apenas esse exercício possibilita uma compreensão das reais divergências de interesses, eventualmente iniciando cadeias de experiências que desemboquem em conquistas, e não apenas em concessões.

(4) A valorização dos pequenos ganhos de autonomia ou um pragmatismo consciente de seus limites constitui uma diretriz complementar às anteriores. Em lugar da opção entre soluções pragmáticas conservadoras e ideais emancipatórios inalcançáveis, trata-se, em cada caso, de formular ações que respondam às urgências, deixando o máximo de abertura para desenvolvimentos e transformações ao longo do tempo. Tome-se como exemplo concreto a modalidade Entidades do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O programa não foi definido pelos movimentos sociais, mas concedido quase que pro forma, como medida de apaziguamento diante do fato de todo o PMCMV contradizer frontalmente duas décadas de esforços por democracia e autogestão habitacional. Seus requisitos burocráticos são tantos e sua estrutura é tão favorável às empresas que, em diversos estados brasileiros, os movimentos não foram capazes de aprovar um único empreendimento. Em teoria, o mais lógico seria rechaçar o PMCMV-Entidades como mais um expediente de cooptação. Porém, numa perspectiva mais pragmática e contextualizada, o fato de ter havido exceções, o fato de os movimentos terem sido bem-sucedidos na negociação de modificações na regulamentação do programa e na obtenção de uma parcela maior dos recursos da segunda edição do PMCMV constituem ganhos não desprezíveis. Em vez de descartar a modalidade em razão de seus vícios de origem, cabe perguntar o que tornaria o PMCMV mais emancipatório do que ele tem sido. Como podemos mobilizá-lo em maior escala e ampliá-lo para além da construção dos conjuntos habitacionais do tipo preferido pelas empresas (por exemplo, em melhorias e requalificações ou em conjuntos de pequeno porte, bem inseridos nas cidades)? O que pode ser feito para que as entidades não assumam a dinâmica de meras imobiliárias populares, mas fortaleçam os processos de capacitação e formação autogestionária iniciados em fases anteriores? Dado que qualquer ganho de autonomia partirá de situações não ideais — caso contrário, ele seria desnecessário —, cabe explorar as oportunidades existentes sem as eufemizar.

(5) O fortalecimento de arranjos cooperativos na construção civil, favorecendo relações de produção em que também os trabalhadores

adquiram maior autonomia para ampliar sua atuação política e suas qualificações específicas é outra diretriz central para as tecnologias sociais no âmbito da moradia. Importa, particularmente, a ultrapassagem de uma visão que pretende melhorar as condições habitacionais, mas reproduz todos os mecanismos de exploração do trabalho e perpetuação de pobreza e desigualdade que estão na sua origem.

(6) A concepção da moradia como um processo não restrito à sequência convencional de projeto, construção e uso é outra consequência da autonomia, considerando o seu prolongamento no tempo. Ela implica soluções construtivas e organizacionais radicalmente flexíveis, adaptáveis, evolutivas. Isso inclui a hipótese de uma inversão da lógica hoje predominante nos projetos participativos e até mesmo nos projetos autogestionários: em vez de a liberdade de decisão dos moradores se concentrar na fase anterior à primeira construção, poder-se-iam produzir espaços que resolvem carências urgentes sem haver necessariamente participação anterior ao início do uso, mas que deem as mais amplas possibilidades de ação e decisão a partir desse momento e que permitam incluir, como parte do processo de produção, também as atividades necessárias de manutenção e reforma, adequando a moradia às condições de uso e às mudanças funcionais necessárias com o tempo.

(7) A contextualização crítica de quaisquer proposições é a última das diretrizes aqui relacionadas. Ela decorre da consciência de que tecnologias não seguem uma lógica apartada das sociedades e dos grupos em que se desenvolvem. E ela serve de contraponto à crença, historicamente relevante entre os pesquisadores e profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo, engenharia e planejamento, de que tecnologias podem ser como que transplantadas de um contexto a outro, sejam diferentes países ou 'apenas' diferentes grupos sociais.

A ideia da autonomia coletiva na produção social do espaço habitacional e urbano costuma ser questionada tanto pelos defensores do chamado livre mercado, quanto pelos defensores de um Estado de bem-estar social. Os primeiros veem nela uma ameaça às oportunidades de lucro que a mercadoria habitação oferece e preferem, em vez disso, políticas compensatórias que amenizem os efeitos mais agudos das desigualdades. Já os últimos veem na ideia da autonomia uma desistência de quaisquer políticas sociais universalistas e um potencial de desigualdade ainda maior. Há que se conceder a ambos os questionamentos que políticas universalistas ou compensatórios têm seu papel na superação de carências imediatas. São inúmeras as pesquisas que

demonstram a sujeição da população mais pobre a todo tipo de heteronomia, mediante, por exemplo, caríssimos fornecimentos clandestinos de serviços que deveriam ser públicos (água, energia elétrica, televisão, internet, transporte), comércios locais monopolizados, agiotagem ou falcatruas jurídicas, sem falar em coação e violência diretas.⁷³ E, uma vez instalado tal grau de heteronomia e carência, sua reversão dificilmente começa 'de baixo para cima'. Tome-se por exemplo a ligação às redes elétrica, de comunicações ou de transportes: ela não deveria depender de longos processos de decisão coletiva, porque sua ausência dificulta imensamente esses processos e, por outro lado, sua implementação pode ser realizada sem excluir mudanças posteriores. Nesse sentido, e apenas nesse sentido, programas e ações sociais abrangentes, engendrados 'de cima para baixo' em vez de decididos pela própria população, podem ser imprescindíveis em determinados momentos. O que eles não podem é figurar como tecnologias sociais por excelência, substituindo o horizonte da autonomia. Isso vale particularmente para as políticas habitacionais em curso, nas quais a suposta universalização do direito à moradia tem servido de pretexto e legitimação para uma financeirização universal dos empreendimentos habitacionais, restringindo qualquer possibilidade de ação atual e futura.

⁷³ Além das pesquisas de campo no âmbito da própria REDE MORAR TS, cf. PERLMANN, Favela: quatro décadas de transformações no Rio de Janeiro, [2011] 2020; SOUZA, Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana, 2008.

[2016] Assessoria técnica com interfaces

Ana Paula Baltazar | Silke Kapp

No IV ENANPARQ, participamos da sessão temática "Moradia digna e assistência técnica", proposta por Ângela Gordilho. A ocasião nos levou a sintetizar discussões em curso no MOM sobre o caráter da assessoria técnica: definitivamente, não assistencialista. Queríamos abordar esse conceito numa perspectiva crítica e apontar processos em que a autonomia das pessoas e dos grupos assessorados (não 'assistidos') seria ampliada em vez de reduzida. Muito importantes para isso foram os trabalhos de pesquisa realizados no MOM por estudantes de pós-graduação: Carina Guedes, Helena Lana, Tiago Alves e Guilherme Arruda. Cada um deles exemplificou e expandiu as possibilidades de assessoria com interfaces.¹

Assessoria versus assistência

Por que insistimos em falar de assessoria se, cada vez mais, instituições públicas e privadas vêm adotando a expressão assistência técnica? Como se sabe, a lei federal 11.888, de 2008, sancionada para garantir serviços gratuitos de arquitetura, urbanismo e engenharia, chama-se lei de assistência técnica, enquanto o termo assessoria foi usual nas primeiras situações de contratação de arquitetos por movimentos sociais, na década de 1990, notadamente em São Paulo com a criação do coletivo Usina e em Ipatinga na gestão do prefeito Chico Ferramenta. Sem entrar em longas explanações históricas, vale lembrar que essas situações, bastante inovadoras naquele momento no cenário brasileiro, se inspiravam na prática das cooperativas habitacionais uruguaias, que se referem ao trabalho de arquitetos e outros profissionais como asesoramiento técnico.² Por outro lado, nossa lei de assistência técnica se inspirou no Sistema Único de Saúde e em outros ramos da assistência

Primeira publicação: Assessoria técnica com interfaces. In: Anais do IV ENANPARQ.
 Porto Alegre: UFRGS, 2016, pp. 1–23.

² Cf. Nahoum, Una historia con quince mil protagonistas, [1999] 2008.

social. A terminologia deixa entrever o caráter assistencialista e missionário que a perpassa e que aqui queremos contrapor.

O filósofo social Ivan Illich abordou a questão numa palestra de 1968, intitulada "To hell with good intentions" (Ao inferno com as boas intenções), dirigida a voluntários norte-americanos em missão de ajuda humanitária. Conscientemente ou não, diz Illich, tais agentes nada mais são do que propagadores de um modo de vida que torna as populações tidas por subdesenvolvidas dependentes de instituições (mercado, indústria, assalariamento, educação escolar etc.) das quais até então não precisavam e nas quais sempre ocuparão posições inferiores. E ele faz um apelo aos voluntários: "venham para ver, venham para escalar nossas montanhas e apreciar nossas flores [...], mas não venham ajudar".4

Algo semelhante poderia ser dito a arquitetos e urbanistas que decidem se engajar socialmente para arrefecer o mal-estar acerca dos próprios privilégios e lutar pelo acesso das "famílias de baixa renda" (a expressão é da lei 11.888) a serviços e produtos análogos àqueles consumidos pelas classes de renda mais alta. Seu pressuposto é que tais itens satisfariam necessidades universais, enquanto as cidades e moradias que a população produz por conta própria seriam apenas substitutos precários ou subnormais desses mesmos itens. Tal postura preconiza a imposição da cultura dos arquitetos sobre a dos supostos clientes e usuários.

Illich também analisou a ideologia das necessidades que subjaz tanto às missões de ajuda humanitária quanto à nossa lei de assistência técnica. Inaugurada com a *Alliance for Progress* (Aliança pelo progresso) do presidente John F. Kennedy no início dos anos 1960, essa ideologia se consolidou na operacionalização da (guerra contra a) pobreza pelo Banco Mundial na década de 1970 e na correlata indústria do desenvolvimento. Ela transformou populações inteiras — ou os respectivos Estados — em novos (sub)consumidores. Illich caracteriza esse processo como transmutação do *Homo sapiens* em *Homo miserabilis*, isto é, como uma passagem "do mito moderno de que somos capazes de produzir-nos a nós mesmos, libertando-nos da escassez" à aceitação

³ Palestra proferida por Ivan Illich na Conference on InterAmerican Student Projects (CIASP), em Chicago, em 20/4/1968.

⁴ Ibidem.

generalizada da "condição humana como uma condição de dependência de bens e serviços".⁵

Contra "reivindicações pessoais de liberdade que estimulariam ações autônomas", necessidades são "pré-requisitos para a sobrevivência [...], definidos profissionalmente". O profissional das necessidades que se tornou modelo para todos os outros é o médico. E, pior, as pessoas que não têm suas necessidades supridas de acordo com as prescrições caem em categorias para aquém do humano: suas condições são ditas indecentes, suas moradias são ditas indignas e assim por diante.

Enquanto o paradigma da assistência se funda nesse ideário assistencialista, a assessoria aponta para uma relação sem dominação, ainda que assimétrica. Numa situação ideal, os assessorados — geralmente um grupo social organizado — solicitam a assessoria e determinam o papel que ela assumirá no processo.

Mas sabemos que não estamos na situação ideal. Muitos grupos sociais foram historicamente destituídos de seus meios de sobrevivência, perdendo a capacidade de produzirem a si mesmos a partir da escassez, e passando a se submeter a contextos em que bens e serviços modernos — aos quais têm pouco ou nenhum acesso — representam o único padrão 'digno' de vida. O argumento comumente usado em favor da assistência e do assistencialismo é a dificuldade que esses grupos têm de superar sua condição por conta própria. Contudo, há uma diferença relevante entre prestar assistência na perspectiva de que as pessoas se adaptem cada vez melhor a um padrão prescrito de necessidades e satisfações ou, inversamente, buscar uma assessoria na perspectiva de que consigam articular as próprias demandas e orquestrar, com autonomia crescente, como satisfazê-las.

As características ou diretrizes que atribuímos à assessoria são, fundamentalmente: uma assimetria assumida entre técnicos e assessorados em vez de uma pretensa simetria; a abertura para algum ganho de autonomia, individual e coletiva, em vez da criação de novas dependências; a ampliação do imaginário acerca do espaço e de sua produção em vez da adesão a pressupostos abstratos e soluções técnicas que ainda desqualificam conhecimentos e práticas dos assessorados; e a rearticulação de uma esfera pública, diferente tanto da esfera privada

⁵ ILLICH, Necessidades, [1992] 2000, pp. 169, 156;* Needs, [1992] 2010, p. 96.

⁶ Ibidem, p. 169;* pp. 107-108.

quanto da esfera social,⁷ ou, em outros termos, uma retomada do político.⁸ Apresentamos a seguir alguns exemplos de assessoria técnica — menos ou mais bem-sucedidos — para tornar concretas essas diretrizes. Todos eles se baseiam não na sequência convencional de diagnóstico e projeto, mas sobretudo na criação de procedimentos para a mediação técnica sem assistencialismo e na criação de ferramentas que chamamos genericamente de *interfaces*, para a mediação independente da presença do técnico.

Projeto coletivo na comunidade quilombola de Sapé (assimetria assumida)

Sapé é uma comunidade quilombola que não tinha uma demanda própria. Chegamos a ela porque queríamos aprimorar um método de levantamento sócio-espacial que vínhamos elaborando.9 Começamos nossas atividades pela realização de uma oficina de fotografia, já experimentada em outros lugares com algumas vantagens sobre entrevistas formais, questionários ou simples observações diretas: as pessoas, agrupadas por idade, gênero ou quaisquer outros critérios que considerem pertinentes, são convidadas a tirar fotos de seus espaços cotidianos, enquanto simultaneamente falam a respeito; num segundo momento, tais fotos são projetadas num espaço público, de modo que mais pessoas da comunidade as vejam e comentem. A vantagem desse procedimento é que se percebem com relativa facilidade os significados e usos que determinados espaços têm na comunidade, como foram constituídos e que contradições envolvem, porque as manifestações dos participantes acerca de uma imagem projetada (uma espécie de desfamiliarização do espaço que lhes é familiar) tendem a ser bastante espontâneas e imediatas, diferentemente do que ocorre numa entrevista.

No caso de Sapé, inicialmente apenas crianças e jovens se interessaram pela oficina, mas, no momento da projeção, houve grande adesão também dos adultos. Ficou claro que o espaço em disputa era o largo da igreja, onde deveria ser construído um novo centro comunitário, em substituição a uma edificação bem mais modesta já em uso para essa finalidade. O novo centro era a contrapartida de uma companhia de

⁷ Cf. ARENDT, A condição humana, [1958] 2000.

⁸ Cf. Pogrebinschi, O enigma do político: Marx contra a política moderna, 2009.

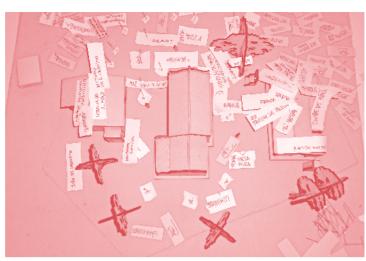
⁹ Cf. KAPP, Levantamento sócio-espacial, [2016] nesta edição, v. 2, pp. 73-94.

energia elétrica pela passagem de uma linha de transmissão nas imediações. Mas a companhia havia oferecido um equipamento padrão (salão central com quatro salinhas periféricas e dois banheiros), que ela estava implantando em muitas comunidades, apenas renomeando os cômodos segundo as supostas necessidades locais.

Propusemos, então, à associação local, a elaboração de um novo projeto a partir de um método coletivo. Propusemos também que, em vez de codificar nosso conhecimento técnico em desenhos, elaboraríamos interfaces com as quais os moradores pudessem interagir para compreender os condicionantes e criar seus próprios espaços. Foi feito um acordo de assessoria técnica, esquematicamente representado numa folha A4, que previa as etapas do processo e os papéis dos envolvidos. As definições podiam ser alteradas a qualquer momento pelos moradores, mas tornavam claros os momentos de tomada de decisões. (Um dos maiores entraves dos processos participativos usuais é que os participantes não sabem quando as decisões são tomadas, e os técnicos tendem a usar essa incerteza para dissipar conflitos: ora adiam polêmicas dizendo que poderão ser resolvidas mais tarde; ora as anulam dizendo que o momento de discuti-las teria sido na etapa anterior.)

Não narraremos aqui essa experiência em todos os detalhes, que são muitos e complexos, mas apenas um aspecto que se tornou particularmente importante: a valorização de conhecimentos e práticas do grupo, assumindo sua assimetria em relação aos técnicos. Os moradores de Sapé são, em sua maioria, pouco escolarizados, pouco habituados à interação com instituições e profissionais, e pouco afeitos a debates. (Nossa simples presença às vezes os constrangia a ponto de quase paralisar a conversa, até que adotamos a tática de sair da sala de reunião em momentos-chave; do lado de fora ouvíamos imediatamente um animado burburinho.) Por outro lado, os moradores de Sapé têm conhecimento amplo daquilo que os afeta diretamente, como os recursos naturais locais e os modos de manejá-los. Além disso, são capazes de organizar grandes festas religiosas, com centenas de participantes de todos os povoados próximos, que envolvem o preparo de comida e bebida, a confecção de fantasias e adereços, a montagem de equipamentos e uma total reorganização dos espaços públicos e privados do vilarejo.

O processo de assessoria se iniciou com uma maquete física desmontável, representando o largo da igreja com todas as construções e



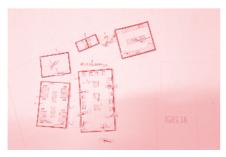














árvores. Nela foram afixados *post-its* amarelos para registrar e localizar as atividades existentes, e *post-its* cor-de-rosa para atividades desejadas. Depois que percebemos que muitos participantes não eram fluentes na leitura e na escrita, fizemos ainda uma segunda versão dessa interface, usando imagens.

A partir dessa organização, o grupo assessorado começou a imaginar demandas bastante detalhadas para possíveis edificações e espaços externos. Por exemplo, ficou evidente que o espaço livre para a procissão em torno da igreja deveria ser preservado (o que não ocorria no projeto padrão que lhes havia sido oferecido). Usando esses dados, formulamos a segunda interface: uma espécie de quebra-cabeça de usos e possíveis espaços para acomodá-los, que seria montado numa base de EVA com a marcação do largo da igreja. Esse conjunto foi fabricado em quantidade suficiente para que todas as casas da comunidade recebessem um kit como convite para a reunião seguinte. Distribuímos os kits de casa em casa, e, embora alguns deles não tenham sido usados, a adesão a essa reunião foi muito mais expressiva do que às anteriores.

Das propostas dos moradores com o kit emergiram definições concretas, tais como a divisão dos usos requeridos em duas edificações (uma de cada lado da igreja) e a organização da cozinha comunitária. É provável que o grupo não tenha compreendido todas as implicações espaciais das decisões que tomou, mas a interface promoveu um tipo de engajamento que dificilmente teria ocorrido se trabalhássemos apenas com os meios convencionais de projeto. Não era esperado nem almejado que os moradores tivessem uma leitura clara de desenhos técnicos — aliás, foram bastante criativos em adaptar nossos desenhos às suas ideias —, mas a ação sobre aqueles objetos ajudou a superar a dificuldade de interlocução. Posteriormente, levamos maquetes físicas e digitais apresentando possibilidades a partir das definições anteriores. Os moradores decidiram, sem a nossa presença, o que de fato demandariam da companhia de energia.

Os moradores de Sapé seriam típicos exemplos de pessoas reduzidas a meros portadores de necessidades definidas a partir de fora. A assessoria que lhes propusemos pelo menos os levou a definir uma demanda própria, fazendo emergir um interesse público em contraposição a um projeto imposto heteronomamente.

Reformas de casas por mulheres da ocupação Dandara (autonomia versus dependência)

Como na maioria das ocupações urbanas organizadas, também na ocupação Dandara em Belo Horizonte predominam famílias chefiadas por mulheres. Além do trabalho doméstico, elas acabam ficando responsáveis pela produção paulatina das casas (reformas, melhorias, ampliações). Como não costumam ter experiência nem tempo para o trabalho de construção, dependem da contratação (ou da boa vontade) de mão de obra masculina. A pesquisa de mestrado da arquiteta Carina Guedes de Mendonça partiu dessa situação, bem como do fato de a produção das casas — à diferença dos projetos de urbanização e equipamentos públicos — não vir recebendo muita atenção de arquitetos e outros profissionais engajados nas ocupações. 10 A assessoria proposta deveria desencadear um processo de melhorias habitacionais protagonizado pelas mulheres e que abrangesse concepção, planejamento financeiro e execução. Em vez de um atendimento individual, seria uma assessoria para um pequeno grupo de ajuda mútua. Depois de algumas dificuldades iniciais para formar esse grupo, três mulheres se dispuseram a experimentar o processo. O roteiro de trabalho previu sete encontros de planejamento e outros sete de acompanhamento da execução. Aqui nos ateremos a apenas alguns aspectos mais relevantes para explicar a diferença entre ganhos de autonomia e criação de novas dependências.

Inicialmente a arquiteta propôs que as mulheres fizessem, elas mesmas, um levantamento arquitetônico de suas casas. Preparou, para cada uma, uma pasta com prancheta, papéis, post-its, lápis, borracha, trena e câmera fotográfica, para que pudessem medir e registrar o espaço existente, usando fotos e desenhos. Realizou-se, então, uma oficina em que Carina explicou brevemente como usar os instrumentos, e as mulheres começaram a experimentar. Na reunião seguinte haviam de fato medido, desenhado e fotografado as suas casas, sem maiores dificuldades.

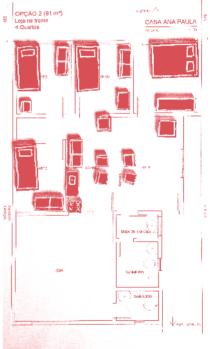
Mas o processo e a interface (a pasta com os instrumentos) tiveram efeitos mais abrangentes, como bem mostram as entrevistas realizadas mais tarde por Bruno Figueiredo com as mulheres. Elas ficaram motivadas pelo acesso a objetos e códigos normalmente reservados aos especialistas: "Tô chique demais! Olha pra você ver: trena, máquina

Assessoria a mulheres na Ocupação Dandara, com oficinas de projeto e construção para reformas domésticas; da pesquisa *Arquitetura na periferia*, de Carina Guedes, orientada por Silke Kapp (fotos: Bruno Figueiredo, 2013).











fotográfica, tinha tudo. Nó, foi chique demais!". 11 Elas desmistificaram tais objetos e códigos: "A gente, ser humano, assusta muito no primeiro instante. Depois que a gente vê que tem capacidade, é muito fácil". Elas se sentiram valorizadas pelo que realizaram: "Sabe quando você se sente, assim, uma pessoa que tem valor em alguma coisa, que pode fazer alguma coisa?". E, mais importante, experimentar o desenho das casas as fez raciocinar sobre seus espaços de uma maneira nova, evidenciando motivos de incômodos e possíveis alternativas: "Esse negócio de desenhar mudou muito... porque eu vi minha casa de outro jeito". O desenho, que permite avaliar configurações diversas sem demandar o esforço do trabalho material, aqui deixou de ser instrumento de dominação e se tornou um instrumento de caráter libertador.

Depois da etapa do levantamento, houve um pequeno desvio para o assistencialismo no processo, porque Carina 'passou a limpo', no CAD, os desenhos feitos pelas mulheres, numa espécie de vício profissional. Embora o objetivo do desenho naquele contexto não fosse a elegância gráfica, a aprovação na prefeitura ou qualquer outra formalidade, Carina recorreu à representação técnica em vez de dar continuidade ao modus operandi anterior, rumo à maior autonomia das mulheres. Ora, elas mesmas poderiam ter refeito o desenho inicial usando, por exemplo, um papel milimetrado. Obteriam assim uma boa base para calcular perímetros e áreas, e orçar materiais e serviços, sem dependeram do auxílio técnico. Ou seja, poderiam usar o mesmo procedimento em outras ocasiões, sem a presença de nenhum agente externo.

Apesar dessa 'recaída', a assessoria seguiu com o planejamento das reformas pelas mulheres, em que foram usadas diversas outras interfaces, como o kit mobiliário para leiaute. Depois elas fizeram orçamentos, abriram uma poupança conjunta e negociaram em grupo a compra de materiais de construção, obtendo preços melhores. O processo se tornou, cada vez mais, um empreendimento coletivo: "Trabalhando em grupo, a gente aprendeu a respeitar uma o lado da outra, e pedir opinião também delas... Mas é bom que a gente discutia, para ver onde tava o certo ou errado". Além disso, elas decidiram que deveriam aprender a assentar tijolos, rebocar paredes e fazer instalações hidráulicas. Carina contatou uma mestra de obras, que então conduziu uma oficina de construção.

¹¹ Filme de Bruno Figueiredo, *Arquitetura na periferia: uma experiência*, 2014. Também as falas seguintes foram reproduzidas a partir desse filme.

É lugar-comum o argumento de que a autoprodução de moradias, usualmente sem nenhum planejamento, acaba gerando desperdício, retrabalho e espaços inadequados para os usos pretendidos. Mas o processo de assessoria às mulheres na ocupação Dandara mostra que a resposta a esse fato — que é real — não precisa ser um projeto técnico convencional. Recorrendo à distinção de John F. C. Turner entre o design (projeto e desenho), que prescreve a ação, e o plan (plano), que estabelece limites para a ação, o foco pode e deve estar no planejamento. Ou seja, não se trata de reproduzir o desenho técnico profissional, mas de ampliar a capacidade de prospeçção, possibilitando decisões que caibam no orçamento e viabilizem um espaço continuamente planejado, construído e usado pelas moradoras.

O processo acima descrito não só capacitou as mulheres, como aumentou sua autoconfiança e a solidariedade no grupo. Ficou claro que, com a ajuda de interfaces, uma discreta mediação técnica inicial e a possibilidade de contarem umas com as outras, elas são perfeitamente capazes de planejar os espaços de suas casas e conduzir a execução de reformas. Os depoimentos explicitam esse ganho de autonomia individual e coletiva, e a ruptura de relações de dependência: "Nossa, fui eu mesma que construí. [...] Aqui em casa a gente colocou a torneira, toda vez que eu passo, ou então que vem alguém aqui, eu mostro — Olha minha torneira que eu coloquei! Eu sei colocar torneira!". "Eu senti que eu não preciso mais depender dos outros. Eu tenho capacidade de fazer". Finalmente, o processo também parece ter aumentado a confiança das mulheres em ações coletivas mais amplas: "Foi maravilhoso porque uniu nós. Agora eu já tô fazendo parte da associação com elas".

Produção do parquinho da ocupação Dandara (rumo à autonomia coletiva)

A coesão do grupo de mulheres apontou a possibilidade de um engajamento que tirasse o foco das casas individuais e fosse dedicado à produção de espaços públicos na ocupação Dandara. Pode parecer que esse tipo de engajamento estaria dado de antemão numa ocupação organizada. Mas de fato muito da imagem de comunidade — coesão e solidariedade (cristã) — surge nesse contexto mais em função dos enfrentamentos institucionais e por imputação de apoiadores externos do que a partir

¹² TURNER, Housing by people: towards autonomy in building environments, 1976.

de uma construção consciente daquilo que, com Marx, se chamaria de comunidade autônoma ou real. ¹³ O trabalho de mestrado da arquiteta Helena Lana partiu dessa ambígua constelação, dando continuidade à assessoria iniciada por Carina Guedes e, ao mesmo tempo, tentando contrapor à mera imagem de comunidade ações coletivas na direção de uma comunidade real. ¹⁴ A investigação foi pautada na hipótese de que os moradores se engajariam com interfaces para se informar e experimentar possibilidades, evitando aquela prevalência da mediação do técnico que, à revelia das melhores intenções, acaba reproduzindo os preconceitos de sua própria origem social e formação cultural. ¹⁵

Helena conseguiu articular um grupo de mulheres, homens e criancas interessados no experimento, que se manteve coeso desde 2014 com a meta de construir um equipamento público. O processo foi moroso, interditado a cada passo por boicotes e conflitos com outros grupos, de dentro e de fora da ocupação (moradores, movimentos organizados, técnicos, acadêmicos e políticos). Inicialmente, haviam decidido que o dito equipamento seria uma creche num terreno que já estava reservado para esse fim. Porém, a creche teria um peso simbólico e político tão relevante que se tornou objeto de disputa por lideranças de diversas frentes, em particular de movimentos sociais externos. O grupo acabou abandonando a ideia inicial e decidiu pela construção de um parquinho, cujo local de implantação também foi polêmico. Sem detalhar as longas negociações que se seguiram, vamos nos concentrar aqui no que foi possível desenvolver pela assessoria com o uso de interfaces. Mas antes cabe enfatizar que as idas e vindas do processo evidenciaram, por um lado, a naturalidade com que dependências externas são perpetuadas, mesmo por indivíduos bem-intencionados, e, por outro lado, a capacidade de organização dos moradores para além do que preconizam os agentes externos e apesar de todos os constrangimentos. Ainda que de forma incipiente, o processo de produção do parquinho na Dandara gerou pequenas ações do grupo que podem ser lidas como características de comunidade real, em contraponto à usual submissão a relações consolidadas de poder.

¹³ Cf. Pogrebinschi, O enigma do político: Marx contra a política moderna, 2009.

¹⁴ Cf. LANA, Uma experiência de produção de espaço coletivo na ocupação Dandara, 2016.

¹⁵ Cf. KAPP et al., Arquitetura como exercício crítico, [2008] nesta edição, v. 1, pp. 39–64; KAPP et al., Arquitetos nas favelas, [2012] nesta edição, v. 1, pp. 281–292.

Assessoria na Ocupação Dandara, com maquetes, interface de espacialidade e mutirão de construção; da pesquisa *Uma experiência de produção de espaço* coletivo na Ocupação Dandara, de Helena Lana, orientada por Ana Paula Baltazar (2016).









O processo de assessoria propriamente dito se iniciou com a apresentação de um repertório de brinquedos existentes. Já nesse momento houve um episódio digno de nota. Helena começou a apresentar imagens, incluindo desde brinquedos automatizados de parques de diversões até os brinquedos criados por Aldo van Eyck, que privilegiam o engajamento corporal e, dado que não figuram nenhum objeto (foguete, cavalinho etc.), deixam às crianças a narrativa de suas brincadeiras. No meio da apresentação, uma moradora a interrompeu, dizendo que ela demonstrava uma clara preferência pelos exemplos de van Eyck e que isso estava induzindo as crianças e impedindo que formulassem opiniões próprias. Ou seja, embora Helena tenha tentado mobilizar informações sem preconceitos, prevaleceu o hábito profissional de 'saber o que é bom para os outros'. A moradora tomou a palavra e apresentou as imagens, ela mesma, sem juízo de valor, colocando questões mais práticas sobre as possibilidades de produção de cada coisa que era mostrada.

Depois disso, ainda com o propósito de ampliar o imaginário do grupo sobre o que poderia ser construído, foi proposta a já mencionada oficina de fotografia (nesse caso usada para afiar a percepção acerca de como e onde as crianças da ocupação já costumam brincar) e foi usada a chamada interface de espacialidade (um kit de tubos de PVC, articulações e tecidos que permite montar estruturas relativamente grandes sem muito esforço) para aprofundar a percepção mais geral das relações entre corpo e espaço.

As etapas seguintes da assessoria tinham por intuito a definição e o orçamento do parquinho. Helena produziu uma maquete aberta, com representações em escala dos componentes mencionados em encontros anteriores e com material que possibilitava a invenção de novos componentes, de modo que os moradores puderam definir toda a configuração. E ela lhes forneceu um 'orçômetro', com preços dos materiais a serem usados, possibilitando que os moradores checassem o custo do que propunham.

O grupo assessorado de fato conseguiu produzir o parquinho, mas os conflitos mencionados não cessaram, a ponto de a construção sofrer vandalismo, notoriamente incitado por uma das lideranças em disputa na ocupação. Ainda assim, parece-nos que o processo mostrou a capacidade de organização dos moradores e evidenciou que é mais fácil o grupo assessorado tomar a rédea no contexto de uma mediação técnica com interfaces do que quando o arquiteto chama para si toda a responsabilidade e todo o poder.

Jogo Ocupe (ampliação do imaginário versus pressupostos abstratos)

A questão da assessoria nas ocupações organizadas evidentemente não se esgota na escala das casas e dos equipamentos públicos, mas pode e deve se estender ao planejamento do espaço urbano. Esse vem sendo abordado de maneira convencional pelos técnicos que apoiam as ocupações, com os mesmos pressupostos abstratos e genéricos que regem a urbanização formal: lotes individuais, privilégio de vias para carros, setorização entre áreas residenciais e comerciais, monofuncionalidade dos espaços públicos etc. Ademais, o desenho urbano — diferente do plano urbano — já foi naturalizado pelos movimentos sociais como uma condição sine qua non para o enfrentamento institucional.

O trabalho de graduação em Arquitetura e Urbanismo de Tiago Cícero Alves começou por idealizar uma alternativa para lidar com essa questão na ocupação Rosa Leão em Belo Horizonte, mediante uma cartografia digital colaborativa (com base na plataforma Ushahidi). Porém, já num breve levantamento do local ficou evidente que tal cartografia não teria nenhuma utilidade, pois a maioria dos moradores não tem acesso à internet nem está preparada para discutir conflitos sutis da esfera pública ou disposta a promover uma união para além da resistência conjunta à ameaça de remoção.

Foi se delineando a possibilidade de mobilizar os moradores para um debate sobre o plano urbano partindo de um jogo. O resultado foi o jogo denominado Ocupe, composto por um tabuleiro com uma malha ortogonal, cinco conjuntos de cartas (Nova família, Infraestrutura, Assembleia, Ação interna e Ação externa), um dado com as cores das cartas e peças diversas que representam casas, comércio, equipamentos públicos e infraestrutura (água, luz, drenagem, fossa, pavimentação, jardins, hortas etc.). A quantidade de edificações foi calculada para que a densidade construtiva no tabuleiro se assemelhasse à de ocupações urbanas existentes em Belo Horizonte. O ideal é que Ocupe seja jogado por seis pessoas: elas começam pela montagem das cartas de suas próprias famílias e implantam suas casas e a infraestrutura de abastecimento de luz e água no tabuleiro, que simula a área a ser ocupada. A partir das outras cartas que vão tirando, tomam decisões em conjunto sobre organização do espaço e melhoria da infraestrutura para

Partida do Jogo Ocupe na Ocupação Paulo Freire, com caixa, peças e tabuleiro montado; da pesquisa *Ocupe*, de Tiago Cícero Alves, orientada por Ana Paula Baltazar (2014).







Mobilização em Catas Altas com a interface RICA; da pesquisa *Do discurso ao diálogo: interfaces* físico-digitais no espaço urbano para a retomada da esfera pública, de Guilherme Arruda, orientada por Ana Paula Baltazar (2014).









acomodar novas famílias, além de vários outros aspectos, incluindo estratégias de resistência a agentes externos.

Interessa-nos apontar o potencial de questionamento dos pressupostos abstratos da urbanização formal que o jogo oferece e que o torna promissor como interface para iniciar a assessoria técnica na escala urbana. Quando foi jogado na ocupação Paulo Freire, por exemplo, os jogadores começaram convictos de que a única possibilidade de moradia seriam casas unifamiliares em lotes individuais. O jogo suscitou uma discussão sobre a possibilidade de verticalizar a ocupação, ajuntando famílias por afinidade, incorporando comércio às edificações e ultrapassando a lógica do lote privado.

Contudo, ainda que tal jogo mobilize o imaginário dos moradores de ocupações para além da dependência que mutuamente estabelecem com agentes externos, a possibilidade de autonomia lhes é interditada por todos os lados, principalmente pelas violentas disputas de poder nas ocupações. Obviamente, o jogo não dá conta de lidar com tamanho constrangimento, mas ele aponta a mobilização do imaginário como primeiro passo da assessoria técnica para a urbanização de uma ocupação.

Rede de ideias de Catas Altas (retomada do político)

Numa escala ainda mais abrangente que a da ocupação urbana estão pequenos municípios e distritos rururbanos, consolidados, mas com evidentes problemas de renda e falta de mobilização dos moradores. O caso de Catas Altas em Minas Gerais é emblemático. No município vivem cerca de cinco mil habitantes, sendo que metade mora na região urbanizada. A presença de mineradoras eleva o PIB do município a quase setenta e cinco mil reais per capita, três vezes maior do que o de Belo Horizonte, enquanto a renda média mensal per capita é de menos de seiscentos reais, uma das mais baixas de Minas Gerais.¹⁷

No intuito de ampliar as possibilidades de engajamento dos moradores de Catas Altas nas decisões políticas e contra a hegemonia das mineradoras, o trabalho de mestrado de Guilherme Arruda partiu da contraposição de Hannah Arendt entre esfera social (espaço e questões públicos dominados por interesses individuais) e esfera pública (discussão política de questões de interesse público). Ao longo de 2013

e 2014, Guilherme elaborou uma série de atividades em Catas Altas, buscando entender a população e as características desejáveis numa interface para sua mobilização. De novo, destacamos apenas alguns dos pontos levantados.

Logo no início do processo foi proposto o Catas Cine Clube (CCC), um circuito de cinema de rua que deveria atrair as pessoas, introduzir assuntos de interesse público para discussão e testar possibilidades de engajamento participativo em Catas Altas. Como o facebook era o meio mais popular para comunicação na cidade, até mesmo entre os moradores mais velhos, foi criada uma página para o CCC, 'curtida' por 371 pessoas. Antes de cada sessão do CCC, eram postados, para escolha popular, opções de filmes e de espaços públicos para a exibição. As sessões aconteciam em locais bem variados e, depois do filme, algumas pessoas sempre ficavam para discussões. Tais discussões se restringiam a temas levantados pelos filmes e raramente se ampliavam na direção da política da cidade, indicando que não bastaria essa iniciativa para uma retomada da esfera pública. Por outro lado, percebemos que os debates extrapolaram interesses individuais e que propiciaram pluralidade, fazendo entrar em diálogo pessoas que usualmente não conversavam, fosse por não frequentarem os mesmos lugares, fosse por pertencerem a classes sociais distintas.

Outra atividade a destacar foram as entrevistas sobre a condição sócio-espacial dos moradores, pois apontaram o potencial dos mapas para ampliar a consciência acerca dos interesses públicos. Repostas a perguntas simples — Onde moram as pessoas com as quais você mais se relaciona? Quais os lugares que mais frequenta e onde identifica algum problema? —, quando sistematizadas sobre o mapa da cidade, revelaram redes de relações que a própria população desconhecia.

Características percebidas nessas duas atividades informaram a produção da Rede de Ideias Catas Altas (RICA), uma interface que tem como base o mapa da cidade impresso num acrílico preto, um painel de LED com perguntas que estimulam o interesse público, bolinhas de luz para marcar lugares no mapa, luzes interativas que iluminam regiões do mapa com as respostas dos usuários e a disponibilização, na internet, da síntese das informações coletadas para futuros diálogos plurais on-line.

RICA foi testada em Catas Altas, em 2014, com aproximadamente oitenta pessoas. Inicialmente, esperavam-se discussões apenas no ambiente on-line a partir da síntese de respostas individuais.

Surpreendentemente, houve uma mobilização de pessoas no próprio espaço público, em volta da interface, com diálogos para além do proposto pelo painel de LED, muitas vezes evidenciando a segregação espacial e o preconceito social na cidade.

A interface foi usada pela primeira vez para mobilizar as pessoas para uma sessão do CCC. O painel de LED solicitava que iluminassem no mapa o local onde o próximo filme deveria ser exibido. Um senhor se aproximou e iluminou o centro da cidade, comentando que ali o público seria mais seleto. "Pessoas menos instruídas não têm modos [...] e falam alto". Uma menina retrucou que o objetivo da interface era justamente o contrário: o cinema num espaço do qual todos participassem. Outro menino argumentou que, com ou sem "conversas altas", importava misturar o público porque isso era uma situação rara em Catas Altas. Não sabemos se o senhor se convenceu, porém é fato que foi contrariado com bons argumentos. Sem mediação de agentes externos, a interface promoveu a abertura para que pessoas que não se relacionam no cotidiano e que têm opiniões diversas sobre a cidade entrassem em diálogo.

Em outra ocasião, no bairro Vista Alegre, o mais pobre da cidade, a interface solicitava que as pessoas marcassem sua moradia e iluminassem um lugar que consideravam malcuidado. Um grupo se formou ao redor da interface tecendo comentários sobre as respostas. Uma menina marcou sua casa no próprio Vista Alegre e em seguida iluminou a região da estação de tratamento de esgoto da cidade, que curiosamente fica no bairro mais abastado de Catas Altas, o Vila Rica. Imediatamente uma mulher se manifestou: "Não! Eles já têm tudo! Você tem que marcar um lugar aqui no bairro, que é todo malcuidado!". A menina refletiu um pouco e depois insistiu que a estação de tratamento de esgoto precisava ser melhorada, independentemente de sua localização. Depois disse à mulher, "sua vez de responder", convidando-a a formular melhor suas ideias e entrar num diálogo.

É comum que em processos participativos se enfatizem desejos individuais dos participantes, com perguntas como O que você faria se essa praça fosse sua? ou O que você gostaria que tivesse aqui?. Elas fazem com que as pessoas se sintam incluídas, mas pouco ou nada ampliam a reflexão sobre espaços e interesses comuns, evitando uma construção imaginária coletiva de retomada da esfera pública e ainda reforçando o que Arendt chama de esfera social. Por isso, perguntas simples e bem formuladas sobre a cidade e suas contradições são cruciais para

direcionar a atenção dos moradores para o interesse público, em vez dos interesses privados.

O uso da interface RICA deixou claro que, apesar de não promover ações diretas no espaço, ela mobilizou a interlocução, seja pelos temas, seja pela pluralidade dos interlocutores, que há muito não acontecia em Catas Altas. Após o uso da interface na cidade, um grupo de moradores iniciou uma página no facebook para dar continuidade às "ideias para Catas Altas". Contudo, o formato do facebook induz ao monólogo (post) e dificulta o diálogo. A linearidade com que as contribuições são ordenadas é pouco efetiva para o debate de ideias ainda incipientes e para que se chegue a proposições coletivas. Em Catas Altas faltou continuidade da assessoria — eventualmente, com a elaboração de outras interfaces — para que o processo chegasse a consolidar um fórum público autossuficiente.

Considerações finais

Ainda que soe pretensioso, parece-nos possível começar a vislumbrar um método de assessoria técnica para lidar com diferentes escalas em ambientes urbanos e rururbanos. Retomamos aqui as diretrizes apresentadas inicialmente, pensando-as do ponto de vista da mediação.

Em todas as situações, fica evidente a presença da mediação dos técnicos, em maior ou menor grau, dependendo do grupo assessorado, do tipo de assessoria e da postura dos próprios técnicos. No caso de Sapé, a mediação foi condição para mobilizar o grupo. Apesar de termos usado várias interfaces, isso sempre acontecia com nossa presença, principalmente devido à natureza do produto esperado: um projeto. Contudo, assumir desde o início a assimetria entre os participantes possibilitou o avanço dos moradores na direção de formularem demandas próprias em vez de ficarem paralisados diante de uma pretensa simetria que lhes imputaria necessidades.

Nas assessorias na Dandara, a assimetria é também um pressuposto, e a mediação vai sendo deslocada dos técnicos para as interfaces, dependendo da escala de atuação. Nos casos da produção das casas e do parquinho, a mediação é discreta, embora necessária (mesmo que em ambos os casos as arquitetas tenham pontualmente reproduzido vícios de suas práticas convencionais, introduzindo mediação técnica onde não seria necessária). O uso das interfaces propostas por Carina Guedes promoveu pequenos ganhos de autonomia individual e coletiva em situações que, num processo convencional, criam dependências de agentes externos (levantamento arquitetônico, concepção de melhorias usando desenho e construção). O mesmo aconteceu com a sequência de procedimentos e interfaces proposta por Helena Lana para a produção do parquinho, embora esse caso aponte mais veementemente na direção da autonomia coletiva. Houve uma mobilização do imaginário dos participantes sobre tipos de brinquedos existentes, suas práticas de brincar e sua percepção espacial, o que possibilitou uma discussão bastante informada para a concepção coletiva do parquinho e testes usando interfaces.

A mobilização do imaginário visando à autonomia coletiva está presente também no jogo Ocupe e na interface de Catas Altas. Nos dois casos, houve um processo longo de produção das interfaces, permeado por muita mediação técnica, mas seu uso prescinde da presença de um técnico. Assim, assumir a assimetria entre técnicos e moradores deixa de ser questão. No jogo Ocupe, pressupostos abstratos, usualmente acatados, foram questionados e novas possibilidades foram imaginadas a partir das práticas espaciais concretas dos moradores. Na interface de Catas Altas, o conhecimento dos moradores acerca das relações sócio-espaciais invisíveis no território foi valorizado e sistematizado para a discussão coletiva. Ela aponta para a retomada da esfera pública, quando moradores se engajam em diálogos sobre assuntos de interesse comum sem a prevalência de interesses individuais.

Vale ressaltar que, ainda que pareçam bem-sucedidos, todos os processos aqui apresentados são extremamente frágeis, facilmente paralisáveis e carentes de encadeamento com outras ações de assessoria. Sapé se beneficiaria de mediação para dar sequência às negociações e para que os projetos fossem executados; as mulheres da Dandara estão em vias de dar continuidade à execução de suas casas com uma nova etapa do trabalho de mediação de Carina Guedes; o parquinho foi vandalizado e os moradores se beneficiariam de algum tipo de mediação que os mobilizasse para que recobrassem o entusiasmo; os moradores das ocupações e de Catas Altas se beneficiariam de continuidade da assessoria para que fossem capazes de ir além da mobilização do imaginário na direção da atuação propositiva de planejamento e política públicos.

Como já escrevemos em outro lugar, a mediação técnica é dos males o menor, mas ainda é um mal, pois tende a reproduzir os preconceitos dos técnicos. Escapar da mediação como mal é tarefa do ideal de assessoria que propomos em contraponto à assistência técnica. ¹⁸ Para isso, nós nos valemos da mediação com interfaces em todos os casos em que isso parece possível. Contudo, a mediação técnica se mostra necessária nos processos de produção de interfaces e nos intervalos de uso de interfaces nas assessorias, tanto para promover conexões entre as etapas quanto para levantar novas situações para produção de novas interfaces.

¹⁸ BALTAZAR & KAPP, Contra a determinação, além da mediação, [2010] nesta edição, v. 1, pp. 65–77.

[2018] Grupos sócio-espaciais

Silke Kapp

Nas experiências práticas e discussões teóricas do MOM sobre a assessoria técnica, uma lacuna havia se tornado evidente ao longo do tempo: faltava um conceito que abrangesse não apenas movimentos sociais, associações, cooperativas e similares, como também grupos não organizados formalmente, mas para os quais o espaço é constitutivo e que, inversamente, constituem (produzem) espaço. O artigo esclarece em detalhes o contexto dessa teorização, argumenta pela necessidade de ultrapassagem de noções como cliente, usuário, beneficiário ou comunidade, e mostra por que o conceito proposto não equivale ao que a sociologia denomina grupo social. Na última parte, há exemplos e uma síntese provisória do que pode significar a assessoria técnica a partir dessa perspectiva teórica.

Contexto da proposição

Conceitos são os elementos com que se fazem teorias, esforços racionais de compreensão da realidade. Eles derivam da experiência e representam aspectos da experiência, mas acrescentam-lhe uma explicação ou, literalmente, um desdobramento (do latim *plica*, dobra). Eles são imprescindíveis ao pensamento crítico porque, ainda que uma relação de dominação possa sobreviver socialmente sem nenhum conceito que a apreenda, dificilmente será questionada e transformada sem tal conceito. Dispor de conceitos amplia as possibilidades de discernimento e ação.

O objetivo deste texto é propor o conceito de grupo sócio-espacial, partindo de experiências de assessoria técnica em arquitetura, urbanismo e planejamento, isto é, de situações em que especialistas prestam serviço a pessoas que não dominam o mesmo conhecimento e que, socialmente, ocupam um lugar pior. Há quem prefira caracterizar tais situações como assistência técnica, seguindo a terminologia da lei federal 11.888, de 2008, que "assegura o direito das famílias de

¹ Primeira publicação: Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, 2018, pp. 221–236.

baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social" (grifo meu). Entretanto, assistência conota uma adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos, esbarrando no assistencialismo e na filantropia, enquanto assessoria condiz mais com uma perspectiva crítica dessas relações de dominação. A razão é histórica, não teórica ou etimológica: se o Estado prefere o termo assistência, os movimentos populares que em alguma medida realizam ou almejam a autogestão têm preferido o termo assessoria. No Brasil as primeiras contratações de arquitetos por movimentos sociais autogestionários (com o coletivo Usina em São Paulo e a gestão do prefeito Chico Ferramenta em Ipatinga) inspiraram-se nas cooperativas habitacionais uruguaias, que se referem ao trabalho de arquitetos como asesoramiento técnico.² Já a lei de assistência técnica inspirou-se no Sistema Único de Saúde, por sua vez alinhado à ideologia das necessidades ou da "condição humana como uma condição de dependência de bens e serviços". Assistência e autonomia são opostos nesse sentido. Analogamente, nos campos acadêmicos ocupados com as questões sociais e espaciais, a preferência por assistência ou assessoria tende a corresponder, respectivamente, a um interesse maior pelo uso do espaço ou por sua produção.4

Assim como as palavras assistência e assessoria carregam certas premissas, o nome pelo qual os profissionais chamam, verbal ou mentalmente, as pessoas a que seus serviços se destinam indica a estrutura social que ali se reproduz. Médicos tratam pacientes, advogados defendem clientes ou mandantes, programas públicos atendem a beneficiários ou comunidades, enquanto arquitetos, convencionalmente, projetam para clientes ou usuários. Mas esses termos expressam noções, não conceitos. Aderimos a eles no caudal da linguagem, seja comum ou especializada, sem sobre eles refletir. Apenas quando novas constelações perturbam a prática convencional, de repente parecem inadequados. Chamaremos os destinatários da assessoria técnica de clientes ou usuários? A substituição por outros nomes não significa necessariamente que os motivos

- 2 Cf. Nahoum, Una historia con quince mil protagonistas, [1999] 2008.
- 3 ILLICH, Necessidades, [1992] 2000, p. 156;* Needs, [1992] 2010, p. 96.
- Jean Rémy atribui essa polarização à sociologia urbana francesa, mas penso que ela se aplica a um contexto mais amplo, incluindo as pesquisas em arquitetura e urbanismo: "A sociologia urbana francesa está dividida entre pessoas interessadas na apropriação do espaço e outras interessadas na sua produção" (RÉMY, Trends in urban sociology in French speaking countries from 1945 to 1980, 1993, p. 265).

da inadequação e as noções e práticas anteriores tenham passado por uma reflexão crítica. Por vezes a nova nomenclatura sedimenta-se com a mesma naturalidade que a antiga, disponível à livre associação de significados. O jargão produz vocábulos autorizados, usados lado a lado sem jamais se confrontarem, muitos com referência a um nome célebre e ignorância do conteúdo que justificaria a celebridade.

Exemplifica-o um debate do Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte que presenciei anos atrás, no qual o secretário de habitação defendia com veemência o "direito à cidade" e opunha-se com a mesma veemência à autogestão — "Já vimos que isso não dá certo". O conceito de direito à cidade cunhado por Henri Lefebvre tem sofrido esse fenômeno de absorção e neutralização em toda parte, não apenas no Brasil. Na mesma linha da ideologia das necessidades, ele tem sido identificado com o acesso a um conjunto de bens e serviços urbanos, enquanto se ignora a ideia central, de um direito coletivo de imaginar e produzir a cidade: "direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade". David Harvey e outros têm insistido numa compreensão mais clara desse conceito. 6

Quando cursei a graduação em Arquitetura e Urbanismo, a própria palavra conceito era usada de maneira difusa e imprecisa. Todo projeto deveria 'ter um conceito', o que significava que deveria ambicionar mais do que a equação de cômodos e metros quadrados num terreno qualquer. Ficções diversas serviam de inspiração para inventar formas e preencher memoriais descritivos.⁷ Não sei se os professores tinham consciência de que o conceito havia migrado para o campo arquitetônico a partir da chamada arte conceitual, para a qual o adjetivo conceitual foi sobretudo um contraponto ao ofício material, no sentido de ideia criativa ou algo nessa linha. Dado que na arquitetura isso seria mero pleonasmo, ⁸ o conceito nem teria feito carreira se não fosse um artigo

- 5 LEFEBVRE, *O direito à cidade*, [1968] 2001, p. 135.
- 6 Cf. HARVEY, O direito à cidade, [2008] 2012; STANEK, Henry Lefebvre on space, 2011; KAPP, Direito ao espaço cotidiano, [2012] nesta edição, v. 1, pp. 387–410.
- 7 Cf. MACIEL, Arquitetura, projeto e conceito, 2003.
- 8 Alberti já define o arquiteto em oposição à execução: "Devo explicar exatamente a quem chamo de arquiteto, pois não é um carpinteiro que eu compararia com os maiores expoentes de outras disciplinas: o carpinteiro não é mais do que um instrumento nas mãos do arquiteto" (ALBERTI, On the art of building in ten books, [1450] 1996, p. 3).

de Peter Eisenman, que chamou de conceptual architecture justamente a alusão a conteúdos filosóficos nos projetos (ou nos discursos a seu respeito). Por outro lado, na célebre Introdução à arquitetura organizada por Snyder e Catanese, lê-se que parti e esquisse, partido e esboço, também seriam sinônimos de conceito. O entendimento era assaz escorregadio. Contribuiu para isso o fato de conceito, em português, assim como concept em inglês ou francês, cobrir dois campos semânticos: a ideia que motiva um processo de criação ou planejamento e que também poderíamos denominar concepção (em alemão, Konzept); e o elemento de uma teoria (em alemão, Begriff).

Então, para prevenir mal-entendidos, o sentido que interessa aqui é esse último. Conceitos são "unidades explicativas fundamentais, ao mesmo tempo constitutivas de qualquer construção teórica [...] e nutridas pelas abordagens teóricas". Um conceito (teórico) sintetiza um raciocínio (teórico). Não é uma imagem, nem uma intuição, nem uma forma. Conceitos (teóricos) podem inspirar concepções artísticas ou integrar teorias que, por sua vez, motivam ou fundamentam ações, mas eles não se confundem com nenhuma das duas coisas.

Como indicado acima, o conceito aqui proposto visa à reflexão crítica de pesquisas e práticas de assessoria técnica. Numa aproximação preliminar, grupo sócio-espacial designa um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele. A articulação entre espaço e nexo social é necessária e dialética: necessária porque o grupo não existiria sem ela; dialética porque tensionada e sempre em processo (aliás, esse é o motivo para insistir, como Marcelo Lopes de Souza, na grafia com hífen em vez da grafia que sugere um continuum automático: socioespacial). Na linguagem de Henri Lefebvre, um grupo sócio-espacial produz um espaço e é produzido por ele. Um grupo que dá conta de se constituir produzindo um espaço ou na perspectiva de fazê-lo terá alguma ideia de autonomia, por mais frágil que seja. A assessoria visa fortalecer essa autonomia, ao contrário da maioria dos programas públicos.

No item seguinte detalho o argumento de que a assessoria técnica precisa ultrapassar as noções de *cliente*, usuário e beneficiário, além de apontar brevemente o porquê de sua substituição pela noção de

⁹ EISENMAN, Notes on conceptual architecture: towards a definition, 1970.

¹⁰ Trata-se do capítulo: McGINTY, Conceitos em arquitetura, [1979] 1984, p. 210.

¹¹ SOUZA, Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial, 2013, p. 9.

comunidade ser pouco esclarecedora para as pesquisas e práticas de assessoria técnica. No terceiro item discuto algumas abordagens de grupos sociais pela sociologia, a fim de mostrar que o conceito de grupos sócio-espaciais não é tautológico nem apenas incremental. O último item tenta exemplificar e sintetizar as abordagens de assessorias que trabalham, refletidamente, com grupos sócio-espaciais, isto é, que dispõem de um conceito para compreender e discutir a quem elas servem.

Clientes, usuários, beneficiários, comunidades

Os antigos romanos chamavam de cliens o plebeu sob proteção de um patrício. O termo vem de cluere, escutar, obedecer. O patrício representava o cliens nos tribunais e, em troca, recebia lealdade; o cliens deveria, por exemplo, prestar-lhe visitas regulares e juntar-se a seu séquito nas aparições públicas e na guerra. Quanto maior a clientela, maior o poder do patrício. O lendário príncipe que recorre a um arquiteto para projetar palácios jamais seria caracterizado como cliente. Tome-se a situação de Filarete na corte do duque Francesco Sforza em Milão em meados do século XV:12 ele emerge do meio social dos mestres de obra e faz de tudo para legitimar seu pertencimento a um "círculo privilegiado", ¹³ mobilizando até instrumentos para que o duque se torne coautor dos projetos (os riscos do nobre enobrecem a atividade do desenho). No sentido antigo, Filarete seria o cliente, o protegido de Sforza, não o contrário. Entretanto, há um aspecto na relação que já indica o que mais tarde definirá o cliente de um arquiteto, pois uma das tarefas de Filarete é racionalizar o canteiro, protegendo os interesses do duque na medida em que contrariam os interesses de mestres de obra, pedreiros e serventes.

A situação que nos é mais familiar, do arquiteto de fama mediana que projeta para um proprietário não nobre, surge com a ascensão da burguesia e da indústria imobiliária urbana. Le guide de ceux qui veulent

- 12 Antonio Pietro Averlino, o Filarete, escreveu e ilustrou o *Libro Architettonico* ou *Trattato di Architettura* por volta de 1460. Trata-se de uma ficção sobre a construção da cidade de Sforzinda que, no entanto, contém muitos elementos reais de sua relação com o duque e com os canteiros (cf. FILARETE, *Filarete's treatise on architecture*, [ca. 1460] 1965).
- O pertencimento dos arquitetos a um "círculo privilegiado" foi discutido numa perspectiva sociológica por Garry Stevens (*O círculo privilegiado*, [1998] 2003), que, no entanto, não aborda o caso de Filarete e tampouco o que é mais notável a relação entre arquitetos e trabalhadores nos canteiros de obras.

bâtir (O guia para aqueles que querem construir, 1781), de Nicolas Le Camus de Mézières, dá testemunho disso. Dirigindo-se diretamente a proprietários que querem construir e não podem perder dinheiro ou deixar um terreno sem uso, ele "apresenta o arquiteto como um especialista [...] empregado para dar conselhos práticos a seu cliente". Mézières primeiro pinta os horrores de um empreendimento mal planejado e as fraudes dos construtores, para então recomendar os próprios serviços: "sou arquiteto [...] jamais me deixarei levar por um interesse vil. Você pode confiar nos meus conselhos"; "cabe a mim defendê-lo". Liente e arquiteto ocupam posições sociais semelhantes, e a obra que resulta da relação será um expediente de acumulação de capitais econômico e simbólico para ambos. Isso não exclui conflitos internos, claro. Mas seja com bajulação ou arrogância, panegíricos mútuos ou quedas de braço, os personagens desse tipo de relação são solidários quanto a seus interesses de classe.

Os grupos a que a assessoria técnica se destina — como movimentos de sem-teto e sem-terra, cooperativas de trabalho, os chamados povos tradicionais (índios, quilombolas, ciganos), assentamentos urbanos espontâneos ou ocupações organizadas — não são clientes nesse sentido moderno, porque não estão em condições de igualdade estrutural com a assessoria. A caracterização como cliente se aplicaria a eles apenas no sentido antigo, do plebeu que se submete ao patrício para que este o represente nas instâncias de poder, já que lhe faltam credenciais de acesso para fazê-lo por si mesmo (daí também o clientelismo). Analogamente, os grupos assessorados se submeteriam aos arquitetos em troca de representação junto a prefeituras, bancos e outras instâncias com as quais não negociam sozinhos, seja por interdições objetivas ou constrangimentos subjetivos. De fato, essa é uma das razões mais comuns de grupos procurarem assessoria técnica mesmo quando têm convicção de que não precisariam dela para equacionar espaços e construções. Menos mal se todos estiverem conscientes disso e a assessoria assumir sua função advocatícia sem impor serviços técnicos não demandados. Ainda assim, a relação criará novas dependências, contrariando o objetivo de fortalecer a autonomia dos assessorados (além

¹⁴ PICON, From 'poetry of art' to method: the theory of Jean-Nicolas-Louis Durand, 2000, p. 16.

¹⁵ LE CAMUS DE MÉZIÈRES, Le guide de ceux qui veulent bâtir, 1781, pp. 4-5.

de sempre se correr o risco de a própria função advocatícia exigir serviços técnicos não demandados no início do processo).

Usuário é um termo mais recente, difundido juntamente com a ideia de que leigos em matemática poderiam usar computadores. Usuários são aqueles que recebem pronto certo sistema de funcionamento, que podem empregá-lo com alguma criatividade e até subvertê-lo, mas sem decidir a respeito dele. A supracitada *Introdução* à arquitetura — verdadeira mina de chavões da profissão — explicita esse entendimento: "os usuários raramente participam diretamente das decisões do projeto; eles devem confiar, portanto, no profissionalismo do arquiteto que vai considerar seus interesses". 16 Soa bem que pelo menos os arquitetos tenham tal consideração, mas já na frase seguinte vê-se que ela é limitada: "o tempo e as verbas comumente são insuficientes para que o arquiteto possa satisfazer plenamente os desejos e aspirações dos futuros usuários". Curioso é o caso que ilustra o conflito entre quem domina o espaço e quem o usa: "o desejo de uma universidade de que seus dormitórios tenham durabilidade pode levar a paredes de blocos de concreto e móveis fixos, enquanto os estudantes que querem personalizar o espaço em que vivem talvez prefiram material quente e móveis soltos". ¹⁷ Note-se a sutileza retórica: a instituição tem um desejo (desire), como se ela fosse um sujeito e como se seu controle fosse coisa suave, enquanto os estudantes, rebeldes por natureza, querem (want to) personalizar. O autor sugere que os arquitetos recorram a psicólogos, sociólogos e antropólogos para obter "informações específicas sobre padrões de grupos de usuários e de comportamento", o que resolveria o problema da insatisfação. Se antes os interesses do cliente eram ameaçados pelo canteiro, o usuário constitui o novo problema de uma sociedade em que tanto produtores quanto consumidores precisam ser orquestrados em grande escala.

Os estudos de ambiente e comportamento de fato têm subsidiado cada vez mais projetos. Por melhores que sejam as intenções dos profissionais que deles se servem e por mais que se admita sua utilidade em certas circunstâncias (equipamentos públicos, estádios de futebol etc.), a contradição de origem permanece. Projetar para usuários é como projetar para animais de zoológico. Também nesse caso um arquiteto cuidadoso recorrerá a especialistas para conhecer a anatomia,

¹⁶ Trata-se do capítulo: PARSONS, A indústria da construção, [1979] 1984, pp. 94-95.

¹⁷ Ibidem, p. 95.

os hábitos e os "padrões de comportamento" de cada tipo de bicho e criará jaulas com o máximo de conforto e o mínimo de conflito, dada a inquestionável circunstância do enjaulamento. Objetar-se-á que pesquisas de comportamento dão voz aos usuários mediante entrevistas e outras técnicas. Mas os zoólogos fariam o mesmo se pudessem. Ouvir os usuários é um expediente de coleta de dados que não pressupõe nem implica o seu reconhecimento como sujeitos políticos com autonomia de decisão e ação. Se a assessoria partir desse reconhecimento, não abordará os grupos assessorados como usuários.

Quanto ao papel do beneficiário, ele parece somar as formas de submissão do antigo *cliens* e do moderno usuário. O *cliens* submete-se ao patrício em troca de proteção, mas, afora préstimos ocasionais, pode cuidar da própria vida. O usuário não decide sobre os dispositivos que usará, mas, como consumidor, ainda pode escolher entre um ou outro desses dispositivos. Dos beneficiários, a proteção recebida exige submissão plena a um dispositivo que não podem escolher.

Cabe ressalvar que, desde a produção habitacional de massa dos anos 1950, surgiram diversos métodos participativos para romper a heteronomia imposta a usuários e beneficiários. Meus argumentos não visam invalidar nenhum deles a priori. Em parte, foram frutíferos e devem ser retomados e aprimorados. A questão refere-se ao aparato conceitual que sustenta esses métodos, muitas vezes nebuloso. Em rigor, a chamada participação do usuário — na realidade quase sempre participação do beneficiário — é um oxímoro, porque alguém que participasse da produção não seria apenas usuário ou beneficiário, enquanto um processo de produção que restringe os não especialistas ao papel de usuários ou beneficiários não é participativo. Talvez pareça preciosismo, mas há consequências no fato de a participação figurar como atributo acidental de sujeitos cuja essência estaria no uso (usuários) ou na carência (beneficiários). A participação tida por mero bônus pode ser banalizada, encenada ou suprimida sem afetar o empreendimento em si. Por outro lado, se o processo for entendido como colaboração (de collaborare, trabalhar junto) entre assessoria técnica e grupo assessorado, a supressão da agência de uma das partes implica o fim desse processo.

E o que dizer da *comunidade*? O termo designa um sujeito coletivo, sugere espaço e engajamento comuns, e tem sido empregado na prática da assessoria técnica, inclusive pelos próprios grupos assessorados. Coloquialmente, nada contra. Entretanto, numa discussão teórica de alguma precisão, ele é problemático porque pode significar

desde a absoluta miséria até o suprassumo da articulação política, com todos os matizes entre esses extremos. Tönnies contrapõe a sociedade (Gesellschaft) à comunidade (Gemeinschaft), como formação tradicional, solidária, fechada, pertencente ao passado. 18 Max Weber denomina comunalização (Vergemeinschaftung) as relações sociais baseadas na "solidariedade subjetivamente sentida (afetiva ou tradicional) dos participantes", e socialização (Vergesellschaftung) as relações sociais baseadas no "ajuste de interesses racionalmente motivado". 19 Os community studies, "uma variedade particular de pesquisa empírica [...] de redes sociais, laços de parentesco e relações sociais diretas que constituem a estrutura social de uma localidade geográfica", procuraram enclaves de comunidades em meio à sociedade, mas depois privilegiaram comunidades não espaciais ou "líquidas", constituídas via mídias remotas pelos cidadãos do mundo globalizado.²⁰ Estudos de "comunidades rurais tradicionais" no Brasil descobriram formações baseadas na família conjugal e numa frágil colaboração interfamilial dominada pelo coronelismo.²¹ Nos programas internacionais de desenvolvimento comunitário dos anos 1960, comunidade era sinônimo de anomia e precariedade.²² Na teologia da libertação, foi sinônimo de base ativa, emancipatória. Gaston Bardet ministrou um curso de urbanismo no Brasil em 1953, no qual "escala comunitária" equivalia ao bairro. 23 Já a ideia de comunidade formulada por Marx depois da comuna de Paris seria a suprassunção (Aufhebung) de Estado e sociedade civil, sem limites territoriais nem escalares.²⁴ Para movimentos de luta política, comunidade tem designado "organizações frequentemente temporárias, formadas em função de objetivos comuns, muito específicos e restritos, que ocupam uma parte relativamente pequena da vida e do tempo das pessoas". 25 E

¹⁸ TÖNNIES, Gemeinschaft und Gesellschaft: Grundbegriffe der reinen Soziologie, [1887] 1922.

¹⁹ WEBER, Wirtschaft und Gesellschaft, 1922, p. 21.

²⁰ BLACKSHAW, Key concepts in community studies, 2010, pp. 56 et seq.

²¹ Vários desses estudos estão relacionados e sintetizados em: DURHAM, As comunidades rurais tradicionais e a migração, [1973] 2004.

²² Para essas variações de compreensão relacionadas às favelas, cf. VALLADARES, A invenção da favela, 2005, especialmente o capítulo II, "A transição para as ciências sociais: valorização da favela e descoberta do trabalho de campo".

²³ BRANDÃO, Curso de urbanismo do professor Gaston Bardet, 1956.

²⁴ Cf. POGREBINSCHI, O enigma do político: Marx contra a política moderna, 2009, especialmente o capítulo intitulado "O lugar do político: a comunidade real".

²⁵ DURHAM, Comunidade, [1972] 2004, p. 220.

uma busca on-line na chamada comunidade acadêmica revela outras dezenas de sentidos, majoritariamente permeados por uma ideologia do altruísmo que desqualifica a individualidade (ou o 'individualismo') cujo reconhecimento seria, na verdade, imprescindível para qualquer forma de associativismo produtivo. Sem ignorar que a noção de comunidade por vezes serve de curinga aos movimentos sociais no embate político, talvez seja melhor não a carregar ainda mais, nem tentar extrair dela um conceito para (refletir) a assessoria técnica.

Grupos sociais na sociologia

Numa palestra em que apresentei um esboço da presente discussão, uma socióloga ponderou que o conceito corrente de *grupo social* já pressupõe um espaço compartilhado ou, dito com menos elegância, que um conceito de grupo sócio-espacial seria mera tautologia. Em vista dessa objeção, cabe explicar por que considero que o tema dos grupos sociais na sociologia e a respectiva tradição de pesquisa são insuficientes para a compreensão da relação entre grupos e espaços, necessária à assessoria técnica.

Genericamente, qualquer conjunto de indivíduos pode ser denominado grupo social, até mesmo frações de classes ou estratos estatísticos. No sentido mais preciso da microssociologia e dos social group studies desenvolvidos a partir dos anos 1940, grupo social designa formações de pelo menos três pessoas que têm um propósito comum, interagem de modo relativamente contínuo durante um período relativamente longo e desenvolvem um senso de pertencimento e identidade, bem como um sistema interno de normas e certa divisão de tarefas e papéis.²⁶ Temas clássicos são grupos domésticos, de parentesco, de trabalho, de autoajuda, de vizinhança e ligados por afinidades diversas. O espaço não é constitutivo da concepção de grupos sociais inicialmente adotada na sociologia. O fato de pessoas estarem num mesmo lugar não configura, por si, um grupo social e, inversamente, tal grupo não depende sempre de um espaço físico (tanto menos quanto maiores as possibilidades de interação remota). Por outro lado, é evidente que grupos reais costumam coincidir com determinados espaços. Interessa, então, compreender como tais espaços entram nas pesquisas e discussões. Em vez de tentar um panorama, concentro-me num livro da fase inicial desses

estudos, a meu ver exemplar quanto ao tratamento do espaço que lhes é característico e que persistiu nas vertentes sociológicas ocupadas dos (pequenos) grupos sociais, mesmo depois do *spatial turn*.²⁷

Trata-se de *The human group* (1951), de autoria de George C. Homans, sociólogo da Universidade de Harvard. O livro é uma sistematização teórica de pesquisas etnográficas e pesquisas industriais, realizadas alguns anos antes (o autor não participou de nenhuma delas diretamente). A utilização de dados empíricos qualitativos obtidos em contextos reais foi um avanço na época. Técnicas de pesquisa de opinião baseadas em observações de grupos em laboratório haviam se difundido durante a Segunda Guerra para avaliar os efeitos da comunicação de massa e vinham sendo usadas para a investigação de grupos.²⁸ Embora tenham refinado seus métodos ao longo do tempo — por exemplo, com entrevistas coletivas sutilmente dirigidas a determinado foco (*focused interviews*) em lugar daquela abordagem a queima roupa dos recenseamentos²⁹ — sua evidente limitação era a descontextualização de espaços e atividades cotidianos dos interlocutores.³⁰

Outra razão do sucesso do livro de Homans foi a provisão de um aparato analítico que, supostamente, seria aplicável a quaisquer grupos sociais e permitiria compará-los. Ele propõe para isso três variáveis interdependentes: atividade (activity), que abrange qualquer ação individual ou coletiva; interação (interaction), que consiste na comunicação verbal e não verbal entre os membros do grupo; e sentimento (sentiment), que designa as motivações subjetivas do comportamento social.³¹ Atividades, interações e sentimentos formam o nexo interno de um pequeno "sistema social", provido de limites (boundaries) e suficientemente coeso

- 27 A expressão spatial turn foi usada primeiro por Edward Soja, em Postmodern geographies, de 1989 (Geografias pós-modernas, 1993), e depois por Fredric Jameson, em Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism, de 1991 (Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio, 1996). A discussão do espaço como dimensão esquecida pela teoria social crítica, no entanto, remonta às décadas de 1960 e 1970, sobretudo à obra de Henri Lefebyre.
- 28 O sociólogo austríaco Paul Lazarsfeld fundou o Office of Radio Research na Universidade de Columbia em 1939, do qual participaram também Robert Merton e os emigrados do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt.
- 29 Essa técnica se difundiu depois na versão banalizada do grupo focal ou focus group, usado em pesquisas de mercado. Um relato sobre a transformação encontra-se em: MERTON, The focused interview and focus groups: continuities and discontinuities, 1987.
- 30 Robert Merton ressalta essa inovação no prefácio da primeira edição de HOMANS, The human group, 1951.
- 31 HOMANS, The human group, [1951] 2004, chapter 2, "The Elements of Behavior".

para ser analisado. Demais aspectos que afetam o grupo são subsumidos por Homans na categoria ambiente (*environment*), por sua vez analisada em termos físicos, técnicos e sociais: "Tudo o que não é parte do sistema social é parte do ambiente em que o sistema social existe". Portanto, Homans inclui uma das dimensões que os experimentos de laboratório não podiam contemplar (a atividade), mas toma por mero pano de fundo outra dimensão suprimida nesses experimentos (o espaço). O "ambiente físico" em que um grupo existe — e que às vezes até produz ativamente — é descrito, mas há poucas indicações sobre as práticas correlatas e nenhuma diferenciação entre espaço dado heteronomamente e espaços transformados ou geridos pelo próprio grupo.

Um dos casos empíricos de Homans provém dos Hawthorne Studies, realizados entre 1927 e 1932 numa fábrica da Western Electric Company, com a colaboração do departamento de pesquisa industrial de Harvard. Financiada pela empresa para aperfeiçoar a administração científica na linha de Taylor, a investigação primeiro avaliou os efeitos do ambiente físico na produtividade e depois se expandiu para fatores como motivação e colaboração, com longas observações diretas e mais de vinte mil entrevistas.33 Homans usa dados da última fase, o bank wiring room experiment, coordenado pelo psicólogo Elton Mayo.³⁴ O experimento envolveu uma equipe de montagem de centrais telefônicas, instalada numa sala à parte e observada em tempo integral (o constrangimento pela observação parece ter cessado depois de algumas semanas). Estabeleceu-se um sistema de remuneração com pagamento coletivo por peça, rateado conforme a produtividade individual. Mayo esperava que os homens competiriam entre si para aumentar os ganhos individuais e, ao mesmo tempo, colaborariam para aumentar os ganhos do grupo. Em vez disso, estabeleceram uma produção diária média, individual e coletiva, num ritmo de trabalho bom, mas não exaustivo, e cuidavam para evitar desvios. A análise de Homans concentra-se no jogo das interações que controlava tais atividades de trabalho. Quanto ao "ambiente físico", ele observa que a condição do grupo numa sala à parte criou uma coesão interna maior do que ocorreria no grande galpão e que a disposição de bancadas e equipamentos favoreceu certas

³² Ibidem, p. 87.

³³ O caso ficou conhecido pelo Hawthorne effect ou a constatação de que a produtividade dos trabalhadores havia sido mais influenciada pelo fato de eles se sentirem observados do que pelas variáveis testadas.

³⁴ Cf. Mayo, The human problems of an industrial civilization, 1933.

relações: "a simples posição geográfica dos homens dentro do espaço tinha algo a ver com a organização do trabalho e até com o surgimento de turmas". Entretanto, Homans não aprofunda essa observação nem considera a possibilidade de o grupo, por iniciativa própria, alterar o local de trabalho. Numa situação típica de trabalhadores industriais assalariados, é pressuposto que operarão num espaço configurado pelos especialistas da administração. Também os espaços da fábrica, do entorno urbano, dos percursos ou do cotidiano fora do trabalho não comparecem. O grupo social constitui um sistema social dentro de um ambiente — no fundo, muito semelhante a um laboratório — ao qual deve se adaptar e que, eventualmente, pode lhe ser adaptado pelos especialistas. De todo modo, o ambiente permanece externo aos limites daquele sistema social que o grupo constitui.

Outro grupo analisado por Homans provém da pesquisa etnográfica de William Foote White publicada em 1943 sob o título *Street corner society: the social structure of an Italian slum*, que depois se tornou um clássico da sociologia urbana. Homans entende como ambiente da 'gangue' da Norton Street o contexto de recessão, desemprego e falta de oportunidades. Não parece relevante o fato de o grupo se definir por um território, isto é, por determinada rua na estrutura de outras ruas e turmas, e a partir da situação urbana peculiar do North End de Boston. Da mesma maneira que no caso da fábrica, toma-se como fato quase natural que os jovens da Norton Street operem num espaço dado, cuja transformação pelo próprio grupo seria improvável.

Paradoxalmente, a mesma relação heterônoma entre grupo social e espaço formalizado, peculiar à sociedade industrial urbana, subjaz às análises que Homans faz de grupos efetivamente produtores de seus espaços, constituídos no processo dessa produção e impensáveis sem ela, isto é, de grupos que, mais do que sociais, são sócio-espaciais. Um desses casos é uma comunidade na Nova Inglaterra, à qual Homans recorre para discutir processos de desintegração social.³⁶ O espaço permanece categoria subjacente, embora os dados permitam suspeitar que a época em que os habitantes 'desbravaram' o território e se responsabilizaram pela sua estrutura física foi a de maior coesão interna e

³⁵ Homans, *The human group*, [1951] 2004, p. 88.

³⁶ As fontes de Homans para esse caso são: ZIMMERMAN, The changing community, 1938; HATCH, Changes in the structure and function of a rural New England community since 1900, 1948.

autonomia política, ao passo que a decadência do grupo coincidiu com paulatina interferência dos governos estadual e federal nesse território.

O caso que torna mais evidente o paradoxo de grupos sócio-espaciais analisados sem considerar sua produção do espaço é a ilha de Tikopia na Polinésia. Homans recorre ao antropólogo Raymond William Firth, que ali realizou um longo trabalho de campo. Os textos de Firth explicitam o processo de transformação da ilha pelos habitantes, com casas, infraestrutura e uma arboricultura que recriou as florestas nativas radicalmente e, assim, deu início a uma verdadeira história ecológica ou ecologia histórica.³⁷ Homans, no entanto, não vê nisso um constituinte dos grupos sociais em questão. Ele descreve a geografia; menciona a canalização de água nas vilas e muros de pedras nos currais de pesca; fala do complexo sistema de controle do uso da terra; toma "a casa enquanto objeto físico" como ponto de partida para a análise da família; nota as homonímias entre a ilha e seus habitantes (tikopia) e as palavras casa e parentela (te paito); e nota que o nome de cada casa é assumido como nome pessoal pelo homem que se torna seu chefe.³⁸ Ainda assim, o "ambiente" figura como coisa externa, e os tikopianos, como seus usuários. Apenas dessa vez se trata de um espaço provido pela natureza, não pelos especialistas.

The human group exemplifica uma concepção de grupo social de meados do século XX e as lacunas que, retrospectivamente, podemos constatar ali. Há de se conceder que ele pertence a um período de combate ao geodeterminismo e à ideologia do espaço vital (o Lebensraum dos nazistas), o que em parte explica por que Homans evita o tema de uma reciprocidade entre relações sociais e espaços. Por outro lado, é o período áureo do Estado keynesiano e do capitalismo fordista, que dependem do controle do espaço, seja no território nacional, na fábrica ou na moradia estudantil. O tema dos (pequenos) grupos sociais entra em pauta para elucidar questões caras a esse contexto político-econômico, desde o apaziguamento social até a produtividade no trabalho, o marketing de consumo e a indústria da ajuda humanitária. Não é que as pesquisas estivessem sempre a serviço de posições conservadoras. Mas entre teoria tradicional e teoria crítica, pertencem à primeira: mais do que questionar, descrevem, analisam e classificam fenômenos do

³⁷ FIRTH, We, the Tikopia: a sociological study of kinship in primitive Polynesia, 1936; Primitive Polynesian economy, 1939; The work of the gods in Tikopia, 1940. Cf. KIRCH, Microcosmic histories: island perspectives on 'global' change, 1997.

³⁸ Homans, *The human group*, [1951] 2004, pp. 204–207.

mundo social.³⁹ E o mundo social em que se desenvolvem não favorece grupos que produzam espaço com alguma autonomia, conquanto favorece muito a concepção do espaço como um "sistema inercial" que "exerce efeito sobre todos os objetos corpóreos, sem que esses exerçam nele um efeito retroativo".⁴⁰ Seu espaço é absoluto, objeto de medição, mapeamento, delimitação, planejamento e propriedade, mas não parte de uma disputa política de baixo para cima.⁴¹

Mencionei antes que o espaço pressuposto por Homans persiste na sociologia mesmo depois do spatial turn ou do período em que várias disciplinas começaram a descobrir o espaço para explicar a realidade. Quero especificar essa afirmação. Na sociologia francesa as relações entre espaço e grupos sociais foram discutidas já por Maurice Halbwachs numa concepção de interdependência de materialidade e representações coletivas. 42 Na década de 1950, Lefebvre e outros membros do Centre d'Études Sociologiques tentavam avançar nesse sentido e "deixar para trás os conceitos de território ou ambiente (milieu) usados na história rural, sociologia, geografia humana e etnografia francesas, para desenvolver o conceito de espaço socialmente produzido". 43 Porém, os desdobramentos dessas abordagens críticas, por autores como Manuel Castells, David Harvey e o próprio Lefebvre, deu-se com ênfase em escalas mais amplas, da urbana à planetária, enquanto incidiu pouco em teorias e métodos de pesquisa empírica qualitativa concernentes a (pequenos) grupos sociais.

Para citar um exemplo, Martina Löw propõe uma sociologia do espaço a partir do conceito de espaço *relacional*, oposto ao espaço absoluto da sociologia norte-americana de meados do século.⁴⁴ Entretanto, a relativização refere-se a apropriações simbólicas, ao passo que o entendimento da produção material permanece quase o mesmo: trata-se de espaços planejados onde grupos sociais apenas *se comportam* (bem ou mal, conforme o ponto de vista). A interpretação de Löw de um estudo etnográfico de Paul Willis evidencia a questão. Sob o título *Learning*

³⁹ Cf. HORKHEIMER, Teoria tradicional e teoria crítica, [1937] 1989.

⁴⁰ EINSTEIN, Vorwort, Das Problem des Raumes, 1960, p. xiv.

⁴¹ Palestra proferida por David Harvey na conferência *Marx and Philosophy*, no Institute of Education de Londres, em 2004, sob o título "Space as a key word".

⁴² HALBWACHS, *Morfologia social*, [1938] 2010; cf. JAISSON, Temps et espace chez Maurice Halbwachs, 1999.

⁴³ STANEK, Henry Lefebvre on space, 2011, p. 16.

⁴⁴ Löw, Raumsoziologie, [2001] 2012.

to labour: how working class kids get working class jobs, Willis descreve como a rebeldia de um grupo de estudantes numa escola secundária na Inglaterra desemboca na reprodução de sua posição social de origem. Löw retoma os dados de Willis recolhendo indicações concernentes ao espaço, tratado apenas marginalmente pelo autor. Ela consegue mostrar que o comportamento dos lads — como eles próprios se chamam — cria um espaço "contracultural" na escola, dissolvendo seus limites em relação à rua: agem na escola como se estivessem na rua, infringindo todas as regras (ficar sentado, não sair pelo portão no recreio, não fumar). Sem poder rearranjar objetos físicos, usam seus corpos e pequenas ações para subverter a ordenação dada; movimentam-se o tempo todo de um lado a outro, andam em bando, bloqueiam passagens, deitam-se nas mesas, espalham tocos de cigarro, grafitam paredes. Löw conclui que "a análise de espaços não pode [...] se restringir à análise dos efeitos estruturantes de espaços já institucionalizados. Na constituição cotidiana do espaço, essas ordenações estão constantemente sujeitas a disputas e são deslocadas — por exemplo, pelo movimento e pelo autoposicionamento —, suspendidas e por vezes até dissolvidas". 45

Tudo isso pode servir à compreensão dos contextos empíricos em que Löw se baseia e talvez de fenômenos como os rolezinhos em shopping centers brasileiros, mas não serve à compreensão dos contextos em que a assessoria técnica opera. Não faria sentido tentar abordar uma favela, uma ocupação urbana ou um assentamento do MST a partir de conceitos elaborados para explicar atritos entre espaços formais e grupos que vivem exclusivamente nesse tipo de espaço. Uma perspectiva em que a "constituição cotidiana do espaço" por grupos sociais se restringe à atribuição de significados simbólicos ou a gestos mínimos de apropriação, como os tocos de cigarro dos adolescentes na escola ou a cortina drapeada numa unidade habitacional modernista, não basta a uma autoprodução material massiva, que é expediente elementar de sobrevivência e às vezes também de contraprodução política.

Volto, então, à objeção de que o espaço — portanto, o conceito de grupo sócio-espacial — estaria incluído no conceito corrente de grupo social. Penso que não é o caso, salvo minha ignorância de uma abordagem sociológica que de fato relacione grupos sociais ao espaço pela produção, no sentido pleno e enfático do termo. Recorrendo mais uma vez a Lefebvre, o que me parece prevalecer é um reconhecimento de

que grupos sociais produzem espaços de representação, sem o reconhecimento de que podem produzir representações do espaço (autoplanejamento por exemplo) e práticas materiais transformadoras. Mas, enquanto se discutem relações 'líquidas', a sólida construção de conjuntos habitacionais periféricos avança como nunca (aliás, jamais se consumiram tantos recursos materiais como neste tempo de suposta desmaterialização de quase tudo).

Grupos sócio-espaciais na assessoria técnica

Passageiros do mesmo ônibus ou clientes do mesmo supermercado compartilham espaços, mas não formam grupos sociais. A gangue da Norton Street ou os trabalhadores da sala de montagem compartilham espaços e formam grupos sociais, mas não produzem os espaços que compartilham. Equipes de urbanistas que desenham loteamentos ou equipes de juristas que escrevem legislações urbanas formam grupos sociais e produzem espaço (em termos normativos), mas esse espaço não os constitui como grupo; poderiam desenhar anúncios publicitários ou legislar sobre outro tema qualquer. A nenhum desses casos se aplica o conceito de grupos sócio-espaciais.

Porém, os limites não são sempre tão nítidos. Imagine-se uma escola pública numa periferia urbana brasileira. A construção do edifício está pronta, recrutam-se professores e administradores, matriculam-se alunos. Nos primeiros tempos as pessoas operam num espaço onde nada foi decidido ou feito por elas. À medida que a rotina se estabelece, o lugar físico e institucional produz um grupo social (com subgrupos), e começam as transformações: alunos pintam um mural no corredor; o pessoal da limpeza põe móveis num canto para tomar café; a diretoria se transfere para uma sala menor no térreo dando lugar à informática; a portaria passa à entrada lateral, mais fácil de controlar; uma turma monta o viveiro numa parte do pátio onde outra turma quer fazer a horta; um pedreiro ajuda a abrir a biblioteca para a sala ao lado; conseguem um empreiteiro para cobrir o vão central, que agora fica abafado, mas seco; um pequeno mutirão constrói um cômodo para os apetrechos das aulas de teatro etc.

Em que ponto o grupo deixa de ser apenas social e torna-se sócio-espacial? Difícil dizer. Certo é que haverá uma definição quando os responsáveis do órgão externo decidirem pôr fim ao que entendem como puxadinhos e gambiarras. Arquitetos contratados para a reforma

procedem da maneira convencional: levantamento físico, reunião com a diretoria, programa de necessidades (dessa vez incluindo laboratórios, a sala do pessoal da limpeza, uma biblioteca mais generosa), projeto, construção. O prédio recupera certa integridade formal e o grupo volta a ser grupo social num espaço determinado de cima para baixo. Depois as transformações de baixo para cima recomeçam, apenas com menos ânimo e capricho, porque todos sabem que serão desmanchadas mais cedo ou mais tarde.

Outra possibilidade seria uma assessoria técnica que reconhece o potencial do grupo e tenta encontrar meios para apoiar e ampliar as iniciativas, trazer os conflitos à tona, facilitar negociações, prover informações técnicas, fomentar a melhor compreensão dos efeitos das diversas mudanças imaginadas. Se o grupo chegar à conclusão de que precisa de projetos para resolver certas questões, a assessoria os fará com a devida *expertise*. Entretanto, sua principal tarefa não é desenhar a escola, e sim criar interfaces para que o grupo continue produzindo o espaço que o constitui como grupo e para que seja capaz de fazer isso melhor que antes. A meta não é um objeto arquitetônico íntegro, e sim um grupo sócio-espacial ativo. Se a assessoria for bem-sucedida, é provável que as pessoas da escola adquiram mais competência para imaginar, negociar, decidir e realizar mudanças. E talvez a experiência as estimule a expandir essa atuação para o terreno ao lado ou a rua em frente, o que abriria um novo capítulo de interações.

Tome-se agora um grupo quilombola que pleiteia a propriedade coletiva da terra que ocupa. O laudo antropológico requerido para a regularização fundiária registra língua, música, casas, hábitos, festas, comida etc., evidenciando uma história coletiva e a identidade do grupo como população tradicional com direito àquela terra. Paralelamente, o quilombo recebe de programas sociais equipamentos dispostos no espaço comum ou privado: aparelhos de ginástica ao ar livre, uma caixa d'água, banheiros pré-fabricados. Arquitetos entram em cena para traçar limites, melhorar condições sanitárias e projetar uma sede para a associação. Leem o relatório antropológico, mapeiam, desembaraçam o caos documental, desenham e apresentam planos às lideranças, que concordam depois de alguns palpites, embora não tenham entendido tudo. O quilombo torna-se semelhante a outros quilombos, com os mesmos aparelhos de ginástica e as mesmas fossas sépticas, além de ordenações fundiárias e edifícios-sede bem parecidos. No entanto, o plano de construção de uma estrada que passará logo ao lado não

foi discutido. Quando ele se concretiza, o grupo é literalmente atropelado e não tem o que contrapor às novas determinações externas. Uma assessoria que reconhecesse o caráter sócio-espacial do grupo abriria alternativas nesse processo. Em vez de querer adequar o espaco a uma suposta identidade quilombola, entenderá que ele faz parte de tal identidade tanto quanto a música, a comida, as festas e tudo o mais. Sua primeira tarefa talvez fosse estimular uma reconstrução da história espacial coletiva pelas pessoas que a fizeram e procurar meios de elas se informarem melhor sobre interesses externos determinantes ali. Num cenário otimista, o grupo conseguiria se fortalecer e se organizar a ponto de definir demandas próprias, em contraposição ou colaboração com instâncias externas. Em vez da troca de fossas negras por fossas sépticas e outras soluções para problemas que nem tinham antes de os especialistas passarem por ali, talvez o foco das discussões estaria na poluição das águas pela agroindústria ou naquele plano de construção da estrada. O grupo passaria a ser autogestionário: deteria "os saberes e o controle [...] sobre as condições da sua existência e da sua sobrevivência em meio à mudança".46

Muitos outros exemplos fictícios e experiências reais (positivas e negativas) poderiam ilustrar a questão, mas concluo com uma síntese provisória da ideia de que a assessoria técnica de arquitetura, urbanismo e planejamento serve a grupos sócio-espaciais:

- Nexos social e espacial do grupo constituem um processo (frágil ou vigoroso). Um produto espacial acabado imposto heteronomamente, mesmo que acomode as demandas levantadas em determinado momento, enfraquece ou interrompe esse processo.
- Grupos sócio-espaciais (reais e potenciais) diferem quanto ao espaço, ao tempo e à organização interna. Alguns têm uma história de produção coletiva do espaço que ocupam, mas nenhuma organização formal; outros nem sequer têm terreno, mas são partes de um movimento antigo; ainda outros foram ajuntados por uma circunstância qualquer e nem chegaram a nenhuma coesão interna.
- O grupo é agente político (real ou potencial). Ele não apenas opera com um espaço dado, mas também contra esse espaço, e nisso há confrontos substanciais.
- O espaço do grupo importa mais do que os espaços individuais dos seus integrantes, e a assessoria importa mais nas decisões tomadas

LEFEBVRE, From the social pact to the contract of citizenship, [1990] 2003, p. 252.

- coletivamente do que nas decisões privadas. (Propostas como do Elemental no Chile ou dos suportes e recheios de Habraken não favorecem grupos sócio-espaciais porque a abertura para mudanças ao longo do tempo se restringe ao âmbito privado.)
- A história da produção coletiva do espaço, quando existe, importa mais do que as eventuais inadequações nos seus produtos. Assessorar um grupo implica criar meios para que ele se dê conta do que já produziu, como e porquê. (Por que suas ações resultaram num beco estreito? E por que preservaram o campo de futebol?)
- A estrutura social do grupo está ou estará relacionada à sua estrutura espacial de uma maneira que precisa ser compreendida, e não pressuposta. Isso significa suspender correspondências automáticas, tais como entre espaço e atividade, entre uso e propriedade ou entre território e comunidade. Muitas relações sócio-espaciais não cabem em padrões formais (a começar por um simples atalho que atravessa um terreno alheio).

Conceitos tendem a negar a variabilidade, o movimento, a transformação daquilo que apreendem, de modo que acabam anulando as experiências que deveriam explicar, refletir e criticar. Adorno chama isso de hipóstase do princípio de identidade: o pensamento postula que a realidade é isso ou aquilo e mantém o postulado à revelia da experiência. Dialética significa um pensamento que combate essa tendência de autopreservação dos conceitos, sem deixar de usá-los.⁴⁷ Portanto, entenda-se o conceito de grupo sócio-espacial aqui proposto como parte de uma teoria em processo, não como produto acabado.





[2005] Por uma arquitetura virtual

Ana Paula Baltazar

Este artigo foi escrito para a revista AU, respondendo ao contexto de digitalização dos processos de projeto nos escritórios de arquitetura que, via de regra, reproduziam no computador os processos convencionais. O objetivo era trazer para o público não acadêmico a distinção entre digital e virtual, fundamental para a discussão da possibilidade de uma arquitetura virtual, aberta, para além do mero uso do computador.¹

Desde meados dos anos 1960, as tecnologias digitais vêm ganhando importância cada vez maior na arquitetura. Já na primeira grande conferência sobre computadores na arquitetura, no Boston Architecture Center, em dezembro de 1964, o computador, embora ainda fosse muito caro, apontava para uma diversidade de possibilidades, desde ferramentas interativas para desenho na tela até possibilidades de análise e geração de projetos automatizados.

Um exemplo disso é o sistema Yona, no qual o usuário criava sua própria casa com o auxílio do computador. Analisado por Guy Weinzapfel e Nicholas Negroponte em "Architecture-by-yourself", de 1976, o sistema permitia ao usuário articular digitalmente as conexões dos espaços internos e externos da casa, e o computador checava possíveis incompatibilidades considerando parâmetros de circulação, ventilação e iluminação, e sugeria uma forma de agrupamento dos espaços.

Infelizmente, tamanha gama de possibilidades foi canalizada para reproduzir o processo de projeto perspectívico fundado no Renascimento, ainda que dessa vez com maior racionalidade, precisão e agilidade. Assim, na década de 1980, com o surgimento dos computadores pessoais e dos programas de CAD, começou a se tornar popular nos escritórios de arquitetura o uso do computador como ferramenta de desenho. Os 'desenhos digitais' acabaram ganhando o nome de 'projeto digital', que rapidamente foi considerado 'projeto virtual' e atualmente é também chamado de 'arquitetura virtual'.

¹ Primeira publicação: Por uma arquitetura virtual. A&U, n. 131, 2005, pp. 57–60.

Na verdade, a maioria do que se considera hoje projeto ou arquitetura virtual nada mais é que um conjunto de desenhos feitos no computador usando aplicativos de CAD que espelham o processo de construção perspectívica. O processo de projeto ainda não acomodou as possíveis mudanças permitidas pelas tecnologias digitais e, ainda que os desenhos possam ser visualizados em 3D, animados ou percorridos em tempo real, são geralmente apenas desenhos digitais, e não projetos ou arquiteturas virtuais. A distinção entre digital e virtual faz-se necessária para que não haja uma simplificação de ambos em detrimento de uma discussão mais rica tanto do processo de projeto quanto da própria arquitetura.

Virtual na arquitetura

Virtual e digital não são sinônimos, embora o termo virtual seja bastante usado para qualquer coisa digital. Virtual não é necessariamente digital. E o digital, na maioria das vezes, não é virtual. Autores de diferentes áreas, como Bergson, Deleuze, Guattari, Lévy, Latour, Kwinter e outros, vêm trabalhando uma noção de virtual que é particularmente interessante para a arquitetura.²

Pierre Lévy sintetiza num sistema quádruplo uma espécie de inserção do virtual no mundo.³ Para Lévy, existem duas ordens para as coisas: uma da substância, em que estão situados o potencial e o real, e uma do evento, onde estão situados o virtual e o atual. Porém, ambas as ordens permeiam todas as coisas, se concordarmos que essas existem em suas relações com o mundo, e não como objetos absolutos. Assim, podemos identificar as duas ordens atuando também na arquitetura.

No cotidiano, sempre que usamos um espaço, estamos ativando a ordem do evento, ou seja, estamos atualizando o espaço. E, quando projetamos, estamos trabalhando geralmente apenas com a ordem da substância, potencializando e realizando espaços. O problema é que a arquitetura projeta a substância representando nessa uma gama restrita de usos (atualizações) previstos. Ou seja, o projeto arquitetônico não se ocupa de projetar o evento em si, não lida com o virtual a ser atualizado quando do uso, embora tome o evento como referência para representá-lo, quase como inspiração para a substância. O que acontece

² Cf. KWINTER, Architectures of time: towards a theory of the event in modernist culture, 2001; LÉVY, O que é o virtual?, [1995] 1996; DELEUZE & GUATTARI, Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. v, [1980] 1997.

³ LÉVY, O que é o virtual?, [1995] 1996.

geralmente é que a ordem do evento é considerada como uma camada separada que pode ser sobreposta aos objetos e espaços no mundo quando do uso, perdendo-se de vista que toda a virtualidade a ser atualizada é intrínseca aos próprios objetos e espaços, isto é, substância e evento são continuidades intrínsecas às coisas, não são excludentes nem anunciam rupturas.

Quando projetamos espaços, geralmente predefinimos suas possibilidades de uso deixando muito poucas alternativas para usos que não foram predeterminados. Assim, estamos, no mínimo, limitando muito — se não desconsiderando totalmente — a virtualidade da arquitetura, por estarmos preterindo do projeto eventos que não foram definidos a priori. Porém, podemos projetar espaços-eventos, ou seja, espaços virtuais. Podemos vislumbrar tanto um processo de projeto quanto uma arquitetura que sejam verdadeiramente virtuais, que sejam pensados como processo aberto estabelecendo continuidade entre projeto e uso, e não como produto acabado estabelecendo ruptura entre projeto e uso.

Primórdios da realidade virtual: digital versus virtual

Resgatando os primórdios da dita 'realidade virtual', encontramos dois sistemas distintos produzidos nos anos 1960. Um primeiro seria o *Helmetset* (capacete) de Ivan Sutherland, chamado de realidade virtual na terminologia computacional, isto é, simulação da realidade em sistemas imersivos e sua experiência. O segundo seria a obra de Lygia Clark, *Máscara com espelhos*, que pode ser considerada um sistema de realidade virtual no sentido proposto neste artigo.

Os modelos de reprodução e sequência, tomados de Deleuze e Guattari, ⁴ ajudam a entender a diferença da apropriação do termo *realidade* virtual nos dois contextos. O *Helmetset* de Sutherland é um exemplo de realidade virtual criada para reproduzir aspectos isolados do mundo físico no mundo digital. Assim, na terminologia computacional, o virtual geralmente se enquadra no modelo de reprodução, trazendo para sistemas de imersão uma representação de aspectos do mundo físico que passam a ser experienciáveis pelos usuários via aparato digital.

Em contraponto, a *Máscara com espelhos* de Clark aponta para um entendimento mais abrangente da realidade virtual. Como na maioria de suas obras, Clark cria um sistema aberto que só se completa

⁴ DELEUZE & GUATTARI, Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. v, [1980] 1997.

temporariamente quando da experiência do espectador, enquadrando-se, assim, no modelo de sequência ao estabelecer continuidade entre a obra e sua fruição. Estão também implícitas no trabalho de Clark as dissoluções dos limites entre sujeito e objeto, e a busca do desaparecimento do autor. A *Máscara com espelhos* de Clark promove uma interatividade real entre sujeito, objeto e mundo, a partir de pequenos espelhos móveis colocados na frente dos olhos, sobrepondo e fragmentando reflexões do entorno e do próprio sujeito.

Tanto o Helmetset quanto a Máscara com espelhos podem ser considerados como primitivos da realidade virtual. Se, por um lado, como no caso de Sutherland, espectadores experienciam uma reprodução, por outro, como no caso de Clark, espectadores são partes vivas necessárias para completar a obra temporariamente, dando sequência a ela. Pode-se dizer que, nos sistemas de realidade virtual, como o de Sutherland, o foco volta-se para a substância, ou seja, para o potencial digital pré-programado a ser realizado, enquanto a obra de Clark tem como cerne o virtual a ser atualizado pelo espectador. Assim, o sistema de Sutherland, apesar da tecnologia digital, não pode ser considerado virtual no sentido exposto acima, sendo na verdade apenas reprodução digital de uma possível realidade, enquanto a obra de Clark prenuncia uma realidade virtual de fato virtual, ainda que sem usar tecnologia digital.

Familistério de Godin como arquitetura virtual

No caso da arquitetura, o Familistério de Godin, na França do século XIX, pode ser visto como precursor da arquitetura virtual. O Familistério é considerado por Foucault um projeto feliz da intenção de liberdade. Segundo o filósofo francês, não há como garantir liberdade na estrutura das coisas: a única garantia da liberdade é a própria liberdade. Foucault considera liberdade uma prática, um evento, e toda tentativa de garantir essa prática apenas por meio da substância tende a falhar. O Familistério possibilita a liberdade por não ser um projeto baseado na substância, mas no evento.⁵

A arquitetura do Familistério proporciona os meios necessários para uma nova abordagem social da vida, possibilitando o bem-estar dos trabalhadores, sem limitar formal e materialmente os eventos que

⁵ FOUCAULT, Space, knowledge, and power: interview conducted by Paul Rabinow, [1982] 2002.

possibilitariam tal bem-estar. Em contraponto às arquiteturas de sua época, o Familistério permitia, por exemplo, certa emancipação feminina por proporcionar desde pequenas facilidades domésticas, como pontos de água e de disposição de lixo nas habitações, a equipamentos coletivos como cozinha e espaços adequados para crianças, liberando as mães para o trabalho.⁶ Embora tais facilidades não impusessem mudanças sociais, eram capazes de acomodá-las.

Esse projeto é baseado nas características latentes do evento, tendo por objetivo a liberdade sem que essa seja reproduzida formalmente, mas criando uma forma onde tal liberdade possa ser temporariamente manifesta quando do uso do espaço. O uso do Familistério segundo seu projeto social, assegurando a continuidade entre projeto e uso, faz com que se destaquem suas características virtuais e possibilita a almejada liberdade. Mas, se o espaço é encarado como um edifício qualquer, como acontece hoje (tornou-se uma espécie de museu-hotel), suas características substanciais ganham destaque e pode parecer tão opressivo quanto o panóptico de Jeremy Bentham. A liberdade, como evento, é possibilitada pelo virtual, e não pela substância.

Como o Familistério não ecoa atualmente a continuidade entre projeto social e físico, podemos dizer que não existe mais a simultaneidade entre evento e substância, e, por isso, tal arquitetura, que foi um dia virtual, hoje não se deixa ler como tal, embora tenhamos subsídios históricos para lhe resgatar a virtualidade.

Arquitetura virtual facilitada pelo digital

A arquitetura virtual pode ser atualmente discutida a partir da crítica do uso das tecnologias digitais diante da possibilidade de virtualização, problematizando a arquitetura à luz das tecnologias de comunicação e informação. Ou seja, em vez de assumir as tecnologias digitais na arquitetura sem questionamentos, reproduzindo o processo de projeto criado na Renascença, podemos pensar uma arquitetura que seja realmente virtual, cujo processo de projeto seja repensado à luz das possibilidades do digital.

Manuel Castells chama essas possibilidades de "paradigma da tecnologia da informação". Segundo ele, esse paradigma apresenta cinco

⁶ Cf. DALLET et al., Twenty-eight years of co-partnership at Guise, 1908.

⁷ CASTELLS, A sociedade em rede, [1996] 2002, pp. 107-113.

características: informação como matéria-prima; penetrabilidade das tecnologias; lógica de rede; flexibilidade dos processos e do produto; e convergência para um sistema integrado.

Analisando alguns exemplos de arquiteturas contemporâneas que usam tecnologias digitais a caminho do virtual, fica claro que digital e virtual, apesar de não serem sinônimos, não são excludentes — além de o digital ser um facilitador do virtual. Vale mencionar dois exemplos. O primeiro, exaustivamente citado na literatura sobre o digital na arquitetura, é o Fresh Water Pavilion, do escritório NOX, na Holanda, onde a interação dos usuários é essencial para que o edifício aconteça, sendo completado temporariamente.

O segundo, menos conhecido, é a tenda digital do LAGEAR.⁸ A exemplo das tendas nômades, que funcionam mais como evento que como substância, a tenda digital também opera no intuito de criar um espaço-evento, ou seja, confere a um espaço existente a virtualidade que ele não tem. A tenda digital emerge a partir da projeção de um ambiente multimidial interativo em um ambiente físico, respondendo em tempo real à presença e ao movimento dos usuários. A tenda digital acontece pela transformação de um ambiente real em ambiente virtual de imersão, sendo ao mesmo tempo ferramenta e ambiente virtuais, ou seja, o produto final não está predeterminado, depende da interação.

Em ambos os casos, podemos ver as características apontadas por Castells presentes na problematização da interação entre usuários e espaços físico e digital. Essa problematização do espaço é entendida como a virtualização da arquitetura, apontando para o trabalho conjunto de digital e virtual.

Assim, podemos concluir que grande parte dos projetos e das arquiteturas produzida a partir de tecnologias digitais não deve ser chamada de virtual se levarmos em conta o conceito de virtual apresentado antes. Uma arquitetura realmente virtual não é necessariamente digital, como exemplifica o Familistério de Godin. Contudo, o digital facilita a arquitetura virtual por permitir a flexibilidade, a lógica de rede, a integração e a abertura do sistema, a emergência do ambiente em tempo real, além do estabelecimento de continuidade entre projeto e uso. Dessa forma, o digital pode ser tanto ferramenta quanto ambiente ideal para uma arquitetura virtual.

⁸ Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica da Escola de Arquitetura da UFMG.

[2005] Moradia e contradições do projeto moderno

Silke Kapp

Trata-se de uma recapitulação histórica para mostrar que os fundamentos mais importantes do projeto arquitetônico, tais como sedimentados do Renascimento ao século XIX, foram mantidas também pelo Movimento Moderno: a obra de arquitetura como obra de arte; o arquiteto como autor; e a submissão de todos aqueles que construirão e usarão os espaços projetados. O argumento central aqui é que essa lógica, em vez de ser criticada, foi — e continua sendo — simplesmente estendida dos espacos 'extraordinários' a moradias populares e outros espacos 'ordinários'.

Projeto

A ideia de que toda construção deva ser precedida de projetos técnicos é relativamente recente na cultura ocidental. Mesmo depois do Renascimento, quando surge a figura de um arquiteto que concebe e desenha o que será realizado no canteiro e que entende o próprio trabalho como atividade intelectual, superior ao trabalho 'braçal' de construção, a maior parte do espaço humano continua sendo produzida sem esse conhecimento especializado. O projeto é considerado um instrumento pertinente a objetos excepcionais, *extra*-ordinários, mas não a ambientes e construções comuns ou, nesse sentido, *ordinários*. A configuração dos espaços onde se desenrola a vida cotidiana, com moradia, trabalho, comércio e outros usos, mais ou menos triviais e frequentemente mesclados entre si, resulta de um conjunto de iniciativas individuais e se guia por saberes compartilhados, mas nunca formalizados. A tratadística do Renascimento ao século XVIII raramente abordou esse tipo de espaço; ele era pano de fundo do trabalho dos arquitetos, não seu objeto.

Apenas com o advento da cidade industrial, a expansão da economia capitalista e uma avançada divisão social do trabalho, o espaço comum ou ordinário passou a integrar as preocupações de profissionais

¹ Primeira publicação: Moradia e contradições do projeto moderno. *Interpretar Arquitetura*, v. 6, n. 8, 2005, on-line.

de projeto. Instituiu-se, ao longo do século XIX, a convicção de que especialistas devem decidir sobre a configuração do ambiente urbano todo, supostamente garantindo padrões de eficiência e certa ideia de salubridade (física e moral). Em contrapartida, perdeu legitimidade a produção informal, na qual as coisas são decididas pelos construtores, usuários ou construtores-usuários (chamo aqui de construtor quem constrói, não quem administra o trabalho de construção dos outros). Embora essa produção continue existindo em grande quantidade, ela passou a ser marginalizada em termos financeiros, legais e técnicos. Ao contrário da produção realizada diretamente pelo capital ou por mediação do Estado, ela não tem a proteção do aparato jurídico nem se favorece de subsídios e arranjos institucionais.

Não discutirei os motivos históricos e sociais dessa transformação. O que importa aqui é que a produção capitalista do espaço não afeta apenas a estrutura demográfica, a paisagem urbana ou os locais de trabalho, mas também, e de modo muito incisivo, as condições de moradia. Em todas as grandes cidades, a crise habitacional se instalou juntamente com a indústria. Se, num primeiro momento, ela parecia um fenômeno passageiro, logo se tornou evidente que a falta ou a precariedade de moradias é uma condição estrutural do sistema econômico: por um lado, a carência favorece o capital industrial por pressionar as classes mais pobres à venda contínua de sua força de trabalho no mercado; por outro lado, o capital da construção civil tem dificuldade em inserir a produção habitacional em ciclos regulares de valorização. O limite dessa situação nefasta é a sobrevivência física das classes trabalhadoras que, por sua vez, ameaça a sobrevivência política e financeira das mais ricas.

Eis o contexto em que a moradia popular se tornou objeto de projeto, por iniciativa de industriais, médicos, higienistas e engenheiros, interessados em contornar os problemas mais prementes. Em outras palavras, o projeto da moradia surgiu como instrumento de disciplina e controle da população. Não se tratava de adequar a moradia a moradores reais, e sim de moldar uma classe. Ao diagnóstico da suposta degeneração dos trabalhadores pelo ambiente insalubre e imoral correspondia o tratamento de regeneração pelo ambiente bem projetado. O projeto permitiu a intrusão dos especialistas no espaço doméstico, nas formas de coabitação, nos movimentos do corpo, nos graus de privacidade, nas relações com a coletividade e na organização do chamado tempo livre. Até hoje, esse viés fundamentalmente autoritário da produção formal de moradias populares pouco se alterou.

A atuação dos arquitetos nesse cenário se tornou expressiva apenas depois da primeira grande crise do capitalismo industrial (a guerra de 1914–1918 e a Revolução Russa). Ao assumirem para si a tarefa de projetar habitações de massa, os grupos do chamado Movimento Moderno reestruturaram vários dos procedimentos tradicionais de projeto. Assim, por exemplo, fabricação seriada, interação com a indústria, equipamentos, condições de conforto ou articulações funcionais ganharam um peso inédito, enquanto aspectos como repertório simbólico, ornamentação, trabalho artesanal e decisões de canteiro perderam importância.

Todavia, e com isso chego ao que mais especificamente interessa aqui, a prática arquitetônica do Movimento Moderno também manteve intacta uma série de concepções tradicionais de projeto, cunhadas historicamente pela produção do espaço extraordinário. Isso vale particularmente para a vertente de maior influência no Brasil, liderada por Le Corbusier e que aqui se combinou a uma formação acadêmica nos moldes da École des Beaux-Arts.

Farei em seguida uma breve análise crítica de três dessas concepções tradicionais de projeto que persistiram no Movimento Moderno europeu e no modernismo arquitetônico brasileiro, para depois indicar algumas hipóteses de trabalho. É importante acentuar que se trata de discutir o processo de projeto, e não a construção ou a gestão, pois, se é fato que as metrópoles brasileiras têm uma trajetória longa e nem sempre bem-sucedida de autoconstrução de moradias, assim como uma trajetória mais recente e mais interessante de autogestão, é fato também que há poucos indícios do que poderíamos chamar de 'autoprojeto' ou de relativa autonomia dos futuros moradores no projeto.

Obra (de arte)

Das concepções que o Movimento Moderno herdou da tradição renascentista dos projetos excepcionais e aplicou aos projetos do espaço comum e doméstico, figura, em primeiro lugar, a noção de *obra* ou de *obra de arquitetura*. Trata-se de uma ideia arraigada na história da arte, que chegou ao ápice no século XIX, quando da institucionalização burguesa de uma arte livre de funções utilitárias e religiosas, mas venerada quase que religiosamente e utilizada como contraponto à seriação industrial. A clássica obra (de arte ou de arquitetura) deve ser um objeto completo, acabado, fechado sobre si mesmo e consistente

em sua lógica própria, do qual, nas palavras de Alberti, "nada se possa acrescentar, retirar ou alterar sem torná-lo pior".²

Walter Benjamin descreve essa obra de arte como aurática ou provida de aura, remetendo justamente à sua recepção concentrada, contemplativa e quase religiosa pelo público culto do século XIX.³ Benjamin constata que, com a possibilidade de reprodução técnica das obras, esse modo de recepção perde lugar para um modo mais disperso, em certo sentido banalizado, mas também mais democrático. Assim, pintura, escultura, música, teatro ou dança tiveram de enfrentar novas condições de produção e recepção, não mais centradas na autenticidade.

Já as obras de arquitetura tiveram uma inserção paradoxal nesse contexto de mudanças. Benjamin as considera exemplares para a nova modalidade de recepção, pois mantiveram usos e apropriações cotidianas, banais, mesmo depois de se tornarem objetos da apreciação especializada. Por outro lado, se a recepção especializada das obras de arquitetura sempre conviveu com as apropriações dispersas do dia a dia, essa mesma recepção especializada pouco se abalou com a emergência de uma nova cultura de massa. Em outras palavras, casas prototípicas, conjuntos habitacionais ou traçados urbanos puderam ser apreciados pelos especialistas no mesmo registro das 'grandes obras' do passado, de catedrais, palácios ou vilas. E, consequentemente, os projetos de casas, conjuntos ou bairros continuaram a ser produzidos como obras (de arte). Isso não quer dizer que não tenha havido exceções — houve várias, mas nos projetos mais célebres persistiu o critério da composição fechada, completa, perfeita.

No Brasil, essa tendência me parece evidente. O Pedregulho ou o Conjunto JK são tidos por *obras* na acepção forte do termo; tanto que a maioria dos especialistas os entende segundo o princípio de Alberti: o que neles foi acrescentado, retirado ou alterado ao longo do tempo os teria tornado de fato piores, como que ferindo sua integridade e autenticidade.

O problema em generalizar a concepção de obra de arquitetura está no fato de que o espaço comum não é nem deve ser perene como os monumentos, em cuja elaboração os arquitetos se especializaram historicamente. Monumentos são por definição portadores de uma representação de eternidade contrastante com a instabilidade do que está à sua volta. Nesse aspecto, a proposição de Sant'Elia, de cidades inteiramente demolidas e refeitas a cada geração, faz mais sentido do

² ALBERTI, On the art of building in ten books, [1450] 1996, p. 156.

³ BENJAMIN, A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica, [1935–1936] 1994.

que monumentalizar o espaço vivido, como se isso solucionasse a vida de uma vez por todas. A proposição de Sant'Elia nos soa absurda, porque contraria o mais simples cálculo de recursos ambientais, mas ela leva em conta uma realidade em movimento. Então, resta perguntar que espécie de projeto caberia à mutabilidade real do espaço que está além dos monumentos arquitetônicos.

No caso das moradias, a ideia de obra impede que elas sejam vistas de antemão como objetos nos quais os moradores podem intervir conforme a modificação de suas necessidades, desejos e recursos. É verdade que vários arquitetos do Movimento Moderno introduziram dispositivos de flexibilização nas suas propostas para as moradias populares. A exposição de 1927, no bairro de Weissenhof de Stuttgart, mostra isso. Os apartamentos ali projetados por Mies van der Rohe, por exemplo, permitem diferentes distribuições de painéis, gerando, no mesmo espaço, apartamentos com diferentes números de quartos. O projeto de casas geminadas de Le Corbusier tem uma versão noturna e outra diurna, deixando o espaço relativamente livre a adaptações. A casa Schroeder de Rietveld é outro exemplo com dispositivos que alteram a configuração do espaço para diferentes atividades.

No entanto, todos esses exemplos são de flexibilizações predeterminadas. Elas equivalem aos mecanismos de múltipla escolha ou aos mecanismos das nossas eleições de massa: fica-se com uma das opções ou não há nada a fazer. Esse tipo de flexibilidade, por outro lado, não abala a noção de obra; aliás, a casa Schroeder, verdadeiro fetiche de gerações de arquitetos, demonstra isso bem.

Autoria

Uma segunda concepção tradicional que paradoxalmente se manteve nos projetos do espaço comum e doméstico é a autoria. O conceito de autoria está intimamente ligado ao de obra, mas não é idêntico a ele. Nos moldes da historiografia oitocentista das artes, a catedral de Notre-Dame, em Paris, é uma obra, sem que exista um autor individual. Autoria significa que um indivíduo, um sujeito singular, cria o objeto com originalidade e sabe, melhor do que qualquer outra pessoa, o que convém ou não àquele objeto.

O trabalho autoral se contrapõe, por um lado, ao trabalho coletivo anônimo, incluindo o trabalho na indústria mecanizada, e, por outro, ao artesanato, que replica técnicas e formas da tradição sem almejar

originalidade ou inovação. Na figura do autor se projetam todas aquelas qualidades individuais que o ideário iluminista conferiu potencialmente a qualquer ser humano, mas que a formação socioeconômica moderna interdita a cada um nós.

Mais até do que nas artes plásticas, tal projeção se tornou parte da ideologia da arquitetura como profissão. Sua crítica e sua historiografia ainda se ocupam predominantemente de autores, e o arquiteto é socialmente cultuado como autor. O psicólogo Donald MacKinnon, por exemplo, falando dos arquitetos, se diz impressionado por "sua abertura à experiência, sua liberdade em relação a restrições mesquinhas e inibições empobrecedoras, sua sensibilidade estética, sua flexibilidade cognitiva, sua independência de pensamento e ação, sua grande energia, seu inquestionável compromisso com a criatividade".4

A contradição da noção de autoria na arquitetura está no fato de que construir um edifício, como diz Martin Pawley,

[...] não é como escrever um livro ou pintar um quadro. É mais como ganhar uma eleição, depois de passar por um processo de imensa e indecifrável complexidade que envolve muitas personalidades, produtos, consultorias, cronogramas, empreiteiros, burocracias, estatutos, regulações, orçamentos, comitês, examinadores, grupos de protesto etc. Mesmo uma construção pequena pode envolver um elenco de milhares de pessoas, dentre as quais apenas uma — o arquiteto — está tentando criar alguma coisa original.⁵

Na prática, o arquiteto-autor ou frustra a si mesmo, ou tiraniza os outros, pois para que todas essas qualidades de liberdade e criatividade se manifestem nele, não poderão se manifestar em mais ninguém envolvido com a produção de sua obra.

Um aspecto particularmente curioso nesse contexto, relacionado à ideia de autoria, é o desprezo pelo projeto coletivo, como se lhe faltasse sempre consistência. Segundo um chiste bem conhecido entre os arquitetos, um camelo seria um cavalo projetado por uma equipe. Vale a pena pensar por que isso nos faz rir. O cavalo é um animal tradicionalmente considerado belo e elegante, além de associado ao lazer de elite. Já o camelo é rústico, desajeitado, porém resistente e adaptado

⁴ STEVENS, O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica, [1998] 2003, p. 17.

⁵ PAWLEY, Towards an unoriginal architecture, 2000, p. 222.

ao seu meio. Nesse sentido, ele seria um 'projeto' pelo menos tão bom quanto o do cavalo, ainda que menos fotogênico. *Mutatis mutandis*, se a autoria individual de fato leva mais facilmente a certa harmonia formal, isso não quer dizer que ela gera espaços melhores.

Usuários

Uma terceira concepção persistente no Movimento Moderno e que faz muito pouco sentido quando aplicada aos espaços comuns e domésticos é a forma de inserção do chamado usuário ou habitante. Também aqui há uma relação direta com as duas ideias mencionadas anteriormente: obras íntegras e autores singulares correspondem a habitantes que não interferem no projeto (ou na autoria) nem no objeto construído (ou na obra).

Contudo, além de ser complementar às ideias de obra e de autoria, a concepção modernista do habitante envolve ainda outros aspectos, em parte herdados da tradição e em parte exacerbados na conjunção de ciência e indústria: o usuário é um personagem da obra na mão do autor. Assim como Palladio procurou representar a vida e o poder de Paolo Almerico na Villa Rotonda, o arquiteto moderno representa a vida dos moradores nos seus projetos. Mas Palladio tinha a representar também princípios físicos e metafísicos, coisa que já em fins do século XIX se tornara tão problemática que toda a energia gasta pelos arquitetos parece concentrar-se no cotidiano de seus personagens, a ponto de Van de Velde projetar-lhes o vestuário e Frank Lloyd conviver com seus clientes por meses para lhes decifrar a vida.

Sobre isso, Adolf Loos escreve em 1900 a irônica história "De um pobre homem rico", mostrando como a atenção absoluta ao habitante só é compatível com o pressuposto de sua total passividade em relação às definições do arquiteto. Incluo uma paráfrase resumida e alguns extratos dessa história, porque ela ilustra bem os argumentos anteriores.

Um homem rico havia procurado um arquiteto para "pôr mais arte em sua vida". O arquiteto, animado com a tarefa, primeiro solicitou que ele se desfizesse de todos os seus pertences e então recompôs o ambiente da nova casa com muita arte e um trabalho psicológico cuidadoso, de maneira que "em cada forma, em cada prego se expressava a individualidade do dono". O homem rico ficou satisfeito, foi invejado

pelos amigos e passou a dedicar boa parte de seu tempo ao estudo da casa, cuja bela ordem não era fácil manter, já que o arquiteto pensara em tudo: "para a menor das caixinhas havia um lugar determinado, feito especialmente com essa finalidade". Durante as primeiras semanas, o arquiteto supervisionou os moradores, para que não incorressem em erros. Quando necessário, abria seus desenhos para se certificar do lugar correto de cada objeto de uso. O desfecho se deu depois do aniversário do homem rico: feliz com os presentes que recebera, ele chamou o arquiteto para acomodá-los na casa.

Ele [arquiteto] entra na sala. O homem o recebe alegremente, pois tem muito o que lhe contar. Mas o arquiteto não vê sua alegria. Ele percebe outra coisa e, pálido, gagueja:

- Que sapatos são esses?
- O homem olha para seus sapatos bordados e respira aliviado. Dessa vez tem a consciência tranquila, pois os sapatos haviam sido feitos de acordo com o projeto original do arquiteto. Por isso responde triunfante:
- Mas, senhor arquiteto! Já se esqueceu? Foi o senhor que desenhou esses sapatos.
- Certamente! troveja o arquiteto Mas são para o quarto. O senhor está destruindo a harmonia com essas horrendas manchas coloridas. Será que não percebe?
- O homem percebe. Tira rapidamente os sapatos e reza para que o arquiteto não censure suas meias. Eles vão até o quarto, onde lhe é permitido calçar os sapatos novamente.
- Ontem ele sussurra tímido comemorei meu aniversário. Meus queridos me encheram de presentes. Mandei chamá-lo, caro senhor arquiteto, para que nos aconselhe sobre sua melhor disposição.

A expressão do arquiteto se fecha a olhos vistos, até que ele explode:

- Como o senhor pôde deixar que lhe dessem presentes? Não desenhei tudo? Não tomei todos os cuidados? O senhor não precisa de mais nada. O senhor está completo!
- Mas o homem rico se arrisca a revidar posso comprar alguma coisa para mim se eu quiser...
- Não, o senhor não pode! Nunca, jamais! Era só o que faltava. Coisas que não foram desenhadas por mim? [...] Não, o senhor não pode comprar mais nada! [...]
- 7 Ibidem, p. 200.

O felizardo de repente se sente profundamente infeliz. Ele vê sua vida futura. Ninguém poderá lhe fazer nenhum agrado. Terá de passar sem desejos pelas vitrines desta cidade. Nada do que se fabrica é para ele. [...] Dali para a frente estará desligado da vida, dos afazeres, das ambições, dos desejos. Ele sente que agora precisa aprender a conviver com seu próprio cadáver. Sim! Está acabado! Ele está completo!8

Nas circunstâncias da produção em massa de moradias, o morador caricaturado por Loos deixa de ser um indivíduo real, em cujas idiossincrasias o arquiteto pode inspirar sua obra, e se torna um modelo genérico, cujo perfil é definido pela renda e cujos hábitos e ações são imaginados pelo arquiteto. Dada a escassez de recursos, a afinação entre esse usuário imaginário e o espaço projetado deixa de ter o caráter artístico dos projetos para a alta burguesia e adquire o caráter obsessivo da perfeição taylorista; em prol da ciência, da produtividade e da redução de área, determina-se meticulosamente cada movimento do futuro morador (uma tendência que, aliás, vem recuperando prestígio com a transposição da ergonomia do trabalho para os projetos habitacionais). Mas, num caso como noutro, o usuário é objeto do projeto, não o seu sujeito. Nesse sentido, a abordagem dos arquitetos não se opõe à abordagem dos primeiros industriais, engenheiros ou médicos que se ocuparam da organização do espaço doméstico das classes pobres. Embora possa haver diferenças qualitativas nas necessidades imputadas ao usuário-padrão, a estrutura fundamental de agenciamento e predeterminação da vida alheia é a mesma.

Não creio que as concepções de projeto com obra íntegra, autor criativo e usuário passivo tenham se modificado substancialmente na produção formal de moradias que ainda predomina no Brasil. Tampouco houve críticas que chegassem a abalar realmente a valoração positiva dessas concepções pela maioria dos profissionais. No imaginário da profissão, a situação ideal para o projeto de moradia continua sendo a de um arquiteto-autor que interpreta à sua maneira os desejos de seus clientes ou usuários (individuais ou anônimos) e os traduz numa obra de certa integridade formal, que não deverá ser modificada pelo uso.

Autonomia

Numa democracia real, como diz Yona Friedman, "qualquer sistema que não dá o direito de escolha a quem deve suportar as consequências de uma escolha ruim é um sistema imoral". Eis exatamente o caso da situação de projeto de moradias descrita acima. Um sistema de produção do espaço que não fosse imoral teria que dar direito de decisão às pessoas diretamente afetadas, o que, no caso das moradias, significa a autonomia de moradores e construtores.

Uma modalidade de produção em que isso acontece parcialmente são os mutirões autogestionários. Mas autogestão significa que o grupo de futuros moradores gere os recursos da construção, não necessariamente que decide sobre a configuração do espaço. Embora não possa haver autonomia sem autogestão, a recíproca não é verdadeira; tanto que, nos empreendimentos autogestionários reais, os moradores raramente têm a oportunidade de criar, eles próprios, alternativas espaciais particularizadas. Os projetos são elaborados pelas assessorias técnicas e discutidos com as comunidades até que se estabeleça um consenso em torno de um projeto-padrão. O problema é a inviabilidade quantitativa (de dinheiro e tempo) de atender a todos nos moldes tradicionais do arquiteto que decifra cuidadosamente hábitos e gostos de cada família. e depois elabora um projeto singular. Recorre-se então à repetição a partir de um consenso, perpetuando um paradoxo da produção seriada convencional: o projeto para as necessidades específicas de um usuário inespecífico. Os processos de autogestão avançaram significativamente em muitos sentidos, mas os moradores individuais continuam sem autonomia no projeto, de modo que a assessoria e a coletividade decidem sobre o espaço privado num nível que na realidade não diz respeito a essa coletividade e que não a afeta.

A mesma coisa não vale para a outra forma de produção de moradias em que há alguma autonomia de moradores e construtores nas metrópoles brasileiras hoje: a chamada produção informal. Com todos os seus problemas, ela tem a vantagem de possibilitar que cada grupo ou família configure o espaço do modo como lhe parece mais adequado. Isso acontece não apenas num momento inicial, mas em todo o período de uso, pois não há separação rígida entre as fases de definição, construção e uso do espaço. Construção e uso levam a múltiplas redefinições;

⁹ FRIEDMAN, Toward a scientific architecture, [1971] 1980, p. 13.

o uso pode começar antes do término da construção e não precisa ser interrompido em função de acréscimos ou alterações. Assim, recomposição do grupo, crescimento dos filhos, novos interesses, atividades ou relações íntimas podem ser absorvidos num espaço exíguo, que (ao contrário do que Aldo Rossi tanto preconizou para os edifícios monumentais) suporta poucas mudanças de uso sem mudanças físicas.

Por ser fruto de necessidades elementares de sobrevivência, resultantes da má distribuição de renda e de terra urbana, essa produção informal convive com muitas precariedades. Mas importa perceber, em primeiro lugar, que as precariedades não se devem à sua relativa autonomia, e sim às distorções socioeconômicas que nela se tenta remediar. A autonomia dos produtores informais é a sua vantagem, não o seu problema. Problema é a falta de acesso aos recursos financeiros, técnicos e jurídicos.

Em segundo lugar, a autonomia de decisões pode mas não precisa coincidir com a autoconstrução, definida pelo simples fato de o construtor ser também usuário. Certamente ela não é cativa da autoconstrução sedimentada na história das metrópoles brasileiras: o trabalho não pago ou sobretrabalho, que aumenta o grau exploração por reduzir o custo de reprodução da força de trabalho contemplado nos salários. Assim como é perfeitamente possível haver autoconstrução sem nenhuma autonomia (por exemplo, se o futuro habitante simplesmente executa decisões tomadas por um especialista de projeto), pode haver autonomia sem autoconstrução (se os habitantes contratarem construtores e, juntos, decidirem sobre a configuração e a execução do espaço, sem que os habitantes sejam construtores ou vice-versa).

Autonomia é, em princípio, autogoverno (auto-nomos, normas ou leis próprias; hetero-nomos, normas ou leis do outro, do heteros). Isso se refere, por um lado, ao direito de dar a si mesmo suas próprias normas e, por outro, à capacidade para fazer isso. Há uma diferença clara entre as duas coisas: a autonomia como direito de autodeterminação é algo concedido e reconhecido pelas forças externas em jogo, ao passo que, como capacidade de autodeterminação, ela pode ocorrer à revelia dessas forças. Uma comunidade, por exemplo, pode ter a capacidade de gerar as próprias normas, mas continuar submetida a normas alheias até conseguir seu reconhecimento ou sua autonomia de direito.

Inversamente, o direito de se autogovernar pode promover o desenvolvimento da autonomia como capacidade.

No caso da produção informal de moradias, há uma capacidade (pois, bem ou mal, ela dá conta de uma carência que a produção formal nunca resolveu) que não é reconhecida como direito à autonomia e muito menos é promovida como parte de uma sociedade democrática. A ausência de reconhecimento ou a ausência do direito de autodeterminação acaba dificultando muito o avanço da respectiva capacidade. Até agora, os processos autogestionários reverteram a situação parcialmente, conquistando o reconhecimento da autonomia na gestão, mas às custas da autonomia na (re)configuração contínua do espaço. Então, é necessário imaginarmos outros procedimentos, essencialmente diferentes dos convencionais, para que o conhecimento especializado de arquitetura se torne útil a uma gama ampla da população, sem desembocar na tradicional tutela. Tais procedimentos excluem as concepções de obra íntegra, autoria individual e usuário passivo. Talvez excluam até mesmo o projeto técnico na sua forma convencional, pois, por enquanto, é difícil provar que ele seja um mediador necessário e útil entre arquitetura e uso, sobretudo se reservado aos especialistas.

[2006] Produção seriada e individualização

Silke Kapp | Natália Arreguy Oliveira

O artigo sintetiza resultados da pesquisa Análise dos pressupostos de projeto na produção do espaço habitacional. Havíamos constatado que a maioria dos agentes da produção habitacional formal associa a pré-fabricação a obras de grande porte, repetição, monotonia e, portanto, impossibilidade de variações particularizadas e modificações paulatinas. Daí partimos para uma comparação sistemática entre arquitetura e outros campos da cultura material (vestuário, automóveis, alimentos e brinquedos), para elucidar como eles possibilitam ou interditam ações dos respectivos usuários. Chegamos a categorias úteis para a análise de sistemas ditos abertos e, sobretudo, para a distinção entre aqueles que favorecem alguma autonomia e aqueles que apenas aumentam a heteronomia mediante uma ilusão de liberdade de escolha.¹

A individualidade é uma questão dual para a sociedade de massa pelo menos desde o século XIX. De um lado, o ideário da burguesia oitocentista exalta a noção de indivíduo: cada ser humano é dito único, com talentos, capacidades e potenciais particulares, que se expressam em obras de arte, diários, romances e fotografias, e em ideias como a do gênio ou a do gosto pessoal. De outro lado, o capitalismo industrial engendrado por essa mesma burguesia se fundamenta na repetição do idêntico, seja esse idêntico o gesto do operário na linha de montagem, a mercadoria ali fabricada ou a operação de consumo dessa mercadoria. É interesse da produção industrial — e isso vale para o capitalismo monopolista do século XX ainda mais do que para o capitalismo liberal que o antecede — criar exércitos de pessoas genéricas, exércitos de 'não indivíduos' aos quais se impõe a disciplina da série. Nesse sentido, produção seriada e individualidade são contraditórias; tanto que a problematização da individualidade na filosofia e nas artes não surge com a experiência renascentista do indivíduo como ser criador,

¹ Primeira publicação: Produção seriada e individualização na arquitetura de moradias. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v. 13, 2006, pp. 34–44.

mas no século XVIII, juntamente com a produção seriada. E a valorização da individualidade parece aumentar historicamente na mesma proporção em que aumentam as dificuldades para a realizar de fato.²

Mas se há essa contradição entre individualidade e produção seriada, há também uma estranha e até certo ponto perversa confluência entre elas. O indivíduo ou o grupo que consome produtos seriados consegue se distinguir de outros indivíduos ou grupos pela quantidade de produtos consumidos, pela sua qualidade e — o mais importante — pela forma de combinar esses produtos seriados entre si e de se apropriar deles. Assim, a singularidade se expressa não nesse ou naquele objeto, não nessa ou naquela ação, mas em certos conjuntos de objetos e ações que pessoas ou grupos reúnem a partir do universo de ofertas. Como essa possibilidade constitui um dos principais estímulos ao consumo, a aspiração à individualidade acaba coincidindo com o interesse daquela mesma forma industrial de produção que, como dito, a contradiz.

Tomemos então por pano de fundo tais relações de tensão entre produção seriada de bens de consumo e individualização: para a valorização de um capital industrial particular, a fabricação em série de mercadorias rigorosamente idênticas tende a ser mais vantajosa; mas, para o conjunto de todos os capitais industriais, ao longo do tempo, a individualização do produto final é um expediente necessário para estimular, manter e aumentar o consumo.

Esse expediente da individualização difunde-se com maior vigor a partir da segunda metade do século XX, quando há um incremento substancial de produção de bens de consumo nos países já então providos de parques industriais consideráveis e em expansão. Na Europa ocidental e nos EUA surge uma infinidade de sistemas de objetos combináveis pelo usuário final. O brinquedo Lego é criado em 1958. A fábrica sueca Ikea lança seu primeiro catálogo, sua primeira linha de móveis modulados e sua primeira linha de self-assembly (montagem em casa) nessa mesma década.³ A indústria da moda passa a operar com o prêt-à-porter, quase inexistente até então, cuidando de oferecer peças versáteis. E enquanto Henry Ford costumava dizer que o comprador poderia escolher a cor do carro, desde que fosse preto, a indústria

Sobre as contradições da individualidade na sociedade burguesa, Adorno e Horkheimer dizem: "Cada um é tão somente aquilo mediante o que pode substituir todos os outros: ele é fungível, um mero exemplar" (ADORNO & HORKHEIMER, Dialética do esclarecimento, [1944] 1985, p. 136).

³ Cf. http://www.lego.com e www.ikea.com, acesso em 7/7/2005.

automobilística amplia para o universo dos carros populares as possibilidades de escolha de modelos, cores e acessórios, antes reservada aos carros de luxo, fabricados artesanalmente e sob encomenda.

Em todos os casos acima citados, trata-se, antes de qualquer outra coisa, de produção industrial: um modo produtivo baseado essencialmente em processos organizativos de natureza repetitiva. Trata-se, portanto, da otimização dos ciclos de reprodução do capital, com a chamada economia de escala e com rotinas de planejamento, fabricação, distribuição e comercialização. Mas, ao mesmo tempo, as séries produzidas deixam de ser 'naturais' (de objetos idênticos), para se tornarem 'analógicas' (de objetos semelhantes com variação de cor, dimensão, dosagem etc.) e compostas ou integráveis entre si. Criam-se formas de reunir produção seriada e uso potencialmente individualizado, ainda que isso não ocorra em prol do indivíduo, mas pela necessidade da indústria de estimular o consumo. Nos países do antigo bloco socialista, em que não houve tal necessidade, a produção industrial permaneceu como antes, a ponto de a uniformidade de seus objetos de consumo ter se tornado uma marca da diferença entre os dois lados da Guerra Fria.

O que interessa examinar aqui são as situações de produção seriada com produtos passíveis de individualização, a que chamamos genericamente processos flexíveis. No entanto, trata-se de enfocar o usuário, e não a indústria ou a interação entre diversos ramos industriais. Quais são as possibilidades e qual é o grau de autonomia que uma cultura material seriada de fato pode oferecer? Quais são as diferenças fundamentais entre os diversos processos flexíveis? E em que resultam ou poderiam resultar as diferentes lógicas de seriação e individualização, quando aplicadas à produção de moradias?

Tentando avançar nessas questões, examinamos alguns campos da produção seriada e construímos categorias de análise para evidenciar as peculiaridades dos vários processos flexíveis, quanto ao modo de apropriação pelo usuário final. A partir disso, registramos processos representativos de diferentes características e graus de autonomia do usuário em quatro desses campos: vestuário, automóveis, comida e brinquedos. Por fim, discutiremos possibilidades de flexibilização real na arquitetura de moradias. A exposição é precedida por um breve comentário acerca da história da produção seriada nessa arquitetura.

⁴ Cf. BRUNA, Arquitetura, industrialização e desenvolvimento, [1976] 2002, pp. 24–26.

O sentido dessa empreitada não é puramente conceitual, mas decorre da constatação de que a pré-fabricação seriada na arquitetura de moradias pode ser uma alternativa pertinente à construção convencional, amenizando o pesado trabalho de canteiro que ela envolve, reduzindo impactos ambientais e oferecendo aos moradores mais autonomia de decisão sobre o próprio espaço e facilidade de modificar esse espaço ao longo do tempo. A pré-fabricação *pode ser* uma alternativa, mas não o é necessariamente, pois pode também se dar apenas segundo as exigências da indústria, sem que usuários e trabalhadores — do canteiro ou da fábrica — se beneficiem disso.

Em relação à terminologia, cabe esclarecer que entendemos por pré-fabricação na construção a produção de componentes fora do local da obra. Já produção seriada ou seriação designa a fabricação de um mesmo produto em quantidades grandes, mas não infinitas, não importando se in loco ou não. Essas duas características convergem na pré-fabricação seriada, via de regra industrial.

Da história da seriação na moradia

A história da produção de moradias em série — que não envolve necessariamente pré-fabricação — renderia, por si só, material suficiente para muito mais do que um artigo. Se a mencionamos aqui, é somente para indicar alguns aspectos-chave no contexto da discussão pretendida.

Tal história começa com a cidade industrial e sua necessidade de abrigar a força de trabalho aí aglomerada ou resolver o chamado problema habitacional. As séries são então identificadas com a própria unidade de moradia, enquanto a maior parte dos elementos de que a unidade se compõe é produzida artesanalmente ou manufaturada in loco. ⁵ Inicialmente tratava-se de séries pequenas, como as vilas construídas pelos industriais para seus próprios operários, em alguma medida inspiradas pelos projetos dos chamados socialistas utópicos (Saint-Simon,

A forma manufatureira de produção constitui a transição entre a forma artesanal e a da grande indústria. Surge no início do capitalismo, seja pela reunião de vários ofícios num espaço único de consecução de um produto complexo, seja pela fragmentação de um ofício em muitas operações simples. Nos dois casos trata-se de aumentar a produtividade por meio da divisão do trabalho, sem abandonar a base artesanal da produção. Sérgio Ferro, em "O canteiro e o desenho" ([1976] 2006), caracterizou a construção civil como manufatura, isto é, como um ramo de produção ainda hoje organizado em bases técnicas artesanais, mas com uma divisão de trabalho que possibilita a extração sistemática de mais-valor.

Owen, Fourier). Mas a escala pretendida cresce na mesma proporção do operariado urbano, sem que se considerem diferenças substanciais entre a replicação na ordem das dezenas e a replicação na ordem dos milhares. No fim da década de 1910, por exemplo, J. van Waerden, então diretor do departamento de obras de Amsterdã, anuncia a construção de trezentas mil moradias rigorosamente idênticas para extinguir de uma só vez o déficit habitacional da Holanda. Houve protestos dos trabalhadores, que, ainda pouco resignados e mal-adaptados às formas de morar ditas modernas, viram a proposta de Waerden como um ataque à sua identidade pessoal, sua liberdade e humanidade.⁶

Não obstante esse tipo de protesto, a ideia das unidades idênticas para atender a necessidades forçosamente uniformizadas continua prevalecendo nas décadas de 1920 e 1930, agora empiricamente reforçada pelo exemplo da indústria automobilística fordista e ideologicamente reforçada pelos arquitetos do Movimento Moderno. Le Corbusier cultua a ideia em *Por uma arquitetura*, um dos livros mais influentes desse movimento. O capítulo intitulado "Casas em série" é precedido por um cartaz publicitário da Citroën, e adiante lê-se:

Cessaremos talvez enfim de construir 'sob medidas'. [...] A casa não será mais essa coisa espessa que pretende desafiar os séculos e que é o objeto opulento através do qual se manifesta a riqueza; ela será um instrumento, da mesma forma que o é o automóvel.⁷

Buckminster Fuller projeta e prototipa em diversas versões a Dymaxion House, uma casa que deveria ser fabricada e comercializada como um carro, e que o usuário, também seguindo o exemplo da indústria automobilística, substituiria por novos e mais modernos modelos depois de um período de uso relativamente curto. E Ernst Neufert concebeu uma máquina de construir casas que se deslocaria sobre trilhos e deixaria atrás de si um edifício em fita, de comprimento potencialmente infinito.

Mas, enquanto os arquitetos se ocupavam com a definição de necessidades humanas supostamente universais ou com a criação de novas técnicas de construção, deixando de discutir criticamente as relações sociais de produção que levam a tais ideais, a seriação de moradias

⁶ BOSMA et al. Housing for the millions: John Habraken and the SAR 1960–2000, 2004, pp. 22–23.

⁷ LE CORBUSIER, Por uma arquitetura, [1923] 1981, p. 166. Cf. COLOMINA, Privacy and publicity: modern architecture as mass media, [1994] 2000.

adquiriu um novo viés do qual eles tiveram pouca consciência. A produção habitacional seriada deixou de ser, para os empresários, apenas uma estratégia para abrigar a massa trabalhadora e se evidenciou em seu potencial de valorização do capital. Produzir moradias como carros implica obter ali taxas de lucro semelhantes, isto é, aumentar substancialmente o mais-valor relativo que se pode extrair da construção e que tem limites bastante estreitos nos canteiros de obras regidos pelos antigos mestres de ofício.

Eis o raciocínio que domina a construção habitacional seriada depois da Segunda Guerra Mundial. As ideias de arquitetos tão diversos quanto Corbusier, Fuller e Neufert tornam-se assustadoramente reais, se bem que em bases técnicas e circunstâncias sociais muito diferentes das imaginadas. Na França são construídos grands ensembles, com edifícios em fitas de alguns quilômetros de extensão; nos EUA, os empreendimentos atingem produtividade de quinze unidades por dia. A partir de experiências como essas e pela evidente insustentabilidade de uma produção uniforme e continuada por décadas a fio, multiplicam-se as tentativas de criar possibilidades de individualização das unidades, deslocando-se a seriação da moradia em si para os seus componentes. Em alguns casos, essas tentativas se dão até de modo crítico e voltado ao usuário, como demonstram os trabalhos de John Habraken na Holanda, Lucien Kroll na Bélgica ou Walter Segal na Inglaterra.

Ainda assim, predominam os raciocínios feitos a partir da indústria de insumos e da administração dos empreendimentos, não a partir do uso: modulação, normalização, produtividade, custo de mão de obra, investimentos públicos de longo prazo, atendimento a necessidades padrão das respectivas faixas de renda etc. A própria individualização, quando existe, é limitada de antemão por essas agendas. Elas impõem uma gama de características que não precisam estar necessariamente atreladas à fabricação seriada, muito menos à pré-fabricação de componentes, mas que o são porque se coadunam com formas instituídas de administração da indústria da construção civil e de políticas públicas de habitação. A conjunção de produção seriada e produtos efetivamente individualizados só ocorre para um público consumidor de poder aquisitivo alto. Nesse sentido, o percurso histórico da produção seriada na construção de moradias difere do de outros campos

⁸ Cf. BRUNA, Arquitetura, industrialização e desenvolvimento, [1976] 2002; DAVIS, The form of housing, 1977.

da produção industrial, pois, via de regra, os processos mais baratos continuam inflexíveis. No Brasil, o impulso decisivo em direção à seriação de moradias é dado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Mas, também nesse caso, os procedimentos se regem pelo interesse do complexo industrial da construção civil já instituído, de modo que persiste a manufatura seriada e não se desenvolvem significativamente formas de pré-fabricação para melhorar as condições de trabalho nos canteiros, nem formas de combinar séries e possibilidades de individualização. Até hoje, os exemplos de pré-fabricação na moradia são restritos e estão fundamentalmente divididos entre a concepção de unidades prontas (que raramente passam da fase de prototipagem) e a pré-fabricação pesada (um expediente interno da indústria da construção, do qual o usuário mal toma conhecimento). Não espanta, portanto, que, entre nós, a pré-fabricação ainda seja associada ora a casas unifamiliares com forma única e predefinida, ora a obras de grande porte, implicando, nos dois casos, repetição, monotonia e impossibilidade de participação dos usuários na concepção do produto.

Repertório e montagem

Expomos em seguida categorias de análise de processos que combinam entre si produção seriada e possibilidade de individualização, isto é, segundo a terminologia aqui adotada, categorias de análise de processos flexíveis. Tais categorias são aplicáveis tanto à arquitetura quanto a qualquer outro campo da cultura material e permitem estabelecer comparações acerca do grau de autonomia de escolha do usuário em cada processo. Por partirmos da perspectiva do usuário, tal categorização não se dá nos termos recorrentes ao tema, como módulos, normas e unidades típicas.

Nos processos flexíveis, a consecução de um produto para o uso depende de duas fases: a fase de produção intelectual e material do repertório ou dos componentes seriados que estarão disponíveis à conjunção; e a fase da montagem, quando ocorre a conjunção

9 Nossa análise histórico-crítica da pré-fabricação de moradias no Brasil, com base em material coletado em periódicos nacionais de engenharia e arquitetura a partir da década de 1920, comparando-o ao desenvolvimento internacional, tanto ideológico quanto prático, evidenciou que a pré-fabricação ao alcance do usuário foi um tema muito celebrado entre as décadas de 1950 e 1970, mas nunca posto em bases econômicas e operacionais concretas.

individualizada dessas peças propriamente dita. Portanto, sempre há pelo menos dois agentes: o produtor, fabricante ou fornecedor que disponibiliza o repertório; e o indivíduo ou o grupo para o qual se faz a montagem individualizada. O termo *usuário* na realidade é impreciso, porque esse indivíduo ou grupo não só usa os objetos montados, mas também os coproduz, ao participar da montagem. Melhor talvez fosse denominá-lo usuário-produtor, em contraposição ao fornecedor-produtor. Contudo, por uma questão de concisão, chamemo-los simplesmente de usuário e fornecedor.

A montagem é compartilhada por esses dois agentes em diferentes proporções, dependendo do tipo de processo (obviamente, desde que a participação do usuário na montagem não seja nula, porque então já não se trataria de um processo flexível). Contudo, a montagem pode demandar o trabalho de terceiros, para auxiliar sua concepção ou sua execução. Em alguns processos, há todo um elenco de profissionais para isso, inclusive arquitetos. Cabe observar também que os papéis de usuários e fornecedores não são totalmente estanques. Embora a produção do repertório seja de responsabilidade dos fornecedores, os usuários podem solicitar modificações desse repertório, assim como os fornecedores podem tentar tolher certos tipos de montagem e uso.

Categorias de análise do repertório

O repertório é o que o fornecedor coloca à disposição no mercado: todos os objetos de que se precisa para realizar a montagem. A elaboração desse repertório envolve uma infinidade de variáveis de produção (técnicas, operacionais, econômicas etc.) e evidentemente pode envolver uma infinidade de profissionais. Porém, o que nos interessa aqui especificamente não são essas variáveis de produção nem esses profissionais, mas o modo como o repertório incide nas possibilidades de decisão do usuário e no processo de consecução do uso.

Importa o fato de que o repertório sempre traz consigo certos princípios de conjunção dos componentes, que permitem maior ou menor quantidade e qualidade de escolhas. O número de diferentes resultados que um repertório oferece não é necessariamente proporcional ao número de diferentes componentes que o integram. Repertórios de poucos componentes e bons princípios de conjunção costumam gerar mais alternativas do que repertórios de muitos componentes e princípios de conjunção malconcebidos.

Analisamos os repertórios (componentes + seus princípios de conjunção) em relação a quatro aspectos, denominados: *imprevisibilidade*, *receptividade*, *adaptabilidade* e *reuso*. Os termos foram escolhidos pela característica que julgamos mais favorável à autonomia do usuário, de modo que o alto grau de imprevisibilidade será melhor do que pouca imprevisibilidade, o alto grau de receptividade será melhor do que pouca receptividade, e assim por diante.

A imprevisibilidade indica se um repertório é funcional para a montagem sem privilegiar (ou sem que se tenha previsto) nenhum produto final específico, ou se, pelo contrário, ele privilegia um número limitado de produtos finais determinados. Num repertório imprevisível, a ênfase do fornecedor está nos componentes e nas relações entre eles, para possibilitar infinitas montagens diferentes, não interessando testar, verificar ou controlar cada um dos possíveis resultados finais (o que, de qualquer modo, seria inviável). Quando a Lego começou a fabricar seus blocos básicos (paralelepípedos de dois, quatro e oito pinos), não se tratava de saber que objeto cada criança montaria, mas de garantir simplicidade de encaixe e desencaixe, e a compatibilidade de todas as peças entre si. Já no caso dos repertórios previsíveis, a ênfase do fornecedor está no resultado, e não nos componentes e em suas relações. A ideia do produto final costuma anteceder a elaboração do próprio repertório, que resulta da simples fragmentação daquele produto. A participação do usuário acaba se restringindo a decisões pouco relevantes, embora favoráveis a certas estratégias de venda, que lhe dão a impressão de estar interferindo significativamente no que consome. Enquadram-se nessa categoria, por exemplo, os brinquedos Lego mais recentes, que oferecem caixas com peças definidas para a montagem de objetos predeterminados, assim como muitos móveis do tipo self-assembly: o produto é fragmentado em peças, para facilitar o transporte e permitir pequenas variações na montagem (como a definição da altura das prateleiras), mas o número de resultados finais é bastante limitado. Enfim, os repertórios previsíveis fazem das escolhas do usuário adendos que não afetam o produto essencialmente, ao passo que os repertórios imprevisíveis são de fato concebidos para a autonomia de ação do usuário.

A receptividade indica se um repertório pode 'receber' componentes de outros repertórios e fornecedores, obedecendo ou não a um princípio de conjunção específico. Num repertório receptivo, o usuário pode criar demandas por novos tipos de componente, os fornecedores tendem a atender a essas demandas e o universo de possibilidades se multiplica

exponencialmente. O repertório restrito, pelo contrário, dificulta a incorporação de componentes novos, ainda que haja essa demanda. Geralmente, o grau de receptividade é tanto maior quanto mais simples forem os princípios de conjunção. Do ponto de vista do usuário, a receptividade favorece as escolhas, principalmente quando conflui com o que, do ponto de vista do fornecedor, é chamado de produção de ciclo aberto (componentes produzidos por múltiplos fabricantes), estimulando o desenvolvimento técnico e a concorrência de precos. Isso ocorre, por exemplo, no campo dos microcomputadores montados a partir de um repertório receptivo de componentes eletrônicos provenientes de muitos fornecedores. Na prática, a produção de ciclo aberto depende em boa parte dos registros de patentes e da normalização a que o repertório está submetido. As patentes tendem a reduzir a receptividade, ao passo que a normalização pode aumentá-la se for utilizada para garantir a homogeneidade dos princípios de conjunção (e não para gerar reservas de mercado).

A adaptabilidade do repertório indica se seus componentes podem ser adaptados ao e no contexto de uma montagem específica. Temos em mente, sobretudo, os processos artesanais de adaptação e personalização que o usuário realiza sem a necessidade de máquinas ou técnicas especializadas. Não se trata de uma ampliação do repertório todo, mas da compatibilidade de seus componentes com formas não seriadas de produção. Na construção, há muitos exemplos disso, tais como blocos de concreto autoclavado, que podem ser serrados, ou componentes hidráulicos de PVC, que podem ser cortados, colados, ajustados. A mesma adaptabilidade vale para a maior parte do vestuário prêt-à-porter.

O reuso indica que os componentes de um repertório comportam montagens, desmontagens e remontagens sucessivas, mantendo-se íntegros. O usuário pode, sozinho ou mediante o auxílio de terceiros, desmontar um produto obsoleto e montar outro com as mesmas peças. Dependendo de sua constituição, as peças de um repertório com reuso podem ter uma vida útil bastante longa e de muitos ciclos. Já os repertórios de componentes one-way ou descartáveis, ainda que tenham longa duração, não possibilitam isso, obrigando à aquisição de novas peças a cada ciclo de uso, além de tenderem a acelerar a geração de resíduos sólidos e o consumo de matérias-primas. Embora esse aspecto da produção seriada não seja aqui enfocado especificamente, vale mencionar que o reuso tem custo ambiental tendente a zero, à diferença da reciclagem, preferida pela indústria.

Categorias de análise da montagem

Enquanto o repertório é de responsabilidade do fornecedor, a montagem é a parte do processo flexível em que o usuário interfere diretamente. Mesmo assim, a montagem costuma fazer-se segundo premissas postas pelo fornecedor e que continuam determinando a ação do usuário.

Assim como o repertório, analisamos a montagem em relação a quatro aspectos: o fato de a concepção da montagem se dar com ou sem mediação; o fato de sua execução ser feita pelo próprio usuário ou não; o fato de haver ou não uma plataforma como ponto de partida dessa montagem; e o fato de ela ser contínua ou não.

Um aspecto crucial para a discussão da seriação no campo arquitetônico é que a montagem engloba tanto a concepção do produto individualizado, quanto a sua execução ou a ação física de união das peças. Em muitos processos flexíveis, o produto pode ser concebido e executado num único conjunto de ações: o usuário imagina, experimenta e repensa o produto quase simultaneamente (como quando se brinca com peças básicas de Lego). Os meios envolvidos nesse processo são, portanto, imaginação e raciocínio dos usuários, e o próprio meio físico de execução da montagem. Em outros casos, a concepção do produto e a execução da montagem não se dão pari passu, ou seja, a concepção precisa anteceder a execução. Isso não complica o processo substancialmente enquanto os meios envolvidos são apenas o pensamento de um indivíduo e sua ação direta sobre o repertório (digamos, por exemplo, que alguém imagina uma receita nova, vai ao mercado, adquire as 'pecas' e depois executa a receita). Mesmo se esse indivíduo empregar algum outro meio para auxiliar sua imaginação, seu raciocínio ou sua memória (fazendo, para si mesmo, uma lista de compras, por exemplo), o processo tende a continuar relativamente simples e a autonomia de decisão não se modifica por isso. Mas, em geral, quando há separação entre as fases de concepção e execução, entre trabalho predominantemente intelectual e trabalho predominantemente manual, a montagem deixa de ser uma interação simples entre usuário e repertório. Na fase de concepção surgem mediações; na fase de execução pode surgir a necessidade de trabalho alheio, isto é, realizado por outros que não o próprio usuário ou o grupo de usuários. Isso vale para todos os processos de produção formal da construção e, sob diversos aspectos, os põe em desvantagem frente aos processos informais.

Mediações, no sentido aqui empregado, são traduções das informações relacionadas ao processo flexível para outro meio que não o pensamento do usuário e a materialidade do repertório: por exemplo, textos, desenhos e códigos. Note-se que essas mediações nada têm a ver com aquelas que o fornecedor porventura utiliza para produzir o repertório, pois é evidente que qualquer produção seriada exige planejamento prévio, com design de componentes, projeto da linha de montagem, planejamento financeiro, comunicação com fornecedores de matérias-primas etc. As mediações que nos interessam são aquelas que envolvem o usuário e, portanto, os expedientes de individualização do produto final.

Nesse âmbito podem surgir mediações em diversos momentos: na forma como o usuário toma conhecimento do repertório (por meio de um catálogo, por exemplo), na forma como se concebe o produto individualizado (por meio de um desenho ou uma interface digital, por exemplo), na forma como as peças avulsas ou o produto final são encomendados ao fornecedor, na forma como a concepção da montagem é transmitida ao executor etc. Em todos esses casos, não se trata mais apenas de pensamento e ação do usuário sobre o repertório, mas há a necessidade de que informações sejam comunicadas em outro meio (medium) ou outros meios (media). Há, portanto, uma operação de abstração que pode comprometer substancialmente a autonomia de decisão; tanto mais quanto menos o usuário estiver familiarizado com a mediação em jogo. Nos processos flexíveis de produção de moradias, por exemplo, componentes seriados só se tornam produtos individualizados pela mediação de um projeto. Via de regra, a linguagem desse projeto é tão pouco familiar ao usuário que ele precisa recorrer ao auxílio de profissionais especializados para elaborá-lo e tende a tomar muitas decisões sem saber exatamente o que está decidindo; isso quando não as delega por completo ao profissional, então supostamente encarregado de 'traduzir' os pensamentos do usuário para o repertório.

A existência de mediações na fase de concepção não significa necessariamente que a fase de execução demandará trabalho alheio; o usuário pode, por exemplo, adquirir peças de um mobiliário modulado mediante um catálogo ou utilizando o website do fabricante para fazer suas escolhas, e depois executar a montagem sozinho. Mas, inversamente, a execução alheia exige necessariamente uma mediação que informe a concepção de montagem ao executor, que pode ser o próprio

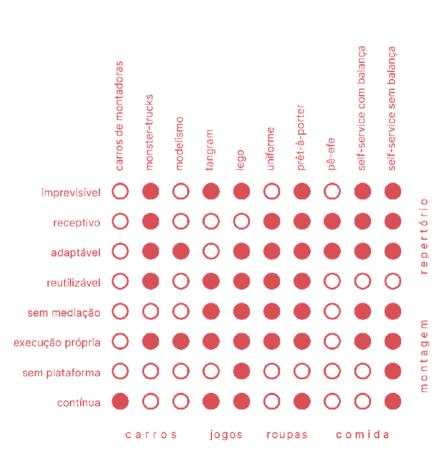
fornecedor (por exemplo, quando se encomenda um carro de série com determinados acessórios ou 'opcionais') ou um terceiro.

Quanto ao ponto de partida da montagem, distinguimos entre os processos que exigem uma plataforma inicial de montagem e os que não a exigem. Nesse último caso, a montagem se dá por 'combinação': o usuário escolhe as peças do repertório sem que exista hierarquia predeterminada entre elas; as peças podem ser associadas de qualquer forma, como numa análise combinatória. Já quando há uma plataforma inicial à qual as peças são acopladas e que é indispensável à realização do produto, estabelece-se, de saída, uma ordem hierárquica: a plataforma prevalece sobre as demais peças.

Uma plataforma pode ser física ou consistir numa convenção de montagem. A plataforma física é um suporte material para o encaixe de peças que, por sua vez, não se encaixam entre si ou não configuram nenhum produto sozinhas (como no exemplo do carro com seus opcionais, mencionado acima). Mas a plataforma pode ser também enquadramento convencional, como um sistema de campos a serem preenchidos ou coisa semelhante (digamos, um prato que permite escolher um tipo de carne, um molho e uma guarnição). De um modo ou de outro, a plataforma predetermina a montagem e, dependendo do grau de predeterminação, pode transformar a suposta flexibilidade em mera ornamentação. Por outro lado, a existência de uma plataforma física pode facilitar imensamente a montagem e, se bem concebida, integrar repertórios com alto grau de imprevisibilidade. Ou seja, é possível que a montagem a partir de uma plataforma resulte em produtos não previstos pelo fabricante. Nos processos que exigem mediações relativamente complexas, a existência de uma plataforma costuma facilitar as decisões do usuário, aumentando sua autonomia em lugar de a diminuir.

Finalmente, quanto ao término de todo o processo, distinguimos entre montagens contínuas e finitas. No primeiro caso, o produto gerado nunca é, em rigor, um produto final, pois pode ser modificado ao longo do período de uso. Já as montagens finitas se encerram definitivamente antes que o uso se inicie: o produto não pode ser modificado a posteriori. Embora as montagens contínuas sejam facilitadas por repertórios que permitem o reuso, não dependem disso necessariamente: as modificações podem ser feitas mediante a introdução de novas peças ou o descarte de peças antigas. Mas, inversamente, repertórios reutilizáveis sempre geram montagens potencialmente contínuas.

Flexibilidade de sistemas de produtos analisada por oito categorias: quatro para o repertório e quatro para a montagem. Quanto mais bolinhas cheias, mais flexíveis os produtos tendem a ser.



Processos flexíveis da cultura material contemporânea

Têm-se, portanto, oito categorias de análise de processos flexíveis: quatro relacionadas ao repertório e quatro à montagem. Essas categorias foram elaboradas a partir do exame de vários processos flexíveis, provenientes dos mais diversos âmbitos da produção seriada. Dentre eles, selecionamos para este texto um grupo de exemplos mais elucidativos. Ver-se-á que nem todos envolvem produção em escala industrial e organizada segundo princípios tayloristas e fordistas. Mas, em todos os casos, há a produção de séries cujos produtos finais podem ser individualizados de uma forma ou de outra.

As análises estão resumidas no quadro ao lado, que não pretende sugerir a pseudoquantificação de uma avaliação na realidade qualitativa, mas apenas facilitar a apreensão visual geral das características de cada processo analisado e a comparação entre eles.

Carros

Na discussão da pré-fabricação habitacional, a analogia mais frequente, desde o início do século XX, é com a indústria automobilística, como já dito. O encanto por essa comparação só arrefeceu na década de 1970 (época em que o fato de a tecnologia ter levado o homem à lua, sem que os problemas habitacionais estivessem solucionados, tornou evidente que esses problemas não são primariamente de caráter tecnológico nem resolvidos por expedientes dessa natureza.

Se analisarmos a indústria automobilística convencional em relação às possibilidades de escolha do usuário final, trata-se de um processo de flexibilidade muito restrita. As montadoras permitem algumas opções, para além de marca e modelo, e tais opções são cultuadas pelos consumidores, com websites de simulações, avaliações em revistas especializadas e valorização dos produtos. Mas o repertório no qual as escolhas se fazem é inteiramente estruturado para a previsibilidade do produto final. Acessórios são produzidos para determinado veículo e o repertório não é receptivo nem sequer para peças de outros repertórios do mesmo fornecedor (acessórios para o modelo de um ano costumam não servir ao do ano seguinte). Adaptações artesanais ou reuso de componentes são difíceis ou impossíveis.

Também a montagem — o processo de escolha do usuário — tem características pouco flexíveis. A escolha sempre se dá de modo mediado,

seja por uma simulação digital, um catálogo ou pelas indicações do vendedor. O usuário não pode testar o acréscimo de itens no objeto real. A execução da montagem depende da montadora e sempre parte de uma plataforma, que consiste no modelo básico ou standard ao qual os opcionais são acoplados. Ao escolher esse modelo, o usuário aceita passivamente toda a parte mecânica do carro, que varia muito pouco até mesmo de uma marca para outra. Aliás, é notável que todas as propostas realmente distintas tenham sido varridas do mercado, como os minicarros e os chamados carros-bolha, surgidos na década de 1950 como alternativas mais econômicas e mais adequadas ao ambiente urbano (Romi-Isetta, Messerschmitt-Tiger ou Trojan). Criou-se um padrão mecânico e dimensional básico para o automóvel particular, em que varia a potência do motor, mas não o funcionamento, tamanho ou tipo de uso. O que resta são acessórios teoricamente em grande número (cor, tipo de direção, tecido dos bancos, desenho das rodas, alarme, vidros elétricos, número de portas etc.), mas na prática fornecidos em kits, condicionando-se a aquisição de determinada peça à de outras. Ao fim da montagem, o carro não se transforma substancialmente nem se torna expressão de uma identidade ou necessidade particular. Ele ainda será, indubitavelmente, o modelo x da montadora y. O único aspecto relativamente aberto no processo de individualização ou 'customização' de um automóvel produzido em série está no fato de o usuário poder incrementá-lo com novos acessórios ao longo do período de uso.

Como um contraponto à produção automobilística convencional, vale lembrar os chamados monster trucks, instituídos nos EUA como esporte ou hobby, com competições regulares entre os adeptos. Trata-se de carros montados a partir da combinação individual de peças de vários modelos e marcas. Ao contrário do veículo comprado de fábrica, seu produto final é imprevisível, o repertório de peças é ampliado paulatinamente, tais peças sofrem adaptações artesanais e são reutilizadas em novas montagens. A montagem, por sua vez, pode exigir mediações de um projeto, mas a execução não depende da fábrica ou de terceiros. A plataforma (um chassi) é pouco limitante e a montagem continua à medida que se experimenta o uso. As limitações consistem em variáveis administráveis pelo usuário: o valor das peças, a compatibilidade entre elas e o tipo de competição de que o dono do monster truck participa. Portanto, se de fato houver alguma pertinência em comparar a pré-fabricação de moradias à produção de automóveis, talvez fosse melhor fazê-lo nos termos do monster truck do que do carro comum.

Brinquedos

A partir da década de 1960, a analogia da pré-fabricação habitacional com a indústria automobilística foi seguida de perto pela analogia com os brinquedos de montar, que partem de um conceito inteiramente diferente do anterior: em lugar da casa pronta para o uso, que apenas admite alguns opcionais de pouca relevância real, produzem-se conjuntos de componentes.

Dentre esses brinquedos, são muito populares, mas relativamente inflexíveis, os de modelismo, cujo objetivo é a montagem de reproduções miniaturizadas de objetos reais como carros, trens, edifícios ou aviões. O modelismo é similar ao jogo de quebra-cabeça, mas costuma permitir pequenas variações: a pintura da peça pode não seguir exatamente a do objeto imitado, a posição dos acessórios pode variar. Em todo caso, o conjunto de componentes decorre de um raciocínio de fragmentação do produto final, e não de uma lógica de conjunção de componentes, sendo, portanto, totalmente previsível. Assim, esse repertório também não é receptivo a novos componentes nem pode ser reutilizado em novas montagens. A sua maior abertura em relação à interação com o usuário está no fato de permitir — e até exigir, em alguns casos — adaptações artesanais. Quanto à montagem, ela quase sempre depende da mediação de um desenho explicativo, embora a execução seja feita pelo próprio usuário. Os componentes da montagem são hierarquizados, e tudo o que o usuário porventura escolhe parte de uma plataforma em cuja concepção ele não interfere, embora execute também a montagem dessa parte. Finalmente, a montagem é descontínua; uma vez terminado o modelo, é difícil alterá-lo.

Já o jogo oriental tangram, que tem por objetivo montar imagens variadas a partir de um repertório restrito de peças geométricas (sete triângulos, um quadrado e um paralelogramo), presta-se a resultados imprevisíveis e montagens contínuas, com reuso das mesmas peças. Isso, apesar de não permitir adaptações artesanais e seguir certa convenção de montagem, que consiste em não se incorporarem novas peças. Essa plataforma convencional, no entanto, é pouco restritiva, pois as peças podem ser rotacionadas, espelhadas ou mesmo suprimidas. Como não há mediação na montagem, executada pelo próprio usuário, é possível testar e repensar os resultados *pari passu* e chegar a figuras não intencionadas inicialmente. O tangram exemplifica a possibilidade de uma grande quantidade de produtos distintos com um pequeno número de componentes.

Características semelhantes às do tangram valem para o brinquedo Lego, considerando-se, sobretudo, os blocos básicos, não os conjuntos temáticos, mais próximos dos brinquedos de modelismo. Numa caixa de blocos básicos de Lego, a ênfase é dada ao princípio de conjunção dos componentes, não aos possíveis resultados. Trata-se de um repertório imprevisível e reutilizável, pois admite montagens, desmontagens e remontagens potencialmente infinitas. A montagem em si se dá sem mediações, com execução própria e sem uma plataforma inicial. Os aspectos inflexíveis do Lego estão na dificuldade de adaptações artesanais e na sua falta de receptividade a repertórios de outros fornecedores.

Roupas

As roupas se produzem em série já no século XIX, mas a indústria do vestuário conviveu por muito tempo — e em certa medida convive até hoje — com a alta-costura e com a costura artesanal e doméstica. Nesse sentido, seu desenvolvimento talvez se assemelhe ao da produção de moradias: artesanato tradicional, produção por manufatura com insumos industriais e produção individual de alta tecnologia convivem numa mesma época, embora se contradigam em muitos aspectos.

O tipo de produção seriada de roupas menos passível de individualização é, evidentemente, o uniforme. Ainda assim, trata-se de um exemplo interessante porque a escala e o tipo de tecnologia utilizado na fabricação de roupas fazem-nas altamente receptivas a outros repertórios e tornam relativamente simples as adaptações artesanais em cada contexto de uso. Tais adaptações abrangem desde ajustes do uniforme ao corpo do usuário até personalizações simbólicas; basta ver como os adolescentes fazem modificações em uniformes escolares. Tanto se pode entender o uniforme escolar como um repertório (composto de calça, camisa, casaco, camiseta etc.) ou tomá-lo, ele mesmo, como a plataforma de um repertório muito mais amplo, que inclui todos os acessórios que cada usuário introduz. Do ponto de vista material, essa plataforma é pouco limitante. Seu limite é de caráter convencional; na prática escolar, por exemplo, as normas da escola interditam alterações mais radicais.

A roupa prêt-à-porter tem as mesmas características dos uniformes, sem a hierarquia definida de componentes. Trata-se, na verdade, do processo mais flexível de todos os analisados até aqui. Qualquer coleção de roupas prêt-à-porter constitui um repertório de combinações não

previstas pelo fabricante, receptivo à introdução de novas peças quaisquer, facilmente adaptável e reutilizável em novas combinações ou *looks*. A montagem é feita sem a necessidade de mediações; o próprio usuário a concebe e executa paulatinamente; não há produto final definitivo. O que torna esse processo tão aberto à interação é a simplicidade do princípio de conjunção dos componentes, já que o corpo sempre lhes serve de suporte. Assim, todas as suas limitações estão relacionadas às características desse suporte-corpo e à sua compatibilidade com os componentes que o mercado oferece. O corpo se torna a sua plataforma ao mesmo tempo física e convencional. Em termos concretos, isso significa que o processo é fácil e flexível para corpos convencionais e difícil para corpos diferentes das proporções tomadas como norma pelos fabricantes das peças.

Refeições

Terminamos a análise com o campo das refeições preparadas em série. O produto menos flexível nesse âmbito é o chamado prato feito ou pê-efe, ou mesmo o prato pronto de um restaurante à la carte que produza em grandes quantidades. Assim como o uniforme ou o carro de série, o pê-efe oferece ao cliente apenas uma restrita gama de alternativas: algum ingrediente extra, uma pequena substituição. A configuração do prato, as quantidades e a disposição dos alimentos é uma decisão do fornecedor (no caso, o chefe de cozinha ou o dono do restaurante). A concepção de montagem passa pela mediação de um garçom, que anota o pedido com as respectivas individualizações, sem que o usu-ário tenha exata noção do que receberá. Além disso, qualquer escolha parte de uma plataforma (no caso, o pê-efe padrão) e não se costumam fazer acréscimos ao pedido durante a refeição.

Em contrapartida, o chamado self-service com balança permite ao usuário montar a própria refeição, selecionando quantidades, tipos e forma de disposição dos alimentos, sem nenhuma mediação. A maior restrição nesse caso é a descontinuidade da montagem. Servido o prato, ele é pesado e o usuário não lhe pode acrescentar componentes à medida que experimenta o resultado de suas escolhas. Todas as decisões são tomadas, por assim dizer, antes que o uso se inicie. O chamado self-service sem balança modifica substancialmente essa relação, pois permite que o usuário experimente o repertório e faça escolhas aos poucos, numa montagem contínua. Nesse sentido, o utensílio prato,

embora continue sendo um suporte físico dos componentes, já não constitui uma plataforma convencional.

Ainda que possa causar estranhamento, a comparação entre moradias e refeições evidencia dois pontos cruciais. O primeiro é que processos de fabricação fundamentalmente iguais podem dar origem a processos de distribuição e de individualização fundamentalmente diferentes. A cozinha de um restaurante de pratos predefinidos e a de um restaurante self-service pouco diferem, mas a forma como o usuário se apropria das séries produzidas, sim. E não por acaso esse último tipo é preferido.

O segundo ponto é o quanto um processo sem mediações facilita as escolhas do usuário. Imaginemos, por exemplo, as dificuldades geradas num restaurante que permitisse montar pratos individualizados, mas em que se tomasse conhecimento dos alimentos (componentes) disponíveis para a montagem por meio de uma lista e o 'projeto' do prato tivesse de ser feito gráfica ou verbalmente: 'cem gramas de feijão, duzentos gramas de arroz, dispostos no centro, entre o feijão e duas folhas de alface; no topo, uma rodela de tomate com cinco gotas de azeite; ao parece absurda e até hilária, eis exatamente o que ocorre nas decisões espaciais mediadas por projetos arquitetônicos. Quando o usuário tem a oportunidade de decidir, é obrigado a transpor para a linguagem verbal ou gráfica (com a qual provavelmente não está familiarizado) necessidades e desejos da ordem do corpo, do espaço e dos eventos e percepções sensíveis aí envolvidos. A probabilidade de o resultado real coincidir com o pretendido é pequena nessas circunstâncias, sobretudo se os instrumentos de mediação são pouco propícios a facilitar o processo. Talvez ele acabe preferindo escolher um produto pronto a submeter-se a um processo de escolhas que, na prática, se realiza quase às cegas; da mesma forma que o cliente do tal restaurante talvez acabasse preferindo um pê-efe tradicional.

Possibilidades na produção de moradias

Para uma discussão consistente dos processos flexíveis no âmbito da arquitetura de moradias é preciso distinguir com clareza entre a versatilidade dos sistemas construtivos pré-fabricados e a possibilidade de individualização pelo usuário final ou morador, pois trata-se de aspectos evidentemente não excludentes, mas muitas vezes confundidos.

Versatilidade em qualquer ponto de uma cadeia produtiva não necessariamente afeta ou beneficia o usuário final. Um sistema de pré-fabricados cimentícios, por exemplo, pode ser aplicável a inúmeros canteiros de obra diferentes, incluindo aqueles empreendimentos de centenas de unidades idênticas e predefinidas, de cuja configuração os usuários não participam. Inversamente, há formas de produção de unidades habitacionais flexibilizadas para o usuário, mas executadas com técnicas convencionais, de manufatura seriada in loco.

O que parece ocorrer no Brasil atualmente é um distanciamento cada vez maior entre essas duas possibilidades. Por um lado, há muitos empreendimentos recentes comercializados como processos flexíveis para as classes de renda mais alta. Por outro lado, há uma considerável indústria de componentes pré-fabricados para a construção, que abrange de elementos estruturais a vedações, esquadrias e todo tipo de equipamentos e instalações. Mas não há exemplos — salvo algum que nos tenha escapado — que reúnam sistematicamente os dois aspectos. Não há exemplos de pré-fabricação que constitua, ao mesmo tempo, um processo flexível para o usuário. O único indício nessa direção seriam as casas unifamiliares de componentes pré-fabricados de madeira, não fosse o fato de as empresas que efetivamente produzem seus componentes em série serem as menos abertas a opções individuais, ao passo que aquelas que prometem executar 'qualquer planta' na realidade produzem artesanalmente.

Na prática, os nossos fornecedores de componentes construtivos enfocam o mercado dos construtores, isto é, um ponto intermediário da cadeia produtiva. Os construtores, por sua vez, criam possibilidades de individualização de seus produtos seriados — casas ou apartamentos em série — não pautados em princípios de montagem, mas dependentes de fabricação artesanal e por isso restritos ao público de alto poder aquisitivo.

Um exemplo típico desse paradoxo é o atendimento oferecido por uma construtora tradicional de Belo Horizonte, batizado *Sistema option line*, "um novo estilo de construir no qual o cliente possui toda a liberdade de montar o seu apartamento sob medida, em todos os detalhes". O sistema, que consiste na possibilidade de escolha de acabamentos, acessórios e algumas variações funcionais dos espaços, teria sido criado, nas palavras da diretora de projetos e planejamento da empresa, porque:

Constatamos que todo proprietário gostaria de personalizar o seu apartamento. No entanto, eles não sabem exatamente quais decisões precisam ser tomadas, o que querem mudar e ficam muito perdidos. Ao disponibilizarmos este serviço estamos absorvendo as modificações internamente, oferecendo informações precisas, opiniões experientes, minimização de custos com retrabalho (sem visar nenhum lucro), apenas a comodidade para nosso cliente.¹¹

O texto contém algumas indicações dignas de atenção, como a pressuposição de que o usuário não é capaz de tomar as próprias decisões e a afirmação de que o produto personalizado não visa a nenhum lucro extra. Trata-se, na verdade, de um indício de que a individualização se faz por procedimentos atípicos de produção e distribuição, significando uma perda de produtividade. Essa perda é assumida pela empresa porque representa, por outro lado, alguma vantagem na disputa por um público consumidor muito restrito.

Aponta para o mesmo raciocínio de disputa de mercado (por um consumidor que quer decidir, mas supostamente não sabe fazer isso) um catálogo que a empresa confeccionou para evidenciar as opções de layout dos apartamentos de um de seus edifícios. Em dezenas de páginas, pequenas variações nas plantas dos apartamentos são apresentadas uma a uma, numa espécie de análise combinatória exaustiva: despensa em lugar do lavabo, banheira de hidromassagem em lugar do closet, despensa e hidromassagem com quarto menor e assim por diante. A leitura do catálogo se assemelha a um jogo de sete erros, mas é eficaz naquilo que pretende: sugerir ao comprador que uma das opções o atenderá individualmente.

O que comanda esse tipo de estratégia mercadológica não é o incremento da autonomia do usuário. No caso do catálogo, por exemplo, retomando-se as categorias de análise anteriores, não há realmente a concepção de um repertório, pois o usuário não toma conhecimento claro dos componentes que geram as variações, mas apenas das variações propriamente ditas. A receptividade desse repertório oculto é nula, porque, durante a construção dos apartamentos, o usuário fica rigorosamente restrito aos produtos e serviços que a construtora oferece. Quanto à adaptabilidade ou o reuso de componentes, os apartamentos não diferem de outros, desprovidos de qualquer pretensão de individualização;

tudo pode ser reformado, mas as partes não se deixam desmontar sem perderem sua integridade nem podem ser remontados em novas configurações. Quanto à montagem, ela é concebida com a mediação do catálogo, que impressiona sem facilitar as escolhas e que parte sempre de uma plataforma, constituída por estrutura portante convencional, fenestração rígida e muitas alvenarias fixas. Finalmente, a execução é alheia e deve ser concluída antes que o uso se inicie. Qualquer modificação posterior implicará obras civis. Em suma, um processo como esse nada tem de flexível.

Como se pode concluir das análises e comparações feitas, a maior parte das características dos processos flexíveis depende do modo como os fornecedores estruturam seus repertórios. Um usuário ou grupo de usuários pode muito pouco diante de componentes, princípios de conjunção e instrumentos de mediação malconcebidos. Portanto, uma produção de moradias que de fato envolva pré-fabricação seriada e individualização certamente não se deve pautar nas formas de 'personalização' que o mercado imobiliário formal oferece hoje. Aspectos que consideramos importantes para processos flexíveis no âmbito da moradia foram tocados anteriormente. Concluímos, então, com sua breve compilação.

As moradias têm menos em comum com carros de série do que com *monster trucks*, nos quais componentes de muitos fornecedores são reunidos ao longo do tempo, conforme necessidades, possibilidades e experiências de uso. Isto é, reuso de componentes e continuidade da montagem são fundamentais para o espaço habitacional.

A montagem de moradias a partir um repertório imprevisível será mais autônoma do que a montagem de tipo modelismo ou kit do-it-your-self, mesmo se tal repertório for composto de poucas peças, como um tangram ou um Lego básico. O mesmo vale em tese para a existência de plataformas de montagem. Mas a plataforma também pode ser útil para resolver as variáveis técnicas de equacionamento mais difícil. Uma plataforma física ou convencional de solução das estruturas portantes ou instalações pode favorecer a autonomia em determinadas circunstâncias, desde que o repertório como um todo mantenha a característica da imprevisibilidade.

Um princípio de conjunção simples e abrangente, com a possibilidade de adaptações artesanais, como no caso das roupas, aumenta enormemente as escolhas possíveis. Se o princípio de conjunção for acessível à população (financeira e tecnicamente), um pré-fabricado

pode consistir, ele mesmo, numa plataforma à qual outros materiais, artesanais ou não, são acoplados, tal como ocorre no caso do uniforme. Isso significa que peças-chave da construção habitacional (kit banheiro, painéis de vedação, coberturas etc.) poderiam ser pré-fabricadas num repertório relativamente restrito, desde que não exija equipamentos sofisticados para ser instalado ou conjugado a outras técnicas construtivas.

A padronização de componentes baseada na pressuposição de necessidades do usuário, como roupas confeccionadas para corpos-padrão, diminui as possibilidades do processo. Isso significa que, em lugar de predeterminar como moradores-padrão usam o espaço, a concepção de componentes para a moradia deveria basear-se em qualidades espaciais variadas a serem empregadas para quaisquer usos.

É possível modificar substancialmente o processo de escolha pelo usuário quase sem alterar o modo de fabricação de componentes, como na passagem do restaurante convencional para o restaurante self-service. Caberia, portanto, um estudo cuidadoso da fabricação de componentes já existente para examinar as possibilidades de novos arranjos na sua distribuição.

As mediações, quando indispensáveis, necessitam de instrumentos elaborados em prol da autonomia do usuário. Caso contrário, podem simplesmente anular qualquer motivação ou vantagem da flexibilização. Para a consecução de um processo flexível de produção de moradias, seria necessária uma revisão crítica radical dos instrumentos gráficos utilizados pelos arquitetos convencionalmente.

[2007] Síndrome do estojo

Silke Kapp

Partindo das *Passagens* de Walter Benjamin, o ensaio decifra um pouco da história dos princípios funcionalistas de projeto desde o século XIX. Ele foi escrito para o *IV Colóquio de Pesquisas em Habitação*, que o MOM organizou em 2007, quando integramos uma rede de pesquisa proposta pela FINEP para retomar e difundir a coordenação modular na construção civil brasileira. Almejávamos ir além dos expedientes da indústria da construção, fazendo da coordenação modular parte de uma arquitetura em que habitantes e autoprodutores tivessem maior liberdade. O ensaio foi republicado mais tarde pelas revistas *MDC* (2009) e *Noz* (2010), o que indica o quanto o tema do funcionalismo é caro a arquitetos e designers.¹

Nas Passagens, Walter Benjamin reúne, entre outras coisas, uma coleção de fragmentos e comentários sobre os espaços interiores do século XIX, em especial o interior da moradia burguesa. Ele interpreta essa moradia como o "estojo" ou o "casulo" de seus habitantes.

O século XIX, como nenhum outro, tinha uma fixação pela moradia. Entendia a moradia como o estojo do ser humano, e o acondicionava tão profundamente nela com todos os seus assessórios, que se poderia pensar no interior de um estojo de compasso, onde o instrumento repousa com todas as suas peças em profundas cavidades de veludo, geralmente de cor violeta. Não existiria um só objeto para o qual o século XIX não tenha inventado um estojo: para relógios de bolso, pantufas, porta-ovos, termômetros, baralhos — e, na falta de casulos, capas protetoras, passadeiras, cobertas e guarda-pós.²

¹ Primeira publicação: Síndrome do estojo. In: Anais do IV Colóquio de Pesquisas em Habitação: Coordenação Modular e Mutabilidade. Belo Horizonte: UFMG, 2007, on-line. Cf. Síndrome do estojo. Noz, v. 4, 2010, pp. 54–60.

² BENJAMIN, Passagens, [1927–1940] 2018, p. 374;* Das Passagen-werk, [1927–1940] 1982, p. 292.

Há algumas características notáveis nesses estojos do século XIX. A primeira é o fato de seu exterior raramente revelar o que contêm. As caixas, sejam lisas ou ornamentadas, costumam ter uma aparência que não causa estranhamento, enquanto muitas vezes guardam objetos recém-inventados ou recém-chegados à esfera do uso cotidiano e advindos de uma industrialização ainda pouco habitual. Os estojos, de certa maneira, protegem da evidência imediata dessa lógica de produção, da mesma forma que a profusão de ornamentos nos produtos massificados. Ambos criam uma capa, um emolduramento, um interstício para a imaginação. Nesse sentido, são contrários à chamada estética da máquina, que tem por premissa evidenciar o funcionamento interno, baseando-se em mecanismos ainda relativamente compreensíveis pela imagem, como a bicicleta ou o 14-bis.

Um segundo aspecto importante dos estojos com os quais Benjamin compara a moradia é seu interior perfeitamente moldado para seu conteúdo, mas, ao mesmo tempo, ainda apto a reter marcas do uso. Nesse interior, importa que as peças não se mexam, não se embaralhem, estejam intactas e disponíveis; as partes devem se encaixar sem folgas. Mas, como os estojos são forrados com materiais têxteis, o manuseio repetido de determinados pontos ou mesmo os minúsculos movimentos das peças em suas cavidades criam desgastes singulares. Então, por um lado, o estojo resulta de um raciocínio tecnocrático, que quer acondicionar perfeitamente, da mesma forma que quer ordenar o mundo. Mas, por outro lado, ele evoca a ideia de aconchego dos objetos, como se tivessem alma e ali lhes fosse dado um repouso merecido após um trabalho executado, na contramão do consumo puro e simples. As mercadorias atuais são acondicionadas em plástico ou espuma; materiais que se quebram ou se dissolvem antes de reterem marcas singulares.

Nesse sentido, pode-se dizer que o estojo como que condensa uma dialética própria do século XIX, ou as contradições mesmas da sociedade burguesa, entre imaginação e racionalização, entre um ideal de comunidade livre, igual e fraterna, e a prática de um modo de produção que pressupõe dominação, desigualdade social e uma 'razoável' indiferença para com o sofrimento alheio. O estojo é racionalizado, predeterminado, constrangedor e, ao mesmo tempo, aconchegante, seguro, confortável e até imaginativo.

Se Benjamin compara as moradias a esses estojos, é porque as pensa segundo uma dialética semelhante. Os interiores burgueses criam, pela primeira vez, um mundo privado como promessa de felicidade. Esse mundo *privado*, como o próprio nome indica e Hannah Arendt enfatizou muitas vezes, é o mundo de privação — privação de vida pública. Mas, na sociedade burguesa, ele se torna espaço privilegiado, ao menos para as classes que podem dispor de espaços próprios e não são constantemente ameaçadas de despejo. A moradia burguesa representa o que Adorno chamou de "felicidade no recanto", apontando que se trata na verdade de uma pseudossatisfação que resiste porque ignora o que está ao seu redor.

É importante perceber também o quanto a moradia-estojo é pautada na ideia de permanência, contrapondo-se às transformações então em curso em todas as esferas. Da mesma forma que o estojo, a casa amortece os choques externos para que não abalem a vida privada. Para Benjamin, o homem-estojo é alguém que usa de violência sancionada (na forma da exploração do trabalho, por exemplo) em busca de conforto e segurança, e assim resiste à violência não sancionada (na forma de movimentos revolucionários, por exemplo).

Benjamin considera que o século XX teria posto fim à existênciaestojo da burguesia do século XIX, sendo o *Jugendstil* ou *art nouveau* o primeiro passo decisivo nesse sentido.

O século XX, com sua transparência e porosidade, seu gosto pela vida em plena luz e ao ar livre, pôs um fim à maneira antiga de habitar. [...] O *Jugendstil* abalou profundamente a mentalidade do casulo. Hoje isso desapareceu, e as dimensões do habitar se reduziram: para os vivos, com os quartos de hotel; para os mortos, com os crematórios.³

Quero estruturar o argumento a seguir na ideia de que, embora Benjamin tenha razão em muitos aspectos e a moradia burguesa do século XIX certamente tenha deixado de existir, o paradigma do estojo se estendeu por todo o século XX e continua nos assombrando até hoje. Chamei-o 'síndrome', porque, na medicina e na psicologia, esse termo indica características, fenômenos e eventos que frequentemente ocorrem em conjunto, mas cuja causa não é conhecida. Se ainda assim as síndromes são estudadas, é porque sua descrição e a comparação sistemática de suas ocorrências concretas podem fazer avançar o conhecimento a seu respeito.

Portanto, trata-se aqui de tentar descrever com alguma clareza a projetação de moradias que tem o estojo por modelo explícito ou

sub-reptício. Não tenho a pretensão de lhe descobrir as causas, mas, sim, a de apontar algumas possíveis alternativas. É nesse contexto que quero discutir os temas da mutabilidade e da coordenação modular, vendo essa última menos como um expediente em favor da indústria e mais pelo viés do usuário e do pequeno produtor ou autoprodutor de moradias. Antes disso, porém, retomarei alguns pontos da trajetória histórica do paradigma da moradia-estojo.

Um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar

Voltemos então ao art nouveau. É possível que, como expressa a supracitada passagem de Walter Benjamin, ele tenha representado para os seus contemporâneos uma mudança estilística significativa. Mas, retrospectivamente, sua diferença em relação a períodos anteriores não parece tão grande, ao menos no que diz respeito à concepção dos espaços domésticos. Arquitetos como Henry van de Velde ou Otto Wagner projetaram casas que levam ao extremo o princípio ordenador: um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar. Adolf Loos os criticou repetidamente por isso, em especial numa crônica intitulada "De um pobre homem rico", cujo protagonista, um apreciador das artes, sofre na pele a ditadura da prescrição arquitetônica: ao fim e ao cabo, sente que está morto, pois não pode mais se transformar, não pode adquirir novos gostos, nem pode mais ganhar presentes ou comprar coisas — todos os lugares de sua casa já estão devidamente preenchidos e qualquer alteração destruiria a harmonia da obra do arquiteto.

O estojo art nouveau, embora visualmente menos eclético e por vezes mais arejado do que os do século XIX, é ainda mais ajustado. Ele exacerba a heteronomia do habitante, à mesma medida que a autonomia do arquiteto. A moradia como obra de arte anula a possibilidade de marcas ou modificações pelo uso. Como diz Loos, "para a menor das caixinhas havia um lugar determinado, feito especialmente com essa finalidade". Se a moradia-estojo sempre foi uma tentativa de tornar permanente determinado status quo, esse aspecto parece acirrado no início do século XX.

Contudo, nessa forma de tratar o interior da moradia ainda há a especificidade que então se atribuía às obras de arte. A lógica do espaço

⁴ Loos, Von einem armen, reichen manne, [1900] 1997.

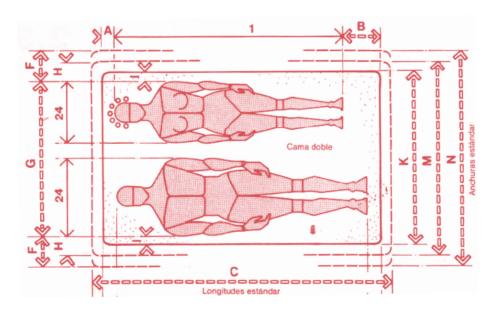
⁵ Ibidem, p. 200.

é a lógica dos objetos que o integram, mas tais objetos se destinam a expressar algo da singularidade de seus donos. Van de Velde e outros contemporâneos de Loos não projetam para a moradia de massa, mas para pessoas concretas a cujos hábitos se dedicam obstinadamente. O procedimento é problemático porque desconsidera a possibilidade de a vida e os desejos dos moradores se modificarem; o casulo cabe ao dono se e somente se esse permanecer sempre idêntico a si mesmo. Mas, ao mesmo tempo, ele tem a qualidade de ainda não ser casulo genérico para seres humanos abstratos.

Essa última situação só se instala quando os mesmos profissionais de arquitetura antes dedicados às moradias da alta burguesia passam a entender também a moradia popular como seu campo de atuação, isto é, na década de 1920. A princípio, parecem ganhar terreno ideias como transparência e fluidez dos espaços, ausência de delimitações espaciais rígidas e até superposição e mutabilidade de funções. A Casa Schröder projetada por Rietveld e pela viúva Schröder em 1924 permite integrar ou apartar os espaços com grandes elementos corrediços; os apartamentos projetados por Mies van der Rohe para a exposição de Weissenhof em 1927 permitem variadas disposições de divisórias internas; e até uma das casas projetadas por Le Corbusier para a mesma exposição tem um espaço multifuncional em lugar de sala e quartos. Nesse sentido, o Movimento Moderno tem aquele caráter destrutivo-subversivo que Benjamin vê como oposição à existência-estojo do burguês bem adaptado. Ele contém, literalmente, uma vontade de abrir espaço.

Porém, o mais tardar em 1929, no CIAM dedicado ao Existenzminimum, isto é, à moradia mínima para uma existência supostamente digna, prevalece o intuito de enquadrar a população trabalhadora num modo de vida preconcebido, em detrimento das possibilidades de abertura e flexibilização. Como já dito, o estojo é a tentativa de tornar permanente determinado status quo. Inserir também as classes mais pobres em espaços desse tipo elimina certas formas de ação e torna essas classes mais administráveis. Se, por um curto período, o habitante genérico da moradia de massa foi entendido como um sujeito com criatividade e vontade próprias, essas características são paulatinamente eliminadas de suas representações — uma tendência, aliás, que acompanha o cenário sociopolítico da época. No fim, o que sobra das primeiras ambições da arquitetura em relação à moradia de massa é um ambiente doméstico em que o sujeito deve simplesmente se recompor (descansar, alimentar-se, higienizar-se, procriar), da mesma maneira que no ambiente de





trabalho ele deve ser parte da engrenagem produtiva. Nenhum desses dois ambientes comporta o desenvolvimento criativo da própria personalidade ou qualquer espécie de ação inusitada.

As premissas para essa nova modalidade de espaços rígidos e predeterminados já estavam dadas antes, pela lenta entrada do gerenciamento científico de Taylor no ambiente doméstico, impulsionada, inclusive, por mulheres, como Catherine Esther Beecher, Lillian Gilbreth e Margarete Schütte-Lihotzky. É preciso deixar claro que as intenções dessas mulheres eram emancipatórias, ao menos de seu próprio ponto de vista, pois o estudo dos movimentos ou a disposição otimizada de objetos na moradia deveriam facilitar as tarefas cotidianas, e não oprimir ou restringir suas usuárias. Assim, também as soluções massificadas não se instalam de imediato. As cozinhas são um exemplo: enquanto a 'cozinha de Frankfurt', projetada em 1926 por Schütte-Lihotzky para o departamento de habitação da prefeitura daquela cidade, tem dimensões padronizadas segundo a estatura mediana das mulheres da época, a 'cozinha prática', projetada por Lillian Gilbreth em 1929 para a companhia de gás do Brooklyn, deveria ser ajustada às medidas específicas de cada usuária. Essa última concepção ainda lembra os ajustes singulares das ricas casas art nouveau que mencionei acima, ao passo que a cozinha de Frankfurt já faz parte do 'espírito CIAM' de soluções universais que prevalecerá nas décadas seguintes.

De um modo ou de outro, fica evidente que nem o art nouveau nem o funcionalismo modernista abandonam a ideia de projetar espaços e objetos domésticos segundo determinado roteiro, imposto aos moradores. Embora, como diz Benjamin, os objetos e edifícios de vidro não tenham a aura e a privacidade dos estojos burgueses, nada impede que se persista na lógica do acondicionamento. É possível que, nas vilas da alta burguesia do início do século XX — para a qual também Corbusier trabalhou —, haja de fato uma reversão da moradia-estojo do século anterior. Mas, quando se trata de abrigar nas metrópoles a população trabalhadora, as características do estojo retornam. Apenas os novos estojos são menos suscetíveis a rastros e marcas pessoais, servindo ainda melhor para acondicionar e condicionar seus habitantes.

A grande contradição do estojo *art nouveau* e do estojo funcionalista é o fato de tolherem o consumo. Loos já evidenciara isso: o pobre homem rico é pobre porque, apesar de ter dinheiro, não tem onde colocar novas aquisições e, portanto, não pode comprar nada. A mesma coisa vale para o espaço doméstico hiperfuncionalizado. Ambos contradizem

a formação social em que estão inseridos, porque essa formação social depende da expansão contínua do mercado consumidor. Quando o CIAM propõe o estudo da moradia mínima, em 1929, a lógica da sociedade de consumo do século XX já havia sido descoberta e experimentada por Henry Ford, que aumentara os salários e o tempo livre de seus trabalhadores para que pudessem comprar e usar (desgastar) o Ford T que ele produzia. Ou seja, as massas haviam se tornado o mercado consumidor por excelência. Então, como viabilizar, ao mesmo tempo, uma moradia funcionalizada e o consumo ininterrupto de novas mercadorias?

Entendo que esse impasse levou a duas transformações importantes na maneira de projetar a habitação de massa, mas, paradoxalmente, não alterou a premissa fundamental de encaixe e acondicionamento. A primeira delas é a passagem de uma moradia inteiramente prêt-à-porter (pronta para o uso) para uma moradia cujos equipamentos são adquiridos paulatinamente pelos moradores e substituídos com frequência. Assim, por exemplo, a cozinha de Frankfurt ainda era um equipamento entregue juntamente com a unidade habitacional, e o imenso conjunto de Levittown, nos Estados Unidos do início da década de 1950, ainda oferecia modelos com TV, geladeira, fogão e estantes embutidos. Mais tarde prevalecerão moradias com nichos ou cavidades vazias, como um álbum a ser preenchido.

A segunda transformação é a ideia de que as moradias poderiam ser substituídas quando não mais comportassem os anseios e necessidades de uma família. A casa Dymaxion de Buckminster Fuller, por exemplo, foi concebida para uma produção industrial seriada, que lançaria periodicamente novos modelos, tal qual a própria indústria automobilística. Os usuários trocariam sua casa, como trocam seu carro. O modelo de Fuller não foi bem-sucedido, por razões que não cabe analisar aqui, mas a sua lógica de substituição periódica da moradia prevaleceu largamente sobre outras opções, como a possibilidade de moradias alteráveis, adaptáveis, evolutivas ou mutáveis, que tiveram um breve momento de ascensão na década de 1920.

Tal persistência da moradia-estojo está de acordo com um padrão de produção da indústria de bens de consumo chamados duráveis, cujo apogeu se dá no segundo pós-guerra. Não interessa a essa indústria que o público deseje quaisquer coisas, mas que deseje as mercadorias que ela tem a oferecer e que, em vista da sua quantidade, são muito pouco diversificadas. Nada melhor, portanto, do que reforçar o comportamento de consumo num setor pelo outro. Não quero insinuar um

complô de estratégias bem planejadas entre, por exemplo, os produtores de moradia de massa e os produtores de eletrodomésticos (embora essa possibilidade também não esteja excluída). Mais importante é perceber que o contexto socioeconômico molda a mentalidade dos consumidores para um ciclo de compra e descarte do qual a moradia também se torna parte. Avi Friedman registra que, ao longo de sua vida útil, uma moradia norte-americana é habitada, em média, por oito diferentes famílias e que, inversamente, as famílias se mudam em média a cada dez anos. Nesse movimento, as pessoas costumam migrar de um lugar a outro e por vezes de um patamar de consumo a outro, mas dificilmente escapam de padrões predeterminados.

O argumento mais frequente em favor desses padrões, utilizado até mesmo pela indústria que os torna tão persistentes, é a suposição de que oferecem o maior conforto possível em determinada faixa de renda. Mas a própria noção de conforto, a ideia de promover a comodidade do corpo ao se sentar, dormir ou executar movimentos, só aparece no início do século XVIII e só alcança o ambiente doméstico já no século XIX. Ela faz parte da sociedade urbana de massa e, como já discuti em outras ocasiões,7 tem relação direta com a anulação do corpo necessária aos novos regimes de trabalho. O modo de produção do capitalismo industrial depende da adaptação de cada indivíduo a um ritmo coletivo minuciosamente definido. Desejos e necessidades de um corpo indisciplinado prejudicam a produtividade. A melhor maneira de domesticar esses corpos, no entanto, não é a violência direta, mas o conforto que os torna passivos e aptos à execução de tarefas sempre parciais e restritas. Tanto é que a ergonomia, disciplina dedicada ao conforto, significa literalmente 'normalização do trabalho'. Se hoje falamos em ergonomia aplicada à habitação, ergodesign e coisas semelhantes é porque se promove no ambiente doméstico uma adequação padronizada do corpo muito semelhante àquela dos ambientes de trabalho. E móveis ergonômicos parecem pertencer à mesma categoria dos sapatos ortopédicos e dos brinquedos pedagógicos: eles tolhem muitas possibilidades, mas ainda assim nos convencemos de que nos fazem bem.

Em resumo, teríamos uma história do que chamei de síndrome do estojo que se inicia no século XIX com uma burguesia abastada, altera

⁶ FRIEDMAN, The adaptable house: designing homes for change, 2002, p. x.

⁷ KAPP, Abenteuer der Körper in ungemütlichen Städten, 2002; KAPP, Anti-catarse ou a contaminação pela arquitetura, 2002.

seu padrão estilístico com o art nouveau, se massifica e se torna científica com a produção dos grandes conjuntos pelo Estado e pela iniciativa privada, e vem se prolongando também pela sociedade de consumo atual. Essa síndrome consiste num modo de concepção de moradias em que o bem-intencionado projetista prevê cuidadosa e meticulosamente cada movimento, ação, evento e objeto de um futuro usuário abstrato. O usuário é abstrato para o projetista, porque abstrair significa subtrair, e o projetista recolhe as características do usuário de estatísticas genérica e vagas representações próprias ou, no melhor dos casos, de um breve momento de contato direto. O projetista cria o cenário tido por ideal para esse usuário abstrato, observando preceitos de conforto e funcionalidade, por sua vez baseados em sistematizações genéricas, tais como as registradas no 'Neufert', a bíblia da medida exata de objetos, seres humanos e movimentos, e o livro mais vendido de arquitetura em todos os tempos.8 Sobre os usuários, essa previsão cuidadosa tem um efeito sedutor: ela promete aconchego e conforto, e evoca as imagens de vida familiar bem-ordenada que a indústria cultural se encarrega de propagar. Apenas depois de algum tempo de uso instalam-se os conflitos, porque os acontecimentos concretos sempre ultrapassam o roteiro abstrato para o qual o espaço foi projetado. Há então três possibilidades: ou os usuários se resignam e se adaptam ao espaço de que dispõem; ou tentam empreender reformas, em geral difíceis, onerosas e cheias de transtornos; ou então, quando podem, almejam uma nova substituição da moradia, mantendo aquecidos o mercado imobiliário e a indústria de incorporação e construção.

Alternativas

Paralelamente ao percurso histórico da moradia-estojo, houve diversas iniciativas de maior flexibilização. Na supracitada Levittown do início da década de 1950, por exemplo, já havia projetos com divisórias móveis para arranjos diversificados. Mas tais possibilidades se multiplicaram sobretudo na década de 1960, quando, nos países industrializados mais ricos, a produção de moradias de massa já estava avançada em termos quantitativos e seus problemas se faziam sentir concretamente. Por um lado, a abertura ou a retomada de tais alternativas está relacionada a movimentos políticos e sociais mais amplos de crítica à

⁸ Cf. SANTOS, O esquecimento de Neufert, [2005] nesta edição, v. 2, pp. 299-412.

própria sociedade de massa do século XX; por outro lado, está ligada também a tentativas de diversificação e individualização da oferta de bens, necessárias para manter altos os níveis de consumo, depois que as demandas mais fundamentais parecem estar supridas.

Cito apenas alguns exemplos. Na Holanda, um grupo de arquitetos se associou em 1964 para financiar uma pesquisa da qual N. John Habraken se tornou coordenador — o SAR (Stiching Architecten Research). 9 Seu objetivo era justamente criar estratégias para a habitação industrializada sem a uniformidade das moradias então produzidas naquele país. Resultou disso um método de produção independente de 'recheios' e 'suportes', que acabou envolvendo uma parte expressiva de toda a cadeia produtiva da construção da Holanda e tem consequências até hoje no movimento Open Building. Na Inglaterra, em 1969, Revner Banham, Paul Barker, Peter Hall e Cedric Price publicaram um artigo intitulado "Non-plan: an experiment in freedom", evidenciando que o planejamento está historicamente relacionado à ausência de democracia e que raramente tem os resultados que almeja. 10 Eles propõem um experimento de zonas de não planejamento, em que as próprias pessoas pudessem tomar suas decisões. Semelhante posição em favor da autonomia foi assumida também por John F. C. Turner, que, via UNESCO, conseguiu implementar políticas habitacionais de fortalecimentos de ocupação e construção espontâneas em vários países.¹¹ Ao mesmo tempo, a própria indústria começa a produzir sistemas flexíveis, como os móveis Ikea, os brinquedos Lego e uma enorme variedade de sistemas de casas pré-fabricadas.

Não que esses movimentos e tendências fossem todos motivados pelos mesmos interesses. Alguns pretendem rupturas com o status quo, enquanto outros são simples expedientes de aumento de vendas e ainda há os que se situam vagamente entre esses dois extremos. Mas, de qualquer forma, todos apontam para possibilidades diferentes da moradia-estojo, seja pela adaptabilidade das habitações ao longo do período de uso, pela ampliação das opções disponíveis, pela multifuncionalidade dos espaços ou pela autoprodução.

⁹ Cf. HABRAKEN, Supports: an alternative to mass housing, [1961] 1972; BOSMA et al., Housing for the millions: John Habraken and the SAR 1960–2000, 2004.

¹⁰ BANHAM et al., Non-plan: an experiment in freedom, 1969.

¹¹ TURNER, Housing by people: towards autonomy in building environments, 1976.

É nesse contexto também que a ideia da coordenação modular passa de um simples problema da indústria a uma possibilidade relevante para a qualidade do ambiente construído. O módulo de dez centímetros e as séries de 'números preferíveis' já haviam sido acordados nos países europeus em 1955, considerando prioritariamente a otimização de processos industriais. Com ou sem coordenação modular, a indústria da construção pode perfeitamente continuar produzindo milhares de unidades idênticas. Contudo, quando se põe essa discussão na perspectiva de uma maior possibilidade de escolha dos usuários finais (por exemplo, entre diferentes recheios para um mesmo suporte, como no sistema inaugurado por Habraken) ou de autonomia desses usuários (por exemplo, na facilidade de autoconstrução, reforma e bricolagem), elas adquirem novas implicações para a produção do espaço e novos significados e prioridades.

No Brasil, esses experimentos tiveram muito pouca repercussão para além de algumas menções em revistas especializadas. Os estojos se perpetuaram inabalados e, a meu ver, ainda regem a grande maioria dos projetos de moradias, sobretudo daquelas produzidas em massa e em condições formais. O perfeito acondicionamento ainda é um ideal perseguido e entendido como boa prática, assim como a passividade do habitante em relação ao seu espaço ainda é o comportamento almejado. No fundo, não nos convencemos de que a moradia-estojo seja um mal a combater. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, exige determinadas configurações espaciais para os financiamentos de imóveis habitacionais: não se admite uma moradia que não tenha pelo menos uma partição que caracterize um dormitório separado de outros espaços. De modo análogo, o Código de Obras de Belo Horizonte é inteiramente pautado na monofuncionalidade dos espaços, alguns dos quais com exigências bastante específicas.

E tudo isso chega a ter um sentido humanista, porque, bem ou mal, o estojo também carrega consigo a imagem de aconchego, conforto e segurança. Tanto é que, quando os projetos evidenciam o que se acondiciona onde, são denominados 'plantas humanizadas'. Slogans como 'projetos inteligentes: melhor aproveitamento do espaço', que indicam uma previsão ainda mais meticulosa de cada objeto e evento, são usados tanto para produtos populares quanto para os luxuosos, e não parecem incomodar nem mesmo aos arquitetos mais críticos.

Entendo que em parte essa persistência dos estojos se deva ao fato de que nossa demanda básica por moradias não está suprida, o que leva

ao entendimento errôneo de que flexibilizações na produção seriam luxos inadmissíveis. Por outra parte, o apego a espaços predeterminados também reflete um longo período de autoritarismo (aliás, bem anterior a 1964), cujos hábitos se transformam apenas muito lentamente. Assim, as práticas participativas no planejamento de empreendimentos habitacionais subsidiados têm se tornado mais comuns, mas ainda não costumam incluir concepções com escolhas individualizadas para as famílias ou que efetivamente facilitem mudanças nas moradias ao longo do tempo. De modo geral, reformas ou acréscimos feitos pelos usuários ainda são tidos por inconvenientes.

Nesse contexto, métodos como a coordenação modular também costumam ser vistos como simples otimizações de processos construtivos, tanto por aqueles que lhe são favoráveis quanto por seus críticos. Esses últimos a entendem como afastamento da 'escala humana' em prol do maquinário: as grelhas abstratas de um módulo ortogonal de dez centímetros são somente a concretização final de uma arquitetura tecnocrática. Penso que essa crítica é pertinente, mas faz perder de vista o caráter opressivo do próprio espaço-estojo supostamente humanizado; quanto melhor um espaço se adéqua a determinada orquestração de usos, mais dificulta outros usos quaisquer.

Mais frutífero seria entender a questão na sua ambiguidade. Pautar os objetos na possibilidade de conjunção livre e flexível não é apenas sair do registro da escala humana — da qual, a meu ver, já saímos há muito tempo —, mas também abre a possibilidade de essas conjunções serem feitas por qualquer pessoa e em qualquer circunstância. Uma coordenação modular que não fosse, ao mesmo tempo, voltada para a mutabilidade dos espaços de fato seria somente um modo de facilitar a vida de seus produtores diretos e indiretos, tendendo a favorecer a indústria da construção e talvez alguns autoconstrutores, mas sem fazer diferença substancial para os próprios moradores. Porém, a ideia da coordenação modular na construção pode ultrapassar essa perspectiva restrita e facilitar substancialmente a produção de moradias para além dos estojos.

Para que ocorram mudanças de perspectiva desse tipo, é essencial que haja envolvimento de outros agentes que não apenas os da própria indústria da construção. Tome-se como exemplo a chamada produção flexível, hoje tão em voga nas empresas. Ela não coincide necessariamente com nenhuma flexibilização de produtos para os usuários finais; pelo contrário, na maioria dos casos, as empresas flexibilizam sua

organização interna para responderem mais rapidamente a mudanças conjunturais, mas continuam oferecendo os produtos predefinidos. Da mesma maneira, a coordenação modular na construção não representa, em si mesma, uma possibilidade nova para a moradia. A tendência geral, no caso de ela se difundir no Brasil, é de produção dos mesmos tipos de unidades habitacionais por meios mais racionalizados. Se quisermos aproveitá-la para favorecer também uma maior abertura na produção do espaço de modo geral, terá de haver engajamento e investigação nesse sentido, especialmente por parte dos profissionais, pesquisadores e estudantes de arquitetura.

[2009] Arquiteto sempre tem conceito

Silke Kapp | Priscilla Nogueira | Ana Paula Baltazar

Por volta de 2007, começamos a discutir mais detalhadamente o descompasso entre o tipo de serviço para o qual arquitetos costumam ser treinados e o tipo de serviço que pessoas comuns, não pertencentes à elite, buscam ou poderiam buscar. Isso abrange movimentos populares e grupos sócio-espaciais vulneráveis — os 'clientes' da assessoria técnica propriamente dita —, assim como a chamada classe média baixa. As demandas dessa última foram objeto da pesquisa de mestrado de Priscilla, concluída em 2011. Aqui apresentamos um caso típico do embate entre o *modus operandi* arquitetônico e tais demandas populares, analisamos algumas de suas razões sociais e históricas, e apontamos alternativas. A mesma linha de investigações teve continuidade depois, numa disciplina de graduação ofertada regularmente e em várias outras pesquisas, tais como a de Carina Guedes, sob o título *Arquitetura na periferia*, concluída em 2014.¹

"Arquiteto sempre tem conceito... esse é o problema". Eis o comentário que ouvimos de um trabalhador da construção civil, entrevistado durante uma pesquisa sobre autoprodução de moradias.² Respondendo à pergunta sobre uma possível participação de um arquiteto no projeto de sua casa, o entrevistado resumiu nessa frase todo o seu estranhamento frente às aspirações dos arquitetos com que tivera contato. Ela indica a distância entre um público à procura de soluções espaciais ou construtivas relativamente simples e um grupo profissional habituado a fundamentar o próprio trabalho em concepções abstratas, que vão de doutrinas estilísticas a metáforas do universo literário ou filosófico. Nosso intuito aqui é tentar elucidar tal contradição em termos históricos e sociais, pois não se trata de uma simples diferença de expectativas, mas do encontro entre dois modi operandi distintos que, no caso

¹ Primeira publicação: Arquiteto sempre tem conceito — esse é o problema. In: Anais do IV Projetar: Projeto como investigação: antologia. São Paulo: Altermarket, 2009. on-line.

² Produção e uso da moradia, pesquisa financiada pelo CNPq e pela FAPEMIG.

brasileiro, caracterizam a arquitetura pelo menos desde a inauguração da Academia Imperial de Belas Artes, em 1826.

Para evitar confusões terminológicas, cabe esclarecer de antemão que entendemos por *arquitetura* o espaço transformado pelo trabalho humano, não apenas aquela pequena porção projetada por arquitetos e reconhecida pelo campo acadêmico e profissional da arquitetura como legítima expressão de seus princípios em determinado momento histórico.³ Em outras palavras, arquitetura inclui o espaço comum, cotidiano, 'ordinário', como diriam os ingleses, para além das obras que se pretendem extraordinárias ou são eleitas como tais pelos historiadores. É nesse sentido que nos referimos a dois modos de operar: um da prática teorizada e institucionalizada, cujo foco está no projeto e no discurso; e outro, bem mais amplo, da prática pautada na experiência empírica e focada na construção e no uso.

Inicialmente narramos um encontro desses dois modos (a partir de dados colhidos na já mencionada pesquisa e reunidos num caso típico), para depois analisá-los em termos mais amplos. Entendemos que encontros como esse tendem a ocorrer com frequência cada vez maior, pelo simples fato de o ensino de arquitetura ter se popularizado. Há hoje [2009] pelo menos dez vezes mais arquitetos em relação à população brasileira do que havia nos tempos áureos do modernismo. Arquitetos como Lúcio Costa ou Oscar Niemeyer saíram da elite carioca do início do século XX e operaram num campo arquitetônico muito restrito. Que eles ainda figurem como modelos para estudantes de arquitetura é não apenas um anacronismo, como também a reprodução irrefletida de uma formação social extremamente desigual. É contraditório pleitear

- 3 KAPP, Por que teoria crítica da arquitetura?, 2005.
- 4 Em 1960, a população brasileira era de aproximadamente setenta milhões de pessoas e havia sete cursos de Arquitetura no país (dois em São Paulo e os demais em Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Rio de Janeiro). Em 2005, a população era de 184 milhões e havia 166 cursos de Arquitetura. *Grosso modo*, passamos de um curso para dez milhões de pessoas a um curso para 1,1 milhão de pessoas; um crescimento de cerca de dez vezes. Chega-se a um dado muito semelhante por outra via. Em 1980, Minas Gerais, por exemplo, tinha uma população de cerca de 13,4 milhões de residentes e um único curso de Arquitetura que formava oitenta profissionais por ano; isso significava um arquiteto novo para cada grupo de 167.500 cidadãos. Hoje [2009], a população é de vinte milhões e há vinte e um cursos de Arquitetura que formam cerca de mil e duzentos profissionais por ano; o que significa um arquiteto novo para cada grupo de 16.666 cidadãos (segundo dados disponíveis nos websites do IBGE e do MEC).
- 5 MACEDO, Deixar de pensar no estilo, 2009.

por uma sociedade mais igualitária e democrática, e, ao mesmo tempo, perpetuar a ideia de uma prática profissional centrada em obras de arquitetura extraordinárias. Importa analisar essa prática criticamente vis-à-vis um universo arquitetônico que ela sempre excluiu.

Fernanda, Wilson e os arquitetos

Fernanda se casou com Wilson há dois anos. Ela é vendedora, ele é técnico em informática. Compraram um lote de duzentos e quarenta metros quadrados numa região distante do centro, mas com infraestrutura, transporte e comércio. Têm algumas economias e podem usar parte de seus salários na construção. Na vizinhança, todo mundo constrói da mesma maneira: estruturas de concreto, lajes, paredes de alvenaria, esquadrias metálicas. Apenas os acabamentos são mais variados. As casas não têm aprovação da prefeitura, que também não se dá ao trabalho de fiscalizar essa região. Elas são construídas por mestres de obras, pedreiros e outros trabalhadores mais ou menos qualificados, que ajudam a decidir o que e como fazer. Em geral, trabalham por empreitada e sem carteira assinada. Materiais de reposição frequente, como cimento, areia e brita, vêm de lojas próximas. Louças, acabamentos e outros itens especiais são comprados em lojas maiores, onde a oferta é mais diversificada e os preços são mais baixos.

O casal pretende construir pelo mesmo processo, mas quer contratar um projeto. Simplesmente não conseguiram arranjar tudo o que imaginam na casa e na área externa. Um arquiteto lhes foi indicado pela sogra de um amigo; a filha de uma prima se formou em arquitetura; um engenheiro tocou a obra de outro amigo; e ainda escolhem alguns nomes no catálogo telefônico.

Conversam primeiro com o engenheiro, que propõe repetir um projeto que já executou antes e cujo custo sabe indicar com razoável precisão. Mas a casa é "meio massuda" como diz Fernanda, e elimina a possibilidade de uma área de churrasqueira.

A aproximação aos arquitetos é mais tímida. Como o casal tem receio do preço, deixam logo claro que seu orçamento é limitado. Em dois casos, não passam do primeiro telefonema. Em outros três, chegam a explicar pessoalmente o que pretendem, pois nenhum arquiteto lhes diz pelo telefone quanto cobrará. Nas conversas iniciais ficam sabendo que um projeto inclui várias etapas e que devem contratar engenheiros para medir o lote e definir fundações, estrutura, tubulações, bem como

para supervisionar a obra. Um dos arquitetos lhes mostra um projeto completo: imagens que parecem fotografias, uma planta mais simples para a prefeitura, muitos outros desenhos complicados.

Wilson pensa que se tivessem uma planta, seria suficiente — os pedreiros que conhece dariam conta de construir com uma planta. Tenta explicar isso ao arquiteto, mas não o convence. Pergunta se poderiam contratar só a primeira etapa, até o anteprojeto. O arquiteto diz que, se quiserem construir, precisam de todos os projetos, porque, além das questões técnicas, há o problema dos direitos autorais. Wilson estranha que outra pessoa tenha direitos sobre sua casa.

De qualquer modo, pedem propostas de preço aos arquitetos, que demoram a chegar. Acabam contratando a filha da prima, recémformada, que fez o preço mais baixo e com quem se sentiram mais à vontade para conversar. Encontram-na no lote num sábado de manhã para acertar tudo. A arquiteta faz uma lista dos cômodos: dois quartos e uma suíte, banheiro, cozinha, sala etc. Os recortes de revista que Fernanda e Wilson levam não a parecem interessar. Combinam uma reunião para ela mostrar o estudo. Dois meses depois chegam ao escritório, mortos de curiosidade.

Os desenhos são bonitos como aqueles que viram antes, e Fernanda se empolga com os acabamentos. Passa pela cabeça de Wilson que vão construir um muro na frente e ninguém vai ver a casa daquele jeito. A arquiteta explica o projeto, fala de volumes, planos, elementos, vãos, ritmo, visadas, comunicação, fluidez, mas não entendem muito bem o que quer dizer. Também é difícil entender como a casa seria por dentro, apesar dos móveis nos desenhos.

Wilson nota que a parte externa está quase toda ocupada por um gramado, enquanto a churrasqueira ficou pequena. Além disso, ele quer fazer uma parede de pedras, como viu num restaurante. Fernanda pergunta se cabe uma mesa na cozinha e como se limpa a vidraça da escada. E ela se preocupa com a falta de um lugar para secar roupa do lado de fora. A arquiteta diz que uma parede de pedras não combinaria com o conceito da casa e que a roupa pode secar na área de serviço. Mas ela promete aumentar a cozinha.

Wilson ainda pergunta se eles poderiam construir apenas uma parte, porque acha que a obra vai ficar cara. A arquiteta explica que será mais barato fazer tudo de uma vez, talvez com um financiamento. Como ela é muito simpática, não insistem. Também não lhe pedem mudanças além do aumento da cozinha, porque ela teria o trabalho

de fazer todos aqueles desenhos de novo. Combinam que vão estudar o anteprojeto e telefonar para começar a próxima etapa.

Nos dias seguintes o mal-estar do casal aumenta. O projeto é bonito, mas parece de revista. Não é exatamente como imaginaram sua casa. Quando a arquiteta liga, falam de problemas familiares e que vão esperar um pouco mais para construir. Acertam o pagamento do anteprojeto e prometem entrar em contato.

Depois fazem seus próprios desenhos em papel quadriculado. Até aproveitam uma ou outra ideia da arquiteta, mas não a procuram de novo. A construção acontece como as de todos os vizinhos, com alguns percalços e várias mudanças de planos ao longo da obra. Quando se mudam, um ano depois, ficam satisfeitos com o resultado. Ainda faltam muitas coisas, que serão terminadas aos poucos. Wilson já planeja um novo cômodo sobre a laje da garagem.

Demandas populares

A história de Fernanda e Wilson narra o encontro entre os dois diferentes modos de operar referidos no preâmbulo: um tipo de demanda que aqui denominaremos *popular* se depara com uma prática profissional que aqui denominaremos *convencional*. Começamos pela análise da demanda.⁶

Demandas populares se caracterizam, em primeiro lugar, pelo fato de serem oriundas de pessoas físicas ou pequenos grupos, e não de empresas nem de instituições públicas. Na maior parte dos casos, trata-se de necessidades relacionadas à moradia, embora também possam incluir usos mistos, pequenas instalações produtivas ou comerciais e até equipamentos coletivos criados por iniciativa de seus usuários. Portanto, não são propriamente populares as demandas de projetos arquitetônicos para a produção de massa de habitações por construtoras e incorporadoras ou pelo poder público, mesmo que os empreendimentos se destinem ao chamado segmento popular. Como esses projetos são muito mais determinados pelas necessidades dos empreendedores (lucro, racionalização, cronograma, administração, poder político) do que pelas necessidades dos moradores, poderíamos classificá-los como demandas empresariais ou institucionais.

Nosso foco para isso é o contexto de uma metrópole brasileira, mas ela foi constatada de modo bastante semelhante em outros contextos, como, por exemplo, por Flora Samuel na Inglaterra (cf. SAMUEL, Suburban self-built, 2008).

Um segundo aspecto característico das demandas populares é o fato de contarem com recursos financeiros relativamente limitados. Isso determina, por um lado, o processo de execução das construções e melhorias: em geral são empreendimentos autoproduzidos e mais ou menos informais (voltaremos a esse ponto em seguida). Por outro lado, a limitação de recursos tem relação direta com as funções que a moradia cumpre. À diferença das demandas de elite, que Sérgio Ferro descreve sob a epígrafe "a mansão", não se trata do "maior acúmulo de elementos supérfluos compatíveis com o funcionamento e a sanidade mental". Desejos e sonhos existem, têm suas peculiaridades, mas não se transformam em "consumo conspícuo", como dizia Veblen no final do século XIX.

Para Veblen, o consumo ostensivo da "classe ociosa" — não trabalhadora — se funda numa situação pecuniária, mas passa "rapidamente a determinar a maneira de viver como também a educação e a atividade intelectual". Essa determinação não existe da mesma maneira nas demandas populares. Não é "imprescindível discriminar cuidadosamente entre o nobre e o ignóbil nos bens de seu consumo", não é preciso "cultivar o gosto", nem se tornar "connoisseur dos vários graus de valor dos alimentos, das bebidas e dos adornos masculinos, do vestuário adequado, da arquitetura, das armas, dos jogos, das danças e dos narcóticos".

O sociólogo Pierre Bourdieu investigou extensamente e de modo bem mais sutil do que Veblen essa relação entre a posição social dos indivíduos ou grupos, seu capital econômico e seus capitais não econômicos, tais como educação formal e formação incorporada, prestígio e títulos, redes de influência e acesso a posições de poder. Apesar de as pesquisas empíricas de Bourdieu terem sido realizadas em contextos muito diferentes do de uma cidade brasileira do século XXI, o que ele denomina "gosto de necessidade" nos parece pertinente às demandas populares discutidas aqui. Chave para compreender essa categoria é a noção de *habitus*, que Bourdieu entende como o processo de socialização incorporado pelo indivíduo na forma de sua linguagem, seus hábitos cotidianos e modos de agir, seu estilo de vida e seu gosto. Bourdieu evidencia que "a classe social não é definida somente por uma posição

FERRO, A produção da casa no Brasil, [1969] 2006, p. 67.

⁸ VEBLEN, Teoria da classe ociosa, [1899] 1983, p. 37.

⁹ Ibidem, pp. 37-38.

nas relações de produção, mas pelo habitus de classe que, 'normalmente' (ou seja, com uma forte probabilidade estatística), está associado a essa posição".¹⁰

O que uma pessoa consome ou possui, assim como aquilo que almeja, resulta não apenas das suas condições econômicas, mas igualmente do *habitus* que essas condições criam. Nas classes populares isso se expressa, segundo Bourdieu, pelo gosto de necessidade, isto é, pela adaptação de preferências e desejos a um universo de "oportunidades objetivas". O gosto de necessidade busca coisas aparentemente práticas, sem afetação, contrapostas de maneira relativamente direta à privação que essas coisas combatem. No entanto, não se trata de um simples cálculo funcional. Necessidades podem ser "do estômago ou da imaginação", como diz Marx. A lógica das oportunidades objetivas se manifesta com maior evidência quando ultrapassa o que seriam necessidades "do estômago":

E as próprias escolhas que, do ponto de vista das normas dominantes, parecem ser as mais 'irracionais', têm como princípio o gosto de necessidade [...]. Por exemplo, o gosto por enfeites de fantasia e por bugigangas berrantes que povoa 'salões' e 'entradas' com penduricalhos e bibelôs de feira inspira-se em uma intenção desconhecida dos economistas e estetas comuns, a saber: obter o máximo 'efeito' [...] pelo menor custo, fórmula que, para o gosto burguês, é a própria definição da vulgaridade.¹³

Bourdieu diz que o gosto de necessidade implica uma "renúncia a lucros simbólicos". ¹⁴ Isso não se refere à noção do simbólico que arquitetos como Charles Jencks difundiram a partir do fim dos anos 1960, aludindo a qualquer significado da arquitetura para além daquela apreensão descrita pela psicologia da gestalt. ¹⁵ O lucro simbólico que Bourdieu tem em mente é uma forma de fortalecer ou melhorar a posição social de um indivíduo ou grupo. Dito de outro modo, o gosto de necessidade

¹⁰ BOURDIEU, A distinção: crítica social do julgamento, [1979] 2007, p. 350.

¹¹ Ibidem, p. 355.

¹² MARX, O capital, livro I, [1867] 2017, p. 113.

¹³ BOURDIEU, A distinção: crítica social do julgamento, [1979] 2007, pp. 355–356.

¹⁴ Ibidem, p. 355.

¹⁵ Cf. BAIRD & JENCKS, Meaning in architecture, 1969; JENCKS et al., Signs, symbols and architecture, 1980; JENCKS, Towards a symbolic architecture, 1985.

envolveria pouca ou nenhuma aspiração a capitais não econômicos, tais como originalidade, prestígio, estilo, refinamento.

O tema é delicado porque entre nós, arquitetos, treinados para a produção de lucro simbólico, há uma tendência a universalizar essa aspiração, como se ela pudesse ser invariavelmente atribuída a qualquer pessoa. Nessa perspectiva, dizer que determinado grupo não procura lucro simbólico por meio da arquitetura parece equivaler a um tratamento preconceituoso ou excludente. É como se fosse imputada a alguns a penosa renúncia a uma característica essencial ao ser humano em geral. Porém, nem tudo o que vai além das necessidades "do estômago", como pretensões estéticas ou expressivas, implica necessariamente lucro simbólico. A distinção mediada por um campo cultural especializado só tem função no contexto social que a produz, e isso vale também para o bom gosto, a originalidade ou a vanguarda oferecidos pelos arquitetos. O acesso a produtos refinados, originais, autênticos ou avançados, além de distinguir a classe dominante das classes populares, define posições no interior da própria classe dominante, que por sua vez é segmentada em frações de maior e menor poder. Especialmente para a fração dominada da classe dominante (na qual Bourdieu inclui intelectuais, artistas e arquitetos), o lucro simbólico é decisivo porque possibilita alcançar posições melhores dentro de uma estrutura dada. Mas essa importância não é universal. Para que as classes populares se livrem da dominação, não basta lucro simbólico dentro de estruturas estabelecidas. É preciso que as próprias estruturas da totalidade social mudem substancialmente.

Em contraposição à ideia de que a população em geral buscaria como que automaticamente uma identificação com a classe dominante, Bourdieu acentua que o gosto popular também costuma conter "uma advertência contra a ambição de se distinguir pela identificação com outros grupos, ou seja, uma chamada à solidariedade de condição". ¹⁶ Isso não é mera resignação. Em alguns eventos "as propriedades negativamente avaliadas pela taxonomia dominante" são revertidas em propriedades positivas pelos próprios movimentos populares. ¹⁷ Bourdieu cita a estratégia *Black is beautiful*, mas pode-se compreender no mesmo registro o recente manifesto *Favela patrimônio da cidade.* ¹⁸ Ambos não

¹⁶ BOURDIEU, A distinção: crítica social do julgamento, [1979] 2007, p. 357.

¹⁷ Ibidem, p. 360.

¹⁸ Favela patrimônio da cidade é um manifesto de parte da população de favelas de

existiriam se não houvesse uma "taxonomia dominante" que avalia negativamente a pele negra ou a produção espontânea do espaço na favela, mas ambos são mais afins aos interesses das classes populares do que o são a ideologia do embranquecimento ou a urbanização forçada das favelas nos moldes da cidade formal.

Tudo isso não quer dizer que não haja individualidade ou que a arquitetura dos espaços populares seja uniformizada, tal como queria Le Corbusier ao pleitear "casas em série" com o argumento de que "todos os homens têm as mesmas necessidades". 19 A imensa variedade de configurações espaciais em assentamentos espontâneos, assim como as múltiplas interferências dos moradores em monótonos conjuntos habitacionais, demonstra o equívoco desse pressuposto. Um dos primeiros estudos nesse sentido foi realizado na década de 1960 por Philippe Boudon, num conjunto projetado pelo próprio Le Corbusier em Pessac.²⁰ Nosso intuito aqui é apenas evidenciar a existência de demandas por configurações espaciais e soluções técnicas que não aspiram a obras de arquitetura análogas a obras de arte nem àquele tipo de diferenciação que um arquiteto pode prover por meio de seu repertório estilístico. Mesmo a popularização da arquitetura modernista no Brasil não indica necessariamente um desejo de imitação da classe dominante. Em lugar de pressupor tal desejo, caberia investigar melhor até que ponto essa popularização se deve aos trabalhadores da construção, motivados simplesmente por facilidades operacionais (materiais e conhecimentos disponíveis).

Belo Horizonte, principalmente o movimento dos moradores da Vila das Antenas no Morro das Pedras, em resposta à tentativa de execução das intervenções estruturantes da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) a partir dos Planos Globais Específicos, que preveem diversas remoções, alargamento e criação de vias. Esses mesmos moradores já haviam proposto, em 2008, o manifesto *Programa Vila Viva ou Vila Morta?*, parodiando o programa municipal Vila Viva e criticando a falta de respeito com as práticas socioculturais cotidianas de negociação e produção do espaço nas comunidades. Tal crítica evoluiu para o manifesto *Favela patrimônio da cidade*, que reivindica preservar a favela com seus becos, sem fragmentá-la com vias para carros (que a maioria de sua população não tem). O movimento não descarta melhorias, mas se opõe à descaracterização das favelas para dar lugar ao trânsito, e à quantidade de remoções propostas. Atualmente [2009] o movimento está se organizando para difundir o patrimônio favela para os demais moradores da cidade (do asfalto) no intuito de mostrar que podem conviver sem que a favela se torne igual a um bairro formal qualquer.

- 19 LE CORBUSIER, Por uma arquitetura, [1923] 1981, p. 89.
- 20 BOUDON, Pessac de Le Corbusier, 1969.

Autoprodução

Como já dito, a limitação de recursos e o habitus correlato fazem com que a maior parte das demandas populares dê origem a empreendimentos autoproduzidos. Entendemos por autoprodução o processo em que os próprios usuários tomam as decisões sobre a construção e gerem os respectivos recursos. Essa autoprodução pode estar associada à autoconstrução ou pode ser realizada apenas pelo trabalho de terceiros. No entanto, o pequeno empreendedor que constrói para venda ou aluguel, reproduzindo com alguma sistematicidade os expedientes de maximização de lucro do capital de construção ou do capital rentista, não pertence à categoria do autoprodutor porque não é usuário dos espaços que produz.

A autoprodução advinda de demandas populares visa prioritariamente a valores de uso cotidianos, não a valor simbólico, nem a valor de troca, nem à extração sistemática de mais-valor que caracteriza a produção capitalista de imóveis. Para esclarecer esse aspecto, é importante não equiparar mercado imobiliário, produção capitalista de imóveis e especulação imobiliária.²¹ Embora os discursos neoliberais tenham nos habituado a identificar esses termos, cabe lembrar que mercado é uma instância de compra e venda, capitalismo é um modo de produção, e especulação é um expediente improdutivo de apropriação circunstancial de valor. Todo produto, seja qual for seu modo de produção, pode chegar ao mercado e pode até se tornar objeto de especulação. Mas, da mesma forma que um artesão autônomo não se transforma em capitalista pelo fato de vender mercadorias, a autoprodução não se transforma em produção capitalista ou especulação imobiliária pelo fato de seu produto comparecer no mercado imobiliário em algum momento. A categoria de uma autoprodução capitalista talvez caiba unicamente à mansão que Sérgio Ferro analisa: seu morador compra matéria-prima, técnica e força de trabalho, e os emprega em relações de produção "próximas das que estabelece na sua indústria ou em outro negócio qualquer".22 A mansão é, como se diz, um investimento. Ainda que tenha também valor de uso (sobretudo simbólico), é construída para proporcionar lucro financeiro quando vendida. Via de regra, a autoprodução popular não é ditada por essa lógica.

²¹ Cf. RIBEIRO, Dos cortiços aos condomínios fechados, 1997.

²² FERRO, A produção da casa no Brasil, [1969] 2006, p. 68.

Consequentemente, os expedientes de racionalização e aumento do chamado valor agregado (mais-valor) são estranhos à autoprodução. Em lugar de predeterminar um resultado, ela se faz pela interação direta e contínua entre moradores e trabalhadores da construção. As decisões são tomadas durante o processo e, em muitos casos, apenas com o conhecimento técnico de que a própria mão de obra dispõe e com informações obtidas em lojas de materiais de construção, revistas, websites ou com amigos que tenham alguma experiência. A mediação por documentos técnicos é secundária. Mesmo quando existe um desenho formalizado do produto final — o que é antes exceção do que regra —, ele se torna rapidamente obsoleto pelo caráter aberto do processo produtivo: os participantes imaginam soluções, começam a execução, avaliam os resultados parciais, repensam, se reorientam pelas oportunidades e dificuldades que surgem ao longo da construção. Nem mesmo os recursos financeiros são planejados e contabilizados sistematicamente, apesar de sua relativa escassez.

Do ponto de vista técnico, não seria difícil apontar falhas ou fragilidades nos processos típicos de autoprodução. Contudo, como mostra André Gorz, a competência técnica costuma servir em primeira instância à perpetuação da divisão hierárquica do trabalho e das relações de produção capitalistas, e apenas em segunda instância ao aumento da produtividade do trabalho. A subordinação ao comando, a predefinição dos resultados, a normalização dos gestos, o registro minucioso dos recursos, mais do que eficazes para um único canteiro, são imprescindíveis para garantir que suas condições se repitam em todos os canteiros futuros. Como a autoprodução não tem esse pressuposto, não precisa suprimir a inventividade dos trabalhadores nem cuidar para que respeitem hierarquias, sigam ordens e se mantenham ignorantes quanto à totalidade do processo. Gorz relata o funcionamento de fábricas nas quais, em razão da mobilização operária maciça, as coerções do trabalho foram suprimidas e os trabalhadores puderam organizá-lo a seu modo, o que resultou em "saltos espetaculares de produtividade, em geral da ordem de 20% ao ano durante vários anos consecutivos".23

O cartão de ponto ao entrar e sair da fábrica foi abolido; a cantina é a mesma para operários e dirigentes; os controladores, supervisores, guardas ou outros 'suboficiais da produção' foram abolidos; o número e a duração dos intervalos foram deixados a critério dos trabalhadores. As tarefas anteriormente parceladas foram recompostas de modo que cada indivíduo e cada grupo tenha a responsabilidade de um produto complexo [...]. Os técnicos e engenheiros não têm mais o poder de comando: estão lá para colocar seus conhecimentos técnico-científicos à disposição dos operários e ajudá-los assim a resolver problemas técnicos [...].²⁴

Em alguma medida, as condições dessas fábricas autogeridas remetem aos canteiros da autoprodução. Sua aparentemente misteriosa viabilidade advém do fato de dispensarem as deseconomias implicadas no controle centralizado da produção, incluindo os projetos técnicos como instrumentos desse controle. No entanto, a autoprodução na construção, ao contrário das fábricas autogeridas, não costuma ter nenhuma forma alternativa (não controladora) de acesso sistemático ao conhecimento técnico-científico.

Campo arquitetônico

Que a prática convencional de projeto não se combina facilmente com a autoprodução é evidente: arquitetos são treinados para projetar obras com alto nível de formalização técnica, que pressupõem soluções inteiramente definidas e uma estrutura especializada de execução, com projetos complementares, orçamentos, cronogramas e um canteiro organizado hierarquicamente e comandado por pessoas que conhecem os códigos do desenho técnico. Esse aparato produtivo é um de seus pressupostos, sejam os arquitetos responsáveis por boa parte dele (como na França ou na Alemanha), sejam responsáveis apenas pela chamada forma (como no Brasil).

Todavia, o hiato entre as demandas populares e a forma de atuação dos arquitetos é mais fundamental do que seus sintomas no momento da execução, tais como 'desobediências' ao projeto, imprecisões na execução ou pranchas de detalhes ignoradas. Os modelos de atuação profissional para os quais arquitetos são formados se definem no "campo da arquitetura", analisado por Garry Stevens a partir dos conceitos de Bourdieu. Um campo é "um conjunto de instituições sociais, indivíduos e discursos que se suportam mutuamente" na disputa por privilégios

em relação a outros campos.²⁵ Stevens considera que a incumbência que dá origem ao campo arquitetônico é a perpetuação e ampliação de capital simbólico para a representação do poder. "O campo arquitetônico é responsável pela produção daquelas partes do meio ambiente construído que as classes dominantes usam para justificar seu domínio da ordem social. Edifícios do poder, edifícios do Estado, edifícios de reverência, edifícios para respeitar e impressionar".²⁶

Em outras palavras, a noção de arquitetura a que nos referimos no início (o espaço transformado pelo trabalho humano) não coincide com o entendimento tradicional no campo arquitetônico. Pelo contrário, o campo se contrapõe à produção genérica do espaço construído. Seu relativo sucesso ao longo do tempo, isto é, a permanência das instituições acadêmicas e profissionais que o compõem, se deve ao fato de ter conseguido exclusividade na concepção daqueles espaços extraordinários que supostamente expressam os valores culturais de uma sociedade (e que de fato expressam os valores da classe dominante). A prática arquitetônica se consolidou no contexto dos grandes projetos para clientes abastados, tais como a Igreja, o Estado e a alta burguesia. Ainda hoje é raro que se façam edificações representativas sem a contratação de um arquiteto, ao passo que, para as demais edificações, isso ocorre com frequência.

Assim, as demandas populares sempre estiveram à margem dos interesses do campo arquitetônico e da imagem do arquiteto que nele se produz e se reproduz. Seu ideal é uma participação privilegiada no "mercado de bens simbólicos". Muitos autores nem sequer denominam 'arquitetura' as construções que resultam de demandas populares, sobretudo quando autoproduzidas. Reyner Banham menciona ter ouvido de Ernesto Rogers que "não existe essa coisa de má arquitetura, apenas boa arquitetura e não arquitetura". 28

Arquitetura com conceito

O aumento significativo de cursos universitários no Brasil e a diversificação do seu público implicou que muitos dos ingressantes nas

²⁵ STEVENS, O círculo privilegiado, [1998] 2003, p. 90.

²⁶ Ibidem, p. 104.

²⁷ Cf. BOURDIEU, O mercado de bens simbólicos, [1970] 2005.

²⁸ BANHAM, A black box: the secret profession of architecture, [1990] 1999, p. 296.

graduações de arquitetura e urbanismo já não provenham de contextos sociais em que a apreciação refinada da arquitetura extraordinária seja parte do *habitus*. A expectativa desses estudantes em relação à arquitetura tende a estar mais próxima da expectativa de um casal como Fernanda e Wilson.

Contudo, o novato aprende logo, em geral já na primeira disciplina de projeto arquitetônico, que não basta pensar espaços, resolver questões construtivas ou tomar cuidados com um contexto natural e urbano. É preciso que cada projeto tenha um 'conceito', isto é, uma ideia central que pode estar ou não relacionada à situação concreta, mas que de qualquer modo fará girar em torno de si todas as demais decisões, dando unidade, coerência e integridade ao desenho e ao discurso. Em outras palavras, o novato é introduzido aos valores sobre os quais o campo arquitetônico procura manter seu monopólio: a arquitetura para além da construção e da vida cotidiana, que gera lucro simbólico para os próprios arquitetos e para a parte privilegiada de seus clientes.

Esses valores e a respectiva prática são exemplarmente demonstrados por arquitetos como Peter Eisenman, Daniel Libeskind ou Frank Gehry.²⁹ Nos três casos, o conceito nada mais é que uma ficção que direciona o projeto. Essa ficção se transpõe em metáforas e representações, desembocando naquele quebra-cabeça que constitui uma das armadilhas mais comuns do processo convencional de projeto.³⁰ Uma situação real, com suas inúmeras e contraditórias variáveis, é transformada pelo arquiteto num problema bem delimitado e de solução aparentemente precisa, ou seja, num quebra-cabeça. O conceito é o condicionante absoluto que possibilita fixar (arbitrariamente) a maior parte das variáveis em questão.

Um caso bastante conhecido é o projeto do Bio-Centrum em Frankfurt, de Eisenman, cujo conceito ou ficção inicial é a cadeia de DNA, metaforicamente transposta para a forma do edifício, embora não seja fruída na experiência do espaço. Libeskind, por sua vez, trabalha mais com representações complexas ou narrativas do que com metáforas e analogias. Seu projeto do museu judaico em Berlim é a representação do caminho percorrido pelo povo judeu, combinado a uma malha que une endereços de intelectuais alemães, judeus e não

²⁹ EISENMAN, Diagram diaries, 1999; cf. BALMOND, New structure and the informal, 1997.

³⁰ LAWSON, How designers think: the design process demystified, [1990] 2006, pp. 221–222.

iudeus, residentes na cidade antes do holocausto, gerando por fim o zigue-zague que determina a forma do edifício. Na proposta para o anexo do museu Victoria & Albert em Londres, Libeskind parte da elaboração conceitual de uma espiral caótica, a espiral da história, que gira em torno de um centro móvel. E dentre as representações usadas no projeto das Freedom Towers em Nova York está a coincidência entre a altura do edifício (1.776 pés) e o ano da independência dos Estados Unidos. Já Frank Gehry toma por conceito a própria formalidade, sem mediações metafóricas ou narrativas. Emblemático nesse sentido é o processo de concepção da forma do museu Samsung, que parte de um empilhamento aparentemente aleatório de paralelepípedos, passa por uma ornamentação desse conjunto com tiras de papel contínuas para então chegar à forma final do volume externo. Essa forma é digitalizada e sua estrutura é definida no CATIA, programa extremamente sofisticado para a época, usado pelos técnicos da equipe de Gehry para viabilizar a construção.

Em todos esses exemplos, o conceito não só determina a origem formal do projeto, como prescreve uma espécie de montagem de quebra-cabeça. Mesmo que o objeto final não seja totalmente prefigurado — como seria um quebra-cabeça —, o conceito e seu desenvolvimento fictício são tão determinantes para o processo de projeto que outras considerações, tais como as qualidades do espaço, o processo construtivo ou o contexto natural e urbano, se tornam secundárias. O conceito permite negligenciar dificuldades e contradições, e ainda fornece uma explicação para a negligência que pode ser reproduzida com relativa facilidade na mídia, na política e nos salões.

Alguns autores criticaram as práticas de arquitetura para as quais Eisenman, Libeskind ou Gehry são exemplares. Adolf Loos, já no início do século XX e referindo-se aos protagonistas do Jugendstil vienense, tentou combater a distância entre discursos ou desenhos de arquitetos e o saber-fazer dos trabalhadores da construção e da autoprodução. Não que Loos quisesse conservar formas de produção tradicionais, pelo contrário. Mas, para ele, o domínio da produção arquitetônica pela cultura literária ou pela habilidade com o lápis não tinha sentido senão o de desqualificar trabalhadores e autoprodutores e de mistificar um processo heterônomo de concepção dos espaços. Aliás, Loos dizia que justamente os espaços, as ambiências, as articulações entre corpos humanos, eventos e construções se perdiam na prática dos arquitetos do seu tempo. Quando vociferava contra o ornamento (isto

é, o ornamento inventado no papel e desvinculado de sua execução) e defendia o processo chamado de *Raumplan* (projeto espacial), sua tentativa era de combater essa perda. Loos não apenas resistiu por muito tempo à publicação de fotografias das construções que executou, por crer que suas características não seriam perceptíveis em imagens bidimensionais, como também produzia poucos desenhos e tomava grande parte das decisões ao longo do processo no canteiro.

Um autor mais recente a questionar a mistificação dos procedimentos de projeto arquitetônico é Reyner Banham. O último texto que escreveu, intitulado "A black box: the secret profession of architecture" (Uma caixa preta: a profissão secreta da arquitetura), é uma crítica ferrenha ao modo architectorum e ao seu prestígio na cultura ocidental em detrimento de inúmeras outras maneiras de conceber e realizar edificações. Para Banham, esse prestígio é injustificado, porque, na realidade, os projetos dos arquitetos não têm nenhuma qualidade excepcional, a não ser a que permite identificá-los como 'Arquitetura' (sempre extraordinária) e diferenciá-los do resto do mundo, isto é, da suposta não arquitetura. Banham entende que arquitetos de fato apenas cultivam uma modalidade específica de desenho de construções criada no Renascimento italiano. Suas operações seguem padrões rígidos, embora raramente explicitados, que (bons) estudantes de arquitetura aprendem nos rituais do ateliê de projetos. Cada projeto deve demonstrar inovação e originalidade, e o 'conceito' é a maneira de realizar esse pressuposto. Mas, para que ele seja reconhecido no campo arquitetônico, é imprescindível que obedeça a certas convenções. Assim como Loos, Banham critica o ensimesmamento desse processo: perpetua-se certa arte do desenho, não certa arte da construção e muito menos a arte da construção tout court.

Mencionamos antes que um campo é um conjunto de pessoas e instituições que se apoiam mutuamente no embate com outros campos. Mas seus membros não são apenas solidários. Também disputam entre si posições de maior privilégio, que acabam por dar acesso a projetos de alguma proeminência, reforçando, por sua vez, o reconhecimento. Para muitos profissionais, o modelo ainda é a figura do célebre arquiteto-artista, seja ele perseguido com entusiasmo ou apenas respeitado sem questionamentos.

Nesse mercado de bens simbólicos, a importância que um arquiteto atribui ao 'conceito' e a outros valores de distinção do seu trabalho tende a ser mais determinada pelas suas próprias aspirações no campo

arquitetônico do que pelas aspirações de seus clientes. Para demandas de "edifícios do poder, edifícios do Estado, edifícios de reverência, edifícios para respeitar e impressionar" as aspirações de arquitetos e clientes podem até coincidir: "o arquiteto lucra mais projetando edifícios de bom gosto para pessoas de bom gosto e, ao mesmo tempo, demonstra seu próprio refinamento pela seleção de um cliente refinado, assim como, por seu lado, o cliente já demonstra seu refinamento ao selecionar um arquiteto refinado".31

Isso vale ainda para demandas institucionais em princípio destinadas às classes populares. Quando uma prefeitura contrata com arquitetos refinados projetos de monumentos para a suposta valorização cultural de áreas de favelas, opera exatamente na mesma lógica, pois o lucro simbólico se destina aos próprios políticos em questão, não à população em geral.

Contudo, esse jogo dos refinamentos não tem nenhum valor para outros tipos de demanda, incluindo as demandas populares em discussão aqui. O conceito, aquela ficção metafórica, narrativa, teórica ou apenas formal que arquitetos inserem no processo de concepção de um espaço, aparece apenas como elemento estranho, isto é, como inútil complicação que interdita possibilidades de interferência no projeto e ainda pretende impedir transformações das construções ao longo do tempo. "Arquiteto sempre tem conceito... esse é o problema".

Arquitetura sem conceito

Pode-se argumentar que o trabalho de projeto fundado em conceitos, sejam metafóricos, narrativos, formais ou de qualquer outra espécie, é uma resistência à banalização da arquitetura e à sua submissão direta a ditames econômicos. A produção de massa não costuma operar com conceitos no sentido aqui discutido, mas com fatores como legislação urbana, regras dos agentes financiadores, racionalização da execução, estratégias de marketing. Trata-se de uma produção meramente instrumental do espaço, que emprega conceitos arquitetônicos, quando muito, como perfumaria nos produtos destinado ao público de altíssima renda. Em empresas como a MRV Engenharia, o arquiteto assume a função de mero "despachante": seu trabalho se limita a ajustar sempre os mesmos desenhos, seguindo as mesmas cartilhas, para fornecer

31

os mesmos documentos.³² Diante desse cenário, a possibilidade de elaborar projetos a partir de conceitos adquire um valor de liberdade ou humanidade. A aparente autonomia da arquitetura é vista como distanciamento ou até como crítica do raciocínio instrumentalizado para a lucratividade do capital. O próprio arquiteto assume o papel do humanista contra os tecnocratas.

A pergunta é se uma arquitetura sem conceitos equivale necessariamente a esse tipo de heteronomia. Entendemos que há diferenças importantes entre a prática do "arquiteto-despachante" e uma prática mais adequada a demandas populares. Quando se trata simplesmente de agenciar elementos para a produção capitalista de massa, o arquiteto raramente tem contato com os usuários de seus projetos, não lida com singularidades mas com repetições, tem pouca possibilidade de trabalhar a qualidade dos espaços ou sua interferência no ambiente urbano, e, finalmente, seu vínculo ao canteiro se restringe a obediência a parâmetros executivos indiscutíveis. Nada disso se aplica automaticamente ao atendimento de demandas populares e à assessoria à autoprodução. Entendemos, pelo contrário, que tanto o público quanto os próprios arquitetos poderiam se beneficiar da difusão de práticas mais adequadas a demandas populares. Mas entendemos também que elas implicam uma transformação nos processos de projeto que vai além de pequenos ajustes procedimentais.

Em primeiro lugar, seria preciso abandonar a ideia de soluções fechadas que definem e impõem situações futuras, isto é, abandonar o pressuposto de que projetos 'bem resolvidos' estimulam a imaginação dos seus usuários, instigam seu pensamento, otimizam suas tarefas ou tornam mais aprazível seu cotidiano. Pelo contrário, o processo seria dominado por todos os participantes e aberto a intervenções a qualquer momento.

Em segundo lugar, caberia desatrelar ficções e formalismos projetuais de qualidades e articulações espaciais, como se essas últimas não pudessem ser originadas senão por meio de conceitos trazidos de fora. Para o público em questão, conceitos tendem a não ser mais do que constrangimentos desnecessários. Ele não está interessado em mistérios, mas, pelo contrário, em compreender as razões pelas quais determinadas soluções são propostas e discuti-las. Quando essas decisões

fazem sentido para todos os envolvidos, são preservadas, mesmo que em novas versões.

Em terceiro lugar, uma prática de atendimento a demandas populares não pode ser igualada ao ato de projetar ou desenhar, como se todas as outras atividades (desde falar ao telefone até visitar terrenos) não fizessem parte do trabalho. O desenho seria usado quando útil, porém de forma suficientemente clara para que sua compreensão não se restrinja a iniciados.

Finalmente, essa prática precisaria ser capaz de lidar com uma organização não capitalista do canteiro, dispensando hierarquias e boa parte dos aparatos técnicos auxiliares. Talvez assim até o entrevistado cuja resposta deu origem ao título deste texto fique à vontade para contratar um arquiteto.

[2012] Além da representação

Ana Paula Baltazar

O artigo foi escrito para a revista V!rus, respondendo à chamada temática "re: pre: sentar". Ele distingue entre representação na arquitetura (arquitetura que representa significados) e representação da arquitetura (concepção do projeto separado do trabalho de construção e uso), e aponta a consolidação da representação como paradigma informacional na era moderna. A promessa de superação do paradigma perspectívico com o paradigma informacional é discutida a partir dos limites de três tendências do uso de computadores na arquitetura, apostando na possibilidade de que a arquitetura como interface supere o paradigma perspectívico, mudando o foco da representação para a interatividade.¹

No processo de produção da arquitetura convencional, podemos dizer que re: pre: sentar reitera algo concebido antes (projeto), remete a algo que estaria por vir (espaço construído) e estabelece um estado de permanência (a arquitetura pronta, acabada). Contudo, tal processo deve ser questionado, uma vez que podemos imaginar uma arquitetura que não se fixe em estado permanente e cuja produção não seja pautada pela reiteração do espaço concebido com sua separação clara da construção e do uso. A ênfase no espaço vivido escapa à representação. As novas mídias, principalmente a computação física (analógico-digital), apontam para a possibilidade de superação da representação no processo de produção da arquitetura. Contudo, tal superação não é tarefa fácil. O histórico da relação entre representação e arquitetura não pode

1 Primeira publicação: Além da representação: possibilidades das novas mídias na arquitetura. V!RUS, v. 8, 2012, on-line.

Os termos da chamada de contribuições para o volume 8 da revista V!rus eram: "A palavra vem do latim repraesentare e contém dois prefixos. O primeiro é re-, que significa 'para trás', sugerindo a reiteração de algo, e o segundo é prae-, que significa adiante, antes de, e remete a algo que ainda estaria por vir. Os dois prefixos encontram-se ligados ao verbo sedere, cujo significado de assentar, sentar, designa o que se estabelece, o que se define. Desse ponto de vista, re: pre: sentar envolve, ao mesmo tempo, um gesto relacionado à pré-existência, ao que já havia ou que já foi (re-), associa-o a um olhar sobre o que ainda não é, ao que pode vir a ser (pre-), e transforma o ato de definição, de estabelecimento, de permanência (sentar)".

ser simplesmente desprezado, mas entendido para que seja possível superar suas limitações e vislumbrar a possibilidade de apropriação das novas mídias além da reprodução do processo convencional de projeto baseado na representação perspectívica. A partir do entendimento da representação na e da arquitetura, é possível questionar o que vem sendo tomado como mudança de paradigma na era informacional e apontar uma possibilidade real de mudança de paradigma no processo de produção da arquitetura. Trilhando esse caminho crítico da representação e das novas mídias, a interatividade passa a ser valorizada por meio da possibilidade de se pensar arquitetura como interface, um processo que tem continuidade durante o uso, e não mais arquitetura como representação, espaço concebido, pronto, acabado.

Sobre a representação na e da arquitetura

Para Roland Barthes, a palavra representação teria dois significados: "a representação designa uma cópia, uma ilusão, uma figura analógica, um produto semelhante; mas, no sentido etimológico, a re-presentação é a volta daquilo que se apresentou". Representação pode ser lida, assim, em seu sentido misto, como o que *presenta* o objeto novamente por meio de seu produto-semelhança, não apenas *presentando o* próprio objeto de novo, mas *presentando-o* através de outro meio. Assim, tem-se a representação *na* arquitetura e a representação *da* arquitetura.

No caso da representação na arquitetura, é a arquitetura que deve representar. Numa analogia com a linguagem, a arquitetura seria o discurso, o habitar que depende da representação. Para Alberto Pérez-Gómez e Louise Pelletier, "uma arquitetura simbólica é aquela que representa, aquela que pode ser reconhecida como parte de nossos sonhos coletivos, como um lugar de pleno habitar. [...] Assim, a criação enquanto representação deve ser o objetivo fim do trabalho arquitetônico se é que a nossa profissão tem algum significado social".3

Na visão desses autores, os elementos da arquitetura devem expressar o simbolismo que representam. A arquitetura é carregada de significação por representar uma intenção, um caráter, além das referências socioculturais. A arquitetura é, então, o meio pelo qual diversas relações

² BARTHES, Réquichot e seu corpo, [1973] 1990, p. 206.

³ PÉREZ-GÓMEZ & PELLETIER, Architectural representation beyond perspectivism, 1992, p. 34, nota 40.

são representadas simbolicamente. "A arquitetura tradicional constrói a representação".4

Na passagem do Medievo para o Renascimento, com o advento da imprensa de Gutenberg, foi pela primeira vez questionado o papel da arquitetura como meio para representar significado. Victor Hugo escreveu que o livro mataria o edifício. Contudo, o questionamento provou-se vão, pois o livro não só não matou o edifício, como o edifício vem reinventando, ao longo da idade moderna, diferentes formas de representar significado. No pós-modernismo, por exemplo, Robert Venturi chegou ao limite de exaltar edifícios comerciais que representavam literalmente os produtos que vendiam, como o quiosque de cachorro-quente que reproduz até mesmo a mostarda em sua aparência, construído originalmente em 1945, no Beverly Boulevard, em Hollywood, a partir do projeto do arquiteto Milton Black, de 1938.

Contudo, prevalece na discussão sobre representação e arquitetura a representação da arquitetura, ou seja, a maneira como o objeto arquitetônico é reduzido em sua dimensão perceptiva e dado à leitura. Os desenhos da arquitetura serão considerados sua representação, como também o serão a fotografia, o vídeo, os modelos, enfim, tudo que guarde uma relação de aparência com o objeto, mas que não faça ver o objeto como fenômeno, senão representação do fenômeno.⁶

Numa analogia da arquitetura com a linguagem, a representação da arquitetura é sua escrita, e sua língua, seu código, funda-se no paradigma perspectívico, como apontado por José dos Santos Cabral Filho:

A perspectiva não influenciou apenas a arquitetura e as disciplinas artísticas, mas também deu origem ao pensamento científico moderno. A técnica perspectívica foi um instrumento conceitual para abordar o mundo. O aparato perspectívico estrutura o mundo e torna-o um ambiente passivo, de uma descrição precisa, uma representação verdadeira e, portanto, aberta à análise científica. A perspectiva torna-se um paradigma para a certeza, racionalidade e conhecimento objetivo.⁷

⁴ PEIXOTO, O olhar do estrangeiro, [1988] 1993, p. 362.

⁵ Hugo, O corcunda de Notre Dame, [1831] 2015, p. 226.

⁶ HEIDEGGER, Ser e tempo, [1927] 2005, pp. 58–62 (O conceito de fenômeno).

⁷ CABRAL FILHO, Formal games and interactive design, 1996, p. 26.

Podemos encarar a perspectiva como o paradigma da representação desde o Renascimento, quando do começo de sua utilização. A perspectiva surge historicamente no Renascimento, embora diversos autores defendam que Vitruvius já apresentava os princípios da perspectiva em seu tratado sobre arquitetura. Mas é no Renascimento que começa a ser discutida a questão da representação da arquitetura e nele são levantadas questões relacionadas "às dificuldades envolvidas na concepção da arquitetura em termos de um conjunto de projeções bidimensionais". A alteração do processo de produção da arquitetura tem início com a possibilidade de representação e a criação da profissão do arquiteto para isso. Assim, a prática arquitetônica começa a sofrer modificação a partir do estabelecimento do paradigma perspectívico no Renascimento.

A arquitetura medieval não lidava com desenhos da forma como fazemos hoje, e os construtores não concebiam o edifício como um todo, era um processo coletivo in loco que geralmente durava mais que uma geração, ou seja, quem começava a obra não estava mais vivo quando de seu término. Antes do Renascimento, a arquitetura desconhecia a escala gráfica, que só ganhou importância quando da possibilidade de representação, devido à necessidade de precisão na redução, para a projetação da arquitetura.

Ainda que o Renascimento seja o grande marco histórico da alteração do modo de produção da arquitetura, caracteriza-se como transição entre as soluções arquitetônicas pré-renascentistas e a arquitetura a partir do modernismo. A arquitetura renascentista em si não expressa grande parte das vantagens da representação arquitetônica sobre o modo de produção in loco. A perspectiva era ainda entendida como a ciência ótica, como transmissão de raios de luz.

A pirâmide de visão, noção na qual se baseava a ideia renascentista da imagem como uma janela no mundo, foi herdada da noção euclidiana do cone de visão. [...] Era impossível para o arquiteto renascentista conceber que a verdade do mundo pudesse ser reduzida à sua representação visual, uma seção bidimensional da pirâmide de visão. 10

⁸ PÉREZ-GÓMEZ & PELLETIER, Architectural representation and the perspective hinge, 1997, pp. 45–46. Pérez-Gómez e Pelletier apontam a polêmica em torno das traduções de Vitruvius, mostrando que ele não se referia à perspectiva em seu tratado.

⁹ PÉREZ-GÓMEZ & PELLETIER, Architectural representation beyond perspectivism, 1992, p. 28.

¹⁰ Ibidem, pp. 23-24.

Na verdade, a representação perspectívica da arquitetura encontrou maior divulgação nas pinturas do século XV, que procuravam representar o ambiente com maior precisão. Embora os pintores fizessem uso da perspectiva, ainda não havia nenhuma sistematização geométrica. Leon Battista Alberti introduziu em seu tratado *De pictura* a perspectiva como fundamento para o desenho artístico. O método perspectívico começou, então, a ser delimitado, reduzindo-se a visão binocular a um ponto de vista apenas, que, por analogia, seria o vértice do cone de visão.

Apenas no século XVI é que os tratados sobre perspectiva começaram a sistematizar o método empírico. Vignola fundou o método do ponto de distância, introduzindo como que na linha do horizonte um segundo observador com a mesma distância do ponto central, permitindo a representação da profundidade; Dürer fez uso de equipamentos perspectívicos que permitiam um método rigoroso para representar os objetos; Desargues estabeleceu o ponto no infinito como encontro de duas retas paralelas, ao contrário de seus antepassados, que acreditavam que o vértice do cone de visão era o ponto de convergência de duas retas paralelas, tornando possível a sistematização do método perspectívico como um sistema geométrico análogo ao de retas concorrentes, fundando, em sua teoria, as bases da geometria descritiva elaborada no fim do século XVIII por Gaspar Monge.¹¹ Assim, a representação perspectívica foi sendo sistematizada, e lentamente foi se estabelecendo a possibilidade da utilização da geometria, da bidimensionalidade e das projeções ortogonais na concepção da arquitetura.

Por muito tempo, podemos dizer até o modernismo, a representação arquitetônica não foi levada ao limite, não foi amplamente utilizada em seu potencial.

Os desenhos renascentistas não são simplesmente o mesmo que os desenhos modernos em sua relação com o lugar construído. Planos e elevações não eram ainda sistematicamente coordenados dentro dos padrões da geometria descritiva. Tais desenhos não eram instrumentais, e mantinham muito mais autonomia com relação ao edifício do que os que resultam da prática contemporânea.¹²

¹¹ PÉREZ-GÓMEZ & PELLETIER, Architectural representation and the perspective hinge, 1997, pp. 32–34, 69, 71.

¹² PÉREZ-GÓMEZ & PELLETIER, Architectural representation beyond perspectivism, 1992, p. 26.

O Movimento Moderno, pregando racionalização e objetividade, levou ao limite a utilização da representação arquitetônica, racionalizando os espaços, resolvendo em projeto as possibilidades de otimização da arquitetura, muitas vezes negligenciando conhecimentos construtivos. Como apontaram Pérez-Gómez e Pelletier, a separação entre projeto e construção é consagrada no século XVIII, tendo como referência o arquiteto Jean-Laurent Legeay (1710–1786), que "preconizava a virtuosidade de uma ideia sobre seu potencial construtivo". A tradição iniciada nessa época foi a da predominância da imagem global do edifício para sua visualização, permitida com a perspectiva, "implicitamente sugerindo que o conhecimento de construção não seria responsabilidade do arquiteto". O modernismo, de certa forma, coroou o modo de produção da arquitetura via representação e deu continuidade a esse processo de separação entre projeto e construção que já se encontrava incorporado na prática arquitetônica.

A grande contribuição do estabelecimento do paradigma perspectívico para a arquitetura foi a instituição da representação, alterando completamente o processo de produção. A representação possibilitou a previsão na arquitetura, por permitir a redução do objeto arquitetônico à bidimensionalidade do meio onde é trabalhado. Assim como a perspectiva, outras formas de representar o objeto foram surgindo baseadas no mesmo princípio de um ponto de vista, no mesmo paradigma (como a fotografia, que foi inventada em 1839, e, posteriormente, o vídeo). "Quando um artista emprega a perspectiva geométrica, ele não desenha o que vê: ele representa sua imagem retiniana". Essa não é a imagem interpretada pelo cérebro. A retina seria o meio bidimensional no qual a imagem vista é representada; e o cérebro interpreta as duas imagens das retinas, fundindo-as numa nova dimensão. A representação perspectívica faz com que se perca a dimensão da profundidade, que é presente na imagem do mundo, conforme a percebemos.

Pérez-Gómez argumentou que a profundidade era a primeira dimensão antes do domínio do paradigma perspectívico. ¹⁶ Posteriormente, as outras duas dimensões — comprimento e largura — fizeram com que a

¹³ PÉREZ-GÓMEZ & PELLETIER, Architectural representation and the perspective hinge, 1997, p. 220.

¹⁴ Ibidem, p. 221.

¹⁵ GREGORY, Olho e cérebro: psicologia da visão, [1966] 1979, p. 172.

¹⁶ PÉREZ-GÓMEZ, The space of architecture: meaning as presence and representation, 1994.

profundidade se tornasse meramente uma dentre as três dimensões. A redução da importância da profundidade afetou a relação espaço-tempo por causar a perda do valor da imagem — a imagem que vemos, como percebemos o mundo. Tanto a fotografia quanto o vídeo, considerados representação perspectívica, ¹⁷ assim como a própria perspectiva, não são suficientes para a experiência da arquitetura, pois abandonam a profundidade, apenas representando-a, e com isso contribui para que se perca a relação espaço-tempo.

Quando nos colocamos diante de uma representação perspectívica, não somos nós que vemos o mundo, mas os olhos de um outro. A imagem que nos chega é a imagem de um dos olhos desse outro. Já não temos mais referência do momento como possibilidade de apreensão espacial e temporal, nem mesmo somos capazes de dizer da duração, como espaço e tempo vividos. O que temos é uma imagem, absoluta, que se encerra numa janela fora de seu contexto espaço-temporal. Tal janela não mais se abre para o mundo, apenas representa um instante do mundo para o qual se abriu. Uma gravura de Dürer, um pintor estudando as leis da perspectiva por meio de fios e uma moldura, 18 revela a simplificação que a perspectiva impõe ao objeto. Todas as linhas de profundidade do objeto são reduzidas a um esquema de pontos planificado numa janela, numa moldura.

A perspectiva tem sido encarada como a "possibilidade de representar precisamente um ambiente tridimensional em um plano bidimensional". Observando a gravura de Dürer, pode-se levantar dúvida acerca dessa dita precisão. A gravura ilustra as diversas concessões perceptivas que são feitas para ajustar a cena à sua representação. O observador é reduzido a um olho, além de sua posição ser fixa e o objeto ser estático. A precisão perspectívica é a precisão da ciência, da matemática, que transforma a realidade em modelos para que possa ser analisada. Assim, podemos considerar uma possível precisão da perspectiva e da

¹⁷ GREGORY (Olho e cérebro: a psicologia da visão, [1966] 1979) argumentou que a câmera reproduz o objeto como uma perspectiva geométrica, porém nós não vemos o mundo como a imagem perspectívica, o que faz com que a fotografia ou o desenho perspectívico pareçam errados. Para algumas culturas que não têm conhecimento da perspectiva, como os Zulus, uma perspectiva é entendida como uma composição bidimensional.

¹⁸ Cf. Albrecht Dürer, Underweysung der Messung, mit dem Zirckel und Richtscheyt, in Linien, Ebenen unnd gantzen corporen (Instrução na medição, com o compasso e o esquadro, em linhas, planos e corpos inteiros), 1525.

¹⁹ CABRAL FILHO, Formal games and interactive design, 1996, p. 26.

geometria descritiva cientificamente, já que permite uma avaliação do objeto representado, e as limitações do método são conhecidas pelos cientistas. Contudo, da mesma maneira que os modelos matemáticos não são entendidos por quem não conhece o método envolvido, a representação perspectívica ou geométrica também não é entendida por quem não conhece o método perspectívico. Assim, a precisão da perspectiva só é válida à luz da capacidade de imaginar a hipotética profundidade, que se encontra desenhada em comprimentos e distâncias.

O processo de representação resume-se à redução do objeto tridimensional a um meio bidimensional para tornar possível sua re-presentação. No caso da representação da arquitetura, não se trata apenas de tornar a presentar um objeto tridimensional num meio bidimensional. A defasagem entre a arquitetura e sua representação bidimensional não é apenas de uma dimensão. Não podemos considerar a arquitetura um objeto tridimensional, temos a certeza de pelo menos mais duas dimensões — tempo e comportamento — e, portanto, a representação perspectívica está três dimensões aquém da arquitetura.

A primeira dimensão que se perde na representação perspectívica é a profundidade. A maneira como percebemos o mundo, estereoscopicamente, é reduzida à bidimensionalidade do comprimento e da largura. A segunda dimensão perdida é a do tempo. Assim como a escrita, a perspectiva é uma busca de inscrição do discurso, permanecendo como um fragmento de um instante do evento (acontecimento) inscrito fora do tempo. A representação é uma imagem absoluta que pode ser lida em qualquer tempo e não traz a temporalidade do objeto. Demanda um tempo para ser lida, embora não guarde nenhuma relação temporal com o discurso. A terceira dimensão que se perde é a comportamental, que permite a interação. A perspectiva, por ser inscrição, já não é mais um evento, e a significação da arquitetura não se revela no ato de habitar (fruir), mas está restrita à possibilidade de interpretação do fragmento — imagem absoluta — que foi inscrito. Não há interação, o espaço e o tempo não são vividos.

Visando superar a defasagem entre o fenômeno e a representação do fenômeno, devemos entender a limitação do paradigma perspectívico e vislumbrar a possibilidade de novas alternativas.

Embora mesmo a maioria dos arquitetos mais bem informados reconheça as limitações dos instrumentos de projeção, tais como plantas, seções e elevações, e do planejamento prospectivo com relação ao significado cor-

rente de sua obra construída, nenhuma alternativa é seriamente considerada fora do domínio do perspectivismo moderno, que tem influenciado profundamente nosso conhecimento e nossa percepção.²⁰

Atualmente, em plena cultura informacional, a perspectiva ainda é o paradigma para a arquitetura e sua representação. Para que se altere o paradigma, não basta recuperar as dimensões perdidas ou empreender qualquer outro tipo de estratégia reformista no processo de projeto. Além dos problemas apontados acima, o paradigma perspectívico é fundamentalmente perverso por promover o modo de produção capitalista do espaço, que implica a reprodução das relações sociais de produção, a separação entre trabalho intelectual e manual, a consequente separação entre projeto, construção e uso, e a transformação do espaço em mercadoria com ênfase no valor de troca em detrimento do valor de uso. É preciso que se altere o modo de produção, pois, como afirmado por Sérgio Ferro, o processo de projeto baseado na representação via desenhos existe e nos chega pronto, porque na lógica capitalista o canteiro de obras deve ser heterônomo. O desenho arquitetônico acaba sendo a forma obrigatória para a extração de mais-valor, sendo assim um instrumento de dominação que visa à produção de mercadorias.²¹ O uso de computadores na arquitetura ainda não escapou do paradigma perspectívico. Em vez de promoverem o valor de uso com ênfase no espaço vivido, os computadores contribuem para reforçar a produção de mercadorias com ênfase no espaço concebido.

Novas mídias na arquitetura e a falsa mudança de paradigma

Faz-se necessário entender como a informática entra na arquitetura, pela porta dos fundos, para então entender o motivo de seu atrelamento quase inquestionado ao paradigma perspectívico. Segundo Robert Bruegmann, nos anos 1950 alguns escritórios de arquitetura nos Estados Unidos já usavam computadores para fazer planilhas e auxiliar nos cálculos estruturais.²² Contudo, só a partir de meados dos anos 1960 surgiu uma interface gráfica interativa permitindo o desenho.

²⁰ PÉREZ-GÓMEZ & PELLETIER, Architectural representation beyond perspectivism, 1992, p. 21.

²¹ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p. 108.

²² BRUEGMANN, The pencil and the electronic sketchboard, 1989, p. 139.

No início dos anos 1970, o computador parecia promissor, mas a limitação de software e a perspectiva de geração de produtos extremamente racionais acabaram dando origem a uma crítica ferrenha à racionalização, proposta pelo próprio modernismo e que poderia ser levada ao extremo com o uso do computador. Só no fim dos anos 1980, já com CAD (projeto auxiliado pelo computador), é que a arquitetura finalmente deu as boas-vindas ao computador, que se consolidou nos anos 1990 como ferramenta indispensável no processo de projeto convencional. Ainda nos anos 1990, com a informatização quase global dos escritórios e escolas de Arquitetura, principalmente na Europa e na América do Norte, começaram a surgir várias discussões acerca da instauração de um novo paradigma no campo. Tal paradigma seria o informacional e, embora seja realmente uma promessa, ainda não se tornou realidade. Mesmo com o building information modelling (BIM) e as possibilidades de parametrização do projeto no século XXI, o paradigma representacional continua prevalecendo. O processo de produção da arquitetura ainda é fortemente baseado no espaço concebido, com as tecnologias da informação ainda a serviço da representação, e não voltadas para o espaço vivido, para a continuidade do projeto e da construção durante o uso. É interessante notar que o título do artigo de Bruegmann — "The pencil and the electronic sketchboard" —, escrito no fim dos anos 1980. já apontava para a reprodução do mesmo processo de projeto representacionista usando o meio eletrônico.

Podemos identificar três tendências da informática no campo da arquitetura: o uso dos tradicionais programas de CAD (predominantemente AUTOCAD para representação e REVIT para parametrização dos elementos representados e compatibilização das representações dos projetos ditos complementares); a investigação e o uso de inteligência artificial para geração de desenhos bi- e tridimensionais (shape grammar e genetic algorithms), e a parametrização para a fabricação digital; e uma terceira, que pode ser chamada de cibernética, proativa, responsiva ou arquitetura interativa, na qual a informática é parte do espaço, e não apenas ferramenta de projeto (facilitada pela computação física).

Na maioria dos casos, prevalece o que Pérez-Gómez e Pelletier chamaram de paradigma perspectívico e não há de fato uma mudança nem do processo de projeto convencional, nem dos produtos. Ainda que os produtos sejam formalmente (ou volumetricamente) distintos das arquiteturas de outros tempos, a finalidade do processo de projeto continua sendo, predominantemente, a produção de outros produtos

acabados, ou, como disse Lebbeus Woods, "um meio de controlar o comportamento humano e de manter esse controle no futuro".²³

Esse processo de projeto convencional adotado pelos arquitetos e ensinado nas escolas é, como já dito, fundado no paradigma perspectívico estabelecido no Renascimento e pressupõe a separação entre sujeito e espaço (considerado um objeto a ser representado visualmente). Segundo Pérez-Gómez, a representação que se instaurou no Renascimento foi bastante distinta da que era usada nos canteiros medievais.²⁴ Ainda que no Medievo os desenhos também fossem usados, jamais tinham a pretensão de representar a totalidade do edifício, apenas serviam para comunicar informações relevantes do processo construtivo entre seus diversos participantes e para a elaboração de soluções construtivas.

A diferença fundamental dos dois processos de produção do espaço pode ser resumida pela distinção entre um processo medieval, baseado no que Henri Lefebvre chamou de espaço vivido,25 e o renascentista, baseado no que o autor chamou de espaço concebido (ou representação do espaço). Tal distinção leva ao questionamento do processo de produção instaurado no Renascimento. Segundo Sérgio Ferro, Brunelleschi mudou radicalmente as relações de produção no canteiro de obras, instaurando uma prática hierarquizada, sistematizando a separação entre trabalho intelectual (projeto via desenhos codificados) e manual (construção via trabalho alienado), e explorando o trabalho para extração de mais-valor.²⁶ Alberti teorizou tal prática em seu tratado. Obviamente, desde o Renascimento até os dias de hoje, os processos de projeto e construção não se mantiveram inalterados, como mostrado por Pérez-Gómez e Pelletier. Contudo, os fundamentos se mantêm preservados: processo de projeto baseado na representação e separação entre projeto, construção e uso.

Tal paradigma perspectívico é também a base das três tendências da informática na arquitetura apontadas acima. Os programas de CAD reproduzem em sua lógica estrutural o processo de construção perspectívica renascentista. Ainda que o façam de forma muito mais rápida e permitam a manipulação em tempo real (como pode ser facilmente feito no SKETCHUP, por exemplo), não há nenhuma mudança na lógica de

²³ WOODS, The question of space, 1996, p. 279.

²⁴ PÉREZ-GÓMEZ, Architecture and the crisis of modern science, 1983.

²⁵ LEFEBVRE, La production de l'espace, 1974.

²⁶ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, pp. 194–195.

representação. Os programas acabam sendo mais de auxílio à representação (CAR, computer aided representation) do que de auxílio ao projeto (CAD, computer aided design). O projeto, em termos genéricos, continua o mesmo, obedecendo a lógica renascentista de um processo fragmentado que tem como objetivo um produto acabado que será integralmente construído à imagem e semelhança da representação, para então ser usado.

Ainda que aplicativos como o REVIT permitam a parametrização e apontem possibilidades além da reprodução da lógica convencional de projeto, seu uso ainda se restringe a auxiliar a representação convencional. Ampliam-se as possibilidades de compatibilização de projetos complementares, por exemplo, mas não se altera em nada a separação renascentista entre projeto, construção e uso. No caso da parametrização para fabricação digital, há certamente um avanço na direção de estreitar a relação entre projeto e construção, principalmente no que diz respeito às propriedades dos materiais e possibilidades formais. Contudo, o foco na representação formal acaba mantendo a separação entre projeto, construção e uso, ainda que de maneira distinta dos processos convencionais. Na maioria das vezes, tira-se partido da parametrização para precisar o potencial do material numa forma predeterminada, mas a sua construção acaba sendo um processo industrializado talvez ainda mais alienado que o da construção convencional. Quem trabalha na construção (ou montagem) tem ainda menos possibilidade de intervir criativamente no processo do que em uma obra convencional. Ainda que haja um grande potencial para a produção de estruturas móveis, flexíveis e adaptáveis usando parametrização, isso é muito pouco explorado, e o uso continua apartado do processo de projeto e construção. A lógica da estruturação perspectívica prevalece.

Os aplicativos que usam inteligência artificial (shape grammar e genetic algorithms, dentre outros) ainda que não trabalhem literalmente com a estruturação perspectívica, pois usam regras forasteiras para a geração de forma, acabam também levando a produtos que reproduzem a mesma lógica do processo convencional, já que seu principal desenvolvimento tem sido exatamente reproduzir o processo de composição formal dos arquitetos e fazê-lo mais rápido e fornecendo uma gama maior de opções para tomada de decisão, tanto para arquitetos quanto para clientes. A separação entre projeto, construção e uso também prevalece indiscutivelmente nesses processos.

A arquitetura interativa começa a propor algumas alterações, ainda que modestas, no processo convencional. A principal delas é o uso da informática — ou novas mídias, como a computação física — não mais para representar o projeto, mas como parte integrante do espaço. Isso aponta para uma possível mudança no processo de projeto, que não é mais voltado para um produto final prescritivo e acabado, mas para um processo aberto que depende da interação do usuário para se completar temporariamente. A esse processo aberto chamo 'interface', e defendo que o ensino de arquitetura e urbanismo seja voltado para a produção de interfaces, e não de espaços acabados. Vale ressaltar que nem toda a produção atual de arquiteturas interativas segue a lógica da produção de interfaces. Muitas vezes espaços convencionais são produzidos (com processos convencionais) e sobrepõem-se a eles aparatos interativos para manipulação de imagens ou sons, ou mesmo sensores e atuadores, que prescrevem as ações dos usuários.

Interfaces para além do paradigma representacional

Ainda que a produção de interfaces possa soar como uma abordagem em substituição ao processo convencional, há que se ter cuidado com tal simplificação. Por serem duas lógicas distintas, não são análogas. Enquanto o processo de projeto convencional é baseado em delimitação e solução de problemas, a abordagem da arquitetura como interface tem como objetivo a problematização de situações, deixando-as abertas para que os usuários deem continuidade. Não há uma clara separação entre projeto, construção e uso, mas a proposição de um repertório interativo, que pode tanto ser uma combinação de peças físicas, interfaces digitais ou híbridas, ou um conjunto de regras. O processo de produção das interfaces obviamente usa desenhos, mas há um deslocamento da representação de seu papel central, paradigmático, e uma ênfase na interatividade. Todavia, representação e interatividade não pertencem à mesma categoria, sendo, portanto, impossível imaginar a substituição de uma pela outra.

Álvaro Siza Vieira resumiu o papel dos arquitetos como o de representar os interesses de seus clientes usando para isso outra representação, que é a arquitetura.²⁷ Nesse caso a representação da arquitetura estaria a serviço da representação na arquitetura, explicitando a tradição de projeto contemporânea. Retomando a discussão inicial, pode-se vislumbrar interfaces como possibilidade de superação dos dois processos

de representação. Do ponto de vista da representação na arquitetura, tal superação significa o que Cedric Price chama de arquitetura "value-free", ou seja, uma arquitetura suficientemente aberta para que os usu-ários deem significado a ela enquanto a completam temporariamente. 28 Do ponto de vista da representação da arquitetura, tal superação significa a perda da ênfase renascentista, ou seja, a representação deixa de ser instrumento de dominação, divisão do trabalho e separação entre projeto, construção e uso. Em ambos os casos, não se pode esquecer que a representação é uma ferramenta preciosa e não deve ser excluída da produção da arquitetura como interface, mas deve ser vista como ferramenta que é, e não como paradigma.

Atualmente, a computação física (microcontroladores, sensores, atuadores etc.) aponta para a possibilidade de um processo de produção do espaço cibernético, no qual há continuidade e feedback entre projeto, construção e uso. Diferentemente do papel representacionista que Siza Vieira atribui ao arquiteto, podemos vislumbrar o arquiteto como produtor de interfaces que abram possibilidades para que os usuários configurem seus espaços. A produção de arquitetura como interface indica uma possível mudança de paradigma, do perspectívico (ou representacional) para o informacional, potencializando não só o processo de produção baseado no espaço vivido (e não no concebido), mas também a informática que, segundo John Thackara, é atualmente mais voltada para seu próprio desenvolvimento do que para acrescentar valor à vida das pessoas.²⁹

²⁸ PRICE, Life-conditioning, 1966, p. 483.

²⁹ THACKARA, The design challenge of pervasive computing, [2000] 2001.





[2006] Por uma arquitetura não planejada

Ana Paula Baltazar | Silke Kapp

Escrevemos este texto para a chamada de uma revista da UNIMEP, com coordenação de Octávio Lacombe. Embora a temática fosse abrangente — Arquitetura e cidade —, a proposta editorial estava alinhada a várias discussões que vínhamos fazendo, principalmente por reconhecer a contradição como condição. Estávamos imersas na crítica do planejamento, como concepção de espaços prescritivos e como predeterminação de ações impostas por políticas públicas consolidadas em planos (diretores, urbanísticos etc.). A provocação por uma arquitetura não planejada não ignora a distinção de John F. C. Turner, entre projeto (que prescreve ações) e plano (que prescreve limites para ações), mas reforça a crítica de toda predeterminação. Trazemos para a discussão interfaces que estávamos experimentando e que, como todas as interfaces que nos interessam, tinham por pressuposto abrir possibilidades para ações não prescritas.¹

Crítica do plano

Por séculos, a tarefa dos arquitetos foi proteger um espaço contra a natureza, tornando-o abstrato, isolando-o atrás de muros e preenchendo o vazio com símbolos religiosos e políticos, com artifícios correspondentes à ordem estabelecida. Hoje, sua tarefa deveria ser produzir um espaço protegendo-o do poder e tornando-o propício a relações livres de constrangimentos.²

No campo acadêmico e profissional da arquitetura e do urbanismo, predomina amplamente a ideia de que a produção planejada do espaço seria sempre preferível à produção sem planejamento. Arquitetos e urbanistas veem com maus olhos o canteiro 'sem projeto', enquanto avaliam positivamente o fato de o projeto definir em antecipação como um espaço será construído e usado. A vantagem dessa antecipação

- 1 Primeira publicação: Por uma arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. Impulso, v. 17, 2006, pp. 93–103.
- 2 LEFEBVRE, A re-produção das relações de produção, 1973, p. 101;* The survival of capitalism, p. 88.

estaria não apenas numa suposta integridade do resultado, mas também na inserção da produção e do novo produto em planejamentos mais abrangentes, de ordem financeira, econômica, institucional e espacial. Com o projeto em mãos, são feitos orçamentos, alocação de recursos, cronogramas, aprovações legais etc. Mesmo que as coisas não corram exatamente como planejadas, o plano aumenta muito o grau de controle sobre acontecimentos futuros. Sendo a tendência geral da nossa formação social a de um constante aumento e refinamento desse controle, poucos arquitetos e urbanistas — afinal, técnicos treinados para a elaboração de planos — problematizam essa situação.

Todavia, a lógica do plano tem uma limitação bastante precisa no que diz respeito ao ideal de uma sociedade democrática. Um plano implica, pela própria natureza, o cerceamento da liberdade de decisão e ação de todas as pessoas que sofrem suas consequências sem terem tido o direito de voz e voto na sua elaboração. No âmbito dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, isso significa o cerceamento da liberdade, tanto daqueles que executam um projeto materialmente (os trabalhadores envolvidos na construção) quanto dos que farão uso de seus resultados (os habitantes, num sentido amplo do termo). Essas relações de dominação, inerentes ao projeto, raramente são percebidas com clareza, pois o projeto se tornou uma espécie de fetiche (feitico), na acepção em que Karl Marx usa o termo: faz aparecer como ligações entre coisas o que, na verdade, são associações entre pessoas ou relações sociais. Por outro lado, como fetiche nada mais significa que coisa feita, isto é, coisa do artifício humano, nem divina nem natural, também esse fetiche do plano pode ser questionado, criticado e desfeito.

Quanto à ligação entre plano e executores, ou entre projeto e construtores (aqueles que constroem, não os que administram), Sérgio Ferro e Paulo Bicca formularam críticas contundentes, já há vinte e cinco anos.³ Elas em nada perderam a pertinência, embora tenham tido pouco respaldo acadêmico e quase nenhuma consequência prática. O desenho enfatizado por Ferro ou, em termos mais gerais, o trabalho intelectual do arquiteto destacado por Bicca são instrumentos de dominação do processo de construção. Eles existem sempre e tão somente em sociedades de classes. E especificamente o projeto, conhecido como desenho de um produto acabado, surge, se desenvolve e persiste na medida em que a construção passa a ter por finalidade primeira a reprodução e

³ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006; BICCA, Arquiteto: a máscara e a face, 1984.

acumulação de capital. Apenas quando os processos construtivos são organizados para a extração de mais-valor, torna-se imprescindível transformar o artesão da construção em operário, isto é, romper a unidade de habilidade manual, conhecimento acumulado, imaginação e raciocínio que caracteriza o seu trabalho historicamente, para reduzi-lo a uma operação manual determinada por decisões alheias.

No que diz respeito à relação entre plano e habitantes ou usuários, cabe frisar que não há uso defensável do ponto de vista ético que se possa traduzir numa sucessão de atos mecânicos previamente orquestrados. O uso só pode ser uma constelação de ações movidas pelo livre arbítrio dos múltiplos agentes. Todas as vezes que essas ações se dão em espaços funcionalmente predeterminados, incapazes de acompanhar sua dinâmica, elas são limitadas em vez de potencializadas. Assim, por exemplo, o funcionalismo praticado pelo Movimento Moderno pressupõe um usuário de comportamento tão desprovido de livre arbítrio quanto o de um operário na linha de produção. Ou, discutido de outro ponto de vista, é possível dizer que, quanto mais acuradamente se tentam representar, em pensamento e projeto, os eventos que podem ter lugar no novo espaço, mais esse espaço tende a atrofiar o uso real. Representar nada mais é do que tornar presente por outro meio algo não presente de fato, e invariavelmente significa reduzir (abstrair) esse algo. O representante político não tem a variedade de vozes de seus eleitores, o desenho de uma árvore não cresce, o conceito de cachorro não late. Da mesma maneira, qualquer representação que o projetista porventura tenha dos usos do espaço que projeta é infinitamente mais pobre do que poderia ser um uso real, não constrangido pela predeterminação.

A tais interdições, impostas pelo projeto de arquitetura ou urbanismo à construção e ao uso, soma-se o fato de ele separar uma coisa da outra. O plano ou projeto interrompe os múltiplos vínculos entre demanda, concepção, construção e uso, induzindo que se desenrolem nessa ordem e sem reciprocidades nem simultaneidades. Como já escrevemos em outra ocasião, 4 essa separação vem se tornando cada vez mais nítida desde o Renascimento até o Movimento Moderno e, com raras exceções, persiste também nos estilos ditos novos, como pós-moderno, desconstrutivismo e minimalismo. 5 O procedimento usual começa com

⁴ KAPP & BALTAZAR, Arquitetura livre, 2004.

⁵ Exceções são, por exemplo, sistemas chamados file-to-factory, em que o arquiteto trabalha o projeto juntamente com o sistema construtivo, quase simulando a construção em projeto para poder ser pré-fabricada e montada posteriormente.

uma espécie de consulta ao cliente (nem sempre usuário do espaço) para o estabelecimento de um *programa de necessidades*; seguem-se o desenho do plano, a construção desse plano e, por fim, o uso. A separação das etapas, que em tese parece racional e lógica, sustenta as relações de poder inerentes ao projeto.

Um bom exemplo nesse sentido é a tentativa de implantação de um assentamento de autoconstrutores na Inglaterra, chamado Milton Keynes, cujas premissas nos levam a entender a proposta como uma favela legalizada a priori. Don Ritson relata os obstáculos à sua realização — que de fato nunca ocorreu — postos pelas exigências de planejamento dos órgãos públicos:

Não conseguimos chegar nem perto de uma aprovação do projeto, sem que estivesse claramente definido o que aconteceria no local, mas, se nós especificássemos o que aconteceria, limitaríamos de antemão as aspirações das pessoas que esperávamos que ocupassem o lugar. Toda a ideia consistia em dar a elas liberdade de escolha.⁶

A alternativa usualmente apresentada como solução desses dilemas é o projeto participativo, ou seja, aquele no qual os usuários assumem parcialmente o poder de decisão do planejador. Realmente, isso pode abrandar a contradição apontada no início, pois uma parte das pessoas que sofrem as consequências do projeto terão direito de voz e voto na sua elaboração, sobretudo se a participação incluir os construtores ou se esses forem os próprios usuários.

No entanto, a validade de um processo como esse é diretamente limitada pelo número de participantes, se não se quiser recair de novo no problema da representação (no caso, política). Um processo de quatro pessoas gera seis canais potenciais de comunicação — parece passível de chegar a bom termo; já num processo de vinte pessoas, esse número aumenta para cento e noventa canais; e, num de cinquenta pessoas, para mais de mil e duzentos canais. É fácil imaginar que, nessa última circunstância, o plano tende a ser definido mais pelos vetos — a rejeição enfática de determinadas soluções geradas pelo projetista — do que por aquilo que cada um dos participantes efetivamente quer e poderia ter, se as decisões não dependessem do grupo. Mas, mesmo se, ao fim de um longuíssimo processo de discussão, o resultado fosse razoavelmente

⁶ WARDS, Anarchy and architecture: a personal record, 2000, p. 50.

satisfatório, persistiria o engessamento do uso pela predefinição do espaço, característica do projeto convencional, não participativo. O resultado continuaria avesso à dinâmica da ação em tempo presente e a um espaço capaz de absorvê-la. Um projeto ou plano só escapa do dilema quando é elaborado por todos os envolvidos e numa situação em que pode ser revisto, criticado e reformulado com agilidade condizente com a dinâmica dos eventos reais.

Diante disso, pode-se afirmar que os projetos participativos hoje em dia inseridos em programas governamentais (como o crédito solidário para empreendimentos habitacionais, por exemplo) tendem a deslocar o usuário para junto do arquiteto, mas não o inverso: não deslocam o próprio procedimento de projeto no sentido de uma aproximação com a lógica do uso e da construção. Tampouco os projetos participativos institucionalizados alteram o papel do arquiteto como designer de um produto acabado, pois somente com esse último satisfazem-se as exigências formais dos órgãos de aprovação e financiamento, que são as mesmas de qualquer outro projeto em que o empreendedor toma sozinho as decisões. Em suma, nos processos participativos e autogestionários correntes, o procedimento de planejamento inviabiliza uma ação direta dos participantes no espaço, pois toma a arquitetura por produto e antevê todas as etapas de sua consecução.

Sigfried Giedion, nos anos 1920 e antes de se juntar ao grupo em torno de Le Corbusier, já colocava em xeque o procedimento de produção da arquitetura apoiado na lógica do planejamento de um produto acabado. Em Bauen in Frankreich, Bauen in Eisen, Bauen in Eisenbeton (Construindo na França, construindo em aço, construindo em concreto armado), seu primeiro livro, ele diz o seguinte sobre a imagem de uma paisagem industrial da França:

Chaminés de uma refinaria de açúcar ao fundo. Os vários níveis de tráfego, a justaposição de objetos determinada meramente por necessidade oferecem — por assim dizer inconscientemente e como matéria-prima — possibilidades de como nossas cidades podem ser mais tarde abertamente enformadas [designed| gestaltet] sem as amarras dos níveis preestabelecidos.⁷

GIEDION, Building in France, building in iron, building in ferroconcrete, [1928] 1995, p. 92. Giedion usa a palavra gestaltet, traduzida para o inglês como designed e aqui vertida por enformada (no sentido de dar forma a). O texto de Giedion deixa clara a ideia de enformar a cidade como ato em tempo real, em contraponto ao planejamento ou projeto. Ele indica sistematicamente a abertura dos espaços urbano e

Possibilidades de investigação e um experimento

A existência do projeto arquitetônico e urbanístico, bem como o vínculo estabelecido com outras instâncias de planejamento — notadamente o social e o econômico — distinguem geralmente a produção formal do espaço da produção informal. E, da mesma maneira que predomina, entre arquitetos e urbanistas, a ideia de que um canteiro sem projeto seria sempre um mal, os profissionais costumam defender que o processo informal seja sanado pela assimilação de métodos oriundos do processo formal. Mas, na realidade, o processo informal, concretizado nas favelas e em loteamentos populares, tem a grande vantagem de permitir a usuários e construtores tomar as decisões. Quando é corrigido por medidas de institucionalização que o inserem na lógica convencional dos planos e projetos, o usuário se beneficia pela possibilidade de obter financiamentos e amparo jurídico, mas paga por essa vantagem — por vezes, bastante abstrata — o alto preço da perda de sua (relativa) autonomia.

Partindo desse contexto e da crítica anteriormente esboçada, o grupo de pesquisa MOM investiga a produção autônoma de moradias. Entendemos por produção autônoma processos nos quais as decisões acerca do espaço e da construção cabem a usuários e construtores (à diferença da produção formal heterônoma), e que, ao mesmo tempo, se beneficiam de recursos técnicos e sociais avançados (diversamente da autoprodução informal). A pergunta central é sobre as possibilidades — ainda que parciais — desse tipo de produção na atual situação e os instrumentos propícios a ela.

O MOM tem atualmente duas grandes pesquisas em andamento.⁸ A primeira investiga pressupostos e possibilidades em quatro campos temáticos relativos à produção autônoma de moradias: economia e legislação; processos participativos e autônomos de projeto e construção; materiais e sistemas construtivos alternativos; e, finalmente, meios físicos e digitais de facilitação da produção autônoma — as chamadas

arquitetônico ao uso. Em outras palavras, aponta que a cidade industrial não é mais predeterminada, mas se faz, ou é *enformada*, em tempo presente, levando em conta a velocidade, ou seja, distância e tempo vividos.

⁸ Tais pesquisas se intitulam Produção autônoma de moradias: levantamento de precedentes e possibilidades e Instrumentos de apoio ao projeto de habitação com sistemas construtivos alternativos, e são financiadas, respectivamente, pelo Instituto Libertas e pelo MCT/FINEP e CNPQ.

interfaces. A interface de espacialidade e o experimento descrito em seguida resultaram desse campo temático, ao qual se relaciona também a segunda pesquisa, que consiste na elaboração da interface IDA (Instrumentos de apoio ao projeto de habitação com sistemas construtivos alternativos).⁹

A interface de espacialidade consiste num kit de componentes leves, modulares e encaixáveis, a serem montados e modificados pelo público-usuário continuamente e com facilidade. O repertório de peças é composto de: conectores de madeira laminada colada com seis encaixes em três eixos; tubos de PVC em comprimentos modulares de 60cm, 120cm e 180cm; tecidos de diversos tamanhos, cores, texturas, opacidades e elasticidades; cordoalhas e prendedores para travar encaixes e contraventar o conjunto.

O objetivo dessa interface é permitir a qualquer indivíduo gerar e experimentar concepções espaciais em escala real, conforme suas preferências e necessidades. Ela deve informar os usuários acerca de características do espaço não evidentes em desenhos, modelos digitais ou maquetes, entre elas, escala, profundidade (visual), movimento e relação com o próprio corpo. Ao mesmo tempo, foi concebida como um instrumento de auxílio na comunicação e discussão de ideias espaciais, oferecendo a cada pessoa a oportunidade de enriquecer o meio ambiente, de acordo com seu ponto de vista e de modo compreensível a todos os envolvidos. Os espaços assim gerados podem servir simplesmente a um uso temporário ou a uma atividade coletiva (semelhante a um jogo) e também para definir construções permanentes com outros materiais.

Nesse último caso, ter-se-á uma inversão do processo de projeto mais usual. Como já indicado, tal processo consiste em transpor dados concretos para mídias abstratas de representação, elaborar as soluções em abstrato e retorná-las prontas à realidade no momento da construção. Dominam os agentes que têm conhecimento das mídias (ou *media*), mesmo que haja participação de usuários e até de construtores. No processo proposto, o *medium* é autoexplicativo. A realidade não é um

⁹ Em poucas palavras: um banco de dados de componentes construtivos disponíveis no mercado, a ser manipulado via web. Além dos usuais espaços de textos e imagens, nos quais se obtêm informações sobre características físicas, de fabricação e fornecimento de componentes construtivos, IDA inclui um ambiente 3D, em que o usuário pode fazer simulações de junções de componentes e recebe feedback sobre suas compatibilidades ou problemas.

¹⁰ Para imagens da interface de espacialidade, cf. nesta edição, v. 1, p. 60.

ruído, mas o meio em que se ensaiam, alteram e revisam as soluções espaciais. Apenas depois de alcançadas essas soluções básicas, o conhecimento especializado — com as abstrações indispensáveis — entra no processo como uma forma de apoio, se isso for pertinente.

Testamos a interface de espacialidade em diversas situações: uma ocupação pública temporária de lotes vagos, onde ela ficou disponível para uso público; uma feira de ciências, na qual crianças eram suas usuárias; uma escola de circo, em que foi utilizada como cenário e camarim; e um teste mais objetivo com adolescentes moradores do Aglomerado da Serra, a maior favela de Belo Horizonte. Ficaram evidentes algumas deficiências da interface (discutidas no item conclusivo deste artigo), mas também vantagens, tanto na sua aplicação num processo criativo quanto para a produção de espaços sem a necessidade de planejamento.

A experiência com os adolescentes da favela nos permite dizer que o pressuposto do planejamento como único procedimento viável para a produção material do espaço se mostra falso. A experiência foi realizada ao ar livre, num pequeno local externo e pouco utilizado do Centro de Integração Martinho (CIM), organização não governamental de apoio a crianças, adolescentes e suas famílias, com programas de formação diversos. Participaram do experimento cinco jovens entre dezoito e vinte anos de idade, uma mulher e quatro homens, todos ex-alunos do CIM, que haviam se apresentado voluntariamente, após a comunicação da coordenadora administrativa do centro. Nenhum deles tinha conhecimento prévio da interface, de seus componentes, módulos e encaixes. Cinco membros da equipe do MOM acompanharam o experimento, procurando manter um nível de participação tal que sua presença não inibisse o grupo — pela divisão ostensiva entre observadores e observados — e, ao mesmo tempo, não interferisse em suas decisões. Após uma breve explicação sobre o encaixe das peças, o grupo foi solicitado a criar, com o material da interface, um espaço de sombra no qual coubessem as dez pessoas presentes.

Os jovens começaram a trabalhar com as peças maiores — evidentemente mais propícias ao objetivo comum —, sem nenhum tipo de discussão prévia sobre o que fariam ou mesmo para tentar entender a lógica da modulação. Assim que um deles montou o primeiro encaixe, os outros deram continuidade à mesma estrutura, sem verbalizar ideias

¹¹ No âmbito do projeto Lotes vagos: ação coletiva de ocupação urbana experimental, concebido por Louise Ganz e Breno da Silva.

ou planos quanto à montagem. Conversando sobre outros assuntos, simplesmente trabalhavam, tendo em mente que precisariam de um espaço amplo o suficiente para todos.

Quando uma primeira parte da estrutura estava montada, ainda sem os tecidos de fechamento, comentaram que ela não seria suficiente para criar um espaço de tamanho adequado. Então, sem muita reflexão ou discussão, decidiram acoplar mais um cômodo, semelhante ao que tinham acabado de montar. Feito isso, começaram a colocar os tecidos. Depois de amarrar o primeiro fechamento lateral de tecido, concluíram que seria melhor aumentar também a largura dos cômodos para ganhar espaço interno. Como a quantidade de peças de 180cm não era suficiente para a ampliação, testaram e entenderam muito rapidamente a lógica do módulo e usaram as peças de 120cm e 60cm. Terminaram de montar a estrutura e colocaram os tecidos e as cordas para estabilizá-la. Durante a montagem, que durou cerca de uma hora, outros problemas menores foram solucionados à medida que surgiam: substituíram parte dos pinos de encaixe por grampos, compensaram o desnível do piso com calços de pedra e emendaram tecidos.

Para os observadores da equipe do MOM, tornou-se nítido que os participantes já tinham por hábito trabalhar em grupo, sem planejamento prévio nem necessidade de comando. Essa prática parece funcionar bem: todos se engajam no trabalho, que engloba, indistintamente, criação e produção material. Chamou a atenção o fato de que, no início, quando lhes falamos da pesquisa e de materiais alternativos de construção, não se entusiasmaram muito. A imagem que têm da construção é negativa: 'virar massa', carregar peso, trabalhar ao sol, servico pesado e mal remunerado. Depois do espaço montado, quando todos se acomodaram nele para conversar, se mostraram interessados pela pesquisa. Embora não conseguissem se desvencilhar do ideal da casa de alvenaria, expressaram vontade de testar sistemas construtivos alternativos, pela facilidade de montagem e alteração. Segundo a única mulher participante, esse tipo de processo construtivo "é bom demais, dá até para parar de ficar no fogão da casa dos outros e mudar de trabalho". Quanto ao planejamento dos espaços, eles nem sequer o consideram para discussão. O processo coletivo de produção do espaço parece ser usual, assim como a ausência de planejamento. Ainda que todos tivessem em mente um mesmo objetivo, não sentiram necessidade de prefigurar o produto final. Fica clara a diferença entre o processo de produção informal, sem planejamento fechado, e o processo formal, cuja base é o planejamento.

Segundo Jailson de Souza e Silva, as intervenções externas nas favelas usualmente seguem um de dois pressupostos, ambos preconceituosos. 12 Apoiam-se na lógica conservadora, que considera o favelado um marginal potencial, ou na lógica progressista, que encara o favelado como um bom selvagem vitimado pelas circunstâncias. Num como noutro caso, a favela é isolada da cidade da qual faz parte, e a intervenção institucional (de órgãos governamentais, acadêmicos ou ONGs) ignora completamente a lógica de (sobre)vivência da comunidade, suas dinâmicas e peculiaridades. Nosso interesse é inverter essa tradição. Em vez de intervir na favela, cabe entender a sua lógica de produção do espaço e verificar sua pertinência na produção formal e, consequentemente, em futuras intervenções institucionais em locais como esse. ¹³ O pressuposto (ou mito) do planejamento, entre os diversos que vimos pesquisando quanto à produção do espaço habitacional, como única possibilidade de garantia da qualidade do espaço, nos parece um dos mais importantes a ser questionado.

Papel do arquiteto

Diante do exposto, o papel convencional do arquiteto na produção material do espaço se torna duvidoso. Se de fato a questão for, como diz Lefebvre, tornar o espaço propício a relações livres de constrangimentos, esse papel não mais consiste em desenhar objetos arquitetônicos ou urbanísticos, mas em produzir interfaces. O arquiteto pode dar um passo atrás e, em lugar de predeterminar espaços, criar instrumentos para que usuários e construtores possam determiná-los, eles próprios.¹⁴

- 12 SOUZA E SILVA, Favelas: além dos estereótipos, 2004, p. 14.
- Algumas experiências institucionais de intervenção nas favelas já começavam a respeitar a lógica de vivência dos moradores. Por exemplo, na urbanização de Brás de Pina, no Rio de Janeiro, nos anos 1960, a equipe técnica solicitava que os moradores desenhassem as próprias casas e, então, ajudava a sanar possíveis problemas de projeto. Contudo, apesar da participação dos moradores, ainda se impunha a lógica de produção do espaço sustentada no planejamento, mas relativamente estranha à favela.
- Tal tese não se assemelha em nada a ideias contemporâneas de incorporação das tecnologias digitais na arquitetura, embora essas últimas sejam muito bem-vindas. Pensar a produção da arquitetura como produção de interfaces é muito mais complexo do que, simplesmente, associar a arquitetura a interfaces, sejam elas físicas ou digitais. Ainda que este artigo contenha ideias também referidas em diversas das chamadas arquiteturas virtuais de fins dos anos 1990 e início deste século, importa ressaltar que há uma diferença clara, embora pouco explorada na arquitetura, entre digital e virtual. Essa distinção diz respeito ao caráter de evento, ou de

Ainda que, atualmente, a maioria dos arquitetos que projetam para a construção tenha por objetivo criar produtos acabados, a ideia do design como processo aberto não é novidade. Uma crítica operativa (prática, e não apenas teórica) da arquitetura como produto acabado vem ganhando força, desde a última década do século XX, especialmente no ambiente acadêmico. Exemplos de tal visão crítica foram reunidos na revista *Architectural Design*, em 1998, sob o título "Consuming architecture". Sarah Chaplin e Eric Holden introduzem a edição, mostrando que "há sempre o espectro do anticonsumidor, aquele que por meio de renúncia, apropriação, customização e manipulação voluntária altera o objeto de consumo para atender seus próprios propósitos". 15

No mesmo ano, Jonathan Hill editou Occupying architecture: between the architect and the user, com contribuições diversas sobre o assunto. Hill afirma que "muitos arquitetos falsamente mantêm que arquitetura seria [...] seus edifícios desocupados"; em oposição a isso, seu livro "ilustra que arquitetura não é apenas um edifício: ela é a relação entre um objeto e seus ocupantes". 16

Vale também mencionar a discussão que inspirou Sarah Wigglesworth e Jeremy Till no design de sua própria casa-estúdio. Wigglesworth mostra a dificuldade de trabalhar com a linguagem tradicional da arquitetura quando se tenta criar algo que extrapole o procedimento padrão do plano e incorpore as diversidades de uso e a impossibilidade de sua previsão. Ao descrever o estabelecimento do plano da casa (the lay of the plan), ela aponta a necessidade de abordar a arquitetura como ação:

O plano não é realmente um plano, porque isso denota uma fixação; esse arranjo de coisas ainda tem de se acomodar, aberto como ainda está às 'vagarias' [vagaries] do design e do fazer. Quando ele finalmente se acomodar, naquele momento glorioso da construção final, essa acomodação será por apenas um instante (traga os fotógrafos rápido!), antes que nos mudemos e deixemos nossas vidas bagunçarem a acomodação. Por isso,

acontecimento não predeterminável, do virtual, em contraponto ao usual caráter pré-programado das interfaces e ambientes digitais. Para a distinção entre digital e virtual na arquitetura, cf. BALTAZAR, Por uma arquitetura virtual, [2005] nesta edição, v. 1, pp. 173–178.

¹⁵ CHAPLIN & HOLDING, Consuming architecture, 1998, p. 7.

¹⁶ HILL, Occupying architecture: between the architect and the user, 1998, p. i.

tratem o plano não como um substantivo passivo, mas como um verbo: planejar para a ação.¹⁷

A raiz dessa crítica operativa da arquitetura como produto acabado, que ganha força no fim do século XX, está de fato na arquitetura pré-moderna, como mostram as supramencionadas constatações de Giedion acerca do espaço produzido na França, a partir de meados do século XIX. Giedion viu que ali a arquitetura deixava de ser monumento para se tornar design coletivo e interpenetração, ou seja, para assumir as características de processo aberto de design. A partir da década de 1970, a possibilidade de um tal processo aberto foi também abordada por John Chris Jones e Vilém Flusser, em comentários teóricos bastante contundentes (dos quais, diga-se de passagem, críticos operativos como Wigglesworth e Till parecem não ter tomado conhecimento). Recorremos aqui a esses dois autores para elucidar um pouco melhor o que um design efetivamente aberto poderia significar.

John Chris Jones é mais conhecido pelas suas contribuições no chamado design methods movement, cujo marco inicial foi uma conferência organizada por ele e Peter Slann, sucedida, em 1970, pela primeira edição de seu célebre livro Design methods. Tratava-se, já então, de uma abordagem não convencional do design como processo. Todavia, mais tarde, no bem menos conhecido Designing designing, Jones critica as posturas assumidas anteriormente por ele e outros integrantes do design methods movement, atentando para o fato de que o próprio método acaba sendo um produto: "a falha no método-feitura foi que nós fizemos métodos como 'produtos' e os entregamos para designers, esperando que eles os usassem como 'ferramentas', como meios para um fim. O que se tornou uma armadilha lógica, transformando a ideia de processo em seu oposto". Mais adiante, Jones afirma que eles "não perceberam que as pessoas habitando um mundo designed [...] teriam que ser designers". Designers designers designers designers designers designers designers.

Jones propõe então a continuação do design no mundo. Isso tem duas implicações. Primeiro, se há a possibilidade de algum método de

¹⁷ WIGGLESWORTH, Place setting: Wigglesworth and Till Architects, 1999, pp. 117–119.

¹⁸ Conference on systematic and intuitive methods in engineering, industrial design, architecture and communications, Londres, setembro de 1962.

¹⁹ JONES, Designing designing, 1991, p. 163.

²⁰ Ibidem, pp. 163-164.

design, ele não pode se configurar como produto, isto é, não deve estar pronto para ser usado por designers. O método ou conjunto de regras, direções ou princípios — não importa o nome — precisa ser aberto o suficiente para permitir a arquitetos e usuários darem continuidade ao design. Segundo, o design como processo, produzido por designers (aqui chamado de *interface*), necessita da interação dos usuários para se tornar temporariamente completo; mas, se pensarmos tal design em processo, seu resultado será sempre continuação, e nunca produto.²¹

Isso ecoa a ideia do filósofo Vilém Flusser acerca do design responsável, intersubjetivo, aberto às pessoas. Para ele, design se define como geração de um obstáculo; por exemplo, "um 'objeto de uso' é um objeto de que se necessita e que se utiliza para afastar outros objetos do caminho". A contradição inerente a tal definição, ou melhor, ao design como atividade humana, está no fato de que todo objeto (obstáculo) a ser transposto levará ao design de um novo objeto, que, por sua vez, se torna obstáculo. De acordo com Flusser, todo design é um obstáculo com um propósito, e dependerá do designer se esse obstáculo apenas obstrui as ações de seus usuários ou se abre possibilidades de uso.

A questão se põe, portanto, nos seguintes termos: "Como devo configurar esses projetos para que ajudem os meus sucessores a prosseguir e, ao mesmo tempo, minimizem as obstruções em seu caminho?". Essa pergunta não tem resposta direta, mas abre uma discussão sobre a responsabilidade no design, que, segundo Flusser, significa abertura a outras pessoas. Para ele, a maioria dos designs é criada irresponsavelmente, ou seja, o designer se ocupa do objeto, em vez da possibilidade de abertura às pessoas. O problema é que esse design irresponsável tem sido a regra, motivado, em parte, pela necessidade dos próprios arquitetos de um controle sobre sua 'obra' e, ainda, porque essa atitude se insere numa estrutura social e econômica também pautada para o controle.

Mas há alternativas, embora não sejam simples nem se deixem reduzir a novos métodos. Elas implicam, justamente, mudanças de atitude, e não meras substituições metodológicas no âmbito de um processo tradicional de projeto cunhado pelo propósito da previsibilidade

²¹ Ibidem, pp. 163-164.

²² FLUSSER, Design: obstáculo para remoção de obstáculos, [1988] 2007, p. 194.

²³ Ibidem, p. 195.

²⁴ Ibidem, p. 196. Para detalhes sobre a tradução do trecho sobre responsabilidade como abertura a outras pessoas, cf. KAPP, BALTAZAR & MORADO, Arquitetura como exercício crítico, [2018] nesta edição, v. 1, p. 58, nota 24.

máxima. Tanto a noção de processo quanto a de produto precisam ser revistas, de modo que não mais se busquem procedimentos ou arquiteturas ideais, e sim possibilidades de cada indivíduo ou grupo decidir sobre o procedimento mais adequado a cada situação.

Contudo, o fato de interfaces ou instrumentos tomarem o lugar de planejamentos acabados não garante, por si só, o design aberto, passível de continuidade por outros designers, como propõe Jones, ou feito responsavelmente, como indicado por Flusser. Qualquer instrumento tem em si aspectos determinados e indeterminados: determinado por possibilitar certas ações, e outras não; indeterminado porque não tem, por assim dizer, vontade própria. Porém, os resultados de suas possibilidades na ação podem ter maior ou menor grau de previsibilidade. Até um objeto monofuncional, como a máquina na linha de produção, não age sozinho, apenas tende a anular o peso das decisões do agente no desfecho do evento. Inversamente, as ações de usuários são potencializadas quando usam instrumentos cujos resultados não estão pré-programados, por exemplo, a interface de espacialidade descrita anteriormente. O instrumento, nesse caso, se mostra mais propício a ações potencialmente criativas.

Embora, como foi indicado, a discussão do design aberto já comece a ser levantada na arquitetura, ainda não houve aí nenhuma exploração aprofundada de procedimentos e princípios. Em áreas afins, como a do design de interfaces digitais, visando à criatividade, tal discussão se encontra bem mais avançada. Daí concluirmos nosso argumento com alguns apontamentos extraídos do relatório *Design principles for tools to support creative thinking*, trabalho conjunto de sete pesquisadores de diferentes lugares do mundo, cujo objetivo foi sistematizar uma série de princípios de design para guiar a elaboração de novas ferramentas de suporte à criatividade.²⁵

Resnick e seus colegas constatam que é muito difícil estudar a própria criatividade, mas não tão complicado assim examinar os processos usados por pessoas criativas, para tentar incorporar algumas das melhores práticas em ferramentas a serem disponibilizadas a todos. Desse raciocínio resultam quatro características relativas ao suporte à exploração. As ferramentas devem oferecer: facilidade de experimentar respostas, fazer e desfazer; autoevidência da flexibilidade, pois flexibilidades não evidentes tendem a não ser usadas; facilidade de uso

para iniciantes (*low threshold*), com possibilidade de sofisticação para usuários experientes (*high ceiling*); e interação prazerosa, a fim de que os usuários não precisem concentrar esforços no aprendizado da interface, em vez de interagir.

Além dessas quatro características, os pesquisadores apontam a necessidade de wide walls, ou seja, que a ferramenta permita e instigue uma ampla gama de explorações. O melhor exemplo disso são os tradicionais bloquinhos Lego e, mais recentemente, o Lego programável do MIT, com o qual as crianças são estimuladas a "criar qualquer coisa, desde criaturas robôs, casas 'inteligentes' e esculturas interativas, até instrumentos musicais". Outra particularidade, decorrente das anteriores, é a abertura da ferramenta a distintos procedimentos de uso, e não apenas a diferentes propostas de resultados. Finalmente, ela deve possibilitar colaboração e intercâmbio, no sentido tanto de uso por grupos trabalhando colaborativamente quanto no da receptividade a outras peças e lógicas de conjunção não programadas em sua estrutura (receptividade que, aliás, o lego tradicional não tem).

Se considerarmos a supramencionada mudança de atitude em relação ao papel do arquiteto, nenhum desses princípios é incompatível com a criação de interfaces para a produção do espaço. A própria interface de espacialidade do MOM, não obstante suas limitações, obedece à maioria desses princípios: ela é fácil de usar, pois suas peças são leves e não muito grandes; o potencial de flexibilidade é autoevidente; e as pessoas testam possibilidades sem constrangimento de desmontá-las. Já utilizamos a interface em situações nas quais nós montamos um espaço e outras pessoas o alteraram, e em situações nas quais usuários inexperientes o montaram sozinhos. Em nenhum dos casos houve dificuldade de brincar com a estrutura. Ao mesmo tempo, também arquitetos se mostraram entretidos na exploração do potencial da interface para além da sua lógica ortogonal.

O que falta efetivamente a esse instrumento é o que Resnick e seus colegas chamam de wide walls. Em experimentos como o do Aglomerado da Serra, pudemos perceber que ele restringe a criatividade dos usuários quanto à geometria do espaço produzido. Isso ocorre não pelo fato de o sistema ser modular, mas por induzir a encaixes sempre ortogonais das peças estruturais (os tubos). Eis uma deficiência da interface que deve ser alterada, seja pela ampliação do repertório de peças e

procedimentos, seja pela tentativa de facilitar o acoplamento de peças não previstas (receptividade). Contudo, isso não invalida o seu — ainda que modesto — avanço experimental na direção do não planejamento ou na de uma produção do espaço em que o componente intelectual abstrato não prevalece a priori sobre o elemento material.

[2012] Arquitetos nas favelas

Silke Kapp | Ana Paula Baltazar | Rebekah Campos | Pedro Arthur Magalhães | Lígia Milagres | Patrícia Nardini | Bárbara Olyntho | Leonardo Polizzi

Os pesquisadores que estavam no MOM em 2012, inspirados na proposta de Pedro Demo para aprendizagem em equipe, fizeram um trabalho coletivo de síntese das nossas críticas às atuações de profissionais em contextos de autoprodução e das discussões sobre interfaces para o engajamento sócio-espacial. Apresentamos essa síntese no 2º Encuentro Latinoamericano de Arquitectos de la Comunidad (ELAC), em setembro do mesmo ano. Depois, incorporamos argumentos mais contundentes acerca da dificuldade de mudança dos arranjos sociais e a consequente reprodução da prática de projeto convencional na produção e melhoria de habitações de interesse social. Mantivemos a crítica a três tipos de prática (tecnocrática, missionária e artística) e a proposta de atuação com interfaces. A versão final foi apresentada em novembro, no IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social.¹

Muitas cidades latino-americanas experimentaram, nas últimas duas décadas, um crescente investimento em iniciativas de melhoria dos territórios urbanos informalmente ocupados pela população pobre, tais como as favelas brasileiras. Isso inclui programas públicos, projetos internacionais, apoio de organizações não governamentais, pesquisas acadêmicas e projetos artísticos e técnicos dos mais diversos matizes. O "engajamento na informalidade" se tornou um "paradigma internacional de trabalho".²

O objetivo do presente artigo é discutir três diferentes tipos de atuação de arquitetos e urbanistas nesse contexto. A partir do seu exame crítico, arriscamo-nos então a indicar uma quarta possibilidade, que temos procurado explorar no grupo MOM com base em extensas pesquisas de campo nas favelas da cidade de Belo Horizonte.

- Primeira publicação: Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: Anais do IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano de Habitação Social: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade". Florianópolis: UFSC, 2012. on-line.
- 2 CASTLE, Editorial, Latin America at the crossroads, 2011, p. 5.

Nossas análises têm por critério fundamental o grau de abertura que as práticas dos arquitetos oferecem a decisões e ações das comunidades. Consideramos negativos processos que criam novas dependências para os (ditos) beneficiários, e avaliamos positivamente a ampliação do seu poder político-espacial. No horizonte dessa avaliação está a ideia de autonomia coletiva, entendida como o direito e a capacidade de os grupos definirem as normas que regem a produção do seu espaço. Autonomia é, assim, bem mais do que participação popular. Enquanto essa última sugere moradores convidados num processo cuja estrutura foi definida pelos profissionais ou pelo Estado, autonomia implica processos orquestrados pelos moradores, nos quais os profissionais e o Estado seriam os (eventuais) convidados.³

Cabe advertir que os tipos de atuação delineados em seguida têm caráter conceitual. É improvável que algum profissional atuante se identifique inteira e exclusivamente com um desses três tipos. Por outro lado, também é improvável que não encontre indícios de um ou mais deles em suas práticas. Vale a pena pensar em como, ainda que na melhor das intenções, cada profissional perpetua de algum modo a lógica heterônoma que está na origem das favelas, da segregação urbana e da desigualdade social em geral.

Atuação tecnocrática

Esse primeiro tipo caracteriza a situação em que os profissionais trabalham na cidade informal assumindo o papel de agentes da formalidade, isto é, como contratados ou funcionários do Estado. Sua atuação segue as diretrizes das políticas públicas que estão encarregados de implementar, de modo que se dedicarão a melhorias emergenciais ou grandes projetos, atendimento individual ou global, processos participativos ou impositivos, conforme o ditarem tais diretrizes.

Justamente essa predefinição de objetivos, normas e procedimentos é a principal característica da atuação tecnocrática. O arquiteto pode cumpri-los com convicção, resignação ou espírito crítico, mas é fato que não pode mudá-los radicalmente no contexto de um trabalho específico, encomendado pelo Estado. A heteronomia está posta de antemão para

³ LOPES et al., Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres, 2010; KAPP & BALTAZAR, O paradoxo da participação, [2012] nesta edição, v. 1, pp. 437–458.

o profissional e, o que é mais importante, para a comunidade em que ele atua. Seu método de trabalho não é determinado pela sua própria vontade, muito menos pela vontade dos moradores.

De onde vem, nesse caso, o *heteronomos*, a norma alheia a que todo o processo deve se submeter? Paradoxalmente, também os métodos da atuação tecnocrática são elaborados com a ajuda de arquitetos e urbanistas. O problema é que não visam prioritariamente à mobilização do conhecimento especializado para situações novas de planejamento e produção do espaço, mas buscam o enquadramento dessas situações novas às antigas rotinas administrativas, financeiras e jurídicas da cidade formal.

A atuação tecnocrática é, assim, marcada pelo embate entre uma racionalidade técnica (e burocrática) e o conhecimento vivido de moradores que tradicionalmente produzem os seus próprios espaços domésticos e urbanos. Os protocolos dessa racionalidade, sempre considerada superior, interditam de antemão a maioria dos elementos essenciais à experiência cotidiana dos autoprodutores, como, por exemplo, a possibilidade de que uma construção não seja precedida por um projeto, mas pensada à medida que evolui. Parte-se da premissa de que o arquiteto deve 'resolver o problema', conciliando interesses contraditórios em vez de trazê-los à tona para que sejam discutidos e transformados ao longo do tempo por todos os envolvidos.

Um exemplo concreto disso é o método do Plano Global Específico (PGE) utilizado em Belo Horizonte desde a década de 1990 para a urbanização das cerca de duzentas vilas e favelas da cidade. A diretriz do PGE é de integração das favelas à cidade formal, com respeito às especificidades locais e participação popular nas decisões. Na prática, o processo se pauta nos códigos técnicos e é dominado por quem domina esses códigos, enquanto a participação popular existe para amenizar conflitos. Os moradores fornecem parte das informações e tomam conhecimento das decisões por meio de grupos de referência, mas suas experiências e aspirações entram no processo, quando muito, como acessórios. Nas palavras de uma moradora da Vila das Antenas (Morro das Pedras) sobre as reuniões participativas: "A gente só ia lá só pra concordar. Tipo assim, mesmo discordando, [o projeto] já estava pronto. A gente era só pra servir de uma fachada pra eles".4

Desde 2007, com o início do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que aportou volumosos recursos federais à urbanização de favelas

⁴ Entrevista concedida por uma moradora da Vila das Antenas em maio de 2012.

no Brasil, os resultados dessa atuação tecnocrática se tornaram mais visíveis: abertura de grandes vias, delimitação de propriedades privadas, remoção de moradias, construção de conjuntos habitacionais, parques cercados e equipamentos funcionalizados. Houve melhorias inegáveis em algumas situações críticas, mas, de modo geral, peculiaridades e potenciais locais tendem a desaparecer. Soma-se a isso o fato de as obras de urbanização serem executadas por empresas privadas, enquanto a execução por cooperativas e outras organizações baseadas na economia do trabalho — e não na economia do capital — nem sequer é cogitada.

Ao fim de um processo desse tipo, os moradores não ampliam sua capacidade crítica e sua autonomia de ação. A inocuidade da participação os desmobiliza e acaba tornando-os indiferentes ao espaço que ocupam. Da mesma maneira que a classe média urbana, passam a atribuir ao poder público a responsabilidade pelas qualidades e deficiências da cidade. Assim, a atuação tecnocrática bem-sucedida (segundo seus próprios critérios) implica moradores resignados a um papel de consumidores de espaços produzidos por instâncias heterônomas. Quaisquer melhorias a partir desse ponto dependem de novas ações externas.

Atuação missionária

Esse segundo tipo abrange o atendimento técnico direto a famílias ou grupos, seja de forma independente ou com vínculo a uma entidade mais ampla (ONG, instituição de ajuda humanitária, Estado estrangeiro etc.). Importa que, assim como o missionário prega sua cultura religiosa em lugares onde ela não é praticada, o arquiteto assume a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele e tampouco dependeu dele para produzir seu espaço.

À diferença da atuação tecnocrática, cuja heteronomia é perceptível para grande parte dos arquitetos, as imposições da atuação missionária são mais sutis. Elas envolvem esquemas mentais provenientes de processos de socialização e aprendizado dos quais os indivíduos raramente têm consciência. Bourdieu chama de *habitus* essas disposições naturalizadas que caracterizam tanto classes e frações de classes, quanto grupos culturais e campos profissionais. O *habitus* se manifesta na linguagem, no gosto, na disciplina, na capacidade de abstração e

⁵ BOURDIEU, A distinção: crítica social do julgamento, [1979] 2007.

planejamento, nas formas de expressão e assim por diante. Um indivíduo consegue reconhecer seus pares e distingui-los de outros a partir dessas manifestações, mas dificilmente consegue relativizar o próprio *habitus*, pois toma suas disposições pessoais por 'normais'.

Membros do campo arquitetônico também incorporam, em maior ou menor grau, um habitus reproduzido em academias, concursos, publicações especializadas e todos os demais dispositivos com que os campos celebram e asseguram a si mesmos. A cultura especializada dos arquitetos não está apenas em certos procedimentos, mas também nas posturas e convicções que os criam e reforçam. Ora, a gênese histórica dos serviços convencionais que arquitetos oferecem está na clientela de classe alta: o cliente traz suas demandas funcionais (explícitas) e simbólicas (implícitas); o arquiteto cria um arranjo formal; e, idealmente, o cliente aprova o arranjo, respeitando o arquiteto e seu projeto segundo a mesma matriz cultural do mecenas que devota respeito ao artista e à sua obra.⁶ Conhecimentos técnicos fazem parte da transação, mas o que está verdadeiramente em jogo é um capital simbólico. Embora hoje o trabalho da maioria dos arquitetos (assalariados) esteja longe desse padrão de atendimento, ele continua dominando o imaginário do campo arquitetônico.

Para superar o descompasso entre tal imaginário e as necessidades reais de clientes menos abastados, e para desmistificar o processo da criação arquitetônica, o arquiteto argentino Rodolfo Livingston elaborou um método de trabalho mais aberto, de formalidades reduzidas e escuta atenta, no qual o cliente é capaz de atuar em todas as decisões, inclusive interrompendo os serviços quando desejar. Livingston, embora não use o termo, rompe o *habitus* arquitetônico ou esse conjunto de disposições e esquemas mentais com que arquitetos costumam operar. Seu método tem se mostrado pertinente em muitos contextos de demandas populares, desde a aplicação inicial pelos "arquitetos da comunidade" de Cuba.

Todavia, pudemos constatar que, no contexto das favelas, mesmo esse grau de abertura do método de Livingston não é suficiente para superar o hiato entre autoprodução e campo arquitetônico convencional. Ainda prevalece aí a lógica do atendimento e é preciso ir além.

⁶ KAPP et al., Arquitetura como exercício crítico, [2008] nesta edição, v. 1, pp. 39-64.

⁷ LIVINGSTON, Arquitectos de la comunidad: el método, [2002] 2004.

Nenhum arquiteto missionário deixa de perceber o hiato entre seu imaginário arquitetônico e a vontade da população em questão. Porém a atuação se caracteriza como missionária justamente porque ele (o arquiteto) continua decidido a melhorar a vida alheia segundo seus próprios parâmetros, conscientes ou inconscientes, e continua se sentindo capaz de 'atender' o cliente e resolver os problemas que lhe são apontados. Subjaz à sua atuação o *habitus* arquitetônico que menospreza questões sociais e econômicas, levando à certeza de que as desigualdades sociais serão reduzidas pelo aculturamento e pelo esforço dos pobres, como se numa sociedade capitalista houvesse possibilidades iguais para todos e como se a cultura dominante fosse o padrão universal almejado, e não um instrumento de distinção de classe.

Numa palestra proferida em 1968 para voluntários norte-americanos engajados em comunidades pobres da América Latina, o filósofo Ivan Illich critica a prática missionária com esse mesmo argumento. Ele adverte para a imposição de uma cultura hegemônica (que está na base do voluntarismo e da filantropia) e para a falta de reflexão crítica dos missionários acerca dessa cultura num contexto social mais amplo; Illich adverte, em suma, para a impossibilidade de fazer algum bem às comunidades 'beneficiadas'.8

Questionamento análogo cabe a arquitetos que se furtam a uma crítica contundente do processo heterônomo de produção do espaço do qual sua profissão faz parte. Ainda que o lema seja 'não dar o peixe, mas ensinar a pescar', aprender a 'pescar' costuma significar a adesão ao comportamento ditado pelo missionário. Em vez de ampliar o poder dos moradores, gera dependência de agentes externos, cujos procedimentos dificilmente são postos em questão. Veja-se, por exemplo, a atuação de uma equipe de arquitetos numa favela do Rio de Janeiro: com refugos doados por uma rede de lojas de materiais de construção, a equipe organizou um bazar no qual os moradores deveriam 'pagar' as doações com embalagens Tetra Pak. Uma moradora disse: "O melhor é que nada é dado de graça. Preciso correr atrás para conseguir as embalagens e fazer as melhorias aqui em casa. Isso só valoriza o nosso esforço".

Ainda que pareça positivo a um filantropo, o depoimento evidencia que moradores foram obrigados a participar de uma corrida de

⁸ Palestra proferida por Ivan Illich na Conference on InterAmerican Student Projects (CIASP), em Chicago, em 20/4/1968, intitulada "To hell with good intentions" (Ao inferno com as boas intenções).

⁹ O Fluminense, Reforma de banheiro é 'paga' com duas mil embalagens de leite, 1/5/2012.

obstáculos para fazer por merecer coisas que já lhes haviam sido doadas. Ademais, a ênfase na escassez de materiais distrai do problema maior: a escassez de poder político-espacial. Atuações dessa espécie tornam irrisória até mesmo a pretensão a um tal poder.

No Brasil, foi aprovada em 2008 a lei de assistência técnica (lei 11.888), que deve garantir à população de baixa renda o acesso gratuito a serviços de engenharia e arquitetura. Por ora, não houve aplicação sistemática dessa lei, porque não se definiu sua fonte de recursos. Mas, sendo esse aspecto institucional resolvido mais cedo ou mais tarde, caberá ponderar o que os profissionais farão com tais possibilidades, isto é, se ampliarão a dependência das pessoas em relação a seus serviços ou se ampliarão suas possibilidades de autonomia.

Atuação artística

Esse terceiro tipo não intenciona a solução direta de problemas que caracteriza as atuações tecnocráticas e missionárias. Ele se funda no raciocínio de que mudar a representação das favelas (tanto a do público externo quanto a dos próprios moradores) provocará outras transformações. Dois exemplos no Rio de Janeiro ilustram isso: o projeto Favela painting, dos artistas holandeses Dre Urhahn e Jeroen Koolhaas; e o projeto Faces of favelas do artista francês JR.

O Favela painting tem a intenção declarada de "levar a arte para o morro" e de transformar a favela em monumento. A partir de maquetes minuciosas, os artistas concebem pinturas abstratas ou figurativas que recobrem casas e espaços públicos, conferindo nova unidade visual ao aparente caos das construções. Enquanto os empreendimentos iniciais ainda foram tímidos — Boy with kite (2007) e Rio Cruzeiro (2008) no Aglomerado da Penha —, a ação mais recente, intitulada O morro (2010), pretende abranger toda a favela de Santa Marta. 10

O projeto teve repercussão positiva na mídia por difundir uma imagem contrária à de violência e criminalidade, além de oferecer cultura, treinamento e emprego às populações locais e ser iniciativa de uma ONG com patrocínio do governo holandês e de uma empresa privada.

Na verdade, trata-se de um dos exemplos mais evidentes de ganhos simbólicos às custas de uma comunidade pobre. Os artistas encontraram nas favelas a superfície de projeção dos seus sonhos que jamais

¹⁰ Favela painting: the project (cf. www.favelapainting.com, acesso em 5/6/2012).

lhes seria concedida num bairro de classe média. E, por mais que esses artistas enalteçam a participação popular, os moradores se envolveram apenas no trabalho braçal, não decidiram nada e até rechaçaram partes dos projetos (reações que os artistas relatam com detestável humor benevolente). Em vez de aumentar a autoestima desses moradores, o Favela painting invalida qualquer investimento estético que tenham feito ali ao longo do tempo e lhes interdita novas mudanças se não quiserem destruir uma 'obra de arte' e demonstrar, de novo, a sua suposta falta de cultura. O projeto é atraente para a grande mídia porque alimenta os preconceitos da classe média e reforça a classificação dos favelados como trabalhadores manuais que precisam de orientação intelectual por portadores da cultura legítima. A imagem que se promove de fato é a dos artistas e dos patrocinadores.

O segundo exemplo, Faces of favelas, também foi realizado numa favela que já ensejou manchetes dramáticas (o Morro da Providência) e igualmente pretendeu gerar uma imagem nova desse lugar pelo uso das superfícies de casas e espaços públicos. E, tal como no exemplo anterior, o ganho simbólico do artista é relativamente fácil, porque qualquer ação em lugares tão negativamente conotados tende a ser aplaudida. Por outro lado, Faces of favelas, em vez de coloridas e divertidas alusões à favela como lócus dos bons selvagens, opera com imagens menos palatáveis: grandes ampliações de retratos de moradores aplicadas sobre papel e coladas em fachadas e escadarias. O trabalho é efêmero, sem pretensão ao monumento, sem patrocinadores e sem visibilidade a partir dos bairros vizinhos. Paralelamente às ações in loco, há um website em que as pessoas podem enviar suas fotos para receberem as ampliações em papel e realizarem suas próprias intervenções.

Os dois exemplos não são projetos arquitetônicos, é verdade, mas eles evidenciam de modo quase caricatural certos aspectos daquelas iniciativas de 'embelezamento' e monumentalização que os grandes projetos públicos nas favelas costumam incluir. Na maioria dos casos, essas iniciativas se assemelham ao *Favela painting*: a monumentalização fotogênica que promove autores e patrocinadores (no caso, os políticos), satisfaz o público de classe média e anula os moradores. São poucos os projetos que, como o *Faces of favelas*, rompem com esse padrão de gosto banal e admitem expressões críticas e manifestações não controladas.

Tentativa de conhecimento e interfaces

Os três tipos de atuação delineados até agui têm em comum o fato de serem mais determinados por interesses e (pre)conceitos dos agentes externos, das instituições que representam e dos grupos sociais aos quais pertencem, do que pelos interesses dos habitantes. Particularmente no campo da arquitetura e do urbanismo, há um vício de origem na maneira mesma de conhecer e interpretar a cidade informal. No trabalho profissional, a heteronomia se instala já nos levantamentos iniciais: sejam pautados em padrões técnicos, ideais humanitários ou juízos estéticos, eles obedecem às categorias e hierarquias de quem os executa (técnicos, missionários, artistas etc.), e essa estrutura heterônoma dificilmente é revertida pela participação popular em fases subsequentes do trabalho. Nas pesquisas acadêmicas não é muito diferente. Mesmo aquelas de caráter qualitativo têm sido pouco sensíveis às discussões epistemológicas das ciências sociais, gerando inúmeros estudos de caso com feição naturalista e interpretação direta, como se a observação da realidade fosse neutra e como se os sujeitos pesquisados fossem autênticas fontes de informações indexicais, sem agenda, sem antecipação das expectativas alheias, sem estratégias discursivas, sem necessidade de autolegitimação e sem eufemização da própria situação.

Um primeiro passo para romper esse círculo vicioso seria tentar compreender melhor a produção sócio-espacial das favelas e de outros territórios informais. O termo sócio-espacial tem um significado preciso aqui: para além da pesquisa de fenômenos sociais nas favelas (pelo simples fato de concentrarem populações de determinadas características), trata-se de pesquisar a produção social daqueles espaços, a produção espacial das relações sociais que ali se estabelecem e a interação entre uma coisa e outra.

Temos feito pesquisas de campo com esse intuito, utilizando diferentes métodos das ciências sociais e, ao mesmo tempo, enfocando o espaço e sua produção de uma maneira que essas ciências não costumam fazer. Nossas pesquisas de campo abrangem observação direta, observação participante e entrevistas em profundidade, mas é sobretudo nas entrevistas que temos tentado superar a ingenuidade sociológica que caracteriza muitas pesquisas da área de Arquitetura e Urbanismo.

O método das entrevistas é, essencialmente, narrativo, com alguns elementos de entrevistas semiestruturadas. Sem definir de antemão os temas e problemas abordados, o pesquisador estimula o interlocutor a

narrar histórias de como produz e experimenta o seu espaço cotidiano. Apenas quando a narrativa se afasta demais desse tema, o pesquisador faz comentários curtos, quase retóricos, para retomá-lo (o que, numa entrevista narrativa ortodoxa, não seria admissível). Não se fazem perguntas avaliativas sobre características do lugar ("O mofo incomoda?"), porque a chance de se obter uma resposta sincera é quase nula. Ou o entrevistado tentará defender seu modo de vida contra o julgamento implícito na pergunta do pesquisador, ou tentará aderir a esse julgamento para obter aprovação. Muito mais elucidativo é o fato de ele, por si só, abordar ou negligenciar determinado tema. Também aprendemos a não pedir opiniões ("O que acha da ação da prefeitura?"). Quem pertence a grupos socialmente dominados não costuma ter o hábito de elaborar e expressar posições próprias a cada momento, tal como a classe média tende a fazer. Solicitar tais posições repentina e diretamente gera constrangimento e respostas evasivas, lugares-comuns ou até repetição de slogans institucionais.

As entrevistas são gravadas, transcritas, analisadas e discutidas entre os pesquisadores, considerando-se que constituem não um retrato, mas um indício da realidade, que depende também da postura assumida pelo entrevistado: engajado na autorrepresentação, contente com a oportunidade de ser ouvido, receoso de não corresponder às expectativas etc. Entrevistas subsequentes com uma mesma pessoa e entrevistas com pessoas de uma mesma vizinhança têm permitido a coleta de perspectivas diversas sobre um mesmo processo espacial, tornando as interpretações mais consistentes.

O conhecimento assim constituído ainda é parcial e limitado, sujeito a críticas e revisões. É evidente também que não se pode tomar um contexto empírico tão restrito (algumas poucas favelas da cidade de Belo Horizonte) como representante genérico de quaisquer territórios informais em metrópoles modernas.

Por outro lado, essas entrevistas derrubam suposições tácitas acerca das favelas que têm sido aplicadas em toda parte. Um exemplo trivial é a crença de que a falta de iluminação ou ventilação das casas seria um dos principais motivo de desconforto dos moradores. Constatamos inúmeras vezes que isso é falso e que é muito mais relevante para os autoprodutores a incerteza acerca da estabilidade estrutural das construções. Muitos temem que suas casas possam ceder com o tempo, mesmo quando as estruturas são robustas e não há nenhum sinal de instabilidade (como trincas ou fissuras). E tal preocupação tende a aumentar a

cada reforma ou acréscimo. Perceber isso implica superar práticas que priorizam incômodos e interesses dos agentes externos e que ignoram, além das demandas reais dos moradores, a própria relatividade dessas referências (o tema da insalubridade, por exemplo, está associado a uma longa história de acões moralistas e autoritárias).

As entrevistas também constituem, em si mesmas, oportunidade de os entrevistados refletirem acerca de sua situação sócio-espacial de uma maneira nova. Elas têm um caráter construtivista na medida em que trazem conflitos à tona e promovem uma criação de sentido. No entanto, é importante frisar que elas não têm nenhum intuito 'psicologizante', nem visam à posição pessoal ou ao sentido particular que um entrevistado encontra em sua vida. A questão é que, para criar essas narrativas, as pessoas precisam recorrer a uma estrutura de sentido compartilhada e transformada socialmente¹¹ e, no nosso caso, também espacialmente. O que nos interessa é essa estrutura compartilhada e seu processo de transformação.

Assim, o próprio método das entrevistas indica uma forma de atuação diferente da via institucional, do atendimento ou mesmo do estímulo estético: trata-se de disponibilizar instrumentos para que os habitantes problematizem e potencializem sua produção sócio-espacial. Em vez de tentar suprimir as contradições sócio-espaciais por uma forma qualquer de mediação, a ideia é criar meios de as pessoas continuarem tomando as decisões sobre seus espaços cotidianos, mas com acesso fácil a informações significativas para os seus propósitos, isto é, informações sistematizadas a partir dos processos de autoprodução e de suas dificuldades reais.

Seja qual for sua natureza, é decisivo que um instrumento desse tipo (chamamo-lo de interface) não exija a mediação de um agente externo para ser usado. Portanto, o arquiteto que atua como inventor de interfaces não toma para si a função de mediador entre sujeito e produção do espaço; é a interface que assume essa função. Para isso, ela não precisa consistir necessariamente num objeto físico; pode ser também um sistema de regras, uma estrutura organizacional ou outras formas mediadoras do convívio de pessoas entre si e com o espaço. 12

¹¹ Cf. TAYLOR, Interpretation and the sciences of man, 1971.

BALTAZAR & KAPP, Por uma arquitetura não planejada, [2006] nesta edição, v. 1, pp. 265–280; BALTAZAR & KAPP, Contra a determinação, além da mediação, [2010] nesta edição, v. 1, pp. 63–75.

Em muitos aspectos essas interfaces para uma produção sócio-espacial com maior autonomia se assemelham ao que Ivan Illich pleiteava já na década de 1970 contra as hegemônicas "ferramentas industriais" — "Ferramentas convivenciais [...] que dão a cada pessoa que as usa a oportunidade mais ampla para enriquecer o mundo à sua volta de acordo com sua visão".¹³

[2014] Interfaces como estratégia metodológica

Ana Paula Baltazar | Silke Kapp | Augustin de Tugny

Entre 2009 e 2011, o MOM participou de uma pesquisa interdisciplinar, coordenada por Juarez Pereira Furtado, acerca da inserção social e das situações de habitação de pessoas com sofrimento mental grave. São pessoas que, com a reforma psiquiátrica iniciada no Brasil nos anos 1990, deixaram de viver em hospitais psiquiátricos e passaram a viver em Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) ou por conta própria. Num extenso processo de observação participante, a equipe de pesquisadores (das áreas de saúde coletiva, antropologia, psicologia e arquitetura) acompanhou o cotidiano de algumas dessas pessoas. Além de conversas e entrevistas — com elas e com supervisores e cuidadores —, experimentamos usar interfaces para tentar compreender suas formas de apropriação sócio-espacial. O texto que segue aborda, especificamente, essa dimensão da pesquisa, além de explicar algumas premissas teóricas do uso de interfaces. Outras dimensões da mesma pesquisa são abordadas nos capítulos "Espaços para diferenças" e "Habitar a grande cidade".

Interfaces e produção do espaço

De modo geral, interfaces são instrumentos de mediação que separam e conectam pessoas e espaços, sem determinar a natureza dessa separação ou conexão. Elas devem possibilitar que os habitantes de um espaço deixem de ser apenas 'usuários' e adquiram maior autonomia nos seus processos cotidianos de produção desse espaço.² Ao

- Primeira publicação: O uso de interfaces como estratégia metodológica. In: Juarez Pereira Furtado; Eunice Nakamura (eds.). Inserção social e habitação de pessoas com sofrimento mental grave. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2014, pp. 147–168.

 Além dos autores deste texto e de Juarez Furtado, partiparam da pesquisa Andréa Máris Campos Guerra, Cláudia Maria Generoso, Emílio Nolasco de Carvalho, Eunice Nakamura, Florianita C. Braga Campos, Lilian Miranda, Barbara Coelho Vaz e Elisa Alves Silva, e os estudantes de graduação Ana Luiza Braga, André Luiz Monteiro, Bárbara Covelo, Luiza Vaz e Silvia Aparecida M. Souza.

 Cf. BALTAZAR et al., Espaços para diferenças, [2013] nesta edição, v. 2, pp. 31–44; KAPP et al., Habitar a grande cidade, [2014] nesta edição, v. 2, pp. 45–72.
- 2 LEFEBVRE, La production de l'espace, 1974.

mesmo tempo que visam incrementar as oportunidades de expressão dos sujeitos e de suas rotinas, as interfaces também incrementam as oportunidades de observação e interpretação pelos pesquisadores. Elas podem ser concretas ou abstratas, físicas ou digitais, informacionais ou operacionais, ou resultar de qualquer combinação híbrida dessas características. Podem, ainda, provir do próprio ambiente estudado ou ser introduzidas pelos pesquisadores, seja a partir de experimentos anteriores, seja a partir de sua invenção para uma ocasião específica. Mas, seja qual for sua natureza, é decisivo que uma interface não exija a presença e a mediação de um agente externo para ser usada. Portanto, o pesquisador que trabalha com interfaces não toma para si a função de mediador entre sujeitos e produção do espaço; é a própria interface que assume essa função. Respeitado esse pressuposto, o emprego tático³ de interfaces na observação participante permite maior engajamento dos sujeitos acompanhados na pesquisa e uma observação mais aprofundada pelos pesquisadores, diminuindo o risco de a avaliação se reduzir à descrição de padrões de uso do espaço a partir de parâmetros definidos de antemão.

Para uma aproximação do que venham a ser tais interfaces em termos mais concretos, dois exemplos criados por Lygia Clark são úteis: Luvas sensoriais (1968) e Máscara com espelhos (1967).⁴ Luvas sensoriais são um conjunto de luvas comuns e bolas de diferentes tipos, tamanhos, texturas e pesos — o espectador pode explorar, apalpar, segurar, sentir as bolas com e sem as luvas. Máscara com espelhos é uma máscara com pequenos espelhos móveis afixados na frente dos olhos, que justapõem e fragmentam reflexos da própria pessoa e do ambiente à sua volta. Nos dois casos, Clark provê interfaces para a interação, em vez de obras de arte acabadas. Seu foco não está no controle, na autoria ou no produto físico. Em lugar de utilizar materiais caros para obter um produto final durável a ser contemplado pelos espectadores, ela usa materiais do dia a dia para criar objetos muito simples, que capacitam as pessoas para o experimento de suas próprias sensações para além da percepção habitual. No caso das Luvas sensoriais, isso significa uma redescoberta do tato, enquanto Máscara com espelhos possibilita um jogo com a percepção espacial. Mesmo sem se mover, o participante

³ Cf. CERTEAU, A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer, [1990] 1994, pp. 97–102.

⁴ Para uma discussão mais detalhada dos trabalhos de Lygia Clark, cf. OSTHOFF, Lygia Clark and Hélio Oiticica: a legacy of interactivity and participation for a telematic future, 1997.

é levado a explorar novos territórios, a se engajar em novas relações com as coisas, a redescobrir o mundo sensorial. Clark trabalha como alguém que canaliza experiências sem as prescrever.

A produção do espaço é evidentemente mais complexa do que os eventos propostos por Lygia Clark. Mesmo assim, podemos tomá-los como indicadores. Os espaços arquitetônicos convencionais, formalizados, são geralmente mais voltados para a 'solução de problemas', tomando o 'usuário' como um objeto a ser acomodado. As interfaces de Lygia Clark, pelo contrário, indicam que indeterminismo e incerteza são cruciais. Elas são pensadas como instrumentos para incrementar a experiência, gerando questões respondidas de maneiras diferentes por cada pessoa. Embora a maioria dos espaços não tenha as características das interfaces propostas por Lygia Clark, sempre há elementos que apontam nessa direção, mesmo quando interditados pela rotina de relações sociais em que incerteza e indeterminismo não são bem-vindos.

É importante reforçar também que interfaces não consistem necessariamente em objetos físicos, tal como nos exemplos acima descritos, mas podem ser também sistemas de regras, estruturas organizacionais ou outras formas mediadoras do convívio de pessoas entre si e com o espaco. Ivan Illich propõe o termo "ferramentas convivenciais" para designar algo semelhante ao que denominamos interfaces. O caráter "convivencial" de uma ferramenta — ou, na nossa linguagem, seu caráter 'interfacial' — indica sua utilidade para o convívio de indivíduos e grupos com autonomia de decisão e ação. "Ferramentas convivenciais são aquelas que dão a cada pessoa que as usa a oportunidade mais ampla para enriquecer o mundo à sua volta de acordo com sua visão".5 Contrapostas às ferramentas convivenciais são, para Illich, as ferramentas "industriais", que promovem dependência, passividade e heteronomia. As características que as tornam pouco ou nada convivenciais são, por exemplo, a superprogramação, que determina inteiramente qualquer uso ou apropriação; a escala, que generaliza as mesmas soluções para qualquer situação singular; e a institucionalização, que interdita modificações e apropriações que a ferramenta teria num contexto de autonomia de um indivíduo ou grupo. Para Illich, escala e institucionalização estão diretamente relacionadas, pois o uso de uma ferramenta além do seu limite de inserção social num ambiente humano ocorre pela via

⁵ ILLICH, A convivencialidade, [1973] 1976, p. 38;* Tools for conviviality, [1973] 1975, p. 34.

da institucionalização. Estão para além desse limite, por exemplo, o sistema de ensino escolar de massa, as penitenciárias e, também, os hospitais psiquiátricos.

Tipos de interface usados nas observações participantes

Foram usadas interfaces tanto com moradores de Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) quanto com pessoas com sofrimento mental grave (SMG) que moram por conta própria, visando entender suas rotinas de produção do espaço. Como o conceito de interface com o qual trabalhamos é em si aberto — algo que conecta ou separa, sem definir a natureza dessa mediação —, não foram especificadas de antemão as interfaces que seriam usadas ao longo da pesquisa de campo e nos diversos casos e regiões geográficas que a compuseram. Assim, poderiam ser propostas de formas distintas pelas subequipes, com ou sem a participação de um pesquisador da arquitetura. Interessava mais a possibilidade de apropriação e interpretação do conceito nos diversos campos do que a aplicação sistemática de uma ou outra interface específica.

Para situações em que as interfaces fossem introduzidas pelos pesquisadores nas moradias, a liberdade das subequipes para criá-las foi limitada apenas pela premissa de evitar a necessidade de mediação e a superprogramação (ou *overdesign*): quaisquer interfaces propostas deveriam poder ser usadas sem a presença dos pesquisadores e deveriam ser abertas o suficiente para possibilitar o engajamento dos usuários na sua formulação. Para situações em que elementos já existentes nas moradias fossem interpretados como interfaces, tratava-se de observar a interação (e as interdições à interação) dos sujeitos com elementos do seu cotidiano que, por si mesmos, já possibilitam a esses sujeitos a determinação de conexões ou separações no espaço segundo sua própria vontade.

Portanto, foi grande a variedade de elementos que permearam a pesquisa em momentos e lugares distintos, e que podem ser entendidos como interfaces. Para tornar mais clara a análise, agrupamos as interfaces em cinco tópicos:

1. A interface de espacialidade, um jogo de montar espaços na escala do corpo, cujo uso permitiu observar processos de negociação e capacidade de proposição e intervenção dos participantes, sem o constrangimento da rotina do cotidiano.

- 2. Os elementos do cotidiano já presentes nas moradias, que em princípio potencializariam as ações dos moradores nos ambientes. A interação (ou interdição da interação) entre moradores, cuidadores e elementos do cotidiano revela o habitus do grupo e dos indivíduos, incluindo situações, espaços, mobiliário e objetos (a ida ao cinema, churrasqueira no quintal, ganchos de rede na parede, sacolas etc.).
- 3. A *oficina do morar*, que, a partir da colagem de imagens extraídas de revistas, estimulou os discursos de pessoas com SMG sobre a moradia e a explicitação de desejos, até mesmo os contraditórios.
- 4. A *fotovoz*, uma combinação de fotografias e narrativas feitas por pessoas com SMG que permitiu compreender sua percepção da moradia, tanto pelo produto fotográfico em si, quanto por falas e gestos durante a produção.
- 5. Os *presentes* oferecidos aos moradores, individualmente, com o intuito de observar suas formas de apropriação e, se fosse o caso, modificação do espaço existente.

Observações a partir da interface de espacialidade

O experimento inicial de observação participante com interfaces nessa pesquisa se deu com um grupo de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para onde levamos a interface de espacialidade, que havia sido produzida por integrantes da equipe.6 Trata-se de um conjunto de tubos de PVC, encaixes de madeira, tecidos e cordas, com os quais podem ser montadas rapidamente conformações espaciais diversas. Suas partes e peças são projetadas para possibilitar uma grande variedade de junções, sem que haja prescrição de espaços, usos ou formas de montagem. Os variados tamanhos das montagens possíveis se mantêm na escala do corpo: suficientemente grandes para abrigar pessoas, suficientemente pequenas para serem manipuladas por pessoas sem equipamentos adicionais. Assim, a interface de espacialidade pode estimular o engajamento corporal, imaginativo e coletivo num processo em que construção e uso são simultâneos. Pelo fato de ela permitir que se criem configurações determinadas pela vontade individual e pela negociação coletiva, os participantes da montagem tendem a reproduzir, numa espécie de versão compacta, diversos aspectos das relações sociais que engendram no cotidiano.

⁶ A interface de espacialidade foi produzida pelo grupo MOM em 2005; cf. BALTAZAR & KAPP, Por uma arquitetura não planejada, [2006] nesta edição, v. 1, pp. 265–280.

Optamos por experimentar essa interface no contexto do CAPS, e não a inserir no cotidiano de um SRT ou de uma moradia independente, em razão de seu caráter efêmero. Se, numa moradia, ela viesse a desencadear mudanças espaciais percebidas pelos moradores como positivas, sua desmontagem seria frustrante. Assim, decidimos tentar entender as dinâmicas espaciais nos SRTs e nas moradias independentes com ajuda dos outros tipos de interface.

No CAPS, montagem e desmontagem da interface de espacialidade se deram numa tarde sem eventos especiais ou outras atividades programadas. Deixamos as peças espalhadas no chão do pátio de entrada e começamos a montar pequenas partes para ver se os usuários presentes naquele momento (cerca de vinte) se aproximariam. Isso aconteceu, mas lentamente, com alguma desconfiança. Entre idas e vindas, cerca de dez usuários tiveram interesse em participar ou, pelo menos, olhar mais de perto, enquanto vários outros preferiram observar de longe. Alguns estagiários do CAPS também se engajaram na atividade. A interação de usuários, estagiários, pesquisadores e interface de espacialidade evidenciou relações das pessoas entre si e com os objetos, tanto pelos discursos dos participantes, quanto pela dinâmica da montagem coletiva.

Um primeiro aspecto que chamou nossa atenção foi o fato de os usuários perceberem a atividade proposta no ambiente do CAPS como necessariamente terapêutica e, portanto, planejada por outras pessoas segundo motivações ou princípios que não lhes caberia questionar. Diziam, por exemplo, que "terapia ocupacional é muito importante... cabeça desocupada é oficina do diabo". A essa predisposição para a submissão correspondeu, por parte dos estagiários, um comportamento algo 'professoral', como que pautado pelo pressuposto da pouca capacidade dos usuários para compreenderem aquela atividade.

Um segundo aspecto relevante no experimento foram as diferenças de comportamento entre mulheres e homens. As mulheres tendiam a encontrar logo alguma tarefa mais repetitiva e morosa à qual pudessem se dedicar, como 'costurar' os tecidos na estrutura com as cordas. Já os homens preferiram tarefas de execução mais ligeira e efeito mais imediato, como a construção da estrutura de tubos. De modo assustadoramente direto, os participantes pareciam reproduzir os papéis de gênero socialmente predominantes.

O terceiro e mais marcante aspecto observado, que não deixa de ter relação com os primeiros, foi a necessidade de fazer as coisas 'do jeito certo'.

Tanto estagiários quanto usuários adotaram o que Flusser chamaria de manuseio funcional de um aparato, em contraposição ao seu manuseio num jogo livre em que o sujeito inventa suas próprias regras de ação e engaja outras pessoas nessa relação.⁷ No experimento com a interface de espacialidade, prevaleceu a busca da funcionalidade predefinida, a busca do 'normal', da norma trazida de fora. Os estagiários procuravam ajudar os usuários a proceder da forma que lhes parecia 'correta'. Os usuários participantes solicitavam à tutoria que os impedisse de cometer 'erros', recorrendo ora aos estagiários, ora aos pesquisadores, ora a um padrão coletivo gerado pelas ações de outros usuários. Um deles se irritou profundamente com o pesquisador que lhe disse que "não tem jeito certo": primeiro, retrucou que "sempre tem certo e errado" e, depois de ouvir do pesquisador que poderia "fazer errado mesmo para gente ver no que vai dar", disse que só não o mataria "porque você já tá no inferno mesmo". Outra manifestação enfática dessa necessidade de corresponder a um padrão foi a de um usuário que observava de longe: "Deveriam fazer tudo reto, da mesma altura"; "assim tá errado". Quando lhe sugerimos participar, no entanto, se mostrou desanimado: "Esse pessoal não aceita opinião, não".

Embora tenha havido essas dificuldades de engajamento numa relação não heterônoma com a interface, houve também, sobretudo mais ao final do experimento, expressão de vontades individuais e negociações coletivas. Tanto é que uma segunda estrutura foi montada por iniciativa de dois participantes, com o engajamento de outros, gerando um resultado espacial bastante singular: uma espécie de pirâmide, fechada em duas faces por tecidos e com um elemento que fazia as vezes de porta, mesmo que se pudesse 'entrar' simplesmente passando por uma das faces não recobertas por tecidos. Não sabemos se houve a intenção de fechar também essas últimas duas faces, pois, com o anúncio do lanche da tarde, o experimento foi imediatamente interrompido pelos participantes. A fome e a rotina prevaleceram.

Observações a partir dos elementos do cotidiano

As interfaces espaço-temporais e sua presença no cotidiano, ainda que pouco sistematizadas e sistematizáveis, são as que mais comparecem nas narrativas dos pesquisadores e as que nos abrem maiores possibilidades de interpretação. Estão presentes tanto nos SRTs quanto nas moradias

independentes e são classificadas, para efeito de análise, como interface-situação, interface-espaço, interface-mobiliário e interface-objeto.

As interfaces-situação, por exemplo, são inúmeras, tanto em SRTs quanto nas moradias independentes, e acontecem, muitas vezes, pelo fato de os moradores terem algum tipo de liberdade de ação, ainda que interditada pela própria situação e pelos agentes envolvidos. Em outras palavras, as interfaces-situação são eventos que apontam para a possibilidade de escape do sistema rígido que tende a se formar em torno de pessoas com SMG, mas que muitas vezes acabam apenas reproduzindo o status quo.

Cabe ressaltar que os SRTs não confinam os indivíduos, criando uma barreira entre interior e exterior, como observa Goffman a respeito das instituições totais. Contudo, de forma muito semelhante à dos hospitais psiquiátricos, a rotina nos SRTs organiza o tempo dos indivíduos segundo atividades meticulosamente programadas. Se nas instituições totais tal organização do tempo tem por objetivo não só disciplinar os sujeitos, mas também inibir seu desenvolvimento pessoal, nos SRTs, ainda que isso não compareça como objetivo, acaba sendo uma consequência quase inevitável.

Para Goffman, o indivíduo confinado fica refém de uma personalidade produzida para ele tanto pelos cuidadores quanto por toda a sociedade e por si mesmo. Esse é o caso de um dos moradores de SRTs, que, mesmo morando numa residência terapêutica (e não numa instituição total), tem sua inserção sócio-espacial interditada pela indução e reafirmação de sua incapacidade. Numa de suas saídas rotineiras, o morador toma um táxi, e uma situação peculiar que exemplifica a reprodução (e reafirmação) da condição de desinserção social e falta de autonomia do morador sempre se repete. Ele sai vagarosamente de casa e, mantendo seu ritmo lento, entra no táxi para a ida usual ao cinema. Já acomodado no banco da frente, inicia o movimento do braço em direção ao cinto de segurança, o que é feito de modo tão lento que é automaticamente atropelado pela cuidadora e pelo motorista do táxi, cada qual expressando o ritmo usual da vida, incompatível com o ritmo dessa pessoa com SMG. A confusão que se cria para tutelar o rapaz é tamanha que ele se irrita, reforçando a imagem que tanto o taxista quanto a cuidadora têm de sua incapacidade de inserção social e autonomia.

⁸ GOFFMAN, Manicômios, prisões e conventos, [1961] 1974.

As relações estabelecidas entre as pessoas com SMG e o espaço são muitas vezes permeadas por outros atores cuja ideia de inserção social apenas reproduz uma prática incorporada e irrefletida. A interface-situação descrita acima nos leva a ver o espaço como evento, incluindo as dimensões do tempo e do comportamento, e a analisar o processo de produção da vida cotidiana (produção social do espaço) buscando contrapor as possibilidades de inserção social (quando a apropriação do espaço apenas reproduz uma prática incorporada) e as possibilidades de autonomia (quando a apropriação do espaço é refletida, ainda que não se enquadre no ideal coletivo de normalidade da prática incorporada). Isso levanta algumas questões: será que a inserção dessa pessoa com SMG vai sempre depender do acolhimento do Outro? Será possível alguma autonomia no contexto social? Será que é possível ou viável um contexto propício à autonomia de pessoas com SMG?

Em alguns casos, a interface-situação é caracterizada justamente pela autonomia de pessoas com SMG, ainda que de forma bastante restrita. Dois exemplos ilustram tal autonomia restrita. Um dos moradores de um SRT fica constantemente deitado em sua cama, ouvindo seu rádio. Ele cria em sua rotina uma espécie de oásis, quando se cobre e se movimenta debaixo de seu cobertor, no ritmo da música, como se estivesse dançando. Essa interface-situação criada pelo morador é sem dúvida autônoma (ele cria a situação e as regras de ação), embora o contexto que a estimula e em que está inserida seja absolutamente heterônomo.

Outro caso é o de uma pessoa com SMG que mora numa casa, propriedade de sua irmã e do cunhado, e sente-se no lugar errado, embora não consiga elaborar a ideia de sua saída desse local.9 A casa onde mora está em reforma. Ele se restringe a usar o quarto e a manter o banheiro absolutamente limpo, deixando os outros cômodos da casa como depósitos de material de construção que seu cunhado vai usar para terminar a reforma: "A casa ainda está em reforma, não tá pronta, mas vai ficar bom, vai ficar bom". Apesar de morar sozinho, é tutelado pela irmã, que providencia comida e os remédios, bem como recebe e controla sua aposentadoria. Para lidar com o incômodo de morar de favor numa casa em reforma e tentar escapar da tutela da irmã e do cunhado, ele cria um ambiente de cheiro forte de mofo e suor, que mantém escuro e fechado, e fica lá, deitado, ouvindo música. Como

⁹ Cf. KAPP et al., Habitar a grande cidade, [2014] nesta edição, v. 2, pp. 45–72 (seção "Lugar errado").

não ousa interferir no espaço físico em construção, sua autonomia resume-se a criar uma interface-situação sobreposta ao quarto onde passa a maior parte do tempo.

Um caso peculiar de interface-situação é o manifesto. Uma das pessoas, que mora só num quartinho de uma espécie de cortiço, expressa em seus discursos e textos a fragilidade da desinstitucionalização das pessoas com SMG. Ele escreve, na parede de seu quarto e no jornalzinho do CAPS que frequenta, frases como "A luta antimanicomial acaba com a pena eterna" e "O Estado ataca o corpo do homem". A consciência histórica e socioeconômica desse morador lhe permite dizer que, "com o fim dos manicômios do governo, abrirão novos manicômios particulares, e o povo carente deixará de ter acesso ao tratamento, pois já não existirão manicômios públicos". Essa consciência socioeconômica não é comum, embora revele a fragilidade do morador em sua rotina permeada por conflitos sutis. Assim, questiona a fragilidade a que ele e outros desassistidos pelo governo são submetidos e aponta a impossibilidade de autonomia num sistema socioeconômico fundamentalmente heterônomo.

Esse mesmo morador, no entanto, se vira como pode. O espaço que habita é em si uma interface-espaço, cuja apropriação acontece criativamente, dependendo da demanda do cotidiano. Se faz calor, ele abre a porta para ventilar, deixando a cama protegida dos olhares de fora. Se chove, estende um varal dentro do quarto. Se tem visitas, usa como bancos um baú e uma lata que ficam em seu quarto. Essas pequenas adaptações que faz no espaço cotidianamente não são comuns em muitas outras moradias, principalmente nos SRTs.

Ainda que tenhamos indícios de interfaces-espaço em vários SRTs, na maioria das vezes não são apropriadas pelos moradores. Ganchos de rede na parede, churrasqueira no quintal, espaço externo sem cobertura são exemplos de potenciais interfaces que poderiam ser usadas pelos moradores aumentando seu engajamento na produção do espaço da residência. Contudo, não é isso o que acontece. Fica evidente, principalmente no caso dos ganchos de rede e das churrasqueiras, que os usuários são impedidos de interagir livremente com as interfaces, que funcionam mais como expediente de controle do tempo e das ações dos moradores. Embora esses elementos estejam presentes em alguns SRTs, seu uso é sempre organizado pelos cuidadores. No caso da churrasqueira, chama atenção o fato de um cuidador, muito bem-intencionado, afirmar que os moradores adoram churrasco e por isso ele sempre usa

a churrasqueira para fazer a carne do almoço. Mas os moradores não têm nenhum acesso à churrasqueira ou ao espaço externo durante o preparo da carne. Assim, o 'churrasco' resume-se apenas à carne, ignorando qualquer possibilidade de articular os moradores num evento social, não programado na rotina do SRT.

As interfaces-espaço funcionam no sentido de priorizar a orquestração do tempo e das ações dos moradores numa rotina pré-programada pelos cuidadores. Evidenciam a reprodução das relações hierarquizadas entre cuidadores e pacientes características de instituições totais. Se, por um lado, isso tolhe em muito a liberdade dos moradores e interfere negativamente na sua inserção social, por outro, não se pode desconsiderar a posição frágil dos cuidadores, que são solicitados a fazer todo o serviço da casa, sem que sejam formados ou remunerados para tal, e acabam por criar rotinas para dar conta do serviço e manter a ordem na casa.

Outro tipo de interface reforça essa mesma fragilidade na relação entre cuidadores e pessoas cuidadas: os armários, cômodas e cofres sempre trancados, que fazem parte do grupo das interfaces-mobiliário. A noção de privacidade parece ser deslocada para o mobiliário e totalmente ignorada no espaço das residências. São constantes as queixas e desconfianças que os moradores manifestam sobre os cuidadores, como, por exemplo, as feitas por uma pessoa com SMG que mora nos fundos da casa de uma cuidadora. Diferentemente dos que moram em SRTs, ela expressa seu desejo de romper a relação heterônoma imposta pela cuidadora, justificando-se por meio de sua desconfiança de que a cuidadora a esteja roubando: "Eu tranco porque tranco mesmo. Ela vem é de madrugada quando eu tô dormindo. Aí eu não vejo. Só sei que aqui eu não fico mais".

Por outro lado, alguns dos que moram de outras maneiras que não seja em SRTs transferem para objetos suas relações espaciais. No caso de uma moradora de rua acompanhada ao longo da pesquisa, as sacolas em que guarda seus pertences, principalmente as roupas, são o único espaço privativo que reconhece, embora, talvez por causa de seu transtorno maníaco-compulsivo, sejam também o ponto de maior conflito. São sempre mencionadas como fora da rotina: ora são perdidas, ora são deixadas na casa de alguém, ora alguém as joga na rua, ora

¹⁰ Ibidem, pp. 50-52 (seção "Geografia imaginária").

¹¹ Ibidem, pp. 58-61 (seção "Nomadismo urbano").

a chuva faz com que suas roupas boas sejam perdidas. O que se repete sempre no drama das sacolas é a perda da referência de sua vida privada.

Em contraponto a essa moradora de rua, pode-se mencionar uma pessoa com SMG que dorme diariamente num abrigo e passa seus dias numa rotina sem lugar privativo (entre CAPS, restaurante popular e abrigo). A pochete que, juntamente com um boné, lhe foi dada como presente pela equipe de pesquisa é um espaço privativo que ele rejeita e que ora esquece, ora simplesmente parece deixar para trás, como que reproduzindo sua negação da vida privada: parece adiar sua vida no tempo e no espaço, sempre mencionando a possibilidade futura de voltar para a terra natal, onde e quando retomará sua vida.

A diferença de comportamento dessas duas pessoas com relação às interfaces-objeto mostra que a natureza da conexão ou separação sócio-espacial mediada por uma interface depende de fato do seu uso e não está implícita na interface.

Observações a partir da oficina do morar

Numa das primeiras reuniões conjuntas da equipe, foi esboçada a ideia da 'caixa lúdica' como possível interface para estimular o discurso das pessoas com SMG. A subequipe de um dos três municípios em que a pesquisa foi feita — que, diga-se de passagem, não incluiu nenhum arquiteto — lançou mão dessa ideia à sua maneira, criando a *oficina do morar*. Ela foi realizada num dos SRTs acompanhados na pesquisa de campo, com a participação de quatro moradoras.

O material usado na oficina, que chamamos aqui de interface colagem-discurso, consistiu em folhas em branco, cola e imagens extraídas de revistas que remetiam a diversas maneiras de morar: ambientes urbanos e rurais, acampamentos, alojamentos em ruas, casas de vários tipos e tamanhos, diferentes cômodos e objetos de decoração. Num primeiro momento, as participantes foram solicitadas a escolher as imagens que achassem mais significativas e colá-las numa folha da maneira que quisessem, criando uma espécie de narrativa visual. Num segundo momento, as pesquisadoras procuraram estimular conversas a partir do resultado das colagens, transformando essas narrativas visuais

¹² Ibidem, pp. 61-62 (seção "Horizonte fechado").

¹³ SILVA & VAZ, Oficina do morar: possibilidades de (re)inventar o cotidiano de um Serviço Residencial Terapêutico em Goiânia, 2010.

em discursos. As participantes verbalizaram desejos e angústias com relação à moradia atual, tais como a vontade de obter novos objetos e móveis, a possibilidade de adaptação dos espaços físicos do SRT, a inclusão de novas moradoras e até mesmo anseios de sair do SRT para morar com a família, na rua ou numa pensão, por exemplo.

É verdade que essa interface colagem-discurso dependeu inicialmente da mediação das pesquisadoras, contrariando uma das premissas anteriormente mencionadas. No entanto, seus desdobramentos posteriores mostram que ela também foi mediadora de uma reordenação das relações sócio-espaciais que se tornou independente das ações das pesquisadoras. Diferentemente do experimento com a interface de espacialidade, visto pelos participantes como terapia ocupacional e mais revelador de suas relações cotidianas do que de possibilidades novas, a oficina do morar e o uso da interface colagem-discurso levaram as participantes a refletir sobre tais relações cotidianas e tiveram um papel estruturante na acomodação do imprevisto no cotidiano futuro. Entre seus desdobramentos estiveram, por exemplo, a compra de móveis novos, a troca de quartos e reivindicações de novas maneiras de morar.

O caso em que essas possibilidades se tornaram mais evidentes foi o de uma senhora que já havia sido moradora de rua e costumava se queixar da falta de relação do SRT com o ambiente externo: "Aqui é ruim, não dá pra gente ver lá fora, a rua, as pessoas, e também é muito parado, não tem movimento". A colagem que ela produziu durante a oficina do morar mostra justamente uma casa com uma janela bem ampla que permite ver, por assim dizer, o mundo para além do SRT. Depois da oficina, essa senhora decidiu voltar para a rua, passou uma noite fora e, no dia seguinte, retornou ao SRT, dizendo que não havia gostado de dormir sob chuva no banco da praça e que, além disso, ninguém havia conversado com ela: "Todas as pessoas tinham muita pressa e estavam ocupadas". No entanto, em vez de levá-la à simples resignação, essa experiência parece que a fez ver o SRT numa perspectiva nova. Depois da volta, ela comprou um móvel para guardar suas roupas, que antes ficavam numa caixa de papelão, o que indica sua vontade de se estabelecer ali e imprimir ao espaço marcas próprias.

A queixa de uma das participantes da oficina do morar expressa a percepção de que, na rotina de um SRT, não costuma haver lugar para mudanças e imprevistos: "Isso aqui não desmuda!". A dinâmica proposta induziu à reflexão crítica acerca desse cotidiano engessado e de sua prática sócio-espacial automatizada, para além do mero registro

desse ou daquele incômodo. Assim, a consciência sobre o espaço cotidiano, que antes se limitava a 'funcionar' (docilmente ou a contragosto, mas sempre segundo regras dadas por cuidadores, supervisores e outras 'autoridades'), se transformou numa consciência capaz de refletir a própria situação e estabelecer alguma autonomia de ação naquele contexto. Dito de outro modo, o processo iniciado pela oficina do morar desestabilizou o engessamento do cotidiano, incluindo a possibilidade do imprevisto a partir da ação direta das moradoras no espaço físico: uma prática que começa a se delinear como refletida, e não meramente reproduzida.

Observações a partir da fotovoz

Diferente da colagem-discurso, a fotovoz é em si mesma mediadora das relações dos usuários entre si e com o espaço. A interface colagem-discurso organiza os desejos via imagens externas na lógica do discurso linear. Ou, como explica Flusser, opera na lógica superficial (de massa) para tentar ativar a lógica linear (de elite). ¹⁴ Já a fotovoz mobiliza os desejos na própria prática espacial (estrutura) por meio da produção de imagens (superfície) que se somam ao discurso (linear), ou seja, há uma mobilização dos desejos via estruturas sócio-espaciais, que é explicitada aos pesquisadores por meio de imagens do espaço fotografadas pelos próprios moradores (fotos) e acompanhadas de narrativas (voz).

Essa interface permite que os pesquisadores entendam o encadeamento lógico e ideológico que se esconde nas práticas incorporadas¹⁵ dos moradores dos SRTs e dos que moram de outras maneiras. A dinâmica proposta pelos pesquisadores consistiu em entregar uma câmera fotográfica para uma pessoa com SMG, solicitando que ele fotografasse o lugar de que mais gosta na moradia ou nos espaços que frequenta no cotidiano. Algumas vezes os pesquisadores acompanharam o processo de escolha e fotografia do lugar, outras vezes as fotos foram mostradas posteriormente. Em todos os casos, houve o momento de mostrar as imagens, sempre naturalmente acompanhado por algum tipo de

¹⁴ Flusser associa a lógica superficial às imagens e a lógica linear à escrita (cf. FLUSSER, Linha e superfície, [1973] 2007). Embora o discurso não seja escrito, podemos dizer que a proposta da oficina do morar vai ao encontro da mudança de lógica na tentativa de organizar os desejos, primeiramente mobilizando-os como imagens para depois explicitá-los linearmente.

¹⁵ Cf. FERNANDEZ, Cyberfeminism, racism, embodiment, 2002.

narrativa, fosse justificando a escolha, reafirmando o que está na foto, comentando o processo de tomada da imagem ou remetendo a situações externas desejáveis, mas não presentes no cotidiano daquela pessoa.

Um dos moradores de SRT, que passava quase o dia inteiro deitado em sua cama, quando solicitado a registrar o lugar de que mais gostava na casa, para surpresa dos pesquisadores, não fotografou nem o quarto, nem a cama, nem mesmo algo que se visse a partir da cama, mas o banheiro, dando destaque ao vaso sanitário. A sequência da narrativa revelou que, por ele gostar tanto de sua cama e às vezes urinar nela, o vaso sanitário passou a ser o objeto do desejo, pois indiretamente era o que mantinha a cama intacta. O fato de o morador urinar na cama era desconhecido para os pesquisadores e, embora não parecesse ser algo muito recorrente, trazia grande incômodo para o morador e interditava algumas relações sócio-espaciais desse morador no contexto do SRT.

Outra pessoa com SMG, que mora num quartinho numa espécie de cortiço, ¹⁶ quando solicitado a fotografar, reproduz um gestual e um linguajar de alguém formado no canteiro de obras. Quando tira fotos, ele se contorce para conseguir um enquadramento — supomos — semelhante à projeção ortogonal dos desenhos técnicos: "Não consigo tirar no nível"; "Quase, mas ainda está escorregando". Nesse caso, mais importante que o objeto fotografado é o processo, que deixa aflorar gestual e linguajar que revelam parte da história do morador.

Apesar de em alguns casos a estratégia da fotovoz ter sido bemsucedida, revelando aspectos ocultos das relações sócio-espaciais de pessoas com SMG, em outros ela fracassou. Certos participantes fotografavam apenas as pessoas, sem dar atenção à solicitação dos pesquisadores de que escolhessem e fotografassem um espaço. De posse da câmera, por vezes apenas reproduziam uma espécie de ritual semelhante ao de festas de família, quando os presentes posam, sempre sorridentes, para posteriormente figurarem no álbum, e o fotógrafo apenas registra. Outras vezes usavam a câmera como uma espécie de filtro para estabelecer algum tipo de relação social, iniciando conversas, elogiando a pessoa a ser fotografada etc. Outros entenderam a solicitação e se recusaram a fotografar a casa, num dos casos tentando evitar a exposição da intimidade, noutro por suposta repulsa à moradia e à prática cúpida do proprietário, que alugava um local em más condições de uso.

¹⁶ Cf. KAPP et al., Habitar a grande cidade, [2014] nesta edição, v. 2, pp. 62–64 (seção "Fragilidade específica").

Observações a partir dos presentes

Como já mencionado, devido ao caráter efêmero dos espaços criados com a interface de espacialidade, não propusemos nenhuma atividade com ela nos SRTs e nas moradias independentes. Contudo, uma interface que estimulasse tanto o engajamento dos usuários na apropriação dos espaços quanto sua própria formulação seria bem-vinda. Para evitar a frustração de inserção de uma interface 'emprestada' nos SRTs e nas moradias independentes, recorremos à ideia do presente, a ser dado aos moradores, que a partir dele reformulariam seus espaços como quisessem.

A primeira interface-presente foram vasos de flores, dados para todos os moradores de dois SRTs e para alguns moradores independentes. As reações foram bastante diversas. Numa das residências, um dos moradores plantou 'sua flor' num canteiro circular no jardim da entrada da casa, numa performance de gestos bastante peculiar. Depois, noutro canteiro, plantou as 'flores da casa', de que ele supostamente cuidaria. A atitude desse morador, assim como a submissão dos demais em ceder seus presentes para que ele cuidasse, apenas reproduz a lógica de produção do espaço intrínseca ao SRT. Contudo, as flores desencadearam uma atitude de apropriação do espaço, que parecia não acontecer no restante da casa.

Em contraponto, em outro SRT houve recusa do presente por parte de um morador, e as flores foram encaradas pela maioria como objetos a serem dispostos na casa de acordo com a tutoria dos cuidadores. Com isso, todas as flores foram colocadas no mesmo lugar por um dos moradores, que supostamente cuidaria delas. Mas, segundo outro morador, "se deixar, ele joga água toda hora", e ainda assim ninguém parecia se opor a tal iniciativa ou querer se apropriar das flores para intervir no espaço da residência.

Para um dos moradores independentes, foram dados dois vasos de flor e posteriormente três peças de tecido colorido (a segunda interface-presente), que supostamente serviriam para que ele interviesse em seu quarto. A experiência desse morador com as interfaces-presente foi fundamental para evidenciar a relação entre engajamento e resistência a intervenções externas. As flores lhe foram oferecidas sem nenhuma determinação do que deveria fazer com elas. Elas não têm função definida, nem lugar ou uso 'corretos'. São algo que vem de fora, como um apoio, mas sem dominação, paternalismo ou imposição. Assim, ele

aceitou, e parece ter apreciado, já que disse que sempre quis ter flores e se engajou no seu cuidado, embora com certo receio da responsabilidade.

Já os tecidos foram presentes um pouco mais carregados de intenção por parte dos pesquisadores, que observaram a apropriação que o morador fazia de seu guarto. Ele tinha instalado um varal no guarto para os dias de chuva, desenhado uma "cruz de fé" na parede e anotado ali alguns telefones importantes, colocado um porta-retratos com várias fotos como num álbum, comprado um quadro de um amigo, instalado um fogão e uma lata multifuncional, pendurado sacolas plásticas para guardar coisas em certa ordem. E ele mantinha a porta aberta para ventilar e interditar a vista de sua cama desde o lado de fora. Assim. os tecidos pareciam uma boa interface-presente para que o morador pudesse dar continuidade à sua apropriação do espaço. Poderiam ser usados como cortina, para dividir ambientes temporariamente, para barrar a vista indesejada etc. Contudo, o morador manifestou sua rejeição à intervenção externa em seu quarto: decidiu colocar um dos tecidos sobre a cama e disse que estava pensando em fazer camisas com os outros dois, frustrando as expectativas dos pesquisadores quanto ao potencial dos tecidos para dar continuidade à apropriação que o morador, quase sem nenhum recurso, fazia do espaço.

Uma terceira interface-presente, ainda mais carregada de intenção que os tecidos, foi o conjunto pochete e boné, já mencionado, dado ao participante que dormia num abrigo. Esse participante vive numa situação de total fragilidade sócio-espacial, pois, embora siga uma rotina absolutamente fixa entre abrigo e CAPS, não tem acesso a nenhum espaço fixo nem a nenhuma posse. Até mesmo as roupas que usa são genéricas, entregues a ele na hora do banho. A pochete lhe foi dada na intenção clara de permitir a observação de sua lida com algum tipo de privacidade e posse. Contudo, como já dito, o morador não mostrou nenhuma vinculação ao presente.

Considerações finais

Todas essas interfaces ajudam a revelar, de alguma maneira, as rotinas dos indivíduos e dos coletivos. São duas as considerações finais sobre o uso de interfaces na pesquisa avaliativa. Uma primeira, breve, diz respeito ao uso de interfaces como estratégia metodológica para a observação participante. A observação participante conduzida pelos diferentes pesquisadores apresentou uma grande diversidade de interpretações e

narrativas. Se, por um lado, isso só vem a reforçar a riqueza do trabalho, por outro, dificulta a interpretação das rotinas de produção do espaço por meio de interfaces, uma vez que os pesquisadores da arquitetura estão interpretando diferentes narrativas de diversos pesquisadores, e não observando diretamente o uso das interfaces. Nota-se ainda que uma observação mais sistemática dos elementos do cotidiano (vistos como interfaces) pelos diversos pesquisadores facilitaria interpretações não só da arquitetura como também dos outros campos do saber.

A segunda consideração diz respeito às diversas rotinas reveladas pela relação das pessoas com SMG e dos cuidadores com as chamadas interfaces. Nos SRTs, por exemplo, móveis e objetos são manipulados quase somente com o aval dos cuidadores. Numa das residências estudadas, os móveis são trocados de lugar para facilitar a limpeza, impedindo qualquer autonomia dos moradores com relação à configuração dos ambientes, pois um motivo 'maior' e coletivo — a limpeza — é colocado em primeiro lugar. Se pensarmos os utensílios da casa, desde móveis até pequenos objetos, como possíveis interfaces, perceberemos que, na maioria das vezes, não desempenham o papel de interfaces por serem prescritos como 'patrimônio da residência'. Não são objetos com os quais as pessoas ampliam suas possibilidades de ação.

Assim, os maiores entraves revelados pelas interfaces dizem respeito ao controle do espaço, ao controle do tempo (um dos moradores de SRT diz que ri para o tempo passar) e ao controle da situação. A falta de inserção social por falta de autonomia na produção do espaço ficou bastante evidente. Ainda que haja alguma inserção sócio-espacial (vão ao forró, ao cinema, ao centro de convivência e à padaria, ficam no portão, andam de táxi e de ônibus etc.), tal inserção sempre acontece para "o tempo passar", não sendo nem sequer uma "inserção funcional". O termo inserção funcional é derivado do termo "integração funcional" discutido por André Gorz. Segundo o autor, no capitalismo o trabalho é um meio de integração funcional, enquanto numa sociedade ideal o trabalho deveria ser um meio de integração social.¹⁷ No caso dos SRTs, a inserção social está longe de acontecer, e, ainda que o pano de fundo seja a inserção funcional capitalista, esta também é interditada pelo excesso de controle e tutela e, principalmente, pela falta de clareza em sua própria formulação. O ideal de inserção social ou integração de pessoas com SMG na sociedade não acontece de fato.

¹⁷ GORZ, Metamorfoses do trabalho, busca do sentido, [1988] 2007.

O modelo da casa de família é reproduzido nos SRTs sem que haja nenhuma característica de relação familiar entre os moradores e cuidadores. Como mencionado anteriormente, nos SRTs fica clara a necessidade de disciplinar os sujeitos, e, embora não seja um objetivo inibir o desenvolvimento pessoal, isso acaba sendo uma consequência inevitável, uma vez que o indivíduo fica refém da personalidade produzida para ele tanto pelos cuidadores quanto por toda a sociedade e por ele mesmo. Isso certamente não acontece numa casa de família, onde a disciplina é um meio para o desenvolvimento pessoal, ou seja, os indivíduos, ainda que submetidos a regras heterônomas, não são impotentes diante disso.

Em vista da dificuldade de inserção social de pessoas com SMG, do que nos parece um equivocado modelo de casa de família adotado nos SRTs e das fragilidades explícitas nas interações sócio-espaciais dos que moram de outras maneiras, ficam as seguintes perguntas: é possível formular a inserção social das pessoas com SMG sem ter por princípio a inserção funcional? Há algum modelo de moradia possível? Será possível procurar por um modelo na lógica vigente de produção e oferta de espaço de moradia? A quantidade de pessoas com SMG não justificaria um investimento maior e mais adequado na sua inserção social e nos espaços que habitam?

[2014] Materamoris como alternativa pós-histórica

Ana Paula Baltazar

Numa visita ao arquivo Flusser em Berlim, em abril de 2011, a autora copiou uma série de textos que não conhecia — muitos deles inéditos —, mas que tangenciavam as discussões que vinha fazendo sobre as possibilidades da pós-história na arquitetura. A formulação inicial foi apresentada no congresso internacional de estética *Imagem, Imaginação, Fantasia*, em Ouro Preto, em outubro de 2011. Uma segunda versão foi aprimorada para a publicação, em 2014. No mesmo ano, o texto recebeu o prêmio ANPARQ de melhor capítulo de livro do biênio. A versão aqui apresentada traz uma pequena correção de conteúdo (acerca das portas de Polifilo).¹

O processo de produção do espaço especializado, o *modus operandi* predominante na arquitetura, é fundado no Renascimento e baseado na representação. Segundo Sérgio Ferro, a perspectiva é introduzida na arquitetura renascentista com dupla função:

Por um lado, reduz a enorme obra a uma escala que permite o controle de todos os seus momentos e partes [...]. Por outro, arma contra os operários que, impedidos de examinar o projeto, não podem mais colaborar inteligentemente — e contra os outros arquitetos.²

Brunelleschi é, simbolicamente na história, quem sintetiza essa prática de projeto com divisão do trabalho intelectual e braçal, e predominância do espaço concebido (abstrato) visando a controle e extração de mais-valor. Tal prática de dominação por meio do desenho não tarda a ser sistematizada pelo discurso 'humanista' de Alberti.³

Historicamente, a produção do espaço que é discutida diz respeito aos espaços extraordinários, concebidos por arquitetos e urbanistas. A

- 1 Primeira publicação: A sedução da imagem na arquitetura: Materamoris como alternativa pós-histórica. In: Alice Serra; Rodrigo Duarte; Romero Freitas (eds.). Imagem, imaginação, fantasia: 20 anos sem Vilém Flusser. Belo Horizonte: Relicário, 2014, pp. 9–19.
- 2 FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p. 193.
- 3 Ibidem, p. 195.

produção (social) do espaço vivido do cotidiano (concreto) costuma ser negligenciada ou tratada sob a luz dos mesmos instrumentos usados para análise dos espaços concebidos especializados. Em Vilém Flusser isso não parece ser diferente; a arquitetura e o espaço da cidade comparecem nos textos mais como espaços concebidos do que vividos.⁴

Contudo, há duas linhas de discussão bastante fortes em Flusser que usualmente não esbarram na arquitetura e na cidade, mas que me parecem cruciais como apontamentos para futuras discussões acerca da produção (social) do espaço com foco no espaço vivido (concreto). São a pós-história (e a elaboração das ideias de programa, automação e jogo) e a comunicação (mais especificamente o diálogo, a intersubjetividade e a responsabilidade no processo de design).

Proponho aqui uma reflexão sobre as ideias de Flusser e sua relação com uma proposição renascentista alternativa a Brunelleschi e Alberti. Tal proposição alternativa, embora ignorada pela prática vigente, traz à tona a possibilidade da imagem, da representação e do espaço concebido, em favor do espaço vivido.

No livro *Hypnerotomachia Poliphili*, aparece pela primeira vez como alternativa para a produção do espaço a opção consciente pela sedução da imagem. Polifilo, personagem que em seu sonho busca sua amada Polia (que dentre outras coisas representa a arquitetura), se depara com três portas, através das quais encontraria Polia. A dificuldade de Polifilo não diz respeito a escolher a porta certa, mas optar pelo processo mais interessante para chegar a Polia, que seria encontrada pelo atravessamento de qualquer uma das portas. Ou seja, trata-se de uma opção crítica pelo processo de produção do espaço. Para se decidir, Polifilo pode espiar o mundo atrás de cada uma das portas. Assim, três processos de produção do espaço são apresentados.

Atrás da porta⁶ Gloriamundi ou Cosmodoxia, há um ambiente bem organizado, todos trabalham na produção do espaço, mas sem muita reflexão. Pode-se especular que o trabalho braçal predomina e reproduz uma suposta vontade divina para a realização dos desejos via matéria. Ainda que o foco seja aparentemente no concreto, na experiência, no

⁴ FLUSSER, Projetos superpostos, s.d.

⁵ COLONNA, Hypnerotomachia Poliphili: the strife of love in a dream, [1499] 1999.

⁶ A imagem das portas aparece invertida tanto no original quanto nas traduções. Por isso alterei o texto nesta versão, tirando as referências às portas da direita e da esquerda, que na verdade não correspondem à imagem.

espaço vivido, a lógica predominante é a do destino, e o trabalho braçal nada mais é do que reprodução concreta de um projeto divino, abstrato.

Atrás da porta Gloridei ou Theodoxia, há um ambiente desordenado onde tudo parece crescer sem limite e sem o engajamento das pessoas na produção do espaço. Pode-se especular que há prevalência do trabalho intelectual e a realização dos desejos via intelecto. O foco é claramente no espaço concebido, abstrato; o espaço vivido aparece como totalmente descuidado, negligenciado. A experiência do espaço pouco importa. O que vale é a imagem concebida no intelecto. Predomina o espetáculo, em detrimento da experiência.

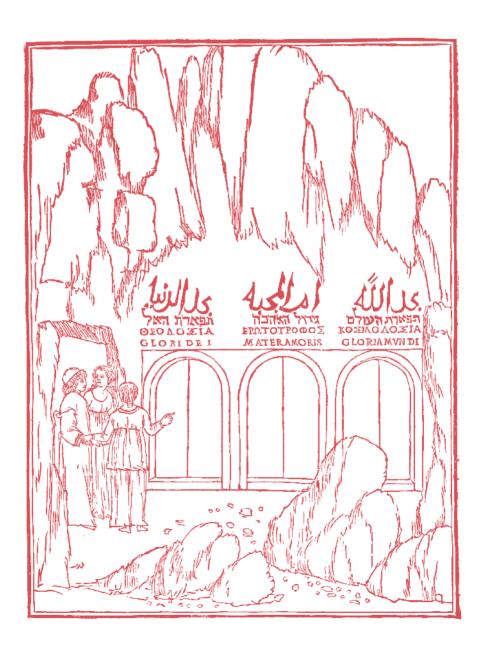
Atrás da porta do meio, *Materamoris* ou *Erototrophos* (vida erótica), descortina-se o mais sedutor dos lugares, sem divisão do trabalho, onde os desejos não são realizados nem intelectual, nem materialmente, mas permanecem suspensos. Espetáculo e experiência operam dialeticamente. Polifilo opta por essa porta, deixa-se seduzir pela imagem, consciente da dialética que o aguarda. Sem dúvida trata-se de um espaço vivido, mas com uma complexidade de concepção impensável na vida ativa medieval, e para além do espaço concebido da vida contemplativa renascentista.

Essa opção de Polifilo, ignorada pela arquitetura renascentista-moderna (usualmente atribuída a Brunelleschi e Alberti), vem ao encontro do proposto por Flusser como alternativa pós-histórica com os novos media. Antes de prosseguir com a argumentação, cabe abrir um parênteses sobre o contexto das discussões de Flusser, que é permeado por uma forte presença da possível influência da revolução tecnológica digital, que ele por vezes chama de telemática. Vale dizer que Flusser morreu em 1991, exatamente no ano em que surgiu o primeiro web browser, sendo que a popularização da internet começou de fato em 1993, com o Mosaic, o primeiro browser gráfico. Embora todos os textos tenham sido escritos antes do fenômeno de popularização da internet, levantam discussões ainda hoje atuais, seja abstratamente ou tendo a TV e as imagens técnicas como referências concretas. As discussões de Flusser sobre a TV apontam claramente para a lógica de rede como estrutura aberta para troca de informação.⁷

O argumento da pós-história está ancorado na possibilidade de uma nova imaginação — faculdade de fazer e decifrar imagens,8 que

⁷ FLUSSER, Two approaches to the phenomenon, television, 1977.

⁸ FLUSSER, Imagination, s.d.



dá origem a uma nova forma de pensar, possível primeiramente com as imagens computadorizadas e posteriormente com a telemática.9 O ponto que interessa nessa discussão é precisamente a mudança política nas relações sociais que essa nova imaginação pressupõe. Para Flusser, o "engajamento político não pode mais ser a tentativa de mudar a sociedade ou o ser humano, mas a tentativa de programar (tecnocracia) ou desprogramar (terrorismo) o campo social das relações". Podemos entender esse campo como a estrutura que viabiliza relações sociais. Nessa interpretação, a proposta de Flusser seria concentrarmos nossos esforços em atuar sobre esse campo/estrutura (estratégia de construção de baixo para cima, visando a autonomia) e não interferir diretamente na sociedade ou no indivíduo (estratégia de intervenção heterônoma, de cima para baixo).

Podemos entender Materamoris (a porta eleita por Polifilo) sob a luz das discussões de Flusser, passando pelas propostas do jogo¹¹ e do design responsável (dialógico, aberto ao outro) e culminando com a discussão da pós-história, principalmente como conceito de "estrutura".¹² Em todos os casos, o que está em evidência é a programação (ou desprogramação) das interfaces ou "estruturas" — para usar o termo de Flusser — que viabilizam as relações sociais.

No texto "Jogos", além da vida contemplativa e da vida ativa, Flusser introduz o labor (trabalho, no sentido de Hannah Arendt) como visão do lugar que o homem ocupa no século XIX. Contudo, rejeita essa opção, pois vislumbra a automação, que livraria o homem do trabalho. Assim, a porta que corresponde à Materamoris para Flusser é o jogo, a capacidade de brincar, sintetizando o que ele chama de *homo ludens*, "uma visão do último terço do século 20", 13 como a condição pós-histórica.

Flusser propõe "que 'jogo' seja todo sistema composto de elementos combináveis de acordo com regras. Que a soma das regras seja a 'estrutura do jogo'. Que a totalidade das combinações possíveis do repertório na estrutura seja a 'competência do jogo'. E que a totalidade das

⁹ FLUSSER, Krise der Linearität, 1988.

¹⁰ Ibidem, p. 33.

¹¹ FLUSSER, Jogos, s.d.; Filosofia da caixa preta, [1983] 2002.

¹² FLUSSER, Linha e superfície, [1973] 2007, p. 121;* Line and surface, 1973, p. 105. Na tradução para o português, o conceito de estrutura é perdido. A tradutora substitui "estruturas" por "formalismo".

¹³ FLUSSER, Jogos, s.d., p. 1.

combinações realizadas seja o 'universo do jogo'". ¹⁴ No caso do jogo da velha, por exemplo, estrutura (soma das regras) e repertório são fechados, e por isso todas as possibilidades do jogo já foram reveladas, ou seja, o jogo 'acaba' pois a competência e o universo do jogo coincidem (todas as combinações possíveis do repertório na estrutura já foram realizadas). No caso de jogos com estrutura e repertório abertos, competência e universo não coincidem. Ainda que sejam finitos e limitados (pois estrutura e repertório infinitos implicariam injogabilidade) são possivelmente inesgotáveis. O jogo aberto pressupõe que a estrutura seja modificada e o repertório, reduzido ou aumentado. Tal alteração garante a infinitude do jogo com finitude de estrutura e repertório. O jogo aberto é condição pós-histórica. O homem "distingue-se dos aparelhos que criou no curso de seus jogos pela sua capacidade de constantemente abrir seus jogos". ¹⁵ Em outras palavras, deixa de ser funcionário de seus aparelhos e passa a jogar com eles. ¹⁶

O homem pós-histórico é projeto para si mesmo em seu ambiente; não é mais sujeito de seus objetos¹⁷ e nem está sujeito ao seu ambiente numa relação de contraposição "homem versus ambiente". ¹⁸ Um dos desafios desse novo homem é projetar objetos de uso e espaços de forma menos obstaculizante possível. Flusser define design como um objeto (obstáculo) concebido para remover da vida cotidiana um problema (obstáculo). ¹⁹ Propõe, então, que o design seja responsável, ou seja, aberto ao outro, intersubjetivo, buscando obstaculizar o mínimo possível os futuros usuários. ²⁰

Isso leva ao design de estruturas (incluindo aqui as noções de regra e repertório) com as quais seja possível o jogo aberto, e não ao design de objetos e espaços acabados. Em vez de uma postura unívoca (de mão única) de projeto de espaços prescritivos ignorando o jogo, Flusser propõe o estabelecimento de canais dialógicos e reversíveis (em rede).²¹

- 14 Ibidem, p. 1.
- 15 Ibidem, p. 4.
- 16 FLUSSER, Filosofia da caixa preta, [1983] 2002, pp. 19–28.
- 17 FLUSSER, On being subject to objects, s.d.
- 18 FLUSSER, Man as subject and project, 1989, p. 4.
- 19 FLUSSER, Design: obstáculo para remoção de obstáculos?, [1988] 2007, p. 194.
- 20 Ibidem, p. 196. Para detalhes sobre a tradução do trecho sobre responsabilidade como abertura a outras pessoas, cf. KAPP, BALTAZAR & MORADO, Arquitetura como exercício crítico, [2018] nesta edição, v. 1, p. 58, nota 24.
- 21 FLUSSER, Espaço urbano e as novas tecnologias, 1985.

Ou seia, ainda que a dita 'sociedade aberta' atual aparentemente procure preservar a abertura dos espaços urbanos, isso vem sendo feito em detrimento de uma postura aberta de design que considere a onipresença ou ubiquidade dos novos media e a lógica reversível da rede. Não adianta que o espaço seja urbano (aberto ao público) e descoberto (aberto às intempéries) para que seja de fato uma estrutura aberta no sentido da reversibilidade. Flusser defende o abandono de categorias cristalizadas, sobretudo as do pensamento político (as do poder, da decisão e do governo), em favor do pensamento cibernético e reversível. A isso ele complementa: "Tarefa difícil e perigosa. Mas devemos assumi-la, sob pena de tornarmo-nos vítimas de um totalitarismo programador e programado de eficiência inimaginável". 22 Um possível escape de tal totalitarismo seria programar o campo das relações sociais no sentido de mudar as relações de produção. No lugar de mudanças político-sociais heterônomas superficiais, pode-se pensar em programar estruturas para o jogo visando à autonomia dos diretamente interessados na produção do espaço.

O pensamento de Flusser sobre o programa apresenta nuances interessantes. No texto "Do programa", começa a esboçar o que seria a pós-história, sua relação com o programa e a automação, como algo insuportável, e é por isso nostálgico da condição histórica. Para ele, "a história, (como fluxo de acontecimentos surpreendentes e imprevisíveis) está superada". A pós-história estaria atrelada à falta de surpresa e a um futuro programado, principalmente pelo círculo vicioso do consumo, o que seria insuportável. O homem seria mero funcionário do programa, e sua única chance seria rebelar-se contra o programa, o que Flusser demonstra ser possível, uma vez que o homem pode sentir tédio e nojo e, assim, funcionar mal (diferente das máquinas). Nesse texto Flusser ainda não parece ver a automação como liberadora, apenas como obstáculo funcionalizante e objetificante do homem, a ser superado.

No texto "Nosso programa", Flusser propõe um entendimento abstrato dos programas como "sistemas nos quais o acaso vira necessidade",²⁴ contrapondo o programa ao destino (pensamento finalístico) e à ciência (pensamento causalístico). Programas "são jogos nos quais todas as virtualidades, até as menos prováveis, se realizarão

²² Ibidem, p. 2.

²³ FLUSSER, Do programa, s.d., p. 2.

²⁴ FLUSSER, Nosso programa, 1983, p. 27.

necessariamente, se o jogo for jogado por tempo suficientemente longo". ²⁵ Como argumentado em "Jogos", o que interessa não é a infinitude do programa, ou das possibilidades de estrutura e repertório, mas sua abertura para a mudança, incluindo o acaso. O homem pós-histórico deve jogar com o programa (assumindo que é aberto), e não se sujeitar a ele.

Já em "A fábrica", Flusser argumenta a favor da automação, apontando, ainda que com certo otimismo, o impasse da relação reversível entre homem e aparelho eletrônico. "Ambos só podem funcionar conjuntamente: o homem em função do aparelho, mas, da mesma maneira, o aparelho em função do homem. Pois o aparelho só faz aquilo que o homem quiser, mas o homem só pode querer aquilo de que o aparelho é capaz". Nesses dois últimos textos, a condição pós-histórica já é esboçada com certo otimismo. A automação começa a comparecer numa relação dialética com o homem, e o que era descrito como condição insuportável começa a parecer situação ideal.

A discussão sobre a pós-história como condição atual inovadora parece ser posta pela primeira vez em 1973, em "Line and surface", com o conceito de "estruturas". Quando Flusser fala que vivemos hoje em "estruturas", ele não ignora as duas condições anteriores (imagem-superfície e escrita-linear), mas propõe "estruturas" como condição possível a partir de um retorno consciente da lógica linear à lógica superficial (imagens que ordenam conceitos).

Quando o homem se assumiu como sujeito do mundo, quando recuou um pouco do mundo para pensar sobre ele — quando se tornou homem —, assim o fez graças à sua curiosa capacidade de imaginar o mundo. Assim criou um mundo de imagens para fazer a mediação entre ele e o mundo dos fatos, com os quais estava perdendo contato à medida que se distanciava para observá-los. Mais tarde ele aprendeu a lidar com esse seu mundo imagético [imaginal] graças a outra capacidade humana — a capacidade de conceber. Ao pensar por meio de conceitos, o homem tornou-se não somente sujeito de um mundo objetivado de fatos, mas também de um mundo objetivado de imagens. Agora, contudo, ao voltar-se novamente à sua capacidade imaginativa [imaginal], está começando a aprender a lidar

²⁵ Ibidem, pp. 27-28.

²⁶ FLUSSER, A fábrica, [1991] 2007, p. 40.

²⁷ Discussão que é trazida em 1988 para o contexto da telemática, em Krise der Linearität.

com seu mundo conceitual. Mediante a imaginação ele começa a objetivar seus conceitos e, consequentemente, a libertar-se deles. Na primeira posição, o homem encontra-se em meio a imagens estáticas (no mito). Na segunda posição, encontra-se entre conceitos lineares progressivos (na história). Na terceira posição, ele encontra-se em meio a imagens que ordenam conceitos (em 'estruturas'). Mas essa terceira posição implica um estar-no-mundo tão radicalmente novo que seus múltiplos impactos são difíceis de compreender.²⁸

Assim como no jogo, estruturas são interfaces programadas que podem ser alteradas, mantendo o jogo aberto. O interessante da proposição de Flusser é que a condição "estrutural" emerge da complexidade da relação dialética das imagens com conceitos; da possibilidade de a capacidade imaginativa ordenar conceitos, não mais uma ordenação linear, meramente racional, e muito menos uma imaginação estática, superficial. Isso aponta para uma presença da imagem que não se encerra nela mesma. Voltando à Materamoris (porta escolhida por Polifilo), há uma forte presença da imagem, e Polifilo conscientemente se deixa seduzir, mas o que está por trás da porta é um campo (ou estrutura) aberto a relações sociais diversas. Em outras palavras, a complexidade da construção estrutural não está mais na superfície, mas na abertura da estrutura para a ação das pessoas. Há uma elaboração conceitual que ganha evidência na estrutura que se abre ao jogo. A proposição inicial deste artigo era uma reflexão sobre as ideias de Flusser e sua relação com Materamoris (a alternativa à prática arquitetônica vigente), trazendo à tona a possibilidade da imagem, da representação, do espaço concebido, em favor do espaço vivido. Tal proposição implica o design (a concepção) de uma interface (ou estrutura) aberta, dialógica, que obstaculize o mínimo possível a continuidade da produção (social) do espaço (vivido).

28 FLUSSER, Linha e superfície, [1973] 2007, p. 121;* Line and surface, 1973, p. 105. No original, o homem, inserido nessa posição pós-histórica, em meio a imagens que ordenam conceitos, está em "estruturas". A tradução de Raquel Abi-Sâmara para o português não só ignora o termo "estruturas", como propõe, no lugar, o termo "formalismo" como uma espécie de síntese das imagens que ordenam conceitos, distorcendo totalmente a proposição original. Flusser usa o termo "formal" em vários outros lugares, e não por acaso adota o termo "estruturas", no plural e entre aspas, no texto em questão. O termo estrutura (sem aspas e no singular) é usado quando ele fala do jogo, e me parece haver uma clara conexão entre as duas proposições, que nada têm de formalistas. Há outras pequenas distorções na tradução e, por isso, optei por manter minha própria tradução do inglês.

No intuito de esboçar uma possível síntese das possibilidades da produção do espaço, assumindo Materamoris como condição pós-histórica baseada no jogo e na lógica da "estrutura" proposta por Flusser, apresento o exemplo da *D-tower*, uma escultura de doze metros de altura no centro da cidade de Doetinchem, na Holanda. Foi concebida como uma estrutura artística composta pela torre, um website e um questionário, com intuito de mapear e colocar em evidência as emoções dos moradores da cidade. A estrutura visual tem um repertório bastante restrito (quatro cores) que representam quatro estados de emoção da cidade (felicidade, amor, medo e ódio). A estrutura funciona como output estatístico do input em um questionário on-line.

O interessante da torre (e o motivo de mencioná-la aqui) é sua programação. Recorrendo às categorias de Flusser para o jogo, pode-se dizer que a estrutura (conjunto de regras) aparente é bastante simples (quatro cores, cada uma representando uma emoção: azul para felicidade, vermelho para amor, amarelo para medo e verde para ódio), e se a torre fosse apenas um display imediato o jogo não seria aberto, pois já teria realizado todas as suas possibilidades, coincidindo competência e universo do jogo. Contudo, a torre está atrelada a um website e a um questionário que garantem sua abertura. O website permite o diálogo entre participantes e visitantes, que, além de compartilharem ideias, também podem postar cartas virtualmente. O questionário, parte mais interessante e que mantém a torre viva, apesar de ter um funcionamento simples, é o que complexifica a estrutura. Ele contém trezentas e sessenta questões disponibilizadas a cada dois dias para um grupo de participantes que se inscrevem voluntariamente a cada seis meses. Assim, dia sim, dia não, os inscritos recebem quatro perguntas, e suas respostas são trabalhadas estatisticamente e transformadas em informação gráfica espacializada tanto no mapa da cidade no website quanto na torre por meio das cores. As perguntas são algo como "você está feliz com seu parceiro?", e as respostas podem variar: "muito feliz", "feliz", "um pouco", "não", "de jeito nenhum" e "não se aplica", cada uma com uma atribuição de pontos. No site esses dados aparecem com tratamento mais fino, por exemplo, espacializados por CEP. Assim, sabe-se que rua da cidade é a mais feliz, a mais medrosa, a mais amável e a mais odiosa a cada dia.

A torre simplesmente coloca em evidência a sensação predominante. Por evidenciar o resultado coletivo de interações individuais, possibilita que sejam desencadeadas ações e interações sociais para mudar o rumo do que é colocado visível. Literalmente concretiza o que Flusser chama de "estruturas" visando ao engajamento político (alterando o campo das relações sociais). Ainda que estrutura e repertório da parte física desse jogo sejam limitados, a abertura do jogo acontece por meio do questionário. A programação das perguntas (ainda que de múltipla escolha) abre uma gama de possibilidades para o jogo, ampliando a estrutura (regra) e aumentando o repertório. Não se trata de dizer estou feliz ou não, estou amando ou não, estou odiando ou não, ou estou com medo ou não. As perguntas variam, passeando por uma diversidade de assuntos relativos aos quatro sentimentos.

Em resumo, assume-se a imagem como sedução, contudo sem ignorar a lógica linear. É o caso da imagem ordenando conceitos via estruturas. Tais estruturas são programadas e reversíveis. Embora a torre seja predominantemente concebida (programada e automatizada), isso acontece em favor do espaço vivido, em favor da produção social do espaço pelos diretamente interessados. A interface concebida serve para 'problematizar' a condição social, colocando-a em evidência, assumindo a condição pós-histórica de abertura para o jogo.

Essa é uma interpretação possível e otimista da argumentação de Flusser. Contudo, não se pode esquecer da crítica que o próprio Flusser faz da torre cibernética de luz de Schoeffer, ²⁹ que pretendia se relacionar com informações ambientais e da vida cotidiana próximas e remotas. No intuito de construir uma estrutura aberta, dialógica, "como uma nave ou barco no qual uma comunidade inteira possa navegar na busca de dignidade e significado", ³⁰ pode-se acabar construindo a torre da igreja de uma vila universal, o que seria um grande equívoco.

Ainda que a *D-tower* possa funcionar na lógica do jogo aberto, isso não pode ser garantido em sua estrutura (física, digital ou híbrida). Como alerta Michel Foucault, a garantia do exercício da liberdade nunca vai estar inerente à estrutura das coisas, pois a garantia da liberdade é a própria liberdade.³¹ O engajamento social com a estrutura é fundamental para sua existência como jogo aberto. A autonomia dos diretamente interessados nas estruturas sociais não pode ser garantida, mas pode ser possibilitada. Cabe aos criadores de estruturas conceberem a abertura e aos usuários decidirem se serão funcionários ou jogadores. A opção

²⁹ FLUSSER, Nicolas Schoeffer's 'cybernetic light tower', s.d.

³⁰ Ibidem.

³¹ FOUCAULT, Space, knowledge, and power, [1982] 2002, p. 355.

de Polifilo, no século XV, foi pelo caminho que possibilitava o jogo aberto e por tornar-se jogador, se deixando seduzir. Mas, infelizmente, essa não é a opção predominante no modo de produção da arquitetura.

[2015] Price e Flusser: produção habitacional no século XXI

Ana Paula Baltazar | Lorena Melgaço

Este texto foi escrito para o simpósio internacional *Do conceito à imagem:* a cultura da mídia pós-Vilém Flusser, em 2012. Visando à autonomia na produção habitacional no século XXI, já tínhamos começado a discutir a possibilidade de alinhamento das ideias de Flusser com as de Cedric Price. O texto aponta um embrião de prática motivada por interesses sociais e construtivos, para além da mera reprodução formalista dos processos de projeto convencionais. A discussão avança para a proposta de arquitetura como interface, e não como espaço acabado, e articula ideias de Flusser e Price nessa direção. Uma das contribuições do artigo é ter rastreado menção a projetos de Price numa versão pouco conhecida de um texto de Flusser em alemão.¹

Propomos aqui a discussão das possibilidades de alinhamento das ideias de Cedric Price com as de Vilém Flusser, principalmente obsolescência programada, incerteza, *value-free*, deleite, informalidade e jogo, para entender o potencial de aplicação de tais ideias no contexto da habitação de interesse social flexível e evolutiva visando a autoconstrução, autoprodução e, idealmente, autonomia.

Antes de começarmos a discussão das possibilidades de alinhamento das ideias e sua viabilidade para promover a autonomia dos diretamente interessados na produção do espaço habitacional, vale uma ressalva (ou alerta, se preferirem). Como trabalhar essas ideias a caminho da autonomia de quem produz seus espaços evitando um retorno nostálgico às propostas dos arquitetos dos anos 1970 (que por sinal não resultaram em nenhuma autonomia) e escapando do fetiche da arquitetura social no século XXI?²

- 1 Primeira publicação: Cedric Price e Vilém Flusser: apontamentos para uma abordagem autônoma da produção habitacional de interesse social no século 21. In: Michael Hanke; Élmano Ricarte de Azevêdo Souza (eds.). *Do conceito à imagem: a cultura* da mídia pós-Vilém Flusser. Natal: EDUUFRN, 2015, pp. 149–173.
- Quanto à (falta de) autonomia, ver a proposta de John F. C. Turner (Housing by people, 1976) que acabou reduzida à participação (ou ao participacionismo), servindo

Na década de 1970, diversas iniciativas exploraram a participação e a autoconstrução pela simplificação dos processos construtivos, como o método de autoconstrução de Walter Segal e a flexibilidade do espaço de John Habraken. Apesar de abrirem caminho para a discussão proposta aqui, deve-se evitar um retorno nostálgico a tais ideias, pois, além de inseridas em outro contexto, em última análise, não resultaram na desejada autonomia. Sua reprodução acrítica reforçaria a disseminação do fetiche da arquitetura social do século XXI, que se vale dos mesmos instrumentos formais da prática convencional para atender crescentes demandas e está imersa na atmosfera de banalização das práticas sociais em modelos que resultam num entusiasmo mimético. Para escapar a essa tendência, é preciso ampliar a discussão e criar meios (interfaces) para que os diretamente interessados consigam ter acesso a informação e meios de produção para a autonomia na produção do espaço.

Aqui, lançaremos mão da discussão proposta por José António Bandeirinha para avançar a análise crítica da produção habitacional atual frente aos ideais dos anos 1970 e ao fetiche da arquitetura social, para então chegarmos à discussão das possibilidades de autonomia a partir das ideias de Flusser e Price. O contexto ou o clima geral da arquitetura do século XXI é bem distinto do contexto e das motivações dos anos 1970 (na verdade, do período entre as décadas de 1960 e 1980). Bandeirinha aponta isso muito bem quando discute os reflexos do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) na produção habitacional contemporânea. O SAAL surgiu de uma política habitacional durante o governo provisório na Revolução dos Cravos em Portugal nos anos 1970, que promoveu financiamento e assistência técnica para associações de moradores construírem habitações dignas. A relevância dessa experiência deve-se, principalmente, à quantidade de habitações providas (milhares) e à diversidade de propostas arquitetônicas e de gestão dos empreendimentos pelas associações de moradores.

de munição para grupos neoliberais que advogam a retirada do Estado (e de investimentos públicos) de cena.

Quanto ao fetiche da arquitetura social no século XXI, referimos por esta expressão o fato de os arquitetos enfeitiçados por demandas sociais se ocuparem de tais demandas usando os mesmos instrumentos formais da prática convencional, como se o que estivesse em jogo não fossem as relações sociais de produção (e uma possível transformação social), mas o atendimento formalista das demandas (usualmente baseado em produtos resultantes de experimentos sociais dos anos 1970, que são lidos como modelos formais e replicados).

Em seu texto "'Verfremdung' vs. 'Mimicry': o SAAL e alguns dos seus reflexos na contemporaneidade", Bandeirinha discute dois conceitos importantes, Verfremdung e Mimicry. Verfremdung é a noção brechtiana de 'distanciamento' que foi apropriada por Álvaro Siza para abordar a participação no projeto no caso do SAAL, focando no fato de que "o compromisso com os moradores não significava assumir diretamente as suas aspirações, mas antes a consciência, rigorosa e permanente, de estar representando os seus interesses através da representação que, neste caso, era a Arquitetura".3 Mimicry é a noção lacaniana de "uma atitude de camuflagem em que o sujeito se faz passar pelo outro, não para se harmonizar com este, mas antes para o atacar". ⁴ Tal noção de camuflagem é apropriada por Homi Bhabha nos estudos culturais pós--colonialistas para criticar os discursos que ilusoriamente empoderam o outro, o colonizado, a partir de uma falsa homogeneização, para na verdade se apropriar do outro com estratégias reformistas, regulatórias e disciplinares. Bandeirinha discute a diferença de motivação e contexto da produção dita social da arquitetura nos anos 1970 e na atualidade, contrapondo as noções de distanciamento e camuflagem.⁵

Bandeirinha aponta que a arquitetura dos espaços habitacionais no pós-guerra "trilhava [...] um percurso que se situava entre a crise produtiva e a demissão formal", em que o próprio *modus operandi* da arquitetura (apoio técnico para reprodução dos tipos formais vigentes) era posto em xeque.⁶ Vale lembrar que, no fim dos anos 1960, a arquitetura volta-se para abordagens fenomenológicas e semióticas, propondo

- 3 BANDEIRINHA, 'Verfremdung' vs. 'Mimicry', 2010, p. 71.
- 4 Ibidem, p. 68.
- 5 Bandeirinha fala que "são dessa gênese [Mimicry] os discursos que tentam reconhecer algumas das virtudes socialmente instituídas nos perfis comportamentais dos indivíduos e das comunidades tidos como 'menos evoluídos embora selvagens, têm bom coração; embora miseráveis, têm dignidade; embora famintos, não são violentos'; e por aí adiante" (ibidem, p. 69).
- 6 Ibidem, p. 66. Bandeirinha enfatiza que, nos anos 1970, a arquitetura "era conotada direta e indissoluvelmente com o establishment capitalista, que promovia a dissolução da cidade e que gerava as contradições a partir das quais se fundava esse outro tipo de cidades, mais pobres e marginais" (ibidem, pp. 65–66). Por um lado, esse atrelamento ao capitalismo levou pensadores como Manfredo Tafuri a pronunciarem a crise da função ideológica da arquitetura e a inutilidade do debate, frente à impossibilidade de superar tal crise. Por outro lado, levou arquitetos como John F. C. Turner e Carlos Nelson Ferreira dos Santos a questionarem a prática arquitetônica que simplesmente promovia apoio técnico à reprodução dos tipos de implantação habitacional vigentes. Bandeirinha menciona que Turner advogava a "inutilidade" enquanto Carlos Nelson advogava a "demissão" de tal exercício da arquitetura. Isso acontecia no contexto da produção habitacional massiva pós-Segunda Guerra.

um afastamento das prescrições formais que resultavam do atrelamento da prática profissional às ciências exatas.7 Ainda que o abandono da prática formalista não tenha de fato acontecido de maneira generalizada (fenomenologia e semiótica foram prontamente incorporadas à prática formalista), parece que pontualmente, principalmente nos casos de atendimento de demandas sociais, isso começou a ser considerado. Bandeirinha argumenta nessa direção quando fala que "a investigação apontava seriamente para a simplificação de processos tendente à democratização da capacidade construtiva" (grifo nosso).8 Contudo, o próprio Bandeirinha sustenta que, no caso do SAAL, "o investimento na formulação de pressupostos metodológicos que pudessem veicular relações de mudança ou ruptura com a tradição foi, dada a pressão social e política que envolvia as intervenções, pouco significativo" e que "as condições de exercício da Arquitetura nas operações do processo SAAL foram reguladas por uma relação tradicional com o projeto". Independentemente de o processo ter resultado na manutenção da tradição de projeto, não há dúvida que a motivação dos arquitetos e o contexto eram diferentes do que vemos atualmente. A consideração da participação popular no processo de projeto, respeitando o que Siza chama de distanciamento, era parte da motivação dos arquitetos que lidavam com demandas sociais nos anos 1970. O contexto social era visto como algo a ser transformado pela arquitetura, que 'representaria' os interesses da comunidade. Ainda que a solução apontada para uma nova prática fosse baseada na ideia de o arquiteto representar a comunidade, e não de envolver diretamente os interessados, havia uma discussão explícita sobre a inutilidade da prática convencional da arquitetura para o atendimento das demandas dos espaços cotidianos, principalmente habitacionais.

- 7 Cf. Padovan, Proportion, 1999, pp. 1–4. Padovan fala da moção "Systems of proportions make good design easier and bad design more difficult" (Sistemas de proporção tornam bons projetos mais fáceis de serem feitos e maus projetos mais difíceis), que perdeu por sessenta votos a quarenta e oito, no RIBA, em 18 de junho de 1957. Nos anos 1940 e início dos 1950, o debate na arquitetura girava em torno da aplicação de regras formais para projetos (sistemas matemáticos e teoria da proporção), culminando no ensaio de Colin Rowe, "The mathematics of the ideal villa", de 1947; no fim dos anos 1950, o debate já se ocupava de questões espaciais (o livro de Bruno Zevi, Saper vedere l'architettura, de 1948, foi traduzido para o inglês, em 1957, sob o título Architecture as space: how to look at architecture); no fim dos anos 1960, se ocupava da semiótica (Jencks, Baird, Broadbent, Bunt, Eco etc.).
- 8 BANDEIRINHA, 'Verfremdung' vs. 'Mimicry', 2010, p. 67.
- 9 Ibidem, p. 72.

Já no século XXI não se pode dizer o mesmo nem do contexto social, nem do debate em torno da arquitetura e da prática profissional.

Por um lado, a saturação do mercado de trabalho, pelo que diz respeito à encomenda tradicional, conduz à procura de frentes de ação menos comuns, mais inovadoras, se quisermos. Por outro lado, a proverbial generosidade da juventude, associada a uma certa nostalgia, quem sabe se justificada, da ambição de mudar o mundo que caracterizou algumas gerações anteriores, conduzem os *newcomers* da profissão a um fascínio pela possibilidade de trabalharem para estratos sociais e para contextos urbanos mais pobres ou, como se diz hoje, onde não há investimento e, por conseguinte, onde a intervenção dos arquitetos é, por definição, mais arredia.¹⁰

Essa "renovada dedicação" é, para Bandeirinha, "muito diversa daquela a que assistimos nos anos sessenta e setenta". Há uma clara diferença tanto histórico-ideológica quanto na maneira de encarar as transformações sociais. O papel que a arquitetura desempenha atualmente, como motivação e como disciplina, parece ter se invertido em relação aos anos 1970. Os arquitetos parecem mais interessados em sistematizar em modelos as soluções formais da autoprodução e da auto-organização, para os adotarem em situações convencionais de projeto, do que em repensar a prática arquitetônica para contribuir com tais processos de autoprodução e auto-organização do espaço. No entanto, a origem desse modelo formal é anterior, como indica o projeto Habitat 67 de Moshe Safdie, em Montreal, que imita a forma da favela e fabrica um conjunto habitacional todo predeterminado em módulos pré-fabricados, sem nenhuma possibilidade de alteração dos espaços pelos moradores.

Nesse sentido, Bandeirinha indica que passamos de um modelo social, que ele chama de *turneriano*, para um "modelo formal de raiz inspiradamente desconstrutivista", que ele argumenta ser 'mimetizante'. Nas palavras do próprio Bandeirinha, esse modelo mimetizante "é um jogo de duplo efeito, uma vez que se, por um lado, visa a apropriação de, e o domínio sobre, a alteridade, por outro lado, e em simultâneo, é útil

¹⁰ Ibidem, p. 65.

¹¹ Bandeirinha fala que "hoje, não são tanto as formas de organização social, nem as práticas que lhes são correlatas, que inspiram modelarmente a alteridade erudita, mas é a própria dinâmica morfológica — o desenho das casas, dos bairros, as suas recíprocas mediações, a tensão transformadora do tempo, etc. — que traz motivações fortíssimas para a prática arquitetônica" (ibidem, p. 68).

Conjunto Habitacional da Bouça, Porto, antes da reforma de 2004–2006, quando os moradores ainda ocupavam à sua maneira (arquivo pessoal de Fernando Cardoso, morador e presidente da Associação da Bouça).

















como meio de renovação dos modelos e das práticas inerentes à própria disciplina, alimentando a frenética procura de novidades que a dinâmica contemporânea dos mercados arquitetônico-culturais promove". 12

Bandeirinha aponta que o contexto (referencial e metodológico da produção do espaço por arquitetos) passou de objeto de transformação a modelo, "descomprometendo radicalmente o papel mediador do projeto de arquitetura". Ainda que o foco de Bandeirinha pareça estar na defesa do arquiteto como mediador social por meio do projeto (arquitetura como 'representação' dos interesses dos moradores), não podemos deixar de perceber a relevância do que ele levanta, que diz respeito às diferentes formas de encarar o papel do arquiteto que lida com demanda social nos anos 1970 e no século XXI.

Como estamos no século XXI, imersos na atmosfera da banalização das práticas sociais em modelos, e nos propomos a estudar as iniciativas dos anos 1970, parece importante precisar nosso objetivo, que não é nem um retorno aos anos 1970 e ao arquiteto como o mediador distanciado, tampouco um alinhamento com o entusiasmo mimético atual. Como já dito antes, nosso objetivo é ampliar a discussão e criar meios (interfaces) para que os diretamente interessados consigam ter acesso a informação e meios de produção visando à sua autonomia na produção do espaço.¹⁴

Para escapar às duas tendências discutidas acima, vale retomar a proposta de "simplificação de processos tendente à democratização da capacidade construtiva", de que fala Bandeirinha. Ainda que pudesse estar presente e ter sido seriamente discutida nos anos 1970, tal proposta jamais se viabilizou e nos parece ser o foco ideal para uma releitura das ideias dos arquitetos dos anos 1970. Independentemente de o foco das propostas dos arquitetos estar ou não em sistemas construtivos, o que importa é a simplificação dos processos visando ampliar o engajamento das pessoas na produção de seus espaços, desde a construção propriamente dita até a apropriação criativa durante o uso. Assim, tal

¹² Ibidem, p. 69.

¹³ Ibidem, p. 70.

Para isso é necessária a produção de uma gama de interfaces informativas como as propostas pelo MOM. Tais interfaces são cartilhas, escadômetro, estruturômetro, interface de espacialidade, MAHR (Método de Autoconstrução Habitacional Racional) etc., propiciando níveis diferentes de informação, desde informar para tomar decisão inicial até informar para executar um processo específico ou informar para ampliar as possibilidades de ação no espaço.

simplificação diz respeito tanto aos processos de construção quanto à ampliação da gama de possibilidades de articulação e uso dos espaços.

A discussão proposta aqui enfoca a ampliação da gama de possibilidades de articulação e uso de estruturas e espaços a partir das ideias de obsolescência programada, incerteza, *value-free* e deleite, de Price, e as de responsabilidade no design, informalidade e jogo, de Flusser.

As ideias de Price serão discutidas a partir de um pequeno recorte de seu pensamento, que serve bem ao nosso propósito aqui, que é a proposta de uma mudança na prática profissional: de exercício formal do arquiteto para um imbricamento com o cotidiano, com o ordinário. "Price queria esvaziar a arquitetura ao ponto de ela se tornar indistinguível do ordinário". 15 Por isso não tinha nenhum interesse em 'comunicações visuais', como as propostas por seus contemporâneos do grupo Archigram. "Todo o seu esforço se concentra em levantar questões e descrever processos de solução. Como resultado, ele ignora completamente qualquer aspecto formativo [formal], neutralizando a própria expressão ao âmbito do instantaneamente esquecível". 16 Como observa Royston Landau, o trabalho de Price não apela para um comprometimento formal arbitrário, e por isso a importância de entender cada um de seus produtos como um processo de compreensão de problemas (problem-understanding) e formulação de perguntas (question-asking). 17 Um dos pontos-chave do trabalho de Price era incorporar a incerteza no produto, focando nas questões postuladas e no seu entendimento, sem, contudo, formular uma resposta fechada, como uma solução para um problema conhecido. Ele assumia o desconhecimento dos problemas e entendia a arquitetura como uma possibilidade de investigação. Para ele "ninguém deveria estar interessado no projeto de pontes — deveriam se preocupar em como chegar ao outro lado". 18 A solução proposta era sempre uma espécie de interface para lidar com a incerteza, articulando estruturas, containers, gruas etc. visando promover um ambiente para o deleite, livre de valores prescritos (value-free), onde as pessoas diretamente interessadas é que atribuiriam valor ao espaço.

Price propunha a rejeição do papel da arquitetura como mera enriquecedora formal dos ambientes, tal como vem sendo praticada.

¹⁵ KOOLHAAS, Introduction, RE:CP by Cedric Price, 2003, p. 6.

¹⁶ ISOZAKI, Erasing architecture into the system, [1975] 2003, p. 27.

¹⁷ Landau apud ISOZAKI, Erasing architecture into the system, [1975] 2003, p. 27.

¹⁸ PRICE, The square book, [1984] 2003, p. 51.

"Tal papel simplesmente encoraja escadas confortáveis, agradáveis tetos à prova d'água e letreiros atrativos em painéis de informação". 19 Price argumenta que "atualmente há um espectro amplo de deleite e entendimento humanos deixados para encontros sensoriais ao acaso. A passagem do tempo, a velocidade das estações, as mudanças do clima, o crescimento da inteligência e o envelhecimento do corpo são usualmente compensados pela arquitetura, em vez de usados como partes constituintes de um menu para estender o valor e a utilidade da vida humana". 20

A arquitetura não vem sendo pensada como uma interface aberta à incerteza, incorporando em seu repertório as contingências da vida. Pelo contrário, a arquitetura vem sendo projetada como uma espécie de resposta às contingências, na tentativa de as controlar, obviamente desencadeando novas contingências e novos descontroles que demandam novos projetos para resolvê-los. Flusser descreve isso muito bem quando fala que design é obstáculo para remoção de obstáculo, ou seja, no intuito de remover um problema (obstáculo), projetamos um objeto (ou espaço) que nada mais é que um novo obstáculo. Contudo, Flusser aponta que a responsabilidade no design está justamente em tornar esse obstáculo, que projetamos para remover um obstáculo existente, o mais aberto ao outro possível.²¹ Há um alinhamento claro entre as ideias de Price de incerteza, *value-free* e deleite com a ideia de Flusser de responsabilidade no design.

Uma tal abertura do projeto e do produto (objeto ou espaço) para o outro, implica uma eterna incompletude e a consideração do tempo de maneira pouco usual. No caso da arquitetura, isso faria com que o edifício se tornasse um processo de infindos acasos, diretamente ligados ao tempo, como o próprio Price coloca:

Flexibilidade intrínseca ou sua alternativa, a obsolescência planejada, pode ser atingida satisfatoriamente somente se o fator tempo for incluído como um fator projetual absoluto no processo total de projeto. Tal consciência calculada do fator tempo, relacionada à inclusão de atividades e

¹⁹ PRICE, The invisible sandwich, 2003, p. 12.

²⁰ Ibidem, p. 12.

²¹ FLUSSER, Design: obstáculo para a remoção de obstáculos?, [1988] 1999. Para detalhes sobre a tradução do trecho decisivo para este argumento, cf. KAPP, BALTAZAR & MORADO, Arquitetura como exercício crítico, [2018] nesta edição, v. 1, p. 58, nota 24.

seus inter-relacionamentos deve se estender à avaliação da vida útil válida do complexo todo, avaliada primeiramente em termos sociourbanos.²²

No caso do Fun Palace, um projeto de instalações móveis imaginado por Price em parceria com Joan Littlewood, Price levou em conta uma diversidade de fatores socioambientais e físicos para concluir que o edifício deveria durar apenas dez anos. Além da vida útil social do edifício, sua obsolescência programada (ou planejada), a proposta encampa uma série de artifícios estruturais móveis que permite o engajamento dos usuários em sua reconfiguração ao longo de sua vida útil. Essa proposta nunca foi construída, mas o Kentish Town Interaction Centre partiu do mesmo princípio e teve seu desmanche fortemente defendido pelo próprio Price, pouco antes de sua morte, em 2003.²³

Segundo Isozaki, Price tendia ao "não design", o que muitas vezes foi ironizado por seus pares, quando contavam um episódio em que Price foi procurado por um casal com a demanda de projeto de uma casa e, depois da conversa inicial, aconselhou que eles se separassem em vez de construir uma casa. Ironia à parte, o que Price evidenciava era "uma preferência por desmantelar a arquitetura e fazê-la desaparecer em sistemas não convencionais relevantes para demandas sociais".²⁴

Price ignorava o campo e as regras do campo. Fazia o que achava que deveria, em cada caso específico. Suas ideias (obsolescência programada, incerteza, *value-free*, deleite etc.) levavam em conta uma problematização da vida cotidiana, tirando o foco do arquiteto, de sua profissão, de seu projeto e desviando da prescrição da vida alheia a partir de um projeto baseado na solução de problema de maneira convencional. Ou seja, Price era contra projetos que, para atravessar de um lado a outro, propunham uma ponte, de preferência uma bem inusitada, que fosse publicada nas revistas. Muitas vezes Price propôs não fazer nada, não construir nada, levantando questões interessantes: além do episódio do casal, em que Price aconselhou a separação em vez de fazer o projeto da casa, no caso de um concurso para Manhattan, ele propôs que

- 22 Price apud ISOZAKI, Erasing architecture into the system, [1975] 2003, p. 33.
- Os Conservationists de Londres pretendiam tombar o conjunto, contra o que Price argumentou veementemente, defendendo que o prédio já não mais cumpria sua função social e que deveria ceder lugar a outra apropriação do espaço, mais útil para seu tempo, e que, se quisessem respeitar a 'obra', deveriam lembrar que sua obsolescência havia sido planejada. Ou seja, de um jeito ou de outro, deveria ser desmanchada
- 24 ISOZAKI, Erasing architecture into the system, [1975] 2003, p. 45.

nada fosse construído, mas levantou uma série de possibilidades de abertura de usos no lugar.²⁵

Price era veementemente contra o tombamento patrimonial, argumentando que "um crescente volume de espaço, no qual o indivíduo vive e trabalha, está sendo artificialmente preservado não por sua utilidade, mas pelo prazer cinestésico desfrutado por poucos, que, por sua vez, acham que isso deve ser reconhecido por muitos". Mais adiante, no mesmo texto, fala da tendência ao crescimento da obsolescência social da maioria dos elementos do ambiente urbano: "É duvidoso que a validade do edifício de escritórios de vários andares dos anos oitenta sobreviva o próximo século. Mas o que acontece se até lá estes edifícios forem tombados pelo patrimônio?". Price acreditava que um alto grau de destruição do tecido existente era uma contribuição positiva à qualidade benéfica da mudança social. O foco de Price era na produção de edifícios como estruturas, e não como formas ou conteúdos permanentes.

É em torno do conceito de estrutura que mais uma vez coincidem as ideias de Price e Flusser. Num texto de 1973, "Line and surface", Flusser chega ao conceito de *estrutura*. Ele argumenta que vivemos hoje, na pós-história, em 'estruturas', sem, no entanto, ignorar as duas condições anteriores (imagem-superfície e escrita-linear), mas propõe 'estruturas' como condição possível a partir de um retorno consciente da lógica linear à lógica superficial (imagens que ordenam conceitos).

Quando o homem se assumiu como sujeito do mundo, quando recuou um pouco do mundo para pensar sobre ele — quando se tornou homem —, assim o fez graças à sua curiosa capacidade de imaginar o mundo. Assim criou um mundo de imagens para fazer a mediação entre ele e o mundo dos fatos, com os quais estava perdendo contato à medida que se distanciava para observá-los. Mais tarde ele aprendeu a lidar com esse seu mundo imagético [imaginal] graças a outra capacidade humana — a capacidade

²⁵ Segundo Isozaki, era consenso entre o júri que a melhor proposta era a de Price que propunha não fazer nada, mas "deixar o lugar continuar sendo um lugar urbano aberto" (Isozaki, Erasing architecture into the system, [1975] 2003, p. 46). Contudo, Philip Johnson, que encabeçava o júri, não deixou que Price fosse premiado, argumentando que, se a proposta de Price ganhasse, o concurso perderia todo seu significado social. Tal significado social do concurso nada mais é do que a manutenção da prática profissional formalista intacta.

²⁶ PRICE, The built environment: the case against conservation, [1981] 2003, p. 92.

²⁷ Ibidem, p. 95.

de conceber. Ao pensar por meio de conceitos, o homem tornou-se não somente sujeito de um mundo objetivado de fatos, mas também de um mundo objetivado de imagens. Agora, contudo, ao voltar-se novamente à sua capacidade imaginativa [imaginal], está começando a aprender a lidar com seu mundo conceitual. Mediante a imaginação, ele começa a objetivar seus conceitos e, consequentemente, a libertar-se deles. Na primeira posição, o homem encontra-se em meio a imagens estáticas (no mito). Na segunda posição, encontra-se entre conceitos lineares progressivos (na história). Na terceira posição, ele encontra-se em meio a imagens que ordenam conceitos (em 'estruturas'). Mas essa terceira posição implica um estar-no-mundo tão radicalmente novo que seus múltiplos impactos são difíceis de compreender.²⁸

Ainda que, em "Linha e superfície", a ideia de estruturas apenas apareça brevemente, apontando para um "estar no mundo tão radicalmente novo que seus múltiplos impactos são difíceis de compreender", Flusser elabora melhor o conceito quando fala dos 'jogos'.

Flusser propõe "que 'jogo' seja todo sistema composto de elementos combináveis de acordo com regras. Que a soma das regras seja a 'estrutura do jogo'. Que a totalidade das combinações possíveis do repertório na estrutura seja a 'competência do jogo'. E que a totalidade das combinações realizadas seja o 'universo do jogo'".29 No caso do jogo da velha, por exemplo, estrutura (soma das regras) e repertório são fechados, e por isso todas as possibilidades do jogo já foram reveladas, ou seja, o jogo 'acaba', pois a competência e o universo do jogo coincidem (todas as combinações possíveis do repertório na estrutura já foram realizadas). No caso de jogos com estrutura e repertório abertos, competência e universo não coincidem. Ainda que sejam finitos e limitados (pois estrutura e repertório infinitos implicariam injogabilidade) são possivelmente inesgotáveis. O jogo aberto pressupõe que a estrutura seja modificada e o repertório, reduzido ou aumentado. Tal alteração garante a infinitude do jogo com finitude de estrutura e repertório. O jogo aberto é condição pós-histórica. O homem "distingue-se dos aparelhos que criou no curso de seus jogos pela sua capacidade de constantemente

²⁸ FLUSSER, Linha e superfície, [1973] 2007, p. 121;* Line and surface, 1973, p. 105. Para detalhes sobre a tradução desse trecho, cf. BALTAZAR, Materamoris como alternativa pós-histórica, [2014] nesta edição, v. 1, p. 321, nota 28.

²⁹ FLUSSER, Jogos, s.d., p. 1.

abrir seus jogos".³⁰ Ou, em outras palavras, deixa de ser funcionário de seus aparelhos e passa a jogar com eles, construindo-os num ambiente informal (as regras vão sendo desenhadas enquanto os aparelhos vão se conformando e se modificando, numa espécie de auto-organização).³¹

O homem pós-histórico é projeto para si mesmo em seu ambiente (não é mais sujeito de seus objetos e nem está sujeito ao seu ambiente numa relação de contraposição "homem x ambiente").32 Em A fenomenologia do brasileiro, Flusser aponta algumas características do homem brasileiro como exemplo desse homem pós-histórico. Contudo, também aponta a impossibilidade de o homem brasileiro assumir esse projeto pós-histórico por sua incapacidade de organização (talvez pelo excesso das características ou pela impossibilidade da existência desse homem pós-histórico). Esse pode ser lido como uma despedida elogiosa, agradecida e nostálgica do Brasil, quando Flusser voltava para a Europa,33 ou como embrião de um pensamento otimista, ainda que não maduro, sobre a pós-história. Controvérsias à parte, dentre as principais características estão a informalidade e a abertura para o jogo (indeterminação e incerteza). Tais características, embora prezadas por Flusser, são tidas pelos brasileiros como um problema, "como fatores negativos que depreciam a própria cultura frente à cultura europeia, já que essa favorece a relevância da hierarquia, da ordem e estruturação sob uma ótica determinista". 34 Ainda que não valorizadas pelos brasileiros, informalidade e incerteza são características que a cultura eurocêntrica busca atingir investindo num viés científico.

A possibilidade de ajustes em tempo real em um dado sistema, por exemplo, é buscada via cibernética, e a tentativa de escape do determinismo historicista é buscada por meio da fenomenologia. Flusser chega a afirmar que, além da investigação científica, qualquer pessoa interessada na mudança paradigmática do trabalho para o jogo, que marca a sociedade pós-industrial, deveria investigar a maleabilidade da cultura brasileira e sua abertura para o jogo e o brincar.³⁵

- 30 Ibidem, p. 4.
- 31 FLUSSER, Filosofia da caixa preta, [1983] 2002.
- 32 FLUSSER, On being subject to objects, s.d.; Man as subject and project, 1989.
- 33 BATLICKOVA, Mapas verdadeiros não existem, 2011.
- 34 BALTAZAR & CABRAL FILHO, Antropofagia no ensino introdutório de projetos, 2011, s.p.
- 35 Ibidem, s.p.

A ideia de estruturas (do design de estruturas), como proposta por Price e Flusser (incluindo aqui as noções de regra e repertório), com as quais seja possível o jogo aberto, é uma possibilidade para além do design de objetos e espaços acabados. Em vez de uma postura unívoca (de mão única) de projeto de espaços prescritivos ignorando o jogo, Flusser propõe o estabelecimento de canais dialógicos e reversíveis (em rede).36 Ou seja, ainda que a dita 'sociedade aberta' atual aparentemente procure preservar a abertura dos espaços urbanos, isso vem sendo feito em detrimento de uma postura aberta de design que considere a onipresença ou ubiquidade dos novos media e a lógica reversível da rede. Não adianta que o espaço seja urbano (aberto ao público) e descoberto (aberto às intempéries) para que seja de fato uma estrutura aberta no sentido da reversibilidade. Flusser defende o abandono de categorias cristalizadas, sobretudo as do pensamento político (as do poder, da decisão e do governo), em favor do pensamento cibernético e reversível. A isso ele complementa: "Tarefa difícil e perigosa. Mas devemos assumi-la, sob pena de tornarmo-nos vítimas de um totalitarismo programador e programado de eficiência inimaginável".37 Um possível escape de tal totalitarismo seria programar o campo das relações sociais no sentido de mudar as relações de produção. No lugar de mudanças político-sociais heterônomas superficiais, programam-se estruturas para o jogo visando à autonomia dos diretamente interessados na produção do espaço.

No texto "The city as wave-trough in the image-flood", Flusser já começa a apontar a dificuldade de entender a cidade e a produção do espaço a partir de modelos que preconizam a imagem da cidade, cristalizando a relação entre política, economia e teoria.³⁸ Flusser argumenta que:

[...] para os antigos, a economia servia à política e ambas estavam a serviço da teoria, porque teoria leva à sabedoria e à salvação. Filósofos e doutores deveriam ser reis da cidade. Para os artesãos revolucionários da renascença, economia e teoria deviam servir à política, porque estas levam à liberdade e à autodeterminação humana, graças ao trabalho. Os cidadãos deveriam ser reis da cidade. Atualmente, política e teoria estão a serviço

³⁶ FLUSSER, Espaço urbano e as novas tecnologias, 1985.

³⁷ Ibidem, p. 2.

³⁸ FLUSSER, The city as wave-trough in the image-flood, [1992] 2005.

da economia, porque essa leva à liberdade de escolha e à felicidade. Os consumidores deveriam ser reis da cidade. Essas são três maneiras de ler a típica imagem da cidade.³⁹

Para Flusser, essas imagens da cidade não são mais úteis como modelos, pois os três espaços da cidade (político, econômico e teórico) estão imbricados. A cidade telemática desfaz as bordas entre público e privado. Nesse contexto Flusser faz referência a Cedric Price (na versão original do texto em alemão⁴⁰), discutindo a influência das tecnologias de informação e comunicação na arquitetura.

Interessante notar que, na versão traduzida para o inglês (provavelmente baseada na versão do livro *Medienkultur*, 1997), Flusser não faz menção aos projetos de Cedric Price. Na versão escrita para a revista especializada de arquitetura *Arch+*, publicada em 1992, Flusser menciona três dos projetos de Price, entre eles o *Generator*. Ainda que ele pretendesse um recorte bem mais específico do que o nosso, vale ressaltar que o próprio Flusser já vislumbrava a conexão entre suas ideias e as propostas de Price. Vale também mencionar que, só depois de termos elaborado o argumento da conexão entre as ideias de Price e Flusser, tivemos acesso ao texto original em alemão, o que reforça nosso argumento.

Para Flusser, os edifícios de Price — se é que assim podemos chamá-los — são ferramentas que abrem possibilidades de exploração para cada indivíduo. Flusser descreve o projeto *Generator*, da década de 1970, como uma possibilidade de mudança de função e forma a partir de um artefato inteligente, capaz de aprender, lembrar e reagir. *Generator* foi concebido com a lógica de montagem de menu, e é com essa analogia que Price descreve o seu projeto: o uso de uma estrada já existente no local seria a matriz operacional, isto é, a mesa, e a arquitetura, o prato de comida. Essa matriz operacional tem como objetivo ser uma ferramenta que liberte o usuário do designer, uma vez que o usuário poderia combinar diferentes peças e ferramentas dispostas — como gruas e containers — em espaços a serem utilizados de forma temporária. Generator era composto de quatro programas computacionais distintos:

³⁹ Ibidem, p. 323.

⁴⁰ FLUSSER, Die Stadt als Wellental in der Bilderflut, 1992.

⁴¹ Ibidem.

⁴² PRICE, The square book, 2003.

o arquiteto incessante (nas palavras de Flusser); o programa responsável por fazer o inventário das peças que constituíam o *Generator* e apontar as possibilidades de mudança para o usuário; o programa responsável por estimular mudanças na configuração do espaço, instigando o usuário a experimentar; e o programa responsável pela otimização dos espaços. Caso não houvesse mudanças, o sistema poderia se entediar e transformar a configuração do *Generator*. Essa proposta é, para Flusser, o exemplo de uma arquitetura de fato.⁴³

Generator ilustra bem a observação feita por Gordon Pask sobre a relação entre arquitetura e cibernética, e o papel do arquiteto nesse contexto: "arquitetos são antes de tudo designers de sistemas que foram forçados [...] a se interessar cada vez mais pelas propriedades organizacionais (isto é, intangíveis) do sistema: desenvolvimento, comunicação e controle". Por isso, Generator configura-se como um dos projetos que mais incorporam a ideia de estrutura preconizada por Flusser, juntando-a com a cibernética.

Para uma apropriação da ideia de estrutura na produção habitacional visando à autonomia, parece-nos interessante refletir sobre os conceitos de estrutura e organização discutidos na cibernética, tendo em vista a possibilidade real de "simplificação de processos tendente à democratização construtiva" de que fala Bandeirinha.

Embora algumas ideias de Price e Flusser sejam convergentes e claramente cibernéticas, ambos são críticos da cibernética e de suas simplificações. Na cibernética o determinismo estrutural é bem-vindo, assim como a organização prescritiva ou fechada. Em outras palavras, a cibernética opera com a possibilidade de uma estrutura que predetermina a organização, ainda que tal estrutura possa ser fechada ou aberta. Maturana argumenta que, no caso de uma mesa, a estrutura é fechada e, se seu tampo for radicalmente cortado, perde a lógica organizacional de mesa que estava definida em sua estrutura. Já no caso de um banheiro, a estrutura é aberta, podendo ter uma gama de variações possíveis (revestimentos distintos, posicionamento das peças, tamanho do espaço etc.), mas há um determinismo estrutural que faz com que todos reconheçamos tal espaço como banheiro, ou seja, sua organização é prescrita como banheiro. As ideias de Price e Flusser apontam para além da relação estrutura-organização tal como preconizada pela

⁴³ FLUSSER, Die Stadt als Wellental in der Bilderflut, 1992.

PASK, The architectural relevance of cybernetics, 1969, p. 494.

cibernética. Ambos apontam para o indeterminismo estrutural, que chamamos aqui de interface, e para a possibilidade de organizações sócio-espaciais incertas, não prescritas na estrutura.⁴⁵

O indeterminismo estrutural, ou seja, o fato de a organização não estar prescrita na interface (seja ela abstrata ou concreta; uma regra ou um conjunto de peças) é crucial para ampliarmos as possibilidades de engajamento dos diretamente interessados na produção do espaço (seja da unidade habitacional ou das áreas coletivas). O papel do arquiteto passa a ser não mais o de representar os interesses da comunidade em arquiteturas-representações, mas o de projetar estruturas, ou interfaces, que não prescrevam a organização dos espaços, mas que abram possibilidades para a continuidade da produção do espaço ao longo de seu uso pelos diretamente interessados.

Observação final

Além de formular as interfaces com base no que podemos aprender com as iniciativas dos anos 1970 e com os problemas e soluções das práticas de autoconstrução, temos que nos concentrar em entender com clareza (e tentar quebrar) as resistências ao uso de componentes e processos (muitas vezes até desconhecidos) que não os usuais vindos dos canteiros heterônomos.

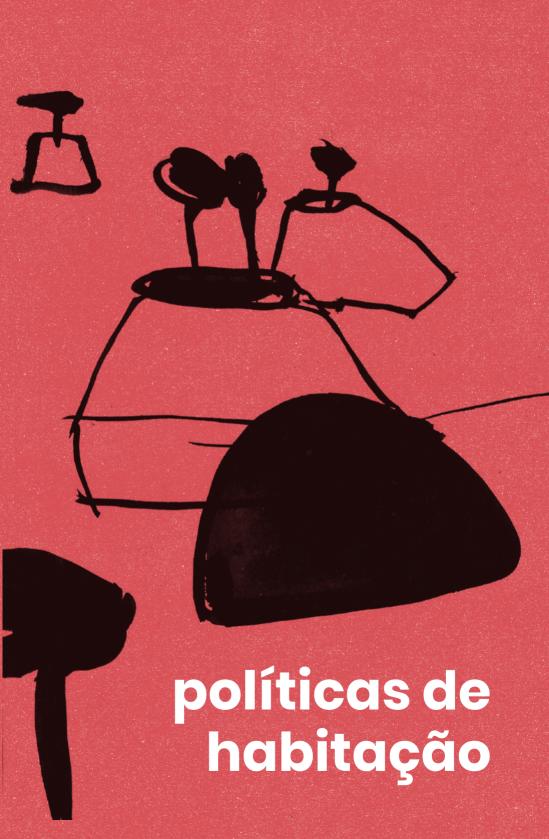
Obviamente, não pretendemos defender a demolição de edifícios existentes, mas questionar a produção heterônoma de conjuntos habitacionais de interesse social que se tornam obsoletos num curto período. Esse é o caso da produção habitacional chilena para baixa renda que começou no fim dos anos 1970 e, atualmente, o caso do Brasil com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Segundo Raquel Rolnik, durante a ditadura de Pinochet, o Chile incorporou a estratégia neoliberal de redução da atuação do Estado e incentivo à participação do mercado na solução de problemas sociais. Ho caso da habitação, houve subsídio público para que famílias de baixa renda comprassem no mercado produtos ofertados por construtoras privadas. Contudo, assim como no Brasil atual, é o lucro das empresas da construção civil que acaba sendo de fato subsidiado. As empresas decidem onde, o que

⁴⁵ Para discussão da mesa, cf. MATURANA & POERKSEN, From being to doing, [2002] 2004 (cap. On the autonomy of systems). Para discussão do banheiro, cf. MATURANA & VARELA, Autopoiesis and cognition, 1980, p. 77.

⁴⁶ ROLNIK, Eu sou você amanhã, 2012.

e como construir, criando conjuntos enormes e segregados do resto da cidade, uma vez que a terra é mais barata fora do perímetro urbano e a construção mais rentável e lucrativa se feita em massa. No Chile esse modelo praticamente pôs fim à produção informal, e, atualmente, os 'com teto' são um problema, sendo que vários conjuntos habitacionais já foram demolidos.

No intuito de evitar a proliferação dessa massificação e segregação no Brasil, propõem-se interfaces ou estruturas para "simplificação de processos tendente à democratização da capacidade construtiva", recorrendo à informalidade assistida, fugindo do fetiche da arquitetura social do século XXI e da nostalgia formalista dos anos 1970. Podemos vislumbrar, junto com Price e Flusser, a arquitetura como estrutura ou interface, e não como construção permanente, sendo necessário elaborar tais ideias em seu limite para viabilizar a habitação evolutiva e flexível. Nesse cenário os arquitetos passariam a projetar interfaces (instruções para construção, estruturas físicas cambiantes etc.) e as políticas públicas passariam a apoiar e financiar arranjos produtivos alternativos e em pequena escala, visando à autonomia dos autoprodutores, evitando a heteronomia das empresas da construção civil.





[2011] Famílias sem casa e casas sem família

Ana Paula Maciel Peixoto | Ana Paula Baltazar

Este é o primeiro de uma série de textos escritos no período em que o MOM participou dos estudos e pesquisas para o *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte* (PDDI-RMBH), na área temática denominada "Habitação, vida cotidiana e qualidade de vida". Ele sintetiza uma investigação acerca da dinâmica e das causas da vacância domiciliar na RMBH, que foi realizada por Ana Maciel como pesquisa de mestrado, orientada por Ana Baltazar. Na presente versão, suprimimos os mapas e gráficos, por considerar que não eram essenciais ao argumento, e houve pequenos ajustes de redação e de referências bibliográficas. Já os dados quantitativos e referências a métodos de mensuração e categorias de classificação do déficit habitacional e da vacância não foram alterados, referindo-se, portanto, a 2011.¹

A crise da habitação no Brasil é marcada por uma grande contradição. Em 2005, a Fundação João Pinheiro (FJP) já apontava que 5.890.139 famílias moravam em estruturas improvisadas, compartilhavam a mesma habitação ou viviam em moradias rústicas, impróprias ao uso.² Em contrapartida, 6.029.756 domicílios permaneciam vazios, apesar de apresentarem condições de ocupação. Se todos eles fossem ocupados pelas famílias que compõem o déficit habitacional, ainda teríamos um saldo de 139.617 domicílios vagos. Os cálculos evidenciam que sobram condições materiais para responder à demanda por habitação no país.

- Primeira publicação: Famílias sem casa e casas sem família: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Cadernos Metrópole, v. 13, 2011, pp. 523–547. Os estudos para o PDDI-RMBH que aqui abreviamos apenas como PDDI foram contratados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (SEDRU) e elaborados na UFMG, entre 2009 e 2010, sob coordenação geral dos professores Roberto Luís de Melo Monte-Mór, Jupira Gomes de Mendonça e Heloisa Soares de Moura Costa. Participaram dos trabalhos no MOM: Ana Paula Baltazar, Ana Paula Maciel, Fernando Soares, Lígia Milagres, Luiz Felipe Quintão, Priscilla Nogueira, Rodrigo Marcandier, Silke Kapp e Tamirís Nascimento.
- 2 MCIDADES, Déficit habitacional no Brasil 2005, 2006. Apesar de já existirem informações mais atualizadas sobre déficit e vacância domiciliar, os dados sobre domicílios ociosos desagregados por setor censitário são provenientes da pesquisa de 2005.

Na maioria dos casos, entretanto, as moradias ociosas não são acessíveis às famílias que delas necessitam.

Pretende-se aqui entender a simultaneidade entre déficit e ociosidade de habitações na RMBH, tomada como objeto de estudo. Também para 2005, a FJP indicou a existência, na região, de 163.554 domicílios vagos e 104.048 famílias morando em condições características do déficit habitacional. Para o presente estudo, além da compreensão dos números fornecidos pela FJP, buscaram-se informações qualitativas nas prefeituras de cada um dos trinta e quatro municípios que compõem a RMBH. O 'conhecimento vivido' dos técnicos entrevistados somado aos dados estatísticos conferiu-lhes maior densidade. A obtenção de esclarecimento junto a agentes mais próximos da realidade dos espacos cotidianos foi uma das premissas dessa pesquisa, desenvolvida no âmbito do PDDI, como parte dos trabalhos da equipe de Habitação, Vida Cotidiana e Qualidade de Vida. Tal pressuposto reforça o entendimento do Ministério das Cidades (MCIDADES) de que "a informação municipal, mesmo quando baseada em estimativas, costuma representar uma maior aproximação da realidade" do que a informação obtida em bases de dados muito abrangentes e atualizadas em períodos relativamente longos.3

A pesquisa bibliográfica revelou a existência de uma série de estudos internacionais sobre o assunto em contraposição a um relativo silêncio na literatura nacional. É necessário, portanto, que o fenômeno da vacância imobiliária seja também estudado na realidade brasileira, em face das altas taxas de ociosidade encontradas. Diante da existência simultânea e contraditória de imóveis vagos e carência habitacional, entende-se que seja crucial uma investigação para começar a discutir mecanismos capazes tanto de coibir o aumento contínuo de imóveis vagos na região e em todo o país quanto de remover os obstáculos para a disponibilização de domicílios ociosos para famílias com carência de moradia.

A investigação objetiva identificar os aspectos teóricos que circundam o fenômeno estudado. Num primeiro momento, buscamos

Para garantir a equivalência de informações, optou-se por utilizar todos os dados do mesmo ano, ainda que isso implique uma defasagem de dois anos. Sendo essa uma pesquisa qualitativa, os dados estatísticos serão interpretados apenas como tendências, o que minimiza o problema da defasagem de dois anos dos dados existentes e, principalmente, da defasagem de cinco anos da vacância atual.

3 MCIDADES, Curso à distância: Planos Locais de HIS, 2009, p. 265.

estabelecer as bases para a compreensão da relação entre vacância residencial e produção capitalista de moradias. Num segundo, apresentamos um panorama das necessidades habitacionais e do quantitativo de domicílios vagos na RMBH. No terceiro momento, listamos alguns conceitos importantes para a definição do fenômeno da vacância imobiliária, fundamentados em pesquisa bibliográfica. Na quarta parte, explicitamos como a crença no (pseudo)equilíbrio do mercado de moradias está relacionada à formação do estoque vago, com destaque para o papel desempenhado pelo Estado na definição dos rumos da economia. Por fim, encerramos com uma discussão sobre a divisão econômico-social do espaço residencial e sua ligação com o deslocamento de famílias e com a permanência de domicílios ociosos na RMBH.

Imóveis vagos, lógicas de produção e consumo da habitação

A análise do fenômeno da vacância imobiliária passa por uma problematização conceitual dos processos sociais de acesso e utilização do espaço urbano. Muitos autores propõem uma organização da estrutura sócio-espacial das grandes cidades segundo duas lógicas distintas de coordenação das ações individuais e coletivas: lógica do Estado e lógica do mercado. Na primeira, o Estado, como coordenador social, tem poder de definição sobre as formas de distribuição da riqueza da sociedade. Nesse caso, para o acesso ao solo urbano, um indivíduo ou grupo de indivíduos deve ter, nas palavras de Abramo, "algum acúmulo de capital que pode ser político, institucional, simbólico ou de outra natureza de tal forma que permita o seu reconhecimento como parte integrante da sociedade e do seu jogo de distribuição das riquezas sociais".4

Diferentemente do que acontece sob a coordenação do Estado, o acesso ao solo urbano via mercado é definido essencialmente pelo acúmulo de capital monetário. Quando a distribuição da riqueza é determinada estritamente por relações de troca, capitais dos tipos político, simbólico e institucional perdem em ordem de importância. Também cabe observar que as trocas podem ocorrer legal ou ilegalmente, caracterizando o que convencionalmente conhecemos como mercados formal e informal.

As lógicas do Estado e do mercado são largamente exploradas em trabalhos acadêmicos e preponderam na literatura sobre o solo urbano.

⁴ ABRAMO, Mercado imobiliário informal, 2009, p. 5.

Abramo, entretanto, chama a atenção para uma terceira forma de coordenação social ainda pouco estudada, por ele denominada lógica da necessidade. À diferença das demais, ela "não exige um capital político, institucional ou pecuniário acumulado; em princípio, a necessidade absoluta de dispor de um lugar para instalar-se na cidade seria elemento suficiente para acionar essa lógica de acesso à terra urbana".⁵

A lógica da necessidade é baseada, simultaneamente, na motivação e na instrumentalização social, sendo seus principais exemplos as favelas e as ocupações de terras e de edificações ociosas.⁶ As três formas de acesso ao solo urbano coexistem nas cidades brasileiras sob o manto econômico-social capitalista e podem interagir de forma harmoniosa ou conflitante. Importa entender que a existência simultânea de concordâncias e desequilíbrios não é mera disfunção, mas sim uma condição inerente à essência contraditória e incoerente das relações capitalistas de produção. A permanência de domicílios ociosos em áreas consolidadas das cidades em números superiores aos do déficit habitacional é apenas um dos resultados dessa contradição.

As lógicas do Estado e da necessidade são, em princípio, formas não capitalistas de produção de moradia, uma vez que o agente que investe na produção não tem como meta a valorização de um capital, mas sim o uso do imóvel, criando desse modo o chamado valor de uso, que é independente do valor de troca.⁷ Inversamente, na lógica do mer-

- 5 Ibidem, p. 6.
- Apesar de corresponderem à lógica da necessidade, é comum ver ocupações de terras ociosas repetindo padrões de ocupação praticados em empreendimentos da indústria da construção (lógica do mercado): "Ao contrário da favela ou de outros aglomerados consolidados, as ocupações por movimentos sociais organizados têm reproduzido a lógica de parcelamentos adotada pelo poder público ou por loteadores privados: as decisões são tomadas em um único momento e segundo um plano geral, que define lotes individuais de propriedade privada. Nas favelas, pelo contrário, a fluidez espacial e as possibilidades de negociação são maiores; pedaços do terreno de um vizinho podem ser usados como passagem, ventilação ou depósito, assim como eventualmente comprados ou alugados. O lote privado tem seus limites rigorosamente definidos apenas com a ação externa de regularização. Já nas ocupações organizadas, o parcelamento se faz nos moldes da cidade formal, inclusive com a perspectiva de formalização posterior; apenas os lotes são menores" (PDDI-HVQ, Produto 4, 2010, p. 213).
- 7 Cf. KAPP et al., Pontos de partida, [2004] nesta edição, v. 1, pp. 23–38. Ribeiro, diferente de Kapp et al. e de Abramo, considera a produção estatal de moradias, via companhias estaduais de habitação, um submercado do segmento capitalista, correspondente, portanto, à lógica de mercado. Segundo o autor, trata-se de "uma produção capitalista cujo produto não circula necessariamente como capital. Com efeito, como o promotor neste caso é um organismo público (CEHAB) ou os próprios compradores (cooperativas), em princípio, não é a apropriação de um lucro

cado, a produção de um valor de uso só se justifica para a obtenção de mais-valor, ou seja, para alcançar um valor de troca superior ao capital inicialmente investido no processo de produção. O fenômeno da vacância imobiliária segue a lógica de mercado, uma vez que a reserva de imóveis para os capitais, independentemente das necessidades sociais de uso, é uma ação voltada fundamentalmente para o valor de troca. Isso não impede, contudo, que esse fenômeno também esteja relacionado às lógicas do Estado e da necessidade, seja pela omissão do poder público na produção do espaço, seja pela visibilidade conferida aos imóveis vagos após a ocupação de edificações e lotes urbanos pelos movimentos de luta por moradia.8

O uso do termo 'mercado', entretanto, apresenta algumas limitações para a abordagem pretendida. Segundo Kapp, Baltazar e Velloso, o emprego de termos como 'de mercado' ou 'comercial' para designar a produção capitalista é corriqueiro, do mesmo modo que, para a produção não capitalista, é usada a expressão 'não comercial'. No entanto, tal correspondência entre termos (capitalista, de mercado, comercial; não capitalista, não comercial) incorre no equívoco de se equiparar a forma de produção à forma de circulação:

Enquanto a mercadoria produzida no processo de valorização de capital precisa ser comercializada para atingir seus objetivos, isto é, dar fim ao ciclo produtivo, realizar o lucro e reiniciar um novo ciclo, o bem produzido por outros processos atinge seus objetivos com a obtenção do valor de uso sem que a comercialização seja necessária. Mas isso não impede que o objeto produzido seja comercializado como mercadoria em algum

de incorporação que orienta a produção. Isto é possível pela função direta ou indiretamente exercida pelo Estado que, financiando com subsídios a produção e a comercialização, fornece um capital que circula de maneira desvalorizada" (RIBEIRO, Dos cortiços aos condomínios fechados, 1997, p. 124). Para Ribeiro, o segmento não capitalista de produção de moradias restringe-se às formas de autoprodução "que têm como traço comum o fato de não ser a acumulação de capital o que orienta a produção, mas a produção de valores de uso. Assim sendo, quando estas moradias são colocadas no mercado, seus preços são fixados por condições totalmente alheias à sua produção. Constituem-se, portanto, em moradias-mercadorias, mas não capital" (ibidem, p. 124).

8 A produção do espaço, na verdade, não tem ocorrido sem algum tipo de intervenção estatal. Como se verá adiante, o Estado tem atuado no sentido de garantir o privilégio das classes mais abastadas em detrimento dos mais pobres.

momento de sua vida útil. Mercado imobiliário e produção capitalista de imóveis não são a mesma coisa [grifo nosso].9

Outro equívoco recorrente é a generalização da noção de especulação imobiliária nos debates. Na verdade, a emergência desse tema nas discussões funciona mais como cortina de fumaça, relegando as reflexões sobre a distribuição dos produtos imobiliários (mercado) e a produção dos imóveis (capitalista ou não) a um segundo plano. É importante ter em mente que mercado imobiliário não é um sinônimo de produção capitalista de imóveis e tampouco de especulação imobiliária. Além disso, a noção de especulação é apenas um terceiro aspecto do debate que, em geral, "serve mais para confundir do que para explicar, pois remete a relação a uma indeterminação econômica, sobretudo quando se quer estabelecer relações entre ganhos 'lícitos' e 'ilícitos'". ¹⁰ Kapp, Nogueira e Baltazar esclarecem a esse respeito que, "[e]mbora os discursos neoliberais tenham nos habituado a identificar esses termos, cabe lembrar que mercado é uma instância de compra e venda, capitalismo é um modo de produção, e especulação é um expediente improdutivo de apropriação circunstancial de valor".11

Conforme mencionado, há um desconhecimento generalizado sobre o fenômeno da vacância de edificações no país. Apesar da existência de pesquisas quantitativas em âmbito nacional, 12 veremos a seguir que os dados carecem de uma abordagem qualitativa e de um trabalho empírico que confira peso adequado aos números coletados. Atualmente, a falta de informações produz algo como um 'senso comum' sobre o fenômeno da vacância residencial. Esse senso comum, somado aos equívocos que podem ser gerados pelo uso genérico dos termos 'especulação imobiliária' e 'mercado imobiliário', pode conduzir ao entendimento de que o fenômeno estudado ocorre somente no âmbito da circulação dos imóveis (mercado), quando na verdade suas raízes estão na forma de produção capitalista de moradias. Como visto, essa produção é pautada pelo valor de troca, tendo como enfoque aspectos como a geração de empregos e o aquecimento da economia.

⁹ KAPP et al., Pontos de partida, [2004] nesta edição, v. 1, p. 32.

¹⁰ RIBEIRO, Dos cortiços aos condomínios fechados, 1982, p. 32.

¹¹ KAPP et al., Arquiteto sempre tem conceito, [2009] nesta edição, v. 1, p. 328.

¹² IBGE, Censo demográfico, 2000; MCIDADES, Déficit habitacional no Brasil 2005, 2006; MCIDADES, Déficit habitacional no Brasil 2006, 2008; MCIDADES, Déficit habitacional no Brasil 2007, 2009.

Vários são os obstáculos para a reprodução desse capital, como a alta durabilidade das habitações e a falta de solvabilidade da demanda, mas, por ora, importa observar que a produção capitalista, seja de carros, habitações ou bolas de futebol, trabalha sempre com o conceito de sobra ou acumulação. No contexto específico da produção capitalista de moradias, a contínua acumulação tem como resultado um enorme excedente de imóveis. Tais imóveis compõem o estoque de domicílios vagos computados pelas estatísticas oficiais.

Em síntese, pode-se dizer que a falta de correspondência entre moradias vagas e carência habitacional se deve, em grande parte, ao fato de que a produção de moradias é fundamentalmente capitalista, atendendo a uma demanda solvável que cresce em função da renda e que, por isso, negligencia as necessidades habitacionais de famílias com menor poder aquisitivo. Na verdade, é importante observar que essas necessidades nem sequer se configuram como demandas no contexto da produção capitalista de moradias. Tais considerações preliminares serão ilustradas no item seguinte, que traz um panorama das necessidades habitacionais e domicílios vagos na RMBH. O objetivo é evidenciar a contradição existente entre o número de famílias sem casa e de casas sem família no contexto específico da região, além de apontar alguns aspectos sobre o método de cálculo de domicílios vagos adotado pela FJP.

Famílias sem casa e casas sem família na RMBH

Os dados referentes às necessidades habitacionais têm passado por um notável processo de qualificação desde a década de 1990. Hoje já é possível distinguir, dentre várias categorias, aquelas unidades rústicas que precisam ser repostas ou as unidades carentes de serviços de infraestrutura que necessitam somente de melhorias, por exemplo.¹³ Uma rápida análise quantitativa das categorias propostas pela FJP na

O conceito de necessidades habitacionais da FJP incorpora duas condições: o déficit habitacional e a inadequação de moradias. A primeira categoria está ligada à necessidade de reposição (domicílios rústicos) ou incremento de estoque (domicílios improvisados), coabitação familiar não voluntária, ônus excessivo com aluguel e domicílios alugados com adensamento excessivo. Todas as categorias do déficit são mutuamente excludentes. A inadequação, por sua vez, possui cinco componentes (que podem se sobrepor): domicílios próprios com densidade excessiva de moradores por dormitório, carência de serviços de infraestrutura (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo), inadequação fundiária urbana, inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva e cobertura inadequada.

realidade específica da RMBH aponta claramente que a solução do problema habitacional não deve se restringir ao provimento de novas unidades habitacionais. A abordagem também deve levar em conta a melhoria do estoque existente, o maior provimento de infraestrutura e a redistribuição dos imóveis ociosos. Os dados sobre domicílios vagos, por sua vez, evidenciam a existência de um número de unidades ociosas e em construção na RMBH superior ao déficit habitacional.¹⁴ Se todas as unidades vagas ou em construção fossem mobilizadas para suprir as necessidades de reposição e incremento do estoque, ainda assim, restaria um saldo de 9.474 domicílios vazios. Cabe destacar que esse número pode se tornar ainda maior. A categoria ônus excessivo com aluguel, incluída como necessidade de incremento de estoque em 2006, representa cerca de quarenta e sete por cento do déficit habitacional da região e se sobrepõe às demais categorias. 15 Desse modo, caso todas as moradias que se encontram nessa condição fossem desocupadas, cerca de sessenta mil unidades seriam somadas ao estoque ocioso já existente. A inserção desse componente no cálculo do déficit habitacional torna-se, portanto, questionável.

Diferentemente dos dados utilizados para o cálculo de necessidades habitacionais, as informações sobre domicílios vagos não são coletadas observando critérios qualitativos, apesar de revelarem números expressivos que não devem ser desconsiderados. Por essa razão, os pesquisadores da FJP consideram as estatísticas fornecidas insuficientes como único respaldo para a formulação de políticas públicas que contemplem a vacância residencial e chamam a atenção para a importância de

- Na RMBH havia, em 2007, 108.474 unidades ociosas e 30.404 unidades em construção, somando 138.878 unidades, contra um déficit de 129.404 unidades (cf. MCIDADES, Déficit habitacional 2007, 2009). Como aqui interessa mais discutir os componentes da metodologia atual do que entender as relações microlocais nos setores censitários, optou-se por utilizar os dados mais recentes em razão das revisões metodológicas no cálculo dos componentes da inadequação e do déficit habitacionais que, respectivamente, passaram a contemplar os itens cobertura inadequada e ônus excessivo com aluguel. Como tais componentes aparecem de forma discriminada nos gráficos, julga-se mais coerente que sejam utilizados dados menos defasados e divididos segundo os acertos metodológicos mais recentes, implementados pela FJP. Para todo o restante do trabalho, são utilizados os dados da pesquisa de 2005 (MCIDADES, Déficit habitacional 2005, 2006), desagregados por setor censitário.
- 15 Segundo o MCIDADES, o ônus excessivo com aluguel "corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários-mínimos, que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem mais de 30 por cento de sua renda com aluguel" (MCIDADES, Déficit habitacional 2006, 2008, p. 16). Ainda de acordo com a instituição, na metodologia original, esse componente era considerado inadequação de domicílios, e não déficit habitacional.

uma caracterização qualitativa do estoque existente. Segundo a instituição de pesquisa, devem ser considerados quatro pontos principais com relação aos imóveis vagos: (1) estudo de um percentual médio do estoque habitacional necessário para o funcionamento natural do mercado imobiliário; (2) identificação dos motivos que os deixam vagos; (3) identificação do público a que se direcionam; (4) obtenção de detalhamentos mais precisos sobre suas condições, localização, situação de propriedade e padrão de construção. 16

O estudo de um percentual residencial médio necessário para o funcionamento natural do mercado imobiliário será contemplado no item seguinte, quando alguns fenômenos pertinentes aos imóveis vagos serão conceituados. Como veremos, tal percentual, usualmente chamado taxa de vacância natural, tem sido objeto de várias pesquisas internacionais, enquanto, em âmbito nacional, ainda há relativo silêncio. Seria interessante que uma pesquisa similar fosse realizada para os padrões brasileiros. A identificação do público a que se direcionam e dos motivos que os deixam vagos também será discutida com o objetivo de investigar as raízes do fenômeno da vacância residencial e os fatores que mantêm os imóveis vagos e inacessíveis à população de renda baixa. Para isso, é importante que a compatibilidade entre os perfis dos domicílios ociosos e das famílias que compõem o déficit habitacional seja verificada, tendo como horizonte a atuação das políticas públicas de habitação de interesse social. 17 Ante o cenário contraditório que se apresenta entre imóveis vagos e déficit habitacional, buscamos entender as possibilidades e os limites da mobilização do estoque ocioso para a promoção de moradias de interesse social em áreas consolidadas, tendo como contraponto a lógica preponderante de produção de habitações destinadas às famílias socialmente vulneráveis em regiões periféricas com o consequente crescimento excessivo do perímetro urbano e esvaziamento dos centros adensados dos municípios.

Com relação ao quarto ponto colocado pela FJP — detalhamento dos imóveis vagos —, não há dúvida da importância de que características como o grau de conservação e a compartimentação interna dos

¹⁶ MCIDADES, Déficit habitacional 2007, 2009.

¹⁷ O termo "interesse social" será utilizado para qualificar a habitação produzida com subsídio público para famílias com renda mensal de zero a três salários-mínimos (conforme literatura nacional das políticas públicas), ainda que o termo venha sendo questionado em alguns debates que consideram toda habitação como sendo de interesse social, independentemente da renda do público ao qual se destina.

imóveis sejam conhecidas para que, por exemplo, as possibilidades de ocupação imediata sejam discutidas. Também devem ser identificadas a localização, a existência de pendências jurídicas e a situação patrimonial do imóvel. Sua posição na cidade se relaciona às possibilidades de atendimento ao público-alvo dos programas habitacionais. Uma identificação preliminar dos imóveis de propriedade pública ou daqueles em condições patrimoniais menos complexas facilitaria todo o processo. No entanto, uma microcaracterização nesse nível só seria possível mediante a realização de uma pesquisa em larga escala, que ultrapassa o objetivo deste trabalho, mas que deve ser considerada como ponto de partida para a elaboração de qualquer política pública que tenha como mote a mobilização do estoque vago.

Como já destacado, para conferir maior densidade aos dados coletados propomos uma abordagem qualitativa da vacância residencial. Pretendemos com isso ir além das considerações feitas pela FJP, partindo do pressuposto de que a raiz do problema está na produção capitalista de moradias, e não na sua distribuição. Essa é a discussão proposta nos itens seguintes. Por ora, listamos alguns conceitos relevantes para uma melhor compreensão do fenômeno estudado.

Imóveis vagos e seus fenômenos típicos

Os termos empregados para caracterizar os fenômenos típicos que podem ocorrer quando lotes em áreas consolidadas não são ocupados ou quando edificações ficam desocupadas carecem de um esclarecimento conceitual. Delineamos aqui alguns aspectos teóricos que circundam o objeto de estudo, fundamentados em pesquisa bibliográfica, ainda que sejam escassas as referências nacionais sobre o tema.

A obsolescência designa o momento em que a função original de um edifício deixa de existir. A partir de então, a estrutura pode ser demolida, adequada a outra função ou até mesmo desmontada, transformada e armada em outro local, se sua constituição assim permitir. A alternativa adotada dependerá do grau de flexibilidade da edificação: estruturas que oferecem poucas possibilidades de mutação e adequação a novos usos acabam tendo que ser demolidas. Em contrapartida, em edifícios cuja obsolescência é programada (ou prevista), as adaptações são menos problemáticas. Edificações coordenadas modularmente, por exemplo, permitem alterações de espaço e de uso com mais facilidade, ampliando as possibilidades de utilização das estruturas quando

a configuração espacial original se torna obsoleta. Alternativas como essa são potentes por pensarem o edifício no tempo, programando sua obsolescência, conforme proposto por Cedric Price. Se bem utilizadas, podem contribuir para evitar que o estoque de edificações obsoleto se torne ocioso, ou seja, paralisado no tempo e sem exercer sua função social. Esse tipo de obsolescência programada é uma estratégia que pode ser adotada como forma de prevenção ao acúmulo de edificações ociosas ao longo do tempo, em áreas consolidadas.

A ociosidade é gerada quando um lote ou um edifício permanece vazio apesar de apresentar condições de ocupação. No caso das edificações, a ociosidade pode vir após a obsolescência, quando a estrutura não apresenta condições de adequação para novos usos e não é demolida. Jud e Frew vinculam a ociosidade de moradias à sua "atipicidade", ou seja, quanto mais diferente dos padrões convencionais de construção e arranjos internos for a unidade, maior probabilidade terá de se tornar obsoleta (mesmo não ocorrendo modificação de uso) e futuramente ociosa. Algumas edificações, no entanto, tornam-se ociosas mesmo nunca tendo sido obsoletas, muitas vezes pelo simples abandono. Esse caso ocorre com muitas habitações, sendo um dos fatores responsáveis pelo grande estoque de domicílios ociosos, como demonstra a FJP. Estima-se que essa ociosidade resulte de um fenômeno típico da produção capitalista de moradias: a superprodução.

Ao percentual de lotes e edificações que permanece ocioso em determinada área (bairro, município, região ou país) é dado o nome *taxa de vacância*. Esse percentual, que corresponde à relação entre todos os espaços vazios e o total geral de espaços (vazios e ocupados), é estratificado de acordo com os distintos usos e funções. Assim, espaços não edificados, domicílios e unidades comerciais, por exemplo, nunca entram na mesma conta. Convencionalmente, a ociosidade comercial e fundiária é medida por área, enquanto a residencial é calculada por unidades domiciliares. ¹⁹ Assim, na RMBH teríamos, em 2005, uma taxa de vacância correspondente a 13,94 por cento. ²⁰

Discussões sobre o percentual de vacância de edificações são corriqueiras na literatura internacional, que há tempos debate o

¹⁸ JUD & FREW, Atypicality and the natural vacancy rate hypothesis, 1990.

¹⁹ SANTIAGO, Obsolescência programada no mercado imobiliário, 2005, p. 17.

²⁰ Na RMBH, em 2005, havia 163.554 domicílios vagos para 1.173.032 domicílios particulares permanentes (MCIDADES, Déficit habitacional 2005, 2006).

estabelecimento de taxas típicas para medir a ociosidade do espaço construído, convencionalmente chamadas taxas de vacância natural. Segundo Amy, Ming e Yuan, essas taxas correspondem a um nível ideal de 'equilíbrio' do estoque imobiliário (comércio, servicos e domicílios), necessário tanto como estoque regulador para atender a contingências futuras quanto como facilitador das transações de venda e aluguel no mercado.²¹ Se não existissem edificações vagas à disposição, a atividade imobiliária se traduziria numa 'dança das cadeiras': a cada desejo ou necessidade de mudança, famílias deveriam trocar de casa entre si em vez de adquirirem novas habitações ou de alugarem domicílios com configurações espaciais ou localizações diferentes. Em outras palavras, sem um percentual mínimo de unidades vagas, não haveria mercado imobiliário. Daí o intenso debate internacional em torno das taxas de vacância naturais. No Brasil, o foco das discussões acerca da tipicidade e atipicidade desse percentual é o tempo que o imóvel permanece vago, embora profissionais da área já se posicionem em favor de ampliar o debate no sentido de buscar as razões da ociosidade dos imóveis.²²

Algumas pesquisas internacionais consideram que o percentual médio do estoque habitacional necessário para o funcionamento 'natural' do mercado de moradias seria de cinco²³ a seis e meio²⁴ por cento. Ao ultrapassar esse limite, a ociosidade já se tornaria atípica e, portanto, um problema. Seguindo esse raciocínio, Amy, Ming e Yuan consideram que a relação entre a taxa de vacância natural e a existente (e não o seu percentual existente total) determinaria o "equilíbrio" ou "desequilíbrio" das transações imobiliárias.²⁵ A fixação de percentuais 'naturais' seria, portanto, importante para monitorar as condições de mercado. Se considerarmos hipoteticamente o percentual médio de cinco por

- 21 AMY et al., The nature vacancy rate of the Singapore office market, 2000.
- Segundo a arquiteta Iracema Bhering, coordenadora da equipe contratada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) em 2010 para a elaboração de quatro planos de reabilitação de áreas urbanas centrais em municípios da RMBH (Lagoa Santa, Santa Luzia, Sabará e Confins), os estudos nacionais se baseiam usualmente no fator tempo para medir a atipicidade de taxas de vacância encontradas. "Sempre são feitas pesquisas com profissionais ligados ao mercado imobiliário (corretores etc.) e, para o período atual um momento em que o mercado está aquecido —, temos a informação de que três meses de vacância é um período considerado normal. Acima disso, temos que buscar outras razões para justificar a ociosidade dos imóveis" (entrevista realizada em setembro de 2010).
- 23 BELSKY, Rental vacancy rates: a policy primer, 1992.
- 24 JUD & FREW, Atypicality and the natural vacancy rate hypothesis, 1990.
- 25 AMY et al., The nature vacancy rate of the Singapore office market, 2000.

cento para a RMBH, a taxa de vacância residencial teria 8,94 por cento de atipicidade (vacância encontrada menos a vacância típica ou natural), atestando o 'desequilíbrio' do mercado de habitações na região. Isso também significaria que, dos 163.554 domicílios vagos existentes em 2005, cerca de 105 mil poderiam ser ocupados sem prejudicar as transações de moradias na região.

No entanto, cabe contrapor que a função reguladora do estoque imobiliário não pode ser verdadeiramente caracterizada como 'de equilíbrio', como suposto por Jud e Frew. De fato, o conjunto de edificações vagas considerado típico exerce uma função importante no ajuste dos desequilíbrios sucessivos inerentes à produção capitalista do espaço. Contudo, tratando-se dessa produção, como bem coloca Gorender: "o equilíbrio não pode ser mais do que uma tendência que pressiona em meio aos fatores desequilibrantes e se manifesta enquanto média de inumeráveis flutuações, jamais suscetível de fixação". Nesse sentido, o estoque de edificações vagas é, com razão, um regulador, mas jamais pode ser considerado um estoque 'de equilíbrio'. A relação entre imóveis vagos e pseudoequilíbrio do mercado de moradias será aprofundada no item seguinte.

Outro conceito relacionado aos domicílios vagos é a cadeia de vacância, definida pela sucessão de deslocamentos espaciais ao longo da estrutura urbana. O deslocamento de famílias para novos empreendimentos imobiliários é considerado seu ponto inicial, a partir do qual uma reação em cadeia de transações com imóveis mais antigos é gerada. Quanto maior a abrangência da cadeia, menor será a atipicidade da taxa de vacância, ou seja, mais próxima ela estará do índice considerado natural para seu ambiente. O movimento que torna o estoque de habitações gerado por famílias que trocaram de residência acessível a outros grupos com uma renda inferior é conhecido como *filtragem*. O grande estoque de edificações ociosas existente na RMBH é resultante de uma filtragem pouco efetiva, característica de cadeias de vacância curtas. Movimentos de filtragem ineficientes e cadeias pouco abrangentes na cidade são características de realidades como a brasileira, onde é grande a desigualdade de distribuição de riquezas.²⁷

²⁶ GORENDER, Apresentação, O capital, [1983] 1996, p. 32.

²⁷ SANTIAGO, Obsolescência programada no mercado imobiliário, 2005.

Imóveis vagos e pseudoequilíbrio do mercado de moradias

Cabe chamar a atenção para o fato de que os fenômenos listados no item anterior só são válidos e 'típicos' de uma formação econômicosocial capitalista. Em Cuba, país que adota um sistema político-econômico socialista, a propriedade privada foi confiscada em 1959, por Fidel Castro, e não existe mercado imobiliário. Sem mercado e sem produção capitalista de moradias, também inexistem unidades vagas à disposição, e a atividade imobiliária de fato se resume à mencionada 'dança das cadeiras'. Nos Estados Unidos, a cidade de Nova York tem, desde a década de 1960, uma espécie de monitoramento de imóveis vagos regulamentado em lei. Ao contrário de Cuba, entretanto, a política da cidade é manter um estoque permanente de domicílios vagos como estratégia de controle dos preços de aluguel no mercado. Desse modo, uma taxa de vacância inferior a cinco por cento é considerada um problema, sendo até mesmo classificada como "estado de emergência habitacional". Tal parâmetro é fixado por leis que regem o valor do aluguel no estado, e o controle periódico é feito por encomenda ao US Census Bureau, pelo Department of Housing Preservation and Development (departamento de preservação e desenvolvimento de moradias) da cidade.

Os dois exemplos ilustram níveis diferentes de participação do Estado na regulação do mercado de moradias. Em Cuba, onde não há economia de mercado, quase todas as atividades econômicas são, por premissa, submetidas ao controle estatal. No caso novaiorquino, contudo, há um Estado que, mais do que controlar as atividades econômicas, busca a regulação de mecanismos inerentes ao mercado, no sentido de estabelecer um equilíbrio, ainda que fictício. Isso demonstra que, mesmo no país-símbolo do mercado livre capitalista, justifica-se a ação do Estado na política urbana. Harvey chama a atenção para o fato de que Adam Smith, além de aconselhar os chefes de Estado a cultivarem a riqueza em seus países por intermédio do sistema de livre mercado, também considerava importante a intervenção do Estado como regulador e garantidor da distribuição das riquezas, algo que é sistematicamente omitido dos discursos que citam o teórico do liberalismo econômico.²⁸ Em outras palavras, a mão invisível do mercado de Smith não significa, segundo Harvey, a saída completa de cena da ação estatal.

28

Tal pressuposto foi amplamente divulgado por Keynes. Desacreditado de que o egoísmo dos produtores individuais seria o instrumento da riqueza das nações, "Keynes incumbiu a mão visível do Estado de intervir no mercado, pôr as coisas em ordem e estabelecer o equilíbrio do pleno emprego desejável à segurança da organização social burguesa".²⁹

Entretanto, o que se percebe em muitos casos, em especial no Brasil, é que a intervenção do Estado tem ocorrido prioritariamente no sentido de manter o funcionamento do mercado de oferta e procura de classes que já ocupam os mais altos patamares de renda do país, em detrimento dos grupos com baixos rendimentos. A existência paralela do déficit habitacional e de um estoque de domicílios ociosos cujo quantitativo supera o das necessidades habitacionais demonstra o quão contraditória pode ser a ação estatal. Isso evidencia que a política urbana e habitacional tem assumido um papel funcional na desobstrução sistemática de quaisquer fatores que se coloquem como obstáculos para as estruturas tradicionais de produção capitalista, sempre com a bandeira de crescimento econômico e reversão de problemas sociais. Nesse contexto, cabe ressaltar que o quadro contraditório da coexistência de déficit e ociosidade habitacionais não se configura, no sistema de produção capitalista, como exceção, mas sim como regra.

Já vimos que parte do montante de edificações vagas é considerada um tipo de estoque regulador, necessário para atender às contingências futuras e facilitar as transações de venda e aluguel. A necessidade de um percentual 'natural' de imóveis vagos é, entretanto, apenas um dos aspectos da questão. Na verdade, a existência de domicílios ociosos não é funcional somente para que não haja 'dança das cadeiras', mas também, e principalmente, para garantir a produção de moradias de modo global, uma vez que a retirada dos imóveis mais velhos de circulação é a única forma de garantir um fluxo de vendas contínuo para a indústria imobiliária. Abramo considera a depreciação fictícia dos estoques existentes uma estratégia de inovação adotada por essa indústria para reduzir a concorrência que esses imóveis poderiam fazer ante a oferta capitalista de novos produtos.³⁰ A inovação espacial, entretanto, só é possível em função da existência do que Keynes denomina convenção. Segundo ele, no mercado residencial, há uma confluência de ações descentralizadas dos indivíduos (atores do mercado residencial), geralmente lançando

²⁹ GORENDER, Apresentação, O capital, [1983] 1996, p. 32.

³⁰ Cf. ABRAMO, A cidade caleidoscópica, 2007.

mão de comportamentos característicos de massa. Todos procuram antecipar as escolhas alheias, desde os produtores de habitação, que atuam de forma conjunta na cidade para evitar incertezas e risco nos empreendimentos, até os consumidores, "que não desejam outra coisa senão a convergência espacial de famílias de um mesmo tipo". Para Keynes, esses comportamentos atestam a existência de uma convenção, que nada mais é do que certa regularidade das relações de mercado. Contudo, tal regularidade é continuamente abalada pela inserção de inovações. A convenção como princípio regulador opera, desse modo, através de contradições e desequilíbrios sempre renovados que, de acordo com a teoria econômica marxiana, seriam "inerentes à essência das relações de produção capitalistas e não meras disfunções [...] como as conceberia o funcionalismo" (grifo nosso). 22

Assim, a existência de vacância residencial atesta o que podemos denominar pseudoequilíbrio do mercado de moradias — uma espécie de estabilidade momentânea que, bem distante do conceito de equilibração ideal proposto pela tradição econômica ortodoxa, jamais consegue se ver livre de oscilações e desvios. A inserção contínua de inovações pela indústria imobiliária, desestabilizando as convenções, atesta o papel de desequilibrador da ordem urbana assumido pelo empresário capitalista. O imenso estoque de domicílios vagos existente nas cidades brasileiras torna evidente que tal regulação pelo mercado se afasta muito dos pressupostos de eficiência urbana. Ao contrário, o que ocorre é a depreciação de mercadorias (habitações) e uma contínua sucessão de deseconomias. É evidente, portanto, a necessidade premente da introdução de formas de mediação não mercantilistas. Isso significa que o Estado deve começar a se ocupar em identificar os rastros de vacância e garantir que as famílias de baixa renda tenham acesso (direto e indireto) aos imóveis vagos.

Imóveis vagos e mobilidade residencial

Apesar da convergência entre os conceitos de *mobilidade residencial* e *cadeia de vacância* (ou, em outras palavras, entre o deslocamento de famílias e o estoque de imóveis dele decorrente), as muitas pesquisas nacionais relacionadas ao primeiro tema dificilmente tocam na questão

³¹ Ibidem, p. 126.

³² GORENDER, Apresentação, O capital, [1983] 1996, p. 33.

do estoque imobiliário vago gerado pelo deslocamento, permanecendo o estudo sobre as cadeias de vacância uma lacuna nos trabalhos nacionais. A pesquisa de Abramo pode ser considerada uma exceção a essa regra. O autor propõe um estudo da mobilidade residencial com foco nas estratégias adotadas pela indústria imobiliária para manter um fluxo de produção contínuo de moradias. Todavia, a redistribuição do estoque de domicílios desencadeada pelo avanço do capital é um tema também abordado em seu trabalho, que, mesmo sem utilizar a expressão 'cadeia de vacância', acaba nos fornecendo uma definição precisa do termo:

[...] as famílias (oportunistas) que se mudam para zonas de renda superior deixam para trás lugares que serão (potencialmente) ocupados por famílias de renda inferior, gerando assim um processo de transformação de sua antiga zona residencial [...]. E prosseguindo com esse raciocínio até o nível mais baixo da escala dos rendimentos familiares, vemos que a alteração da composição das zonas residenciais pode ser estendida à cidade como um todo, dando lugar a uma transformação generalizada dos bairros residenciais. 33

Cabe contrapor, entretanto, que a descrição da cadeia de vacância ideal proposta por Abramo não corresponde à realidade dos deslocamentos intrametropolitanos realizados na RMBH. Como será visto, as mudanças de famílias na região dificilmente são capazes de gerar um encadeamento de deslocamentos que atinja a ordem urbana global e motive mudanças residenciais de grupos com renda inferior. Esse é, inclusive, um dos principais motivos para a existência do grande estoque de domicílios vagos na RMBH.

Mendonça estabelece uma relação entre mobilidade residencial e disputas pela apropriação dos recursos urbanos: "dado que a apropriação dos recursos urbanos é, no capitalismo, intrinsecamente desigual, a consequente divisão social do espaço faz com que a mobilidade residencial surja como fruto dessa divisão social e expresse, ao mesmo tempo, uma mobilidade social". A inda segundo a autora, tais disputas resultam em um espaço urbano hierarquizado e segregado, onde não há

³³ ABRAMO, A cidade caleidoscópica, 2007, p. 58.

³⁴ MENDONÇA, Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002, p. 15.

mistura entre os diferentes estratos de renda. As famílias de diferentes rendimentos se distribuem no território da RMBH de tal modo que os grupos mais ricos permanecem concentrados no centro da metrópole (espaço mais bem provido de amenidades urbanas), enquanto a periferia abriga predominantemente pessoas com renda inferior. Merece destaque o alto percentual de áreas ocupadas por famílias cujo chefe possui renda igual ou menor que três salários-mínimos: setenta e dois por cento do território metropolitano. O restante do território (vinte e oito por cento da área ocupada da RMBH) abriga famílias nas demais faixas, sendo que a mais alta delas (acima de dez salários-mínimos) perfaz apenas quatro por cento dos grupos familiares da região.

A relação existente entre a desigualdade de distribuição de riquezas e a mobilidade residencial também deve ser pensada para o estoque de domicílios vagos, decorrente do deslocamento das famílias. O mapeamento, na RMBH, dos domicílios vagos conforme a renda dos chefes de família mostra uma clara relação entre renda e vacância: o percentual de domicílios vagos nas áreas ocupadas por famílias de renda acima de dez salários-mínimos (dezoito por cento) é quatro vezes e meia maior do que a participação desses grupos na área total da RMBH (quatro por cento). ³⁵A ocupação do espaço pelos grupos com maiores rendimentos é, portanto, importante para o estudo do fenômeno da vacância imobiliária na RMBH.

A distribuição do déficit habitacional por faixa de renda também é útil para uma comparação entre a concentração das moradias desocupadas e a distribuição dos grupos carentes de habitação no território metropolitano. Cerca de noventa por cento do déficit habitacional da RMBH se concentra em áreas cuja renda da população é igual ou inferior a três salários-mínimos,³⁶ ao passo que, como vimos, um grande número de unidades vazias se localiza em áreas ocupadas por famílias com rendimentos acima dessa faixa salarial. Em números absolutos, isso significa que, de 104.048 famílias carentes de moradia na RMBH,

³⁵ IBGE, Censo demográfico 2000. Como já mencionado, as estatísticas sobre domicílios vagos divulgadas pelas instituições de pesquisa consistem em dados totalmente desprovidos de qualificações; a única informação disponível é a faixa de renda no setor censitário onde os imóveis estão localizados. Desse modo, para uma maior qualificação das informações, procedemos a um cruzamento entre os dados de domicílios vagos e os de renda dos chefes de família em cada setor censitário. As informações cruzadas tiveram como resultado a classificação dos domicílios vagos segundo a renda dos chefes de família.

³⁶ MCIDADES, Déficit habitacional 2007, 2009.

cerca de noventa e quatro mil têm rendimento igual ou menor a três salários-mínimos. Entretanto, cinquenta e oito por cento dos imóveis vagos da RMBH não estão localizados em áreas habitadas por essas famílias. Do total de 163.554 domicílios ociosos, cerca de noventa e cinco mil situam-se em áreas cujos chefes de família possuem rendimento médio mensal superior a três salários-mínimos.³⁷

Mesmo que sobrem moradias, elas não são acessíveis para as famílias que delas precisam. A simultaneidade de domicílios vagos e déficit habitacional é, portanto, um problema que não se resolve por intermédio de uma simples equação matemática entre estoque positivo e negativo, subtraindo-se do montante ocioso o déficit habitacional. A mobilização do estoque vago para a promoção de habitação de interesse social não se efetivará pela ocupação dos imóveis mais caros pela população de baixa renda. O que deve ser proposto é que o comprimento das cadeias de vacância, ativadas pela mudança de grupos de renda superior, seja alongado de maneira a atingir, na outra ponta, as famílias que compõem o déficit habitacional. Assim, é crucial que os fatores que contribuem para a pequena abrangência das cadeias de vacância ativadas na RMBH, especialmente em áreas ocupadas pela população de alta renda, sejam elucidados.

De acordo com Mendonça, a divisão econômico-social do espaço residencial tem sido uma marca da morfologia espacial da RMBH desde sua formação, inaugurada pelo projeto higienista de Aarão Reis.³⁸ O plano do engenheiro não previa moradias para os trabalhadores, que passaram a ocupar as áreas periféricas da nova capital. Segundo a autora, ao contrário do que ocorre em outras metrópoles brasileiras, esse padrão de dinâmica de estruturação urbana se manteve na RMBH, acentuando a separação entre grupos populacionais com rendas distintas.³⁹ Também de acordo com Mendonça, os grupos de renda superior são os que mais se concentram no espaço, caracterizando um movimento voluntário de autoexclusão. Tal concentração é fruto das disputas coletivas pela apropriação dos recursos urbanos e das escolhas individuais de

- 37 MCIDADES, Déficit habitacional 2005, 2006.
- 38 MENDONÇA, Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002.
- 39 Muitos autores que estudam mudanças na estruturação urbana das demais metrópoles brasileiras constataram, nos últimos anos, que famílias com padrões de renda distintos voltaram a coabitar o espaço urbano, mesmo que separados por enclaves fortificados. Esse novo padrão seria diferente, portanto, do padrão centro-periferia que ainda predomina na RMBH (ibidem).

localização com base em "externalidades de vizinhança", termo empregado por Abramo para definir a opção residencial de determinados grupos, baseada na localização de outras famílias. 40 Segundo o autor, "basta introduzir nas preferências individuais uma dimensão de repulsa a tipos de famílias de menor renda (externalidade de vizinhança) para que o espaço, daí em diante, já não seja representado por uma distância dada pela natureza, mas, sobretudo, pela localização intraurbana dos diversos tipos de famílias". 41 Desse modo, os grupos com maior renda não só definem sua própria localização no espaço como acabam condicionando, ou mesmo escolhendo efetivamente, a localização dos demais grupos sociais. A possibilidade de escolha da localização residencial, diretamente proporcional ao acúmulo de capital (monetário, político, institucional e simbólico), reflete assim a divisão econômico-social do espaço residencial e a hierarquia dos preços do solo. 42

Essa divisão dificulta o funcionamento das cadeias de vacância na RMBH. A cada mudança das famílias de renda superior, os antigos domicílios ou são mantidos vazios como formas de entesouramento, ou retornam ao mercado com preços inacessíveis para as famílias que não possuem nível de renda similar ao da antiga ocupante. Desse modo, quebra-se o elo da cadeia de vacância, e a sucessão de deslocamentos espaciais ao longo da estrutura urbana não ocorre, pois o estoque de habitações gerado por famílias que trocaram de residência não se torna acessível a grupos com renda inferior. O exame de Mendonça sobre os fluxos migratórios na RMBH durante a década de 1980 revela que as

- 40 Enquanto a noção de disputas coletivas pela apropriação dos recursos urbanos corresponde a uma abordagem marxiana do espaço, que enfatiza as chances desiguais de acesso aos bens ofertados pela cidade, a ênfase nas escolhas individuais corresponde às correntes do pensamento econômico que conferem peso maior às distâncias sociais entre grupos. Tendo em vista que, aqui, mais do que a corrente ideológica, importa o fato de existirem agentes heterogêneos interagindo no mercado de moradias, e que essa premissa é também adotada pelas duas abordagens, optamos por colocá-las lado a lado na defesa do argumento, segundo o entendimento de que se reforçam mutuamente.
- 41 ABRAMO, A cidade caleidoscópica, 2007, p. 39.
- 42 A expressão 'divisão econômico-social do espaço residencial' ou DESER é tipicamente empregada pela tradição marxiana. "Segundo os termos neoclássicos, seria preciso falar de uma análise da cidade segregada" (ABRAMO, A cidade caleidoscópica, 2007, p. 42), conforme adotado por Mendonça (Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002). Optou-se pela tradição marxiana, pelo entendimento de que, mesmo que a expressão não faça originalmente menção às escolhas individuais (ou microeconomia) analisadas pelas correntes neoclássicas, ela permite uma abordagem mais condizente com a pretendida pelo trabalho, se comparada à expressão 'segregação espacial', mais restritiva.

áreas ocupadas por famílias com renda acima de dez salários-mínimos sofreram, simultaneamente, perdas populacionais e mudanças sociais ascendentes (cadeia de vacância comum), ao passo que o crescimento populacional e as mudanças sociais descendentes são típicas das áreas ocupadas por famílias de baixa renda nas periferias da metrópole, onde ocorre o que pode ser considerado uma cadeia de vacância invertida. Contraditoriamente, as áreas de maior renda, apesar de apresentarem perda populacional, registram transbordamento territorial e um crescimento substancial no número de domicílios.

A predominância de um movimento de mobilidade residencial descendente contribui para que as habitações deixadas vagas pelos grupos de maior renda não motivem o encadeamento de deslocamentos de outras famílias de renda menor (movimento ascendente). Dessa forma, habitações com preços acessíveis para esses grupos não são disponibilizadas na outra ponta. Essa cadeia de vacância incompleta, incapaz de abranger a ordem urbana global, tem como resultado o enorme estoque de domicílios vagos registrado pelas estatísticas oficiais. Como vimos, disputas coletivas pela apropriação dos recursos urbanos e escolhas individuais de localização levam a um movimento de autoexclusão dos grupos de renda superior que, de um lado, realizam mudanças de moradia sempre ascendentes e, de outro, ao interditarem o prolongamento das cadeias de vacância que seriam ativadas por seu deslocamento, acabam por influenciar o padrão descendente de mobilidade residencial, realizado pelas famílias com menores rendimentos. Entretanto, os grupos de renda superior não estão sozinhos na definição da divisão econômico-social do espaço residencial esboçada. Há outros agentes importantes no jogo, destacando-se o papel do Estado e da indústria imobiliária.

Como já dito, o início da ocupação da nova capital de Minas Gerais esteve nas mãos do poder público, por intermédio do plano de Aarão Reis. Desde então, a intervenção estatal tem orientado a ocupação do espaço metropolitano, especialmente por políticas habitacionais, realização de grandes obras e regulamentação de legislações urbanísticas. Todavia, tais ações de intervenção do Estado têm se dado prioritariamente no sentido de garantir a expansão de capitais, sem necessariamente resguardar uma divisão igual de riquezas. Desse modo, as ações estatais que têm impacto direto nas disputas pelo território urbano acabam por contribuir também na definição da divisão do espaço residencial da RMBH, impedindo que as cadeias de vacância atinjam a

ordem urbana global. Com relação à execução de grandes obras, cabe dizer que, em décadas passadas, houve um claro privilégio das áreas de moradia dos grupos de renda superior. Hoje tais obras se voltam à promoção de novas áreas de expansão para a indústria imobiliária, como o Centro Administrativo de Minas Gerais implantado numa área tradicionalmente ocupada por grupos de renda baixa no vetor norte da região. Contudo, fatores como a alta dos preços de terrenos nas áreas circundantes, em especial no município de Santa Luzia, indicam que, em vez de uma melhoria dos espaços com a permanência de suas populações, o que ocorrerá será um enobrecimento das áreas e a posterior expulsão dos moradores originais, certamente para espaços de renda inferior, confirmando o padrão de mobilidade residencial descendente dos grupos mais pobres.

A legislação edilícia também é um fator crucial para a divisão econômico-social do espaço residencial. A lei de parcelamento, ocupação e uso do solo (LPOUS) é o instrumento que regulamenta a produção do espaço nas cidades e, dependendo do critério utilizado (como o zoneamento de usos, por exemplo), pode tornar-se "comprovadamente segregacionista e excessivamente determinista das relações cotidianas na cidade".43 Atualmente, a LPOUS de Belo Horizonte adota o critério do adensamento com quota de terreno por unidade, uma atualização da antiga lei, baseada no zoneamento por usos. Entretanto, por estar definido segundo o número de domicílios por hectare, o tipo de adensamento proposto tende a ampliar o tom segregacionista da lei anterior, definindo de antemão onde cada grupo socioeconômico deve se localizar na cidade. As quotas de terreno por unidade habitacional associadas ao potencial construtivo "induzem a ocupação dos terrenos com unidades de mesma metragem quadrada e, consequentemente, para uma mesma faixa de renda, levando à homogeneidade e à segregação por zoneamentos".44

Legislações urbanísticas desse tipo também geram condições favoráveis para a indústria imobiliária. De modo geral, sua atuação se dá por intermédio de duas estratégias distintas: expansão e inovação — esta última já abordada. A estratégia de expansão tem como objetivo absorver uma maior parte da renda fundiária. A indústria imobiliária busca antecipar oportunidades pela expansão do perímetro urbano

⁴³ PDDI-HVQ, Produto 4, 2010, p. 248.

⁴⁴ Ibidem, p. 250.

dos municípios, seja para a produção de lotes periféricos para baixa renda, seja para a promoção de novas localidades com seu posterior enobrecimento e valorização dos empreendimentos. Outra forma de antecipar oportunidades ocorre por pressão junto ao poder público para o aumento dos coeficientes de aproveitamento em determinadas regiões visando à verticalização com moradias para as classes média e alta.

A expansão já seria por si só um mecanismo eficiente de seleção e localização de grupos sociais na cidade, mas é a inovação a estratégia responsável por elevar em seu grau máximo a divisão econômico-social do espaço residencial. A indústria imobiliária depende da exacerbação de diferenças na ocupação urbana para que possa manter um fluxo de vendas contínuo de seus produtos (residências). Tendo em vista que sua cartela de clientes se restringe a famílias que já possuem casas, somente a diferenciação real ou simbólica dos novos espaços, paralela à depreciação também simbólica das antigas habitações, garantirá a manutenção desse fluxo de vendas. Em outras palavras, as pessoas que já possuem casas só adquirirão novas habitações mediante o oferecimento de algum 'diferencial', seja ele de localização ou de produto (novos ambientes no programa arquitetônico como varanda gourmet, pet care etc.). As desigualdades espaciais são, portanto, funcionais para a indústria imobiliária que, mais do que seguir os movimentos populacionais, os antecede. 45 Mais uma vez, temos uma realidade que em nada contribui para que as cadeias de vacância se tornem mais abrangentes no território. Ao contrário, a falha da cadeia é ela mesma o sucesso da convenção criada, uma vez que a autoexclusão dos grupos de renda superior é utilizada como estratégia de marketing das campanhas dos novos empreendimentos.

Por saberem que sua opinião individual não tem valor, as pessoas acabam se voltando para as decisões dos que consideram mais bem-informados; no caso do mercado de moradias, os agentes da indústria imobiliária. Abramo (*A cidade caleidoscópica*, 2007, p. 131), diz que no seu enfoque espacial "é possível fazer a figura do empresário schumpeteriano intervir numa dinâmica de antecipação especular e as famílias procurarem indícios nas pessoas que consideram mais bem-informadas sobre o futuro da estrutura urbana. Nesse caso, é de imaginar que elas vão se voltar para os empresários urbanos, na suposição de que eles teriam indicações sobre a localização dos diversos tipos de família que compõem o mercado residencial. A crença de que os empresários estão mais bem-informados, apesar de ninguém saber de antemão qual será a futura configuração residencial, não é desprovida de sentido. De fato, se todos os participantes desse mercado precisam especular sobre a ordem residencial futura, para eles os empresários devem agir como verdadeiros profissionais da antecipação. Como a decisão de produzir

Post Scriptum

A análise aqui apresentada integra a dissertação de mestrado da autora, orientada pela coautora, que objetivou reunir informações para alimentar uma discussão qualitativa sobre a vacância residencial na RMBH e, consequentemente, em âmbito nacional. Partimos da constatação de que esse fenômeno tem sido tratado de modo superficial até então, seja por parte das instituições de pesquisa, que divulgam dados sem profundidade, seja pelas políticas públicas nacionais, que tratam da vacância residencial de modo pouco articulado e com foco restrito às ações de melhoria de edificações degradadas ou abandonadas, desconsiderando medidas mais estruturais voltadas à mobilização do estoque vago existente. Buscamos discutir formas que facilitem o acesso das famílias carentes ao estoque de domicílios vagos, que interditem a ociosidade desse estoque forçando sua liquidez e, por fim, que contribuam para sua difusão estimulando novos arranjos produtivos que remunerem o trabalho e não os capitais. Essas medidas são cruciais para a redução da vacância residencial em todo o país. Esperamos, além disso, que elas também estimulem uma redução do controle dos capitais sobre os espaços cotidianos. Não se pode perder de vista que a forma de atuação da indústria imobiliária é decisiva para a formação do imenso estoque de domicílios vagos existente. Assim, a produção capitalista de moradias pode ser considerada um dos principais contribuintes para a quebra de elos das cadeias de vacância não só na RMBH, como em todo o país.

moradias é tomada em uma temporalidade cronológica (histórica), elas serão oferecidas em momento posterior à decisão, o que obriga os decisores a antever as antecipações de todo mundo. Por outro lado, tratando-se de um bem que implica imobilidade espacial, e como as convenções referentes à localização domiciliar das famílias são precárias [...], o exercício especulativo dos empresários é mais crítico que o das famílias. De modo que elas são propensas a acreditar que os empresários dispõem dos indícios mais seguros sobre a configuração futura das externalidades de vizinhança. Em seu isolamento mercantil, as famílias podem até ter a ilusão (cognitiva) de que a oferta continua soberana no mercado residencial [...], como se fosse insensível aos problemas da coordenação mercantil".

[2011] Casa alheia, vida alheia

Silke Kapp

No âmbito dos estudos para o PDDI-RMBH, visitamos os trinta e quatro municípios da RMBH e suas prefeituras, conhecendo de perto também os impactos locais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Entre outras coisas, ficou evidente que o PMCMV tendia a desmantelar as organizações e mobilizações populares de luta por moradia já existentes. Ainda assim, políticos, técnicos, lideranças populares e pesquisadores preferiam não o criticar nos seus fundamentos nem interditar seus empreendimentos porque, bem ou mal, favoreceriam a população mais pobre. O presente texto foi escrito para explicar por que a heteronomia que esse e outros programas públicos impuseram representa um retrocesso e que sua suposta eficiência operacional não basta para legitimá-los. A alienação na produção do espaço (a 'casa alheia') implica a alienação em tudo o mais (a 'vida alheia').

Não existe aprendizado para a liberdade sem liberdade. Eis o que Kant, numa nota de rodapé escrita no período da Revolução Francesa, diz a seus contemporâneos insistentes em afirmar que 'o povo' não poderia ser livre porque não teria maturidade suficiente para isso.

De acordo com semelhante pressuposto, porém, a liberdade nunca terá lugar; pois não se pode para ela amadurecer se antes não se foi posto em liberdade (há que ser livre para poder se servir convenientemente das próprias forças em liberdade). As primeiras tentativas serão, decerto, grosseiras, tendo comumente por consequência um estado mais incômodo e mais perigoso do que quando se estava sob as ordens, mas também sob os cuidados, de outro; nunca, porém, se amadurece para a razão a não ser por tentativas *próprias* (que se precisa estar livre para fazer).²

¹ Primeira publicação: Casa alheia, vida alheia: uma crítica da heteronomia. V!RUS, v. 5, 2011, on-line.

² KANT, A religião nos limites da simples razão, [1973] 1992, pp. 189–190;* Die Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft, [1793] 2003, p. 254.

Mais do que à simples dominação na forma da tirania, o pressuposto combatido por Kant na passagem acima subjaz à tutela e ao paternalismo: assim como as crianças, 'o povo' deveria ser protegido de si mesmo porque tenderia a agir, não segundo uma vontade refletida e bem informada, mas para satisfazer paixões e desejos imediatos, de modo que controle e coerção seriam exercidos para seu próprio bem. Correlato desse pressuposto é a representação de um modelo da ação 'correta' ou 'adequada' que deveria ser obedecido universalmente e que, portanto, constitui também um modelo de sociedade.

Evidentemente, a motivação para o paternalismo pode ser sincera ou apenas hipócrita. No primeiro caso, imagina-se que alguma liberdade real possa se seguir ao período da tutela. No segundo, predomina o raciocínio de que, antes de ser liberado de amarras religiosas, políticas ou econômicas diretas, 'o povo' deve incorporar o padrão heterônomo de ação, para que depois não faça mais do que reproduzir a heteronomia, perpetuando sua própria subserviência e os privilégios alheios. Enquanto a motivação sincera — mais comum entre representantes da centro-esquerda, incluindo técnicos e gestores públicos engajados — toma por modelo um estado de coisas que solucionaria ao menos parte dos problemas sociais atuais, a motivação hipócrita — mais comum entre os representantes dos diversos capitais — toma por modelo a ordem das coisas tais como são; o que, considerando a situação de miséria material e absoluta "pobreza política" de inúmeros membros desta sociedade, é de fato uma hipocrisia.

Importa, contudo, notar que essas duas motivações, distintas por princípio, não se excluem mutuamente. Pelo contrário, combinam-se tanto melhor quanto maiores as contradições sociais e quanto mais difícil a manutenção das mesmas estruturas sem mudanças pontuais que lhes amenizem as tensões. Essas mudanças, por vezes contrárias a interesses privados particulares, costumam ser estruturalmente úteis e até imprescindíveis. Assim, o pressuposto da tutela pode combinar discursos de liberdade e democracia com ações concretas paternalistas e, ao mesmo tempo, funcionais para a reprodução ampliada dos capitais.

Poder-se-ia objetar que liberdade individual e democracia, de fato, não são a mesma coisa nem estão necessariamente relacionadas entre si. A tutela exercida por um fórum democrático sobre um sujeito individual seria, sim, legítima. Isaiah Berlin acentuou essa diferença:

A ligação entre democracia e liberdade individual é muito mais tênue do que parecia a muitos advogados de ambas. O desejo de ser governado por mim mesmo, ou pelo menos de participar do processo que controla minha vida, pode ser um desejo tão profundo quanto o de uma área livre para a ação e talvez historicamente mais antigo. Mas não é o desejo pela mesma coisa.⁴

Berlin identifica o desejo por "uma área livre para a ação" com a concepção da liberdade como não interferência, também chamada de *liberdade negativa*. Segundo essa concepção, indivíduos ou grupos são tanto mais livres quanto maior a área na qual podem agir por vontade própria, ao passo que o tolhimento da liberdade provém de obstáculos e coerções criados por outras pessoas (à diferença das limitações impostas pela natureza ou por incapacidade pessoal). Já o desejo por democracia deriva de uma concepção de *liberdade positiva* ou de autogoverno, que se expressa na metáfora do sujeito 'senhor de si'. Tolher a liberdade, nesse sentido, significa a determinação do sujeito por alguma instância sobre a qual ele não tem controle, seja a própria natureza interna (irracional), um governo do qual ele não participa ou leis com as quais, como ser humano racional, não pode se identificar.

Justamente essa última concepção parece permitir a inferência, mencionada acima, de que a tutela poderia ser legítima em alguns casos. Impedir um sujeito de agir por impulso, preconceito ou ignorância, por exemplo, seria o mesmo que preservar sua liberdade. Um governo que prevenisse a população de atos irracionais estaria resguardando a liberdade dessa população. Mas o próprio Berlin rejeita veementemente a transformação da liberdade positiva em paternalismo ou a transição "fatal", mas "quase imperceptível", da metáfora do domínio da razão sobre os impulsos ao domínio de um sujeito sobre outro sujeito ou ao domínio da porção supostamente mais racional da sociedade sobre a porção supostamente menos racional. Lembrando outra passagem de Kant em que o paternalismo é definido como "o maior despotismo imaginável", Berlin diz:

O paternalismo é despótico, não porque seja mais opressivo do que a tirania manifesta, brutal, não esclarecida, nem meramente porque ignore

⁴ BERLIN, Dois conceitos de liberdade, [1958] 2002, p. 236.

⁵ Ibidem, p. 253.

a razão transcendental em mim encarnada, mas porque é um insulto à minha concepção de mim mesmo como ser humano, determinado a levar minha vida de acordo com meus propósitos (não necessariamente racionais ou benévolos) e, acima de tudo, com o direito de ser assim reconhecido pelos outros.⁶

E Berlin acrescenta que ser mal governado por alguém que me reconhece como igual (e portanto também como rival) é preferível a ser bem tratado ou tratado com tolerância por alguém que se julga superior a mim e não me reconhece por aquilo que desejo ser por mim mesma. Em outras palavras, o ideal da liberdade positiva que subjaz à ideia de democracia também não justifica a tutela, porque a tutela nega, justamente, o sujeito autônomo que seria portador dessa liberdade e elemento fundante de uma democracia real.

Começo lembrando esses argumentos porque eles me parecem muitíssimo pertinentes no nosso contexto neoliberal, em que vocábulos como democracia, autonomia e participação têm sido cada vez mais encaixilhados numa matriz essencialmente conservadora. O regime toyotista das empresas privadas é a maior evidência nesse sentido: os trabalhadores têm maior 'participação' e 'autonomia' na gestão de seu trabalho, desde que incorporem a heteronomia a ponto de eles mesmos garantirem a eficiência de sua exploração.7 No âmbito do Estado e dos órgãos internacionais de apoio ao desenvolvimento, a autonomia foi identificada à propriedade privada e à possibilidade de crédito no mercado financeiro, nos moldes propostos por Hernando de Soto ou, numa perspectiva um pouco diferente, por Muhammad Yunus.8 Já a participação se tornou, em grande medida, expediente de coleta de informações e cooptação sistemática para impor intervenções que, do contrário, não seriam admitidas pelos afetados sem resistência. E nos 'lugares do habitar', pelo menos no Brasil, tem prevalecido a pseudoparticipação justificada com uma "mistificação profissional das atividades cotidianas". 10 Cada vez mais o discurso especialista se sobrepõe às deci-

⁶ Ibidem, p. 259.

⁷ Cf. Bernardo, Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana, 2004.

⁸ SOTO, O mistério do capital, [2000] 2001; YUNUS & JOLIS, O banqueiro dos pobres, [1999] 2003.

⁹ Cf. COOKE & KOTHARI, Participation: the new tyranny?, 2001.

¹⁰ TURNER, Housing by people, 1976, p. 26.

sões a que os próprios habitantes teriam direito, com a justificativa de que lhes faltaria conhecimento, informação, maturidade ou organização.

Ora, esse é justamente o pressuposto da tutela, seja bem-intencionada ou apenas com o interesse de manutenção do status quo (como já dito, as duas premissas não são incompatíveis). E aí cabe também o argumento kantiano de que a privação da liberdade de fazer tentativas próprias equivale à privação da liberdade per se. Inversamente, liberdade é sempre também liberdade para tentativas próprias com a real possibilidade de gerar "um estado mais incômodo e mais perigoso do que quando se estava sob as ordens [...] de outro". Nada justifica a heteronomia. Nenhuma antecipação de produtos (fins) ou processos (meios) feita por poucos e destinada a muitos pode intitular-se democrática, mesmo que provenha das mais sinceras intenções de melhorar a situação da parcela econômica e politicamente mais pobre da população.

Autonomia no espaço cotidiano

À heteronomia ou imposição de uma lei por outro (heteros) se opõe a autonomia ou a lei própria. Autonomia inclui tanto o direito quanto a capacidade de dar a si mesmo a própria norma.¹¹ A capacidade é algo como a lucidez e a coerência para refletir, criar e rever formas de conduta e interação, em lugar de apenas reproduzi-las de instâncias externas. Já o direito de se autogovernar equivale ao reconhecimento da autonomia por essas mesmas instâncias externas. A distinção importa porque a capacidade de autodeterminação não implica necessariamente o seu reconhecimento e tampouco o direito implica necessariamente a capacidade. Qualquer autonomia concreta é parte de um processo histórico em que o direito de se autogovernar e a capacidade para isso se desenvolvem de modo assíncrono. Segundo o argumento kantiano de que não existe aprendizado para a liberdade sem liberdade, o direito de autonomia deve preceder a capacidade. A autonomia seria a liberdade amadurecida. Situações em que há a capacidade de autonomia sem o respectivo direito resultam, via de regra, da supressão de uma liberdade anteriormente existente. (É lugar-comum nos totalitarismos que a rebelião costuma ser incitada por quem já foi livre ou pelo contato com sujeitos livres.)

Outro aspecto decisivo é que a autonomia consiste numa capacidade e num direito não meramente individuais, mas sobretudo *coletivos*. O sentido mais propriamente político da autonomia surge na concepção de grupos autônomos, isto é, grupos que estabelecem entre os seus membros determinadas normas de conduta (não necessariamente formais ou escritas). A interdependência fundamental entre autonomia individual e coletiva foi discutida detalhadamente por Marcelo Lopes de Souza a partir dos trabalhos do filósofo grego Cornelius Castoriadis, tendo por horizonte uma transformação do "modelo civilizatório capitalista" e tendo por foco o planejamento e a gestão urbanos.¹²

A autonomia coletiva refere-se [...] às instituições e condições materiais (o que inclui o acesso a informação suficiente e confiável) que, em conjunto, devem garantir igualdade de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios da coletividade. A autonomia individual depende, de sua parte, tanto de circunstâncias estritamente individuais e psicológicas quanto, também, de fatores políticos e materiais, em que os processos de socialização fazem emergir, constantemente, indivíduos lúcidos, dotados de autoestima e infensos a tutelas políticas. É óbvio, portanto, que, mais que interdependentes, autonomia individual e coletiva são como os dois lados de uma mesma moeda: diferentes mas inseparáveis.¹³

Se reflexão e discussão são os fundamentos do *nomos* que faz a autonomia, a discussão é uma espécie de reflexão coletiva, assim como a reflexão é uma espécie de discussão individual. Não existe autonomia coletiva sem que todos os membros da coletividade tenham a possibilidade de participar diretamente da discussão e da tomada de decisões acerca de uma lei, uma finalidade ou um processo comuns. O que Castoriadis formula como o projeto de uma sociedade autônoma inclui, portanto, formas de democracia direta que se contrapõem diretamente tanto à democracia representativa quanto, obviamente, a outras formas mais explícitas de hierarquização e concentração de poder.

Uma sociedade assim constituída não obedeceria a nenhum modelo predeterminado, pois está em sua lógica refletir-se, discutir-se e transformar-se continuamente. Não cabe, portanto, especular sobre os

¹² SOUZA, Mudar a cidade, [2001] 2010.

¹³ Ibidem, p. 174.

conteúdos de sua constituição ou sobre como ela seria exatamente. Apenas é evidente que ela romperia com o "modelo civilizatório capitalista", já que esse modelo depende da concentração de poder econômico e político. Souza ressalta, no entanto, que não se trata de esperar pela revolução e descartar como inexistentes ou irrelevantes quaisquer "pequenos ganhos de autonomia". Mesmo sem o rompimento, certos graus de autonomia podem ser alcançados, ainda que permaneçam limitados e insuficientes e tendam a ocorrer em margens, nichos, periferias.

Os termos margens, nichos, periferias não são inteiramente metafóricos, pois parte importante desses pequenos ganhos de autonomia diz respeito à produção do espaço e, mais especificamente, à produção do espaço cotidiano. Como já definimos em outros trabalhos, espaço cotidiano é o espaço não especializado ou que não demanda organização para uma atividade especializada e tampouco demanda organização por especialistas. O exemplo mais evidente disso é o espaço doméstico, mas o mesmo critério se aplica à maioria dos espaços coletivos e públicos, sobretudo nas áreas urbanas predominantemente habitacionais. A autonomia na produção desses espaços cotidianos seria um ponto de partida para uma sociedade autônoma de fato. Não é por acaso que a entidade territorial da comuna e sua oposição à tutela feudal estão na origem do que hoje chamamos vagamente de cidadania, assim como na origem da velha ideia do comunismo. "A base da democracia é a comuna, uma entidade menor e onde tudo começa".¹⁵

A relação entre emancipação social e autonomia na produção do espaço cotidiano entrou na discussão internacional depois do segundo pós-guerra, isto é, depois que arquitetura modernista, urbanismo corbusiano e planejamento regulatório haviam se concretizado na Europa e nos EUA, particularmente com o provimento habitacional de massa. Mais do que qualquer outra produção, a habitação evidenciou as mazelas cotidianas da aparente eficiência técnica e administrativa das operações em grande escala, típicas tanto da indústria fordista quanto do Estado de bem-estar social.

Diversos arquitetos e urbanistas fizeram críticas a essa produção, por exemplo, Yona Friedman, Reyner Banham, John F. C. Turner, Lucius Burckhardt, N. John Habraken e Collin Ward. Até mesmo não arquitetos se manifestaram criticamente, tais como a escritora Jane Jacobs,

¹⁴ Ibidem, p. 177.

¹⁵ DEMO, *Pobreza política*, 2006, р. 49.

ativista contra a destruição do tecido urbano tradicional, o economista Ernst Friedrich Schumacher, crítico da "propensão ao gigantismo",¹6 e o filósofo e teólogo Ivan Illich, que atrela a emancipação social diretamente à "condição de o corpo social proteger o poder das pessoas e das coletividades para modificar e renovar os seus estilos de vida, as suas ferramentas, o seu ambiente".¹7

É também nesse período que o sociólogo e filósofo Henri Lefebvre amplia sua crítica da vida cotidiana para uma abordagem enfaticamente espacial, escrevendo, em poucos anos, *Le droit à la ville* (1968), *Du rural à l'urbain* (1970), *La révolution urbaine* (1970), *La survie du capitalisme: la reproduction des rapports de production* (1973) e *La production de l'espace* (1974).

Lefebvre evidencia que a produção do espaço é decisiva para a "reprodução das relações de produção" capitalistas. A cada nova geração, a sociedade organizada pelo e para o capital perpetua as suas estruturas fundamentais — com todos os movimentos de crescimento e inovação imprescindíveis a essas estruturas — porque transforma o espaço sistematicamente segundo as prioridades desse modo de produção. Isso vale para a grande escala territorial, a começar pela constituição dos Estados nacionais e das infraestruturas de comunicação e transportes globais, se estende à escala intermediária das grandes aglomerações urbanas e dos latifúndios do agronegócio, e abrange até a escala menor das vizinhanças e dos ambientes domésticos. Mesmo os lugares em que as interferências centralizadoras dos grandes capitais ou do Estado não existem ou tardam a chegar — como favelas, certas áreas rurais ou cidades mais antigas — se definem pela exclusão. Para Lefebvre, a principal contradição na produção desse espaço abstrato é sua disparidade de escalas.

Onde se situa a contradição principal? Entre a capacidade de conceber e de tratar o espaço numa escala global (mundial) e sua fragmentação por múltiplos procedimentos e processos, eles mesmo fragmentários. [...] As subdivisões administrativas, assim como as ciência e técnicas especializadas contribuem [para a fragmentação], mas mais ainda o faz a venda retalhada (em lotes). 18

¹⁶ Cf. SCHUMACHER, O negócio é ser pequeno, [1973] 1981.

¹⁷ ILLICH, A convivencialidade, [1973] 1976, p. 97.

¹⁸ LEFEBVRE, La production de l'espace, 1974, p. 410.

A contradição entre homogeneização do espaço e fragmentação ou fratura desse espaço equivale à contradição — e à interdependência — entre relações de produção e forças produtivas. ¹⁹ Essa conjunção ao mesmo tempo contraditória e mutuamente dependente entre homogeneidade e fragmento está no extremo oposto da ideia de autonomia coletiva. A produção do espaço determinada por instâncias de poder político, econômico e técnico muito abrangentes é, evidentemente, heterônoma, porque tais instâncias são inacessíveis à maior parte da população. A produção do espaço determinada por decisões individuais isoladas continua heterônoma, porque uma decisão individual crítica ou subversiva não tem qualquer respaldo que possa sustentá-la. Lefebvre dá um exemplo concreto dessas relações:

Proprietários de automóveis (individuais) dispõem de um espaço que custa pouco a cada um deles, enquanto a 'coletividade' paga um preço alto pela sua manutenção. Esse arranjo leva o número de carros a aumentar, o que convém aos fabricantes e os favorece no seu constante esforço de expandir esse espaço. O consumo produtivo de espaço (produtivo, inclusive, de mais-valor) recebe muito subsídio e imensos recursos. [...] Quanto às 'áreas verdes', às árvores, às praças que são mais que cruzamentos, aos parques urbanos, eles dão certos prazeres ao conjunto da 'coletividade', mas quem paga por isso? Como e de quem exigir os pedágios? Esses espaços que não fornecem nada específico a ninguém (ainda que forneçam prazer a todos) tendem, por isso, a desaparecer.²⁰

A contradição está no fato de que esse desenvolvimento (a extinção de espaços públicos não destinados a carros) atende aos interesses privados fragmentados e aos interesses 'sistêmicos', mas acaba tornando a vida coletiva pior. Contudo, o proprietário de um carro que decidisse, isoladamente, abandonar o seu uso não faria nenhuma diferença. O que poderia, sim, fazer diferença seria o estabelecimento de discussões e negociações num nível coletivo, isto é, processos de construção política que ensaiassem a democracia direta numa escala espacial em que há possibilidades concretas de ação.

¹⁹ Ibidem, p. 412.

²⁰ Ibidem, pp. 414-415.

Avanços e retrocessos

A produção do espaço cotidiano com algum grau de autonomia vem sendo exercitada nas cidades brasileiras continuamente. Vilas, favelas e outras modalidades de ocupação do território sem o aval prévio de instâncias formais de planejamento e gestão existem desde o século XIX e antes disso (apenas não havia então as instâncias formais às quais poderiam ser contrapostas). As inegáveis precariedades dos espaços assim gerados não provêm prioritariamente da incompetência, mas da pobreza material e política de seus autores, já que eles constituem a mesma força de trabalho de cuja exploração a cidade formal sempre dependeu. Por outro lado, as igualmente inegáveis qualidades desses espaços provêm sobretudo do fato de conterem, como já constatava Lefebvre, "uma vida social muito mais intensa do que as parte aburguesadas das cidades".²¹

Apesar da miséria, a disposição do espaço — casas, muros, praças — provoca uma admiração inquieta. A *apropriação* aí chega a um grau notável. A arquitetura e o urbanismo espontâneos (selvagens, segundo uma terminologia dita elegante) aí se revelam bem superiores à organização do espaço pelos especialistas que efetivamente realizam, 'no terreno', a ordem social, mesmo quando não executam comandos de autoridades políticas e econômicas.²²

É provável que Lefebvre veja a favela numa perspectiva mais romântica do que lhe cabe (o que, de resto, é uma característica comum a muitos dos supracitados teóricos atuantes na década de 1970). Seu grau de autonomia é, de fato, muito tênue. Certamente não se trata do pleno direito de autogoverno, porque, em princípio, as ocupações em questão ferem a lei e sempre correram o risco da remoção. Além disso, a capacidade de autogoverno é limitada em grande medida pelas necessidades imediatas que a pobreza impõe e pelas heteronomias a cuja submissão ela obriga.

Ainda assim, está nesses territórios marginais a origem dos ativismos e movimentos sociais urbanos de oposição à produção do espaço abstrato. Deles provém o engajamento pelos elementos efetivamente

²¹ Ibidem, p. 430.

²² Ibidem, p. 431.

democráticos incorporados à Constituição da República de 1988, ao Estatuto da Cidade e a diversas outras leis, e até ensaiados em alguns programas e empreendimentos autogestionários. Em 2001, Marcelo Souza sintetizou o legado desses ativismos e movimentos: "a conscientização e a conquista de direitos sociais [...], a politização das cidades [...] e a criação de uma margem de manobra para a humanização do urbano". ²³ Com todas as críticas e ressalvas que o autor apresenta, trata-se de uma perspectiva de avanço. Tivemos um período em que a produção do espaço urbano parecia caminhar para uma maior autonomia.

Já os desenvolvimentos mais recentes indicam o oposto. Entre eles estão: os planos diretores municipais, com sua utilização mais retórica do que efetiva dos instrumentos do Estatuto da Cidade;²⁴ a abertura de capitais de grandes empresas de incorporação e construção que, entre outras coisas, possibilitou a constituição de expressivos estoques de terra; e, em especial, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Tome-se por exemplo esse último — o PMCMV, lançado em abril de 2009 como medida de mitigação da crise econômica. Ele promove empreendimentos habitacionais financiados com recursos públicos, mas propostos, planejados e executados por empresas privadas à revelia de toda a estrutura instituída a duras penas para uma — ainda que relativa — democratização do espaço.

O pacote foi elaborado pela Casa Civil e pelo Ministério da Fazenda, em diálogo direto com os setores imobiliários e da construção, desconsiderando diversos avanços institucionais na área de desenvolvimento urbano bem como a interlocução com o restante da sociedade civil. O Ministério das Cidades [...] foi posto de lado na concepção do programa, o Plano Nacional de Habitação foi ignorado em sua quase totalidade, o Estatuto da Cidade não foi tomado como um elemento definidor dos investimentos, o Conselho das Cidades sequer foi consultado, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), bem como seu Conselho, foram dispensados. O decreto do pacote ainda define um comitê de acompanhamento formado exclusivamente por integrantes do governo.²⁵

²³ SOUZA, Mudar a cidade, [2001] 2010, p. 193.

²⁴ Cf. SANTOS JÚNIOR & MONTANDON, Planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade, 2011.

²⁵ ARANTES & FIX, Pacote habitacional de Lula é a privatização da política urbana, 2009, s.p.

A crítica acima, formulada logo depois do lançamento do PMCMV, elenca uma série de outras deficiências que não foram revertidas substancialmente nos ajustes posteriores do Programa e que têm tido efeitos concretos nas cidades (como pudemos constatar empiricamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte). O PMCMV reforça a ideologia da casa própria e a mercantilização da habitação; subsidia o lucro das empresas, e não as famílias; não fomenta nenhuma melhoria quanto à sustentabilidade ambiental e social dos processos e produtos da construção habitacional; tende a piorar as condições nos canteiros de obras, aumentando a exploração dos trabalhadores; enfraquece as administrações municipais e as leva a alterações incoerentes na legislação urbana que têm por consequência uma periferização ainda mais acentuada; não favorece a função social da propriedade porque ignora a vacância imobiliária e pressiona o preço da terra; não contribui em nada para a isonomia entre campo e cidade; e enfraquece os movimentos sociais urbanos porque, além de promover "um contexto de apaziguamento das lutas sociais e de conformismo em relação às estruturas do sistema", reserva a quase totalidade dos recursos a empreendimentos geridos por empresas privadas, enquanto os recursos para empreendimentos autogestionários são mínimos.²⁶ Em suma, o PMCMV é uma espécie de versão neoliberal de todos os erros cometidos no período do Banco Nacional de Habitação e tantas vezes criticados.

As constatações acerca do PMCMV têm correlatos nas intervenções em favelas via PAC, nas quais não me deterei aqui. Fato é que a onda de produção heterônoma do espaço cotidiano financiada com recursos públicos esfacelou processos de aprendizado iniciados num período de pouquíssimas políticas habitacionais, quando movimentos sociais e grupos organizados estavam, como diria Kant, livres para fazerem as próprias tentativas. Em vez de uma evolução dessas tentativas, temos agora uma quase exclusividade dos processos heterônomos e, como resultado, novas periferias piores do que as da geração BNH, mercadorias imobiliárias de pífia qualidade espacial e construtiva e intervenções urbanísticas em favelas cujos benefícios para os moradores são, no mínimo, questionáveis.

Chama a atenção, particularmente, que o tipo urbanístico-arquitetônico do *conjunto habitacional* tenha conquistado um monopólio radical nesse contexto de massiva produção heterônoma do espaço

Primeiros prédios da URBEL no Aglomerado da Serra, pelo Programa Vila Viva, antes do Programa Minha Casa Minha Vida (MOM, 2007).



cotidiano. Ivan Illich denomina "monopólio radical" não a exclusividade de uma marca ou empresa, mas a situação em que um produto adquire tal domínio sobre o imaginário social que passa a ser visto como única possibilidade de satisfazer determinada necessidade, excluindo da competição quaisquer outros produtos e processos.²⁷ Para ficar no exemplo dos carros: quando esses são vistos como a forma de transporte individual por excelência, eliminando ou restringindo substancialmente pedestres, bicicletas, animais etc., e conformando o espaço à sua maneira, então há monopólio radical. O conjunto habitacional ou popular, de preferência vertical e com quinhentas unidades (limite superior de um empreendimento do PMCMV), se tornou a resposta automática ao 'déficit habitacional' na quase totalidade das discussões, seja nas empresas, nas instâncias públicas, entre os agentes financeiros ou mesmo em fóruns participativos. (Na Wikipedia em língua portuguesa os termos habitação social e conjunto habitacional estão reunidos no mesmo verbete.)

O conjunto habitacional é a essência do que Lefebvre chama de espaço abstrato. Sua escala o torna necessariamente periférico e segregado no tecido urbano, quando não inteiramente isolado; seus espaços domésticos se restringem idealmente às atividades elementares para a reprodução da força de trabalho; seus espaços públicos são vias de circulação, quando muito, guarnecidas por um ou outro equipamento público cujo uso também é predeterminado; atividades comerciais estão excluídas por definição; usos e transformações do espaço implementados por iniciativa dos moradores comparecem como transgressões. O problema, portanto, não é apenas o conjunto habitacional como forma arquitetônica monótona, rígida e desinteressante, que exige um desenho urbano devastador da paisagem e do substrato natural. O problema é o conjunto habitacional e seus assemelhados como categoria econômico-política. As únicas 'vantagens' desse tipo de produto espacial são a otimização do ciclo produtivo do capital de construção, em particular, e a liberação do espaço urbano para operações produtivas e especulativas dos capitais, em geral. Ou, fazendo o raciocínio inverso, mesmo se a produção heterônoma gerasse moradias de qualidade (agradáveis, ambientalmente sustentáveis, bem articuladas a transportes e equipamentos públicos etc.), o real direito à cidade não estaria dado. Direito à cidade não significa simplesmente acesso aos produtos e recursos que

a cidade, tal como ela é, tem a oferecer, mas o direito de decidir o que a cidade será. Nos termos de David Harvey:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização.²⁸

Em suma

A legitimação da nova onda de produção heterônoma do espaço cotidiano é a suposta eficiência da iniciativa privada em contraposição à gestão pública e à autogestão. A iniciativa privada atenderia a mais pessoas em menos tempo e dinheiro, e com resultados mais previsíveis.

Quanto à gestão pública, é digno de nota que se restrinjam as possibilidades de ação do Estado justo quando ele começa a ser permeado por processos participativos. Quanto à autogestão, o argumento de sua ineficiência ignora inteiramente suas finalidades. De fato não é difícil demonstrar que processos impostos de cima para baixo levam menos tempo do que processos coletivos de discussão, negociação, decisão e ação. É evidente também que os agentes de um processo autogestionário ou — para usar um termo que prefiro por ser mais abrangente e estar menos institucionalizado — os agentes de uma produção autônoma, quando realmente livres de constrangimentos diretos, fazem coisas não previstas. Mas as virtudes da produção autônoma são esses processos coletivos e os resultados sócio-espaciais novos e diversificados que podem gerar continuamente.

Não se trata, portanto, de usar a figura institucional da autogestão como instrumento para multiplicar exatamente os mesmos produtos preconizados na produção heterônoma. Trata-se, pelo contrário, de buscar a autonomia individual e coletiva como fim em si mesma, que, ademais, torna possíveis alternativas na organização do trabalho (cooperativismo, ajuda mútua, frentes de trabalho remuneradas), na execução material (tecnologias construtivas não hegemônicas) e nos produtos espaciais (ocupação e eventual recuperação de edificações ociosas, construção de novas unidades pulverizadas no tecido urbano, edificações flexíveis e mutáveis, espaços públicos e coletivos sem uso predeterminado, formas novas de articulação entre o rural e o urbano, por exemplo).

Uma última observação: não entrei aqui na velha discussão acerca do papel que 'o arquiteto' teria numa produção não heterônoma do espaço, mesmo porque fizemos isso em outras ocasiões.²⁹ Mas cabe lembrar que as possibilidades de atuação desses profissionais não estão limitadas por natureza ao desenho de produtos acabados que obedecem a todo tipo de heteronomia e ainda são apresentados como se fossem tecnicamente incontornáveis. Criatividade, conhecimento técnico, visão espacial e outras virtudes arquitetônicas podem se tornar muito mais úteis socialmente e satisfatórias pessoalmente se estiverem, elas mesmas, livres.

²⁹ BALTAZAR & KAPP, Por uma arquitetura n\u00e3o planejada, [2006] nesta edi\u00e7\u00e3o, v. 1, pp. 265-280.

[2012] Direito ao espaço cotidiano

Silke Kapp

Como os dois textos anteriores, também este derivou dos trabalhos do MOM no âmbito do PDDI-RMBH, com ênfase no que ali denominamos *espaço cotidiano* e na possibilidade de ampliação concreta da autonomia coletiva na escala microlocal. As seções iniciais, de caráter mais teórico, retomam a proposição do direito à cidade nos termos de Lefebvre, discutindo sua relação com a ordem jurídico-urbanística inaugurada pelo Estatuto da Cidade, sua banalização crescente nos debates públicos e acadêmicos, e sua articulação ao espaço cotidiano. No final, há uma descrição resumida da proposta de *tipologia de espaços cotidianos*, elaborada no PDDI para estruturar ações e políticas em favor da maior autonomia na escala microlocal. O artigo recebeu menção honrosa da ANPUR em 2013.¹

Imaginar a cidade

Há uma entrevista do psicólogo social Erich Fromm à rede de televisão norte-americana ABC no ano de 1958 em que, a certa altura, ele se diz a favor do socialismo desde que o termo não fosse identificado com o regime então em vigor na União Soviética, mas com "uma sociedade na qual o objetivo da produção não é o lucro, mas o uso, na qual o cidadão individual participa de modo responsável no seu trabalho e em toda a organização social, e na qual ele não é um meio empregado pelo capital".² O jornalista Mike Wallace, reproduzindo o discurso típico da grande mídia ocidental, retruca que o trabalhador que não fosse empregado do capital se tornaria empregado do Estado e estaria numa situação ainda pior. E Fromm, como que solicitando ao interlocutor e ao público a ultrapassagem do raciocínio polarizado entre uma ou outra forma de dominação social, responde: "Temos sido incrivelmente imaginativos

Primeira publicação: Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. Cadernos Metrópole, v. 14, n. 28, 2012, pp. 463–485. A tipologia está mais detalhadamente descrita em: KAPP, Uma tipologia de espaços cotidianos, [2012] nesta edição, v. 1, pp. 411–436.

² Erich Fromm em entrevista a Mike Wallace, The Mike Wallace Interview, 25/5/1958.

em tudo o que diz respeito à técnica e à ciência. Mas, quando se trata de mudanças nos arranjos sociais, tem nos faltado totalmente a imaginação".

Uma tal imaginação para mudanças nos arranjos sociais também me parece imprescindível à concepção de direito à cidade formulada por Henri Lefebvre. Como sugere Harvey, a gênese dessa concepção, pouco antes dos eventos de maio de 1968, provavelmente deva mais ao ativismo nas ruas e vizinhanças de Paris do que à tradição intelectual em que ela (também) se apoia.³ O pleito de Lefebvre não é simplesmente um pleito pela satisfação de necessidades definidas ou induzidas na cidade e na sociedade, tais como são. Pelo contrário, trata-se de "prospectar as novas necessidades, sabendo que tais necessidades são descobertas no decorrer de sua emergência e que elas se revelam no decorrer da prospecção".⁴ O direito à cidade é o direito de imaginar e realizar a cidade, contínua e concomitantemente. Lefebvre associa esse processo aos procedimentos artísticos e propõe "pôr a arte ao serviço do urbano" para abrir uma "práxis e poiesis em escala social".⁵

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.⁶

A expressão lefebvreana tem estado na pauta das discussões nacionais e internacionais, acadêmicas e extra-acadêmicas, especialmente entre grupos que intencionam uma ou outra forma de resistências à globalização de modelo neoliberal e à governança corporativa das cidades que ela tende a promover. Além de inúmeras publicações e da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, são exemplos nesse sentido conferências como Rights to the City: Citizenship, Democracy and Cities in a Global Age (Toronto, 1998) e Rights to the City (Roma, 2002), diversos eventos no Fórum Social Mundial, movimentos como o Right to the City Alliance (EUA) e o Recht auf Stadt-Netzwerk (Alemanha), e legislações como a Lei de Desenvolvimento Territorial na Colômbia e o Estatuto da Cidade no Brasil.

³ HARVEY, Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution, 2012, p. xiii.

⁴ LEFEBVRE, O direito à cidade, [1968] 2001, p. 125.

⁵ Ibidem, pp. 134-135.

⁶ Ibidem, p. 135.

Nesse contexto de difusão relativamente ampla, o significado da expressão 'direito à cidade' se tornou objeto de disputa. Diversos autores têm protestado contra sua banalização como simples análogo ou somatório do acesso ampliado a serviços e equipamentos de habitação, saúde, educação, transporte e lazer. Mitchell discutiu em profundidade o que significaria habitação e apropriação da cidade no sentido lefebvreano, muito além da acomodação de cada família numa unidade habitacional de determinado padrão. Harvey vem tentando resgatar o caráter emancipatório do direito à cidade, enfatizando que se trata "do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização".8 Souza argumenta que sua "trivialização e corrupção" tende a tornar essa expressão inútil para quaisquer propósitos críticos. Merrifield retoma as possibilidades de transformação criativa hoje, explorando um artigo tardio em que o próprio Lefebvre abandona a ideia do direito à cidade ("entrega-a ao inimigo" 10) por considerá-la ultrapassada "quando a cidade se perde numa metamorfose planetária". 11 E principalmente Purcell se opôs, já há alguns anos, a leituras superficiais, "escavando" as proposições de Lefebvre até as últimas consequências:

O direito à cidade de Lefebvre é um argumento para mudar profundamente tanto as relações sociais do capitalismo quanto as estruturas vigentes de cidadania democrático-liberal. Seu direito à cidade não é uma sugestão de reforma nem visa a uma resistência fragmentada, tática, passo-a-passo. Sua ideia é, em vez disso, uma convocação para uma reestruturação radical de relações sociais, políticas e econômicas na cidade e para além dela.¹²

Segundo Purcell, a diferença entre o direito à cidade intencionado por Lefebvre e as ideias que têm sido veiculadas em seu nome equivale à diferença entre uma democratização parcial das decisões hoje tomadas na esfera do Estado e uma democratização radical de todas as decisões que afetam a produção do espaço urbano, isto é, também daquelas hoje tomadas na esfera do capital. Isso significaria nada menos do que uma

- 7 MITCHELL, The right to the city: social justice and the fight for public space, 2003.
- 8 HARVEY, O direito à cidade, [2008] 2012, p. 74.
- 9 SOUZA, Which right to which city?, 2010, p. 319.
- 10 MERRIFIELD, The right to the city and beyond, 2011, pp. 473–481.
- 11 LEFEBVRE, Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire, 1989, pp. 16–17.
- 12 PURCELL, Excavating Lefebvre: the right to the city and its urban politics of the inhabitant, 2002, p. 101.

rearticulação mundial de escalas de governança, com a substituição da atual hegemonia do Estado-nação por uma hegemonia das cidades governadas diretamente por seus habitantes. Os resultados disso são inteiramente abertos, imprevisíveis, porque não se limitariam à redistribuição socialmente mais justa das possibilidades disponíveis, nem estacionariam diante dos entraves operacionais determinados pelas instituições existentes. Elas mobilizariam aquele tipo de imaginação solicitado por Erich Fromm, mas nada garante que levariam a um estado de coisas que, nas perspectivas que a cidade e a sociedade atual oferecem, fosse considerado ideal.

Reformar a cidade

No Brasil, a resposta à chamada crise urbana centrou-se por décadas na ideia da reforma urbana; e reforma, como se sabe, não é revolução, pois ocorre dentro de estruturas e instituições sociais existentes. Inaugurada formalmente com o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, de 1963, a mobilização por essa ideia se tornou mais expressiva com a elaboração da Emenda Popular da Reforma Urbana, parcialmente acatada nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. 13 A regulamentação desses artigos pelo Estatuto da Cidade, que pode ser considerada uma conquista dos movimentos e entidades reunidos no Fórum Nacional da Reforma Urbana, permite afirmar que "o Brasil incorporou formalmente a noção de 'direito à cidade' em [seu] sistema legal". 14 O processo possibilitou a criação de uma ordem jurídico-urbanística na qual as chamadas funções sociais da propriedade e da cidade são declaradas prioritárias, bem como a criação de um Ministério das Cidades para articular políticas habitacionais e urbanas, um Sistema Nacional e um Fundo Nacional de Habitação, e inúmeros órgãos e conselhos estaduais e municipais para detalhá-las e pô-las em prática.

Na perspectiva de transformação radical, aberta e imprevisível que Lefebvre levanta, a incorporação do direito à cidade num sistema legal existente seria contraditória. Há de se convir então que o direito à cidade institucionalizado no Brasil não tem caráter revolucionário. Declaradamente, a "bandeira de luta" da reforma urbana desde os anos

¹³ Cf. BONDUKI & KOURY, Das reformas de base ao BNH, 2010; SILVA, Reforma urbana e o direito à cidade, 1991.

¹⁴ FERNANDES, Constructing the 'right to the city' in Brazil, 2007, p. 202.

1980 visa, sobretudo, amenizar a dicotomia entre cidade legal e clandestina, cidade moderna e precária, cidade rica e pobre. A questão é se esse enquadramento mais limitado constituirá um dos muitos expedientes de neutralização das energias críticas nesta sociedade ou se ele pode avançar paulatinamente rumo a mais espaços de democracia direta. No primeiro caso, caberia aplicar-lhe o argumento de Tushnet, de que o engajamento por leis, planos e instrumentos jurídicos tende a ser inútil porque, no melhor dos casos, resulta em documentos de conteúdo escorregadio e de uma linguagem que permite apropriações por agendas opostas, a ponto de simplesmente legitimar o status quo. No segundo caso, caberia o contra-argumento de Mitchell, de que pressões populares podem, sim, levar o Estado de Direito a proteger os socialmente mais fracos e a fortalecer agendas emancipatórias.

Ermínia Maricato, que foi responsável pela defesa da Emenda perante a Comissão de Sistematização da Constituinte e teve importantes atuações na Prefeitura de São Paulo e no Ministério das Cidades, assumiu recentemente a alternativa mais pessimista. Ela diagnostica que o ciclo de mobilização no Brasil se encerrou sem alcançar "uma mudança de rota no rumo que orientou a construção das cidades". 18 A disputa dos capitais por localização e pelo valor de uso complexo das cidades, a indústria imobiliária e as operações especulativas continuam muito mais determinantes na produção do espaço urbano do que qualquer participação popular nas decisões do Estado ou qualquer função social da propriedade. Muito se fez em termos institucionais, abriram-se alguns canais novos, houve um aprimoramento politicamente correto dos discursos (inclusive das frentes mais conservadoras) e um aporte significativo de meios, mas as cidades estão piorando e os supostos avanços dificilmente chegam aos meandros do cotidiano, seja da própria população, seja da administração pública ou do trabalho técnico. Enquanto isso, "o ideário da 'reforma urbana' que tem o 'direito à cidade' ou a justiça urbana como questão central [...] parece ter se evaporado". 19

Cardoso e Silveira chegam a conclusões semelhantes, se bem que não tão categóricas, acerca dos Planos Diretores elaborados a partir do

¹⁵ SILVA, Reforma urbana e o direito à cidade, 1991.

¹⁶ TUSHNET, An essay on rights, 1984.

¹⁷ MITCHELL, The right to the city: social justice and the fight for public space, 2003.

¹⁸ MARICATO, O impasse da política urbana no Brasil, 2011, p. 77.

¹⁹ Ibidem, p. 29.

Estatuto da Cidade: intenções e objetivos relevantes estão em toda parte, mas há poucas medidas e estratégias concretas para sua realização. 20 Poder-se-ia acrescentar que esse efeito estava quase pré-programado no Estatuto porque, paradoxalmente, a mesma legislação federal que estabelece a função social da propriedade torna sua aplicação inteiramente dependente das instâncias legislativas e executivas municipais (e aos agentes privados capazes de influenciá-las localmente), dando-lhes poder suficiente para procrastinar tal aplicação por mais algumas décadas. Soma-se a isso a incoerência de programas federais mais recentes, cujos recursos podem atropelar o mais bem-intencionado planejamento municipal, como vem ocorrendo em muitos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) ou do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Por outro lado, assumindo a alternativa menos pessimista, pode-se considerar que a formalização de direitos que o Estatuto oferece, com todas as suas limitações, também protege e fortalece interesses tradicionalmente obliterados nas legislações urbanas brasileiras; ou, indo um pouco mais longe, que "a reforma da ordem legal é uma das principais condições para transformar a natureza do processo de desenvolvimento urbano". Uma condição, no entanto, não significa realização. Mesmo a possibilidade de reformar a cidade — sem a revolucionar, por ora — dependerá da mobilização continuada e crítica da imaginação coletiva para criar suas formas concretas.

Nesse sentido, uma fragilidade fundamental do Estatuto é o papel acessório que nele se atribui à participação popular. Não que ela não seja mencionada inúmeras vezes. Mas as menções têm justamente aquele caráter vago criticado por Tushnet. Como Souza analisa com muita contundência, "a maneira como o Estatuto a esta se refere é, quase sempre, indefinida — admitindo-se uma interpretação que privilegie, a depender da Prefeitura, um processo deliberativo ou meramente consultivo — ou então a tônica é claramente consultiva".²² Discutimos em outra ocasião que a participação institucionalizada, orquestrada por técnicos e administradores públicos para satisfazer exigências formais, não é apenas insuficiente, mas perniciosa.²³ Ela não constitui um "degrau" numa

²⁰ CARDOSO & SILVEIRA, O plano diretor e a política de habitação, 2011.

²¹ FERNANDES, Constructing the 'right to the city' in Brazil, 2007, p. 208.

²² SOUZA, A prisão e a ágora, 2006, p. 221.

²³ Cf. KAPP & BALTAZAR, O paradoxo da participação, [2012] nesta edição, v. 1, pp. 437–458.

"escada da participação" ²⁴ cujo topo seria a autogestão ou a autonomia coletiva dos habitantes da cidade, mas burocratiza, frustra e arrefece o engajamento. ²⁵ Isso vale muito particularmente para o contexto de intervenções em áreas habitadas pela população política e economicamente mais pobre, isto é, naquelas porções da cidade para as quais a ideia da reforma urbana e o próprio Estatuto foram formulados. Nesse âmbito, técnicos e administradores tendem a tomar a participação como uma tarefa entre outras, a ser realizada pelo 'pessoal do social' (os assistentes sociais que compõem as equipes de órgãos públicos e empresas privadas) sem influência decisiva sobre os processos e produtos de intervenções urbanísticas ou construções novas.

Ora, a participação não é apenas uma entre outras ideias relacionadas ao direito à cidade. Ela é seu cerne. Talvez a escolha do termo seja infeliz, porque participação, independentemente do adjetivo que a qualifique (plena, verdadeira, genuína etc.), sempre sugere outra instância, não composta pelos próprios participantes, que determina e coordena o processo. Isso vale mais ainda para a sua especificação como participação *popular*, pois, se há o popular, deve haver o não popular.

Qualquer interpretação do significado político da palavra 'povo' tem de partir do fato singular de, nas línguas europeias modernas, ela designar sempre também os pobres, os deserdados, os excluídos. Uma mesma palavra nomeia, assim, tanto o sujeito político constitutivo [da democracia] como a classe que de fato, senão de direito, está excluída da política.²⁶

Ampliar e concretizar o direito à cidade para além das legislações exige criar possibilidades, não apenas de maior participação popular, mas de autonomia sócio-espacial, isto é, possibilidades para que diferentes coletividades adquiram o direito e a capacidade de definir a produção do espaço, em contraposição à heteronomia ou à definição dessa produção por instâncias alheias. O dilema nesse raciocínio — ao qual volto em seguida — é a escala de abrangência de tais 'coletividades'.

²⁴ ARNSTEIN, A ladder of citizen participation, 1969, pp. 216-224.

²⁵ Cf. SOUZA, Mudar a cidade, [2001] 2010.

²⁶ AGAMBEN, O que é um povo?, [1996] 2010, p. 31.

Direito à cidade e ao espaço cotidiano

As concepções delineadas acima constituíram algumas das balizas de uma abordagem da temática habitacional elaborada sob coordenação da autora no contexto dos estudos para o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), aprovado em 2011.²⁷ Não obstante suas especificidades, as contradições dessa situação são aplicáveis a muitas outras. Como um plano que está inserido em estruturas institucionais relativamente convencionais, até mesmo no que diz respeito à participação, poderia abrir caminho para uma produção do espaço com maior autonomia?

Habitar a cidade, no sentido enfático do "direito à obra [...] e à apropriação", 28 significa poder determinar como se quer habitar, incluindo as características de espaços privados e públicos, as relações entre uns e outros, com o meio natural, com a vizinhança imediata e mediata, com as centralidades e redes urbanas mais abrangentes, e assim por diante. As políticas públicas de habitação no Brasil estão longe dessa compreensão ampla. Quando são destinadas à produção de novos espaços de moradia, via de regra, partem da premissa de grandes conjuntos de uso exclusivamente habitacional, com unidades-padrão para famílias-padrão e espaços coletivos e públicos tratados, senão como sobra entre edificações, como circulação ou equipamento de uso predefinido e monitorado.

Tomem-se por exemplo as recomendações do Ministério das Cidades para a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), que sugerem que os municípios comecem por "conhecer [quantitativamente] o conjunto das necessidades habitacionais e dimensionar os recursos necessários".²⁹ Esse dimensionamento de recursos deve ser feito por faixas de renda, com base no custo praticado por unidade habitacional convencional ("vertical e horizontal") e no valor

O material apresentado deste ponto em diante é fruto do trabalho conjunto da equipe do MOM no PDDI, mas eventuais inconsistências ou lacunas da interpretação e do formato dados ao material neste artigo se devem exclusivamente à autora (incorporei trechos de textos dos estudos do PDDI, desde que redigidos de próprio punho já naquela ocasião). Os estudos da temática habitacional para o PDDI abrangeram também outras questões que não são discutidas aqui, tais como: redução da vacância, regularização fundiária, tratamento de Zonas Especiais de Interesse Social, áreas de risco e áreas centrais etc. Cf. MACIEL & BALTAZAR, Famílias sem casa e casas sem família, [2011] nesta edição, v. 1, pp. 347–370.

²⁸ LEFEBVRE, O direito à cidade, [1968] 2001, p. 135.

²⁹ MCIDADES, Curso à distância: planos locais de habitação de interesse social, 2009, p. 171.

médio da terra no respectivo setor urbano. 30 Ainda que se trate apenas de uma estimativa e que o processo possa, em teoria, incluir a concepção de novos parâmetros urbanísticos e tipos arquitetônicos, a quantificação ocorre num momento em que, do ponto de vista operacional, é improvável que uma prefeitura consiga elaborar e orçar alternativas concretas para espaços específicos ou novas organizações da produção por associações, cooperativas e outras entidades comunitárias. A tendência é que sejam reproduzidos processos e rotinas já consolidados e que elas acabem sendo mantidas mais tarde. Existem exceções como os empreendimentos autogestionários, mas quantitativamente são pouco expressivas.

Já políticas e programas destinados à melhoria de assentamentos existentes tendem a reproduzir procedimentos de urbanização da cidade formal, também heterônomos. A população é convidada a participar de processos cuja estrutura está prefixada e nos quais suas informações e opiniões têm pouco ou nenhum peso diante de ditames técnicos, econômicos e burocráticos. Embora seja preferível a processos sem nenhuma participação, essa modalidade de "participação restrita ou instrumental" satisfaz o princípio de gestão democrática apenas formalmente e, como já indicado, até dificulta avanços para a autonomia. O direito à moradia, entendido nesses termos, contradiz o direito à cidade em vez de ampliá-lo.

Para tentar fugir a tais entendimentos naturalizados, a abordagem da temática habitacional do PDDI se deu com foco no que denominamos espaço cotidiano. O conceito foi introduzido em analogia à vida cotidiana: se essa última é "aquilo que 'resta' quando se subtraem todas as atividades distintas, superiores, especializadas, estruturadas", espaço cotidiano seria o que resta quando se subtraem espaços 'distintos, superiores, especializados, estruturados', como monumentos e redes e equipamentos urbanos de amplo alcance. Define-o o fato de não demandar organização para funções especializadas, tampouco organização por especialistas. Mas o cotidiano não é como uma "planície" contraposta aos "picos" dos momentos criativos; ele é o "solo fértil" no qual surgem avanços criativos e no qual eles são reincorporados. 33

³⁰ Ibidem, p. 173.

³¹ AZEVEDO, Estratégias de gestão, 2007, p. 90.

³² LEFEBVRE, Foreword to the second edition, *Critique of everyday life*, v. 1, [1958] 2008, p. 97.

³³ Ibidem, p. 87.

O espaço cotidiano seria, assim, a menor escala de um exercício concreto do direito à cidade entendido como direito coletivo de transformá-la. A autonomia na sua produção implica que grupos locais e microlocais determinem seus processos e desenvolvam-nos ao longo do tempo. Essa possibilidade está focada em relações de vizinhança, na negociação e ação numa coletividade territorial, na capacidade de solucionar diretamente e sem complexos mecanismos burocráticos os fatores de desconforto de ambientes privados, coletivos ou públicos, nas oportunidades de transformar rotinas ou levar a cabo empreendimentos criativos, na perspectiva de definir serviços ou equipamentos disponíveis.

O dilema dessa proposição é, como já indicado acima, a abrangência de uma tal 'menor escala' e sua articulação com as demais. Assim como as atividades especializadas não são da ordem da vida cotidiana, mesmo que muita gente se envolva com elas diariamente, um grande equipamento urbano não é um espaço cotidiano, segundo essa definição, mesmo que muitos o frequentem todos os dias. Só cabem no espaço cotidiano assim definido porções urbanas cuja influência seja relativamente limitada. No entanto, como determinar esse limite? E como evitar o paroquialismo? Como fugir do fechamento dessas porções urbanas sobre si mesmas que, no pior dos casos, resulta em guetos com autoritarismos locais e sem nenhuma articulação política mais ampla? O já citado Purcell formulou críticas contundentes nesse sentido, batizando de *local trap* (armadilha local) a crença de que a escala local teria uma virtude inerente e seria sempre e necessariamente mais propícia à justiça social (ou sócio-espacial) do que a grande escala.

A armadilha local [local trap] na literatura sobre a democracia urbana está na pressuposição de que a restituição da autoridade produzirá maior democracia. Assume-se que, quanto mais localizadas as instituições de governo, mais democráticas serão. Mais especificamente, o pressuposto é que, quanto mais autonomia a população local tiver sobre sua área urbana, mais democráticas e justas serão as decisões sobre aquele espaço.³⁴

O principal argumento contra a hipóstase da escala local é que ela abre mão de outras articulações, sem nem mesmo as examinar, e assim abre mão também da constituição democrática de coletividades amplas,

³⁴ PURCELL, Urban democracy and the local trap, 2006, p. 1925.

organizadas, por exemplo, em redes, e não em ilhas territoriais. Tudo isso acaba por favorecer as agendas às quais o 'localismo' pretende se contrapor, já que, em escala regional, nacional ou global, deixa de lhes fazer qualquer oposição. Experiências de produção relativamente autônoma de habitações e vizinhanças, nas décadas de 1960 e 1970, abriram caminho para a redução de investimentos públicos nas comunidades pobres. Tomem-se por exemplo os programas de autoajuda do Banco Mundial incitados por John F. C. Turner, que Mike Davis critica: "elogiar a práxis dos pobres tornou-se uma cortina de fumaça para revogar compromissos estatais históricos de reduzir a pobreza e o déficit habitacional".35 Seria importante, no entanto, compreender até que ponto as tentativas de incremento da autonomia na escala microlocal engendradas por Turner e outros se fragilizaram por falta de uma discussão mais abrangente da economia política da produção social do espaço. Como nota Cardoso, Turner pressupõe um processo evolutivo de integração social concomitante ao desenvolvimento econômico dos países 'atrasados', deixando de lado as desigualdades estruturais que marcam esse desenvolvimento e que não serão eliminadas pelo simples crescimento.³⁶ Na mesma linha dos advogados da nova direita, os engajados nessa autonomia restrita tenderam a identificá-la com "empreendedorismo".37

Por outro lado, assim como não cabe uma hipóstase da escala local ou microlocal, não cabe seu oposto. O espaço cotidiano e particularmente a habitação não constituem, em si mesmos, um equipamento ou serviço que possa ser determinado a partir de um planejamento em escala metropolitana. Mesmo que ele fosse plenamente participativo, não poderia contemplar as características específicas que definem qualidades e mazelas de cada pequena porção do território. Então, é preciso admitir a impossibilidade de que se faça jus a todas as nuances da escala microlocal em discussões de tal abrangência, em vez de ceder à "propensão ao gigantismo" estimulada por uma aparente eficiência técnica e administrativa.³⁸ Além de anular qualidades microlocais e possibilidades de ação dos habitantes ao longo do tempo, ela favorece

³⁵ DAVIS, Planeta favela, 2006, p. 81.

³⁶ CARDOSO, Contextualização/ Caracterização, 2007, p. 31.

³⁷ FRANK, New right/ new left: an alternative experiment in freedom, 2000, p. 35; cf. RONNEBERGER, Henri Lefebvre and urban everyday life, 2008.

³⁸ SCHUMACHER, O negócio é ser pequeno, [1973] 1981.

as interferências sistemáticas de instâncias 'superiores' no cotidiano — essa "mistificação profissional das atividades cotidianas" por administradores, sanitaristas, urbanistas, arquitetos e afins³⁹ — que certamente não garante maior justiça social e, ainda por cima, perpetua a dominação social na forma da tutela.

No processo de discussão da temática da habitação no PDDI, entendemos que uma saída possível para esse dilema seria um planejamento metropolitano que, em vez de projetar esse ou aquele modo de vida, garantisse alguns limites à interferência das operações de grande escala nas menores porções urbanas e, ao mesmo tempo, oferecesse condições favoráveis para que essas porções se articulassem entre si e com escalas mais abrangentes. Qualquer espaço cotidiano numa metrópole sofre, com maior ou menor intensidade, impactos metropolitanos produzidos por fenômenos como dinâmica imobiliária, investimentos públicos, grandes empreendimentos produtivos, condições ambientais ou estrutura de transporte e mobilidade. O planejamento deveria ajudar a criar uma relação de forças mais equilibrada entre essas escalas, removendo obstáculos à maior autonomia microlocal, examinando como instâncias de governança mais abrangentes podem apoiar ações nessa escala e ampliando as possibilidades de constituição de redes entre espaços cotidianos microlocais.

A abordagem então se desdobrou em duas partes, cujos resultados estão sintetizados nos dois próximos itens deste texto. A primeira parte consistiu num exame de como o espaço cotidiano comparece nas estruturas institucionais existentes, incluindo marcos regulatórios, programas públicos habitacionais e práticas das prefeituras municipais. Seu objetivo foi evidenciar em que medida cada uma dessas instâncias promove ou interdita as possibilidades de autonomia, considerando mecanismos participativos, estrutura de gestão, incentivos a associações e cooperativas de habitação e de construção, e o caráter mais ou menos determinista das legislações quanto às formas urbanas e edificadas. Disso resultou um diagnóstico que, embora se refira a dados colhidos na RMBH, pode ser lido como uma análise qualitativa mais geral dos efeitos que a nova ordem jurídico-urbanística baseada na noção de direito à cidade gerou até agora.⁴⁰ A segunda parte consistiu numa

³⁹ TURNER, Housing by people: towards autonomy in building environments, 1976, p. 26.

⁴⁰ Além das fontes documentais, as informações foram obtidas mediante entrevistas em todas as prefeituras municipais da RMBH e mediante oficinas participativas. As entrevistas foram realizadas entre março e maio de 2010, sempre com técnicos

tentativa de estruturar, mediante uma *tipologia de espaços cotidianos*, as articulações futuras entre porções distintas e por vezes dispersas no território, mas que têm características semelhantes quanto à inserção metropolitana e à resposta aos impactos dela decorrentes.

Estruturas instituídas e autonomia no espaço cotidiano

Uma característica que perpassa todas as instâncias de regulação, planejamento e gestão habitacional que examinamos nos estudos para o PDDI é o fato de mencionarem e até enfatizarem a participação popular e a função social da cidade e da propriedade, mas não levarem esses princípios às últimas consequências nem reverterem rotinas provenientes da tradição de produção heterônoma pública e privada.

A análise comparativa dos planos diretores de vinte e dois dos trinta e quatro municípios da RMBH mostrou que a maioria foi elaborada ou revisada após a aprovação do Estatuto da Cidade (2001) e adere aos seus princípios e instrumentos. No entanto, talvez pelo fato de terem sido elaborados em grande parte por terceiros e com participação social reduzida (ao menos os registros a esse respeito são escassos e surpreendentemente semelhantes entre si), os planos diretores trazem pouca articulação entre tais princípios e as especificidades locais. Muitos destacam o incentivo a formas alternativas de construção, à criação de cooperativas, associações e sindicatos habitacionais autogestionários, e à capacitação de iniciativas coletivas por meio de assessoria técnica, sem explicitar como isso seria implementado. Já as parcerias com o setor privado para a implementação de programas habitacionais são estimuladas mediante operações urbanas consorciadas e flexibilização de parâmetros de uso e ocupação do solo. Alternativas de menor porte, mais pulverizadas do que os grandes empreendimentos privados, quase não comparecem senão abstratamente. Com relação à regularização jurídica de assentamentos consolidados, há uma tendência de reconhecimento do direito individual de propriedade plena, desconsiderando a titulação coletiva no caso de regularização por usucapião em imóveis

responsáveis pela política urbana e habitacional. As oficinas participativas foram conduzidas pela subequipe de Mobilização Social do PDDI–RMBH, não sendo especificamente dedicadas aos temas habitação e espaço cotidiano. Mas elas forneceram dados adicionais, permitiram conhecer posturas de outros atores institucionais e reforçaram muitos dos relatos obtidos nas entrevistas.

privados, bem como a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e a Concessão de Direito Real de Uso, previstas no Estatuto da Cidade.

Depois dos planos diretores, os Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) seriam o instrumento mais importante para que os municípios construíssem suas políticas habitacionais. No período dos estudos para o PDDI (2009–2010), esses planos não estavam concluídos em nenhum município da região metropolitana. Em contrapartida, quase todos os Planos de Regularização Fundiária Sustentável (PRFS), que deveriam se basear nos respectivos PLHIS, haviam sido elaborados em função de uma mudança na alocação de recursos federais que estabeleceu a exigência do PRFS para acesso ao Programa de Aceleração do Crescimento.41 Os planos de regularização da RMBH resultantes dessa antecipação seguem as fórmulas de regularização consolidadas em Belo Horizonte, a partir dos princípios da função social da propriedade e do direito da população de permanecer nas áreas ocupadas. Remoções são recomendadas apenas em casos de risco ou quando há necessidade de desadensamento e implantação de infraestrutura. Em tese, famílias removidas devem ser reassentadas em áreas próximas, embora se saiba que isso nem sempre é possível e que a própria noção de 'necessidade' de remoção também dê margem a ações autoritárias. Os PRFS propõem 'cardápios' de instrumentos do Estatuto da Cidade, para que o corpo técnico-administrativo (não a população) discuta mais tarde as opções mais viáveis para cada assentamento: delimitação e regulamentação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), transferência de título pela aplicação da Concessão de Direito Real de Uso, doação e usucapião, além de aprovação e registro de áreas reparceladas e legalização individual por emissão onerosa de título.

No entanto, a enunciação genérica desses instrumentos nos PFRS e nos planos diretores, sem regulamentação por outras leis municipais, torna rara sua execução. As entrevistas nas prefeituras apontaram questões concretas nesse sentido. Quando perguntamos quais dos instrumentos do Estatuto da Cidade presentes nos respectivos planos diretores têm sido utilizados de fato, as respostas foram quase sempre evasivas. Muitos técnicos municipais estão convencidos de que quaisquer instrumentos que atacam o direito de propriedade privada são inviáveis na prática. Assim, o Direito de Superfície e a Outorga Onerosa são considerados aplicáveis, mas medidas como o IPTU progressivo e

outras, que alterariam a lógica de especulação, gentrificação, vacância e irregularidade, são descartadas. Segundo os técnicos, gerariam conflitos políticos e econômicos que as administrações não estão dispostas a enfrentar. Ao mesmo tempo, faltam experiências próximas que inspirem ações mais incisivas e aumentem a confiança na aplicabilidade de instrumentos jurídicos menos conservadores. Para vencer tais dificuldades e possibilitar uma execução justa dos planos, seria necessário um processo de conscientização que incluísse a população interessada. Sua própria avaliação dos benefícios e prejuízos de cada instrumento do Estatuto da Cidade e as reivindicações feitas a partir disso seriam cruciais para modificar as práticas políticas e administrativas.

Outra questão evidenciada nas entrevistas foi o descompasso entre programas federais, com suas agendas e pré-requisitos, e os problemas enfrentados pelas prefeituras no dia a dia. Em muitas delas não existe nenhum órgão especificamente responsável pelas políticas habitacionais e urbanas (a RMBH inclui quatorze municípios com menos de vinte mil habitantes e quatorze municípios — não os mesmos — com menos de cem habitantes por quilômetro quadrado). As secretarias de assistência social, meio ambiente, obras e planejamento urbano dividem as atribuições para possibilitar algum acesso a programas federais e atender a demandas pontuais da população. Esse atendimento se dá muitas vezes pela solução imediata de casos de risco ou precariedade habitacional, sem o acionamento de programas específicos e de uma maneira que até reforça situações irregulares. Em muitos municípios, os técnicos da prefeitura só vão a campo quando solicitados pelo setor de obras ou planejamento, ou pela vizinhança. Essas situações podem ser vistas como uma maneira assistencialista de enfrentar os problemas urbanos, mas, por outro lado, indicam que os planos e os programas federais, cuja estrutura é fundamentalmente a mesma para municípios de quaisquer tamanhos, não correspondem à realidade administrativa e financeira dos municípios menores. Ainda que o estabelecimento de prazos para a elaboração dos diversos planos municipais tenha decorrido da "necessidade de que [o Estatuto da Cidade] não se transformasse imediatamente em 'lei que não pega' antes mesmo de ser experimentado", 42 os prazos acabam transformando os planos em meros instrumentos de acesso a recursos. Em vez de leis que não pegam, acumulam-se planos que não refletem a realidade urbana, não têm reflexo nessa realidade e

⁴² ROLNIK et al., Solo urbano e habitação de interesse social, 2011, p. 154.

constituem apenas expedientes burocráticos sem nenhuma possibilidade de inovações locais e microlocais a partir de uma participação ampla.

Outro imenso entrave a transformações nesse sentido são os normativos da Caixa Econômica Federal. Não apenas inúmeras famílias se engajam em programas participativos e depois são reprovadas na análise de crédito, como também os normativos induzem à uniformização das soluções técnicas e espaciais. Dado que a Caixa toma os imóveis financiados por garantia, seus agentes privilegiam os processos e produtos que estão habituados a financiar e fiscalizar, vale dizer, aqueles usuais em empreendimentos com fins lucrativos. Como nos tempos do Banco Nacional de Habitação, não se estruturou "qualquer ação significativa para apoiar, do ponto de vista técnico, financeiro, urbano e administrativo, a produção de moradia ou urbanização por processos alternativos, que incorporassem o esforço próprio e capacidade organizativa das comunidades". 43 A atual política nacional inclui processos participativos na elaboração dos planos urbanos e habitacionais, e propõe programas de autogestão, mas faltam arranjos institucionais mais adequados a essa e outras formas alternativas de gestão. Tais arranjos são mencionados, mas, na prática, os recursos continuam geridos pela Caixa, agente operador de todos os programas com recurso da União e agente financeiro da grande maioria.

Quanto ao PMCMV, ele promove empreendimentos habitacionais financiados com recursos públicos, mas propostos, planejados e executados por empresas privadas, à revelia de toda a ordem jurídica instituída a duras penas para uma — ainda que relativa — democratização. Dado que as rotinas de produção das empresas são mais lucrativas quando repetidas em grande escala, empreendedores e construtores têm pressionado as prefeituras para acatar empreendimentos de prédios de apartamentos com quinhentas unidades (limite máximo do PMCMV). Esse pressuposto é conflitante com a estrutura do espaço urbano de muitos municípios, onde lotes vagos providos de infraestrutura estão pulverizados e a verticalização contrasta agressivamente com as construções existentes e com os hábitos da população. As prefeituras se veem diante de um impasse, pois as propostas lhes chegam como que em pacotes fechados, e os técnicos desconhecem arranjos produtivos que envolvam as comunidades e viabilizem empreendimentos menores. Resta-lhes a implantação em novas áreas, mesmo quando a malha urbana

⁴³ BONDUKI, Política habitacional e inclusão social no Brasil, 2008, p. 74.

existente comportaria moradias em número suficiente. À medida que aumenta essa 'sinergia' entre capital privado e programas públicos, a ideia da autogestão dos empreendimentos pelos futuros moradores tem sido deixada de lado. Muitas prefeituras parecem conhecer apenas os mutirões geridos pelo poder público, nos quais a participação da população nada mais visa do que reduzir custos. Belo Horizonte é o único município da RMBH onde houve empreendimentos autogestionários na década de 1990 e, mais tarde, pelo Programa de Crédito Solidário, mas não há previsão concreta de continuidade dessa prática. Ela tem esbarrado num alto nível de burocratização e controle, e é considerada de difícil execução pela Secretaria Municipal de Habitação, embora seus resultados sociais sejam assumidamente mais positivos do que os da gestão pública. Assim, a previsão de que o PMCMV enfraqueceria os movimentos sociais urbanos se confirma na RMBH. 44 Assim como os recursos do PAC destinados às favelas, o PMCMV tem gerado uma onda de produção heterônoma, que não potencializa, mas esfacela os processos de aprendizado para a autonomia iniciados anteriormente, num período de pouquíssimas políticas habitacionais.

Em suma, a análise no âmbito municipal mostrou que ainda são escassos os instrumentos para promover a autonomia ou, pelo menos, ampliar uma participação mais efetiva. Há uma retórica de democratização, enquanto legislações e rotinas frequentemente impedem que decisões sejam de fato tomadas pelos habitantes. Com as devidas ressalvas, isso vale também para a infinidade de agentes públicos e privados envolvidos na questão habitacional, de organismos internacionais a movimentos sociais, de empresas a entidades do terceiro setor e universidades. Seja qual for o foco de uma entidade, o engajamento no tema da habitação traz ganhos peculiares, tais como o acesso a recursos, a melhoria da imagem corporativa ou o incremento de capital político. No entanto, constatamos de modo geral a predominância de uma abordagem convencional. A meta da regularização fundiária é central, sem que se questione, por exemplo, o título de propriedade individual em contraposição à possibilidade de propriedade coletiva. Ao lado da regularização, promove-se a produção de unidades habitacionais novas nos moldes dos clássicos conjuntos habitacionais horizontais ou verticais, tendo por pressuposto a gestão ou execução dos empreendimentos pelo capital privado. Até mesmo a porção mais consolidada dos movimentos

sociais pela moradia está afinada com essa abordagem. Na contramão, encontramos os movimentos sociais mais frágeis, a própria sociedade civil não organizada, bem como algumas instituições de pesquisa que tentam abordagens mais abertas e mais condizentes com o direito à cidade como direito de transformar a cidade. O desafio seria conseguir articular entre esses extremos, introduzindo perspectivas de maior abertura nas instâncias que hoje tendem a promover uma massificação de soluções convencionais.

Tipologia de espaços cotidianos

Como já mencionado, um segundo desdobramento da abordagem da temática habitacional nos estudos para o PDDI consistiu numa tipologia de espaços cotidianos, isto é, numa ferramenta conceitual para descrever diferentes situações típicas de moradia e ambiente urbano na RMBH. Seu objetivo é estruturar as articulações futuras, tanto no planejamento metropolitano e municipal, como em novas formas de planejamento pela população e na relação entre as diferentes escalas que isso implica.

Uma tipologia é uma maneira de descrever um conjunto de fenômenos organizando-os de acordo com suas características. A escolha dessas características ou variáveis define a tipologia, isto é, a lógica de articulação entre os tipos, que não é hierárquica, mas pode ter diferentes níveis de generalidade ou especificidade. Dada a diversidade dos espaços cotidianos da RMBH, uma tipologia que refletisse cada um de seus meandros seria inútil, porque teria a mesma complexidade. Inversamente, uma tipologia ordenada por alguns critérios universalmente aplicados a quaisquer espaços também significaria reduzir a realidade. Por essa razão, procuramos extrair as variáveis mais decisivas a partir de dados do Censo, das análises, entrevistas e oficinas, de bases cartográficas e aerofotogramétricas disponíveis, e de pesquisas acadêmicas existentes acerca dos espaços em questão (sobretudo, estudos de caso). Cristalizou-se por fim um aspecto elementar, que se reflete

No campo da arquitetura e do urbanismo, o conceito de tipologia é comumente aplicado a edificações — e até erroneamente confundido com a noção de modelo —, enquanto a descrição de ambientes urbanos se faz por morfologia, isto é, uma classificação das formas urbanas (cf. CATALDI et al., Saverio Muratori and the Italian school of planning typology, 2002). Contudo, a tipologia proposta contempla também processos e características que não se refletem necessariamente nas formas físicas, como taxa de vacância das edificações, arranjos produtivos ou irregularidade fundiária.

nas formas visíveis dos espaços cotidianos da RMBH, tanto quanto em seus processos de transformação e suas potencialidades: o próprio grau de autonomia ou heteronomia da população no que diz respeito às decisões sobre espaço urbano, incluindo o impacto das dinâmicas metropolitanas nesses espaços. A partir disso definimos quatro grandes grupos, a cada um dos quais corresponde um critério primário de diferenciação, que leva aos tipos propriamente ditos.

O grupo denominado conjuntos abrange as situações em que um planejamento centralizado define arruamento, parcelamento, equipamentos e edificações numa única operação ou em operações conjugadas. O empreendimento assim planejado e construído define, por si só, um ambiente urbano, uma vizinhança específica ou, enfim, certo espaço cotidiano. Portanto, trata-se de um espaço que não resulta de um processo histórico ou orgânico de produção, mas de deliberações feitas principalmente no momento do planejamento com o pressuposto de que, uma vez construído, o empreendimento estará 'pronto' e não precisará ser modificado. Os empreendimentos desse grupo, encontrados na RMBH, são sempre: grandes (alguns com cinco mil habitantes ou mais), por isso mesmo implantados em áreas periféricas (que podem se tornar centrais em razão de um processo posterior); destinados a um público numa faixa de renda específica, nunca a um público heterogêneo; promovidos pelo poder público ou pelo capital privado (nunca pelos futuros moradores); formalmente homogêneos e até monótonos; com espaços públicos e coletivos predeterminados (funcionalistas); e regularizados juridicamente ou com irregularidades de solução relativamente simples. Tudo isso vale para os três tipos incluídos no grupo dos conjuntos: conjunto de interesse social, conjunto popular e coniunto de classe média a alta.

Tais tipos se diferenciam entre si primariamente pela faixa de renda do público ao qual se destinam ou pelo qual são ocupados ao longo do tempo. Assim, por exemplo, uma característica decisiva para todos os espaços cotidianos, a sua localização na metrópole, tem consequências muito distintas para os conjuntos de interesse social e conjuntos de classe média a alta. Os primeiros, quando implantados em periferias sem articulação urbana, tendem a degradar rapidamente não apenas pela de falta de acesso a oportunidades de trabalho e renda (que afeta igualmente áreas periféricas de outros tipos), mas também pelo fato de que o espaço restringe ao extremo as possibilidades de criação de trabalho e renda por iniciativa dos próprios moradores. O desenvolvimento

socioeconômico só se dá por iniciativa externa, que, via de regra, precisa ser realizada ou estimulada pelo poder público, ou então pela própria expansão da malha urbana, mas que implica também uma ameaça de expulsão da população mais pobre. Já nos conjuntos de classe média a alta a questão da localização urbana se apresenta de modo inverso. Eles frequentemente abrem novas frentes de expansão, até mesmo externas ao perímetro urbano previsto nos planos diretores dos municípios, em áreas rurais ou áreas de preservação ambiental, mas tendem a criar sua articulação urbana com a própria implantação, além de gerar também novos aglomerados frágeis em suas proximidades, já que raramente preveem moradias ou serviços para os trabalhadores dos quais dependem.

O grupo denominado parcelamentos, o mais comum na malha urbana da RMBH, abrange as situações em que a estrutura urbana e as parcelas com suas respectivas edificações são decididas por instâncias diferentes e em tempos diferentes. A estrutura urbana é fruto de um planejamento realizado por técnicos e encomendado pelo poder público, por um loteador privado ou até pelos próprios (futuros) moradores. Já a parcela é uma porção da terra urbana sobre a qual os proprietários ou usuários dispõem, dentro das limitações postas pela legislação mais ou menos efetiva — ou pela vizinhança. O critério primário de diferenciação no grupo dos parcelamentos é o tamanho das parcelas — lotes grandes, médios ou pequenos — que também define muito de sua inserção na dinâmica urbana. Não foi adotada a distinção primária de parcelamentos regulares e irregulares porque, entre a situação de plena regularidade e a de total irregularidade, os matizes são inúmeros. Também não foi utilizada a distinção primária por bairros populares, médios, de alto padrão e de luxo, como o faz a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD) no monitoramento do mercado imobiliário formal de Belo Horizonte. Como essa classificação se baseia na renda média dos chefes de família, não registra o grau de heterogeneidade na renda da população residente, que é o principal indício de integração ou segregação sócio-espacial. Cabe observar ainda que estão incluídos no tipo parcelamentos de lotes pequenos aqueles iniciados pela própria população, tais como as ocupações por movimentos sociais organizados. Essas iniciativas têm reproduzido a lógica dos parcelamentos formais, sempre na perspectiva de regularização posterior: as decisões são tomadas num único momento e segundo um plano geral, que define lotes individuais de propriedade privada.

Uma característica decisiva dos diferentes tipos de parcelamentos é como são afetados pela dinâmica urbana (sobretudo, imobiliária) e, inversamente, como afetam essa dinâmica. Dado que as edificações nas parcelas estão a cargo de inúmeras iniciativas e decisões individuais, que se fazem ao longo do tempo, há certa inércia em relação a novas ações planejadas pelo poder público e em relação à própria produção capitalista do espaço em grande escala. É mais difícil alterar parâmetros urbanísticos, arruamentos ou espaços públicos em áreas parceladas do que em áreas de expansão, pois as alterações na estrutura urbana implicam acordos com muitos proprietários. Já a ocupação das parcelas tem, pelo contrário, relativa flexibilidade, especialmente quando se trata de parcelas de dimensões médias (de trezentos e sessenta a mil metros quadrados). Elas possibilitam mudanças de usuários e usos, alteração e substituição das edificações, adensamento, verticalização e até subdivisão ou remembramento de lotes. Assim, as parcelas absorvem, acomodam e amortecem mudanças condicionadas por dinâmicas urbanas mais amplas (o que se reflete em preços de venda e aluguel, grau de ocupação ou vacância, construção de barracos de fundos, novas instalações comerciais, reformas ou degradação nas unidades etc.), enquanto a estrutura urbana tende a permanecer a mesma, até um ponto de colapso.

Já o grupo denominado aglomerados abrange situações em que a estrutura urbana tem um grau de flexibilidade mais próximo ao de suas parcelas (em muitos casos não formalizadas como lotes). Isso inclui as cidades históricas tanto quanto as ocupações mais recentes que não tiveram planejamento técnico prévio. A fluidez espacial e as possibilidades de negociação são maiores do que nos tipos do grupo parcelamentos: pedaços do terreno de um vizinho são usados como passagem, ventilação ou depósito, e eventualmente comprados ou alugados; o lote privado tem seus limites rigorosamente definidos apenas com a ação externa de regularização. Assim, os aglomerados de todos os tipos se caracterizam não tanto pela ausência total de planejamento, mas por planejamentos contínuos, mais ou menos fragmentados ou coletivos. Um dos maiores atrativos das cidades históricas está justamente na diversidade de seus espaços urbanos, nas surpresas e peculiaridades que proporcionam: em lugar de malhas geométricas regulares e cursos d'água retificados, têm-se traçados surgidos em função do relevo e dos percursos; em lugar de um espaço público indiferente aos usos de seus lotes, têm-se espaços públicos que reagem a esses usos.

As vilas e favelas da RMBH apresentam, em muitos casos, qualidades semelhantes. A grande diferença entre os apreciados núcleos históricos e as depreciadas ocupações informais é a disponibilidade de tempo, recursos e conhecimento na constituição de sua estrutura urbana. Núcleos históricos, mesmo quando surgidos com características de urbanidade moderna, isto é, como centros de produção, distribuição e reprodução da atividade mineradora, puderam dispor de grande parte dos conhecimentos e recursos disponíveis no período de seu desenvolvimento e tiveram um ritmo de crescimento mais compatível com decisões, negociações e ajustes feitos ao longo do tempo. 46 Na RMBH do século XX, pelo contrário, esse desenvolvimento paulatino e aberto ficou reservado aos pobres e exposto a toda espécie de cataclismas, enquanto os recursos para a urbanização se concentraram em instâncias que operam via planejamento técnico centralizado, tais como o poder público e o grande capital privado.

Ações e programas públicos para a melhoria de aglomerados consolidados e a consolidação ou eliminação de aglomerados frágeis têm sido reunidos sob a bandeira da regularização fundiária, que também abrange loteamentos irregulares e conjuntos degradados. A escolha dessa bandeira tem a vantagem de retirar as ações de um contexto ideológico assistencialista. Não se trata de 'ajudar os pobres', mas de tentar remediar um processo histórico de supressão dos direitos de grande parte da população. No entanto, a noção de regularização também dá margem a um entendimento por vezes formalista e burocratizado dos problemas reais. Irregularidade, como situação jurídica, não é o problema mais importante nem exclusividade dos pobres. Mais importante é sua conjunção com a precariedade, a falta de infraestrutura, o risco e a vulnerabilidade social. Cabe perguntar, então, se, no século XXI, daremos continuidade a esse padrão ou se há outros procedimentos possíveis, para além de um processo técnico convencional. Isso significaria proteger os contextos microlocais do 'atropelamento' pela dinâmica urbana mais abrangente e, ao mesmo tempo, seria o oposto da preservação inerte do patrimônio histórico, que desemboca facilmente em congelamento e supressão dos processos múltiplos de desenvolvimento microlocal. Em lugar de congelar a cidade histórica e 'tecnificar' a favela, talvez haja maneiras para que diversidade e imprevisibilidade existam sem precariedade.

⁴⁶ Cf. MONTE-MÓR, Gênese e estrutura da cidade mineradora, 2001.

A relativa dispersão espacial das moradias rurais, o último dos quatro grandes grupos da tipologia em questão, faz com que as decisões de um indivíduo ou uma família acerca do espaço cotidiano pouco ou nada afetem seus vizinhos: são situações em que uma instância única (a família ou um grupo pequeno) produz o espaço ao longo do tempo. A forma como se dá essa produção está diretamente vinculada à própria relação entre a moradia e o trabalho rural, mais do que ao tamanho da unidade rural em que a moradia está implantada. Embora os dados que obtivemos nas prefeituras e em trabalhos acadêmicos acerca das moradias rurais sejam muito mais escassos do que os dados acerca das moradias urbanas, é possível afirmar que muitos municípios da RMBH preservam tradições rurais. Há zonas urbanas com características de cidades pequenas, interioranas, onde os habitantes zelam, eles mesmos, pela qualidade do espaço cotidiano e organizam-se coletivamente com mais facilidade do que nos grandes centros. Contudo, a questão da moradia rural vai muito além de uma preservação de tradições antigas, romantizadas em hotéis-fazenda. Trata-se, na verdade, de possibilitar a criação de novas relações entre campo e cidade na RMBH, como, aliás, já vem ocorrendo em alguns municípios. Projetos de assentamento e acampamentos, assim como os projetos rururbanos das Brigadas Populares, apontam interações entre o rural e urbano de caráter emancipatório. Como constata Silva, é patente a intenção de um "retorno ao campo" de parte da população que em décadas passadas foi forçada a migrar para os centros urbanos.⁴⁷ Evidentemente, essa população, que passou pela experiência urbana, não se restringirá a reproduzir antigas tradições rurais, mas poderá constituir novos modos de vida e, portanto, também novas formas de moradia. Ao mesmo tempo, há na RMBH quinhentas e dezenove grandes propriedades improdutivas passíveis de desapropriação, além de inúmeros parcelamentos vagos e imensas reservas de terra de empresas mineradoras que devem ser incluídas no planejamento.

Uma observação final

Nos estudos para o PDDI, baseamos na tipologia acima resumida as ações da "Política metropolitana integrada de direito ao espaço cotidiano:

⁴⁷ SILVA, Dinâmica dos projetos de assentamento de reforma agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2008.

moradia e ambiente urbano", que constituiu o produto final do trabalho da equipe do MOM. Entre outras coisas, essa proposta de política incluiu: um acordo metropolitano de regulamentação de instrumentos urbanísticos, que poderiam ser estruturados conforme os tipos em questão; um programa de apoio à gestão dos espaços cotidianos, também estruturado a partir deles; e um conjunto de interfaces digitais abertas a toda a população para aumentar a disponibilidade e a troca de informações. A tipologia deveria facilitar a cooperação entre prefeituras e, sobretudo, a organização coletiva dos habitantes, já que lugares de mesmo tipo tendem a compartilhar problemas, interesses e possibilidades de ação.

De qualquer modo, considero que a compreensão ampliada (não restrita aos técnicos) das relações entre os diferentes espaços cotidianos e deles com operações e dinâmicas metropolitanas mais amplas seria essencial à possibilidade de maior autonomia coletiva dos habitantes da cidade numa articulação metropolitana congruente e politicamente expressiva. Em pesquisas de campo nas vilas, favelas e periferias de Belo Horizonte, realizadas mais recentemente com a mesma equipe, vem se tornando cada vez mais evidente que boa parte da população ignora como aqueles espaços se constituem, os direitos que — com todas as limitações — a legislação atual lhes confere, bem como a existência de muitos outros grupos em situações espaciais semelhantes. A construção de canais de compartilhamento entre esses grupos a partir de uma estrutura capaz de criar conexões pertinentes — a tipologia é uma proposta nesse sentido, mas haverá outras — pode criar uma base comum de informações acerca do território e uma base comum de acesso a essas informações no território, favorecendo tanto as atuações das prefeituras quanto as atuações de associações de moradores e entidades afins, inclusive para discutir com elas (as prefeituras) e em outros fóruns quais serão os rumos da cidades. Grupos locais poderiam decidir diretamente sobre a utilização dos espaços públicos, as intervenções de melhoria numa vizinhança, os padrões urbanísticos etc., na pequena escala, e poderiam se inserir em processos mais abrangentes tendo maior conhecimento e clareza na defesa de seus interesses. Mesmo que (ainda) não haja nenhuma revolução, poderíamos alcançar ganhos rumo a um direito mais concreto à cidade e romper a inércia de uma tradição que por ora não incorporou esse direito nas suas práticas e rotinas, mesmo que muitos de seus agentes o tenham incorporado em suas intenções.

[2012] Uma tipologia de espaços cotidianos

Silke Kapp

Complementando o artigo "Direito ao espaço cotidiano", este capítulo explica, com mais detalhes, exemplos e ilustrações, a tipologia de espaços cotidianos ali sintetizada, que foi elaborada pelo MOM para o PDDI-RMBH. Se aquele dá ênfase à discussão teórico-conceitual e apenas resume suas derivações concretas, este faz o inverso. Algumas passagens se repetem quase literalmente, mas decidimos mantê-las, porque sua supressão, neste texto ou no anterior, desestruturaria os argumentos. Assim, apenas corrigimos quadros e imagens.¹

Uma dificuldade de todo planejamento urbano é sua articulação às pequenas porções do território que concretamente definem as qualidades do espaço e da vida cotidianos. O presente texto apresenta uma ferramenta conceitual para facilitar essa articulação entre escalas: a identificação e o estudo de situações típicas (tipos) de moradia e ambiente urbano, ordenadas numa *tipologia*. Elaborada para o Plano Diretor da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI) e a partir das características dessa região, a tipologia toma por critério primário a autonomia na produção do espaço cotidiano e tem por objetivo embasar instrumentos que venham a favorecer essa autonomia.

A abordagem baseou-se na ideia do direito à cidade, mas não no seu sentido mais veiculado pelas políticas públicas atuais, em que ele se tornou sinônimo de acesso aos bens e serviços que a cidade, tal como ela é, tem a oferecer. Em lugar disso, entendemos o direito à cidade tal como formulado por Lefebvre e recentemente relembrado por Harvey, isto é, como o direito de determinar, coletivamente, o que a cidade pode e deve ser.² Um elemento-chave desse direito é seu exercício cotidiano por meio de discussões e ações concretas, que começam na escala microlocal da moradia e de seu entorno urbano mais imediato. Chamamos

¹ Primeira publicação: Uma tipologia de espaços cotidianos. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, v. 15, n. 1, 2012, pp. 5–37.

² LEFEBVRE, O direito à cidade, [1968] 2001; LEFEBVRE, La production de l'espace, 1974; HARVEY, O direito à cidade, [2008] 2012.

de *espaço cotidiano* esse conjunto de moradia e ambiente urbano em que a ação direta dos cidadãos é mais factível e mais imprescindível.

É verdade que espaços cotidianos sofrem os impactos de escala metropolitana produzidos por fatores como dinâmica imobiliária, investimentos públicos, grandes empreendimentos produtivos, condições ambientais ou estrutura de mobilidade e transporte. Mas, por outro lado, a moradias e seu ambiente imediato não constituem, em si mesmos, equipamentos ou serviços metropolitanos que possam ser determinados a partir de um planejamento nessa escala. Pelo contrário, espaços cotidianos se definem, em grande parte, por características específicas de cada pequena porção do território. Sua qualidade é uma qualidade na escala microlocal. Assim, mais do que projetar esse ou aquele modo de vida na metrópole, cabe ao planejamento metropolitano oferecer condições favoráveis para que a menor escala urbana possa se desenvolver com autonomia, articulando-se com diretrizes mais abrangentes, sem ser dominada por elas.³ Da mesma maneira que planejamento e gestão metropolitanos coerentes são condições para a sustentabilidade socioambiental em grande escala, a autonomia da atuação coletiva na produção do espaço cotidiano é uma condição para a sustentabilidade socioambiental na escala microlocal. Ampliar as possibilidades dessa autonomia foi o objetivo que orientou o trabalho do grupo MOM no PDDI.

Uma questão central a partir disso é: como articular concretamente a autonomia na escala microlocal com necessidades e determinações de escala metropolitana? A tipologia de espaços cotidianos aqui apresentada é uma concepção que visa facilitar essa articulação. Sua construção resultou de um diagnóstico da RMBH, alimentado por dados quantitativos do IBGE e da Fundação João Pinheiro, mas centrado na identificação qualitativa de situações típicas. Obtivemos dados qualitativos para isso em três fontes: nas oficinas participativas organizadas no âmbito do PDDI, concernentes ao Plano como um todo, mas que incluíram discussões específicas sobre as práticas relacionadas à habitação e aos ambientes urbanos coletivos e públicos; em entrevistas junto a cada uma das trinta e quatro prefeituras municipais da RMBH, em que buscamos entender como tais temas são tratados no âmbito municipal e como

³ Cf. HAMDI, Small change: about the art of practice and the limits of planning in cities, 2004.

⁴ Quinze Oficinas Participativas do PDDI, realizadas entre fevereiro e outubro de 2010.

ali se recebem e se aplicam políticas federais e estaduais correlatas;⁵ e em estudos de caso realizados anteriormente na RMBH pelo próprio grupo MOM e por outros pesquisadores e grupos das áreas de arquitetura, urbanismo, geografia, demografia, sociologia e antropologia.

Cabe ressaltar, entretanto, que o diagnóstico nunca teve a pretensão de abranger a totalidade das situações específicas da RMBH. Da mesma maneira que "a informação municipal, ainda que baseada em estimativas, costuma representar uma maior aproximação da realidade" 6 do que a informação obtida em bases de dados muito abrangentes e atualizadas em períodos relativamente longos, entendemos que também os moradores costumam ter mais conhecimento acerca do sítio que habitam do que a administração pública municipal. Embora os métodos consolidados de planejamento tenham sido pouco permeáveis a esse 'conhecimento vivido', em parte por dificuldades operacionais, hoje é possível aumentar tal permeabilidade. Isso significa, inicialmente, utilizar os dados disponíveis em escalas maiores, sem perder de vista seu grau de imprecisão e abstração, e, depois, incrementar as possibilidades de coleta e sistematização das informações em escala microlocal, tanto pelas administrações municipais e metropolitana, quanto pela e para a própria população. A tipologia proposta pode constituir a base de diversos instrumentos que promovam essa prática de diagnóstico contínuo e aberto, em que a coleta e a interpretação de dados se fazem via participação ampla e direta.

A lógica dos tipos

Uma tipologia é uma maneira de descrever um conjunto de fenômenos distinguindo-os em *tipos*, de acordo com suas características. A escolha dessas características define a tipologia, isto é, a lógica de relação entre os tipos, sempre multifacetada e não hierárquica, ainda que as facetas possam ter diferentes níveis de generalidade ou especificidade.

- 5 Entrevistas com técnicos das prefeituras de Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano, realizadas entre março e maio de 2010.
- 6 MCIDADES, Curso à distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social, 2009, p. 265.

No campo da arquitetura e do urbanismo, o conceito de tipologia tem sido comumente aplicado a edificações, como sinônimo de 'modelo' (casa ou prédio, por exemplo). Esse uso deriva indiretamente da ideia de tipos arquitetônicos, introduzida por Quatremère de Quincy no século XVIII e retomada por Saverio Muratori e Gian Luigi Caniggia em meados do século XX.7 Para a descrição dos espaços urbanos, Muratori e Caniggia utilizam, em vez do estudo de tipos (tipologia), o estudo das formas (morfologia). Porém, a proposta aqui é contemplar, no espaço urbano, também processos e características que não se refletem necessariamente nas estruturas físicas da cidade. A taxa de vacância das edificações, os arranjos produtivos ou a irregularidade fundiária, por exemplo, são aspectos muitas vezes invisíveis que nos interessam diretamente. Por isso, a presente tipologia não deriva diretamente desses estudos clássicos do campo da arquitetura e do urbanismo nem utiliza o termo tipologia no seu sentido mais coloquial. Como já dito, aqui, tipologia significa simplesmente uma lógica de tipos.

A tipologia apresentada visa descrever e caracterizar diferentes tipos de espaços cotidianos. Trata-se de responder à pergunta: como moram os cidadãos da RMBH? A cada situação típica de moradia e entorno urbano corresponde um tipo, que se repete em diversos pontos da metrópole. Assim, a tipologia poderá facilitar a compreensão desses espaços na escala microlocal para orientar políticas e programas públicos. Além disso, poderá facilitar a cooperação entre prefeituras e a cooperação entre grupos de habitantes, já que ideias, soluções, procedimentos, programas ou propostas para determinado lugar podem ser úteis para outros lugares de mesmo tipo. O que procuramos é uma abordagem que considere o aprendizado e os conhecimentos — assim como os equívocos — coletivamente experimentados pela população metropolitana e sedimentados nos seus espaços e práticas ao longo do tempo. A partir disso, podem ser elaboradas propostas para alterar ou preservar tais espaços e práticas, conforme as potencialidades e dificuldades em cada lugar específico. Portanto, nosso foco não está no produto espacial, sempre temporário ou provisório, mas nos processos sócio-espaciais.

Os espaços cotidianos da RMBH são imensamente variados e complexos. Uma tipologia que refletisse cada um de seus meandros seria inútil, porque teria a mesma complexidade. Inversamente, uma

⁷ CATALDI et al., Saverio Muratori and the Italian school of planning typology, 2002

Conjuntos

- Decisões sobre a urbanização e sobre cada moradia são tomadas por uma instância única (planejador, empreendedor), num momento determinado.
- Principal aspecto de diferenciação entre os tipos é a faixa de renda dos moradores.
- Características comuns: implantados em áreas periféricas; público homogêneo; planejados e produzidos por terceiros (não pelos moradores); espaços muito funcionalizados; regulares ou de regularização relativamente simples.

TIPO 1 Conjunto de interesse social

- Renda familiar de até cinco salários-mínimos
- Pouca articulação urbana
- Produzidos pelo poder público ou subsidiados
- Edificações verticais ou horizontais, raramente ambas
- Pouca variação das unidades, projetos monótonos
- Uso previsto apenas residencial, com poucas áreas livres e de lazer
- Manutenção precária, algumas alterações posteriores
- Muitas vezes sem escritura, revendas informais

TIPO 2 Conjunto popular

- Renda familiar entre cinco e dez salários-mínimos
- Boa articulação urbana
- Produzidos pelo poder público ou pelo capital privado
- Edificações verticais ou horizontais, raramente ambas
- Pouca variação das unidades
- Com ou sem uso comercial complementar e áreas de lazer condominiais
- Manutenção razoável, muitas alterações posteriores
- Às vezes sem escritura, revendas informais

TIPO 3 Conjunto de classe média ou alta

- Renda familiar acima de dez salários-mínimos
- Boa localização, nem sempre bem articulada, às vezes em áreas de proteção
- Produzidos pelo capital privado
- Edificações horizontais e verticais, às vezes ambas
- Relativa variedade entre as unidades
- Áreas de lazer condominiais
- Espaços exclusivos para comércio e serviços
- Geralmente com escritura, revendas formalizadas

Parcelamentos

- Decisões sobre a urbanização são tomadas por uma instância única, num momento determinado; decisões sobre cada moradia são de muitos agentes ao longo do tempo.
- Principal aspecto de diferenciação é o tamanho das parcelas (lotes).
- Características comuns: parcelas e arruamentos geometricamente homogêneos;
 público, edificações e usos heterogêneos; muito impactados pela dinâmica imobiliária
 e urbana; todas as formas de produção; regularização complexa.

TIPO 4 Parcelamento de lotes pequenos (<360m²)

- Renda familiar baixa e média-baixa
- Áreas periféricas, em muitos casos ambientes frágeis e de risco
- Produzidos pelo poder público, pelo capital privado e por movimentos sociais
- Uso residencial, bem como produtivo e comercial de pequeno porte
- Parcelas ocupadas por uma ou mais edificações horizontais, muitas autoproduzidas
- Poucos espaços públicos além da rua, arborização acanhada
- Pouca fiscalização de parâmetros urbanísticos, irregularidades de todo tipo
- Alta taxa de vacância de lotes, exceto quando produzidos por movimentos sociais

TIPO 5 Parcelamento de lotes médios (360m² a 1000m²)

- Todas as faixas de renda
- Todas as regiões e ambientes urbanos
- Produzidos pelo poder público ou pelo capital privado
- Usos e edificações heterogêneos
- Poucos espaços públicos além da rua, com ou sem arborização
- Irregularidades de edificações
- Muita pressão imobiliária com adensamento
- Dependendo da localização, vacância elevada de lotes

TIPO 6 Parcelamento de lotes grandes (>1000m²)

- Renda familiar média-alta a alta
- Boa localização, nem sempre bem articulada, às vezes em áreas de proteção
- Produzidos pelo capital privado
- Casas de final de semana, restrições para comércio
- Áreas de lazer coletivas, fechadas ao público, com arborização mais generosa
- Parâmetros urbanísticos restritivos
- Irregularidade pouco relevante para políticas públicas
- Dependendo da localização, vacância elevada de lotes

Aglomerados

- Decisões sobre a urbanização e sobre cada moradia são tomadas por muitos agentes ao longo do tempo.
- Principal aspecto de diferenciação entre os tipos é o grau de consolidação.
- Características comuns: parcelas e arruamentos geometricamente heterogêneos; edificações e usos diversificados; autoprodução; mercado imobiliário informal; socialmente mais coesos e mais conflituosos do que outros tipos; difícil regularização.

TIPO 7 Aglomerado frágil

- Renda familiar muito baixa
- Áreas com riscos (linhas de transmissão, faixas de domínio etc.)
- Ocupação relativamente recente
- Usos heterogêneos, relacionados à localização
- Autoconstrução de estrutura urbana e edificações, muito improviso
- Convívio e lazer nas vias e em espaços residuais
- Irregularidade fundiária e urbanística generalizada
- Coesão e, às vezes, mobilização coletiva

TIPO 8 Aglomerado consolidado

- Renda familiar predominantemente baixa
- Áreas de ocupação difícil
- Ocupação paulatina e relativamente antiga
- Usos muito heterogêneos
- Infraestrutura urbana autoproduzida e por intervenções do poder público
- Adensamento construtivo crescente
- Convívio e lazer nas vias e (poucas) áreas públicas
- Irregularidade fundiária e urbanística predominante

TIPO 9 Aglomerado histórico

- População heterogênea
- Sedes municipais, distritos e pequenos povoados
- Áreas consolidadas antes do século XX, muitas de interesse do patrimônio
- Usos heterogêneos, atividades turísticas
- Autoprodução (no passado), intervenções do poder público
- Baixo adensamento construtivo
- Convívio e lazer nas ruas e em praças centrais
- Irregularidade fundiária e urbanística comum

Moradias rurais

- Decisões sobre a moradia e seu ambiente imediato são tomadas por uma instância única (família ou pequeno grupo) ao longo do tempo.
- Principal aspecto de diferenciação entre os tipos é a relação entre trabalho e moradia.
- Características comuns: dispersas e com difícil acesso a serviços e facilidades urbanas; diretamente afetadas pela relação da produção rural com o meio urbano.

TIPO 10 Unidade agrária familiar

- Moradias associadas a atividade agropecuária, extrativista e agroindustrial de base familiar (a família é a principal mão de obra)
- Empreendimentos produtivos individuais ou coletivos de pequeno porte (assentamentos, acampamentos, vilas rurais, quilombos rurais, cooperativas rurais)
- Trabalho autônomo, ainda que em situação de vulnerabilidade (proprietários, posseiros ou comodatários) ou com remuneração do proprietário (meeiros, parceiros, arrendatários)

TIPO 11 Unidade agrária empregadora

- Empreendimentos produtivos de médio ou grande porte (> 4 módulos fiscais)
- Moradia de trabalhadores empregados, de baixa renda, sujeitos a situações de vulnerabilidade

TIPO 12 Unidade agrária não produtiva

- Latifúndios improdutivos
- Fazendas, sítios e chácaras de lazer
- Pouca ou nenhuma atividade agropecuária
- Inclui áreas ambientalmente frágeis ou de preservação

tipologia ordenada por alguns poucos critérios universalmente aplicados a quaisquer espaços também significaria reduzir a realidade. Por essa razão, procuramos extrair dos dados coletados os critérios mais determinantes para cada caso, de modo que certo critério pode ser fundamental para um tipo e secundário ou até irrelevante para outro.

Há, no entanto, um aspecto elementar dos espaços cotidianos da RMBH (e de outras metrópoles) que se reflete em suas formas visíveis tanto quanto em seus processos de transformação e suas potencialidades. Trata-se do grau de autonomia ou heteronomia dos moradores, sedimentado historicamente na produção de determinado espaço. Utilizamos esse aspecto para definir quatro grandes grupos, que servem a uma ordenação geral dos tipos. Esses grupos, ao mesmo tempo, evitam certas redundâncias nas descrições, pois todas as características de um grupo se aplicam a todos os tipos nele incluídos. Para cada um dos grupos, selecionamos, então, um critério de diferenciação entre tipos, derivado não de uma lógica abstrata, mas dos dados coletados nos espaços concretos da RMBH.

Conjuntos

O grupo dos conjuntos inclui as situações em que uma instância única (planejador, equipe técnica, empreendedor etc.) define arruamento, parcelamento, espaços e equipamentos públicos ou coletivos e edificações, numa única operação ou em operações conjugadas. O empreendimento assim planejado define, por si só, um ambiente urbano, uma vizinhança ou, enfim, um espaço cotidiano. Portanto, trata-se de um espaço que não resulta de um processo histórico ou orgânico de produção, mas de deliberações feitas principalmente no momento do planejamento com o pressuposto de que, uma vez construído, o empreendimento estará 'pronto' e não precisará ser modificado. Há características comuns aos três tipos desse grupo, assim como características típicas de cada um deles.

Um aspecto decisivo para os três tipos de conjuntos, mas que tem consequências diferentes em cada um deles, é a localização urbana. Quando os conjuntos de interesse social (TIPO 1) estão em locais distantes e desarticulados do transporte público, também falta acesso a oportunidades de trabalho e renda. Como o espaço é rigidamente definido, as possibilidades de criação de trabalho e renda por iniciativa dos próprios moradores são restritas. Por isso, conjuntos do TIPO 1

em locais urbanos desarticulados tendem a degradar rapidamente. O desenvolvimento socioeconômico só se dá por iniciativa externa, que, via de regra, precisa ser realizada ou estimulada pelo poder público. Inversamente, esses problemas tendem a ser menores nos conjuntos de interesse social implantados em locais bem articulados, com transporte de boa qualidade e acesso a oportunidades e facilidades urbanas. Nota-se também que a melhoria posterior da localização, em razão da expansão da malha urbana, costuma implicar nova ameaça de expulsão da população mais pobre.

Nos conjuntos de classe média a alta (TIPO 3), a questão da localização urbana se apresenta de modo inverso. Dada a exigência de terrenos grandes, eles frequentemente abrem novas frentes de expansão, até mesmo externas ao perímetro urbano previsto nos planos diretores dos municípios, em áreas rurais ou áreas de preservação ambiental. Nesses casos, tendem a gerar novos aglomerados frágeis (TIPO 7) em suas proximidades, já que raramente preveem moradias ou serviços para os trabalhadores dos quais dependem. O provimento de tais serviços, como escolas e postos de saúde, é problemático para as prefeituras (como nos foi relatado em Nova Lima, por exemplo). Outro aspecto problemático é a suposição de que esses conjuntos garantiriam a preservação ambiental, já que a tendência é de criação de reservas restritas e isoladas, ao lado de uma transformação radical de toda a área ocupada (com vegetação exótica, impermeabilização excessiva etc.). Esses problemas são tanto mais acentuados, quanto mais alta a renda do público-alvo.

Outro aspecto importante em relação aos conjuntos é a verticalização. Na RMBH, ela ainda é rara em conjuntos de classe média e alta (TIPO 3), embora haja uma tendência recente de construção de edifícios de apartamentos de luxo em bordas urbanas e áreas de expansão. Já nos conjuntos de interesse social (TIPO 1) ou nos conjuntos populares (TIPO 2), a verticalização é uma característica definidora do espaço cotidiano resultante. Conjuntos desses tipos cujas unidades têm acesso direto ao exterior e áreas externas privativas (na RMBH só existem na forma de casas isoladas, geminadas ou em fita, mas poderia haver outras configurações, tais como a disposição em múltiplos pavimentos adaptados a encostas) oferecem mais possibilidades de melhoria e expansão da moradia ao longo do tempo. Em alguns casos, são tão alterados pelos moradores que a homogeneidade e a monofuncionalidade iniciais desaparecem. (Um exemplo antigo, já irreconhecível, é o conjunto Jaraguá em Belo Horizonte [TIPO 2].

Um exemplo recente é o bairro Jardim Santa Rosa em Sarzedo, onde encontramos uma unidade à venda com o anúncio "Espaço para construção de loja, gerando assim uma boa renda mensal".) Porém, sendo muito pequena a porção de terreno por unidade, as expansões costumam gerar espaços de pouca iluminação e ventilação, além de eliminar completamente as áreas permeáveis. (Exemplos: os conjuntos da COHAB em Brumadinho, Betim, Contagem, Mateus Leme, São Joaquim, Nova Lima e Sarzedo.)

Em contrapartida, nos conjuntos de interesse social (TIPO 1) verticalizados cujas unidades não têm acesso direto ou áreas externas privativas (os prédios de apartamentos), os maiores problemas ocorrem justamente nas áreas condominiais, incluindo corredores, fachadas e espaços residuais em torno das edificações. Os planejadores supõem que os moradores devam fazer a manutenção dessas áreas, mas, como são estruturadas e regradas para impedir iniciativas locais, isso raramente acontece. Só há manutenção quando há novas intervenções do poder público. (Exemplos: prédios do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte.) Na Prefeitura de Brumadinho, os técnicos entrevistados explicitaram uma opinião recorrente a esse respeito: para os conjuntos de interesse social, preferem a construção de casas à de prédios, porque a despesa mensal para as famílias é menor e "as pessoas não estão acostumadas" ao convívio em prédios. Por outro lado, conjuntos populares (TIPO 2) de prédios de apartamentos tendem a ter manutenção melhor do que os de interesse social, porque os moradores podem pagar taxas condominiais com mais facilidade. (Exemplo: conjunto Estrela D'Alva em Belo Horizonte.)

Tanto os conjuntos de interesse social quanto os populares (TIPOS 1, 2) podem ser financiados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Nesse caso, são propostos por empreendedores privados ou executados por eles a partir da mediação de um órgão público. Dado que suas rotinas de produção são mais lucrativas quando repetidas em grande escala, os empreendedores têm pressionado as prefeituras para acatarem projetos em terrenos extensos, para quinhentas unidades ou mais, preferencialmente de prédios de apartamentos. Esse pressuposto é conflitante com a estrutura do espaço urbano de muitos municípios, onde lotes vagos providos de infraestrutura estão pulverizados na malha urbana e a verticalização contrasta agressivamente com as construções existentes e com os hábitos da população. As prefeituras se veem impotentes frente ao impasse, pois

as propostas lhes chegam como que em pacotes fechados, e os técnicos desconhecem alternativas de arranjos produtivos que envolvam a comunidade e viabilizem pequenos empreendimentos sem lucro, mas com remuneração do trabalho (para os quais, diga-se de passagem, o PMCMV não está estruturado). Resta-lhes a implantação dos conjuntos em novas áreas, mesmo quando a malha urbana existente comportaria moradias em número suficiente. Mateus Leme, um município em que há mais lotes vagos do que habitantes, recebeu a proposta de ampliar a área de expansão prevista em seu plano diretor para viabilizar um empreendimento do PMCMV de novecentos apartamentos. Há conjuntos verticais de interesse social ou populares semelhantes previstos em quase todos os municípios da RMBH, mesmo onde a população é fortemente resistente à verticalização (como São José da Lapa, Itaguara, Mário Campos, São Joaquim, Lagoa Santa, Rio Acima e Sabará).

Os conjuntos populares (TIPO 2) começaram a ser produzidos na RMBH por ação do poder público. Em Belo Horizonte, a primeira experiência foi o conjunto IAPI da Lagoinha. No período do BNH, houve alguma expansão desse tipo, paralelamente à produção, pelo capital privado, na forma de vilas operárias. Apenas nos últimos vinte anos, incorporadoras como TENDA e MRV começaram a produzir tais empreendimentos, inicialmente com linhas de crédito próprias. Hoje, agente público e privado tendem a se confundir: a administração municipal depende dos empreendedores privados para ter acesso aos programas de financiamento de nível federal e, inversamente, as empresas financiam suas vendas por meio de subsídios públicos (a incorporadora MRV lançou o slogan "Minha casa meu MRV"). Esse grau de dependência implica um poder cada vez maior do capital privado sobre o espaço urbano, incluindo, por exemplo, a formação de amplos bancos de terra (como ocorre em Contagem), além de uma forte pressão para o adensamento e a verticalização em quaisquer regiões, como já mencionado anteriormente.

À medida que aumenta essa 'sinergia' entre capital privado e programas públicos, é deixada de lado a ideia da autogestão dos empreendimentos de interesse social ou populares pelos futuros moradores. Muitas prefeituras parecem conhecer apenas a participação da população em mutirões geridos pelo poder público e com o objetivo de reduzir o custo de mão de obra. Em Belo Horizonte, houve empreendimentos autogestionários promovidos pela prefeitura (tais como os conjuntos Vila Régia e Urucuia) e, mais tarde, pelo Programa de Crédito Solidário,

mas não há previsão concreta de continuidade dessa prática. Ela tem esbarrado num alto nível de burocratização e controle, e é considerada de difícil execução pela Secretaria Municipal de Habitação, embora seus resultados sociais sejam assumidamente mais positivos do que os da gestão pública.

Não existe nenhuma forma de planejamento e registro sistemático dos grandes empreendimentos habitacionais na RMBH, sejam eles de interesse social, populares ou de classe média a alta. Um tal registro seria especialmente relevante para os conjuntos (mais do que para os tipos de outros grupos), porque eles não só criam novos espaços urbanos, como também fixam seu uso e sua ocupação de uma maneira muito pouco flexível a mudanças posteriores.

Parcelamentos

Este é o grupo mais comum na malha urbana da RMBH, com o maior número de variações. Sua principal característica está no fato de a estrutura urbana e as parcelas com suas respectivas edificações serem decididos por instâncias diferentes e em tempos diferentes. A estrutura urbana é fruto de um planejamento — mais ou menos completo — realizado por técnicos e encomendado pelo poder público, por um loteador privado ou até pelos próprios (futuros) moradores. Já a parcela é uma porção da terra urbana sobre a qual o proprietário ou usuário dispõe com certa autonomia. Dentro das limitações postas pela legislação — mais ou menos efetiva — ou pela vizinhança, as edificações nas parcelas estão a cargo de inúmeras iniciativas e decisões individuais, que se fazem ao longo do tempo.

Essa lógica promove uma diversidade de proprietários, usos e interesses, e, ao mesmo tempo, significa certa inércia em relação a novas ações planejadas pelo poder público e em relação à produção capitalista do espaço. É mais difícil alterar parâmetros urbanísticos, arruamentos ou espaços públicos em áreas parceladas do que em áreas de expansão, pois as alterações na estrutura urbana implicam acordos com muitos proprietários diferentes. A ocupação das parcelas, pelo contrário, tem relativa flexibilidade, especialmente as de dimensões médias (de trezentos e sessenta a mil metros quadrados): há mudanças de usuários e usos, alteração e substituição das edificações e até alterações na morfologia das parcelas, com subdivisão ou remembramento de lotes. Assim, as parcelas absorvem, acomodam ou pelo menos amortecem mudanças

condicionadas pela dinâmica urbana mais amplas — o que se reflete em preços de venda e aluguel, grau de ocupação ou vacância, construção de barracos de fundos, novas instalações comerciais, reformas ou degradação nas unidades etc. Enquanto isso, a estrutura urbana tende a permanecer a mesma por muito tempo, sem ampliação de ruas, sistemas de água e esgoto, áreas públicas disponíveis etc.

Entendemos que as características mais marcantes na diferenciação desse grupo de espaços cotidianos estão no tamanho das parcelas e na sua inserção na dinâmica urbana (sobretudo, imobiliária). Espaços cotidianos que participam dessa dinâmica são divididos em parcelamentos de lotes pequenos, médios e grandes. Não adotamos a distinção primária entre parcelamentos (ou loteamentos) regulares e irregulares porque, entre a situação de plena regularidade e a de total irregularidade, os matizes são inúmeros. Também não utilizamos a distinção por bairros populares, médios, de alto padrão e de luxo, como o faz o Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais, no monitoramento do mercado imobiliário. Como essa classificação se baseia na renda média dos chefes de família, não registra a heterogeneidade (de renda) da população residente, o que, a nosso ver, é um dos principais indícios de integração ou segregação sócio-espacial.

Muitos municípios da RMBH têm adotado políticas para favorecer novos parcelamentos de lotes grandes (TIPO 6), entendendo que o público de renda alta gerará empregos, comércio e impostos, evitará a ocupação dos terrenos pela população mais pobre e contribuirá para "preservar o verde" (em Igarapé, Juatuba, Betim, Caeté, Capim Branco, Sarzedo e Rio Manso, isso foi enfaticamente mencionado nas entrevistas). Em várias prefeituras ouvimos a expressão "não queremos ser [Ribeirão das] Neves", o que equivale a dizer que não querem arcar com os custos sociais de uma população pobre cujo trabalho, ademais, se concentra em outros municípios. Cidade-dormitório para ricos, sim, para pobres, não.

Por outro lado, prefeituras e habitantes estão cientes das desvantagens de parcelamentos de lotes grandes (TIPO 6). Muitas vezes são implantados em áreas impróprias, na perspectiva de uma regularização posterior, forçada pela boa situação econômica e pela influência política dos moradores. Além disso, inflacionam o preço da terra nas áreas centrais e direcionam obras de infraestrutura que seriam mais urgentes em outros locais. Na oficina participativa da Região Sudoeste da RMBH (março de 2010), um participante de São Joaquim de Bicas

mencionou que "o povo local continua na miséria — alguns loteamentos a um quilômetro do centro não têm nem abastecimento de água da COPASA, nem esgoto. Tem que ir caminhão pipa". Muitos participantes concordaram que as vantagens dos municípios pequenos são tranquilidade, paz ("o índice de violência não é tão inflamado"), muito verde e custo de vida mais baixo. Em contrapartida, "Belo Horizonte não tem mais lugar", então "ficam vindo ocupar nossas cidades para viver melhor". Além disso, os parcelamentos de lotes grandes (TIPO 6) distantes das áreas centrais, assim como os conjuntos de classe média a alta (TIPO 3), dependem de mão de obra externa e não costumam prever parcelas para moradia e serviços que atendam essa população, gerando assim novos aglomerados frágeis (TIPO 7).

Em suma, tem-se uma situação em que porções urbanas ou semiurbanas são deliberadamente subtraídas da dinâmica e das necessidades do município em que se localizam, para estabelecer uma relação unilateral e em muitos casos predatória. A natureza específica dessa relação deve ser analisada em cada caso, para orientar as políticas dos municípios; tanto mais quanto mais os parcelamentos desse tipo se generalizam na RMBH: na década de 1970, estavam concentrados na região de Nova Lima e Brumadinho; hoje, existem em quase toda parte.

Se os parcelamentos de lotes grandes (TIPO 6) têm proliferado, novos parcelamentos de lotes pequenos (TIPO 4) são rejeitados, e parcelamentos de lotes médios (TIPO 5) têm sido relativamente raros. Mais comum é o adensamento paulatino dos já existentes. As transformações são impulsionadas por investimentos públicos e privados nas proximidades, crescimento demográfico, indução do poder público e pressão do capital imobiliário. Assim, áreas mais antigas, que passaram por vários estágios de transformação, tendem a ser as mais heterogêneas: convivem ali prédios de diferentes idades com casas e estabelecimentos comerciais (por exemplo, no bairro Padre Eustáquio em Belo Horizonte). O processo estaciona num ponto de saturação, mais determinado pelo descompasso entre estrutura urbana e volume de pessoas e atividades do que pelo esgotamento do potencial construtivo previsto. Muitos bairros, especialmente de Belo Horizonte, não comportariam a situação de plena utilização desse potencial.

Então, por que o desenvolvimento de uma região é tão comumente identificado com seu adensamento construtivo? Hoje, edifícios multifamiliares verticais estão presentes em quase todas as cidades da RMBH, mesmo onde há alta taxa de vacância de lotes. A tendência é

impulsionada pelo interesse dos incorporadores, para os quais é mais lucrativo produzir um empreendimento relativamente grande num único canteiro de obras do que uma série de empreendimentos menores em diversos canteiros. Isso só é possível nos conjuntos (TIPOS 1, 2, 3) ou em parcelamentos com altos coeficientes de aproveitamento. É evidente, portanto, que as manifestações do capital privado junto a prefeituras, em conselhos e outras instâncias públicas sempre se dá nesse sentido. O resultado tem sido áreas verticalizadas, preços da terra elevados pelo potencial construtivo e, ao mesmo tempo, vacância de lotes. A verticalização implica um maior distanciamento dos moradores em relação à rua, os preços elevados expulsam moradores de menor poder aquisitivo, e os lotes vagos, embora formem como que 'respiros' verdes, são interditados a usos cotidianos pelos habitantes locais e, conforme constatado em várias prefeituras, têm manutenção quase sempre precária, sendo usados como depósitos de lixo e esconderijos. E, quando finalmente são ocupados por mais edificações verticais, a qualidade de vida da região raramente aumenta.

Em contraposição a essa tendência, existem possibilidades de desenvolvimento e intensificação de uso da infraestrutura urbana que não implicam necessariamente a verticalização excessiva nem geram os espaços residuais e a vacância que caracterizam muitos bairros de edifícios multifamiliares verticais. Cabe avaliar, para cada situação microlocal, a vacância, os indícios de adensamento (frequentemente irregular, como no caso da subdivisão de lotes), a infraestrutura urbana, o suporte natural e a articulação urbana e metropolitana mais ampla, para determinar o limite de saturação e a verticalização coerente sem a vacância de lotes. Esse limite não é dado simplesmente pela quantidade de espaço disponível e pela pressão que empreendedores imobiliários exercem sobre esse espaço, mas pelas suas condições de suportar o adensamento e seu potencial real de compactação.

Aos parcelamentos de lotes pequenos (TIPO 4) aplicam-se as ponderações já feitas em relação aos conjuntos de interesse social (TIPO 1): quando estão em locais distantes e falta articulação urbana, sobretudo na forma de transporte público, também falta acesso a oportunidades de trabalho e renda. A diferença é que os proprietários de lotes, ao contrário dos beneficiários de conjuntos de interesse social, tendem, nesses casos, a não realizar a construção e não ocupar os lotes (como ocorreu em Ribeirão das Neves e Santa Luzia, em loteamentos próximos à sede mas sem oportunidades de trabalho). Inversamente, os lotes

em localizações favoráveis permitem que os moradores criem novas oportunidades de trabalho e renda por iniciativa própria. Não constatamos vacância nessas localizações.

Se, no critério da localização urbana, os parcelamentos de lotes pequenos (TIPO 4) se assemelham aos conjuntos de interesse social (TIPO 1), nos critérios de regularidade fundiária e infraestrutura, suas características são semelhantes às dos parcelamentos de lotes médios (TIPO 5). A irregularidade documental tende a coincidir com a urbanística, definindo diferenças importantes no espaço cotidiano e nas possibilidades de sua melhoria. Loteamentos irregulares foram mencionados em muitas entrevistas. Vários deles são doações das próprias prefeituras. Em Betim, a situação recorrente é de loteamentos aprovados, com infraestrutura, mas ocupados irregularmente e sem titulação. Em Brumadinho e Jaboticatubas, a ocupação mais expressiva é de habitações precárias. Em Santa Luzia, as áreas loteadas clandestinamente para a população de baixa renda estão distantes da malha urbana e há dificuldade para supri-la de infraestrutura. Em Ibirité, a prefeitura se queixa do fato de os moradores de loteamentos clandestinos procurarem-na para exigir a instalação de infraestrutura sem ter ciência de que sua situação é irregular. Muitos parcelamentos de lotes pequenos ou médios (TIPOS 4, 5) carecem de infraestrutura básica mesmo quando estão em áreas centrais — Igarapé, Rio Manso e Sabará são exemplos de municípios cujas sedes não possuem rede de esgoto nem sequer em todos os lotes do centro da cidade.

Cabe observar que incluímos nos parcelamentos de lotes pequenos (TIPO 4) aqueles iniciados pela própria população, tais como as ocupações Dandara e Camilo Torres, em Belo Horizonte, partes do Taquaril, entre Belo Horizonte e Sabará, ou o bairro Confisco, entre Belo Horizonte e Contagem. Ao contrário da maioria das favelas, que se caracterizam como aglomerados consolidados (TIPO 8), as ocupações por movimentos sociais organizados têm reproduzido a lógica de parcelamentos adotada pelo poder público ou por loteadores privados: as decisões são tomadas num único momento e segundo um plano geral, que define lotes individuais de propriedade privada. Nas favelas, pelo contrário, a fluidez espacial e as possibilidades de negociação são maiores; pedaços do terreno de um vizinho podem ser eventualmente usados, comprados ou alugados. O lote privado tem seus limites rigorosamente definidos apenas com a ação externa de regularização. Já nas ocupações organizadas, o parcelamento se faz nos moldes da cidade formal,

até com a perspectiva de formalização posterior; apenas, os lotes são menores (na ocupação Dandara, 128 metros quadrados).

A legislação urbana e os parâmetros urbanísticos são os instrumentos mais importantes para disciplinar a constituição do espaço urbano nos parcelamentos ao longo do tempo. No entanto, os mecanismos legais de aprovação e fiscalização praticados na RMBH, embora variados em seu grau de formalidade e burocratização, têm algumas características comuns que não favorecem sua eficácia. Eles são centralizados nas prefeituras, não prevendo aprovação, veto ou controle pelas vizinhanças; eles pressupõem que planejamento, construção e uso ocorram em etapas rigidamente apartadas entre si; e eles tomam a aprovação a posteriori como exceção, quando, na prática, ela é a regra. Esses pressupostos se pautam na lógica de um espaço-mercadoria (uma mercadoria precisa ser produzida para depois ser comercializada e usada) e na exigência de lhe impor certos limites (a aprovação da mercadoria deve acontecer antes de sua produção), mas contraria a lógica de produção social do espaço com suas atividades e interações em contínua transformação.

Assim, não surpreende que espaços produzidos pelo grande capital imobiliário tendam a ser mais facilmente regularizados do que espaços em que os próprios moradores são os agentes mais relevantes. Nesses casos, a irregularidade é imensa, mesmo em loteamentos aprovados. Entre outras desvantagens, isso interdita o acesso da população aos programas de financiamento para construção e melhoria de moradias. Faltam mecanismos legais que façam jus à dinâmica de autoprodução e ao potencial de produção autônoma, dando aos moradores maior flexibilidade de ação e possibilidade de controle.

Tome-se como exemplo uma prática comum em boa parte das cidades da RMBH: a subdivisão de lotes com construção de edículas ou casas, que são alugadas, vendidas ou cedidas. Essa prática atende a necessidades que, por falta de solvabilidade, nunca se manifestam no mercado imobiliário como 'demandas'. Em Florestal, por exemplo, os lotes são divididos em duas ou quatro partes, com casas de aluguel para estudantes do recém-inaugurado campus da Universidade Federal de Viçosa. Em Itatiaiuçu, uma prática semelhante decorre do preço de lotes e aluguéis, inflacionado pelos funcionários da ArcelorMittal. Em outras palavras, uma porção significativa do déficit habitacional caracterizado como coabitação consiste, na prática, na subdivisão de um lote previsto para uso unifamiliar. Os espaços resultantes são irregulares, mas não necessariamente inadequados: muitos preservam sua

qualidade ambiental, têm quintal, área verde e até hortas coletivas. As pessoas acabam criando regras próprias, baseadas na sua experiência cotidiana, que limitam e definem o uso da terra e estratégias de ocupação dos espaços. Os municípios têm reagido a essa realidade de formas diferentes: na maioria deles usa-se a venda informal do 'meio-lote', pois a averbação de uma escritura por mais de um proprietário não é permitida.

Diretrizes como a melhoria das edificações existentes são cruciais para o atendimento de novas demandas num contexto de maior sustentabilidade. A subdivisão de lotes e a construção de edículas para aluguel, hoje apenas toleradas ou penalizadas, podem ser bem conduzidas; e empreendimentos de menor porte e mais pulverizados podem ser desenvolvidos mediante outras formas de organização do trabalho. Algumas prefeituras têm realizado iniciativas tímidas nesse sentido, como o programa Projeto Econômico, de Ribeirão das Neves, que oferece alvará de licença, certidão de número e projeto técnico-padrão. Mas o apoio à produção autônoma — não necessariamente associada à autoconstrução — deve ser ampliado substancialmente.

Aglomerados

À diferença do grupo anterior — de estruturas urbanas planejadas com parcelas e edificações independentes —, aglomerados são situações em que a estrutura urbana tem um grau de flexibilidade mais próximo ao de suas parcelas, que em muitos casos não estão sequer formalizadas como lotes. Isso inclui as cidades históricas, tanto quanto as ocupações mais recentes que não tiveram planejamento técnico prévio. Assim, os aglomerados de todos os tipos se caracterizam menos pela ausência total de planejamento e mais pelo planejamento aberto, coletivo e contínuo, enquanto as diferenças entre seus tipos estão, sobretudo, no grau de consolidação.

Um dos maiores atrativos dos aglomerados históricos (TIPO 9) está justamente na diversidade de seus espaços urbanos, nas surpresas que proporcionam, na identidade peculiar de cada uma de suas pequenas porções. Em lugar de malhas geométricas regulares e cursos d'água retificados, há traçados surgidos em função do relevo e dos percursos. Em lugar de um espaço público indiferente aos usos de seus lotes, há espaços públicos que reagem a esses usos. Os aglomerados consolidados (TIPO 8) da RMBH apresentam, em muitos casos, qualidades

semelhantes. A grande diferença entre os apreciados núcleos históricos e as depreciadas ocupações informais mais recentes é a disponibilidade de tempo, recursos e conhecimento na constituição de sua estrutura urbana. Núcleos históricos, mesmo quando surgidos com características de urbanidade moderna, isto é, como centros de produção e distribuição da atividade mineradora, puderam dispor dos conhecimentos mais avançados de sua época e tiveram um ritmo de crescimento compatível com decisões e negociações feitas ao longo do tempo.⁸

Na RMBH do século XX, pelo contrário, esse desenvolvimento paulatino e sem planejamento centralizado ficou reservado aos pobres e exposto a toda espécie de cataclisma, enquanto os recursos para a urbanização se concentraram em instâncias que operam via planejamento centralizado, tais como o poder público e o grande capital privado. Embora muitas das ocupações informais já tenham se consolidado como bairros de população de renda baixa e média, isso nem sempre significou a eliminação de suas precariedades.

Cabe perguntar se, no século XXI, daremos continuidade a esse padrão ou se há outros procedimentos possíveis, capazes de mobilizar a inteligência das cidades e seus recursos para além de um processo técnico convencional. Isso significaria proteger os contextos microlocais do 'atropelamento' pela dinâmica urbana mais abrangente e, ao mesmo tempo, seria o oposto da preservação inerte do patrimônio histórico, que desemboca facilmente em congelamento e supressão dos processos múltiplos de desenvolvimento microlocal. Em lugar de congelar a cidade histórica, podemos procurar maneiras para que se gerem hoje a diversidade e a imprevisibilidade que a caracteriza.

Programas como o PMCMV têm feito justamente o oposto, atendendo aos interesses de sistematização e padronização dos empreendedores, como já discutido anteriormente. Por outro lado, aglomerados históricos (TIPO 9) são objetos — efetivos ou potenciais — do Programa de Reabilitação de Áreas Centrais, que foi iniciado em municípios como Sabará, Lagoa Santa, Confins, Santa Luzia e Ribeirão das Neves. É verdade que o programa não se destina apenas à preservação do patrimônio histórico, mas, sobretudo, ao fortalecimento de áreas reconhecidas pela população como centralidades, incentivando sua (re)ocupação habitacional e sua apropriação cotidiana. Talvez se possam conceber esse e outros programas semelhantes com atenção especial à preservação e

⁸ Cf. Monte-mór, Gênese e estrutura da cidade mineradora, 2001.

ao fortalecimento não de determinados produtos históricos, mas de determinados processos sociais vocacionados para uma produção efetivamente democrática do espaço.

Ações e programas públicos para a melhoria de aglomerados consolidados (TIPO 8) e a consolidação ou eliminação de aglomerados frágeis (TIPO 7) têm sido reunidos sob a epígrafe da regularização fundiária, que também abrange loteamentos irregulares e conjuntos degradados. A escolha dessa epígrafe tem a vantagem de retirar as ações de um contexto ideológico assistencialista. Não se trata de 'ajudar os pobres', mas de tentar remediar um processo histórico de supressão dos direitos de grande parte da população. No entanto, a noção de regularização também dá margem a um entendimento por vezes formalista e burocratizado dos problemas reais. Irregularidade, como situação jurídica, não é o problema mais importante nem exclusividade dos pobres, como já constatado em relação aos parcelamentos de lotes grandes (TIPO 6). Mais importante é sua conjunção com precariedade urbana, inadequação habitacional, risco e vulnerabilidade.

Como mostram os Planos de Regularização Fundiária Sustentável (PRFS) já elaborados na RMBH (trinta, em 2010), trata-se de uma conjunção recorrente. Em Raposos, um município de cerca de quinze mil habitantes, o PRFS aponta mais de três mil e quinhentos casos de irregularidade. A área urbana é quase toda irregular, com loteamentos clandestinos, autoconstrução desenfreada, ocupação de encostas e áreas de risco geológico e ambiental, e subdivisão de lotes. Já a área rural é objeto de conflito entre uma mineradora, que alega posse de grande parte do território, e a prefeitura, que não dispõe de terras para expansão urbana e implantação de programas habitacionais. Brumadinho e Esmeraldas, municípios de grande extensão territorial, têm ainda mais dificuldade para controlar a propagação de aglomerados frágeis (TIPO 7), especialmente em áreas de proteção ambiental. Em Rio Acima, há trinta assentamentos precários, somando 2.440 habitações. Em Pedro Leopoldo, são quase nove mil habitações irregulares; em Lagoa Santa, sete mil; em Confins, mais de duas mil. Em Caeté, boa parte das mais de cinco mil moradias irregulares ocupa as margens da linha férrea desativada. Em Ribeirão das Neves, quarenta e quatro mil famílias (quase metade da população) vivem em domicílios irregulares e assentamentos carentes de infraestrutura, quando, ao mesmo tempo, há altas taxas de vacância de lotes com infraestrutura, como já constatado acima. As ocupações ocorrem em áreas públicas e áreas de proteção

ambiental, mas quase nunca em terrenos de propriedade privada. Em São Joaquim de Bicas, novas ocupações se proliferam nas proximidades da penitenciária estadual. A movimentação de dez mil familiares de detentos sobrecarrega o sistema de saúde ("não tem remédio que chegue"), aumenta a criminalidade e o tráfico, e gera uma quantidade de lixo que o município não está apto a manejar.

Também é notório que, nos últimos anos, os aglomerados frágeis e consolidados (TIPOS 7, 8) têm sofrido um processo de adensamento e aquecimento do mercado imobiliário informal com respectivo aumento de preços, não só nas áreas mais centrais. Parte desse processo se deve às obras do Programa de Aceleração do Crescimento que, ao removerem famílias de um local, acabam inflacionando outros locais, mesmo que muito distantes do primeiro. Eis o que tem sido constatado, por exemplo, em Ribeirão da Neves e Esmeraldas. Em Juatuba, há novas ocupações nos bairros Jardim das Alterosas e Francelinos, de pessoas vindas de Betim e de Mateus Leme. Os novos aglomerados frágeis estão distantes da sede, mais próximos aos municípios vizinhos de onde se origina o 'transbordamento' da população, dificultando ainda mais as ações das prefeituras.

Para responder a essas situações, os PRFS da RMBH adotam como princípios fundamentais a garantia da função social da propriedade e o direito da população de permanecer nas áreas ocupadas. Remoções são recomendadas apenas em casos de risco geológico ou ambiental, ocupações sob linhas de transmissão ou em faixas de domínio, ou quando há necessidade de desadensamento, abertura ou alargamento de vias e implantação de infraestrutura. Teoricamente, as famílias removidas devem ser reassentadas em áreas próximas, embora se saiba que isso nem sempre é possível e que a própria noção de 'necessidade' de remoção também dá margem a ações autoritárias.

Para a permanência da população nas ocupações e a eventual disponibilização de áreas para o reassentamento, os PRFS propõem 'cardápios' de diversos instrumentos do Estatuto da Cidade, de modo que haja abertura para que, no momento da aplicação, o corpo técnico-administrativo (não a população) discuta as opções mais viáveis para cada assentamento. Delimitação e regulamentação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), transferência de título pela aplicação da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), doação da terra e usucapião comparecem frequentemente. Também estão previstas medidas mais comuns, como aprovação e registro de áreas reparceladas ou legalização

individual por emissão de título com ônus para o proprietário. Operações urbanas consorciadas comparecem apenas em casos específicos, sobretudo para parcelamentos de lotes grandes (TIPO 6) não legalizados. Para citar apenas alguns exemplos: Lagoa Santa e Confins preveem usucapião, remoção, parcelamento e registro individual, mas não desapropriação nem desafetação (o equivalente à desapropriação quando se trata de terra pública). A desapropriação também não comparece nos PRFS de Caeté, Taquaraçu de Minas, Mário Campos e Sarzedo. Em Taquaraçu, a medida preferida é o parcelamento com registro individual de lotes, havendo também usucapião e doações. Já Sarzedo enfatiza a CDRU e a Complementação de Urbanização como medidas aplicáveis às dezessete ocupações mapeadas no município.

No entanto, a enunciação apenas genérica desses instrumentos nos PRFS e nos planos diretores, sem regulamentação por outras leis municipais, torna remota a execução dos avanços propostos. As entrevistas nas prefeituras, embora ainda insuficientes para uma compreensão plena dos problemas cotidianos vivenciados pela população e pelas administrações municipais, apontam questões concretas nesse sentido. Quando perguntamos quais dos instrumentos do Estatuto da Cidade presentes no respectivo plano diretor são utilizados de fato, as respostas foram quase sempre evasivas. Muitos técnicos municipais estão convencidos de que quaisquer instrumentos que atacam o direito de propriedade privada são inviáveis na prática. Assim, o Direito de Superfície e a Outorga Onerosa, por exemplo, são considerados aplicáveis, mas medidas como o IPTU progressivo e outras que alterariam a reprodução de gentrificação e irregularidade nos territórios municipais são descartadas. Segundo os técnicos, gerariam conflitos políticos e econômicos que as administrações não estão dispostas a enfrentar. Ao mesmo tempo, faltam experiências próximas que inspirem ações mais incisivas e aumentem a confiança na aplicabilidade de instrumentos jurídicos para além das alternativas conservadoras. Para vencer tais dificuldades e possibilitar uma execução justa dos PRFS, seria necessário um processo de conscientização que incluísse a população interessada. Sua própria avaliação dos benefícios e prejuízos de cada instrumento do Estatuto da Cidade e as reivindicações feitas a partir disso seriam cruciais para modificar as práticas políticas e administrativas.

Outra questão muito evidenciada nas entrevistas é o descompasso entre programas federais, com suas agendas e pré-requisitos para a

captação de recursos, e os problemas enfrentados pelas prefeituras no dia a dia. Em muitas delas não existe órgão especificamente responsável pela habitação ou suficientemente estruturado nesse sentido. As secretarias de assistência social, meio ambiente, obras e planejamento urbano dividem as atribuições para possibilitar algum acesso a programas federais e para atender às demandas e reivindicações pontuais da população. Esse atendimento se dá muitas vezes pela solução imediata de casos de risco ou precariedade habitacional, sem o acionamento de programas específicos e de uma maneira que até reforça e perpetua situações irregulares. De modo análogo, falta pessoal para a fiscalização de loteamentos e obras. Em muitos municípios, os técnicos da prefeitura só vão a campo quando solicitado pelo setor de obras ou planejamento, ou pela vizinhança.

Essas situações podem ser vistas como uma maneira assistencialista de enfrentar os problemas urbanos, mas, por outro lado, indicam que os planos e programas federais, cuja estrutura é fundamentalmente a mesma para municípios de quaisquer tamanhos, não correspondem à realidade administrativa e financeira dos municípios menores. Muitos problemas são, de fato, resolvidos com maior eficácia fora dessas estruturas. Caberia pensar, no nível metropolitano, instrumentos, mecanismos e programas que possam responder com sistematicidade às demandas locais imediatas e oferecer meios para facilitar suas soluções pelas prefeituras e pela população dos municípios menores.

Moradias rurais

A relativa dispersão espacial das moradias rurais faz com que as decisões de um indivíduo ou uma família acerca do espaço privado e seu entorno imediato pouco ou nada afetem seus vizinhos. Por isso, nós as compreendemos como situações em que uma instância única (a família ou um grupo pequeno) produz o espaço ao longo do tempo. A forma como se dá essa produção está diretamente vinculada à própria relação entre a moradia e o trabalho, mais do que ao tamanho da unidade rural em que a moradia está implantada. Nesse sentido, o grupo das moradias rurais inclui, em princípio, três tipos. No entanto, os dados acerca das moradias rurais que obtivemos em entrevistas, oficinas participativas e pesquisas acadêmicas existentes são muito mais escassos do que os dados acerca das moradias urbanas. Assim, mais do que qualquer outra coisa, os apontamentos que seguem indicam a necessidade

de investigações mais sistemáticas sobre esse tema, que é essencial a quaisquer políticas habitacionais metropolitanas.

Muitos municípios da RMBH preservam tradições rurais que vêm se tornando atração turística, mas não apenas isso. Em Florestal e Itatiaiuçu, antigas fazendas foram transformadas em sítios de final de semana, com produtividade bem mais alta do que a dos chacreamentos típicos para alta renda. Na zona urbana desses municípios, ou de Rio Manso, Itaguara e Mário Campos, os habitantes zelam, eles mesmos, pela qualidade do espaço cotidiano e se organizam coletivamente com mais facilidade do que nas grandes cidades — a população se mobiliza, por exemplo, para a construção de novas moradias para imigrantes recentes, fazendo com que também a prefeitura municipal se envolva.

Entendemos que a questão da moradia rural vai muito além de uma preservação de tradições antigas, romantizadas em hotéis-fazenda. Trata-se, na verdade, de possibilitar a criação de novas relações entre campo e cidade na RMBH, como, aliás, já vem ocorrendo em alguns municípios. Os projetos de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Brumadinho, Betim e Nova União, assim como os acampamentos nesses últimos dois municípios e em Esmeraldas, ou, ainda, os projetos rurubanos das Brigadas Populares, apontam para interações entre o rural e urbano que podem vir a ter um caráter emancipatório.

Como constata Silva, é patente a intenção de um "retorno ao campo" de parte da população que em décadas passadas foi forçada a migrar para os centros urbanos. As entrevistas que esse pesquisador realizou em assentamentos do MST na RMBH indicam que se trata de famílias que passaram pela dura experiência de trabalhar nas cidades, muitas vezes com empregos na construção civil ou em outros setores com condições precárias de trabalho. A motivação para retornar ao campo é, na interpretação de Silva, a possibilidade de "autonomia e liberdade em relação ao próprio corpo, trabalho e na administração do seu próprio tempo", o que contrasta curiosamente com o desejo de um emprego formal (os poucos direitos trabalhistas parecem não mais valer a troca pela total heteronomia em relação ao próprio corpo e ao próprio tempo). Evidentemente, essa população, que passou pela

⁹ SILVA, Dinâmica dos projetos de assentamento de reforma agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2008.

¹⁰ Ibidem, p. 19.

experiência urbana, não se restringirá a reproduzir antigas tradições rurais, mas poderá constituir novos modos de vida e, portanto, também novas formas de moradia. As quinhentas e dezenove grandes propriedades improdutivas da RMBH passíveis de desapropriação, somadas aos inúmeros parcelamentos vagos e às imensas reservas de terra de empresas mineradoras ofereceriam espaço suficiente para isso.

Comentário final

A tipologia de espaços cotidianos aqui apresentada foi elaborada a partir das características da RMBH, mas seus tipos e variáveis mais importantes, com algumas adequações, poderão ser úteis para uma aplicação em outras regiões, já que os processos históricos que ali produziram os tipos de espaços cotidianos estão longe de serem únicos. No contexto do PDDI, a perspectiva é que se consiga estruturar instrumentos de troca de informações e experiências entre agentes públicos, técnicos e, sobretudo, cidadãos em geral, a partir da tipologia proposta. Seu intuito é que possamos abordar o espaço cotidiano microlocal não apenas como algo de 'singular' (isolado e desarticulado), mas como algo de 'particular', no sentido de Hegel: o singular que está em relação dialética com o universal, ou, mais concretamente, com o espaço metropolitano, com seus organismos de planejamento e gestão, com entidades do terceiro setor e outros grupos locais de interesses afins.

[2012] O paradoxo da participação

Silke Kapp | Ana Paula Baltazar

Em 2008, um grupo de moradores da Vila das Antenas, no Morro das Pedras, solicitou apoio do MOM para a resistência contra as intervenções do Programa Vila Viva, que àquela altura havia iniciado a abertura de novas vias e a remoção de moradores. Começamos um trabalho de longo prazo com esse grupo e, paralelamente, uma investigação do método de planejamento utilizado pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) em favelas — o Plano Global Específico (PGE). Sua análise crítica evidenciou um paradoxo estrutural: a participação popular com regras institucionais predefinidas não é um passo em direção à autonomia coletiva, mas contraria essa autonomia e tende a desmobilizar instâncias de auto-organização existentes. A primeira versão do texto foi escrita para a conferência The urban divide in Latin America, realizada em Gainsville (EUA), em 2009. Na apresentação oral, ficou clara a dificuldade de primeiro explicar a um público estadunidense o nosso contexto social, político e urbano, para só então chegar à discussão que de fato nos interessava. Tendo isso em mente, reformulamos o texto para a publicação. A presente versão em português é inédita.1

A Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) é o órgão municipal responsável pela melhoria da estrutura urbana em favelas e ocupações similares. Desde 2005, esse órgão vem implementando o Programa Vila Viva. Embora as intervenções desse programa sejam suficientemente controvertidas para incitarem protestos massivos, elas de fato envolvem um método de planejamento *participativo*: o chamado Plano Global Específico (PGE). A URBEL descreve o método do PGE, usado desde 1995, como "um estudo detalhado da realidade de vilas e favelas de Belo Horizonte, com participação direta da comunidade".²

¹ Primeira publicação: The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. *Bulletin of Latin American Research*, v. 31, 2012, pp. 160–173.

² URBEL, Vila Viva. http://fr.pbh.gov.br/?q=pt-br/content/vila-viva-uma-historia-de--transformacao, acesso em 23/9/2010.

O que houve de errado nesse processo participativo? Temos a hipótese de que o método do PGE não equivale simplesmente a um mau uso da participação, mas mostra como a participação pode contradizer a autonomia. Autonomia é a habilidade de indivíduos e, sobretudo, coletividades estabelecerem seus próprios meios de ação e interação por normas autodeterminadas. Em contrapartida, a ideia de participação indica que se permite que pessoas tenham parte na tomada de decisões, sem que possam modificar as respectivas normas.

Na primeira seção, revisamos a ideia da participação no planejamento urbano; na segunda, delineamos o pano de fundo institucional e político do PGE no Brasil e em Belo Horizonte; na terceira, descrevemos os procedimentos do PGE em detalhes; e, na seção final, discutimos esses procedimentos vis-à-vis o contexto sociopolítico, considerando em que medida os resultados decorrem da estrutura desse método institucionalizado de planejamento participativo.

Participação e autonomia no planejamento urbano

De acordo com a já clássica "escada da participação dos cidadãos" de Sherry Arnstein, a ideia de 'fazer parte' pode indicar coisas muito diversas.3 Nos degraus mais baixos estão manipulação e terapia, que significam o uso de discursos participativos como "veículo de relações públicas pelos detentores do poder", para que as pessoas se submetam a um processo dado.4 Os três degraus seguintes, informação, consulta e apaziguamento, "avançam para níveis de simbolismo [tokenism] que permitem aos desprovidos ouvir e ter voz, mas ainda não lhes permitem nenhum poder de decisão".5 O poder compartilhado começa no sexto degrau ou na parceria, em que as regras fundamentais de um processo de planejamento são estabelecidas por negociação entre detentores de poder e demais cidadãos, e "não estão sujeitas a mudanças unilaterais".6 Finalmente, delegação de poder e controle cidadão, os últimos dois degraus, implicam um processo de decisão determinado pela maioria dos cidadãos ou até mesmo situações em que "moradores podem gerir um programa ou uma instituição, são inteiramente responsáveis pela

³ ARNSTEIN, A ladder of citizen participation, 1969.

⁴ Ibidem, p. 217.

⁵ Ibidem, p. 217.

⁶ Ibidem, p. 221.

política e por aspectos gerenciais, e estão aptos a negociar as condições nas quais *outsiders* podem interferir ali".⁷

Arnstein estabeleceu essa tipologia no final dos anos 1960, motivada pelo fato de que a ideia de participação vinha sendo usada para qualquer tipo de propósito político. Isso parece não ter mudado até hoje. Mesmo autores com abordagens críticas ainda usam parâmetros divergentes para definir o limite inferior ou superior da participação, rumo à manipulação ou à autonomia,8 enquanto não parece haver nenhum acordo sobre o que constituiria uma participação plena. Não tentaremos definir o que participação 'realmente' significa, nem a equilibrar no fio da navalha da autenticidade. Mais importante é seu papel prático e político. Participação sempre envolve pelo menos dois lados em competição: uma entidade responsável pelo processo, e indivíduos ou outras entidades convidados a participar. Esses lados podem consistir, por exemplo, em órgãos públicos e cidadãos, empresas e seus empregados, equipes de planejamento e beneficiários do plano. A entidade responsável pelo processo define seus propósitos, balizas, limites, códigos, burocracias e tecnicalidades, geralmente de acordo com um protocolo mais geral. Para as entidades ou os indivíduos participantes, as normas do processo são heterônomas. É importante considerar que a heteronomia não está no conteúdo específico de uma ou outra decisão, mas na lógica ou estrutura em que as decisões são tomadas. Nesse sentido, planejamento heterônomo significa processos cujas estruturas não são modificadas por nenhum grupo particular de participantes.

Se os participantes desafiassem as normas dadas, a entidade normativa poderia interromper o processo e encontrar participantes mais propensos a aceitá-las como são; todavia, a entidade também poderia ser suficientemente independente e estar disposta a abrir suas normas à discussão. Nesse caso, se uma reformulação fosse levada a cabo, os participantes poderiam estabelecer novas balizas, redistribuindo responsabilidades, mudando códigos e até criando uma nova entidade. Em vez de chamar um tal processo de *participação*, adjetivada como 'plena' ou 'genuína', propomos chamá-lo de *autonomia*, porque ele teria normas autodeterminadas. Portanto, planejamento autônomo significa processos cujas estruturas são definidas no contexto e pelas pessoas envolvidas.

⁷ Ibidem, p. 223.

⁸ PATEMAN, Participation and democratic theory, 1976; BROOME, Mass housing cannot be sustained, 2005; RICHARDSON & CONNELLY, Reinventing public participation: planning in the age of consensus, 2005.

O que acabamos de descrever como uma opção lógica para uma entidade normativa que tenha sido desafiada — abrir as normas à discussão e à mudança real — seria, na prática, uma pequena revolução. A participação pode ser concebida como um estágio intermediário entre o planejamento autoritário e o planejamento autônomo, mas não sem um salto qualitativo. Não há transição suave. Nosso argumento é que a construção de consensos e o planejamento comunicativo ou colaborativo são, frequentemente, meios para evitar esse salto, mais do que passos rumo à autonomia. Nesse sentido, a metáfora sugerida pela escada de Arnstein é enganosa, embora ainda se possa perguntar se de fato vale a pena defender a autonomia. Insistimos nisso porque a autonomia está bem mais próxima do direito à cidade do que a heteronomia; como afirma Harvey:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.⁹

O planejamento urbano moderno não tem afinidade com a autonomia coletiva. A obliteração de qualquer dimensão social, política e econômica é uma de suas principais características, mas também uma de suas principais incoerências. Como desenho arquitetônico numa prancheta maior, planejamento urbano moderno herdou objetivos e procedimentos da arquitetura, tal como praticada desde o Renascimento. Planejadores supõem que sua tarefa seria um exercício de planejamento físico e de desenho de assentamentos humanos, exibindo configurações espaciais acabadas, exatamente como nos projetos de uma edificação. De fato, o planejamento projetivo (blueprint planning), exemplificado pelo urbanismo modernista de Le Corbusier, pressupõe que o ambiente físico possa determinar a vida social, que essa

⁹ HARVEY, O direito à cidade, [2008] 2012, p. 74.

¹⁰ TAYLOR, Urban planning theory since 1945, 1998.

¹¹ Ibidem, p. 17.

¹² Ibidem, p. 4.

determinação deva seguir os conceitos normativos do planejador e que deva ser implementada por um Estado fortemente regulador. Essa interpretação exclui a possibilidade de tomada de decisões por quaisquer pessoas que não os especialistas.

Entre as reações a esse tipo de planejamento está a reivindicação por participação cidadã para além das instituições da democracia representativa, começando pela assertiva de que planejamento sempre implica valores e interesses em competição, e não pode ser levado a cabo apenas por um órgão público (menos ainda por um único arquiteto), mas deve incluir diversos atores e vozes. Mas como isso pode ser feito? O planejamento advocatício (advocacy planning) enfoca a desigualdade social e propõe que cada planejador atue como advogado de um grupo vulnerável específico. 13 As abordagens de planejamento comunicativo e colaborativo, pelo contrário, são baseadas na teoria da ação comunicativa de Habermas, 14 presumindo que seja possível alcançar consensos por meio de argumentos, se os planejadores forem capazes de superar as distorções usuais e criar condições para a comunicação. Mas, ainda que uma ética do discurso seja parte substancial de uma sociedade mais justa, inversamente, uma tal sociedade não se alcança apenas por consenso e persuasão; "certo grau de autonomia individual e coletiva é um pré-requisito para a ação comunicativa". 15

Os debates sobre participação e autonomia são especialmente relevantes para o âmbito em que os limites entre planejamento e desenho tendem a perder a nitidez: o âmbito microlocal de vizinhanças, onde qualidades próximas são mais importantes do que estruturas abrangentes, onde espaços podem ser "intensa e diretamente experienciados na vida cotidiana", 16 onde moradores podem se comunicar pessoalmente, e onde participação direta ou autonomia são mais factíveis. Arquitetos e planejadores críticos da determinação heterônoma do espaço microlocal se engajaram no debate habitacional desde o final dos anos 1960. O mais radical entre eles, John F. C. Turner, defendeu a "autonomia no ambiente construído": autogestão dos assuntos locais, liberdade para famílias e pequenos grupos construírem o que quiserem, economia e

¹³ DAVIDOFF, Advocacy and pluralism in planning, [1965] 2004.

¹⁴ FORESTER, Planning in the face of power, 1989; HEALEY, Collaborative planning: shaping places in fragmented societies, 1997.

¹⁵ SOUZA, Urban development on the basis of autonomy, 2000, p. 192.

¹⁶ SOUZA, Mudar a cidade, [2001] 2010, p. 106.

simplicidade de instrumentos e, finalmente, a ideia de que o ambiente construído deve ser planejado, mas não desenhado, mesmo no âmbito microlocal.¹⁷

A distinção de Turner entre desenho e planejamento significa a diferença entre uma prescrição e um limite. "O planejamento é uma função essencialmente legislativa, definidora de limites, e deve deixar de ser confundido com o desenho, que está relacionado à configuração de linhas de ação". Essa afirmação significa nada menos do que reverter a lógica do planejamento projetivo: em vez de extrapolar o desenho até a ordem de grandeza de uma cidade inteira, as características do planejamento (como definidor de limites que abre possibilidades de ação) deveriam ser aplicadas à (escala da) habitação.

Turner foi acusado de romantizar a pobreza e contribuir para a redução dos investimentos públicos em comunidades pobres. ¹⁹ Como lhe falta uma crítica consistente da estrutura mais ampla que determina a produção social do espaço, a abordagem autonomista de Turner foi facilmente convertida num discurso da nova direita, equiparando autonomia com o 'espírito empreendedor' do capitalismo de mercado. ²⁰ Para esclarecer essa diferença, cabe enfatizar novamente que autonomia deve ser concebida, não apenas como um atributo individual (como quer o pensamento neoliberal), mas também como atributo coletivo. Se a autonomia individual é "a capacidade de determinados indivíduos fazerem escolhas em liberdade", autonomia coletiva é "o autogoverno consciente e explicitamente livre de determinada sociedade".²¹

Mudando estruturas institucionais

O salto para a autonomia no planejamento urbano ainda não aconteceu no Brasil, embora as premissas do planejamento urbano convencional, heterônomo, tenham sido seriamente questionadas durante as últimas três décadas. Nesse processo, que é parte da redemocratização do país, partidos de esquerda, acadêmicos e movimentos sociais urbanos tiveram papéis decisivos. Tentando transformar as relações de poder na

¹⁷ TURNER, Housing by people: towards autonomy in building environments, 1976, p. 155.

¹⁸ Ibidem, p. 155.

¹⁹ DAVIS, Planeta favela, 2006.

²⁰ FRANK, New right/ new left: an alternative experiment in freedom, 2000, p. 35.

²¹ SOUZA, Urban development on the basis of autonomy, 2000, p. 188.

produção do espaço e combatendo uma longa tradição de segregação sócio-espacial (na qual toda a industrialização brasileira se baseou), eles desenvolveram a concepção da reforma urbana, submetida como emenda popular à Assembleia Nacional Constituinte (1987–1988). Em 1991 os movimentos sociais também submeteram ao Congresso um projeto de lei propondo um fundo e um sistema nacionais de habitação social. Demorou mais de uma década, mas ambos foram relativamente bem-sucedidos no final: o Estatuto da Cidade (lei federal 10.257/2001) foi aprovado para complementar o sumário artigo constitucional sobre a política urbana, e criou-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (lei federal 11.124/2005).

Mas a luta bem-sucedida por uma legislação mais avançada não significa mudança no espaço urbano cotidiano. Um obstáculo está no fato de que os mesmos movimentos que constituem uma força crucial no nível federal se dispersam quando se trata da política local. Outros obstáculos são as infinitas possibilidades de burocratizar e procrastinar medidas concretas, a redução de investimentos públicos em políticas sociais e a fragmentação de programas sociais que a municipalização implica. E, por fim, há a identificação conceitual equivocada de participação popular na democracia representativa com autonomia popular na democracia direta.

O método de planejamento urbano examinado aqui, o PGE, também enfrenta tais obstáculos. Ele se opõe ao planejamento autoritário por princípio, mas mantém muitas de suas características. O fato de procedimentos se originarem numa constelação nova e mais democrática não garante que eles sejam, em si mesmos, novos e democráticos. Mudanças na estrutura (política) do planejamento não impedem que seu desenvolvimento (técnico e social) siga padrões anteriores. As intervenções em favelas baseadas no método do PGE são, em alguma medida, resultados concretos do questionamento da heteronomia. No entanto, eles permanecem flagrantemente heterônomos e, como tais, são contestados por muitos moradores. No dia a dia do planejamento, a heteronomia persistiu como um mau hábito.

A história das favelas em Belo Horizonte é tão conturbada quanto em outras capitais brasileiras, com uma série de ocupações, remoções e novas ocupações. Mas houve duas tentativas precoces de melhorar as favelas que merecem menção: no nível estadual, o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM), vigente entre 1979

e 1983; e, no nível municipal, o Programa de Regularização de Favelas (PROFAVELA), criado em meados dos anos 1980.

O PRODECOM organizou pesquisas, implantou serviços públicos e, valorizando práticas de autoajuda na construção, criou arranjos participativos, frentes de trabalho comunitárias e transferências de recursos para associações de moradores. O problema é que o programa ignorou quaisquer demandas não sustentadas por movimentos sociais organizados e não avançou nas questões legais.²²

O PROFAVELA, por outro lado, tentou dar conta dessas questões e corresponder à crescente mobilização popular, provendo instrumentos legais para transformar ocupantes em proprietários e designando favelas como "setores especiais" com parâmetros urbanos específicos (lei municipal 3.995/1985). Para implementar o PROFAVELA, um decreto converteu uma empresa de mineração público-privada — que tinha alguma experiência na remoção e no reassentamento de favelas em razão da atividade mineradora — na Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte ou URBEL. Mas faltava ao novo programa o reconhecimento, presente no PRODECOM, da auto-organização comunitária e das demandas microlocais. As comunidades não foram empoderadas, porque o PROFAVELA equiparou o direito à moradia ao direito à propriedade privada, desconsiderando formas de propriedade coletiva. Além disso, muitos 'beneficiários' não viram benefício real numa formalização da propriedade que ignorasse as demandas de melhorias físicas. Planejadores também questionaram os escassos resultados do PROFAVELA, estimados em apenas cinco por cento da população-alvo e alcançados com a premissa da complacência com a "tipicidade da ocupação local"23 — "uma forma de você colocar sob um discurso organizado uma intervenção que era [...] de consolidação do existente, só que muitas vezes não deveria ser consolidado porque os padrões eram muito ruins [...]. Tinha lotes com dez metros quadrados [...] voltados para vias cuja largura é de sessenta centímetros".24

²² Cf. CONTI, A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o 'Plano Global Específico', 2004, p. 192; BEDÊ, Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular, 2005.

²³ BELO HORIZONTE, Lei 3.995/1985.

²⁴ Declaração de Lúcia Cavendish, coordenadora técnica da consultoria prestada à URBEL no período do PROFAVELA, em entrevista a Mônica Bedê (cf. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte, 2005, p. 193).

O cenário político de Belo Horizonte mudou em 1993, com a eleição da Frente BH Popular, uma coalizão de partidos de esquerda encabeçada pelo prefeito Patrus Ananias e com forte apoio de movimentos sociais. Foi a primeira administração a tentar melhorar sistematicamente as condições habitacionais e urbanas. Ainda em 1993, criou o Sistema Municipal de Habitação, compreendendo um fundo de habitação, a URBEL como órgão executor e um Conselho Municipal de Habitação como fórum participativo e deliberativo. A lei que finalmente instituiu esse conselho²⁵ não manteve as proporções que os movimentos sociais almejavam; em vez da maioria, a representação popular obteve seis dos vinte assentos, enquanto o governo ficou com doze, incluindo a presidência. Mas, de qualquer modo, o Conselho de Habitação conseguiu formular uma política habitacional que recomenda a participação popular em todas as etapas de todos os programas, bem como a prioridade das demandas coletivas, o limite de renda familiar até cinco salários-mínimos e o uso preferencial de áreas já urbanizadas. Os programas propriamente ditos foram estruturados em duas linhas: uma para a produção de novas unidades habitacionais e outra para a melhoria de assentamentos existentes.

A nova política habitacional estabeleceu diferentes formas de gestão que implicam diferentes formas de participação: gestão pública, em que planejamento e execução ficam a cargo da URBEL, enquanto a participação é apenas simbólica; cogestão, concebida para um programa (interrompido logo depois) em que autoconstrutores recebiam material e assistência técnica da URBEL; e autogestão, uma ideia discutida e experimentada desde o início dos anos 1980, especialmente em São Paulo. Ela significava que recursos públicos seriam transferidos para as associações de futuros moradores, que os gerenciariam, contratariam assessoria técnica e empresas construtoras, decidiriam sobre os planos e, na maioria dos casos, também trabalhariam nos canteiros. Na escada de Arnstein, tal autogestão equivaleria à parceria ou à delegação de poder, pelo menos em teoria. Na prática, a autogestão sempre enfrentou resistências por parte da administração pública de Belo Horizonte.26 Ela foi prevista na política municipal de habitação, mas foi aplicada apenas a programas de produção de novas unidades. O Plano Diretor

²⁵ BELO HORIZONTE, Lei 6.508/1994.

²⁶ Mônica Bedê, arquiteta-urbanista, diretora de planejamento da URBEL de 1993 a 1999, em entrevista concedida às autoras em julho de 2011.

de 1996 também incluiu a autogestão como diretriz, mas a restringiu a cooperativas supervisionadas por uma assessoria técnica profissional.²⁷ A autogestão para a melhoria de assentamentos existentes nunca foi seriamente debatida em Belo Horizonte.

Paralelamente ao desenvolvimento da nova política nos anos 1990, a URBEL, junto com organizações não governamentais internacionais, iniciou o chamado Programa Alvorada. Para lidar com os problemas legais e urbanos das favelas, esse programa reestruturou a abordagem essencialmente técnica da URBEL e enfatizou a necessidade de os habitantes definirem futuras intervenções e tomarem parte na sua implantação como sujeitos e agentes.²⁸ Isso levou a uma nova abordagem, reunindo melhorias legais, ambientais e socioeconômicas, e à elaboração de "planos estruturais integrados" para quatorze favelas (implantados em quatro casos). O método formulado nesse processo foi, por assim dizer, o proto-PGE.

Sua transformação na primeira versão do PGE, em 1995, decorreu de outra inovação da Frente BH Popular: o Orçamento Participativo (OP), no qual obras públicas eram propostas, negociadas e votadas pela população em assembleias abertas. Mas muitas demandas provenientes de favelas nas primeiras edições do OP se revelaram como problemas sistêmicos mais abrangentes, de modo que intervenções pontuais seriam apenas paliativos de curto prazo. Isso levou os mentores do Programa Alvorada a defenderem a elaboração do plano estrutural integrado como um pré-requisito para demandas apresentadas no OP. No melhor dos casos, o plano seria implementado de uma vez; nos outros, ele orientaria as intervenções graduais.²⁹ Quando esse pleito foi por fim aprovado, o método do PGE foi formalizado como tal, para que a elaboração dos planos pudesse se tornar objeto de licitação pública.

A formalização ampliou o escopo do método do PGE e reforçou certos aspectos tecnocráticos. Na verdade, esses nunca haviam sido totalmente superados, mesmo no Programa Alvorada. Apesar do foco original no engajamento popular, os planos ainda eram fortemente baseados em diagnósticos técnicos e na prescrição de soluções, tanto que a contribuição das organizações não governamentais consistiu,

²⁷ BELO HORIZONTE, Lei 7.165/1996.

²⁸ CONTI, A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o 'Plano Global Específico', 2004, p. 198.

²⁹ Maria Cristina Magalhães, arquiteta-urbanista, funcionária da URBEL desde 1993, em entrevista concedida às autoras em maio de 2008.

sobretudo, no fornecimento de alta tecnologia para a cartografia computadorizada. Mas, à diferença do Programa Alvorada, o PGE introduziu uma descontinuidade entre o planejamento e a execução. Uma comunidade deveria, primeiro, obter os recursos para o seu PGE no OP e, apenas depois de passar por todo o processo de planejamento, essa comunidade estaria apta a solicitar recursos para as diversas partes da intervenção, uma de cada vez, seguindo as prioridades estabelecidas no plano. Isso tornou o processo muito mais rígido e colidiu com a realidade dinâmica das favelas.

Procedimentos do PGE

O PGE foi legalmente instituído como uma condição para intervenções em favelas desde 2000, refletindo diretamente o método usado pela URBEL desde 1995. A lei define que ele deve incluir: levantamento de dados, diagnóstico e proposta, um cronograma de implantação, estimativas de custo e diretrizes para o parcelamento, o uso e a ocupação do solo.³⁰

A possibilidade de autogestão não é mencionada nessa lei. Seu pressuposto é a gestão pública com os tipos de participação que Arnstein chamaria de informação, consulta e apaziguamento. Para isso, forma-se um grupo de referência. Seus membros podem ser representantes da associação de moradores, de outros grupos comunitários e de grupos organizados das áreas de influência. De acordo com a lei, o grupo de referência deve acompanhar todos os passos do desenvolvimento do PGE, monitorando a alocação de recursos, mediando entre a comunidade e a administração pública, trabalhando como agente multiplicador dentro da comunidade e informando o órgão público de qualquer trabalho de construção ou atividade em desacordo com o PGE (o que de fato significa denunciar os vizinhos). Os membros do grupo de referência "não farão jus a remuneração" por tudo isso; sua recompensa é que "suas funções serão consideradas serviço público relevante".³¹

Um PGE é normalmente desenvolvido por uma organização privada de arquitetos, planejadores urbanos, engenheiros, assistentes sociais e, às vezes, geógrafos, juristas e estatísticos, selecionada pela URBEL mediante licitação pública. A comunidade não pode contratar ou

³⁰ BELO HORIZONTE, Lei 8.137/2000, art. 140.

³¹ Ibidem, art. 175.

despedir a equipe de planejamento; é apresentada a ela pelos técnicos da URBEL na primeira assembleia, que também serve para explicar o papel do grupo de referência e definir seus membros (em alguns poucos casos, a comunidade pede um prazo maior para discutir essa definição).

De acordo com um documento interno usado pela URBEL desde 1995, a primeira tarefa da equipe de planejamento é atualizar a base cartográfica por meio de um levantamento de campo que inclui informações básicas sobre cada família. Paralelamente, a equipe e o grupo de referência devem começar a mobilizar a comunidade. Segue-se o levantamento de dados para o diagnóstico. A URBEL e a equipe de planejamento, auxiliados por um estatístico ou demógrafo, fazem uma pesquisa por amostragem, semelhante a um censo, mas compreendendo também dados sobre o conhecimento que os moradores têm de organizações assistenciais, associações comunitárias e lideranças, bem como sobre sua avaliação geral das condições de moradia e vizinhança.

Isso é detalhado em três passos de diagnóstico: o físico-ambiental, o jurídico-legal e o socioeconômico e organizativo. O primeiro consiste, sobretudo, em pesquisa técnica de campo, começando pela base cartográfica atualizada e compreendendo características geológicas, saneamento e aspectos urbanos. O segundo envolve uma pesquisa muito morosa de registros fundiários. O último cruza dados entre o censo nacional, a contagem de domicílios e a pesquisa por amostragem. A equipe de planejamento deve ainda realizar pelo menos treze entrevistas individuais (com cinco líderes comunitários, um representante da juventude, quatro moradores antigos e três representantes de grupos engajados na comunidade), perguntando sobre a história do assentamento, instituições culturais, ONGs, facções internas, relações de poder, movimentos políticos organizados, canais de participação, engajamento nos processos do OP e necessidades e demandas gerais. Tais dados devem ser discutidos com o grupo de referência, sistematizados em "diagnósticos parciais" sobre cada um dos três aspectos acima e, finalmente, sintetizados num "diagnóstico integrado", que constitui o segundo produto do PGE e deve ser aprovado numa assembleia comunitária.

O produto final de um PGE, a chamada "proposta", apresenta soluções para os problemas diagnosticados ou, pelo menos, diretrizes para lidar com eles. Isso geralmente inclui a gestão de risco geológico, melhorias de saneamento e malha viária, parâmetros de densidade urbana, novos equipamentos públicos, remoção de moradias — para criar espaço para tudo isso — e definição e alocação de novos prédios

de apartamentos. Tais soluções e diretrizes, junto com a estimativa de custo e a definição de prioridades para as futuras demandas no OP, são discutidos com o grupo de referência e, de novo, aprovados numa assembleia comunitária.

Depois de terminado o PGE, a comunidade deve se mobilizar para obter recursos para cada uma das partes da intervenção via OP. Se for bem-sucedida, construtoras são selecionadas por licitação pública. Elas são responsáveis pelos projetos executivos, sem nenhuma participação da comunidade. A URBEL, por sua vez, é responsável pela fiscalização do trabalho das construtoras e por assegurar, com trabalho social e práticas de mediação, que a comunidade não resistirá à intervenção. Usualmente, a URBEL instala um escritório no local e contrata terceiros para assumir essas funções.

Em 2001, um ano depois da regulamentação do PGE, havia onze planos prontos à espera de recursos, quarenta e três planos em desenvolvimento e dezessete planos esperando para serem contratados com o orçamento municipal de 2002.³² Dez anos depois, apenas cinquenta e quatro planos haviam sido terminados. Não há estatísticas sistemáticas quanto às intervenções realizadas. De acordo com o website da URBEL, o Programa Vila Viva está sendo implantado em sete diferentes favelas [em 2012]. O intervalo entre planejamento e implementação (parcial) tem sido de pelo menos cinco anos.

Em 2005 a URBEL conseguiu outros recursos para executar o PGE do Aglomerado da Serra, uma grande favela no sul da cidade, rodeada por bairros nobres. Nesse momento, introduziu-se o nome *Vila Viva* para designar o programa responsável pela intervenção propriamente dita. Em 2008 a administração de Lula criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), alocando um montante significativo de recursos para a infraestrutura social e urbana, e tornando mais fácil obter recursos também para a implementação dos PGEs, isto é, para o Programa Vila Viva. Mas esses recursos financeiros são captados pelo município e não estão atrelados a nenhuma espécie de autogestão ou participação comunitária.

³² BRANDENBERGER, Plano Global Específico: um instrumento de planejamento urbano em assentamentos subnormais, 2002, p. 159.

Um passo ou um obstáculo?

Os modestos resultados quantitativos do PGE não devem ser usados como argumento contra esse método, porque quantidade não é nossa principal questão. O que importa são melhorias no ambiente urbano e nas condições de moradia que façam sentido para os supostos beneficiários, isto é, que eles percebam como melhorias qualitativas na sua vida cotidiana e nas suas perspectivas de futuro. O manifesto *Programa Vila Viva ou Vila Morta?*, bem como petições do Ministério Público contra a URBEL indicam que esse não é sempre o caso. Pesquisas qualitativas recentes acerca das intervenções do Vila Viva face às práticas cotidianas nas favelas demonstram a mesma coisa. ³³ Uma explicação detalhada dos conflitos levaria longe demais, mas cabe mencionar que os moradores reclamam, sobretudo, da perda de qualidades das quais provavelmente nem tinham consciência antes.

Para ilustrar isso brevemente, tomamos alguns extratos de entrevistas conduzidas por Izabel Melo no Aglomerado da Serra.³⁴ Sobre a nova malha viária, por exemplo, os moradores dizem que ficou mais fácil atravessar a favela de carro, mas não chegar a lugares dentro da favela a pé, porque muitos atalhos foram fechados. Aqui antes tinha uma escadinha que chegava ali ó. Era meio ruim, mas a gente chegava rapidinho.³⁵

Na comparação com a área (re)urbanizada, eles dizem que na favela: cada um tem o seu céu em cima; eles [os vizinhos] moram na minha janela; eu tinha duas varandas e uma vista linda da cidade; tinha quintal com cachorro, galinha, tinha minhas plantas medicinais; tinha laje e eu pretendia construir para minha filha ter o canto dela. Sobre os novos apartamentos, os moradores dizem que: não dá para mim trabalhar, eu não tenho espaço; agora só tô com um passarinho; onde estende roupa?; a gente é obrigado a ficar aqui, até eu juntar outro dinheiro; não vejo a hora de mudar daqui, as contas são muito altas, eu enjoei. ³⁶ Um menino que vinha de uma visita ao primo num dos novos apartamentos resumiu a diferença:

³³ MELO, O espaço da política e as políticas do espaço, 2009; NASCIMENTO, Participação popular na urbanização de favelas. 2011.

³⁴ MELO, O espaço da política e as políticas do espaço, 2009.

³⁵ Ibidem, p. 176 (morador entrevistado).

³⁶ Ibidem, pp. 140–172 (moradores entrevistados).

Não pode correr dentro de casa. Batê o pé. O prefeito falou. [...] Aqui não pode dar festa, fazer barulho, som ligado até de noite. No morro pode fazer o que quiser. Ninguém reclama, todo mundo faz. E são os mesmos vizinhos que estão aqui e lá! Acho que é porque aqui é apartamento, e tem lei. Lá não, a gente combina com o vizinho o que quer.³⁷

Melhorar a vida cotidiana e as oportunidades é improvável se as pessoas não podem decidir por si mesmas que qualidades importam, considerando a dimensão individual tanto quanto a coletiva. O pré-requisito para tal decisão é a autonomia, não apenas como liberdade de escolha entre opções dadas, mas como possibilidade de criar tais opções coletivamente e recriá-las ao longo do tempo. O menino citado acima chama isso de "combinar com o vizinho o que quer", em contraposição às "leis" e ao "prefeito" dizendo que crianças não devem correr dentro dos apartamentos. Embora isso soe engraçado, capta bem a ideia de uma instância externa definindo aspectos da vida cotidiana que não afetam ninguém para além dos 'vizinhos'. Portanto, não se trata de os especialistas compreenderem melhor as necessidades das pessoas. Cidadãos não são primariamente consumidores, tampouco estão interessados em consumir uma nova mercadoria espacial a cada vez que suas experiências e suas opiniões mudam. Acentuando mais uma vez a assertiva de Harvey, o ponto é o nosso direito humano de fazer e refazer nossas cidades e a nós mesmos.38

Isso nos leva de volta à pergunta se, no contexto do PGE, a participação é um passo em direção à autonomia ou se está essencialmente atrelada à heteronomia. Como já dito, a autogestão para a melhoria de favelas nunca foi seriamente debatida em Belo Horizonte. A participação prevista no método do PGE não dá à comunidade nenhum poder para tomar decisões diretamente; no melhor dos casos, lhe dá um pouco de influência sobre o resultado. A questão é, portanto, se práticas como a informação, a consulta e o apaziguamento favorecem o salto qualitativo em direção à parceria, à delegação de poder e, por fim, ao controle cidadão, ou se eles impedem esse salto. Dito de outro modo, a questão é se as práticas participativas num processo de PGE tornam indivíduos e instituições mais abertos e mais preparados para mudanças futuras na distribuição de poder.

³⁷ Ibidem, pp. 158, 166 (morador entrevistado).

³⁸ HARVEY, O direito à cidade, [2008] 2012, p. 74.

Um aspecto crítico nesse sentido é que o método do PGE obedece à sequência convencional do planejamento, com levantamento de dados, diagnóstico e propostas, que engata bem na sequência igualmente convencional de planejamento, construção e uso, como se o ambiente urbano fosse um produto acabado e não um processo em curso e em constante mutação, feito por pessoas capazes de agir segundo escolhas próprias. Embora essa contradição entre processos (urbanos) e produtos (planejados) não seja exclusiva das favelas, ela certamente é mais violenta em contextos nos quais as pessoas estão acostumadas a contar com as próprias iniciativas. Mesmo intervenções concebidas como 'estruturais' — em contraposição às pontuais — não paralisam a dinâmica de produção do espaço nas favelas; tanto é que as áreas (re) urbanizadas precisam ser fechadas e vigiadas para que não sejam 'favelizadas' novamente, isto é, usadas pelos moradores para propósitos não estabelecidos nos planos. A nosso ver, a única maneira de superar esse trabalho de Sísifo (os técnicos da URBEL o chamam de 'enxugar gelo') é um plano no sentido de John F. C. Turner, como um dispositivo que põe limites para abrir possibilidades de ações contínuas e não predefinidas. Mais do que "obrigar os atores a seguir linhas de procedimentos", o plano deve pôr "os limites para aquilo que os atores possam fazer por sua própria iniciativa e do seu próprio modo". ³⁹ O processo interminável de intervenção pública e entropia só pode ser superado no âmbito do espaço microlocal pelo engajamento dos moradores. Mas por que eles se engajariam em algo que não podem definir e redefinir coletivamente ao longo do tempo? Essa abertura é tolhida pela sequência prescrita de levantamento, diagnóstico, proposta, construção e uso.

Precisamente essa sequência estrutura todo o arranjo participativo do PGE e, inversamente, esse arranjo reforça a sequência convencional. Para começar, há a vinculação do PGE ao OP, como um pré-requisito para qualquer demanda. Embora a discussão da inutilidade de intervenções pontuais tenha sido bem pertinente em princípio, ela não levou a uma revisão crítica exaustiva dos procedimentos de planejamento ou da sequência planejar-construir-usar. Planejadores, administradores e mesmo líderes comunitários persistiram na visão de uma favela que, pouco a pouco, se aproximaria da situação idealizada num plano, até ficar 'pronta'. Ninguém parece ter feito a pergunta fundamental sobre como o planejamento poderia fazer sentido em combinação com as

³⁹ TURNER, Housing by people: towards autonomy in building environments, 1976, p. 105.

formalidades da administração pública, um orçamento limitado e um meio urbano em constante mutação, produzido por pessoas ativas. Assim, o problema é percebido como se estivesse na alocação de recursos públicos, não nos fundamentos do PGE. Ao mesmo tempo, a bem-intencionada vinculação das demandas a um plano prévio obstrui o próprio OP como um canal de engajamento espontâneo de comunidades auto-organizadas.

Planejadores que trabalharam com o método do PGE percebem as consequências, mas não necessariamente as causas da contradição entre a dinâmica urbana das favelas e a lógica do planejar-construir-usar. Eles tendem a ver o principal problema no intervalo entre o PGE e a intervenção real: "a comunidade perde toda a memória do processo [participativo]". Mas essa 'perda de memória' indica que os moradores foram convencidos a aprovar propostas que entenderam como um empreendimento externo, não como parte de suas próprias práticas. Mesmo se um plano fosse desenvolvido e implementado diretamente, em curto prazo, essas práticas persistiriam depois da intervenção, a não ser que as pessoas fossem forçadas a abandonar toda especificidade de seu modo de produzir espaço. Nesse sentido, o problema não é a descontinuidade, mas a própria sequência.

Um segundo ponto crítico, relacionado ao primeiro, é o fato de categorias e conceitos usados no processo de planejamento serem inteiramente baseados na perspectiva técnica, não no conhecimento e na experiência dos moradores. Isso pode acontecer, num processo que se pretende participativo, pela divisão da participação em duas instâncias: um grupo de referência, que precisa receber treinamento para compreender a linguagem técnica, e uma assembleia que deve confiar no grupo de referência. À primeira vista, o arranjo pode parecer indispensável, porque planejadores não estão acostumados a processos participativos e não sabem lidar com a situação de outro modo. Mas a questão crucial é que, com o tempo, a própria existência do grupo de referência se torna uma licença para prosseguir com as mesmas categorias, sem nunca as questionar. Juntamente com a sequência convencional do

⁴⁰ Constatamos isso nas entrevistas que nos foram concedidas por Maria Cristina Magalhães e Mônica Bedê (já referidas acima), e por Rogério Palhares, arquiteto-urbanista que coordenou a elaboração de PGEs, entrevistado pelas autoras em junho de 2011.

⁴¹ BEDÊ, entrevista, 2011.

planejamento, isso torna o processo quase inacessível a um membro 'ordinário' da comunidade.

O problema começa na fase de mapeamento e levantamento de dados: o tipo de informação coletado num PGE segue as necessidades dos planejadores e da prefeitura, consistindo num fornecimento unilateral de informação, não numa troca ou num diálogo. Ademais, há a incongruência entre a dinâmica urbana e o levantamento de dados como etapa à parte. Os planejadores reclamam que o levantamento toma tempo demais e é relativamente inútil porque, quando o plano está concluído, a situação já mudou completamente. Palhares observa que "a rigidez do planejamento convencional já é um problema na cidade formal, quanto mais nas favelas".⁴² Mesmo que a equipe de planejamento tente cumprir a exigência da URBEL, atualizando ainda a menor das mudanças, mapeamento e diagnósticos estão sempre correndo atrás da realidade urbana. Os planejadores sugerem que o levantamento deveria ser menos detalhado, mas não questionam a lógica na qual ele se funda.

Poder-se-ia objetar que o levantamento de dados é apenas a primeira etapa do processo e nem mesmo a mais importante. Contudo, a sequência convencional implica que essa primeira etapa leve diretamente à segunda (o diagnóstico), que por sua vez leva à terceira (a proposta) quase como um corolário lógico. Assim como os planejadores coletam e organizam informações de acordo com categorias técnicas, eles as medem a partir de padrões dados. Esses padrões não equivalem aos aplicados à cidade formal (há alguma reminiscência da discussão sobre a "tipicidade"), mas ainda assim são fixos. O que não lhes corresponde é diagnosticado como deficiência, independentemente do juízo dos moradores; e o que esses percebem como problemas tende a ser desconsiderado se não contrariar os parâmetros técnicos. A mesma coisa se dá com relação à proposta, determinada em grande medida pelas concepções prévias dos planejadores. Uma vez que uma situação foi estruturada segundo certas categorias, o processo de planejamento dificilmente se livra delas.

Diz-se que um problema bem enunciado já seria metade da solução. De fato, se quisermos melhorar uma máquina, curar uma doença ou mitigar a mudança climática, há a necessidade de traduzir o objeto em categorias inteligíveis para nós. Elas nos ajudam a entender o que está acontecendo e a elaborar maneiras de interferir. Isso funciona

porque máquinas, vírus e carbono não têm a capacidade de definir como governar a si mesmos. Não são capazes de autonomia. A mesma lógica não se aplica a pessoas, a não ser que se vise apenas à manipulação. Por isso não é necessário nem desejável que melhorias nas favelas comecem pela sua tradução em conceitos familiares aos especialistas, mas não aos moradores. Além disso, dado que esses conceitos provêm de uma tradição de planejamento urbano para a cidade formal, eles obscurecem o próprio contexto que deveriam elucidar. Os conceitos podem parecer claros (a nós), mas é provável que muitas vezes sejam apenas uma maneira rígida de eliminar o que não é familiar, uma ausência de novas ideias que faz perder muitos potenciais e características importantes. Em vez disso, deveríamos considerar o fato óbvio de que os moradores têm as mesmas capacidades intelectuais e criativas que outros seres humanos e que eles conhecem sua situação muito melhor do que qualquer grupo externo. Nesse sentido, um processo de planejamento com o objetivo de aumentar a autonomia coletiva se ocuparia primeiro das especificidades de um lugar e daquilo que o planejamento pode significar em cada contexto, em vez de começar pelo intento de enquadrar a vida em códigos técnicos. O mais importante é que o conhecimento técnico se coloque a serviço do que de fato está ali.

Mas há um terceiro ponto crítico, para além da sequência convencional do planejamento, das categorias técnicas e do fato de ambos estruturarem o tipo de participação usado no PGE e, inversamente, serem reforçados e legitimados por esse tipo de participação. Trata-se do desenvolvimento político dos indivíduos, grupos e instituições envolvidos. No processo do PGE, é muito limitado o interesse em alcançar uma comunicação real e em trazer conflitos à tona para discuti-los.

Talvez isso ocorra em parte por razões econômicas. Quanto ao grupo de referência, "recursos financeiros para pagar aos líderes uma razoável retribuição por seus prolongados esforços" não apenas não existem, como são proibidos por lei. Quanto à equipe de planejamento, ela não ganha mais por promover extensas discussões nem ganha menos por operar com uma participação 'não genuína'. Os procedimentos padrão da URBEL especificam a quantidade, mas não a qualidade das reuniões com o grupo de referência e das assembleias comunitárias. Na prática são necessárias apenas atas resumidas, listas de assinaturas e algumas fotografias para provar que a participação atendeu ao padrão.

Mas certa (falta de) cultura política também contribui para que se evitem comunicação e conflito. Mais do que pelo debate, o processo participativo no PGE se caracteriza pelo que Forester chama de "construção prematura de consenso". 44 O próprio termo 'comunidade' (que nós também usamos, por falta de outro tão facilmente compreendido nesse contexto) expressa o pressuposto de uma vizinhança de interesse comum, quando, na verdade, cada área abarcada por um PGE é composta de diferentes grupos, com diferentes estruturas, interesses e modos de negociação. Os planejadores tendem a negligenciar essa diversidade, apresentando a si mesmos como "tecnocratas informados" e "mediadores neutros". Eles agem ideologicamente, no seguinte sentido:

Se planejadores adotarem papéis que ignoram o mundo político, eles deturparão seriamente os problemas públicos e as oportunidades. Desviarão a atenção tanto das relações de poder quanto, mais importante, das maneiras pelas quais os cidadãos afetados podem agir para mudar tais relações de poder. Ideologias são distorções poderosas não porque não sejam claras. Antes, elas são tão claras, tão transparentes, que efetivamente deturpam a realidade social e política ao obscurecerem alternativas, encobrirem responsabilidades, encorajarem passividade e fatalismo, e justificarem a perpetuação de sofrimento desnecessário.⁴⁵

Quando se realizam as assembleias comunitárias, que deveriam ser um fórum político significativo, tanto a equipe de planejamento quanto o grupo de referência (para não falar nos técnicos da URBEL) tendem a direcionar as pessoas à aprovação dos produtos do PGE, um após o outro, sem as encorajar a realmente discutir o processo ou tais produtos. Cada produto é apresentado à comunidade de uma maneira que o faz parecer óbvio e lógico. É difícil protestar. Sendo concebido principalmente na perspectiva dos planejadores, de tradução da favela para os códigos da cidade formal, o diagnóstico e a proposta reforçam os preconceitos contra a favela e tornam mais difícil para os moradores valorizar as qualidades do espaço que produziram até aquele momento. É improvável que prevejam as implicações da perda dessas qualidades na vida cotidiana.

⁴⁴ FORESTER, Planning in the face of power, 1989, p. 153.

⁴⁵ Ibidem, p. 153.

O grupo de referência pode tentar fazer isso, mas, como ele trabalha gratuitamente, seus membros são quase sempre líderes comunitários ou pessoas que têm tempo para participar, tais como aposentados e outros que não trabalham. Para os líderes, preocupados em preservar sua influência na comunidade e fora dela (alguns têm acesso direto ao prefeito e a outras autoridades), há mais ganho político e menos risco num encontro aparentemente amistoso do que num debate ferrenho. E, para os membros 'ordinários' do grupo de referência, as relações de poder em jogo são dúbias ou invisíveis. Para citar apenas um exemplo, um homem idoso, membro do grupo de referência do PGE do Morro das Pedras, declarou numa audiência pública não saber "o que significa BGE [sic]"; mais tarde, ele disse que não entendeu o que era tudo aquilo e que "só queria ajudar a comunidade".46

Em termos mais gerais, a participação que depende de um grupo especial, convidado a se juntar a um canal privilegiado, tende a desmobilizar a comunidade como um todo, sobretudo quando esse grupo tem apenas funções representativas.⁴⁷ Seria diferente se ele tivesse poder de decisão e se esse poder lhe tivesse sido delegado pela comunidade: o grupo seria apoiado e monitorado coletivamente, trabalhando com a premissa de que cada membro seria um porta-voz de opiniões e decisões previamente discutidas com os outros moradores. Mas um grupo que é apenas uma 'referência' tende a travar o engajamento de outras pessoas e a favorecer a passividade.

Poder-se-ia argumentar que tudo isso não é uma participação genuína e que, portanto, não é uma evidência contra tal participação. O contra-argumento seria que não há maneira de prescrever 'engajamento sincero' ou 'participação honesta' como política pública. Na prática, a maioria dos planejadores e mediadores não tem as habilidades e a consciência política que seriam necessárias para seguir o conselho de Forester e promover uma comunicação melhor. Mas, se as tivessem, a qualidade do processo ainda assim dependeria da boa vontade e do caráter de cada indivíduo singular, em vez de depender de uma estrutura coletivamente definida e sustentada.

A esquiva de conflitos segue uma dinâmica política que ainda ocorre em muitas situações relacionadas a demandas sociais na democracia

⁴⁶ NASCIMENTO, Participação popular na urbanização de favelas, 2011.

⁴⁷ SOUZA, Mudar a cidade, [2001] 2010, p. 205.

⁴⁸ FORESTER, Planning in the face of power, 1989, p. 155.

brasileira: uma discussão inicial muito participativa é mais e mais restringida quando se chega às ações concretas e, por fim, desemboca em práticas bastante convencionais. Isso ocorreu na Constituinte, quando a emenda popular pela reforma urbana foi gradualmente suprimida e a maioria de suas demandas adiada para regulamentações posteriores; aconteceu quando o Estatuto da Cidade foi aprovado, treze anos depois, em teoria provendo instrumentos para democratizar as cidades, que na prática tinham que ser novamente regulamentados (no nível municipal); aconteceu em Belo Horizonte quando a representação popular do Conselho de Habitação foi reduzida e a possibilidade de autogestão em favelas desapareceu da agenda. Tudo isso é reforçado por uma atenção exagerada a formalidades e pela crença de que mudanças na legislação já significam mudanças na vida das pessoas.

Por outro lado, o próprio fato de que reivindicações de movimentos populares estejam incorporadas em novas leis e políticas parece dar aos atores envolvidos a certeza de que todo o contexto e as ações engendradas como seu resultado já sejam democráticos e participativos. Mas, na verdade, a participação no nível nacional ou mesmo municipal, que influenciou revisões e criações de leis e políticas, ainda não significa que os planos e as intervenções resultantes não sejam impostos de cima para baixo e percebidos como tais. O planejamento continua essencialmente heterônomo enquanto as condições locais e microlocais forem determinadas por regras a priori, mesmo que tais regras sejam aceitas pelos participantes. Democracia não emana de cima.

[2017] Política de remoções em Belo Horizonte

Ana Paula Baltazar | Márcia Costa | Cíntia de Freitas Melo | Fric Crevels | Lucas Furiati

Este texto foi motivado pela parceria do MOM, entre 2014 e 2015, com os grupos Cidade e Alteridade, e Pólos de Cidadania, ambos da Escola de Direito da UFMG, no desenvolvimento da pesquisa *Direito fundamental à moradia adequada: novos olhares sobre os impactos e efeitos das políticas públicas de assentamentos e reassentamentos em aglomerados urbanos em Belo Horizonte*, coordenada por Miracy Gustin, com financiamento da FAPEMIG. O texto articula os resultados dessa pesquisa relacionados às remoções no Aglomerado Santa Lúcia com resultados de outras pesquisas do MOM no Aglomerado da Serra e na Vila das Antenas no Morro das Pedras. O conjunto dessas pesquisas mostrou que a política habitacional em Belo Horizonte é fortemente caracterizada por remoções. A partir disso, foram discutidas diretrizes junto ao Ministério Público Federal para garantir a manutenção ou melhoria das chamadas condições sócio-espaciais.¹

Existe um paradoxo no histórico recente da política pública ligada à habitação de interesse social em Belo Horizonte. Não há dúvidas de um pioneirismo com a fundação da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), em 1983, tendo como uma de suas atividades promover a regularização fundiária de vilas e favelas. O pioneirismo começou com o PROFAVELA (também de 1983, simultâneo ao PREZEIS do Recife), cujo intuito era a urbanização de favelas, e não sua remoção, e continuou com a implantação do Conselho de Habitação, do Orçamento Participativo e dos Planos Globais Específicos (PGE), quando a Frente BH Popular (coligação de partidos de esquerda) assumiu a administração municipal em 1993, com Patrus Ananias como prefeito. Contudo, tal pioneirismo não se sustentou ao longo dos

Primeira publicação: Política Habitacional de Interesse Social em Belo Horizonte: projetos viários, investimentos nos capitais e remoções x melhoria das condições sócio-espaciais. In: Anais do XVII ENANPUR. São Paulo: ANPUR, 2017, on-line. Participaram da pesquisa os bolsistas Clycia Gracioso, Isabela Moreira, Marcus Bernardo e Octávio Torres, bem como os estudantes de psicologia e a professora Fabiana Baptista, da UNIBH.

anos, e uma série de distorções nas propostas iniciais culminaram no Programa Vila Viva, iniciado em 2005. Tal programa promove intervenções urbanísticas polêmicas, com tendência à gentrificação de favelas localizadas nas áreas mais centrais de Belo Horizonte. Segundo Edésio Fernandes e Helena Dolabela Pereira, "enquanto, desde a década de 1980, municípios como o Recife têm mantido programas de apoio à população carente para o reconhecimento de seus direitos fundiários, a atuação da URBEL na regularização fundiária de assentamentos em áreas públicas tem sido pouco expressiva".²

As favelas em Belo Horizonte foram definidas por lei desde 2000 como ZEIS-1, "regiões ocupadas desordenadamente por população de baixa renda, nas quais existe interesse público em promover programas habitacionais de urbanização e de regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando à promoção da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e a sua integração à malha urbana" (grifo nosso). Contudo, o interesse público que visa à melhoria da qualidade de vida dos habitantes das ZEIS tem sido negligenciado quando programas de intervenção urbanística, principalmente a abertura de vias, são impostos nos aglomerados, sem serem demandados pelas comunidades, gerando milhares de remoções e, consequentemente, a piora da qualidade de vida dos moradores removidos. Segundo Fernandes e Pereira:

Muitos dos projetos de engenharia de grande porte que têm literalmente rasgado várias vilas e favelas no meio — muitos deles ironicamente pagos com recursos do PAC, que deveriam promover inclusão socioespacial — não teriam sido considerados para outras partes da cidade 'formal', não apenas por seus enormes custos se levados em conta os valores reais da indenização, mas também porque a URBEL não ousaria tratar os grupos sociais mais privilegiados da cidade, portadores de títulos fundiários, da forma desrespeitosa como tem tratado os moradores de vilas e favelas [...]. No passado a URBEL alegava falta de recursos [...]. Agora [2010] que os recursos existem, é lamentável ver como esses têm sido usados para excluir, confirmando a tradição histórica da cidade planejada, onde as primeiras favelas foram fundadas antes da sua inauguração, já que não foi feita qualquer reserva de terras para seus construtores.⁴

² FERNANDES & PEREIRA, O fracasso da URBEL, 2010, s.p.

³ BELO HORIZONTE, Lei 8.137/2000, art. 137.

⁴ FERNANDES & PEREIRA, O fracasso da URBEL, 2010, s.p.

Mais de um século depois de sua fundação, a cidade ainda continua com uma política que leva à segregação sócio-espacial. A produção de moradias pela prefeitura não é suficiente para atender quantitativa e qualitativamente nem o déficit imediato gerado pelas remoções. Ou seja, a política habitacional atual tem aumentado o déficit habitacional em vez de contribuir para supri-lo, além de prover apartamentos inadequados aos costumes e desejos dos moradores. Isso tem gerado a expulsão dos pobres da cidade, e não sua integração à malha urbana, como proposto pela lei que define a ZEIS-1.

Importa notar que, ainda que os técnicos que trabalham na URBEL sejam em sua maioria muito bem-intencionados, a estrutura tecnocrática a que estão submetidos leva-os a defender expedientes que lhes são impostos sem que elaborem uma reflexão crítica sobre o próprio trabalho. Segundo Garry Stevens, se arquitetos tivessem consciência das relações de poder a que estão submetidos, a arquitetura não serviria para justificar a dominação dos dominantes. Assim, o problema não pode ser tratado apenas no âmbito da abordagem técnica, mas deve ser analisado em suas relações de poder. Logo, a atuação do Estado (no caso, o poder público municipal) deve ser discutida, para que seja possível entender os interesses que movem o Estado na promoção das intervenções urbanísticas analisadas neste trabalho. Para tanto, vamos nos valer das análises da chamada Escola da Derivação.

A teoria derivacionista do Estado

A produção do espaço nas vilas e favelas se faz por meio de práticas de resistência, mas também está intimamente relacionada ao modo de produção capitalista. As práticas de resistência escapam à racionalidade capitalista e buscam de forma criativa oferecer resposta a demandas e urgências cotidianas. A autoconstrução em áreas ocupadas irregularmente garante moradia para centenas de milhares de pessoas em todo o país. A favela, como já apontado por John F. C. Turner, ao contrário do que se pensa, não é problema, é solução.8 No entanto, para o poder público, a irregularidade deve ser combatida: nos

⁵ KAPP et al., Arquitetos nas favelas, [2012] nesta edição, v. 1, pp. 281–292.

⁶ STEVENS, O círculo privilegiado, [1998] 2003.

⁷ NAKATANI, Estado e acumulação de capital, 1987.

⁸ TURNER, Habitação de baixa renda no Brasil, 1968.

primeiros programas ligados à problemática das favelas, isso se deu pela remoção; atualmente, depois das críticas e dos enfrentamentos feitos pelos movimentos sociais, se dá por programas de urbanização e regularização fundiária, que mantêm algumas pessoas na favela, mas seguem removendo muitas delas.

A produção empreendida pelo Estado nas favelas se diferencia da autoprodução dos moradores pois manifesta a forma de organização da sociedade capitalista, criando as condições necessárias à sua perpetuação por meio da legislação e das políticas públicas. O Estado aparenta estar acima da sociedade — incluindo-se aí a comunidade e a classe capitalista —, interessado no bem-estar geral. Para tanto, adota o discurso de que suas intervenções visam atender interesses da população, tais como o direito à moradia para aqueles que não conseguem acessá-lo. No entanto, sua função é a manutenção do status quo, isto é, a manutenção das condições sem as quais o modo de produção capitalista não se reproduz.

Um dos pressupostos para a manutenção do modo de produção capitalista é o ideal da propriedade privada. Os programas desenvolvidos pelo Estado, como o Vila Viva, não discutem o direito de propriedade. Antes pelo contrário, reafirmam-no ao descreverem como um de seus objetivos a regularização fundiária de algumas das casas, ou seja, o ideal de conferir título de propriedade a alguns moradores. Ainda que saibamos que isso não tem sido levado muito a sério em Belo Horizonte — Fernandes e Pereira denunciam que apenas vinte e quatro mil títulos foram entregues em trinta anos9 —, não há nenhuma discussão mais ampla sobre direito à moradia que não passe pelo direito de propriedade. Vale ressaltar que mesmo a grande quantidade de remoções, com indenizações baixas e clara violação do direito de propriedade, não é suficiente para inserir no debate e nas políticas públicas outras formas de produzir o espaço que não as capitalistas. No embate entre direito à moradia e direito de propriedade, este último se sobrepõe de forma absoluta e prevalece nas políticas habitacionais.

Assim, o Estado moderno, atualmente também chamado de Estado contemporâneo, é um terceiro, que se pretende apartado dos capitalistas e dos trabalhadores. Ele se coloca como um mediador entre as relações sociais estabelecidas pelos outros dois atores, até nos conflitos oriundos das contradições emergentes. A existência dessas contradições permite

⁹ FERNANDES & PEREIRA, O fracasso da URBEL, 2010, s.p.

que o Estado funcione como garantidor das condições de perpetuação do modo de produção capitalista. Contudo, o Estado não está fora, mas é fruto dessas contradições, como afirma Engels:

O Estado, portanto, de modo algum é um poder imposto de fora à sociedade; tampouco é 'a efetividade da ideia ética', 'a imagem e a efetividade da razão', como afirma Hegel. É, muito pelo contrário, um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, tornou-se necessário um poder que apartentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'; e esse poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado.¹⁰

Para manutenção das condições do modo de produção capitalista, é necessário que o Estado aparente neutralidade e independência. No caso estudado, o Estado, por meio de uma de suas instituições — a URBEL —, estabelece o discurso de que as intervenções atendem ao interesse da comunidade, qual seja, a efetiva regularização fundiária garantindo a segurança da posse aos moradores. Esse discurso promove a instituição como parte desinteressada no conflito entre trabalho e capital, cujas ações visam ao bem maior, de toda a coletividade. Ou seja, é um discurso conciliatório, independente do que seja de fato executado (via de regra, a remoção de milhares de famílias).

A atuação estatal é fundamental para a reinvenção permanente do capital e, para tanto, são necessárias algumas concessões. Por isso o Estado às vezes aparenta adotar posturas progressistas, que podem se refletir em políticas públicas mais ou menos avançadas, ou mesmo em avanços legislativos. No entanto, tudo isso se dá dentro de um aparato burguês. O Estado é, portanto, um derivado capitalista.

No caso do Programa Minha Casa Minha Vida, fica clara a atuação do Estado investindo nos capitais. O subsídio habitacional oferecido pelo Estado aos moradores acaba direcionado de fato às empreiteiras,

ENGELS, A origem da família, da propriedade privada e do Estado, [1884] 2019, pp. 280–281; para a citação interna, cf. HEGEL, Linhas fundamentais da filosofia do direito, [1821] 2010, pp. 229, 313.

que recebem todo o valor do empreendimento e ainda decidem como, onde e o que construir. Cabe aos moradores acatar e pagar o empréstimo por muitos anos, perpetuando mais uma vez o modo de produção capitalista do espaço e reproduzindo as relações sociais de produção.

No caso das vilas e favelas, as políticas habitacionais são uma forma muito evidente de legitimação da intervenção do Estado. Como grande parte das moradias da população de baixa renda se encontra em situação de irregularidade e muitas vezes de precariedade, a sociedade passa a demandar do poder público a solução do problema. Desse modo, legitimado pelo clamor social, o Estado vem intervir nas vilas e favelas, mas não necessariamente visando mitigar os problemas das classes desfavorecidas. Sob a justificativa de lidar com o problema habitacional, o Estado tem empreendido projetos de regularização de vilas e favelas mais voltados para intervenções estruturantes, promovendo um grande número de remoções e adequando as áreas remanescentes ao aparato estatal burguês. A reurbanização insere as favelas na cidade formal, substituindo os costumes locais pelo ordenamento jurídico oficial, por meio da formalização dos imóveis e do desenho urbano que prioriza grandes vias. Isso insere a favela no mercado imobiliário. Ainda que, num primeiro momento, boa parte da produção imobiliária das favelas seja pautada pelo valor de uso (mesmo que tenha valor de troca), num segundo momento, com a intervenção do Estado, o modo de produção capitalista pauta tanto o repasse dos capitais do Estado para as grandes empreiteiras quanto a lógica do mercado imobiliário dentro das favelas. No Aglomerado da Serra, atualmente, boa parte da produção habitacional em áreas remanescentes se faz para gerar renda (aluguel), não para usufruto imediato. A maior parte do investimento do Estado no Programa Vila Viva na Serra foi destinada à construção de uma via de quatro pistas, ligando dois bairros de classe média.¹¹ Ou seja, ainda que uma legislação urbanística possa promover uma suposta igualdade de condições, o Estado atua de modo a garantir interesses da classe hegemônica.12

¹¹ FIGUEIREDO, Das políticas urbanas aos princípios jurídicos: percorrendo os caminhos da avenida do Cardoso, no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, 2014.

MELO, Aspectos da teoria derivacionista do Estado na produção capitalista do espaço, 2016; NAKATANI, Estado e acumulação de capital, 1987.

Expulsão da pobreza para a periferia da RMBH

A implantação do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra, que teve início em 2005, somou quase três mil famílias removidas em função das obras de infraestrutura e regularização fundiária. Os dados variam de acordo com a fonte, mas vale dizer que menos da metade dessa população foi reassentada nos empreendimentos habitacionais do Vila Viva — os chamados 'predinhos', oferecidos como alternativa à indenização pela URBEL —, enquanto as demais migraram para a periferia da RMBH, para outras cidades mineiras e mesmo para o estado da Bahia. As que se espalharam pela RMBH, foram, em sua grande maioria, para regiões de condições muito piores do que as que tinham no Aglomerado da Serra, que, embora sofra pressão imobiliária, oferece oportunidades de empregos e acesso a serviços e equipamentos urbanos.

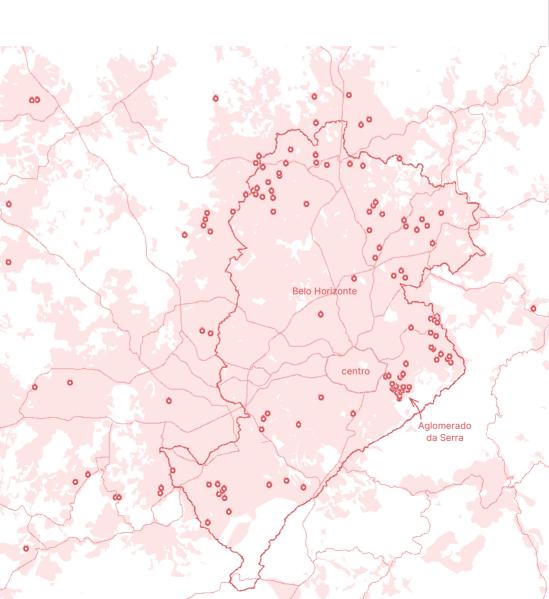
Cruzamos o mapeamento georreferenciado do destino das famílias removidas com dados censitários, para entender suas novas condições de inserção urbana. Ficou evidente que se trata majoritariamente de setores censitários mais pobres e menos providos de infraestrutura do que a região de origem (ainda que não sejam os de piores índices da RMBH). O mapeamento não especifica as situações individuais das novas moradias, mas indica uma preocupante aproximação espacial com os setores menos abastecidos da cidade, tendendo a reforçar as condições de precariedade dos locais de destino. A maioria dos endereços localiza-se em regiões sem calçada nos logradouros, sem iluminação pública, sem acesso à energia elétrica, sem sistema de esgoto e com lixo a céu aberto nas imediações. Os destinos estão em setores censitários em que predominam condições de moradias consideradas 'inadequadas' ou 'semi-inadequadas', e onde a renda mensal média dos responsáveis pelos domicílios é inferior à do Aglomerado da Serra.

Houve, portanto, uma evidente piora das condições sócio-espaciais dos moradores. O local de origem oferecia proximidade da região

¹³ Dependendo da fonte, registram-se de 2.269 a 2.883 remoções, e de 1.413 a 1.971 famílias migradas para outras regiões. O Vila Viva produziu 856 apartamentos no Aglomerado da Serra e, segundo técnicos da URBEL, reassentou 912 famílias nesses apartamentos ou em outras unidades do próprio Aglomerado (FIGUEIREDO, Das políticas urbanas aos princípios jurídicos, 2014).

O movimento coincide com o que Maricato constatou há tempos: as periferias das metrópoles têm crescido mais que os núcleos centrais, gerando o aumento relativo das regiões pobres no entorno das capitais (cf. MARICATO, Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana, 2001).

Destinos dos removidos no Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra para os predinhos no próprio Aglomerado e para periferias de Belo Horizonte e da Região Metropolitana (URBEL, MOM, 2013).



centro-sul da cidade, com os melhores indicativos em todos os aspectos de qualidade de vida urbana. Os locais de destino apontam um movimento de expulsão da população de baixa renda para a periferia com menos acesso a equipamentos urbanos e piores condições de moradia do que a região original. Evidencia-se, por um lado, que o Aglomerado da Serra passa por um processo de gentrificação, acentuado com o Programa Vila Viva, e, por outro lado, que há um prejuízo irreparável para os moradores removidos, que passam a ter dificuldade de acesso a equipamentos urbanos, gastam mais tempo e dinheiro com o transporte, e são alijados da possibilidade de envolvimento nas relações econômicas estabelecidas originalmente pela inserção privilegiada do Aglomerado na cidade formal.

Inadequação das alternativas de reassentamento

Além da expulsão da pobreza para a periferia, vale discutir a inadequação do que vem sendo oferecido como possibilidade de reassentamento: apartamentos e indenizações. Fazemos a crítica dos primeiros a partir da sistematização de entrevistas realizadas em 2013, com moradores de mais de cem apartamentos construídos pelo Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra. Já nossa crítica da indenização se baseia no cálculo utilizado pela URBEL, que levantamos numa pesquisa em outra favela de Belo Horizonte: o Morro das Pedras.

As referidas entrevistas são uma amostragem da insatisfação com as condições de vida e moradia das famílias removidas que permaneceram na região. Quando questionados sobre a pretensão de continuar a residir nos apartamentos, quase a metade dos moradores respondeu negativamente. Entre as justificativas destacam-se críticas gerais à moradia do tipo apartamento, ao seu tamanho e à ausência de espaço externo para cultivo de plantas ou criação de animais (os chamados *terreiros*). À pergunta sobre o tipo de moradia na qual prefeririam morar, dois terços dos entrevistados citaram *casa*, independente de sua localização. Ressalta-se também que um quarto dos entrevistados já não eram os beneficiados originais dos apartamentos, sendo que, desses, 59% haviam comprado seu apartamento, 13% o haviam trocado (por outro imóvel, carro etc.) e 28% moravam nele de aluguel. Em 38,2% dos domicílios, pelo menos um dos moradores já havia se mudado.

A administração dos condomínios também representa um fator problemático para a adaptação aos predinhos. Dos entrevistados, 38,1% disseram que no seu prédio não havia síndico ou outro tipo organização condominial. Essa falta de administração tende a comprometer as relações entre vizinhos — sem instância de mediação para resolução de conflitos internos —, além de dificultar a articulação de questões coletivas, como manutenção, pagamento de contas e a própria comunicação com a URBEL e outros órgãos públicos.

Quanto ao reassentamento promovido pela URBEL para viabilizar as remoções, as entrevistas apontam a demora para efetivar a mudança. Dos moradores originais entrevistados, apenas 25,5% haviam se mudado imediatamente para o apartamento; 5,4% se abrigaram em moradias de familiares durante o processo; e os demais 69,1% moraram de aluguel. Desse último grupo, 81,6% não contaram com subsídio para arcar com as despesas. O tempo de aluguel sem qualquer subsídio, à espera da entrega do apartamento, foi de dois anos em média, mas para 15% dessa pessoas foi superior a cinco anos.¹6

A demanda das pessoas por casas não significa apenas uma inadequação física. O problema é bem mais abrangente e refere-se à negligência do Estado quanto às condições sócio-espaciais. Apesar da rejeição inicial aos apartamentos, a população tende a aceitá-los pelo ideal de garantir a 'casa própria'. Grande parte dos entrevistados disse ter feito essa opção porque queria sair do aluguel ou pelo receio (justificado) de não conseguir uma indenização adequada. No entanto, os apartamentos são criticados por sua baixa qualidade, com reduzido espaço interno e de convivência. Faltou um acompanhamento pré e pós-morar suficiente para a adaptação a um novo tipo de moradia, incondizente com as necessidades e a cultura da população original, em termos tanto físicos (habitação verticalizada e multifamiliar) quanto organizacionais (estrutura condominial). Isso levou muitos dos 'beneficiários' dos apartamentos a gradualmente alienarem suas unidades para uma população externa, acentuando o processo de gentrificação e a periferização da pobreza.

Se considerarmos que o valor médio de aluguel para moradias populares era de R\$414,67 em 2007, quando começou a espera pelos apartamentos, e de R\$505,94 em 2008, resulta que a maioria das famílias reassentadas em apartamentos arcou com um valor de aproximadamente R\$11.000 no período da espera (cf. Pesquisas de aluguéis da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis [IPEAD], de julho de 2007 e julho de 2008).

Quanto às famílias que de fato rejeitam os apartamentos ou não podem ser contempladas, e que perfazem mais da metade dos removidos no caso da Serra, o recurso da URBEL tem sido a indenização. O cálculo dessa indenização considera apenas as benfeitorias, porque a companhia tem por prática não fazer a regularização fundiária antes da urbanização; o que, segundo Fernandes e Pereira, contraria a Constituição.

O discurso da URBEL nos debates públicos mostra que o órgão ainda não entendeu que, na nova ordem jurídico-urbanística da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade de 2001, existe um direito coletivo à regularização fundiária de assentamentos informais consolidados. Não se trata apenas de uma questão técnica e discricionária do Poder Público, que faz o que quer, quando quer, como quer. Mesmo que os direitos fundiários dos moradores não tenham sido formalmente declarados, a URBEL — afinal de contas, um órgão da 'administração popular' — deveria dialogar com eles não como beneficiários de favores do governo, mas como titulares de direitos próprios. Em especial, tal reconhecimento deveria se traduzir no cálculo adequado das indenizações quando a desapropriação for efetivamente necessária, como poderia ser o caso em qualquer outra parte da cidade.¹⁷

Um exemplo é o convênio firmado em 2010 entre a URBEL e CEMIG para a remoção de 376 famílias do Morro das Pedras. Do valor previsto de cerca de quinze milhões de reais, metade seria destinada à construção de apartamentos e a outra metade, às indenizações. Na prática, isso significou 112 apartamentos ao custo de cerca de setenta mil reais cada, e 264 indenizações de, em média, apenas trinta mil reais. Hoje [2017], as casas em toda área de servidão da linha de transmissão da CEMIG foram removidas, com exceção de um grupo auto-organizado na Vila das Antenas que vem resistindo bravamente. Mas os apartamentos já estão todos ocupados, e as casas desse grupo valem muito mais que os trinta mil reais previstos para cada uma. Aliás, uma planilha a que tivemos acesso estipulava a indenização de uma casa na Vila das Antenas (próxima a uma das regiões mais caras da cidade) por um

¹⁷ FERNANDES & PEREIRA, O fracasso da URBEL, 2010, s.p.

¹⁸ Para mais detalhes sobre esse caso, cf. MILAGRES, Processos de auto-organização sócio-espacial: práticas espaciais cotidianas em disputas por poder de decisão, 2016.

valor ainda mais baixo — apenas vinte e três mil reais. Obviamente seria impossível que essa família adquirisse qualquer imóvel na própria vila ou mesmo numa periferia bem provida. Além de o ofensivo cálculo da indenização desconsiderar o trabalho de autoprodução na construção das casas e o valor do terreno (a posse), negligencia a infraestrutura da região (saúde, educação, transporte, trabalho etc.) e as relações de vizinhança.

Em suma, fica claro que os recursos do PAC são usados para a construção de vias que beneficiam a cidade formal, sem preocupação com as condições sócio-espaciais das famílias nem interesse na manutenção das favelas em áreas nobres da cidade.

Condição sócio-espacial e sua violação no Santa Lúcia

O conceito de condição sócio-espacial dos moradores foi construído como o conjunto de fatores físicos do espaço da moradia e seu vínculo indissociável com as relações sociais, destacando-se o significado de vizinhança. Consideramos relevantes, como parte do conceito, a condição da moradia, o acesso a serviços essenciais e as relações de solidariedade e de trabalho.

Quanto às relações de trabalho, contemplamos como categoria analítica as formas de compartilhamento que interferem na renda pela prática do apoio mútuo como elemento de reprodução do trabalho.

A partir desse conceito, buscamos elaborar uma compreensão ampliada do Aglomerado Santa Lúcia, por meio de dados que alcançassem a valorização das dimensões sociais e culturais das vilas. Consideramos relevantes os aspectos que expressam as singularidades e o cotidiano dos moradores: suas relações de vizinhança, as redes de solidariedade tecidas para o enfrentamento das adversidades, as relações internas de trabalho e renda (produção e reprodução das condições de sobrevivência) e as relações estabelecidas com as comunidades do entorno.

As intervenções urbanísticas da URBEL voltadas para a infraestrutura e a habitação de interesse social têm se pautado prioritariamente pelos aspectos físicos e legais, negligenciando as condições sócio-espaciais dos cidadãos que moram nesses lugares. Importante como fundamento dessa linha de atuação é o fato de a regularização fundiária estar atrelada (e ser posterior) à intervenção nos espaços ocupados. Os resultados da pesquisa no Santa Lúcia mostram a falta de regularização

fundiária gerando insegurança na população por desconsiderar o direito de posse dos moradores, principalmente no caso de indenizações (como visto no Morro das Pedras).

O estudo no Santa Lúcia foi organizado articulando os métodos quantitativo e qualitativo num questionário que contempla aspectos que permitiram conhecer a condição sócio-espacial dos moradores. Os dados dizem respeito a: situação das famílias (número de pessoas, trabalho e renda), condições de moradia (situação e comprovação de propriedade, tempo de moradia no Aglomerado e na casa, tamanho, condições físicas do imóvel, satisfação dos moradores com o imóvel e desejos de reformas), relações de vizinhança (acesso aos serviços básicos como comércio, educação, saúde e lazer; redes de troca e de confiança; compartilhamento de trabalho e de sua reprodução), situação dos moradores diante da ameaça de remoção (nível de informação sobre a remoção, mobilização, clareza sobre o valor do imóvel, compreensão sobre a forma de reassentamento, o reassentamento desejado, conhecimento sobre famílias removidas e conhecimento sobre seus direitos).

Foram selecionadas duas comunidades no Santa Lúcia que já eram atendidas pelo Programa Pólos de Cidadania e que estavam na lista de prioridades para iniciar as remoções. A primeira leva de questionários foi aplicada na Vila São Bento e no Greenville, que tiveram suas áreas mapeadas, e, aproveitando o contato e a circulação dos pesquisadores nas comunidades, foi feito preenchimento de observações, percepções e conversas relevantes em diário de campo.

Algumas interpretações foram possíveis a partir dos dados obtidos. Verificamos que parte considerável dos moradores do Aglomerado é oriunda da capital e de cidades da RMBH. Importante também foi a constatação do tempo de permanência das famílias no Aglomerado: dois terços dos entrevistados já vivia ali por um período de dez a trinta anos, e parte considerável dessas famílias, sempre na mesma residência; o que indica um vínculo sólido de muitos moradores com o lugar. Constatamos que as famílias de permanência mais recente construíram identificações e laços com a comunidade, decorrentes do convívio e das formas de compartilhamento e de colaboração comuns no cotidiano dos moradores.

Os levantamentos feitos mostraram, no entanto, que as famílias com casa própria e as que moram de aluguel não têm tido tratamento adequado nos processos de remoção pela URBEL. As que possuem

casas próprias recebem indenizações muito baixas, calculadas a partir da avaliação das benfeitorias, como já dito. As que moram de aluguel, embora tenham vínculos na comunidade e demandem soluções justas para sua situação, não recebem nem sequer orientações da URBEL.

Mais de metade das famílias entrevistadas tem renda mensal entre meio e dois salários-mínimos, e 38% afirmaram receber algum tipo de auxílio, especialmente do Programa Bolsa Família. Portanto, são pessoas sem condições de complementar, com recursos próprios, o valor de uma indenização para a aquisição de uma nova moradia. Forçosamente precisariam buscar outro lugar para se instalarem, fora do Aglomerado. Contudo, a localização parece determinante para a sua qualidade de vida e seu interesse em permanecer ali. Quatro em cada cinco entrevistados trabalham nas redondezas e no próprio Aglomerado, e fatores de localização somaram quase a metade das respostas à pergunta sobre o que os entrevistados mais gostam na vila: em cada cinco, um citou a boa localização explicitamente, um citou aspectos relativos à localização (acesso a trabalho, ao centro da cidade, à saúde, a transporte, à creche e à escola), enquanto os demais citaram a boa convivência com a vizinhança e a tranquilidade.

Outro conjunto de dados evidenciou os vínculos dos moradores com a dinâmica de vida no Aglomerado. Eles usam o comércio local com frequência e estabelecem relações de confiança com os comerciantes. Além disso, existe uma expressiva rede de trocas de apoio, sem a qual a reprodução da vida e as possibilidades de trabalho e renda dificilmente estariam dadas. São comuns, por exemplo, mães que podem trabalhar fora porque há vizinhas que cuidam das crianças, ou casas que puderam ser construídas e reformadas porque há solidariedade entre os moradores para esse tipo de empreendimento.

Nas propostas de atuação da URBEL no PGE do Aglomerado Santa Lúcia, constatamos definições sobre a remoção de famílias das áreas de risco, a realização de obras de saneamento básico e a abertura de vias públicas. Por seu porte e amplitude, essas intervenções provocarão forte impacto nas comunidades, tanto para moradores quanto para o comércio e os serviços locais. Porém, o que se lê nos documentos oficiais é a aplicação de mecanismos de participação que não são dialógicos e funcionam mais como uma vitrine para evitar possíveis cobranças pela falta de transparência. Essa prática condiz com interpretações de Kapp ao abordar o espaço cotidiano e a questão da moradia.

A população é convidada a participar de processos cuja estrutura está prefixada e nos quais suas informações e opiniões têm pouco ou nenhum peso diante de ditames técnicos, econômicos e burocráticos. Embora seja preferível a processos sem nenhuma participação, essa modalidade de 'participação restrita ou instrumental' satisfaz o princípio de gestão democrática apenas formalmente e [...] até dificulta avanços para a autonomia.¹⁹

A julgar pelos depoimentos dos moradores, a URBEL não promove diálogos consistentes a respeito das intervenções. As informações sobre o processo de remoção são levadas a eles verbalmente, pelos técnicos, em reuniões ou visitas individuais. Parece que raramente — para não dizer nunca — convocam-se reuniões de todos os moradores afetados pela remoção para um esclarecimento coletivo. No cômputo geral das análises sobre a situação dos moradores e a relação deles com a URBEL, verificamos que prevalece a ausência de informações precisas, com tendência a práticas de participação institucionalizadas que, concretamente, não reconhecem a opinião e as reais necessidades dos moradores. Alguns apontam que, mesmo quando assinam acordos de reassentamento nos prédios, não lhes são concedidas cópias dos contratos. Denunciam também a falta de comprovantes, a falta de especificações de datas com alguma antecedência, bem como a falta de clareza e coerência nos discursos dos diversos técnicos.

Apesar de já haver remoções concretizadas e em andamento nas duas vilas onde foram feitas as entrevistas, dois terços dos moradores ainda não tinham acordado com a URBEL a sua forma de reassentamento. Das famílias que serão removidas, 43% não tiveram seus imóveis avaliados, outros 24% não souberam responder se suas casas foram avaliadas ou não. Dos 33% que tiveram a casa avaliada e conhecem o valor da indenização proposta pela URBEL, a metade afirma que ele não será suficiente para adquirir outro imóvel. Acreditamos que essa linha de atuação da URBEL gera intervenções descoladas da realidade dos moradores. Prevalece a tendência de precarização das condições de vida dos removidos e a imposição de padrões da cidade formal aos reassentados.

¹⁹ KAPP, Direito ao espaço cotidiano, [2012] nesta edição, v. 1, p. 395. Para a citação interna, cf. AZEVEDO, Estratégias de gestão, 2007, p. 90.

Manutenção ou melhoria das condições sócio-espaciais

A partir dos estudos brevemente apresentados aqui, propomos algumas diretrizes para a manutenção ou melhoria das condições sócio-espaciais, a serem observadas nos casos de remoção. Tais diretrizes vão desde a necessidade de a regularização fundiária preceder a intervenção, passando por apontamentos para cadastro continuado e participativo entre pré e pós-morar (visando ao conhecimento das condições sócio-espaciais e sua consideração para quaisquer intervenções, remoções e reassentamentos), bem como apontamentos para remoções e reassentamentos (visando a indenizações justas ou provimento de moradias adequadas aos costumes e desejos da comunidade, e ainda a possibilidade de arranjos produtivos alternativos integrando mão de obra local).²⁰

A primeira delas é que a regularização fundiária preceda qualquer proposta de intervenção. Mas, para regularizar, é necessário cadastrar as famílias. Nossas análises das percepções dos moradores quanto às práticas da URBEL em áreas de intervenções urbanas que resultam em reassentamentos e remoções mostram que tem havido uma objetificação do cadastro, não um trabalho continuado de levantamento das condições sócio-espaciais. O cadastro é encarado como etapa estanque, apenas destinada à identificação das famílias para posterior atuação das equipes de medição e reassentamento.

Contrapomos a essa prática a ideia de um cadastro das famílias substancialmente alterado, que deixaria de ser um mecanismo de registro de dados quantitativos sobre as famílias, passando a funcionar como um procedimento abrangente, contínuo e participativo (com remuneração dos participantes) para identificar as condições sócio-espaciais dessas famílias e os diversos interesses a serem contemplados quando de intervenções, remoções ou reassentamentos. Ele funcionaria para registrar relações de vizinhança existentes ou desejadas, que, no caso de se provarem necessárias remoções, poderá embasar a criação de novos grupos de afinidade para o reassentamento. Desse procedimento poderiam surgir intervenções que, em vez de violar as condições sócio-espaciais dos moradores, melhorariam ou pelo menos manteriam essas condições. O processo não continuaria fragmentado como é hoje, principalmente no

²⁰ Tais diretrizes foram elaboradas para o relatório final da pesquisa no Santa Lúcia (GUSTIN et al., Direito fundamental à moradia adequada, 2015) e embasaram ação em andamento do MPF contra a URBEL e a CEMIG por violações de direitos no caso das remoções do Santa Lúcia.

que concerne à divulgação de informação para a comunidade e à sua articulação coletiva. Atualmente, devido à fragmentação, as famílias não conseguem se articular e nem trocar informações sobre as possibilidades de reassentamento. Ficam a mercê da boa vontade dos técnicos da URBEL e, quando tentam se organizar e oferecer resistência, são punidos. No caso do Santa Lúcia, por exemplo, um grupo que ofereceu resistência foi fadado a ser o último removido, perdendo as chances de ser reassentado nos prédios no próprio Aglomerado (aviso dado por um técnico da URBEL, em tom de ameaça, quando começaram a resistir).

Outra medida importante seria possibilitar arranjos produtivos alternativos. Grupos auto-organizados podem gerir e executar obras com pouca ou nenhuma intervenção do Estado. Por um lado, grande parte dos moradores de vilas e favelas trabalha na construção civil e, organizados na forma de cooperativas ou similares, poderiam receber os recursos usualmente destinados às grandes empreiteiras com seus projetos totalizantes. Intervenções na escala cotidiana podem ser promovidas por esses grupos internos à própria comunidade e ainda favorecem uma continuidade entre projeto, construção e uso. Por outro lado, mesmo quando empresas externas forem contratadas, cabe garantir não apenas a participação dos moradores em todo o processo — sem manipulação por técnicos ou pelo Estado —, como também a possibilidade de autogestão das intervenções por grupos da comunidade.

São igualmente necessários instrumentos para coibir a especulação imobiliária e as ações individualistas de moradores que têm por intuito a valorização do próprio imóvel à revelia do bem coletivo. A propriedade coletiva, nos moldes das cooperativas uruguaias, pode ser uma forma de evitar a gentrificação e melhorar as condições sócio-espaciais dos moradores.

No caso de as remoções serem inevitáveis, apontamos a necessidade de a URBEL ou o órgão responsável pelas remoções obedecer as diversas recomendações acerca de apresentação de estudos que comprovem a não existência de alternativas viáveis para a manutenção dos moradores.²¹

²¹ Em todos os casos, devem-se observar os princípios básicos e orientações para remoções e despejos causados por projetos de desenvolvimento, da Relatoria Especial para o direito à moradia do Conselho de Direitos Humanos da ONU (2010). Ressalta-se ainda o comentário geral n. 7 da ONU, que prevê que uma remoção só poderá ocorrer se não houver outra saída, e deve garantir condições dignas de habitação às famílias removidas.

No caso de risco geológico, seria importante que fosse feito orçamento para obras de contenção, pois possivelmente provariam-se mais baratas do que a soma de indenizações justas (que levem em conta as condições sócio-espaciais dos moradores). No caso de risco social, mais importante do que remover é tentar trabalhar com a comunidade para sua manutenção no local no intuito de mediar os conflitos, sem contudo impor uma lógica de consensos. Faz-se urgente a atuação da administração pública junto aos grupos organizados da comunidade visando promover o debate e o fortalecimento da comunidade e de seu poder de argumentação e união a partir da aceitação das diferenças e do aprendizado de convívio com o dissenso.

No caso de remoções para a construção de obras viárias, apontamos a necessidade de intervenção do MPF e da defensoria pública, uma vez que ferem o princípio fundamental da ZEIS-1, que é a melhoria das condições de vida das pessoas que moram nas vilas e favelas. Tais empreendimentos são propostos claramente com intuito de contribuir de forma barata com problemas viários da cidade, além de promoverem obras de grande porte interessantes para os capitais das empreiteiras. Não contribuem para melhoria da vida dos moradores e, pelo contrário, em muitos casos têm impactos negativos no cotidiano das vilas por privilegiarem o tráfego de veículos, muitas vezes em alta velocidade, em locais que antes eram favoráveis aos pedestres.

No caso de remoções para outros fins, supostamente para beneficiar os moradores, recomendamos que as intervenções sejam desejadas e propostas pelos moradores observando-se duas premissas principais. A primeira é a melhoria da vida das pessoas e não a valorização dos imóveis. Isso é importante porque temos visto um processo de individualização crescente nas vilas gerando falta de articulação coletiva muitas vezes porque um grupo de moradores vislumbra a valorização de seus imóveis com as remoções, obras de melhoria física e consequente gentrificação propostas pela URBEL. A segunda premissa diz respeito aos técnicos deixarem de projetar seu próprio imaginário na idealização das intervenções e ouvirem mais os moradores.

Ainda no caso das remoções, devem-se promover reassentamentos adequados ou indenizações justas, levando-se em consideração, em ambos os casos, as condições sócio-espaciais dos moradores. No primeiro caso, a produção de novas moradias para reassentamento deve ser feita observando-se os desejos das famílias. Deve-se garantir que a nova moradia tenha condições melhores ou iguais à anterior,

incluindo o acesso a serviços como escola, trabalho, saúde, transporte, comércio etc. O artigo 31 do Plano Diretor de Belo Horizonte ressalta, dentre as diretrizes da política habitacional para a promoção do acesso à moradia digna: "possibilitar a melhoria do padrão das edificações nos programas habitacionais destinados à população de baixa renda" e "considerar os indicadores de conforto e sustentabilidade ambiental nos programas habitacionais". 22 Isso vem sendo negligenciado há anos com a reprodução dos 'predinhos' com apartamentos muito pequenos que não podem ser alterados. Nossa sugestão é garantir que técnicos estejam à disposição dos moradores (para isso existe a lei de assistência técnica)²³ para que sejam capazes de organizar seus próprios arranjos produtivos de autogestão e produção tanto para melhoria do espaço coletivo quanto individual. A ONG Usina em São Paulo, por exemplo, já demonstrou que é possível construir edifícios de múltiplos andares em sistema de autogestão com custo muito mais baixo que o da produção de mercado, embora gastando mais tempo.

Nos casos em que a indenização for a melhor alternativa, deve-se garantir uma retribuição justa por todas as perdas sofridas, materiais e não materiais. Quando a moradia também for fonte de subsistência para seus habitantes, a fixação do valor dos danos deve cobrir perdas comerciais, equipamento, estoque e perdas ou quedas nos ganhos ou renda.²⁴ Alguns outros aspectos também precisam ser considerados, visando ao levantamento das condições sócio-espaciais, a saber:

- Renda dos moradores (com influência forte para garantir que fiquem em ZEIS — quanto mais baixa, mais prioritário), qual o tipo de atividade geradora e se ela acontece na moradia ou depende de sua localização ou estrutura e se a composição da renda do grupo depende de algum tipo de bolsa/auxílio/benefício do Estado;
- Tempo de moradia na casa e na região;
- Quantidade de moradores do grupo ou família;
- Investimento na habitação (trabalho e material), quantidade de cômodos, usos e potencial de ampliação e melhoria (desejo dos moradores em ampliar/melhorar a moradia);

²² BELO HORIZONTE, Lei 7.165/1996, art. 31, incisos XVII e XVIII, acrescentados pela Lei 8.137/2000

²³ BRASIL, Lei 11.888/2008.

²⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções, 2010.

- Articulação com a vizinhança (engajamento dos moradores com melhorias da vila, ajuda mútua, rede de relacionamentos) e o tempo que os moradores ficam na vila diariamente;
- Fatores relativos à localização, tais como acesso a trabalho, saúde, educação, compras, lazer etc. e também viabilidade de executar trabalho de reprodução por motivos relativos à condição sócio-espacial.

O valor da indenização deve ser suficiente para a compra de uma moradia similar na mesma região ou região vizinha, mantendo suas condições sócio-espaciais. Para isso deve-se levar em conta benfeitorias e posse da terra (muito além da atual planilha da URBEL) observando-se o valor dos imóveis no entorno da região de moradia. No caso de condições precárias deve-se garantir a habitação digna e bem localizada (com acesso a trabalho, educação, saúde, transporte etc.).

Propõe-se a criação de um Conselho de Vilas, Favelas e Ocupações, e a criação de expediente para formação de grupos autogeridos que possam assumir as funções executivas do conselho nos seus aglomerados de origem. Isso se faz necessário para institucionalizar um espaço público de tomada de decisões sobre os procedimentos para intervenções em vilas e favelas de Belo Horizonte, independente do Conselho de Habitação. Essa instância seria constituída por representações do poder público, da universidade e da sociedade civil para deliberar sobre a forma de atuação nessas áreas da cidade, inclusive para definir uma porcentagem máxima de remoções. Paralelamente ao conselho, seria garantido às comunidades que se auto-organizassem para a autogestão o direito de proporem seu próprio procedimento, desde que respeitem o limite de remoções a ser estabelecido pelo conselho.

De modo a garantir a efetivação dos direitos dos moradores, sugere-se a criação do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento de Remoções e Reassentamentos, e a formação de grupos fiscais na própria comunidade credenciados pelo Comitê, visando à fiscalização de todo o processo de remoção (antes, durante e depois do despejo propriamente dito). Tal proposta se faz mediante a necessidade de controle social de atos que interferem de forma tão brusca na vida dos cidadãos. Imaginou-se a criação do Comitê, no âmbito municipal, composto por agentes do poder público, incluindo representantes da prefeitura de Belo Horizonte, por meio de seus órgãos competentes, bem como do Ministério Público e representantes da sociedade civil, principalmente representantes do próprio aglomerado ou localidade

onde acontecem as remoções. Com isso, busca-se garantir a observância das normas que orientam os despejos forçados, e prevenir abusos por parte do poder público.

Deve-se também recorrer à lei de assistência técnica, que "assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social". ²⁵ Para isso faz-se necessária a formação de técnicos que sejam críticos da atuação tecnocrática, missionária e artística. ²⁶ Assim, um projeto de formação técnica específica para atuação em vilas e favelas faz-se também necessário.

Procuramos mostrar que o Estado tem por prioridade o investimento nos capitais que movimentam a cidade e não a melhoria direta da qualidade de vida das pessoas, e esse tem sido claramente o foco da política habitacional em Belo Horizonte. Explicitar tal relação nos parece crucial para possibilitar qualquer ação no sentido de melhorar as condições sócio-espaciais dos moradores de zonas de interesse social. As diretrizes apontadas acima estão sendo discutidas com o Ministério Público Federal, para o estabelecimento de um procedimento a ser seguido em Belo Horizonte para melhoria ou manutenção das condições sócio-espaciais dos moradores no caso de intervenções urbanísticas, principalmente quando implicarem remoções e reassentamentos.

²⁵ BRASIL, Lei 11.888/2008, art. 1°.

²⁶ KAPP et al., Arquitetos nas favelas, [2012] nesta edição, v. 1, pp. 281-292.



discussões pedagógicas



[2014] Assessoria técnica e suas questões

Silke Kapp

Trata-se da transcrição de uma palestra para a *Oficina de Assistência Técnica e Direito à Cidade*, realizada pela Federação Nacional de Arquitetos, no Rio de Janeiro, em 2014. Seu intuito principal foi delinear as instâncias envolvidas nos empreendimentos habitacionais. O público era predominantemente de lideranças de movimentos de moradia e arquitetos engajados nos movimentos. Nesse contexto extra-acadêmico, não se incluíram notas nem referências explícitas aos autores de muitas das ideias mencionadas (Marx, Adorno, Lefebvre, Illich, Bourdieu etc.). Aqui, mantivemos esse caráter coloquial.¹

A intenção de quem vem a um seminário de assessoria técnica é, imagino, aprender a lidar com isso na prática. A disposição para reflexões gerais e abstratas costuma ser relativamente pequena. Mesmo assim, eu gostaria de lhes pedir licença e um pouco de paciência, para tentar elucidar as 'questões' da assessoria — esse é o título que me foi proposto — a partir de uma perspectiva mais ampla.

Também peço licença para fazer isso sem imagens. Há dez anos coordeno um grupo de pesquisa, MOM, e, ao longo desses anos, tivemos experiências com movimentos sociais, cooperativas, loteamentos associativos, conjuntos habitacionais, ocupações urbanas organizadas, favelas, quilombos, indígenas, ciganos, egressos de hospitais psiquiátricos, moradores de rua — enfim, com muitos grupos que geraram infinitas imagens que poderiam ser mostradas e certamente teriam algum valor de entretenimento e curiosidade. Mas essas imagens, mesmo que fossem vistas com um olhar crítico, não mostrariam as dificuldades e questões que estão realmente em jogo. No campo da arquitetura e do urbanismo, assim como na política e no marketing comercial, as cenas desse tipo de experiência estão assumindo uma função ideológica, porque elas

¹ Primeira publicação: Experiências em assessoria técnica e suas questões. In: Anais da Oficina de Assistência Técnica e Direito à Cidade. Rio de Janeiro: Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 2014, pp. 112–123.

parecem demonstrar ao vivo e a cores que a sociedade verdadeiramente democrática que queremos já está realizada: pessoas de origens sociais e etnias diferentes se comunicando, discutindo e se entendendo, tal como deve ser numa cooperação entre seres humanos livres e iguais. Acho que todos aqui sabem que não é bem assim.

A situação que temos hoje é, grosso modo, de quatro 'partidos' ou posições: movimentos sociais (compostos pelos chamados beneficiários e por lideranças), o Estado (prefeituras, ministérios, órgãos públicos), os capitais (construtoras, proprietários fundiários, bancos) e os técnicos (arquitetos, engenheiros, juristas, sociólogos etc.). Tais posições são representadas por homens e mulheres reais, que têm nome, endereço, boa índole, solidariedade, inteligência e muitas vezes amizade uns pelos outros, independentemente do partido a que pertencem ou que representam. Mas, no processo de execução de um empreendimento de produção ou melhoria habitacional ou urbana, essas pessoas operam a partir de suas posições sociais, com a perspectiva que essas posições lhes permitem e com as exigências e pressões que sofrem ali. Até certo ponto, esse condicionamento é consciente, mas há muitos aspectos em que passa despercebido. Como se diz, o peixe não sabe que está molhado.

Vou tentar esclarecer um pouco essas posições, para então propor a discussão das dificuldades que surgem quando elas se encontram no contexto de um empreendimento habitacional, especialmente quando ele é autogestionário. Dentre essas dificuldades, há algumas que são corriqueiras e evidentes, e que todos percebem e comentam. Há um segundo nível de dificuldades, mais velado e discutido apenas de vez em quando. E há um terceiro nível que quase nunca é explicitado, mas é sentido o tempo todo e condiciona todo o processo.

Eu gostaria que vocês tivessem em mente que tudo o que direi a respeito dessas posições se refere a estruturas e processos de uma sociedade, não ao bom ou mau caráter das pessoas individuais que eventualmente assumem tais papéis. Sei que é muito difícil abstrair daquilo que nos afeta pessoalmente. Mas considerem que uma das ideologias mais cruéis da nossa sociedade é a ideologia da personalização, isto é, a redução de todos os conflitos e dificuldades a culpas pessoais e de todos os privilégios a méritos também pessoais. Estamos tão acostumados a ouvir chavões — não fez porque não quis ou quem quer, chega lá ou, ainda, Silvio Santos começou como engraxate —, que parece que todo sucesso que alguém alcança depende da própria capacidade

e, inversamente, que todo insucesso é resultado da própria incompetência. O máximo que fazemos para aliviar as frustrações é procurar outros culpados, sem sair da lógica da personalização. Somos ensinados desde pequenos a não compreender dificuldades como manifestações de estruturas sociais que surgiram num longo processo histórico e que, equivocadamente, nos parecem naturais. Na verdade, essas estruturas não só não são naturais, como podem ser transformadas, desde que haja compreensão de como funcionam e discussões amplas e abertas sobre o que queremos que se tornem. Então, proponho começar aqui mesmo, fazendo um exercício de 'despersonalização'. Se vocês se identificarem com uma das posições ou dos papéis que vou delinear criticamente, e sentirem o impulso de se defender ou contrapor as especificidades de cada caso pessoal (que obviamente sempre existem), respirem fundo e lembrem-se de que não há do que se defender.

Recursos e posições sociais

Todos sabemos que vivemos numa sociedade de imensas desigualdades. Geralmente, elas são explicadas a partir de diferenças econômicas, que, como já mencionei, seriam resultado de mérito e demérito pessoais. A televisão, os jornais, as estatísticas e todas as instâncias oficiais classificam as pessoas pela renda, em classes A, B, C, D, E. Mas a pergunta interessante é: como essas pessoas chegam a tais posições e, principalmente, como elas se mantêm ou são mantidas nessas posições? Os casos lendários do pobre que ganha na loteria e logo volta a ser pobre ou do milionário falido que logo volta a ser milionário são indícios de que o lugar social não depende simplesmente dos recursos econômicos. Na verdade, existem outros tipos de recursos decisivos para isso.

Um deles é o conhecimento, num sentido bem amplo do termo, que vai desde formações escolares até regras de etiqueta, jeito de pensar e conversar, jeito de organizar e planejar a própria vida. Podemos chamá-los, genericamente, de recursos culturais. Outro tipo é a rede de relações pessoais a que se tem acesso e pela qual se consegue acionar, como que 'por procuração', recursos econômicos e culturais de outras pessoas. Podemos chamar isso, também genericamente, de recursos políticos. Até certo ponto, esses recursos podem ser convertidos entre si. Por exemplo, o adolescente de família abastada, que faz um intercâmbio no exterior e ali aprende uma língua, transforma recursos econômicos em recursos culturais; quando, mais tarde, consegue um emprego melhor

do que outros por causa disso, ele transforma esses recursos culturais de novo em recursos econômicos.

Então, a posição que um indivíduo ocupa na sociedade, inclusive a posição de classe, depende na verdade da totalidade desses recursos e não somente do dinheiro. E o acesso a esses recursos, infelizmente, até hoje depende muito mais do lugar social em que uma pessoa nasce do que de seu mérito ou esforço pessoais. Quando se explora um pouco mais a fundo essas relações, a conclusão é que a desigualdade econômica é antes consequência da desigualdade social do que a sua causa. Um país pode passar por um período de redução da miséria e até de redução da desigualdade econômica (que são duas coisas diferentes), sem que a desigualdade social diminua. Dentro desse quadro, quero delinear aqueles quatro grupos que mencionei no início.

Os beneficiários

Comecemos pelos beneficiários ou pelos grupos a que as assessorias técnicas se destinam. São pessoas, via de regra, pobres em todos os tipos de recursos: econômicos, culturais e políticos. Elas precisam lutar pela sobrevivência física e social, tiveram poucas oportunidades de formação e, principalmente, têm pouco tempo para fazer coisas além das urgências e dos compromissos cotidianos. Todos os pequenos entraves da vida podem se transformar em imensas dificuldades. Um filho que adoece significa um dia inteiro para chegar a um posto de saúde, ser atendido e pegar um remédio. Um documento que outras pessoas tiram na internet e imprimem em casa talvez signifique outro dia inteiro para descobrir aonde ir, ficar na fila... Apesar disso, essas pessoas conseguem achar tempo para participar de um movimento social, se organizar e batalhar por uma moradia, num processo que quase sempre leva anos e exige imensa paciência, à espera de decisões, desembaraços e ações que dependem de um aparato institucional quase totalmente nebuloso para a maioria delas. A perspectiva dessas pessoas é sair do aluguel ou da moradia de favor, regularizar uma propriedade, obter melhorias urbanas e domésticas, para ter mais sossego e alguma segurança econômica. O objetivo, pelo menos na maioria dos casos, não é mudar a cidade ou fazer a revolução. O movimento se organiza para obter um bem concreto, que é a moradia, não por ideais ainda relativamente abstratos, como a autonomia coletiva ou a sociedade dos seres humanos livres.

Algumas pessoas que ficam por muito tempo engajadas nesses processos começam a compreender melhor os elementos que estão em jogo e se tornam verdadeiros especialistas no manejo desse aparato (que é principalmente um aparato do Estado). São pessoas que se tornam lideranças porque sabem lidar com os representantes das instâncias formais, expressar e defender discursivamente os interesses de um grupo, usar a influência que têm sobre esse grupo junto àquelas instâncias e assim por diante. Elas adquirem, enfim, alguns recursos culturais e políticos que não tinham antes, passando a ocupar uma posição dominante dentro de uma classe dominada.

Os capitais

O segundo grupo de agentes está relacionado ao capital ou àquilo que entendemos pelo eufemismo 'iniciativa privada'. É o lugar social em que se concentram os recursos econômicos. Não vou desenvolver aqui a teoria da sociedade capitalista, mas quero lembrar alguns pontos que me parecem decisivos para a nossa questão. O primeiro: capital é uma forma de propriedade que só existe em movimento. Se todo o mundo guardasse o dinheiro no banco e plantasse no próprio quintal, o capitalismo acabaria imediatamente. O crescimento econômico capitalista também não provém da simples movimentação de dinheiro de um lado para outro. Ele depende da produção de bens (mercadorias) pelo trabalho humano, com ou sem máquinas, e organizado de uma maneira lucrativa. Para que a produção seja lucrativa, é preciso pagar aos trabalhadores um valor mais baixo do que o valor que criam no processo de trabalho.

Por exemplo, quando um empreendedor compra um lote, material de construção e o trabalho de pedreiros, projetistas, encarregados etc. e depois vende a casa a um preço mais alto do que o capital investido (e isso, mesmo que o lote não tenha se valorizado e a região continue igual), o valor que ele retira do processo foi criado pelo trabalho das pessoas envolvidas. Se os materiais e as ferramentas ficassem parados lá, não se valorizaria nada. O lucro que o capital obtém nesses processos tem uma única origem (seja direta ou indireta), que é o trabalho. O capital só continua sendo capital enquanto consegue organizar esse tipo de processo. Os trabalhadores que ele contrata para isso são de muitos tipos, mas a maioria pertence à mesma classe que enfrenta a precariedade habitacional e urbana. A manutenção de sua relativa pobreza é

uma condição para que a produção capitalista continue funcionando. (Às vezes somos iludidos pelo deslocamento geográfico da pobreza, mas é fato que, quando num país todos chegam a um bom nível de remuneração, o trabalho mal pago migrou para outras partes do mundo.)

Há um detalhe muito importante: o empreendedor do exemplo acima poderia abrir mão de parte do lucro para pagar um salário melhor aos pedreiros, deixar mais área livre no terreno ou vender a casa por um valor menor. Mas, quando o capital se torna anônimo — nas chamadas sociedades anônimas, que pertencem a acionistas —, isso fica impossível. A lei das sociedades anônimas prevê que nenhum dos seus administradores pode "praticar atos de liberalidade à custa da companhia". Ato de liberalidade significa dar algo a alguém pela simples alegria do presente e sem buscar vantagens secundárias. É um ato de generosidade ou de filantropia. Em outras palavras, a lei determina que não se pode fazer filantropia com o dinheiro dos outros. Nem se quisesse, a diretoria de uma construtora ou incorporadora poderia tomar uma decisão que reduzisse o seu lucro em prol do bem comum. (De resto, pessoas muito preocupadas com isso não costumam fazer parte de diretorias de sociedades anônimas.) O capital precisa se valorizar para continuar sendo capital, e quem assume a função de representá-lo nos processos sociais precisa fazer de tudo para que isso aconteça — a não ser, é claro, que decida pela revolução. Isso significa também que nenhuma dessas propostas fundamentadas na boa vontade da iniciativa privada para melhorar condições sociais ou ambientais faz qualquer sentido, pois a adesão de uma empresa implica uma redução do lucro em comparação às outras empresa, que não aderirem. A única forma de limitar a ação do capital em busca de lucro é a legislação, que impõe a mesma condição a todos os concorrentes.

Outro detalhe importante: nas últimas duas décadas houve mudanças no cenário da construção e incorporação imobiliária das cidades brasileiras, porque companhias limitadas se tornaram sociedades anônimas, e sociedade anônimas abriram seu capital, isto é, passaram a vender ações na bolsa de valores. Construtores menores, cujos escrúpulos individuais ainda pesam um pouco nas decisões e que teriam mais jogo de cintura, tendem a ser varridos do mercado habitacional popular ou financiado pelo Estado, porque não têm estoque de terra, economia de escala, lobby político e preço para concorrerem com as maiores.

Os empreendimentos habitacionais públicos ou com financiamento público interessam aos diversos capitais (construtoras, fabricantes

de insumos, bancos) porque representam oportunidades de produção lucrativa com venda garantida. Quanto mais rápido o processo, quanto mais padronizadas as unidades, quanto maior a quantidade no mesmo canteiro, melhor. Processos participativos pelos quais esses agentes sejam de alguma maneira responsáveis tendem a se tornar meras formalidades, despachadas da maneira mais rápida e com o menor esforço possível. Não há nenhum interesse em gastar tempo com eles ou em tirar dali projetos mais adequados ao desejo e às necessidades dos futuros moradores. Qualquer outra proposição seria ilusória. O único motivo para que as empresas invistam num processo participativo seria a vantagem indireta para a sua imagem. Mas mesmo nesse caso serão mais importantes o material audiovisual e os discursos que o projeto participativo produz do que seus resultados na vida cotidiana dos moradores. Isso não quer dizer que os agentes das outras posições — os movimentos, o Estado e os técnicos — não devam mobilizar essa possibilidade. Podem fazer isso, desde que não o façam ingenuamente, acreditando que a iniciativa privada promoverá, espontaneamente, o bem comum.

O Estado

O Estado é o lugar social em que se concentram os recursos políticos. Existem inúmeras teorias do Estado, desde aquelas que o interpretam como braço do capital, até aquelas que o veem como arena neutra. Não vou desenvolver nenhuma dessas teorias aqui, mas — como no caso do capital — quero destacar um aspecto que me parece relevante para a nossa questão: a função do Estado é manter a sociedade coesa, funcionando, e evitar a revolução ou a guerra civil. Portanto, todo Estado é conservador por definição. Sendo conservador, ele necessariamente controla e planeja. Isso, por sua vez, necessariamente gera um aparato burocrático. Um Estado pode controlar mais ou menos rigorosamente, pode planejar com maior ou menor eficiência, mas não existe Estado moderno que não faça essas duas coisas e que não tenha a sua burocracia. E observem que o controle e o planejamento do Estado precisam aparecer na sociedade para que cumpram sua função de coesão. Por isso, tão importante quanto os exercer é representá-los simbolicamente e legitimá-los discursivamente.

Quando partidos mais à esquerda assumem o governo, talvez controlem e planejem mais em prol dos trabalhadores do que dos capitais,

mas eles nunca desmantelam as hierarquias sociais existentes. Criam, por exemplo, programas habitacionais e instâncias participativas em que os movimentos sociais por moradia são representados, mas não desapropriam toda a terra urbana para redistribuí-la de modo mais justo ou segundo os princípios que a razão exigiria.

Apesar dessa função comum de coesão da sociedade como um todo, o Estado é fragmentado em inúmeras instâncias. Cada uma delas tem sua própria visão de como realizar sua porção de controle e planejamento e como fazê-los aparecer socialmente. Poder executivo e poder legislativo não se orientam pelas mesmas diretrizes; ministérios disputam entre si; órgãos dentro das prefeituras não se comunicam ou não se entendem; a esfera estadual disputa com a federal; e assim por diante. Daí sai uma salada de determinações, todas igualmente 'oficiais' e obrigatórias, mas muitas vezes contraditórias entre si. E, nas suas frestas, nas inúmeras instâncias em que é possível exercer influência sobre os diferentes agentes que compõem o aparato do Estado, diferentes interesses de toda a sociedade entram em jogo com maior ou menor peso, dependendo dos recursos políticos e econômicos de que os grupos dispõem.

As políticas habitacionais e urbanas são lugar de disputa entre capitais e movimentos sociais. Os movimentos querem moradias e facilidades urbanas, e suas lideranças também querem ampliar seus próprios recursos políticos e convertê-los, eventualmente, em recursos econômicos (por exemplo, assumindo um cargo). Os capitais querem que o Estado compre unidades habitacionais e obras de urbanização e garanta financiamentos para a clientela. A eles não interessam obras de reforma ou melhorias urbanas delicadas, nem programas autogestionários ou reservas de terra urbana bem localizada para fins habitacionais. As várias instâncias do Estado e seus agentes podem pender mais para um ou outro lado dessas disputas, mas, independentemente disso, não conseguem deixar de priorizar o controle e o planejamento, isto é, as próprias estruturas burocráticas. Nesse aspecto, entram em conflito tanto com os movimentos quanto com os capitais.

Ainda precisamos de uma especificação: uma parte (grande) do capital constitui o que se chama de capital financeiro. O processo de sua ampliação é correlato àquele processo de abertura das sociedades anônimas na bolsa de valores, que mencionei acima. A tendência à abstração dos contextos reais aumenta imensamente quando os bancos entram no jogo. Quando bancos atuam com dinheiro público (como

a Caixa no caso dos programas habitacionais) e passam a articular entre capitais e Estado, soma-se à obrigação do lucro a obrigação do aparato burocrático.

Os técnicos

Os técnicos são os personagens dessa constelação que concentram os recursos culturais, ou seja, conhecimentos de diversos tipos e os ideais que eles envolvem. Na hierarquia social mais geral, eles fazem parte das classes privilegiadas, mas dentro dessas classes ocupam posições subordinadas. Eles precisam trabalhar para sobreviver e não têm grande poder de decisão, embora tenham argumentos bastante persuasivos (os chamados argumentos técnicos). Enfim, eles ocupam de certa maneira a posição simétrica à posição das lideranças dos movimentos: são dominados dentro de classes dominantes, enquanto as lideranças são dominantes dentro de classes dominadas.

As funções desses técnicos surgiram historicamente para atender às instâncias que concentram recursos políticos e econômicos: o Estado e o capital. Toda a sua formação e suas rotinas profissionais são pautadas por esse fato. Os técnicos aprendem a controlar e planejar, a criar representação simbólica e legitimação discursiva, a racionalizar e padronizar, a solucionar entraves e, às vezes, também a inovar. No entanto, a identificação dos técnicos com essas instâncias não é total. Na sua posição de dominados entre os dominantes, às vezes se identificam com as causas da população desprovida de todos os tipos de recursos.

No campo da arquitetura e do urbanismo — que conheço melhor do que, por exemplo, os campos do direito, das ciências sociais e outros relacionados às assessorias técnicas —, essa identificação com a causa dos dominados no espaço social é periódica. Na década de 1920, ela foi muito alta; nas décadas de 1960 e 1970, também. Nas décadas de 1980 e 1990, que são o período de difusão da economia política neoliberal, a identificação foi baixíssima, tendendo a zero. Com exceção de alguns grupos marginais que persistiram na trajetória do engajamento social, os personagens e as publicações mais celebrados da arquitetura internacional se ocupavam de problemas de forma e linguagem, em que a sociedade e suas contradições compareciam, quando muito, metaforicamente. A nova guinada pode ser datada mais ou menos em 2001, que coincidentemente é o ano do atentado de 11 de setembro, bem como o ano da aprovação do Estatuto da Cidade no Brasil. Desde então, o

engajamento social se tornou parte do discurso corrente e das práticas acadêmicas e profissionais no campo da arquitetura, tanto aqui, quanto internacionalmente.

Mas isso não significa que os valores e dinâmicas inerentes a esse campo tenham se modificado completamente. Muitas vezes, a abordagem de cunho social tem um caráter tão abstrato, fictício e distanciado da realidade quanto os debates anteriores sobre a forma ou a linguagem. Princípios estabelecidos a partir do trabalho para o Estado e para os capitais — as áreas de atuação tradicionais dos arquitetos — tendem a persistir sem reflexão crítica. Por exemplo: a ideia de que todo projeto tem um autor; a ideia de que toda construção é precedida por um projeto em que, idealmente, tudo já foi decidido, orçado e aprovado antes do início da obra; ou a ideia de que a obra, uma vez construída, não deve ser modificada. Todos esses 'cacoetes' são, no fundo, expedientes de dominação, mesmo que os próprios arquitetos e urbanistas não tenham consciência disso, mas, pelo contrário, acreditem se tratar de procedimentos indispensáveis e bons em si mesmos. Assim, a tendência é que queiram estender tais procedimentos a todos, em vez de questionar sua pertinência.

Até o momento, os efeitos mais importantes do novo engajamento social foram as oportunidades de trabalho criadas para os profissionais e o prestígio que o engajamento confere no próprio campo, mas não ganhos para os grupos sociais aos quais o engajamento seria destinado. No entanto, uma reflexão crítica acerca do que tem sido ou poderia ser a atuação de arquitetos em contextos de escassez econômica, cultural e política é especialmente necessária na fase atual, porque essa fase inclui a possibilidade inédita de que arquitetos e urbanistas sejam contratados diretamente pelos movimentos. Antes, trabalhavam com projetos habitacionais e urbanos a serviço do Estado ou do capital, de modo que a população supostamente beneficiada era usuária, mas nunca coautora ou instância de decisão. Essa inversão poderia e deveria significar novas premissas para o emprego dos recursos culturais que os técnicos concentram.

Embates evidentes

Para concluir, passo então às dificuldades que o processo de assessoria técnica costuma implicar. Como eu disse no início, o primeiro nível de dificuldade é o daqueles embates evidentes, que vocês já devem ter sofrido e, também, discutido. Eles advêm do simples fato de que, objetivamente, as diferentes posições sociais e os diferentes papéis levam a diferentes prioridades.

Para os movimentos, as prioridades são o tempo e a boa condição doméstica e urbana de moradia na vida cotidiana — nessa ordem. O tempo vem primeiro, e isso significa que é melhor ter uma moradia razoável logo do que ter uma moradia incrível daqui a dez anos. Para os capitais, a prioridade obviamente é o lucro. Para o Estado — mais representado pelas prefeituras nesses processos —, as prioridades são o controle burocrático e os recursos políticos que o processo oferece via discursos e imagens. É mais importante iniciar uma obra do que a concluir. Para as assessorias, a prioridade é a sobrevivência profissional pela remuneração e, mais ainda, pela qualidade do resultado segundo critérios definidos pelos seus respectivos campos especializados e reconhecidos pelos seus pares.

Exemplos dessas dificuldades do primeiro nível são: a desproporção entre a pressa dos moradores, a morosidade dos processos burocráticos e o prazo reservado à concepção coletiva dos projetos; a impossibilidade de iniciar e terminar um projeto com um mesmo grupo (seja porque alguma instância burocrática filtra os beneficiários, seja porque a vida os leva a outros rumos ou porque as lideranças decidem outra articulação de pessoas para um empreendimento); a interferência controladora do Estado sobre os movimentos mesmo em empreendimentos ditos autogestionários; o abocanhamento de programas supostamente autogestionários por capitais de construção e incorporação; o boicote político; os efeitos drásticos das leis; a má-fé e a corrupção. Enfim, são fatos que conhecemos e dos quais falamos com relativa frequência.

Conflitos (ainda) reconhecidos

Um segundo nível de dificuldade é de conflitos ainda reconhecidos, mas mais velados do que no primeiro nível. Eles dizem respeito à formação das pessoas envolvidas no processo, às experiências que elas trazem e às maneiras pelas quais garantem sua sobrevivência social. Esse segundo nível de dificuldades provém do fato de que nenhuma das instâncias em jogo está realmente disposta a abrir mão dos recursos que tem. Os representantes do capital começam a 'emperrar' qualquer negociação quando se trata de compartilhar ou distribuir recursos econômicos; os representantes do Estado ficam alérgicos quando o compartilhamento

afeta recursos políticos; e os técnicos rechaçam a distribuição ampla dos seus recursos culturais ou conhecimentos. E todas as vezes que algum desses recursos é afetado, o respectivo partido grita, enquanto os outros nem compreendem muito bem o que se passa. Todos defendem a democratização, desde que não afete em demasia o próprio território.

Cito um exemplo entre arquitetos, mas imagino que entre juristas e outras categorias não seja muito diferente. O arquiteto examinador de projetos na prefeitura e o arquiteto que vai aprovar um projeto são 'inimigos' naquele primeiro nível, porque cada um está de alguma maneira defendendo um partido diferente. Mas, no segundo nível, eles falam a mesma língua e são solidários nos seus objetivos, porque os dois concordam que o projeto é necessário e que apenas pessoas especialmente formadas para isso devem elaborá-lo. Quando um projeto arquitetônico é aprovado naquela linguagem do desenho técnico, os dois — o arquiteto da prefeitura e o arquiteto que assina o projeto a ser aprovado — podem brigar, mas essa briga mesma é uma celebração dos recursos culturais e conhecimentos que só eles detêm e que os distinguem socialmente de outros grupos. A representação arquitetônica que ambos cultivam sempre foi, historicamente, um expediente de persuasão ou um expediente de comando, servindo ora para convencer alguém a realizar, comprar ou concordar com um projeto, ora para instruir o trabalho material no canteiro de obras. Desenhos de arquitetura não servem à compreensão ampla e democrática de concepções espaciais, nem para criar polêmica, abertura ou opções, mas para definir as coisas e eliminar ambiguidades.

Quanto aos outros atores de um empreendimento habitacional, os mais aculturados à divisão do trabalho intelectual aceitam e defendem a responsabilidade técnica dos arquitetos e o monopólio que ela implica. Assistentes sociais, políticos, empresários, juristas e até lideranças dos movimentos tendem a considerar lícita a existência de tais protocolos (que também praticam em outras áreas), enquanto a muitos beneficiários (em geral o grupo menos escolarizado) eles apenas parecem complicar desnecessariamente o processo.

Nesse segundo nível de embate, há três termos característicos que vale a pena acentuar, porque são usados a toda hora para indicar democratização, mas na prática servem para manter as relações sociais como estão: participação, empoderamento e aumento de renda.

Participação significa que os técnicos cedem um pouquinho dos seus recursos culturais aos beneficiários dos empreendimentos

habitacionais, mas continuam fazendo as regras, escolhendo a apresentação técnica, determinando em que momento outras pessoas podem dar palpite ou não e, enfim, tomando as decisões verdadeiramente importantes. (Nunca deveríamos usar os termos participação e autonomia como sinônimos, porque são opostos. Autonomia significa fazer as próprias regras, enquanto participar é apenas como estar na festa de outra pessoa.)

Empoderamento significa que o Estado cede um pouquinho dos seus recursos políticos aos beneficiários, mas sem lhes dar poder de verdade. Na maioria das vezes, o chamado empoderamento se limita à responsabilidade pela própria miséria. Assim, por exemplo, o Orçamento Participativo da Habitação, em Belo Horizonte, significou que os movimentos se tornaram responsáveis pela organização da 'fila da habitação' e que assumiram para si o ônus de escolher as famílias que ficarão fora desse processo. (Nunca deveríamos usar os termos empoderamento e emancipação como sinônimos, porque também são opostos. Emancipação significa estar livre de dominação, enquanto empoderar-se é apenas manter conversação com o poder já instituído.)

Aumento de renda ou poder aquisitivo significa que os capitais cedem um pouquinho de recursos econômicos aos trabalhadores — via programas públicos, financiamentos ou aumentos salariais — para que eles possam comprar as mercadorias produzidas, mas continuem não tendo dinheiro suficiente para empreender seus próprios processos produtivos (como cooperativas, por exemplo).

Dificuldades obliteradas

O terceiro nível é o das dificuldades verdadeiramente ocultas ou obliteradas. Elas dizem respeito a disposições que adquirimos ao longo da vida e que não são conscientes (não direi que são inconscientes, porque isso levaria a uma conotação freudiana que não cabe aqui). São disposições que nos parecem naturais e que são tão parte de nós mesmos que não conseguimos percebê-las. Refletir a respeito não ajuda muito, porque você pode examinar a sua consciência até o fim da vida que não vai encontrá-las lá. Ora, as formas como percebemos outras pessoas e reagimos a elas são inteiramente condicionadas por essas disposições. Da etnia ao porte de corpo e ao tipo de roupa, identificamos imediatamente a que grupo social alguém pertence e agimos de maneira específica, assim como esse alguém também fará conosco. Isso não significa

nenhuma agressão, violência ou discriminação imediata, mas significa uma diferença de representações e discursos que é difícil de admitir e mais difícil ainda de superar.

Exemplifico, de novo, a partir de dificuldades entre arquitetos e movimentos sociais ou beneficiários. Vamos imaginar que um movimento contrata um grupo de arquitetos para elaborar o projeto de um empreendimento habitacional. Naquele primeiro nível não haverá embates importantes entre a posição dos técnicos e a dos beneficiários. Podem diferir em algumas prioridades, mas as determinações que mais incomodam estarão postas pelos outros partidos, o Estado e os capitais. Até aí, tudo está bem. Já naquele segundo nível, é provável que surjam as dificuldades da linguagem técnica, da postura autoral dos arquitetos e coisas semelhantes. Mas digamos que esses arquitetos sejam suficientemente refletidos para usar, por exemplo, tipos de desenhos e outros instrumentos para que os beneficiários de fato compreendam o que está em discussão e participem das decisões de projeto. Então, no segundo nível, as dificuldades podem ser superadas com algum esforço.

O problema maior está no terceiro nível, o das disposições. Os arquitetos são, via de regra, provenientes da classe média e têm recursos culturais relativamente altos. Estão acostumados a dar a própria opinião, dizer o que querem ou não querem, confiar no próprio gosto e assim por diante. Eles imaginam que o processo participativo será uma conversa sobre os projetos e que nessa conversa cada um dirá o que pensa. No entanto, muitos dos beneficiários lidam com opiniões e gostos pessoais de outra maneira. Na escola e no trabalho, provavelmente foram condicionados a se submeter a opiniões e decisões de outras pessoas. No dia a dia, talvez resolvam questões coletivas mais pela ação do que por longas conversas. Aí, um arquiteto pergunta à queima roupa: O que você acha desse apartamento? Fazemos um processo autogestionário ou contratamos uma construtora? Pintamos de amarelo ou de vermelho? Além de muitas dessas perguntas não terem importância para as pessoas às quais são dirigidas, porque os aspectos que as preocupam são outros, é bem provável que elas se sintam constrangidas. Talvez tentem avaliar a situação e descobrir qual resposta os interlocutores esperam ou que resposta será mais vantajosa para o próprio grupo. Ou talvez apenas dirão qualquer coisa para se livrarem daquela situação incômoda. Sem perceber, os arquitetos se aproveitam disso e induzem confirmações daquilo que eles próprios pensam. Enfim, há nessa situação um potencial inimaginável de mal-entendidos e frustrações.

Outro exemplo de dificuldades relacionadas às disposições das quais não temos consciência são os modos como usamos os espaços e como nos sentimos bem ali. Certas condições do cotidiano nos parecem tão naturais, que imaginamos que todas as outras pessoas as sentem mais ou menos do mesmo jeito. Parece que nem é necessário conversar a respeito. Quando arquitetos trabalham para pessoas que pertencem ao seu próprio grupo social, não há mesmo muito o que discutir, porque esse padrão espacial é compartilhado. Mas, quando trabalham para pessoas num espectro social muito mais amplo, onde já não há um mesmo padrão de comportamento espacial ou de uso do espaço, a coincidência deixa de ser automática. Mesmo assim, é difícil os arquitetos e os beneficiários conversarem a respeito, porque cada um acha o seu próprio padrão tão óbvio que nem percebe que ele precisaria ser explicitado.

Tais dificuldades se complicam ainda mais pelo fato de as pessoas — todas elas, incluindo os arquitetos — não estarem habituadas a discutir para levantar as diferenças e ver o que se pode tirar delas. A existência de dissenso gera uma espécie de pânico, como se qualquer cooperação ficasse impossível quando diferenças são postas na mesa. A maioria prefere ficar apenas com os consensos e resolver eventuais diferenças por outras vias, que não a discussão. Aquele pensamento do tipo 'deixa quieto que depois a gente resolve' me parece prevalecer na maior parte dessas interações. O problema é que disso saem decisões que cada grupo ou partido quer, no fundo, levar para um lado diferente.

Superar essas dificuldades exigirá pensar e conversar muito mais do que temos feito. O fato de vocês estarem promovendo este evento já é uma pequena contribuição para isso.

[2017] Extensão do conhecimento das águas na cidade

Roberto E. dos Santos | Silke Kapp | Margarete de Araújo Silva | Tiago Castelo Branco Lourenço

A versão original deste capítulo foi apresentada no XVII ENANPUR, como síntese dos resultados parciais do projeto de pesquisa e extensão Águas na cidade, coordenado por Roberto E. dos Santos. Ele introduz uma discussão acerca do significado e das possibilidades da extensão universitária, para então descrever o trabalho realizado em parceria com a escola pública Edson Pisani, localizada numa favela em área de cabeceira. Objetivo desse trabalho foi conceber e experimentar, junto com as professoras e as crianças, materiais didáticos relativos ao tema da água, que estimulassem a compreensão das manifestações concretas do ciclo hidrológico naquele espaço. Para esta edição, reformulamos a redação sem alterar argumentos e conteúdos.¹

Pano de fundo

Nos últimos cem anos, o ensino superior brasileiro passou de um modelo baseado em mera transmissão de conhecimento a um modelo baseado também na sua produção. Isso aproximou o ensino da pesquisa e consolidou a ideia de universidade como uma instituição que é mais do que um conglomerado de cursos de nível superior. Apesar desse avanço, a universidade permaneceu elitista, não atendendo à totalidade das demandas sociais. Apenas mais recentemente ganhou força um terceiro elemento que ampliaria essa abrangência: a extensão universitária. Ela é mencionada no artigo 207 da Constituição de 1988, que reza que "as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Eventos como o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Brasileiras, de 1987, e documentos como o Plano Nacional de Extensão, de 2000–2001, foram marcos do esforço para consolidar a extensão nas universidades. O plano lhe atribui "a função básica de produtora e de socializadora

¹ Primeira publicação: A extensão do conhecimento das águas na cidade. In: Anais do XVII ENANPUR. São Paulo: ANPUR, 2017, on-line.

do conhecimento, visando à intervenção na realidade, possibilita[ndo] acordos e ação coletiva entre universidade e população".

Entretanto, interpretações e incorporações desses princípios têm sido heterogêneas. Hoje, a extensão universitária no Brasil se traduz em ações que vão de cursos a prestações de serviços, de assistencialismo messiânico a assessorias técnicas e parcerias com coletivos autônomos.² Ainda que as ações tenham por pressuposto comum a intenção de levar o conhecimento formal para fora das universidades, essas diferenças de concepção determinam diferenças nas relações internas à própria universidade e nas relações com instituições externas como o Estado, as empresas e os grupos sociais alvos de ações extensionistas.

Diante disso, a tarefa de explicitar criticamente as práticas extensionistas se impõe a todos que queiram ampliar a capacidade de formação crítico-reflexiva e veem na extensão um caminho para aproximar a universidade da sociedade. Trata-se da aposta de que a incorporação da extensão ao ensino e à pesquisa impactará positivamente currículos e práticas docentes, objetos e métodos de pesquisa, categorias de análise e matrizes historiográficas e epistemológicas. Ela significaria uma mudança no âmbito da educação, para a formação de sujeitos críticos, autônomos, capazes de provocar novas situações educativas. Sobretudo, a extensão pode ajudar a corrigir uma "injustiça cognitiva" histórica, que excluiu das discussões acadêmicas muitos temas e muitas pessoas.³

A implementação desse novo arranjo põe muitos desafios. O mais difícil talvez seja o de "educar a todos, em uma escola que se construiu sobre um modelo de sociedade desigual e excludente e que reproduziu tal modelo tanto nas práticas pedagógicas desenvolvidas no interior da escola, quanto na formação inicial dos professores". 4 Cabe aos ambien-

- Há pelo menos três concepções claramente distintas. A primeira e mais antiga vê a extensão como prestação de serviços de caráter assistencialista, consistindo em ações esporádicas para a solução imediata e paliativa de problemas sociais, sem discussão dos fatores que os provocam nem incentivos a formas de intervenção organizada. A segunda concepção, formulada no bojo dos movimentos sociais, vê na relação entre extensão universitária e sociedade a possibilidade de ações transformadoras. Ela influenciou a formulação elaborada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. A terceira concepção, mais recente, vê a extensão como atendimento a demandas externas, mas que já não são carências, e sim expectativas de serviços e produtos de caráter comercial (cf. JEZINE, As práticas curriculares e a extensão universitária, 2004).
- 3 MOITA & ANDRADE, Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação, 2009, p. 270.
- 4 FONTOURA et al., A tríade: ensino, pesquisa e extensão na construção de escolas inclusivas, 2009, p. 1365.

tes de ensino e aprendizagem que buscam a integração entre pesquisa, extensão e ensino a dupla tarefa de construir práticas de ensino coerentes e, ao mesmo tempo, desmontar criticamente a própria estrutura a que estão submetidos. Não se trata mais de afirmar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mas de ultrapassá-la por meio de uma interface integradora que tenha por compromisso primário a produção de conhecimento relevante para todos.

Ensino, pesquisa e extensão nas vilas da Serra

Desde 2013, o grupo MOM vem realizando pesquisas, ações de extensão e disciplinas de graduação com vistas ao desenvolvimento de uma história da urbanização e das obras públicas de Belo Horizonte, e de instrumentos de análise e transformação urbanas. O projeto de extensão Águas na cidade, aqui apresentado, se integra a esses objetivos.⁵ Ele partiu de uma constatação simples, baseada em inúmeras ocasiões de discussão pública da questão urbana envolvendo planejamento participativo, organização comunitária, fóruns regionais e nacionais, e conselhos municipais: grande parte da população desconhece as manifestações concretas do ciclo hidrológico. Embora muitos tenham conhecimento abstrato do tema (aprenderam a sequência de precipitação, escoamento, armazenamento, evaporação, condensação) e alguns tenham também conhecimento acerca do próprio espaço cotidiano (onde há nascentes na vizinhança, que parte da rua alaga etc.), raramente relacionam esses fenômenos com clareza e contundência. Poucas pessoas sabem, por exemplo, a que bacia pertence sua moradia ou em que medida cada quintal cimentado e cada monte de areia na calçada contribuem para aumentar as enchentes. E ainda mais distante do que as soluções técnicas está a perspectiva de que nascentes, córregos e rios urbanos são recursos preciosos para a qualidade de vida nas cidades. Entendemos que uma mudança de posturas e de ações individuais e coletivas a esse respeito depende, para além dos instrumentos técnicos e administrativos, de uma ampliação horizontal

O projeto foi aprovado e financiado pelo Edital ANA-CAPES/ DEB n. 18/2015, do Programa de Apoio à Produção de Material Didático para a Educação Básica — Projeto Água. São colaboradores do projeto os professores: Eduardo Fleury Mortimer (FAE-UFMG); Geraldo Magela Costa e Heloisa Moura Costa (IGC-UFMG); Nilo de Oliveira Nascimento (EE-UFMG); Margarete Maria de Araújo Silva, Rogério Palhares Zschaber de Araújo, Roberto E. dos Santos e Silke Kapp (EA-UFMG).

do conhecimento. Ela seria fundamental para qualquer iniciativa de preservação ambiental, prevenção de risco ou outro tipo de decisão quanto a intervenções físicas nas cidades.

No projeto Águas na cidade, trabalhamos em parceria com a Escola Municipal Professor Edson Pisani, a EMPEPI, cujo edifício se localiza numa encosta da bacia do Córrego do Cardoso, tributário do Ribeirão Arrudas, que atravessa a cidade de Belo Horizonte do sentido oeste-leste até desembocar no Rio das Velhas, por sua vez, tributário do Rio São Francisco. Partimos do reconhecimento do papel e do significado da água nas relações entre o edifício da escola e seu sítio de implantação para, junto com os seus alunos e professores, conceber e experimentar materiais didáticos relativos ao tema da água. A bacia do Cardoso constitui um exemplo típico dos problemas e das oportunidades relacionados à água em meio urbano hoje. Ela está em parte ocupada pelas vilas do Aglomerado da Serra e em parte pela cidade formal, apresentando os pontos críticos característicos de ambas: erosão, assoreamento, enchentes, deslizamentos, poluição por dejetos domésticos, falta de abastecimento da população etc. Ao mesmo tempo, essa bacia também oferece possibilidades de recuperação da relação humana com a água, pois em muitos trechos o Córrego do Cardoso ainda está em leito natural, em meio a expressiva cobertura vegetal.

Na EMPEPI, trabalhamos com professoras e alunos do quinto ano do ensino fundamental, ao longo do primeiro semestre de 2016. No segundo semestre do mesmo ano, articulamos atividades com os alunos da EMPEPI e uma disciplina de graduação na UFMG, de que participaram estudantes de Arquitetura e Urbanismo e Ciências Ambientais, com o objetivo de compreender os problemas gerados pela água no edifício da escola e no seu entorno imediato. O material didático aqui apresentado resultou desse conjunto de atividades.

Pedagogia

Quatro premissas orientaram a produção do material didático experimentado: ampliar a compreensão das manifestações concretas do ciclo hidrológico e do impacto da urbanização sobre a dinâmica das águas na natureza; respeitar o conhecimento empírico prévio dos estudantes

⁶ A disciplina foi proposta por Roberto E. dos Santos, Margarete Araújo Silva, Silke Kapp, Ana Baltazar e Tiago C. B. Lourenço

como condição para incorporação do conhecimento formal e para construir uma abordagem dialógico-interativa; utilizar procedimentos simples e softwares livres, para facilitar o acesso ao material didático; e promover a autonomia coletiva de todos participantes.

Nosso primeiro dilema dizia respeito aos conteúdos com os quais trabalharíamos. Havia alguns conceitos que julgávamos essenciais — meio ambiente, cidade, urbanização extensiva, capacidade de suporte e bacia hidrográfica⁷ —, mas a questão acerca do que seria relevante ensinar e aprender sobre a água tinha que ser posta à escola e contraposta ao currículo oficial. Assim, começamos por uma análise crítica, junto com os professores da EMPEPI, dos conteúdos estipulados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Neles, a relação entre água e assentamentos humanos comparece como parte do tema transversal Meio Ambiente. Temas transversais são conteúdos a serem trabalhados por diversas disciplinas em conjunto e a partir de um programa comum. Os PCN enfatizam o ciclo da água e sua dinâmica de funcionamento no interior das bacias hidrográficas, indicando que as reflexões acerca do tema devem partir do contexto local em que se situa a escola. Concluímos que a ementa é bastante completa:

O conhecimento de formas de aproveitamento e utilização da água pelos diferentes grupos humanos; a compreensão da interferência dos fatores físicos e socioeconômicos nas relações entre ecossistemas; a construção da noção de bacia hidrográfica e a identificação de como se situam a escola, o bairro e a região com relação ao sistema de drenagem, condições de relevo e áreas verdes; o conhecimento das condições de vida nos oceanos e sua relação com a qualidade da água dos rios permitem aos alunos o entendimento da complexidade da questão da água e sua historicidade, a necessidade desse recurso para a vida em geral e os processos vitais mais importantes dos quais ela faz parte.8

Para o conceito de meio ambiente por uma perspectiva cultural, cf. ACSELRAD, Grassroots reframing of environmental struggles in Brazil, 2008. Para o conceito de cidade como rede de intrincados processos simultaneamente humanos, físicos, discursivos, culturais, materiais e orgânicos, cf. SWYNGEDOUW, Metabolic urbanization: the making of cyborg cities, 2006. Para o conceito de urbanização extensiva, cf. MONTE-MÓR, A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo, 2005.

⁸ BRASIL, Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, 1997, p. 208.











Num segundo momento, partimos para a análise do material didático disponível para o trabalho como os alunos da EMPEPI. Fizemos três rodadas de conversa acerca dos conteúdos dos livros de Ciências, Geografia e História, em que o tema da água aparece. Essas conversas — que chamamos de oficinas de conteúdo — revelaram lacunas, imprecisões, contradições, incorreções e, principalmente, um alto grau de abstração, tornando os conteúdos muito distantes da realidade dos alunos.

Tanto pelos livros didáticos efetivamente utilizados na EMPEPI quanto por outros que examinamos, ficou evidente que suas representações do ciclo hidrológico, por exemplo, suprimem a complexidade da dinâmica da água na natureza e os efeitos da ação humana sobre ela. Praticamente não há menção a alterações nos leitos dos cursos d'água, redução das taxas de permeabilidade do solo, ocupação indevida de áreas de várzea etc. Por outro lado, os livros insistem no racionamento do consumo doméstico, com uma tendência a atribuir aos cidadãos comuns a culpa pela crise hídrica, mas sem oferecer dados sobre o (enorme) consumo de água na indústria e no agronegócio.

Depois das oficinas de conteúdos, realizamos oficinas de meios, para apresentar o que imaginávamos como ambientes e suportes para o desenvolvimento do material didático: um website para registro, memória e consulta; representações gráficas mais precisas; e o trabalho com mapas e maquetes. Nessas oficinas, conversamos com as professoras da EMPEPI sobre nossas conviçções acerca dos conteúdos básicos que deveriam orientar o ensino e a aprendizagem. Elas acataram nossas sugestões com pouco ou nenhum questionamento, já que, como a maioria da população, desconheciam a dinâmica da água e não conseguiam estabelecer um nexo entre o que está nos livros com o que observam no cotidiano. Ficou evidente a necessidade de uma formação continuada da equipe de professoras, mas também a impossibilidade de incorporar essa formação às atividades da escola, apesar do comprometimento e do interesse que elas demonstraram. Simplesmente, o regime da escola pública não favorece o desenvolvimento de experiências de ensino para além da rotina. Ainda assim, mantivemos a parceria e desenvolvemos o trabalho na medida do possível, considerando que ele deverá prosseguir para além do tempo do projeto.

Material didático

A partir das oficinas com as professoras, encaminhamos o desenvolvimento de dois tipos de material didático. O material de provocação foi pensado para despertar a curiosidade das crianças e as estimular a formular "questões genuínas", isto é, questões que correspondem ao seu real interesse e devem orientar o programa de ensino. Já o material de apoio foi pensado como suporte às atividades didáticas desenvolvidas a partir desse programa, dentro das diversas disciplinas. A intenção era que os ambientes de ensino e aprendizagem fossem construídos com elementos do cotidiano dos estudantes, com seu conhecimento empírico prévio e sua linguagem. Então, aos poucos, seriam introduzidos conteúdos do conhecimento formal, buscando responder às questões iniciais e explicar o funcionamento dos fenômenos observados no cotidiano.

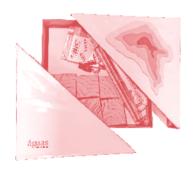
Como material de provocação, confeccionamos, por exemplo, uma maquete da bacia do Cardoso, para estimular os alunos a reconhecer as características físicas do relevo e a dinâmica da água em cada uma das sub-bacias que a compõem. Outro exemplo foi o dispositivo dinâmico denominado *caixa de areia*. Ele permite moldar um relevo com as mãos, que, então, em tempo real, é digitalizado pelo aparelho e transformado em curvas de nível, projetadas novamente sobre aquele relevo. À medida que se modifica a areia, as curvas se modificam também, e ainda existe a possibilidade de 'fazer chover' sobre o relevo criado, isto é, gerar uma projeção que simula a chuva e o escoamento das águas. Ela facilita a compreensão da representação técnica do relevo por meio de curvas de nível, assim como a compreensão do comportamento da água. ¹⁰ A caixa de areia foi um verdadeiro atrator para as crianças (e para os estudantes de Arquitetura).

Como exemplo do material de apoio, cabe mencionar uma maquete de infiltração, criada a partir de uma demanda da professora de Geografia da EMPEPI, que estava trabalhando a noção de permeabilidade do solo com seus alunos. A maquete consiste na representação de uma encosta envolta numa caixa de acrílico com saída para o escoamento da água, o que permite 'fazer chover' com água 'de verdade'. Os estudantes coletaram solos próximos às suas casas, testaram as variações

⁹ Cf. MORTIMER & SCOTT, Meaning making in secondary science classrooms, 2003.

¹⁰ A caixa de areia é uma reprodução autorizada de um projeto desenvolvido na University of California. No âmbito das pesquisas do MOM, o experimento está ligado às investigações de visualização de processos urbanos e de GIS-histórico.

Kit Bacias, para reconhecimento e demarcação de bacias hidrográficas, desenvolvido no projeto Águas na Cidade (MOM, 2017).











de permeabilidade dessas amostras e usaram a maquete para comparar o comportamento da água na encosta coberta de vegetação, na encosta 'nua' e na encosta ocupada por edificações.

Em comparação com os outros tipos de material desenvolvidos como jogos, ilustrações animadas, verbetes e o website —, o trabalho com maquetes acabou se mostrando mais frutífero nessa experiência. Seu ponto de chegada consistiu no chamado Kit Bacias. Trata-se de uma interface física, acompanhada de cartilhas e tutoriais, que mobiliza conhecimentos e habilidades para a interpretação de mapas, a transposição de escalas, a identificação de elementos morfológicos do relevo, a delimitação de bacias hidrográficas e a confecção de maquetes dessas bacias. A possibilidade de compreender e reconstruir em maquete a configuração da bacia (ou sub-bacia) em que se localiza a própria escola despertou enorme interesse por parte de professoras e estudantes.11 Como esse kit permite desenvolver sequências pedagógicas com diversas abordagens e pode ser adaptado a circunstâncias particulares, acreditamos que ele tenha potencial para uso generalizado no ensino fundamental e médio, e mesmo em disciplinas básicas do ensino superior. Para facilitar o acesso aos dados necessários — já que muitas localidades não dispõem de bases topográficas —, desenvolvemos, ainda, um procedimento de extração de curvas de nível a partir de imagens de satélite.12

Observações para a continuidade

O trabalho de construção do projeto escolar da EMPEPI com foco na água foi apenas iniciado. O prazo do projeto não é compatível com o tempo da escola. Embora tenhamos avançado na construção de um grupo de trabalho, resta muito a fazer para estabelecer uma linguagem comum a todos os participantes e desenvolver a discussão de modo mais equilibrado. A universidade ocupa um lugar privilegiado nesse arranjo, e resta-nos assumir essa assimetria e buscar formas de prosseguimento das ações. Professores do ensino fundamental, a despeito de seu compromisso com a qualidade e a boa condução do ensino, têm

Além das turmas do quinto ano do ensino fundamental da EMPEPI, o kit foi testado também por estudantes e professores do grupo Água em Foco, do Centro Pedagógico da UFMG.

¹² Esse procedimento foi desenvolvido com o software ARCGIS, mas deverá ser reformulado para um software livre, como o QUANTUM-GIS.

pouquíssimas oportunidades de desenvolver reflexões próprias acerca do projeto educativo que executam. A quantidade de tarefas que cumprem e o pouco tempo previsto para a preparação das aulas tornam isso quase inviável.

Uma saída para dar continuidade ao trabalho está prevista com a replicação da disciplina *A água, a cidade e a arquitetura: projetos na EMPEPI*. Além de manter a parceria com a escola, poderemos avançar na investigação de formas de abordar a questão da água no edifício da escola, em seu entorno imediato e nos demais trechos da bacia do Córrego do Cardoso. Importa ainda mencionar que, desde o início dessa parceria, associaram-se a ela novos projetos de pesquisa relacionados à visualização do processo de urbanização da bacia do Cardoso e à recuperação ambiental de um trecho da mesma bacia. Além de partilhar o mesmo objeto, o mesmo espaço da cidade, todas essas ações têm por pressuposto o trabalho na escala local e microlocal e a disposição para conceber métodos adequados a cada caso particular. A julgar por essa experiência, trata-se de uma escala capaz de conjugar ensino, pesquisa e extensão.

[2019] Imagens para a imaginação da cidade

Isabela Barreto | Roberto E. dos Santos | Rodrigo Marcandier

As formas tradicionais de representação de projetos e planos (desenhos técnicos, maquetes, perspectivas) não surgiram historicamente para democratizar decisões acerca da produção do espaço e ampliar o debate público, e sim para restringir tais decisões aos círculos de especialistas. Este capítulo aborda experimentos realizados no MOM com o intuito de inverter essa lógica, isto é, de criar representações que favoreçam a compreensão, a análise e a discussão do espaço urbano por mais pessoas, independentemente de sua escolaridade. Tais experimentos foram feitos numa disciplina acadêmica e numa oficina com idosos, utilizando ferramentas digitais de realidade aumentada e ambiente de imersão.¹

Representação contra a dominação

Está no horizonte da pesquisa que sustenta este texto a ampliação da participação de cidadãos comuns (leigos em arquitetura, urbanismo, planejamento e disciplinas afins) nas decisões acerca do espaço da cidade. Isso implica considerar criticamente tanto os meios utilizados na comunicação entre arquitetos e leigos quanto a própria prática dos arquitetos e sua formação.

A relação entre arquitetos e leigos é mediada pela linguagem técnica e é assimétrica: o arquiteto tem uma posição privilegiada, de comando do processo de projeto, mesmo quando os participantes leigos têm conhecimento mais profundo das circunstâncias e demandas envolvidas. Por isso, qualquer esforço para ampliar a participação nas decisões acerca de intervenções no espaço exige uma série de cuidados no modo como se dá o processo e no modo como se utiliza a linguagem técnica. Participação passa necessariamente pela horizontalização do acesso a essa linguagem. Isso implica mudanças na atitude dos arquitetos, cuja

¹ Primeira publicação: Imagens para a imaginação da cidade. In: Anais do III Colóquio Internacional Imaginário, Construir e Habitar a Terra: deformações, deslocamentos e devaneios. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019, pp. 797–811.

formação deveria incluir um preparo competente para garantir uma relação respeitosa com o público e colocar a representação disponível ao diálogo. Para que esse respeito prepondere, é preciso insistir na revisão crítica do processo de projetação e das ferramentas nele utilizadas.

Embora apostemos no emprego das tecnologias digitais como saída possível para ampliar a participação nas decisões acerca do espaço, entendemos que tais tecnologias não têm poder, por si, de alterar a condição subordinada a que estão submetidos os usuários e outros agentes da produção do espaço. Via de regra, a população fica à mercê de imagens produzidas pelos arquitetos, sem sequer compreender os códigos em que são veiculadas.

Os arquitetos, por sua vez, têm produzido imagens fotogênicas o suficiente para mascarar transformações espaciais perversas, como grandes intervenções urbanas e arquitetura de caráter extraordinário que privilegiam o capital imobiliário e colaboram para a periferização das populações pobres. Contra esse estado de coisas, consideramos que o emprego das tecnologias digitais desde uma perspectiva crítica pode vir a ser um elemento-chave na ultrapassagem da condição passiva dos usuários da cidade e da condição alienada dos arquitetos. Dada a facilidade de difusão de informações em meio digital, propomos um uso das imagens oposto ao que hoje prepondera. Acreditamos na possibilidade de imagens que ampliem a capacidade de imaginação da cidade, tanto por leigos quanto por arquitetos.

Como agentes ativos na produção do espaço, os arquitetos têm uma longa tradição na produção de imagens prévias de cidades e edifícios. Essa prática a partir de imagens se inicia no final do período medieval, consolida-se no Renascimento e, desde então, se dissemina pelo resto do mundo. A produção de imagens dos objetos a serem construídos está na raiz da ideia de *projeto*, considerado pelo senso comum como a mais importante e mais nobre tarefa dos arquitetos.

No campo da arquitetura, o projeto foi motor de desenvolvimento de múltiplos procedimentos e ferramentas que ampliam a capacidade de previsão dos objetos a serem construídos. Isso não se restringe ao retrato antecipado desses objetos, ao seu formato ou ao seu estilo. O projeto tem função econômica importante, porque estipula quantidades e tipos de materiais e trabalhos de execução, fundamentando o controle das ações de transformação do espaço. Portanto, o projeto dá margem ao surgimento de um grupo de *especialistas em previsão*, entre os quais se destacam os arquitetos, justamente porque fornecem as imagens

da futura configuração construída e ajudam, mesmo que inadvertidamente, a vender tais imagens.

Ao longo dos últimos quinhentos anos, esse campo produziu um corpo de conhecimento teórico e prático que abrange métodos de planejamento e projetação, códigos e linguagens, regras de composição, normas técnicas relacionadas a funções, estruturas, materiais e técnicas construtivas, assim como a história e a política do próprio campo e de seus produtos. Obviamente, no âmbito desse conhecimento estão ferramentas para a imaginação do espaço, ou seja, ferramentas que ampliam a capacidade de raciocínio por meio de imagens, crucial para a antevisão dos objetos: o desenho arquitetônico, a perspectiva e todas as formas de desenho aceleradas pelas tecnologias, incluindo as digitais.

O surgimento do campo da arquitetura é concomitante ao da ordem capitalista. Toda a organização do grupo social dos arquitetos e do conhecimento que ele produz, desde o século XV, se dá sob essa ordem. Também a representação arquitetônica está subordinada à lógica do capital e é controlada por ela. Em face disso, as possibilidades de uma comunicação mediada por computadores passam necessariamente pela crítica das raízes do desenho arquitetônico e das próprias tecnologias computacionais.

Essas tecnologias não revolucionaram o processo tradicional de produção das construções. Elas impulsionaram as ferramentas de desenho arquitetônico, respondendo às crescentes exigências de eficiência, produtividade e subordinação do trabalho, mas não há diferença essencial entre a função de um desenho de Brunelleschi e a de um projeto digitalmente modelado em programas de CAD e BIM — esse último apenas confere maior poder de controle do que o primeiro.

Colocamo-nos a tarefa de questionar a forma tradicional de projeto e de construir um processo no qual sejam redefinidos os papéis de arquitetos e pessoas leigas. Nossos experimentos se fazem em dois sentidos. No âmbito acadêmico, buscamos criar ambientes de ensino e aprendizagem baseados no questionamento das tecnologias de projeto pelo lado de dentro, isto é, buscamos desmistificar o processo de concepção do espaço a partir do uso crítico de suas ferramentas tradicionais, especialmente o desenho arquitetônico. No âmbito extra-acadêmico, buscamos também trabalhar junto ao público a partir de diversos tipos de representação, visando avaliar seu potencial de compreensão por pessoas fora do campo especializado. Nossa intenção é combater o uso da linguagem técnica cifrada como instrumento

de subordinação e cortina de fumaça para a tomada não democrática de decisões.

Entendemos ser preciso mudar a lógica do processo de projeto — não apenas 'aperfeiçoar' esse processo —, criando possibilidades de participação efetiva. Entretanto, não há nenhuma garantia de que as tecnologias digitais sejam um fator de melhoria da qualidade dos espaços e do atendimento dos interesses públicos se não houver uma mudança substancial no modo como são empregadas hoje. Sobretudo, acreditamos na possibilidade de ampliar a capacidade de imaginação a partir do uso crítico das imagens.

Experimentos na disciplina OFIAUP

A Oficina de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo: problemas de parcelamento e assentamentos habitacionais (OFIAUP) é uma disciplina de projeto do curso noturno de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, na qual experimentamos uma pedagogia baseada na noção de pesquisa na sala de aula. Trata-se da construção de um ambiente de ensino e aprendizagem na graduação, no qual são incorporadas investigações da pós-graduação. Esse arranjo colaborativo tem por finalidade estimular a atitude crítico-investigativa dos graduandos e preparar os pós-graduandos para a docência, abrindo o espaço de sala de aula para experimentos relacionados às suas pesquisas.

O presente texto concentra-se num dos trabalhos desenvolvidos na disciplina: a elaboração do parcelamento de uma gleba, com ênfase no manejo das águas urbanas e na bacia hidrográfica como unidade de planejamento. O exercício é realizado pelo conjunto da turma, dividida em quatro ou cinco grupos, cada um deles representando determinados interesses (de moradores, capitais, meio ambiente etc.), por vezes contraditórios entre si. Em reuniões de toda a turma, os grupos apresentam suas propostas, identificam supostos conflitos e negociam soluções. As propostas abrangem projeto geométrico das vias, lançamento da rede de drenagem e simulação de massa construída a partir de estudos de densidade e parâmetros urbanísticos (taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, dimensões de quadras). A disciplina estimula os estudantes a trazerem para a sala de aula todo tipo de conhecimento em circulação na escola, assim como o conhecimento de suas experiências no e com o espaço. Essa incorporação de experiências pessoais provoca curiosidades específicas, conforme as diretrizes que cada grupo adota

e os interesses que representa. Os grupos fazem descobertas diferentes ao longo do processo, então compartilhadas nos seminários.

O material didático utilizado na disciplina consiste em ferramentas de visualização — em desenvolvimento desde 2011 —, incluindo desenhos técnicos e mapas, maquetes físicas e eletrônicas baseadas em mapas históricos, aerofotos e imagens de satélite de diversas épocas, softwares (UNITY 3D, CITYENGINE, AUTOCAD, SKETCHUP e ARCMAP) e uma caixa de areia de realidade aumentada. Buscamos enfatizar determinadas informações espaciais a partir da edição de dados em ambiente computacional, de modo a dar visibilidade a transformações impostas aos sítios ao longo do tempo, difíceis de serem percebidas numa cidade em que, por exemplo, a supressão de cursos d'água foi 'naturalizada', como é o caso de Belo Horizonte. Particularmente, as ferramentas digitais favorecem a exploração dinâmica dos sítios, tanto com visadas abstratas (representação de camadas de informação, relações entre infra, meso e superestruturas urbanas) quanto com visadas 'realistas' (simulação de objetos construídos, coeficientes de aproveitamento, taxas de ocupação e densidades).

Em conjunto, o material digital, físico e híbrido permite exercitar o reconhecimento das características físicas das bacias hidrográficas e do comportamento da água em seu interior, fundamentar análises de aspectos físico-funcionais, prever impactos provocados pela ocupação urbana e discutir hipóteses projetuais. Ao mesmo tempo, o material permite decifrar e desmistificar a representação técnica tradicional. As comparações e superposições de diversos tipos de representação tornam evidente o que cada uma delas mostra ou oculta, levando ao reconhecimento de distorções, mas também à imaginação de novas situações de aplicação. Um exemplo nesse sentido é o uso da caixa de areia de realidade aumentada, que havia sido inicialmente concebida para facilitar a compreensão da tradicional representação topográfica por curvas de nível e para simular o comportamento das águas sobre um relevo.2 Os estudantes da OFIAUP a utilizaram para negociar a compatibilização dos parcelamentos propostos pelos grupos, a articulação do sistema viário e as avaliações preliminares do impacto dos edifícios na paisagem. As propostas foram projetadas sobre a caixa de

² Cf. SANTOS et al., Extensão do conhecimento das águas na cidade, [2017] nesta edição, v. 1, pp. 499-510.

Caixa de areia de realidade aumentada, para visualização e experimentação de relevos, usada pelos grupos da disciplina OFIAUP, na discussão de propostas de parcelamento (MOM, 2017).











Oficina com idosos, experimentando diferentes formas de visualização do espaço urbano (MOM, 2017).







areia e, em seguida, foi modelado o relevo, configurando uma espécie de *croquis* tridimensional, resultante da negociação.

Outro aspecto enfatizado na disciplina diz respeito ao modo como as representações produzidas pelos estudantes são discutidas e criticadas nas orientações e nos seminários de avaliação. Todos são convidados a explicar como produziram suas imagens, o que buscavam compreender ou propor, que ferramentas mobilizaram e que informações pretendem veicular com elas. Os professoresentão sugerem tipos de representação para que os estudantes aprofundem suas investigações. Estimula-se que conheçam a lógica 'por trás' de cada tipo de imagem e sua eficácia na comunicação, ao passo que se recomenda evitar imagens renderizadas e ilusões fotorrealistas. Um exemplo nesse sentido foi produzido por um grupo do segundo semestre de 2018, que testou a exploração máxima do potencial construtivo mediante a implantação de arranha--céus num topo de morro e a manutenção de áreas verdes permeáveis nas encostas. Embora as imagens fotorrealistas que o grupo levou à discussão tenham impressionado e seduzido a turma inicialmente, e embora a existência das áreas verdes tenha sido considerada positiva, logo surgiram questionamentos quanto à extraordinária densidade populacional da proposta e os impactos com relação ao lixo e ao esgoto. Nesse e em vários outros casos, observamos que a desmistificação das imagens ajuda a imaginar que as coisas podem ser diferentes de como estão ou aparentam estar. Em vez de oferecer fórmulas ou respostas prontas, a manipulação do conjunto das ferramentas é um estímulo à imaginação, a partir de imagens não sedutoras. As imagens são tratadas como meios, não como um fim.

Oficinas com idosos

Paralelamente às atividades da disciplina, propusemos alguns experimentos com pessoas de diferentes grupos sociais no laboratório do MOM. Assim, foi realizada uma oficina com idosos, moradores da região central de Belo Horizonte, com diferentes níveis de escolaridade e renda, que teve por objetivo experimentar diversas interfaces de representação do espaço urbano e testar sua efetividade na compreensão e discussão desse espaço. O intuito era provocar memórias, imaginação e diálogo entre os participantes.

O experimento foi planejado com seis interfaces, todas representando a mesma área do centro de Belo Horizonte, que cada participante

utilizaria primeiro individualmente: maquetes em relevo com imagens de satélite antigas e atuais; uma vista aérea dos quarteirões do centro; um mapa gráfico com ruas, quadras e lotes; fotos aéreas antigas e atuais; e um percurso sobre a área via imersão virtual. Essa última interface consistia num sobrevoo desde a Praça Sete até a casa de cada idoso, utilizando o aplicativo GOOGLE EARTH VR. O participante colocava os óculos de imersão e então guiava, verbalmente, uma pesquisadora que 'pilotava' os controles, levando-o por onde quisesse.

No decorrer da oficina, observamos que os participantes tiveram dificuldade de orientação e reconhecimento dos lugares nas imagens aéreas e nos mapas. Mesmo elementos básicos, como ruas e edifícios, não foram sempre reconhecidos. Também houve dificuldade de identificação desses elementos nas maquetes em relevo. O grau de escolaridade dos participantes parece ter influenciado a percepção dos espaços nessas interfaces, não simplesmente em razão do letramento ou de sua ausência (nenhuma das interfaces trazia informações por escrito), e sim pelo acesso a todo um universo de codificações e abstrações, a começar pela abstração da projeção plana horizontal. Poucos idosos operaram ativamente sobre os mapas, enquanto os demais ficaram numa posição passiva, sem entender de fato as imagens.

No final da oficina, houve uma conversa com todos os participantes para falarem de suas impressões, dificuldades e interfaces preferidas. As interfaces que estimularam mais conversas, identificação de lugares e orientação foram a das fotografias aéreas, em que colocamos lado a lado imagens atuais e antigas, e, principalmente, o percurso em realidade virtual. Durante a preparação da oficina, pensamos que haveria dificuldade de adaptação à tecnologia da realidade virtual por parte dos idosos, ou que essa experiência poderia provocar vertigem. Contudo, na oficina ocorreu o oposto: os participantes se adaptaram facilmente ao ambiente de imersão, que proporcionou uma experiência interessante de visualização da cidade, permitindo o reconhecimento de lugares familiares, edifícios importantes e outros elementos do ambiente natural e construído. Embora, obviamente, a imersão num modelo digital também seja uma redução da realidade, ficou evidente que ela permite aos leigos uma percepção mais familiar e uma interação mais imediata do que os instrumentos tradicionais de representação.

Visualização de cidades em realidade virtual

Motivados pela experiência com os idosos, decidimos construir outros dispositivos de visualização de cidades em realidade virtual, para preencher lacunas constatadas nas orientações da OFIAUP e ampliar o potencial investigativo da disciplina. Esses dispositivos integram tecnologias de geoprocessamento, CAD, modelagem paramétrica e realidade virtual, para simular cenários urbanos existentes ou fictícios. Além disso, temos o intuito de usar a modelagem paramétrica na análise de ambientes urbanos. Uma possibilidade é testar parâmetros urbanísticos, isto é, visualizar os impactos, no ambiente urbano, de alterações de parâmetros como altura máxima dos edifícios, quantidade de áreas permeáveis, taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento. Outra possibilidade é a reconstrução da história de uma cidade e a visualização de suas transformações ao longo do tempo.

Nosso desenvolvimento de tais dispositivos tem se dado em etapas. Começamos pela análise do potencial da realidade virtual por meio de aplicativos. O aplicativo GOOGLE EARTH VR tem se mostrado um dos mais interessantes, por permitir imersão em quase todas as cidades do mundo e a visualização de aspectos diversos (relevo, vegetação, massa construída, arruamento etc.) em diferentes escalas e perspectivas. Também investigamos a interação com os ambientes virtuais utilizando motores de jogo (game engines).

Outra etapa é a modelagem de ambientes urbanos. Para testá-la utilizamos a bacia do Córrego do Barro Preto, em Belo Horizonte, e fizemos um recorte temático para representar elementos urbanos que interessam diretamente à OFIAUP, como relevo, condição das águas urbanas, áreas verdes e massa construída. A modelagem partiu de um desenho bidimensional feito no AUTOCAD, associado a uma tabela EXCEL, organizada a partir das quadras da bacia, contendo parâmetros urbanísticos, de modo a estabelecer uma relação entre o formato da quadra e o tipo de ocupação. O desenho foi exportado para o ARCMAP e, em seguida, transformado num modelo tridimensional no CITYENGINE (software de modelagem paramétrica de cidades). Foi possível 'extrudar' os edifícios conforme o número pavimentos estabelecido, aplicar texturas a ruas e edifícios, e adicionar vegetação ao modelo. Finalizada a modelagem da bacia, importamos o arquivo para o UNITY 3D, para obter o ambiente de imersão virtual. Com o uso dos controles dos óculos HTC-VIVE, o UNITY 3D possibilitou interação e manipulação da bacia:

sobrevoo, visualização e ocultação de elementos, alteração de cores e inserção de novos elementos.

Ambientes de imersão utilizando óculos como o HTC-VIVE ainda não são acessíveis ao grande público, pois se trata de equipamentos caros e que demandam computadores potentes. Uma alternativa de baixo custo seria a plataforma de realidade virtual GOOGLE CARDBOARD, para visualização em smartphones. Além disso, já existem softwares livres e aplicativos que permitem a visualização de modelos multidimensionais com smartphones e alguns requisitos acoplados aos óculos (é o caso do KUBITY, para visualização de modelos de SKETCHUP e REVIT, entre outros). A UNITY 3D também tem suporte para o desenvolvimento de aplicativos em realidade virtual para smartphones. As possibilidades de interação com esses óculos ainda são limitadas pelo fato de as ações serem ativadas por um ímã acoplado a eles, mas estamos investigando controles via bluetooth, que permitiriam interações mais complexas com aplicativos em realidade virtual. Também estamos testando o uso desses óculos para a realidade aumentada, a partir da câmera do smartphone.

Embora os dispositivos ainda estejam em processo de construção, foi possível testá-los com estudantes da OFIAUP. Cada grupo modelou parte da bacia em estudo a partir do trabalho de parcelamento, e então puderam visualizar os modelos e interagir com eles utilizando o HTC-VIVE e o GOOGLE CARDBOARD. A turma participou ativamente dessa oficina, utilizando as ferramentas para analisar os projetos e fazer ajustes. O sobrevoo pelas propostas, nos óculos HTC-VIVE, surpreendeu os estudantes pela verossimilhança. Contudo, apesar dos resultados positivos da oficina, não houve aproveitamento desse procedimento no desenvolvimento dos trabalhos. Isso nos alertou para a necessidade de revisão da forma de apresentação e de aproveitamento do dispositivo para a investigação (e não apenas pelo efeito espetacular). Novos experimentos estão programados.

Considerações finais

Em nossos experimentos, tanto acadêmicos como de construção e testes de dispositivos, buscamos analisar possibilidades de comunicação entre arquitetos e o público mais amplo, para estabelecer uma dimensão crítica no desenvolvimento de projetos. A representação do espaço deixa de ser fim em si mesma para se tornar um canal de interlocução. Ferramentas digitais podem tornar as informações mais acessíveis e

passíveis de discussões de fato informadas. Acreditamos que as ferramentas utilizadas em nossos experimentos podem colaborar tanto para o esclarecimento dos fenômenos urbanos quanto para a participação do público leigo em decisões acerca do espaço em que vive. Os testes realizados com idosos e estudantes, nos quais foram manipuladas diferentes interfaces de visualização, comprovaram a hipótese de que os dispositivos digitais, em especial os de imersão virtual, são de mais fácil compreensão pelas pessoas do que as ferramentas tradicionais de representação. O desenvolvimento das interfaces por meio da integração de tecnologias de geoprocessamento, modelagem paramétrica e realidade virtual propiciou a exploração do potencial e dos resultados visuais de cada um dos softwares.

Para tornar esse conhecimento acessível e replicável, além de documentar todo o processo, foram produzidos tutoriais em vídeos e imagens, que estão disponibilizados no site do grupo de pesquisa. O uso desse material é livre. Esperamos que, a partir da descrição da construção dos dispositivos, outras pessoas possam modelar espaços urbanos de seu interesse. Pretendemos dar continuidade à investigação para que não especialistas possam, além de reconhecer fenômenos urbanos do passado e do presente, experimentar e propor cenários para as cidades do futuro. Caberá ampliar a complexidade de modelagens e simulações, e explorar alternativas para tornar essas tecnologias mais acessíveis, contornando dificuldades técnicas (como tempo demandado para aprendizagem de cada software e a complexidade da linguagem de programação exigida por alguns deles) e barateando os dispositivos (por exemplo, pelo uso de smartphones) para uma interação direta, simultânea e abrangente entre cidade, cidadãos e arquitetos.

[2019] Arte-educação no cotidiano sócio-espacial

Hélio Passos Rezende | Ana Paula Baltazar

Este capítulo sintetiza uma experiência compartilhada pelos autores numa disciplina que introduzia o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no curso de Licenciatura em Artes Visuais da UNIFESSPA, em Marabá, em janeiro de 2018. O texto traz as discussões pedagógicas promovidas em sala de aula, começando pela crítica da escola e da educação no Estado moderno, que reproduzem e consolidam o modo de produção capitalista por instrumentalizar o ensino no sentido de formar mão de obra para servir aos interesses hegemônicos da classe dominante. Passa então a articular algumas das ideias centrais de Paulo Freire, Ivan Illich e Seymour Papert, para chegar à proposta de trabalho elaborada com os estudantes. Eles se tornaram críticos do mero uso instrumental das TICs e começaram a pensar o papel da arte em processos de aprendizagem sócio-espacial cotidiana.¹

A escola no Estado moderno

No intuito de introduzir uma visão crítica das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no curso de licenciatura em Artes Visuais, propõe-se uma discussão sobre a escola e o ensino. Parte-se da proposta de Viviane Mosé de que a arte tem sido ensinada de forma fragmentada e encapsulada numa única disciplina, em vez de ser entendida como parte de todas as disciplinas e da vida.² Portanto, é importante primeiro entender a educação instaurada atualmente no dito Estado moderno.

Thamy Pogrebinschi mostra como Karl Marx explicita que o Estado moderno se funda na Revolução Francesa com a separação entre Estado e sociedade civil.³ Na Grécia antiga (uma das manifestações de Estado antigo), Estado e sociedade civil não eram separados — indivíduo e

Primeira publicação: Estratégias digitais de arte-educação no contexto sócio-espacial cotidiano. In: Anais do IV Congresso de Inovação e Metodologias de Ensino. Belo Horizonte: UFMG, 2019, on-line.

² Mosé, A escola e os desafios contemporâneos, 2013.

³ POGREBINSCHI, O enigma do político, 2009.

cidadão eram um só —, e a vida plena do indivíduo era política. No Estado moderno, cidadãos passam a não mais participar diretamente da política, ficando à mercê da democracia representativa, e o Estado claramente tem por principal objetivo proteger os capitais (ou mais precisamente a hegemonia do poder dos detentores do capital — da classe dominante). A manutenção da hegemonia no Estado moderno é fortemente embasada pela proteção da propriedade privada e pela manutenção da divisão do trabalho, ambas contribuindo para obliterar qualquer possibilidade de coletividade cidadã, uma vez que privilegiam o indivíduo apolítico. Esse indivíduo apolítico é forjado nas escolas modernas, cujo modelo de educação oscila entre as ideias de emancipação pela razão e disciplinamento pelo controle, prevalecendo o controle para garantir a reprodução da força de trabalho necessária para a manutenção da hegemonia dos capitais.

Ainda que houvesse um ideal de liberdade de pensamento no Iluminismo, a escola acaba sendo pouco voltada para um conhecimento, de fato, emancipatório. Mosé mostra que "há uma herança pesada para a escola que se organizou numa estrutura piramidal, hierarquizada e que fez do conhecimento algo a ser assimilado, memorizado, e não constituído, pensado de modo crítico".4 Ou seja, não há de fato mudança estrutural no pensamento. Para Mosé razão e sociedade se constituíram no Ocidente tendo a noção de exclusão presente no processo de busca pela verdade.5 "Sem citar Aristóteles, a autora lembra os quatro princípios da lógica formal e de como esta tem na ideia de identidade e do terceiro excluído noções que foram assimiladas pela sociedade, expulsando tudo aquilo que foge da normalidade".6 Tal normalidade não é algo natural, mas normativo, seguindo a lógica de proteção dos capitais preconizada pelo Estado moderno. Ou seja, o modo de conhecimento excludente, fragmentado e conteudista serve muito bem ao modo de produção industrial, reproduzindo indivíduos para o trabalho alienado. Tal alienação pela fragmentação é instaurada na prática cotidiana da escola e criticada por Mosé quando fala que "os conteúdos ficam tão fragmentados que levam os alunos a acreditar que estudam para os professores, para os pais, e não para si mesmos, para suas vidas".7 Isso mostra que o modelo de exclu-

⁴ FERREIRA, Resenha de A escola e os desafios contemporâneos, 2013, p. 225.

⁵ Mosé, A escola e os desafios contemporâneos, 2013.

⁶ FERREIRA, Resenha de A escola e os desafios contemporâneos, 2013, p. 225.

Mosé, A escola e os desafios contemporâneos, 2013, p. 49.

são dos indivíduos da esfera pública — exclusão da política, como diria Hannah Arendt⁸ — é reforçado pela própria escola.

A escola vem contribuindo com a reprodução e a manutenção da hegemonia social, na contramão de qualquer transformação radical. Alguns teóricos, contudo, apontam possibilidades importantes no sentido da transformação. Serão tratadas aqui as visões de Paulo Freire sobre a conscientização contra a opressão, de Ivan Illich sobre a desescolarização da sociedade, além da proposta de Seymour Papert de enfocar a aprendizagem (e não o ensino) e o uso da tecnologia como estratégia para aprender fazendo. Essas propostas, que serão detalhadas a seguir, foram trabalhadas com estudantes de licenciatura em Artes Visuais no intuito de despertar o interesse pelo uso das TICs para além da sala de aula, entendendo-as como ferramentas de produção crítica em contextos sócio-espaciais.

Conscientização em Paulo Freire

Cynthia Brown retoma os princípios adotados por Paulo Freire, enfocando seus principais aspectos de conscientização sobre a distinção entre natureza e cultura, e a contextualização local. ¹⁰ Para Freire é crucial que as pessoas entendam que são produtoras de cultura e que por isso podem alterá-la, em vez de simplesmente se submeterem a ela. Isso é fundamental para que o próprio processo de alfabetização faça sentido para além de mera instrumentalização. Freire solicitou ao amigo artista Francisco Brennand a produção de dez gravuras em slides que eram projetados nas reuniões iniciais do processo de alfabetização, provocando os analfabetos a nomearem as distinções que são suas conhecidas, mas não refletidas.

A primeira imagem [...] começa por explicitar uma distinção inicial entre cultura e natureza, enquanto as imagens subsequentes têm por intuito destacar várias sutilezas da distinção, tais como: a diferença entre o homem e outros animais, sendo do homem as capacidades de produzir cultura e de comunicação [...]; natureza transformada em cultura pelo trabalho humano [...]; comunicações como cultura [...]; e padrões de comportamento

⁸ Cf. ARENDT, A condição humana, [1958] 2000.

⁹ Cf. FREIRE, Pedagogia do oprimido, [1968] 1983; BROWN, Literacy in 30 hours, 1978; ILLICH, Sociedade sem escolas, [1971] 1976; HAREL & PAPERT, Constructionism, 1991.

¹⁰ BROWN, Literacy in 30 hours, 1978.

e tradições culturais. [...] A imagem final [...] desafia o grupo a analisar seu próprio comportamento — a mais distinta capacidade das pessoas.¹¹

Segundo Brown, as discussões em torno de cada imagem são conduzidas pelo mediador, visando à conscientização dos participantes de que são produtores de cultura; da necessidade das relações entre humanos serem pautadas por comunicação dialógica entre iguais, e não impositiva; da implicação da educação para o desenvolvimento tecnológico; da capacidade humana de produzir ferramentas, associada a instinto, inteligência, liberdade e educação; do valor de todos os indivíduos como produtores de cultura, seja pela produção material ou intelectual, seja pelo uso que dão aos produtos; da possibilidade de registrar pela escrita o que já conhecem pela cultura oral; de que padrões de comportamento e tradições são originalmente forjados em resposta a necessidades do contexto local; e, finalmente, discutem o que seria a democratização da cultura para além das imposições de fora, mas partindo do entendimento de como o grupo se vê e o que produz.¹²

Fica claro, no círculo de cultura proposto por Freire, que o princípio de consciência político-cultural está atrelado ao entendimento do grupo como sendo sócio-espacial (com hífen, conforme reforçado por Marcelo Lopes de Souza¹³), ou seja, "um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele". Assim, Freire aposta na possibilidade de transformação sócio-espacial pela educação, tendo no horizonte justiça social e liberdade.

Desescolarização em Ivan Illich

Em 1975 houve um debate entre Paulo Freire e Ivan Illich sobre a escola e o ensino. 15 Um dos pontos principais da discussão é que Freire aposta em pequenos passos assumidos por cada um e, ao mesmo tempo, numa estratégia planejada de justiça e luta social, sem associar a escola com a reprodução das práticas de manutenção social.

- 11 Ibidem, p. 7.
- 12 Ibidem, pp. 7 et seq.
- 13 SOUZA, Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial, 2013.
- 14 KAPP, Grupos sócio-espaciais, [2018] nesta edição, v. 1, p. 152.
- 15 FREIRE & ILLICH, La educación: una autocrítica, [1975] 2013.

Illich situa essa 'esquizofrenia' como algo alimentado pelos interesses daqueles que estão no poder; eles alimentam essa ideia de que é possível construir, especialmente por meio da escolarização, a Justiça Social e a Liberdade; trata-se, na verdade, de um ritual e um mito que não resistem a uma análise cuidadosa dos dados. 16

Illich reproduz essa crítica apostando na desescolarização da sociedade. ¹⁷ Para ele a escola é uma ferramenta que ultrapassa o limite tecnológico de ferramenta de convivência, tornando-se ferramenta de manipulação que reforça o modo de produção industrial e a educação como mercadoria. ¹⁸ Isso aponta que o problema não é apenas a educação, mas a instituição escolar no Estado moderno, conforme já mencionado acima. Assim, a seu ver, a escola não tem nenhum potencial de transformação social por se enquadrar no que ele chama de contraprodutividade, tendo ultrapassado o limite de intervenção tecnológica que mantém possível a relação dialética entre o indivíduo, o grupo e o meio ambiente.

Caso se assuma o pressuposto da não limitação do desenvolvimento tecnológico, o potencial de luta contra a transformação é colocado a serviço do poder tecnológico, dos interesses que mantêm a sociedade. Nesse caso, não importa se a escola está em uma sociedade Socialista ou Capitalista, ela possui as mesmas limitações, as quais não se resolvem apenas com a mudança 'no dono dos instrumentos', mas dos próprios instrumentos, visto que os interesses estabelecidos quando da configuração dos instrumentos estão inseridos nos mesmos.¹⁹

Illich argumenta contra a reprodução das relações sociais que ele vê como inevitável na instituição Escola, que nada mais é que uma ferramenta tecnológica forjada para manter a hegemonia do Estado moderno, separado da sociedade civil, tendo por pressuposto proteger os capitais. Por isso a desescolarização da sociedade aparece em Illich como tema central, visando estabelecer limites para o desenvolvimento tecnológico em contextos locais (que podem ser entendidos

¹⁶ SILVA, A polêmica Paulo Freire e Ivan Illich, 2015, p. 115.

¹⁷ ILLICH, Sociedade sem escolas, [1971] 1976. A tradução do título para o português é infeliz, pois Illich defende a desescolarização da sociedade e não apenas a extinção das escolas na sociedade.

¹⁸ ILLICH, A convivencialidade, [1973] 1976.

¹⁹ SILVA, A polêmica Paulo Freire e Ivan Illich, 2015, p. 113.

como sendo sócio-espaciais) por meio de uma proposta revolucionária, que em muito se assemelha à proposta de conscientização de Freire. Ainda que Freire aposte na escola e na educação, o que importa aqui é a conscientização, ou seja, 'o que' está sendo proposto, não as instituições. A desescolarização proposta por Illich não contradiz a viabilidade da conscientização proposta por Freire, sendo a combinação de ambas uma possibilidade para a crítica à escola e à educação fundadas no Estado moderno, trazendo de volta a possibilidade de convivência em vez de reforçar a manipulação capitalista.

Tecnologia em Seymour Papert

A tecnologia em si não é o problema, se pensarmos na desescolarização com limite de escala de desenvolvimento tecnológico proposta por Illich e na conscientização proposta por Freire. Para Seymour Papert, a tecnologia deveria servir para viabilizar uma educação menos técnica. Ocomo Freire faz no construtivismo, Papert propõe o construcionismo como uma teoria da aprendizagem que preconiza a importância do contexto e da autoconsciência. Isso pode ser alcançado pela construção de uma entidade pública para atividades de aprendizagem e pela construção de estruturas de conhecimento, sendo crucial para tal o aporte tecnológico. 1

Um dos pontos centrais da proposta de Papert é a matética, ou seja, a arte de aprender, em contraponto à arte de ensinar (didática). Segundo Sherry Turkle, no capítulo do livro *Constructionism* que escreveu com Papert, esse aprendizado é pautado pela prática (*learning-by-making*) e deriva de duas ideias principais: a bricolagem como estratégia para os estudantes conduzirem seu rumo por meio do desenvolvimento dos próprios trabalhos em vez de estabelecerem previamente uma solução final a ser atingida; e proximidade dos objetos, ou seja, a aprendizagem orientada ao objeto, que demanda envolvimento direto com os objetos ou temas trabalhados.²²

A pergunta que norteia a proposta apresentada neste ensaio é pela possibilidade de lidar com um processo de aprendizagem pela

²⁰ HAREL & PAPERT, Constructionism, 1991.

²¹ Cf. vídeos de Gabriel Priolli e Eduardo Ramos, Seymour Papert e Paulo Freire: uma conversa sobre informática, ensino e aprendizagem, 1995.

²² TURKLE & PAPERT, Epistemological pluralism and the revaluation of the concrete, 1991.

prática no curso de licenciatura em Artes Visuais com inclusão de TICs, vislumbrando a transformação sócio-espacial sem perder de vista a conscientização, proposta por Freire, e a crítica à escola e o limite do desenvolvimento tecnológico para que haja desenvolvimento político, propostos por Illich.

Desconstruindo as TICs na arte-educação escolarizada

Este ensaio aborda a ementa da disciplina *TICs*, *Arte e Educação*, do curso de licenciatura em Artes Visuais do Instituto de Linguística, Letras e Artes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), que enfoca o uso de ferramentas digitais para elaboração de material didático e de comunicação no ensino de artes, mas aponta também a possibilidade de discutir o papel do docente no contexto contemporâneo pautado pelo digital.

O ensino e as atividades didáticas assistidas por computador. Desenvolvimento de materiais didáticos para ensino aprendizagem utilizando ferramentas de autoria. Ferramentas de comunicação e interação síncronas e assíncronas (videoconferência, fóruns, chats, e-mails) via web. O novo papel do docente e do discente no contexto do ensino baseado em tecnologias da informação e comunicação.²³

Por se tratar de um curso de licenciatura, a disciplina tem por pressuposto ensinar os futuros professores a usarem ferramentas digitais com seus alunos. O primeiro ponto questionado com os estudantes de licenciatura foi o fetiche da tecnologia, apontando a necessidade de discussão sobre o ensino fundado no Estado moderno e as possibilidades de sua superação com o uso das TICs como ferramentas para o processo de conscientização pela arte no contexto sócio-espacial.

Um primeiro passo para pensar as TICs como tais ferramentas foi a leitura do texto "Animação cultural" que discute a dominação que os objetos exercem sobre os homens, sendo que os homens acreditam que dominam os objetos. ²⁴ Os estudantes passaram então a questionar a lógica de ensino escolar, nos moldes da educação bancária já criticada

²³ Ementa da disciplina, de 60 horas-aula, Tics, Arte e Educação, do curso de licenciatura em Artes Visuais do Instituto de Linguística, Letras e Artes da UNIFESSPA.

²⁴ FLUSSER, Animação cultural, 1998, pp. 143–147.

por Freire.²⁵ Assim, foram colocados em xeque tanto o método convencional (que prevê a transferência de conhecimento e não uma construção coletiva), quanto a arte-educação que os licenciados reproduzirão em suas práticas depois de formados (que tende a considerar apenas a educação formal, ou seja, as poucas horas de aula de arte previstas nos currículos fragmentados dos ensinos fundamental e médio).

No intuito de sensibilizar os estudantes de licenciatura em artes para tais questões, recorreu-se a um trecho fundamental do livro *Sociedade sem escolas* sobre o potencial revolucionário da desescolarização. ²⁶ Esse trecho aponta a ilusão da escola como possibilidade revolucionária ou libertadora, e mostra como é apenas mais uma instituição, ao lado da família e da religião, a submeter indivíduos e grupos à instrumentalização para manutenção da lógica industrial. A desescolarização, por outro lado, seria a possibilidade de caminhar na direção de uma proposta real de aprendizagem, com consciência crítica, eventualmente promovendo uma transformação econômica de fato.

O texto teve um efeito bastante forte nos estudantes, que começaram a se questionar pela primeira vez sobre a escola (e alguns também sobre a família e a religião) como ferramenta de dominação e reprodução dos indivíduos para o mercado de trabalho. Somada a isso, veio também a reflexão sobre o lugar dos cidadãos comuns na arte.

A história da arte excluiu a sensibilidade estética de indígenas, negros, mulheres e tantos outros *queers*. É parte das narrativas produzidas pela distinção entre *Nós* e um vasto *Eles*, linha divisora moderna que separou ciência e crença, sujeito e objeto, arte e artefato.²⁷

A leitura do texto de Renata Marquez aponta a naturalização de instituições como os museus, por exemplo, como lugares inquestionáveis para mostrar arte e cultura. Esse mesmo texto narra o estranhamento de Davi Kopenawa, indígena Yanomami, no Museu do Homem, em Paris, observando a caricaturização e objetificação do cotidiano de seu povo. O que chama a atenção é que, para a maioria dos visitantes, escolarizados na lógica descrita acima, faz sentido a museificação do cotidiano de um povo, enquanto para os indígenas isso é simplesmente impensável.

²⁵ FREIRE, Pedagogia do oprimido, [1968] 1983.

²⁶ ILLICH, Sociedade sem escolas, [1971] 1976.

²⁷ MARQUEZ, Davi no museu, 2017, p. 4.

As discussões levantadas acima foram trazidas como balizas para repensar o uso das TICs no contexto da licenciatura em Artes Visuais. Houve uma problematização importante sobre as TICs visando explorar seu potencial de ferramenta de comunicação de massa para promover a conscientização para além da sala de aula. Isso levou à integração do potencial da extensão universitária ao ensino, uma vez que a proposta da disciplina passou a ser não mais ensinar TICs como recurso didático para reprodução de ensino bancário, mas construir coletivamente o aprendizado crítico dos estudantes de licenciatura, tendo como objeto de ensino não mais a sala de aula, mas o contexto sócio-espacial. Mais uma vez recorre-se a Freire, para discutir a extensão universitária como instrumento de comunicação social e não como meio para levar o conhecimento cristalizado na universidade para a sociedade.²⁸ Assim, a proposta foi delineada com intuito de sair da sala de aula e experimentar com a realidade sócio-espacial concreta, levantando informações e propondo intervenções artísticas interativas.

Para uma meta-abordagem de arte-educação digital

A disciplina objeto deste ensaio aconteceu na UNIFESSPA no segundo semestre de 2017, ofertada para oito alunos pelo autor, com participação da coautora, sendo embasada pela fundamentação política, teórica e tecnológica apresentada acima. Foi construída com os estudantes uma dinâmica para fechamento da disciplina que questionava o uso das TICs apenas como recurso didático e passava a incorporá-las como recurso para desescolarização da arte-educação.

A proposta começou pelas referências teóricas discutidas, que incluíam principalmente Seymour Papert (uso da tecnologia como estratégia no processo de produção e foco no aprendizado, e não no ensino), Paulo Freire (conscientização) e Ivan Illich (desescolarização), chegando ao deslocamento da prática de ensino bancário para uma prática de arte-educação política no contexto cotidiano, chamada de arte-educação sócio-espacial. No lugar de aprender a usar ferramentas digitais para que sejam reproduzidas em sala de aula num suposto ensino de arte, os estudantes de licenciatura decidiram propor intervenções urbanas interativas que, por meio da arte, ampliassem o imaginário

dos moradores da cidade acerca de questões culturais que precisam ser problematizadas.

As leituras informaram um deslocamento do pensamento escolarizado, possibilitando ampliar a prática pedagógica para além da sala de aula. Para isso, o primeiro passo foi pensar a cultura local de Marabá, entendendo os moradores como produtores dessa cultura, e sistematizar o que poderia ser problematizado por meio de uma intervenção artística. Os estudantes de licenciatura então definiram como tema a ser abordado o mito da segurança (mais especificamente da falta de segurança) e o abandono de uma tradição local muito antiga em que os moradores colocam as cadeiras na rua depois do pôr do sol, quando o calor está menos rigoroso, para socialização ou, como é referido localmente, para 'tomar a fresca'. Essa prática vem sendo cada vez menos frequente, principalmente nos bairros de classe média, sendo ainda minimamente preservada nos bairros mais pobres. O argumento da segurança é o principal fator para inibir essa cultura de socialização local.

A partir da definição do tema, passaram então a imaginar uma estratégia de registro de tal recorte para provocação do imaginário da população local e definiram como espaço para intervir a praça Duque de Caxias na chamada Marabá Pioneira, especialmente o tapume na fachada do Palacete Augusto Dias, Museu Histórico de Marabá, um dos prédios mais antigos da cidade, em processo de reforma, inacabado e sem uso há anos. Os estudantes propuseram uma intervenção visando catalisar possibilidades de diálogo entre os moradores, tendo por princípio a ideia de não induzir os moradores a interpretações fechadas (escapando da lógica de codificação de mensagens para decodificação pelos moradores) e buscando ampliar o imaginário dos moradores de forma indeterminada, conforme proposto por Baltazar e outros.²⁹ A proposta final foi de uma intervenção interativa com projeção de imagens das famílias que ainda colocam suas cadeiras na rua para 'tomar a fresca', acompanhada de áudio com depoimentos dos moradores sobre a tradição e o motivo de sua perda paulatina. A passagem dos moradores em frente à projeção ativaria diferentes depoimentos e inseriria a silhueta de suas sombras na imagem projetada, que seria trocada num determinado intervalo de tempo. Isso aponta claramente para uma inversão no convencional uso das TICs no ensino, passando a ser encaradas como

²⁹ BALTAZAR et al., Estrutura cibernética para aprendizagem, 2015; BALTAZAR et al., Dialogue with interfaces, 2019.

interfaces que lidam com o contexto sócio-espacial, trazendo a sociedade para dialogar entre si e com propostas não prescritivas.

Para Evandson Paiva Ferreira, a questão-chave colocada por Mosé é se "ainda é possível uma escola pensada e organizada nos moldes da sociedade industrial", considerando que vivemos atualmente "num mundo em que as pessoas e instituições se organizam em rede, que a tecnologia possibilita o acesso ao universo do conhecimento acumulado pela humanidade". A proposta dos estudantes de licenciatura aponta a possibilidade de superação desse modelo escolarizado no ensino de artes e a consideração das novas tecnologias não como ferramentas técnicas, mas como recursos para o aprendizado pela prática, visando articular a conscientização do grupo sócio-espacial alvo da ação proposta.

A exemplo da proposta de Freire de conscientização por meio do círculo de cultura, a abordagem aqui apresentada iniciou um processo de conscientização sócio-espacial entre os estudantes de licenciatura, pretendendo também estender tal processo para a comunidade local de forma dialógica. A caminho de uma postura tecnopolítica de arteeducação, propõe-se uma meta-abordagem. No lugar de ensinar ferramentas digitais para sua replicação, propõe-se que os estudantes de licenciatura usem ferramentas digitais para criação de intervenções interativas na cidade, ampliando o alcance político da arte e da educação pela arte. Assim, amplia-se o imaginário dos estudantes de licenciatura e, ao mesmo tempo, introduz-se a abordagem da arte no contexto sócio-espacial cotidiano, com vistas à sua própria transformação pelos diretamente envolvidos, trazendo a abordagem da comunicação, de que fala Freire, em vez da mera extensão para a sociedade do conhecimento produzido e cristalizado no contexto universitário.

Conclui-se que a crítica da educação forjada no Estado moderno, juntamente com as discussões sobre conscientização, desescolarização e uso das tecnologias como ferramentas para aprender fazendo foram cruciais para mobilizar o imaginário dos estudantes na direção de discutir a possibilidade do ensino de arte para além da escola, como uma atividade extensionista de viés comunicativo. Ainda que a intervenção urbana interativa não tenha sido executada, foi fundamental como exercício de construção de autonomia para os estudantes lidarem com futuros usos das TICs em seus processos de arte-educação.

³⁰ FERREIRA, Resenha de A escola e os desafios contemporâneos, p. 223.

³¹ FREIRE, Extensão ou comunicação?, [1969] 1993.

[2020] Não existe arquitetura decolonial

Ana Paula Baltazar

Este texto foi escrito a partir de uma provocação do colega Leo Name, que propôs um volume da revista *Redobra* com a temática "Insurgências decoloniais". O título original anuncia o círculo vicioso da relação entre a prática arquitetônica e o ensino, ou, em outras palavras, a colonialidade da arquitetura e da socialização nesse campo. O texto aponta como saída desse círculo vicioso a representação como ferramenta, e não como paradigma, a possibilidade de projetar interfaces e não espaços acabados, a antropofagia e a mudança no processo de aprendizagem a partir da literatura latino-americana, uma das fontes do giro decolonial.¹

A caixa preta do processo de projeto colonial

Do centro do pensamento colonial, o crítico de arquitetura inglês Reyner Banham discute o que ele chama de *modo architectorum* — a reprodução de prescrições não ditas e não questionadas —, no último texto que escreveu antes de falecer. No caso do ensino de arquitetura, a crítica de Banham se aplica ao "sistema secreto de valor" que determina o que é arquitetura, o projeto "desenhado no estilo certo". A caixa preta desse estilo certo é adaptada ao longo do tempo, adequando-se às imposições externas sem as questionar e sem alterar de fato sua dinâmica interna, sempre pautada pela produção de espaços extraordinários.³

- Primeira publicação: Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial. Redobra: Laboratório Urbano, v. 6, n. 15, 2020, pp. 121–136.
- 2 BANHAM, A black box: the secret profession of architecture, [1990] 1999, p. 295.
- 3 Exemplo disso é discutido por Sérgio Ferro, mostrando que a "arquitetura moderna não é filha do vidro, do ferro e do concreto, como se conta. O concreto é filho de uma crise enorme no canteiro, uma resposta ao sindicalismo" (FERRO, Depoimento a um pesquisador, [2000] 2006, p. 288). Ferro desmonta a narrativa universal da evolução estilística que culminaria no modernismo, mostrando que, no século XIX, a opção pelo concreto armado, vidro e aço não teve nada a ver com estilo, mas com uma batalha político-econômica. O sindicato da construção civil francês, extremamente poderoso, organizou uma paralisação massiva da construção civil e, como diz Ferro, "o concreto é uma resposta a eles, um material que não precisa nem de

Para a produção de tais espaços extraordinários, forja-se, no Renascimento, um processo de trabalho que estabelece a arquitetura como campo e o arquiteto como profissional, separando trabalho intelectual e braçal. A arquitetura nasce para representar o poder, e não para lidar com o cotidiano. Ao arquiteto é demandado o trabalho intelectual abstrato da representação do poder na forma de projeto (e eventualmente na construção do edifício), que pouco tangencia as demandas ordinárias da vida cotidiana. O processo de projeto elaborado nesse período dependia de um mecenas, que financiava os arquitetos para que ficassem à sua disposição fazendo inúmeras versões de desenhos de projetos acabados. Tais projetos-produtos eram então submetidos ao mecenas, que solicitava ajustes de toda ordem até que se desse por satisfeito. Sempre houve muito retrabalho, para justificar o tempo comprado, e o processo jamais foi aberto e dialógico. Prescrição e formalismo estão na gênese do processo de projeto que, de certa forma, perpetua-se até hoje, apesar da diferença de contexto espaço-temporal.

Embora, a partir da segunda metade do século XX, os processos participativos tenham vislumbrado alguma mudança, a caixa preta do *modo architectorum*, forjada para a produção de espaços extraordinários, tende a prevalecer na produção do projeto-produto. Mesmo quando um arquiteto trabalha com projetos de habitação de interesse social,⁴ adapta o *modo architectorum* para o tempo e os recursos disponíveis, sem de fato alterar a caixa preta que aprendeu na escola para a produção de projetos extraordinários. Para Banham o grande problema é que é na escola que os futuros profissionais "adquirem atitudes, hábitos de

pedreiros, nem de carpinteiros" (ibidem, p. 288). Ou seja, o surgimento dos canteiros de obra pouco especializados remonta a esse fato, assim como a mudança estética promovida na construção. Os arquitetos apenas se adequam às novas demandas materiais, sem consciência das relações de poder a que estão submetidos, como aponta Garry Stevens (*O círculo privilegiado*, [1998] 2003). E mais, na historiografia da arquitetura parece haver uma demanda interna do campo para a suposta mudança de estilo. Não é levado em conta, também, que a arquitetura é apenas a cereja do bolo, com pouca (ou nenhuma) influência no jogo de poder político-econômico em que se insere a construção civil.

4 Garry Stevens (O círculo privilegiado, [1998] 2003) fala que esses arquitetos estão todos à espera de projetos de maior prestígio em seus escritórios, que a demanda ordinária não é jamais o foco do campo. Contudo, contrariando Stevens, vários escritórios e assessorias técnicas de arquitetura e urbanismo no Brasil têm se interessado cada vez mais por demandas cotidianas. Ainda que Stevens possa estar certo sobre a falta de consciência das relações de poder a que estamos todos submetidos, há claramente o problema da universalização do campo da arquitetura, que é proposto por Stevens a partir da teoria de Pierre Bourdieu, desconsiderando nuances e peculiaridades regionais, locais e específicas de cada caso.

trabalho e valores que vão acompanhá-los em suas vidas"⁵ — ou seja, é nas escolas que os futuros arquitetos são socializados com o *modo architectorum*, introjetando-o. Mas tal *modo architectorum* é uma espécie de cortina de fumaça que tenta velar o fato de que a arquitetura se resume a fazer desenhos para edifícios na maneira praticada na Europa desde o Renascimento, subordinada a uma série de relações de poder das quais os envolvidos nem sequer têm consciência. Pode-se dizer que o canto do cisne de Banham sintetiza o fundamento da colonialidade na arquitetura, mostrando que o "sistema secreto de valor" iniciado no Renascimento italiano vem sendo reproduzido, desde então, no ensino e na prática da arquitetura ocidental.

Alberto Pérez-Gómez, historiador de arquitetura mexicano, mostra como, lenta e progressivamente, o paradigma da representação vai dominando a arquitetura desde o Renascimento, primeiro desvalorizando a dimensão de profundidade e posteriormente chegando a promover uma divisão entre construção e arquitetura. A consolidação de tal divisão, atribuída a Jean-Laurent Legeay, inaugurou uma tradição que levaria a obras críticas do modernismo na forma de projetos teóricos. Em meados do século XVIII, a perspectiva começa a ser usada para apresentar uma imagem final do futuro edifício, para representar a aparência de um objeto projetado. De fato, embora a perspectiva permitisse uma comunicação abrangente da ideia, sugeria implicitamente que o conhecimento da construção não era responsabilidade do arquiteto. Esse é um momento crucial na arquitetura, porque consolida a representação como paradigma e a separação entre projeto e construção.

Curiosamente, uma opção pela superação da representação como paradigma — seja representação da arquitetura existente ou representação como processo de produção da arquitetura — também acontece no Renascimento. Em 1499 é formulada pela primeira vez uma crítica contundente ao paradigma colonial na arquitetura, quando Francesco Colonna propõe, em seu *Hypnerotomachia Poliphili*, a mudança

⁵ BANHAM, A black box: the secret profession of architecture, [1990] 1999, p. 295.

⁶ PÉREZ-GÓMEZ, The space of architecture: meaning as presence and representation, 1994.

PÉREZ-GÓMEZ & PELLETIER, Architectural representation and the perspective hinge, 1997, p. 221.

⁸ Ibidem, p. 221.

⁹ Ibidem, p. 221.

¹⁰ Cf. Baltazar, Multimídia interativa e registro de arquitetura, 1998.

da representação para a interação, trazendo para a arquitetura a possibilidade do tempo presente, para além das representações do passado e do futuro. No meio de seu sonho, em busca de sua amada Polia (pólis, que representa a arquitetura), Polifilo se vê com duas ninfas, suas conselheiras, diante de três portas, sendo que deve escolher uma delas para encontrar a amada. Cada porta propõe um tipo de vida diferente: Theodoxia, Erototrophos e Cosmodoxia. A primeira porta que desperta a curiosidade de Polifilo é *Theodoxia*, ¹¹ através da qual se vê um mundo modesto, sem graça e pobre, indicando uma vida de contemplação, que Pérez-Gómez associa "à metafísica e à teologia clássicas, mas também à arquitetura como arte e ciência liberal". 12 A segunda é Cosmodoxia, através da qual se vê um mundo rico e vigoroso, embora rígido, conquistado pelo trabalho árduo, que Pérez-Gómez associa à "arquitetura como arte mecânica, mas que [...] levaria à tecnologia como realização física dos desejos materiais através da vontade de poder e seu ciclo machista de recompensa prazerosa e desilusão sem fim". 13 Por fim, Polifilo olha através da porta do meio, Erototrophos, e encontra um lugar voluptuoso e sedutor, que Pérez-Gómez associa a "uma arquitetura consciente de sua apropriação e totalidade". 14 Logística, a ninfa da razão, tenta convencer Polifilo a trilhar o caminho contemplativo ou o laboral e faz um longo discurso para desencorajá-lo do caminho sedutor, enquanto Thelemia, a ninfa do desejo, o alerta para o tédio dos espaços contemplativo e laboral, e indica o espaço erótico como aquele onde encontraria o que mais ama. Polifilo opta por Erototrophos, e não por Cosmodoxia ou Theodoxia. Escolhe a porta do meio, propondo uma crítica à arquitetura como arte liberal e ciência, e à arquitetura como arte mecânica. Aposta na arquitetura como processo contínuo, levando em consideração a necessidade de autonomia das pessoas para lidarem com seus próprios desejos. 15

Essa opção implica não uma satisfação dos desejos materiais, mas uma suspensão dos desejos ou, como argumenta Pérez-Gómez, "uma vida de desejos em que a satisfação nunca está totalmente presente ou

¹¹ Na versão deste texto na Redobra, Theodoxia e Cosmodoxia foram invertidas, mas corrijo aqui.

¹² PÉREZ-GÓMEZ, Polyphilo or the dark forest revisited, 1992, p. xvii.

¹³ Ibidem, p. xviii.

¹⁴ Ibidem, p. xviii.

¹⁵ Cf. BALTAZAR, Materamoris como alternativa pós-histórica, [2014] nesta edição, v. 1, pp. 313–324.

totalmente ausente"¹⁶ — uma vida em tempo presente, em que pode haver simultaneamente lembrança do passado e projeção do futuro, não como paradigmas, mas como alimentos para um processo antropofágico. Essa é uma alternativa à arquitetura renascentista (racional) e ao que poderia ser apresentado como seu contraponto medieval (visão romântica), que prevê a satisfação dos desejos por mero trabalho braçal. Polifilo escolhe o espaço do devir da interação. Tal espaço processual não impõe ou prediz os comportamentos, mas também não leva a uma abstração romântica utópica que culmine em uma desilusão sem fim. Polia, ou arquitetura, está por trás das três portas, mas Polifilo escolhe aquela que faz com que a arquitetura só chegue à sua completude temporariamente, por meio da interação, para além do espaço representacional.

Contudo, ainda que tenha sido feita a crítica às arquiteturas medieval e renascentista e que a modernidade seja questionada por Colonna, o paradigma colonizador da representação prevaleceu. Como aponta Sérgio Ferro, crítico da produção arquitetônica e brasileiro, prevalece a prática heterônoma de Filippo Brunelleschi, sistematizada nos escritos de Leon Battista Alberti, enfatizando a representação (e o controle) como paradigma da produção arquitetônica. Tou seja, o desenho é instrumento de dominação, seja dos trabalhadores no canteiro de obras, seja dos usuários nos edifícios acabados. A prática colonizadora está implícita no processo de produção da arquitetura ocidental e vem sendo reproduzida inquestionadamente na formação dos estudantes de arquitetura.

O título original deste texto é uma provocação que atrela prática e ensino de arquitetura num *loop* infinito. Por um lado, ele levanta o problema do paradigma da representação na prática da arquitetura e, por outro, aponta o problema da reprodução desse paradigma na socialização dos futuros arquitetos, o que consequentemente leva à reprodução desse mesmo paradigma na prática. Embora pareça não haver saída desse *loop* infinito que reproduz a colonialidade na arquitetura, podemos nos inspirar em Polifilo e pôr esse *loop* em xeque. Em vez de aceitar a representação como paradigma inquestionável, é possível pensar na antropofagia oferecendo uma perspectiva crítica para o

¹⁶ PÉREZ-GÓMEZ, Polyphilo or the dark forest revisited, 1992, p. xviii.

¹⁷ Cf. FERRO, Arquitetura e trabalho livre, 2006.

modo de produção do espaço e no giro decolonial informando a crítica do processo de socialização dos futuros arquitetos.

Interfaces para além do paradigma da representação

A representação na arquitetura pode ser incorporada a processos de produção sem manter sua centralidade, deixando de ser paradigma para ser pensada como ferramenta.¹⁸ Conforme já dito anteriormente, tanto a lembrança do passado quanto a projeção do futuro poderiam alimentar um processo antropofágico. No "Manifesto antropófago", de 1928, Oswald de Andrade questiona a dependência cultural brasileira e propõe a canibalização da cultura estrangeira, resgatando a essência do ritual antropofágico, em que humanos comem outros para incorporar suas características. Assim, a cultura brasileira valorizaria suas raízes (indígena e africana) e seria reinventada, partindo das próprias raízes e digerindo uma seleção de características da cultura colonial. Tal interculturalidade evitaria a dependência de universais, mas não deixaria de reconhecer a relevância de algumas de suas características. Um dos trechos mais reproduzidos do Manifesto é "Tupy, or not Tupy that is the question", que incorpora na dúvida shakespeariana sobre a universalidade de ser/estar no mundo a dúvida acerca da aceitação da tradição local indígena.19 A proposta de Andrade questiona os universais, deslocando-os de sua universalidade para tratá-los junto a elementos locais.

No caso da arquitetura, questionar a representação como universal não significa o abandono de todos os procedimentos adotados, mas o desencantamento com a caixa preta normativa do *modo architectorum*. A partir da diferença entre modelo e exemplo, proposta por Eduardo Viveiros de Castro, em vez de um modelo de processo de projeto, em essência normativo e prescritivo, que leva a um produto impositivo acabado, podemos pensar na lógica do exemplo, que tem por pressupostos a experiência, a sensibilidade, a capacidade inventiva de "fazer algo diferentemente igual" ou "igualmente diferente".²⁰ No processo de projeto, isso significa problematizar cada demanda, sem atropelar

¹⁸ Cf. BALTAZAR, Além da representação, [2012] nesta edição, v. 1, pp. 249–262.

¹⁹ ANDRADE, Manifesto antropófago, 1928, p. 3.

²⁰ Palestra proferida por Eduardo Viveiros de Castro na UFMG, em 9/10/2017, intitulada "O modelo e o exemplo: dois modos de mudar o mundo".

o processo definindo rapidamente um problema a ser solucionado a partir de um modelo. Ou, como diz Cedric Price, "ninguém deveria estar interessado no projeto de pontes — deveriam se preocupar em como chegar ao outro lado". Para viabilizar tal deslocamento de interesse, é necessário ir além dos projetos prescritivos. De nada adiantaria problematizar a travessia e prescrever qualquer coisa, mesmo que não seja uma ponte. A problematização precisa ser em si incorporada num processo dialógico que abra possibilidades futuras. A proposta de projeto de interfaces em vez de espaços acabados aponta na direção da superação do projeto prescritivo (do modelo), para uma canibalização da representação junto a outras características do que está sendo problematizado.

Dois exemplos ilustram a proposta de interfaces, levando em consideração a antropofagia e a lógica do exemplo. O primeiro caso é de um processo participativo para a produção de um conjunto habitacional, cuja problematização apontou a distribuição das famílias (das casas) no terreno como principal questão para atenção dos arquitetos. Geralmente tal distribuição acontece com a mediação das lideranças e, quando há possibilidade de discussão entre os participantes, há um claro privilégio dos que têm maior domínio da linguagem e da prática discursiva — sem, contudo, que nenhum participante tenha clareza sobre o impacto coletivo de sua decisão. Em vez de os arquitetos partirem para projeto e implantação das casas, deixando a cargo dos moradores a distribuição das famílias, foi proposta uma interface para mediar a negociação dessa distribuição. Essa interface foi produzida por Flávia Ballerini, em seu mestrado, visando preparar as famílias para negociações — eventualmente também de propostas de projeto —, por meio de ação direta. A interface era composta de um ambiente digital com representações abstratas (cubos com ícones) de equipamentos urbanos existentes no local — igreja, supermercado, bar —, e funcionava numa rede de computadores, sendo que em cada computador o usuário tinha sua foto mapeada num cubo que representava sua casa. Só conseguia movimentar esse cubo, mas visualizava o resultado da movimentação coletiva de todos os cubos no ambiente digital.²²

Assim, foi viabilizada uma visualização do ambiente pela qual era simulada a negociação em tempo real, e, sem muita necessidade de

²¹ PRICE, The square book, [1984] 2003, p. 51.

²² Cf. BALLERINI, Sistemas interativos digitais e processos participativos de projeto, 2002.

Interface digital para negociar a distribuição das famílias e casas no terreno de um empreendimento habitacional (Flávia Ballerini, 2002).



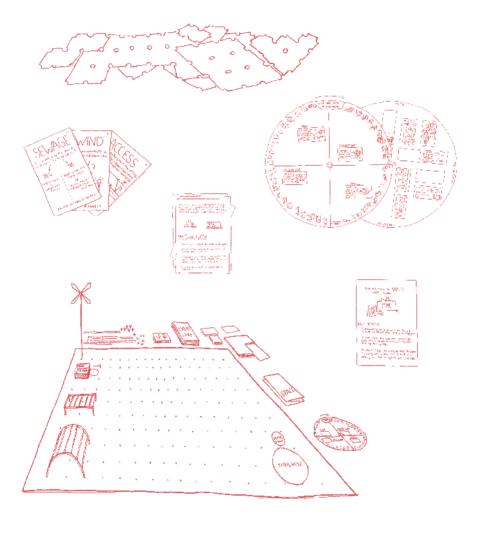


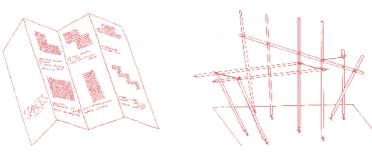


discussão, ia ficando claro para todos que não valia a pena, por exemplo, que todos se amontoassem em torno da igreja. Cada indivíduo movia sua casa segundo as prioridades de sua família e considerando as prioridades das demais famílias que formavam o coletivo. Rapidamente estabeleceu-se um cenário em que todos se sentiram contemplados. Isso é obviamente parte do processo de projeto, contudo, sem pensar o projeto apenas como representação da imagem final do edifício a ser construído. A representação foi muito usada nessa interface, mas como ferramenta, sem nenhuma intenção de dominação, muito pelo contrário, a proposta foi sempre ampliar as possibilidades de diálogo, simulando na ação (não no discurso) a distribuição das casas no terreno pelos próprios moradores.

O segundo caso é de uma demanda de projeto convencional de um concurso para escolas rurais na região da savana tropical africana, com objetivo de reprodução de aproximadamente mil escolas em dez países, de leste a oeste do continente, com diversidades bastante acentuadas (desde diferenças culturais, como multiplicidade religiosa e de métodos de ensino, até variedade climática e construtiva).²³ Propus, na Escola de Arquitetura da UFMG, uma disciplina de projeto para lidar com o programa do concurso.²⁴ O programa proposto era bastante convencional, determinando área interna (cem metros quadrados) e externa (duzentos metros quadrados), assim como o que deveria ser acomodado em cada uma delas, pressupondo um produto final que também seria apresentado de maneira convencional — quase definindo as peças para os participantes montarem um quebra-cabeça. Os estudantes foram desafiados a transpor a lógica do modelo — normativo, prescritivo e formalista — e propor uma interface para articulação espacial, levando em conta a necessidade de o projeto ser replicável e de um processo

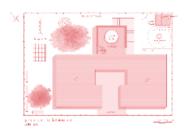
- 23 Trata-se do concurso internacional Field schools for tropical savanna climate of Africa, proposto pela ONG turca Kimse Yok Mu, em 2015.
- A disciplina foi ofertada como PFLEX (projeto flexível), com carga horária de sessenta horas, no curso de Arquitetura e Urbanismo diurno da UFMG, tendo como professor auxiliar Guilherme Ferreira de Arruda. Participaram dessa proposta os alunos Alice Rennó Werner Soares, Ana Paula Pitzer Angelo, André Higino Bastos Inoue, Bárbara Madeira Antunes, Larissa Guimarães Reis, Luis Henrique Marques de Oliveira Silva, Maria Cecilia Rocha Couto Gomes, Maria Laura de Vilhena D. e Silva, Mariana Julia Souza Barbosa Lima, Marllon Luiz Oliveira Morais, Ricardo Yoiti Hanyu Junior, e Vinicius Augusto Bicalho Moreira. Para uma descrição detalhada das discussões teóricas que informaram essa disciplina (principalmente a transição entre a lógica da representação e a lógica da diferença), cf. BALTAZAR, Architecture as interface: a constructive method for spatial articulation in architectural education, 2017.

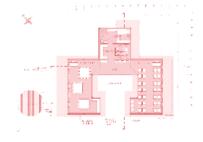




Proposta para o concurso internacional Field schools for tropical savanna climate of Africa: simulações de escola com pátio interno e de escola compacta integrada (MOM, 2015).











que envolvesse as comunidades, acomodando as diferenças locais, mas que deveria acontecer sem nossa presença.

Para informar o processo de projeto, trabalhamos inicialmente em dois tipos de seminários, para os quais grupos de três alunos prepararam material para discussão coletiva. Um sobre as características locais (físicas, geomorfológicas, climáticas, demográficas, culturais, sociais e construtivas) dos dez países que compunham a faixa leste-oeste da savana tropical, e outro sobre processos participativos e alternativos ao projeto convencional (que levantou uma série de exemplos, aprofundando nos trabalhos de Walter Segal, John Habraken, Yona Friedman e Cedric Price). Nesses seminários, os estudantes se informaram coletivamente, enriquecendo seu repertório tanto sobre as diversidades que deveriam ser consideradas quanto sobre as alternativas ao projeto convencional existentes, mas sempre considerando esse repertório como alimento para uma antropofagia, cujas características seriam usadas na lógica do exemplo, jamais do modelo.

Os estudantes trouxeram o método Segal, que, diferente de um sistema construtivo, propõe um conjunto de regras para que as pessoas tomem decisões sobre suas casas e autoconstruam com materiais encontrados em lojas de bricolagem.²⁵ Isso reforçou a ideia de que seria possível projetar uma interface capaz de receber materiais diferentes e viabilizar que a população local decidisse sobre a articulação espacial. Trouxeram também, de N. John Habraken, a proposta de suporte e recheio, reforçando a possibilidade de definir o suporte, que é de decisão coletiva, e deixar em aberto para a população local decidir sobre o recheio, específico para cada caso.²⁶ O *flatwriter* de Yona Friedman informou sobre a possibilidade de um sistema de parâmetros manipuláveis pelos usuários com feedback do sistema, o que reforçou a possibilidade de os usuários experimentarem sozinhos suas próprias articulações espaciais e testarem os resultados com algum tipo de interface informativa.²⁷ Já de Cedric Price trouxeram uma série de exemplos que enfatizam a possibilidade de propor estruturas livres de valor, permitindo que as pessoas inventem seus próprios usos.28

²⁵ Cf. MCKEAN, Learning from Segal, 1989.

²⁶ Cf. HABRAKEN, Supports: an alternative to mass housing, [1961] 1972.

²⁷ Cf. LEBESQUE & VLISSINGEN, Yona Friedman: structures serving the unpredictable, 1999.

²⁸ Cf. PRICE, The square book, [1984] 2003.

O grupo de doze estudantes decidiu propor uma única interfacejogo com três etapas, no intuito de envolver a comunidade local em todas as etapas do projeto, desde reconhecimento dos aspectos físicos do local até simulações espaciais de uma diversidade de eventos que pudessem acontecer numa escola, além da definição da escola propriamente dita. A primeira etapa propõe uma espécie de quiz para definir o tamanho do terreno (tabuleiro modulado, que deve ser desdobrado ou cortado) e as características físicas — tais como armazenamento das águas subterrâneas e índice de chuva, geomorfologia, possibilidade de reutilização de águas cinzas, disponibilidade eólica e de incidência solar —, que determinarão a inclusão dos elementos fixos — como poço de água, sistema de captação de chuva, fossa séptica, sistema de fornecimento de energia, jardim e playground —, que devem ser escolhidos a partir das características locais, dentre uma gama de possibilidades oferecidas. A segunda etapa tem por intuito apresentar repertório para que a comunidade amplie seu imaginário sobre o que pode acontecer na escola e como articular os espaços para tal. Foram propostas: cartas com situações fictícias convidando o grupo de jogadores a simular articulações espaciais para acomodar tais eventos, com suporte de módulos bi- e tridimensionais; um catálogo de espaços que apresenta o que significa cada tipo de articulação bidimensional, baseado nos padrões para projetos de escolas;29 e um volvelle que relativiza o uso de diferentes tipos de paredes, telhados, aberturas e móveis, para definição da qualidade espacial da articulação da forma, suas possíveis conexões, conforto térmico, e iluminação e ventilação. Depois de experimentar várias simulações, a terceira etapa do jogo convida a comunidade a projetar sua escola local.

Os alunos simularam duas situações, jogando o jogo para cada uma delas: primeiro, uma escola com pátio interno, para o clima tropical seco, e uma segunda proposta para uma escola compacta integrada, para o clima tropical úmido, tendo como resultado duas escolas totalmente diferentes usando o mesmo repertório projetado e trazendo possibilidades construtivas distintas, simulando diversidades locais.

Assim como a interface para negociação, essa interface também traz muitos elementos representativos. Todavia, a proposta dos estudantes de arquitetura não foi controlar a forma final do edifício, prescrevendo-a,

²⁹ NAIR et al., The language of school design: design patterns for 21st century schools, 2013.

mas criar um repertório que informasse os grupos locais com conhecimento técnico e estético, além de possibilitar a inclusão de repertório próprio, para que tomem suas decisões projetuais. Os estudantes passaram por um processo de desencantamento com o fetiche do projeto-produto pautado pelo paradigma da representação e vislumbraram a possibilidade de projetar estruturas para organizações imprevistas, abertas, não prescritas.³⁰ Nesse caso a caixa preta do *modo architectorum* foi canibalizada — já que o processo não reproduz o processo convencional —, mas o resultado final ainda é um projeto, mesmo que elaborado pelos grupos locais e não pelos estudantes.

Vale ressaltar que, ainda que haja um vislumbre das interfaces no ambiente escolar, isso não garante o fim do *loop* infinito pautado pelo paradigma da representação. Se não houver discussão crítica sobre a educação dos arquitetos, há o risco de a proposta de interface ser cooptada e se tornar modelo, ignorando o potencial antropofágico da lógica do exemplo. É evidente que a escolarização da arquitetura se deve muito mais a um processo de escolarização social do que a demandas próprias do campo. Vale notar que, em 1850, havia seiscentos arquitetos formados nos EUA e, em 1910, o número aumentou para dezesseis mil, sem que houvesse nenhuma mudança significativa na prática ou no ensino de arquitetura.³¹ Isso nos leva à seção final deste texto, que traz muito brevemente uma provocação sobre a necessidade de desescolarização da sociedade e, consequentemente, da própria arquitetura.³²

Desescolarização e giro decolonial na aprendizagem

Em 1975, em Genebra, Paulo Freire e Ivan Illich debateram o futuro da educação, retomando discussões iniciadas em 1965 no Centro Intercultural de Documentación (CIDOC), em Cuernavaca no México. Paulo Freire, mantendo sua aposta na conscientização, deixa claro que seu trabalho inicial, *Educação para liberdade*, propunha equivocadamente a educação como alavanca para a transformação da realidade, ignorando a complexidade dialética existente entre conhecimento da realidade e

³⁰ BALTAZAR et al., Ituita: an interface for playful interaction and socio-spatial transformation, 2019.

³¹ Cf. STEVENS, O círculo privilegiado, [1998] 2003.

³² Cf. ILLICH, Sociedade sem escolas, [1971] 1976. Na tradução do título original, Deschooling society, perde-se a ideia de desescolarizar a sociedade, que é muito mais radical do que apenas eliminar suas escolas.

processo de mudança da realidade.³³ Freire constata que a "educação funciona como instrumento para a preservação da sociedade"; aqueles que pensam que a educação pode mudar a sociedade "consideram que se a educação mantém a sociedade é porque pode transformar aquilo que mantém. Esquecem que o poder que a criou nunca permitirá que a educação se volte contra ele. É por essa razão que uma transformação profunda e radical da educação como sistema não pode ser produzida — e menos ainda de forma automática e mecânica — a não ser que a sociedade também se tenha transformado radicalmente".³⁴

Ivan Illich reforça a fala de Freire dizendo que, "se educação transforma, tem o poder de transformar só porque mantém aquilo que transforma". Ou seja, a educação só transforma o que lhe é permitido, pois não trabalha contra o próprio poder que lhe criou, mas o preserva. Illich completa dizendo que "não estamos falando da desescolarização do processo, do processo particular nesta organização pela qual a educação é agora elaborada, ao contrário, falamos sobre a sociedade transformando-se de tal modo que já não necessite desse processo". É a desescolarização da sociedade, não da escola ou da educação. Para Illich "educação — o que hoje se chama de educação — é essencialmente [...] provocação planejada de liberdade no outro, contraposta ao espontâneo, ao descobrimento autônomo que surge do encontro entre você e o outro". Tal descobrimento autônomo é o que Seymour Papert chama de matética (arte de aprender) em contraponto à didática (arte de ensinar). 38

Retomando a necessidade de conscientização político-cultural proposta por Freire³⁹ e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de essa conscientização acontecer pela educação ou pelo ensino numa sociedade escolarizada, no caso da arquitetura, faz-se necessário começarmos a pensar na desescolarização do campo, para que seja viável a aprendizagem autoconstruída a partir de uma crítica aprofundada do

³³ FREIRE & ILLICH, La educación: una autocrítica, [1975] 2013, p. 24.

³⁴ Ibidem, p. 26.

³⁵ Ibidem, p. 31.

³⁶ Ibidem, p. 32.

³⁷ Ibidem, p. 37.

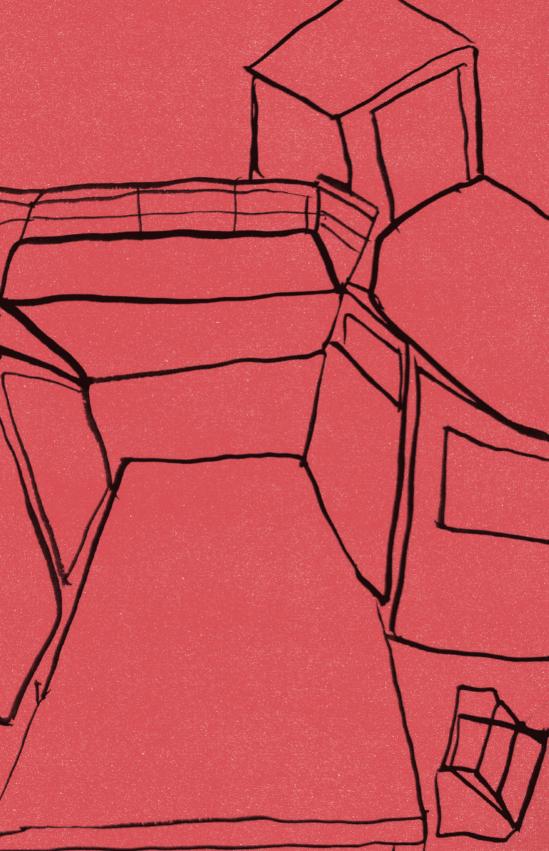
³⁸ Cf. Um encontro inesquecível entre Paulo Freire e Seymour Papert, gravado pela TV PUC-SP em novembro de 1995.

³⁹ REZENDE & BALTAZAR, Arte-educação no cotidiano sócio-espacial, [2019] nesta edição, v. 1, pp. 523-534.

modo architectorum. A tendência, como vimos acima, é reformar — e consequentemente reforçar — o sistema escolar, educacional ou o próprio modo architectorum e o modo de produção capitalista da arquitetura. Contudo, é possível vislumbrar uma saída da armadilha colonial universalizante, ou do loop infinito que fecha as possibilidades para o decolonial na arquitetura. Enrique Dussel aponta como uma das três principais fontes do giro decolonial a literatura latino-americana, exatamente por fornecer exemplos para a autoaprendizagem sócio-espacial, muito além de um ensino pautado por modelos. Talvez, num movimento antropofágico, seja possível enfatizarmos a necessidade de desescolarização da arquitetura, voltá-la para a autoaprendizagem pautada por exemplos sócio-espaciais trazidos pela literatura latino-americana e pelo cotidiano, sem, contudo, ignorar o conhecimento acumulado do campo, principalmente a representação, que pode ser apropriada sem sua carga normativa paradigmática.

⁴⁰ Cf. El giro descolonizador, entrevista concedida por Enrique Dussel a Diego Martín em abril de 2012.

bibliografia



- ABRAMO, Pedro. A cidade caleidoscópica: uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ____. Mercado imobiliário informal: a porta de entrada nas favelas brasileira. In: Pedro Abramo (ed.). Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: ANTAC, 2009, pp. 5-13.
- ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e território nas Ciências Sociais. Anais do VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Volume 3. Recife: ANPUR, 1997.
- ____. Grassroots reframing of environmental struggles in Brazil. In: David V. Carruthers (ed.). Environmental justice in Latin America: problems, promise and practice. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2008, pp. 75-97.
- ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. Novas premissas da sustentabilidade democrática. Rio de Janeiro: FASE, 1999.
- ADORNO, Theodor W. Thesen über Bedürfnis [1946]. In: Gesammelte Schriften. Band 8. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1997, pp. 392–396.
- ___. Individuum und Organisation [1953]. In: Gesammelte Schriften. Band 8. Frankfurt/M: Suhrkamp, 2003, pp. 440-456.
- ___. Dialética negativa [Negative Dialektik]. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, [1966] 2009.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos [Dialektik der Aufklärung: philosophische Fragmente]. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, [1944] 1985.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um povo? [Che cos'e un popolo?, 1996]. Trad. António Guerreiro. In: Bruno Dias; José Neves (eds.). *A política dos muitos: povo, classe e multidão.* Lisboa: Tinta da China, 2010, pp. 31–34.
- ALBERTI, Leon Battista. On the art of building in ten books [De re aedificatoria]. Trad. Joseph Rykwert; Neil Leach; Robert Tavernor. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, [1450] 1996.
- ALEXANDER, Christopher. El modo intemporal de construir [The timeless way of building]. Trad. Iris Menéndez. Barcelona: Gustavo Gili, [1979] 1981.
- ALVES, Tiago Cícero. Ocupe. Monografia de graduação. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- AMY, Khor; MING, Yu Shi; YUAN, Lim Lan. The nature vacancy rate of the Singapore office market. *Journal of Property Research*, n. 4, 2000, pp. 329-338.
- ANDRADE, Oswald. Manifesto antropófago. *Revista de Antropofagia*, v. 1, n. 1, 1928, pp. 3, 7.
- ANKER, Peder. From Bauhaus to Eco-House: a history of ecological design. Baton Rouge, LA: Louisiana State University Press, 2010.
- ARANTES, Pedro Fiori. Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ARANTES, Pedro; FIX, Mariana. Pacote habitacional de Lula é a privatização da política urbana. Correio da Cidadania, São Caetano do Sul, 29/7/2009, on-line.
- ARENDT, Hannah. A condição humana [The human condition]. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1958] 2000.
- ARNSTEIN, Sherry. A ladder of citizen participation. *Journal of the Institute of American Planners*, v. 34, n. 4, 1969, pp. 216–224.

- ARRUDA, Guilherme. Do discurso ao diálogo: interfaces físico-digitais no espaço urbano para a retomada da esfera pública. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- AZEVEDO, Sérgio de. Estratégias de gestão. In: MCIDADES. Política habitacional e a integração urbana de assentamentos precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos. Brasília: MCIDADES, 2007, pp. 79-92.
- BAIRD, George; JENCKS, Charles (eds.). *Meaning in architecture*. New York: George Braziller, 1969.
- BALMOND, Cecil. New structure and the informal. Assemblage, n. 33, 1997, pp. 47-57.
- BALTAZAR, Ana Paula. Multimídia interativa e registro de arquitetura: a imagem da arquitetura além da representação. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. 1998.
- ____. Cyberarchitecture: the virtualisation of architecture beyond representation towards interactivity: forming and informing spaces and subjects. PhD Dissertation. London: The Bartlett School of Architecture, University College London, 2009.
- ____. Architecture as interface: a constructive method for spatial articulation in architectural education. In: Manuel Couceiro da Costa; Filipa Roseta; Joana Pestana Lages; Susana Couceiro da Costa (eds.). Architectural Research Addressing Societal Challenges: Proceedings of the EAAE ARCC 10th International Conference. London: Taylor & Francis, 2017, pp. 1099–1106.
- BALTAZAR, Ana Paula; CABRAL FILHO, José. Antropofagia no ensino introdutório de projeto: duas décadas de experiência. In: *V Seminário Projetar*. Belo Horizonte: EA-UFMG, 2011.
- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Learning from 'favelas': the poetics of users' autonomous production of space and the non-ethics of architectural interventions. In: *Proceedings of the international conference Reconciling poetics and ethics in architecture*. Montreal: McGill University, 2007, s.p.
- BALTAZAR, Ana Paula; CABRAL FILHO, José; VAN STRALEN, Mateus; ARRUDA, Guilherme. Estrutura cibernética para aprendizagem: o caso do Ateliê Integrado de Arquitetura. I Congresso de inovação e metodologias de ensino GIZ UFMG, 2015.
- BALTAZAR, Ana Paula; VAN STRALEN, Mateus; MELGAÇO, Lorena; ARRUDA, Guilherme; MILAGRES, Lígia. Ituita: an interface for playful interaction and socio-spatial transformation. *Built Environment*, v. 45, 2019, pp. 212–229.
- BALTAZAR, Ana; ARRUDA, Guilherme; CABRAL FILHO, José; MELGAÇO, Lorena; ALMEIDA, Marcela. Dialogue with interfaces: beyond the visual towards socio-spatial engagement. In: Anna Ursyn (ed.). Interface support for creativity, productivity, and expression in computer graphics. Pennsylvania: IGI Global, 2019, pp. 129–148.
- BANDEIRINHA, José António. 'Verfremdung' vs. 'Mimicry': o SAAL e alguns dos seus reflexos na contemporaneidade / 'Verfremdung' vs. 'Mimicry': the SAAL and some of its reflections in the current day. In: Delfim Sardo (ed.). Falemos de casas: entre o norte e o sul / Let's talk about houses: between north and south. Lisboa: Athena; Babel, 2010, pp. 59–79.
- BANHAM, Reyner. A black box: the secret profession of architecture [1990]. In: A critic writes: essays by Reyner Banham. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1999, pp. 291–299.

- BANHAM, Reyner; BARKER, Paul; HALL, Peter; PRICE, Cedric. Non-plan: an experiment in freedom. *New Society*, n. 338, 1969, pp. 435–443.
- BALLERINI, Flávia. Sistemas interativos digitais e processos participativos de projeto um estudo de caso: Mutirão São Gabriel. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- BARAD, Karen. Getting real: technoscientific practices and the materialization of reality. *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, v. 10, n. 2, 1998, pp. 87–128.
- BARAVELLI, José Eduardo. O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa de Pósgraduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2005.
- BARROS, Luís Torres. Política habitacional em Goiás: do mutirão ao cheque-moradia.

 Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em
 Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro,
 2011.
- BARTHES, Roland. Réquichot e seu corpo [Réquichot et son corps, 1973]. In: O *óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Trad. Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, pp. 189-214.
- BATLICKOVA, Eva. Mapas verdadeiros não existem. Artigo apresentado no Congresso Internacional Imagem, imaginação, fantasia: vinte anos sem Vilém Flusser, Ouro Preto, 2011 (inédito).
- BEDÊ, Mônica. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993-1996. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- BELSKY, Eric S. Rental vacancy rates: a policy primer. *Housing Policy Debate*, n. 3, 1992, pp. 793-813.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica [Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit, 1935-1936]. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 165-196.
- ___. Sobre o conceito da história [Über den Begriff der Geschichte, 1940]. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 222–232.
- ____. Passagens. Trad. Irene Aron; Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1927-1940] 2018.
 Das Passagen-Werk. Frankfurt/M: Suhrkamp, [1927-1940] 1982.
- BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade [Two concepts of liberty, 1958]. In: *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios.* Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 246–272.
- BERNARDO, João. Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.
- BERNIS, Frederico Mourão. O arquiteto despachante: a participação do arquiteto na produção habitacional de massa. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

- BICCA, Paulo. Arquiteto: a máscara e a face. São Paulo: Projeto, 1984.
- BIJKER, Wiebe; HUGHES, Thomas; PINCH, Trevor (eds.). The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1987.
- BLACKSHAW, Tony. Key concepts in community studies. London: Sage, 2010.
- BLANK, Gilda. Experiência de urbanização de favela carioca, Brás de Pina. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977.
- BLUNDELL JONES, Peter; PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy (eds.). Architecture and participation. London; New York: Spon Press, 2005.
- BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunca; VARANDA, Ana Paula de Moura (eds.). Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fase; Lastro; IPPUR-UFRI, 2009.
- BONDUKI, Nabil. Construindo territórios da utopia. Rio de Janeiro: FASE, 1992.
- ___. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Arq.Urb*, n. 1, 2008, pp. 70-104.
- BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. *Arquitextos*, São Paulo, v. 10, n. 120, 2010, on-line.
- BORJA-VILLEL, Manuel J. Introducción. In: *Lygia Clark*. Catálogo de exposição. Barcelona: Fundación Antoni Tàpies, 1997.
- BOSMA, Koos; HOOGSTRATEN, Dorine van; VOS, Martijn. Housing for the millions: John Habraken and the SAR 1960-2000. Rotterdam: NAI, 2004.
- BOUDON, Philippe. Pessac de Le Corbusier. Paris: Dunod, 1969.
- BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos [Le marché des biens symboliques, 1970]. Trad. Sergio Miceli. In: Pierre Bourdieu. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005, pp. 99–182.
- ____. A distinção: crítica social do julgamento [La distinction: critique sociale du jugement]. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, [1979] 2007.
- BRANDÃO, Francisco de Assis da Silva. Curso de urbanismo do professor Gaston Bardet. *Revista da Escola de Arquitetura da UMG*, n. 156, 1956, pp. 156–160.
- BRANDENBERGER, Francys. Plano Global Específico: um instrumento de planejamento urbano em assentamentos subnormais. In: Ros Mari Zenha; Carlos Geraldo Luz de Freitas (eds.). Anais do seminário de avaliação de projetos IPT em habitação e meio ambiente. São Paulo: IPT, 2000, pp. 157-162.
- BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- BROOME, John. Mass housing cannot be sustained. In: Peter Blundell Jones; Doina Petrescu; Jeremy Till (eds.). *Architecture and participation*. Routledge: London, 2005, pp. 65–75.
- BROWN, Cynthia. Literacy in 30 hours: Paulo Freire's process in northeast Brazil. Chicago: Alternative Schools Network, 1978.

- BRUEGMANN, Robert. The pencil and the electronic sketchboard: architectural representation and the computer. In: Eve Blau; Edward Kaufman (eds.). *Architecture and its image*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1989, pp. 139–155.
- BRUNA, Paulo. Arquitetura, industrialização e desenvolvimento. São Paulo: Perspectiva, [1976] 2002.
- CABRAL FILHO, José dos Santos. Formal games and interactive design. PhD Dissertation. Sheffield: Sheffield University, 1996.
- CALDERÓN, Julio. Formalización de la propriedad, cultura registral y credito em Peru. In: Pedro Abramo (ed.). *A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, 2003, pp. 173–187.
- ___. The formalisation of property in Peru 2001–2002: the case of Lima. *Habitat International*, n. 28, 2004, pp. 289–300.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. Contextualização/ Caracterização. In: MCIDADES. Política habitacional e a integração urbana de assentamentos precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos. Brasília: MCIDADES, 2007, pp. 13-45.
- CARDOSO, Adauto Lúcio; SILVEIRA, Maria Cristina Bley da. O plano diretor e a política de habitação. In: Orlando Alves dos Santos Júnior; Daniel Todtmann Montandon (eds.). Planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítica e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Cidades, IPPUR-UFRJ, 2011, pp. 99–126.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede [The rise of the network society]. Volume 1. Trad. Roneide Venancio Majer; Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, [1996] 2002.
- CASTLE, Helen (ed.). Latin America at the crossroads. Architectural Design, v. 81, n. 3, 2011.
- CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo. Saverio Muratori and the Italian school of planning typology. *Urban Morphology*, v. 6, n. 1, 2002, pp. 3–14.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer [L'invention du quotidien: 1. arts de faire]. Trad. Ephraim Ferreira Alvez. Petrópolis: Vozes, [1990] 1994.
- CHAPLIN, Sarah; HOLDING, Eric. Consuming architecture. In: Sarah Chaplin; Eric Holding (eds.). Consuming Architecture. Architectural Design, v. 68, n. 1-2, 1998, pp. 6-9.
- CHINELLI, Filippina. Os loteamentos de periferia. In: Licia do Prado Valladares (ed.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, pp. 49–68.
- CMMAD [Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento]. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- COLOMINA, Beatriz. Privacy and publicity: modern architecture as mass media. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, [1994] 2000.
- COLONNA, Francesco. Hypnerotomachia Poliphili: the strife of love in a dream [Hypnerotomachia Poliphili, ubi humana omnia non nisi somnium esse docet]. Trad. Joscelyn Goodwin. London: Thames and Hudson, [1499] 1999.
- CONTI, Alfio. A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o 'Plano Global Específico'. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 11, n. 12, 2004, pp. 189–216.

- COOKE, Bill. Rules of thumb for participatory change agents. In: Samuel Hickey; Giles Mohan (eds.). *Participation: from tyranny to transformation?*. London; New York: Zed Books, 2004, pp. 42–55.
- COOKE, Bill; KOTHARI, Uma (eds.). Participation: the new tyranny?. London, New York: Zed Books, 2001.
- DAGNINO, Renato (ed.). Tecnologia Social: ferramentas para construir outra sociedade. Campinas: Komedi, 2010.
- DAGNINO, Renato. Apresentação. In: Renato Dagnino (ed.). Tecnologia Social: ferramentas para construir outra sociedade. Campinas: Komedi, 2010, pp. 7-22.
- ____. A tecnologia social e seus desafios. In: Antonio De Paulo; Claiton José Mello; Lenart P. do Nascimento Filho; Teodoro Koracakis (eds.). Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, pp. 187-210.
- DALLET, Émilie Moret; FABRE, August; PRUDHOMMEAUX, Jules Jean. Twentyeight years of co-partnership at Guise. Trad. Aneurin Williams. London: Labour Co-partnership Association, 1908.
- DALY, Herman E.; COBB JR., John B. For the common good: redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future. Boston: Beacon Press, 1989.
- DAVIDOFF, Paul. Advocacy and pluralism in planning [1965]. In: Jay Stein (ed.). Classic readings in urban planning. Chicago: Planners Press, 2004, pp. 41–52.
- DAVIS, Mike. Planeta favela [Planet of slums]. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DAVIS, Sam (ed.). The form of housing. New York: Van Nostrand Reinhold, 1977.
- DE LANDA, Manuel. Meshworks, hierarchies and interfaces. In: John Beckmann (ed.). *The virtual dimension: architecture, representation, and crash culture.* New York: Princeton Architectural Press, 1998, pp. 274–285.
- DE PAULO, Antonio; MELLO, Claiton José; NASCIMENTO FILHO, Lenart P. do; KORACAKIS, Teodoro. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2 [Mille plateaux: capitalime et schizophrénie 2]. Volume V. Trad. Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, [1980] 1997.
- DEMO, Pedro. Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.
- DREYFUS, Hubert. What computers still can't do: a critique of artificial reason. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1993.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Comunidade [1972]. In: A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004, pp. 221–225.
- ___. As comunidades tradicionais e a migração [1973]. In: A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004, pp. 131–179.
- EDWARDS, Michael. Os mitos e realidades do filantropo-capitalismo. On-line, 2008.
- EINSTEIN, Albert. Vorwort. In: Max Jammer. Das Problem des Raumes. Darmstadt, 1960.
- EISENMAN, Peter. Notes on conceptual architecture: towards a definition. *Design Quarterly*, n. 78/79, pp. 1–5, 1970.

Diagram diaries. London: Thames and Hudson, 1999.
ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado [Der Ursprung der Familie, des Privateigenthums und des Staats]. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, [1884] 2019.
FARAH, Marta. Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1996.
FEENBERG, Andrew. Questioning technology. London; New York: Routledge, 1999.
Transforming technology: a critical theory revisited. Oxford; New York: Oxford University Press, 2002.
Between reason and experience: essays in technology and modernity. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2010.
FERNANDES, Edésio. Constructing the 'right to the city' in Brazil. Social Legal Studies, v. 16, n. 2, 2007, pp. 201–210.
FERNANDES, Edésio; PEREIRA, Helena Dolabela. O fracasso da URBEL. $Promoç\~ao$ $Humana$ $RCC-BH$, 2010, on-line.
FERNANDEZ, Maria. Cyberfeminism, racism, embodiment. In: Maria Fernandez; Faith Wilding; Michelle Wright (eds.). <i>Domain errors: cyberfeminist practices!</i> . New York: Autonomedia, 2002, pp. 29-44.
FERRAZ, Silvio. Brás de Pina e Codesco. Favela tem Memória, n. 49, 2004, s.p.
FERREIRA, Evandson Paiva. Resenha de A escola e os desafios contemporâneos. Polyphonía, v. 24, n. 1, 2013, p. 223–232.
FERRO, Sérgio. A produção da casa no Brasil [A casa popular, 1969]. In: Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 59-101.
O canteiro e o desenho [1976]. In: <i>Arquitetura e trabalho livre</i> . São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 105–200.
Depoimento a um pesquisador [2000]. In: <i>Arquitetura e trabalho livre</i> . São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 274–298.
Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
FERRO, Sérgio; STOLFI, Ariane; REZENDE, Daniele; NOBRE, Tatiana. Conversa com Sérgio Ferro. São Paulo: FAU-USP, 2002.
FIGUEIREDO, Lorena Melgaço. Das políticas urbanas aos princípios jurídicos: percorrendo os caminhos da avenida do Cardoso, no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. Monografia de graduação. Belo Horizonte: Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
FILARETE [Antonio Pietro Averlino]. Filarete's treatise on architecture. Trad. John R. Spencer. New Haven: Yale University Press, [ca. 1460] 1965.
FIRTH, Raymond. We, the Tikopia: A sociological study of kinship in primitive Polynesia. London: Allen & Unwin, 1936.
Primitive Polynesian economy. London: Routledge, 1939.
The work of the gods in Tikopia. Melbourne: Melbourne University Press, 1940.

FLU	JSSER, Vilém. Linha e superfície [1973] In: O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação. Trad. Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007, pp. 101–125. Line and surface. Main Currents, v. 29, n. 3, 1973, pp. 100–106. Line and surface [1973]. In: Andreas Ströhl (ed.). Writings: Vilém Flusser.
	Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002, pp. 21–34. Two approaches to the phenomenon, television. In: Douglas Davis, Allison Simmons (eds.). <i>The new television: a public private art.</i> Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1977, pp. 234–247.
•	Nosso programa. In: Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Duas Cidades, 1983, pp. 25-31.
	Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia [Für eine Philosophie der Fotografie]. Trad. Vilém Flusser. São Paulo: Hucitec, [1983] 2002.
·	Espaço urbano e as novas tecnologias [1985]. Vilém Flusser Archiv Berlin (inédito).
	Krise der Linearität. Bern: Benteli, 1988.
	Design: obstáculo para a remoção de obstáculos? [1988]. In: O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação. Trad. Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007, pp. 193–198. Design: Hindernis zum Abräumen von Hindernissen?. Design-Report, n. 9, [1988] 1989, pp. 4–5.
	Man as subject and project [1989]. Vilém Flusser Archiv Berlin (inédito).
•	A fábrica [Die Fabrik, 1991]. In: O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação. Trad. Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007, pp. 33–44.
·	Die Stadt als Wellental in der Bilderflut. <i>Arch+</i> , v. 111, n. 3, 1992, pp. 58–63. The city as wave-trough in the image-flood. Trad. Phil Gochenour. <i>Critical Inquiry</i> , v. 31, n. 2, [1992] 2005, pp. 320–328.
	A fenomenologia do brasileiro: em busca de um novo homem [Brasilien oder die Suche nach dem neuen Menschen: für eine Phänomenologie der Unterentwicklung]. Trad. Gustavo Bernardo. Rio de Janeiro: Editora UERJ, [1994] 1998.
	Medienkultur. Frankfurt/M: Fischer, 1997.
	Animação cultural. In: Ficções filosóficas. São Paulo: EDUSP, 1998, pp. 143–147.
	Do programa [s.d]. Vilém Flusser Archiv Berlin (inédito).
	Imagination [s.d]. Vilém Flusser Archiv Berlin (inédito).
	Jogos [s.d]. Vilém Flusser Archiv Berlin (inédito).
·	Nicolas Schoeffer's 'cybernetic light tower' [s.d]. Vilém Flusser Archiv, Berlin (inédito).
	On being subject to objects [s.d]. Vilém Flusser Archiv Berlin (inédito).
	Projetos superpostos [s.d]. Vilém Flusser Archiv Berlin (inédito).
For	NTOURA, Maria Eugênia; PEREIRA, Débora Couto; LEBEDEFF, Tatiana; BASTOS, Amélia R. Borges. A tríade: ensino, pesquisa e extensão na construção de escolas inclusivas. <i>X Salão de Iniciação Científica PUC-RS</i> . Porto Alegre: PUC-RS, 2009, pp. 1364–1373.

- FORESTER, John. Planning in the face of power. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1989.
- FOUCAULT, Michel. Space, knowledge, and power: interview conducted by Paul Rabinow [1982]. In: James D. Faubion (ed.). Power (The essential works of Foucault 1954–1984, Volume 3). Trad. Robert Hurley. London: Penguin, 2002, pp. 349–364.
- FRANK, Ben. New right/ new left: an alternative experiment in freedom. In: Jonathan Hughes; Simon Sadler (eds.). Non-plan: essays on freedom participation and change in modern architecture and urbanism. Oxford: Architectural Press, 2000, pp. 32-43.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1968] 1983.
- ____. Extensão ou comunicação?. [Extención o comunicación?]. Trad. Rosica Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1969] 1993.
 - FREIRE, Paulo; Illich, IVAN. *La educación: una autocrítica.* Buenos Aires: Ediciones Búsqueda, [1975] 2013.
- FRIEDMAN, Avi. The adaptable house: designing homes for change. New York: McGraw-Hill, 2002.
- FRIEDMAN, Yona. Toward a scientific architecture [Pour une architecture scientifique]. Trad. Cynthia Lang. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, [1971] 1980.
- GIEDION, Sigfried. Building in France, building in iron, building in ferroconcrete
 [Bauen in Frankreich, Bauen in Eisen, Bauen in Eisenbeton]. Trad. J. Duncan Barry.
 Santa Monica: The Getty Center for the History of Arts and the Humanities,
 [1928] 1995.
- GILBERT, Alan; GUGLER, Josef. Cities, poverty and development: urbanization in the Third World. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos [Asylums: essays on the condition of the social situation of mental patients and other inmates]. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, [1961] 1974.
- GORENDER, Jacob. Apresentação [1983]. In: Karl Marx. O capital: crítica da economia política. Volume I. Livro I. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1996, pp. 5–70.
- GORZ, André. Técnica, técnicos e luta de classes [1971]. In: André Gorz (ed.). Crítica da divisão do trabalho [Critique de la division du travail]. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1996, pp. 211-248.
- ___. (ed.). Crítica da divisão do trabalho [Critique de la division du travail]. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, [1973] 1996.
- ___. Metamorfoses do trabalho, busca do sentido: crítica da razão econômica [Métamorphoses du travail, quête du sens: critique de la raison économique]. Trad. Ana Montoia. São Paulo: Annablume, [1988] 2007.
- GREGORY, Richard. Olho e cérebro: psicologia da visão [Eye and brain: the psychology of seeing]. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, [1966] 1979.
- GUEDES DE MENDONÇA, Carina. Arquitetura na periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

- GUSTIN, Miracy B. S.; COSTA, Márcia H. B. C. da; BALTAZAR, Ana Paula; FURIATI, Lucas. Direito fundamental à moradia adequada: novos olhares sobre os impactos e efeitos das políticas públicas de assentamentos e reassentamentos em aglomerados urbanos em Belo Horizonte. Relatório de pesquisa. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- HABRAKEN, N. John. Supports: an alternative to mass housing [De dragers en de mensen, het einde van de massawoningbouw]. Trad. B. Valkenburg. London: Architectural Press, [1961] 1972.
- HALBWACHS, Maurice. Morfologia social [Morphologie sociale]. Trad. Fernando de Miranda. Lisboa: Edições 70, [1938] 2010.
- HAMDI, Nabeel. Small change: about the art of practice and the limits of planning in cities. London: Earthscan, 2004.
- HAREL, Idit; PAPERT, Seymour (eds.). Constructionism: research reports and essays, 1985-1990. Santa Barbara: Praeger, 1991.
- HARRIS, Richard. A double irony: the originality and influence of John F. C. Turner. *Habitat International*, n. 27, 2003, pp. 245–269.
- HARVEY, David. *Justice, nature and the geography of difference*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1996.
- ___. O direito à cidade. [The right to the city, 2008]. Trad. Jair Pinheiro. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, 2012, pp. 73-89.
- ___. Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution. London; New York: Verso, 2012.
- HATCH, David L. Changes in the structure and function of a rural New England community since 1900. PhD Dissertation. Cambridge, Massachusetts: Harvard University, 1948.
- HEALEY, Patsy. Collaborative planning: shaping places in fragmented societies. Houndmills; London: Macmillan, 1997.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Linhas fundamentais da filosofia do direito, ou, Direito natural e ciência do estado em compêndio [Grundlinien der Philosophie des Rechts oder Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundrisse]. Trad. Paulo Meneses; Agemir Bavaresco; Alfredo de Oliveira Moraes; Danilo Vaz-Curado R. M. Costa; Greice Ane Barbieri; Paulo Roberto Konzen. São Leopoldo: Editora UNISINOS, [1821] 2010.
- HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo [Sein und Zeit]. Parte 1. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, [1927] 2005.
- HEILBRONER, Robert. A história do pensamento econômico [The wordly philosophers]. Trad. Therezinha M. Deutsch; Sylvio Deutsch. São Paulo: Nova Cultural, [1953] 1996.
- HERCULANO, Selene C. Como passar do insuportável ao sofrível. *Tempo e Presença*, v. 14, n. 261, 1992, pp. 12–15.
- HEYNEN, Hilde. The jargon of authenticity: modernism and its (non)political position. In: Mart Kalm; Ingrid Ruudi (eds.). *Constructed happiness: domestic environment in the cold war era.* Talinn: Estonian Academy of Arts, 2005, pp. 10–27.
- HILL, Jonathan (ed.). Occupying architecture: between the architect and the user. London; New York: Routledge, 1998.

- HOMANS, George C. *The human group*. New Brunswick; London: Transactions, [1951] 2004.
- HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica [Traditionelle und kritische Theorie, 1937]. In: Max Horkheimer; Theodor Adorno. *Textos escolhidos*. Trad. Edgard Afonso Malagodi; Ronaldo Pereira Cunha. São Paulo: Nova Cultural, 1991, pp. 31–68.
- ____. Zur Kritik der gegenwärtigen Gesellschaft. In: Hermann Glaser; Karl Heinz Stahl (eds.). Opposition in der Bundesrepublik: ein Tagungsbericht. Freiburg: Rombach, 1968, pp. 14–22.
- HUGO, Victor. O corcunda de Notre Dame [Notre-Dame de Paris: 1482]. Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Zahar, [1831] 2015.
- ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas [Deschooling society]. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes. [1971] 1976.
- ILLICH, Ivan. A convivencialidade. Trad. Arsênio Mota. Lisboa: Europa-América, [1973] 1976.
 Tools for conviviality. Glasgow: Fontana, [1973] 1975.
- ILLICH, Ivan. Necessidades. In. Wolfgang Sachs (ed.). Dicionário do desenvolvimento. Trad. Vera Lúcia M. Joscelyne; Susanna de Gyalokay; Jaime A Clasen. Petrópolis: Vozes, [1992] 2000, pp. 155–172.
 Needs. In: Wolfgang Sachs (ed.). The development dictionary: a guide to knowledge as power. London, New York: Zed Books, [1992] 2010, pp. 95–110.
- ISOZAKI, Arata. Erasing architecture into the system [1975]. Trad. Alfred Birnbaum. In: Hans Ulrich Obrist (ed.) *RE:CP by Cedric Price*. Basel; Boston; Berlin: Birkhäuser, 2003, pp. 25–52.
- JAISSON, Marie. Temps et espace chez Maurice Halbwachs. Revue d'Histoire des Sciences Humaines, n. 1, pp. 163-178, 1999.
- JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio [Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism]. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, [1991] 1996.
- JARAMILLO, Samuel. Producción de vivienda y capitalismo dependiente: el caso de Bogotá. Bogotá: Universidad de los Andes, 1980.
- JENCKS, Charles; BUNT, Richard; BROADBENT, Geoffrey. Signs, symbols and architecture. New York; London: John Wiley, 1980.
- ____. Towards a symbolic architecture. New York: Rizzoli, 1985.
- JEZINE, Edineide. As práticas curriculares e a extensão universitária. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- JOLLIVET, Marcel. Éléments pour une réflexion interdisciplinaire sur le concept de développement durable: un point de vue de sciences sociales. *Natures Sciences Sociétés*, v. 6, n. 4, 1998, pp. 50-52.
- JONES, John Chris. *Designing designing*. London: Architecture, Design and Technology Press, 1991.
- ___. Design methods: second edition with new prefaces and additional texts. New York: Van Nostrand Reinhold, 1992.
- JUD, G. Donald; FREW, James. Atypicality and the natural vacancy rate hypothesis. Journal of the American Real Estate and Urban Economics Association, v. 18, n. 3, 1990, pp. 294–301.

- JUNG, Maria da Glória. A participação social e as políticas públicas: o exemplo do PROSANEAR-RJ. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro; Programa de Pósgraduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- KANT, Immanuel. A religião nos limites da simples razão. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, [1773] 1992.
 Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft. Leipzig: Felix Meiner, [1773] 2003.
- KAPP, Silke. Abenteuer der Körper in ungemütlichen Städten. Cloud Cuckoo Land Internacional Journal of Architectural Theory, v. 7, n. 1, 2002, pp. 1–8.
- ___. Anti-catarse ou a contaminação pela arquitetura. In: Rodrigo Duarte; Virgínia Figueiredo; Verlaine Freitas; Imaculada Kangussu (eds.). Kátharsis: reflexões de um conceito estético. Belo Horizonte: C/ Arte, 2002, pp. 196-204.
- ___. Autonomia, heteronomia, arquitetura. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 10, n. 11, 2004, pp. 95–105.
- ____. Por que teoria crítica da arquitetura? Uma explicação e uma aporia. In: Maria Lúcia Malard (ed.). Cinco textos de arquitetura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, pp. 115–168.
- KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. Arquitetura Livre. A&U, v. 19, n. 123, 2004, pp. 75-77.
- KENDALL, Steven; TEICHER, Jonathan. Residential open building. London; New York: Spon, 2000.
- KIRCH, Patrick V. Microcosmic histories: island perspectives on 'global' change. *American Anthropologist*, v. 99, n. 1, 1997, pp. 30-42.
- KON, Anita. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. Anais do XXXII Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Economia. João Pessoa: ANPEC, 2004, on-line.
- KOOLHAAS, Rem. Introduction. In: Hans Ulrich Obrist (ed.). RE:CP by Cedric Price. Basel; Boston; Berlin: Birkhäuser, 2003, pp. 6-8.
- KWINTER, Sanford. Architectures of time: toward a theory of the event in modernist culture. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2001.
- LAGO, Luciana (ed.). Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2012.
- LAMBERTS, Roberto; TRIANA, Maria Andrea; FOSSATI, Michele; BATISTA, Juliana Oliveira. Sustentabilidade nas edificações: contexto internacional e algumas referências brasileiras na área. Florianópolis: Laboratório de Eficiência Energética em Edificações, 2007 (inédito).
- LANA, Helena F. A. M. M. Uma experiência de produção de espaço coletivo na Ocupação Dandara: a comunidade real como horizonte teórico de uma assessoria. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- LATOUR, Bruno. A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru: EDUSC, [1999] 2001. Pandora's hope: essays on the reality of science studies. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.
- LAUREL, Brenda. Interface agents: metaphors with character. In: Brenda Laurel (ed.). The art of human-computer interface design. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1999, pp. 355–365.

- LAWSON, Bryan. How designers think: the design process demystified. Oxford: Architectural Press, [1990] 2006.
- LEBESQUE, Sabine; VLISSINGEN, Helene Fentener van. Yona Friedman: structures serving the unpredictable. Rotterdam: NAI, 1999.
- LE CAMUS DE MÉZIÈRES, Nicolas. Le guide de ceux qui veulent bâtir. Paris: B. Morin, 1781.
- LE CORBUSIER [Charles-Édouard Jeanneret-Gris]. Por uma arquitetura [Vers une architecture]. Trad. Ubirajara Rebouças. São Paulo: Perspectiva, [1923] 1981.
- LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. Foreword to the second edition [1958]. In: *Critique of everyday life*. Volume 1 [*Critique de la vie quotidienne I*]. Trad. John Moore. London: Verso, 2008, pp. 1–99.
- ___. O direito à cidade [Le droit à la ville]. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, [1968] 2001.
- ____. A re-produção das relações de produção [La survie du capitalisme: la reproduction des rapports de production]. Trad. Antonio Ribeiro; M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

 The survival of capitalism: reproduction of the relations of production [La survie du capitalisme: la reproduction des rapports de production]. Trans. Frank Bryant. London: Allison & Busby, [1973] 1976.
- ___. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1974. [Para as citações deste livro, até o capítulo V, recorremos à tradução ainda inédita de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, às vezes ligeiramente alterada.]
- ___. Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire. *Le Monde Diplomatique*, n. 422, 1989, pp. 16-17.
- ____. From the social pact to the contract of citizenship [Du contrat de citoyennete, 1990]. In: Eleonore Kofman; Elizabeth Lebas; Stuart Elden (eds.). Henri Lefebvre: key writings. London; New York: Continuum, 2003, pp. 238–254.
- LÉVY, Pierre. O que é o virtual? [Que-est que c'est le virtuel?]. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, [1995] 1996.
- LIERNUR, Jorge Francisco. Arquitectura en la Argentina del siglo XX: la construcción de la modernidad. Buenos Aires: Fondo Nacional de las Artes, 2001.
- LIVINGSTON, Rodolfo. Arquitectos de la comunidad: el método. Buenos Aires: Kliczkowski, [2002] 2004.
- LOOS, Adolf. Von einem armen, reichen manne [1900]. In: *Ins Leere gesprochen. Gesammelte Schriften 1897–1900.* Wien: Prachner, 1997, pp. 198–203.
- LOPES, João Marcos de Almeida; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. In: Simpósio Ibero-Americano de cidade e cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas. São Carlos: EESC-USP, 2010, s.p.
- LÖW, Martina. Raumsoziologie. Frankfurt/M: Suhrkamp, [2001] 2012.
- MACEDO, Danilo Matoso. Deixar de pensar no estilo. Portal MDC. Revista de arquitetura e urbanismo, 2009.
- MACIEL, Carlos Alberto. Arquitetura, projeto e conceito. *Arquitextos*, São Paulo, v. 4, 043.10, 2003, on-line.

- MAMANI, Hernán A. Crescimento do transporte informal e circuitos da economia urbana e regional: aplicação da teoria de Milton Santos na análise do fenômeno a partir dos anos 90. *Cadernos IPPUR*, v. 21, n. 1, 2007, pp. 155–171.
- MARCUSE, Herbert. Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud [Eros and civilization: philosophical inquiry into Freud]. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, [1955] 1968.
- ___. Um ensaio sobre a libertação [An essay on liberation]. Trad. Maria Odina Braga. Lisboa: Bertrand. [1969] 1977.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: Ermínia Maricato (ed.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, pp. 71–93.
- . Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ___. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARQUEZ, Renata. Davi no museu. Piseagrama, n. 11, 2017, pp. 2-11.
- MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel [Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie]. Trad. Rubens Enderle; Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, [1843-44] 2010.
- ____. O capital: crítica da economia política. Livro I. [Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band]. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, [1867] 2017.
- MATURANA, Humberto; POERKSEN, Bernhard. From being to doing: the origins of the biology of cognition [Vom Sein zum Tun: die Ursprünge der Biologie des Erkennens]. Trad. Wolfram Karl Köck; Alison Rosemary Köck. Heidelberg: Carl-Auer Verlag, [2002] 2004.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. Autopoiesis and cognition: the realization of the living. *Boston Studies in the Philosophy of Science*, v. 42, Dordrecht: D. Reidel, 1980, pp. 63–141.
- MAYO, Elton. The human problems of an industrial civilization. New York: Macmillan, 1933.
- MCCORMICK, John. Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista [Reclaiming paradise: the global environmental movement]. Trad. Marco Antonio Esteves da Rocha; Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, [1989] 1992.
- MCGINTY, Tim. Conceitos em arquitetura. In: James C. Snyder; Anthony J. Catanese (eds.) *Introdução à Arquitetura* [*Introduction to Architecture*]. Trad. Heloisa Frederico. Rio de Janeiro: Campus, [1979] 1984, pp. 210–236.
- MCIDADES. Déficit habitacional no Brasil 2005. Belo Horizonte: FJP, 2006.
- . Déficit habitacional no Brasil 2006. Belo Horizonte: FJP, 2008.
- ____. Déficit habitacional no Brasil 2007. Belo Horizonte: FJP, 2009.
- ____. Curso à distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2009.
- MCKEAN, John. Learning from Segal: Walter Segal's life, work and influence. Basel; Boston: Birkhäuser, 1989.
- MELO, Cíntia de Freitas. Aspectos da teoria derivacionista do Estado na produção capitalista do espaço: um estudo sobre o Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

- MELO, Izabel Dias de Oliveira. O espaço da política e as políticas do espaço. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- MENDONÇA, Jupira Gomes de. Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- MERRIFIELD, Andy. The right to the city and beyond: notes on a Lefebvrian reconceptualization. *City*, v. 15, n. 3-4, 2011, pp. 468-476.
- MERTON, Robert K. The focussed interview and focus groups: continuities and ciscontinuities. *The Public Opinion Quarterly*, v. 51, n. 4, 1987, pp. 550–566.
- MILAGRES, Lígia Maria Xavier. Processos de auto-organização sócio-espacial: práticas espaciais cotidianas em disputas por poder de decisão. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- MITCHELL, Don. The right to the city: social justice and the fight for public space. New York; London: Guilford, 2003.
- MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando Cézar Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 41, 2009, pp. 269–280.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Gênese e estrutura da cidade mineradora. Belo Horizonte: CEDEPLAR, FACE, 2001 (inédito).
- ____. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. In: Clélio Campolina Diniz; Mauro Borges Lemos (eds.). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, pp. 429-446.
- MOREIRA, Fernanda Accioly. O lugar da autogestão no governo Lula. Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.
- MORTIMER, Eduardo F; SCOTT, Philip. Meaning making in secondary science classrooms. Maidenhead, Philadelphia: Open University Press, 2003.
- MOSÉ, Viviane. A escola e os desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- NAHOUM, Benjamin (ed.). Una historia con quince mil protagonistas: las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas. Montevideo: Intendencia Municipal de Montevideo y Junta de Andalucía, [1999] 2008.
- NAIR, Prakash; FIELDING, Randall; LACKNEY, Jeffery A. *The language of school design: design patterns for 21st century schools.* Minneapolis, Minnesota: DesignShare, [2005] 2013.
- NAKATANI, Paulo. Estado e acumulação de capital. *Análise Econômica*, v. 5, n. 8, 1987, pp. 35-64.
- NASCIMENTO, Tamirís Joana. Participação popular na urbanização de favelas: o caso da Vila das Antenas. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- NERI, Marcelo Cortês (ed.). A nova classe média: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV; CPS, 2010.

- NOGUEIRA, Priscilla Silva. Práticas de arquitetura para demandas populares: a experiência dos Arquitetos da Família. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. Genius loci: towards a phenomenology of architecture. [Genius loci: paesaggio, ambiente, architettura]. New York: Rizzoli, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo: CEBRAP, 1972.
- ____. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Novos Estudos, CEBRAP, n. 74, 2006, pp. 67-85.
- ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções. São Paulo, 2010.
- OSTHOFF, Simone. Lygia Clark and Hélio Oiticica: a legacy of interactivity and participation for a telematic future. *Leonardo: journal for the International Society for the Arts, Sciences and Technology*, v. 30, n. 4, 1997, pp. 279–289.
- PADOVAN, Richard. Proportion: science, philosophy, architecture. London: Taylor & Francis. 1999.
- PARSONS, David J. A indústria da construção. In: James C. Snyder; Anthony J. Catanese (eds.). *Introdução à arquitetura*. Trad. Heloisa Frederico. Rio de Janeiro: Campus, [1979] 1984, pp. 92-112.
- PASK, Gordon. The architectural relevance of cybernetics. *Architectural Design*, v. 7, n. 6, 1969, pp. 494-496.
- PATEMAN, Carole. *Participation and democratic theory*. Cambridge University Press, 1976.
- PAWLEY, Martin. Towards an unoriginal architecture. In: Jonathan Hughes; Simon Sadler (eds.). Non-plan: essays on freedom participation and change in modern architecture and urbanism. Oxford: Architectural Press, 2000, pp. 222-231.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. O olhar do estrangeiro. In: Adauto Novaes (ed.). O olhar. São Paulo: Companhia das Letras, [1988] 1993, pp. 361-363.
- PÉREZ-GÓMEZ, Alberto. Architecture and the crisis of modern science. Cambridge, Massachusetts; London: MIT Press, 1983.
- ____. Polyphilo or the dark forest revisited: an erotic epiphany of architecture. Cambridge, Massachusetts: MIT Press. 1992.
- The space of architecture: meaning as presence and representation. In: Steven Holl; Juhani Pallasma; Alberto Pérez-Gómez (eds.). Questions of perception: phenomenology of architecture. A+U, n. 7 (Special edition), 1994, pp. 7–25.
- PÉREZ-GÓMEZ, Alberto; PELLETIER, Louise. Architectural representation beyond perspectivism. *Perspecta*, n. 27, 1992, pp. 21–39.
- ___. Architectural representation and the perspective hinge. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1997.
- PERLMANN, Janice. Favela: quatro décadas de transformações no Rio de Janeiro [Favelas: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro]. Trad. Eduardo Lessa. Rio de Janeiro: FGV, [2011] 2020.

- PICON, Antoine. From 'poetry of art' to method: the theory of Jean-Nicolas-Louis Durand. In: Jean-Nicolas-Louis Durand. Précis of the lectures on architecture: with graphic portion of the lectures on architecture. Los Angeles: Getty Research Institute, 2000, pp. 1-68.
- POGREBINSCHI, Thamy. O enigma do político: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- PRICE, Cedric. The built environment: the case against conservation [1981]. In: Hans Ulrich Obrist (ed.). *RE:CP by Cedric Price.* Basel; Boston; Berlin: Birkhäuser, 2003, pp. 92–95.
- ___. Life-conditioning. Architectural Design, v. 36, n. 10, 1966, pp. 483-484.
- ___. The square book [Cedric Price: Works II]. London: Wiley-Academy, [1984] 2003.
- ___. The invisible sandwich. In: Hans Ulrich Obrist (ed.). RE:CP by Cedric Price. Basel; Boston; Berlin: Birkhäuser, 2003, pp. 11–13.
- PURCELL, Mark. Excavating Lefebvre: the right to the city and its urban politics of the inhabitant. *GeoJournal*, n. 58, 2002, pp. 99–108.
- ___. Urban democracy and the local trap. *Urban Studies*, v. 43, n. 11, 2006, pp. 1921–1941.
- RÉMY, Jean. Trends in urban sociology in French speaking countries from 1945 to 1980. *GeoJournal*, v. 31, n. 3, 1993, pp. 265–278.
- RESNICK, Mitchel; MYERS, Brad A.; NAKAKOJI, Kumiyo; SHNEIDERMAN, Ben; PAUSCH, Randy; SELKER, Ted; EISENBERG, Mike. Design principles for tools to support creative thinking. Workshop report. Washington, DC: National Science Foundation, 2005.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- RICHARDSON, Tim; CONNELLY, Stephen. Reinventing public participation: planning in the age of consensus. In: Peter Blundell Jones; Doina Petrescu; Jeremy Till (eds.). *Architecture and participation*. London: Routledge, 2005, pp. 77–104.
- ROLNIK, Raquel. Eu sou você amanhã: a experiência chilena e o 'Minha Casa, Minha Vida', 10/05/2012, on-line. Disponível em: https://raquelrolnik.wordpress.com.
- ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato; NAKANO, Kazuo. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. Revista de Direito da ADVOCEF, v. 7, n. 13, 2011, pp. 123-156.
- RONNEBERGER, Klaus. Henri Lefebvre and urban everyday life: in search of the possible. Kanishka Goonewardena; Stefan Kipfer; Richard Milgrom; Christian Schmid (eds.). Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre. New York; London: Routledge, 2008, pp. 134–146.
- RUDOFSKY, Bernard. Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture. Albuquerque: University of New Mexico Press, [1964] 1987.
- SAMUEL, Flora. Suburban self-built. Field: a free journal for architecture, v. 2, n. 1, 2008, pp. 111–123.
- SANTIAGO, Ramilson Noronha. Obsolescência programada no mercado imobiliário: o espaço como forma de entesouramento. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SANTOS, Roberto E. dos. A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (eds.).

 Planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítica e perspectivas.

 Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Cidades, IPPUR-UFRJ, 2011.
- SCHÄFERS, Bernhard (ed.). Einführung in die Gruppensoziologie: Geschichte, Theorien, Analysen. Wiesbaden: Quelle & Mayer, 1999.
- SCHUMACHER, Ernst Friedrich. O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas [Small is beautiful: a study of economics as if people mattered]. Trad. Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, [1973] 1981.
- SILVA, Ana Amélia da. Reforma urbana e o direito à cidade. São Paulo: Pólis, 1991.
- SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Dinâmica dos projetos de assentamento de reforma agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Artigo apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008 (inédito).
- SILVA, Elisa Alves; VAZ, Bárbara Coelho. Oficina do morar: possibilidades de (re)inventar o cotidiano de um Serviço Residencial Terapêutico em Goiânia. Anais do II Encontro Nacional dos Residenciais Terapêuticos e do Programa de Volta para Casa. Porto Alegre, 2010.
- SILVA, Gildemarks Costa e. A polêmica Paulo Freire e Ivan Illich: notas sobre educação e transformação. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, n. 24, 2015, pp. 102–120.
- SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica [Post-modern geographies: the reassertion of space in critical social theory].

 Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, [1989] 1993.
- SOTO, Hernando de. O mistério do capital: por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo [The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else]. Trad. Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, [2000] 2001.
- SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Urban development on the basis of autonomy: a politico-philosophical and ethical framework for urban planning and management. *Ethics, Place and Environment*, v. 3, n. 2, 2000, pp. 187–201.
- ___. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2001] 2010.
- ____. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- ___. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- ___. Which right to which city? In defence of political-strategic clarity. *Interface*, v. 2, n. 1, 2010, pp. 315–333.

- ___. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SOUZA E SILVA, Jailson de. Favelas: além dos estereótipos. Democracia Viva, n. 22, 2004, pp. 11-16.
- STANEK, Lukasz. Henry Lefebvre on space: architecture, urban research and the production of theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- STEVENS, Garry. O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica [The favored circle: the social foundations of architectural distinction]. Trad. Lenise Garcia Corrêa Barbosa. Brasília: Editora UNB, [1998] 2003.
- SUCHMAN, Lucy. Human/machine reconsidered. Lancaster: Department of Sociology, Lancaster University, 1999. [Texto que deu origem aos capítulos 12, 13, 14 e 15 da segunda edição de: Suchman, Lucy. Human-machine reconfigurations: plans and situated actions. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 2007].
- SWYNGEDOUW, Erik. Metabolic urbanization: the making of cyborg cities. In: Nik Heynen; Maria Kaika; Erik Swyngedouw (eds.). In the nature of cities: urban political ecology and the politics of urban metabolism. London: Routledge, 2006, pp. 21-40.
- TAYLOR, Charles. Interpretation and the sciences of man. *The Review of Metaphysics*, v. 25, n. 1, 1971, pp. 3-51.
- TAYLOR, Nigel. Urban planning theory since 1945. London: Sage, 1998.
- THACKARA, John. The design challenge of pervasive computing [2000]. *Interactions*, v. 8, n. 3, 2001, pp. 41–52.
- TILL, Jeremy. Too many ideas. EAAE News Sheet, v. 59, n. 1, 2001, pp. 20-24.
- TILL, Jeremy; SCHNEIDER, Tatjana. Flexible housing. Amsterdam; Boston: Architectural Press, 2007.
- TÖNNIES, Ferdinand. Gemeinschaft und Gesellschaft: Grundbegriffe der reinen Soziologie. Berlin: Karl Curtius, [1887] 1922.
- TURKLE, Sherry: PAPERT, Seymour. Epistemological pluralism and the revaluation of the concrete, 1991. In: Idit Harel; SeymourPapert (eds.) *Constructionism: research reports and essays, 1985–1990.* Santa Barbara: Praeger, 1991, pp. 161–190.
- TURNER, John F. C. Habitação de baixa renda no Brasil: políticas atuais e oportunidades futuras. Trad. Antonio Paul Albuquerque. *Arquitetura IAB*, n. 68, 1968, pp. 17–19.
- ____. Barreiras e canais para o desenvolvimento habitacional nos países em vias de desenvolvimento. Trad. Antonio Paul Albuquerque. Arquitetura IAB, n. 68, setembro 1968, pp. 20-26.
- ___. Housing by people: towards autonomy in building environments. London; New York: Marion Boyars, 1976.
- TUSHNET, Mark. An essay on rights. Texas Law Review, n. 62, 1984, pp. 1363-1412.
- VALLADARES, Licia do Prado. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ___. Favela.com. In: Ana Fernandes; Angela Gordilho Souza (eds). Habitação popular no Brasil: reflexões, avaliações e propostas. Salvador: FAU-UFBA; PPGAU, 2004, pp. 121–136.

- ___. A invenção da favela: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- VEBLEN, Thorstein. Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições [The theory of the leisure class: an economic study of institutions]. Trad. Olívia Krähenbühl. São Paulo: Abril Cultural, [1899] 1983.
- WARDS, Colin. Anarchy and architecture: a personal record. In: Jonathan Hughes; Simon Sadler (eds.). Non-plan: essays on freedom participation and change in modern architecture and urbanism. Oxford: Architectural Press, 2000, pp. 44-51.
- WEBER, Max. Wirtschaft und Gesellschaft. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1922. Economia e sociedade. Trad. Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UNB, [1922] 1991.
- WEINZAPFEL, Guy; NEGROPONTE, Nicholas. Architecture-by-yourself: an experiment with computer graphics for house design. Siggraph'76: Proceedings of the 3rd annual conference on computer graphics and interactive techniques. Philadelphia: 1976, pp. 74–78.
- WIGGLESWORTH, Sarah. Place setting: Wigglesworth and Till Architects. In: Peter Cook; Neil Spiller (eds.). *The Lowe lectures: the power of contemporary architecture*. London: Wiley, 1999, pp. 116–119.
- WOODS, Lebeus. The question of space. In: Stanley Aronowitz; Barbara Martinsons; Michael Menser; Jennifer Rich (eds.). *Technoscience and cyberculture*. New York: Routledge, 1996, pp. 279–292.
- YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. O banqueiro dos pobres [Banker to the poor: microlending and the battle against world poverty]. Trad. Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Ática, [1999] 2003.
- ZIMMERMAN, Carle C. The changing community. New York; London: Harper, 1938.



Escola de Arquitetura da UFMG Rua Paraíba, 697 30.130-140 Belo Horizonte – MG Tel. (55 31) 3409 8855 mom.editorial.eaufmg@gmail.com

Conselho editorial

Ana Paula Baltazar João Marcos de Almeida Lopes Margarete Maria de Araújo Silva Roberto E. dos Santos Silke Kapp Tiago Castelo Branco Lourenço

Projeto gráfico e diagramação

Isabela Izidoro Silke Kapp

Capa

Louise Ganz Isabela Izidoro

Desenhos nas capas e entre temas

Louise Ganz

Preparação

Isabela Izidoro Silke Kapp Ana Paula Baltazar

Revisão

Alexandre Bomfim

Colaboração

Joana Vieira da Silva Wellington Cançado

A publicação deste trabalho foi realizada com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP.



- [cc] Silke Kapp & Ana Paula Baltazar, 2021
- [cc] Selo editorial MOM, 2021
- [cc] Desenhos nas capas e entre temas, Louise Ganz, 2021

Você tem a liberdade de compartilhar, copiar, distribuir e transmitir esta obra, desde que cite a autoria e não faça uso comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moradia e outras margens : volume 1 / Silke Kapp ; Ana Paula Baltazar, (eds.). -- 1. ed. -- Belo Horizonte : MOM, 2021.

Vários autores. Bibliografia. ISBN 978-65-88628-02-7

- 1. Arquitetura Brasil 2. Comunidade Brasil 3. Espaço urbano
- 4. Favelas Brasil 5. Habitações Brasil 6. Mobilidade urbana
- 7. Moradias Brasil 8. Política habitacional Brasil I. Kapp, Silke.
- II. Baltazar, Ana Paula.

21-62566 CDD-728.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Moradia: Espaços urbanos: Arquitetura 728.0981

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Foi feito o depósito legal.

Fontes Spectral, Inter, Poppins

Papel Triplex 300g/m² e Pólen bold 70g/m²

Impressão Formato

Tiragem 500 exemplares

Mover outras montanhas, Morar de outras maneiras, Moradia e outras margens são algumas das possibilidades de dar sentido a *mom*, uma palayra usada por uma crianca construindo sua imaginação em meio às incertezas do mundo. Comecamos em 2004 como grupo de pesquisa MOM — Morar de outras maneiras — buscando não perder de vista o universo de incertezas desejável nas pesquisas sobre moradia: economia e política, teoria crítica, história e prática da produção informal, vida cotidiana, comunicação, trabalho nos canteiros, técnicas de construção, impacto ambiental, sociologia urbana, propriedade da terra, movimentos sociais, grupos vulneráveis e não organizados, práticas de assessoria técnica, interfaces, desenho, projeto. Em 2021 damos sentido a MOM em dois volumes intitulados Moradia e outras margens, selecionando e aprimorando textos produzidos pelo grupo até o momento. Se no início enfatizávamos a crítica do campo da arquitetura e das implicações da recepção de espaços produzidos em processos convencionais, atualmente estamos mais atentas aos processos de produção e às possibilidades de que promovam ambientes de aprendizagem para uma autoemancipação. Há uma mudança gradativa do entendimento das contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista da moradia, entendendo-a cada vez mais como meio para a transformação social e problematizando-a para além de sua função imediata como objeto arquitetônico e urbano. Os dois volumes de Moradia e outras margens agrupam os textos em torno de temas atratores e, dentro de cada tema, estão em ordem cronológica, revelando nuances do movimento da recepção à produção. O volume 1 começa pelas balizas que marcam o percurso das discussões do MOM. Passa então a um conjunto de textos que questionam práticas consagradas no campo e apontam para uma espécie de contraprojeto. Outro tema, interfaces, agrupa alternativas de abertura discutidas do ponto de vista teórico e prático. A crítica das políticas de habitação e de sua elaboração é feita a partir da participação do MOM no contexto institucional e na assessoria direta. O volume encerra com discussões pedagógicas que evidenciam as contradições estruturais e a necessidade de investigar e propor alternativas que contribuam para a emancipação.

Ana Baltazar e Silke Kapp

MOM edições Finep INOVAÇÃO E PESQUISA P

BN: 978-65-88628-02-7